



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 148, QUARTA-FEIRA, 5 DE DEZEMBRO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (MDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (MDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (MDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 146^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 2018

1.1 – ABERTURA

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II) 13

1.2.2 – Oradores

Senador Telmário Mota – Contentamento pela indicação, pelo Presidente da República eleito, da Sr^a Damares Alves para chefiar o Ministério de Direitos Humanos, Família e Direitos da Mulher 13

Senador José Medeiros – Lamento às críticas recebidas pelo Presidente da República eleito e breve histórico dos mandatos dos ex-Presidentes militares do Brasil 15

Senador João Capiberibe – Expectativa em torno do julgamento da Ação Penal nº 814, pelo STJ, que trata da acusação contra o Governador eleito do Amapá pela suposta prática do crime de peculato .. 20

Senadora Vanessa Grazziotin – Insatisfação pela saída da empresa Pepsi-Cola do Estado do Amazonas devido à retirada de incentivos fiscais desta categoria para a Zona Franca de Manaus; e outro assunto 21

Senador Dário Berger, como Líder – Críticas ao excesso de burocracia e normas tributárias que dificultam o desenvolvimento econômico no País; e outro assunto 24

Senador Humberto Costa – Críticas à reforma ministerial anunciada pelo Presidente da República eleito; e outros assuntos 26

Senadora Ana Amélia – Relato do recebimento de correspondências que lamentam o término do mandato de S. Ex^a em 2019; e outros assuntos 28

Senadora Ângela Portela – Considerações acerca do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2013, de autoria de S. Ex^a, que visa a combater práticas abusivas aplicadas por empresas aéreas 31

1.2.3 – Apreciação de requerimentos

N^{os} 571 e 572/2018, dos Senadores Hélio José e Cidinho Santos, respectivamente. **Aprovados.** 33



1.2.4 – Suspensão da sessão às 15 horas e 42 minutos e reabertura às 17 horas e 10 minutos 34

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta

Mensagem nº 101/2018 (nº 598/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO FERNANDO DIAS FERES, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Belaruz. **Aprovada** (votação nominal). 35

1.3.2 – Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 124/2018-Complementar (nº 549/2018-Complementar, na Câmara dos Deputados), que *acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)*. **Aprovado**, após **Parecer nº 208/2018-PLen-SF**, proferido pela Senadora Rose de Freitas, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos; e **Requerimento nº 579/2018**. (votação nominal). À sanção. 41

1.3.3 – Questão de ordem

Suscitada pelo Senador Lindbergh Farias, a ser respondida oportunamente. 53

1.3.4 – Requerimento

Nº 580/2018, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de urgência para a Emenda da Câmara dos Deputados nº 1/2018 ao Projeto de Lei do Senado nº 186/2015. 56

1.3.5 – Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 94/2018 (nº 771/2017, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado em Brasília, em 12 de agosto de 2016*. **Aprovado**. À promulgação. 56

1.3.6 – Item 8

Projeto de Lei da Câmara nº 72/2017 (nº 4.137/2015, na Câmara dos Deputados), que *dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate*. **Aprovado**. À sanção. 56

1.3.7 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 57/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América)*. **Aprovado**. 57

Redação final do Projeto de Resolução nº 57/2018 (**Parecer nº 209/2018-CDIR/PLen-SF**). **Aprovada**. À promulgação. 58

1.3.8 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 58/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. **Aprovado**. 58



Redação final do Projeto de Resolução nº 58/2018 (Parecer nº 210/2018-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À promulgação.	58
1.3.9 – Item extrapauta	
Projeto de Resolução nº 59/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que <i>autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o New Development Bank – NDB, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)</i> . Aprovado.	59
Redação final do Projeto de Resolução nº 59/2018 (Parecer nº 211/2018-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À promulgação.	59
1.3.10 – O Senador Lindbergh Farias retira a questão de ordem suscitada anteriormente por S.Exa.	63
1.4 – ENCERRAMENTO	65

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 146ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 79/2017, 39 e 40/2018.	67
Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 115/2018.	67

2.1.2 – Comunicações

Da Liderança do PSDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Ofício nº 97/2018). <i>Designado o membro.</i>	69
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista, de indicação de membro para integrar a Comissão de Meio Ambiente (Ofício nº 80/2018). <i>Designado o membro.</i>	70
Da Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista, de substituição de membro na Comissão de Meio Ambiente (Ofício nº 81/2018). <i>Substituído o membro</i>	71
Da Liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, de substituição de membro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Ofício nº 50/2018). <i>Substituído o membro</i>	72

2.1.3 – Expedientes de Ministros de Estado

Ofício nº 1.023/2018, na origem, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento nº 309/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin.	74
Ofício nº 45.477/2018, na origem, do Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 135/2018, do Senador Paulo Bauer.	74
Aviso nº 81/2018, na origem, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em resposta ao Requerimento nº 18/2018, do Senador Jorge Viana.	74



Aviso nº 82/2018, na origem, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em resposta ao Requerimento nº 983/2017, do Senador Romário.	74
Ofício nº 45.497/2018, na origem, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 625/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.	74
Ofício nº 46.338/2018, na origem, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 204/2018, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.	74
Ofício nº 47.639/2018 na origem, do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento nº 202/2018, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.	74
2.1.4 – Inclusão em Ordem do Dia	
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Emenda da Câmara nº 1/2018 ao Projeto de Lei do Senado nº 186/2015.	76
2.1.5 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 684/2018, na origem (Mensagem nº 114/2018, no Senado Federal), que solicita seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 44,935,000.00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (Prodaf)"	78
Nº 685/2018, na origem (Mensagem nº 113/2018, no Senado Federal), que solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP.".	300
2.1.6 – Ofícios do Supremo Tribunal Federal	
Nº 4.848/2018, na origem, que comunica que foi proferida decisão sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.617.	608
Nº 18.369/2018, na origem, que comunica que foi proferida decisão sobre os Embargos de Declaração na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.617.	611
2.1.7 – Projeto de Decreto Legislativo	
Nº 140/2018, do Senador José Medeiros, que <i>susta dispositivos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental.</i>	615
2.1.8 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 468/2018, do Senador Randolfe Rodrigues, que <i>altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer revisão anual dos valores para a remuneração de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).</i>	623



Nº 469/2018, do Senador Randolfe Rodrigues, que *altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para estabelecer uma única faixa para os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica e dá outras providências*. 629

2.1.9 – Projetos de Resolução

Nº 56/2018, da Senadora Lídice da Mata, que *dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento e das contragarantias para a concessão de aval ou garantia da União nas operações de crédito externo e interno*. 636

Nº 57/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América)*. 655

Nº 58/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. 672

Nº 59/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o New Development Bank – NDB, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. 684

Nº 60/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que *autoriza o Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América)*. 698

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução do Senado nºs 57 a 60/2018. 710

Nº 61/2018, do Senador Ricardo Ferraço e outros senadores, que *estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais com bens, mercadorias e serviços de transporte para emprego ou consumo na produção, extração ou fabricação de mercadoria ou na prestação de serviço de transporte a serem destinados ao exterior*. ... 711

2.1.10 – Requerimentos

Nº 576/2018, do Senador Romero Jucá, de retirada do Requerimento nº 561/2018. **Deferido**. 723

Nº 577/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de informações ao Ministro de Estado da Saúde. 725

Nº 578/2018, do Senador Lindbergh Farias, de autorização para desempenho de missão em 10 e 11 do corrente. 731

Nº 580/2018, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de urgência para a Emenda da Câmara dos Deputados nº 1/2018 ao Projeto de Lei do Senado nº 186/2015 733

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Mensagem nº 101/2018

Lista de votação 737

2.2.2 – Projeto de Lei da Câmara nº 124/2018-Complementar

Requerimento nº 579/2018 740



Parecer nº 208/2018-PLEN-SF	742
Lista de votação	748
2.2.3 – Projeto de Resolução nº 57/2018	
Redação final (Parecer nº 209/2018-CDIR/PLEN-SF)	751
2.2.4 – Projeto de Resolução nº 58/2018	
Redação final (Parecer nº 210/2018-CDIR/PLEN-SF)	756
2.2.5 – Projeto de Resolução nº 59/2018	
Redação final (Parecer nº 211/2018-CDIR/PLEN-SF)	761
3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS	
3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES	
Nº 110/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387/2018	766
Nº 111/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 108/2018	773
Nº 112/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 143/2016	786
Nº 113/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 1/2018	793
Nº 114/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 109/2018	801
Nº 115/2018-CAE, sobre a Emenda(s) da Câmara dos Deputados nº 3/2018 ao Projeto de Lei do Senado nº 286/2015	811
Nº 116/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 110/2018	818
Nº 117/2018-CAE, sobre o Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 9/2018	829
Nº 118/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115/2018	882
Nº 119/2018-CAE, sobre a Mensagem (SF) nº 113/2018	890
Nº 57/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79/2017	900
Nº 58/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39/2018	907
Nº 59/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 40/2018	915
Nº 60/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89/2018	923
Nº 21/2018-CMA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34/2018	930
Nº 22/2018-CMA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37/2017	937
Nº 23/2018-CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 353/2017	945
Nº 10/2018-CRA, sobre a Emenda(s) da Câmara dos Deputados nº 1/2018 ao Projeto de Lei do Senado nº 186/2015	953
Nº 11/2018-CRA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 214/2015	961



Nº 207/2018-CDH/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 704/2015	970
---	-----

PARTE III

4 – ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA

Ata da 3ª Reunião, realizada em 27 de novembro de 2018.	977
--	-----

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	998
--	-----

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	1001
---------------------------------------	------

7 – LIDERANÇAS	1002
----------------------	------

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	1006
---------------------------------	------

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	1017
--	------

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	1021
--	------

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	1071
-------------------------------	------



Ata da 146ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 4 de dezembro de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira e Cidinho Santos.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 09 minutos e encerra-se às 18 horas e 52 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

146ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 04/12/2018 07:00:00 até 04/12/2018 20:32:00
Votos no período: 04/12/2018 07:00:00 até 04/12/2018 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	X	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X	X
MDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataides Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PR	MT	Cidinho Santos	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X	X
MDB	MA	Edison Lobão	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	X
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PRB	RJ	Eduardo Lopes	X	X
PODE	PI	Elmano Férrer	X	X
MDB	CE	Eunício Oliveira	X	
PT	RN	Fátima Bezerra	X	X
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
MDB	RN	Garibaldi Alves Filho	X	X
PP	AC	Gladson Cameli	X	X
DC	TO	Guaracy Silveira	X	X
PROS	DF	Hélio José	X	X
PT	PE	Humberto Costa	X	X
PP	RO	Ivo Cassol	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
MDB	PB	José Maranhão	X	X
PODE	MT	José Medeiros	X	
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	X	X
MDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X

Emissão 04/12/2018 20:33:22





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

146ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 04/12/2018 07:00:00 até 04/12/2018 20:32:00

Votos no período: 04/12/2018 07:00:00 até 04/12/2018 20:32:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSD	BA	Otto Alencar	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PSD	PB	Raimundo Lira	X	X
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X
MDB	AL	Renan Calheiros	X	X
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PSDB	MA	Roberto Rocha	X	X
MDB	RR	Romero Jucá	X	X
PODE	ES	Rose de Freitas	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	X
PTB	RR	Telmário Mota	X	X
MDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
MDB	MS	Waldemir Moka	X	X
-	BA	Walter Pinheiro	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
DEM	GO	Wilder Morais	X	X

Compareceram 68 senadores.

Emissão 04/12/2018 20:33:22



O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Temos aqui oradores inscritos.

O primeiro orador, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin, é o Senador Telmário Mota, que fará uso da palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Senador Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Pela ordem.) – Requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Está inscrito para uma comunicação inadiável o Senador Capiberibe.

Com a palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Cidinho, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectadores e telespectadoras da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado.

Sr. Presidente, eu venho a esta tribuna com o coração em festa, porque tomei conhecimento de que a Dra. Damares Alves, servidora desta Casa, foi indicada para o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos. Olha que beleza!

Então, venho a esta tribuna me somar às mais de 300 instituições e movimentos que já emitiram nota de apoio ao nome da Dra. Damares. Eu quero aqui parabenizar o Presidente eleito, se ele escolheu, de fato, a Dra. Damares Alves para esse Ministério tão importante.

A Dra. Damares é educadora, com formação em pedagogia desde a década de 80. Ela é advogada, com formação na década de 90, inscrita na OAB de São Paulo. É pastora evangélica, hoje ligada à Igreja Batista Lagoinha, de Belo Horizonte.

A Dra. Damares é assessora jurídica da Frente Parlamentar em Defesa da Família e Apoio à Vida no Senado Federal, cujo Presidente é o Senador Magno Malta; e, por este motivo, ela está, inclusive, lotada no gabinete do referido Senador.

Ela também foi assessora da CPI dos Maus Tratos de Crianças e Adolescentes, nas Comissões e Plenário.

A Dra. Damares Alves é a mãe adotiva de uma menina indígena da etnia kamayurá, e este é, segundo ela, o seu maior título: ser mãe. Imagine: ela adotou uma indígena!

Damares é ativista dos direitos humanos, militante da defesa da vida e da infância.

Damares participa e coordena diversos movimentos sociais. Alguns foram por ela inclusive fundados.

Na década de 80, foi uma das fundadoras do comitê estadual de Sergipe do movimento nacional Meninas e Meninos, quando ficou conhecida por sua aguerrida defesa das crianças de rua naquele Estado de Sergipe.



Também em Sergipe, até o final da década de 80, atuou fortemente na defesa dos direitos das mulheres, pescadoras e trabalhadoras do campo. Existe ainda hoje, no povoado de Siririzinho, na cidade de Siriri, em Sergipe, um centro social que recebeu, em 1987, Senador Medeiros, o nome da Damares Alves.

Seguiu sua trajetória na defesa das mulheres vítimas de violência, advogando para elas de graça por anos, e na proteção de jovens e adolescentes em situação de risco.

A Dra. Damares Alves, hoje, é uma das coordenadoras do movimento nacional pela cidadania Brasil Sem Aborto. Ela é coordenadora do movimento nacional Brasil Sem Drogas.

A Dra. Damares Alves participa do Instituto Flores de Açó, com sede em Brasília, que milita em defesa dos direitos da mulher.

A Dra. Damares é uma das fundadoras do movimento Brasil Sem Dor, que atua na prevenção de automutilação e autolesão e do suicídio de jovens, crianças e adolescentes.

Coordena a campanha "Brasil um País que Adota".

Também a Dra. Damares Alves é membro do programa mundial Infância Protegida.

Mas Damares ficou nacionalmente conhecida por suas lutas contra a erotização das crianças no Brasil. Seus vídeos circulam pelas redes sociais, levando informações importantes para a sociedade.

Ela é palestrante e conferencista e anda pelo Brasil falando para pais, educadores, advogados, líderes religiosos, assistentes sociais etc.

Ficou ainda conhecida por sua militância em defesa dos povos tradicionais, em especial os ciganos e indígenas.

A Dra. Damares é fundadora do Instituto e Movimento Atini – Voz Pela Vida, que tem uma chácara em Brasília, onde são acolhidas as mães e crianças indígenas em situação de risco.

É também coidealizadora do Projeto Tekoê, que tem sede no Gama, Distrito Federal, e que também acolhe mães e crianças indígenas em situação de risco.

Foi a Dra. Damares quem teve a coragem de quebrar o silêncio e trazer para a sociedade e para o Parlamento o debate sobre o infanticídio indígena. Inclusive, essa criança que ela adotou, ela a livrou do infanticídio nas comunidades, porque as crianças que nascem em determinadas culturas indígenas... Quando nascem duas, sempre a mais fraca eles realmente, lamentavelmente, eliminam. E aquelas que saem portadores de alguma deficiência.

Hoje, ainda cerca de 30 povos sacrificam suas crianças quando nascem gêmeas, com qualquer deficiência física ou mental. Ainda são sacrificados filhos de mães solteiras ou crianças que são consideradas amaldiçoadas. Estima-se que mais de mil crianças indígenas possam estar sendo sacrificadas no Brasil.

No Senado Federal, tramita um projeto de lei idealizado pelo Movimento Atini, liderado pela Dra. Damares, para que as crianças indígenas em situação de risco sejam protegidas.

Essa é Damares, cotada para o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, e eu me somo às mais de 300 instituições e movimentos que apoiam a indicação da Dra. Damares para o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, quem hoje luta contra a indicação da Dra. Damares não está a serviço de Deus e nem tem Deus no coração. Sem nenhuma dúvida, a Dra. Damares está superpreparada para ocupar esse Ministério tão importante para a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Telmário.

Também cumprimento a Dra. Damares e desejo que ela, vindo a ser escolhida para ser ministra do próximo Governo, consiga desempenhar suas funções como ministra, assim como fez em todas as entidades e na iniciativa privada também.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Um bom nome.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Medeiros.

Quero registrar aqui a presença dos meus amigos e advogados de São Paulo, Fabio Lowenthal e Henry Lowenthal – acho que é esse o sobrenome.

Sejam bem-vindos aqui, ao Senado Federal.

Passo a palavra à Senadora Vanessa.

É feita uma permuta.

Então, Senador José Medeiros, como orador inscrito, pelo período regimental de dez minutos, podendo acrescentar mais um minuto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Para discursar.) – Muito obrigado, Senador Cidinho. Muito me honra ocupar a tribuna quando V. Exa. preside a Mesa do Senado Federal – V. Exa., que é do Estado de Mato Grosso. Muito obrigado. E muito nos orgulha a sua presença neste momento.

Sr. Presidente, em 1º de janeiro de 2019, Jair Messias Bolsonaro tomará posse como o 38º Presidente da República Federativa do Brasil.

Bolsonaro, Senador Cidinho, será o quarto Presidente brasileiro eleito por voto direto oriundo das carreiras militares, desde a Proclamação da República, em 1889.

E por que é que eu faço este nariz de cera aqui, este preâmbulo, Senador Cidinho? Porque eu estou ouvindo muita gente, muitos arautos do Apocalipse, Senador Lasier, dizerem que, se o Bolsonaro era militar – e, como tal, nomeou alguns generais –, portanto, o mundo vai se acabar, e o Brasil vai virar uma ditadura.

Mas resolvi fazer um breve resgate histórico, Senador Lasier, que trago aqui para os Senadores, para que possamos, juntos, verificar que não é novidade a eleição de um militar. E mais: a nossa história registrou excelentes avanços nesses três governos.

Portanto, não vejo razão para tanta expectativa negativa, um verdadeiro pessimismo, incentivado por alguns setores da mídia e pelos que saíram do poder.

Sr. Presidente, o primeiro Presidente da República originário da carreira militar e eleito pelo povo brasileiro foi Hermes Rodrigues da Fonseca, que governou entre 1910 e 1914. Ele era sobrinho de Marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro Presidente do Brasil, e do General João Severiano da Fonseca; e filho do Marechal Hermes Ernesto da Fonseca e Rita Rodrigues.

Hermes da Fonseca enfrentou, Senador Lasier, logo na primeira semana de governo, em novembro de 1910, a Revolta da Chibata. Em seguida, outra revolta veio a conturbar o seu governo, a Guerra do Contestado. Eram tempos muito difíceis, mas Hermes manteve a ordem.

Apoiado pelo Partido Republicano Conservador, foi no seu governo que foi criada a famosa faixa presidencial, pelo Decreto 2.299, de 21 de dezembro de 1910.



Em seu governo, adotou forte e controversa política contra a corrupção, a chamada Política das Salvações. Foram realizadas intervenções federais sucessivas nos Estados de Pernambuco, Bahia, Ceará e Alagoas.

Em 1914, Sr. Presidente, a situação financeira do Brasil não andava bem, e o Presidente Hermes da Fonseca promoveu a nova renegociação da dívida externa, com o segundo *Funding Loan* (o primeiro fora negociado pelo Presidente Campos Sales).

Sua política externa manteve a aproximação com os Estados Unidos, traçada pelo chanceler Barão do Rio Branco.

No plano interno, Hermes da Fonseca prosseguiu o Programa de Construção de Ferrovias, incluindo a Ferrovia Madeira-Mamoré, e de escolas técnicas profissionais, Senador Lasier — e houve um pessoal que passou por aqui recentemente e disse que inventaram esse negócio agora.

Instalou a Universidade do Paraná, concluiu as reformas e obras da Vila Militar de Deodoro e do Hospital Central do Exército, entre outras; além das Vilas Operárias no Rio de Janeiro, no subúrbio de Marechal Hermes e no Bairro da Gávea.

Sr. Presidente José Aparecido, Cidinho, o segundo Presidente da República originário das carreiras militares e eleito pelo povo brasileiro foi o Marechal Eurico Gaspar Dutra, e desse V. Exa. com certeza vai gostar de ouvir, porque ele era cuiabano e foi o 16º Presidente do Brasil.

Governou de 46 a 51, e é o único Presidente oriundo do nosso Estado, do nosso querido Estado de Mato Grosso.

Dutra candidatou-se pelo PSD em coligação com o PTB e venceu as eleições com mais de 3 milhões de votos.

Ele assumiu o Governo em 31 de janeiro de 46, juntamente com a abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em clima de mais ampla liberdade.

O pacto constitucional surgiu do entendimento dos grandes partidos centro-liberais – PSD e UDN –, embora ali tivessem assentos atuantes as bancadas de esquerda, como as do Partido Comunista do Brasil e do PTB.

O Presidente Dutra, militar, Senador Lasier, não interferiu nas decisões do Parlamento, mesmo quando teve seu mandato reduzido, de seis para cinco anos, por este Parlamento.

O quinquênio presidencial começou com a proibição do jogo de azar no Brasil, em 1946 – em abril de 46, Cidinho. Já no ano de 48, o Governo entraria em sua fase mais característica, marcada pelo acórdão do Tribunal Superior Eleitoral.

Veja bem: foi o Tribunal Superior Eleitoral que considerou fora da lei o PCB. E, depois, pela ruptura das relações com a União Soviética.

De caráter desenvolvimentista, Eurico Gaspar Dutra reuniu sugestões de vários ministérios e deu prioridade às áreas da saúde, alimentação, transporte e energia, cujas iniciais ficaram marcadas como "Salte". Os recursos para execução do Plano Salte seriam provenientes da Receita Federal e de empréstimos externos. Entretanto, a resistência da coalização conservadora e a ortodoxia da equipe econômica acabaram por inviabilizar o plano, que praticamente não saiu do papel.

O Governo Dutra iniciou a construção e inaugurou a ligação rodoviária do Rio de Janeiro a São Paulo, Senador Cidinho. Veja bem, eu vou repetir este trecho aqui, dada a importância do que Eurico Gaspar Dutra fez: ele iniciou a construção e inaugurou a ligação do Rio de Janeiro a São Paulo. Isso não é pouco, Senador Lasier. Em cinco anos! Então, hoje, a atual Rodovia



Presidente Dutra, a mais importante do País, foi Eurico Gaspar Dutra, um mato-grossense, que fez.

Junto com sua mulher, e por influência dela, criou a Maternidade Carmela Dutra, com o nome de sua esposa, localizada no centro de Florianópolis.

E também foi nesse governo que foi instalada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, o Conselho Nacional de Economia, as Comissões de Planejamento Regional e o Tribunal Federal de Recursos.

No Governo Dutra, foi instalado o Estatuto do Petróleo, a partir do qual tiveram início a construção das primeiras refinarias e a aquisição dos primeiros navios petroleiros.

Em 30 de abril de 1946, foi inaugurada a TV Tupi, a primeira emissora de televisão do Brasil. Entre 24 de junho e 16 de julho daquele mesmo ano, o Brasil sediou a Copa do Mundo de Futebol.

Sr. Presidente, por fim, o terceiro Presidente da República originário de carreira militar e eleito pelo povo foi Juscelino Kubitschek, tenente-coronel e médico da Polícia Militar mineira, que ocupou a Presidência da República entre 1965 e 1961.

Juscelino Kubitschek empolgou o País com seu slogan *Cinquenta Anos em Cinco*, sendo o responsável pela construção da nossa Capital federal, Brasília, aqui onde estamos, executando assim um antigo projeto para promover o desenvolvimento do interior e a integração do País.

Durante todo o seu mandato, o País viveu um período de notável desenvolvimento econômico e de relativa estabilidade política. Conseguiu implementar um processo de rápida industrialização, tendo como carro-chefe a indústria automobilística.

Peço só mais alguns minutos, Senador, para terminar.

Os anos do Presidente Bossa Nova são lembrados como "os anos dourados".

Juscelino Kubitschek, senhoras e senhores, lançou o Plano Nacional de Desenvolvimento, também chamado de Plano de Metas, com 31 metas distribuídas em cinco grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria de base, e a meta principal ou meta-síntese, que era a construção de Brasília.

O Plano de Metas visava a estimular a diversificação e o crescimento da economia brasileira, baseado na expansão industrial e na integração de todas as Regiões do Brasil.

A estratégia do Plano de Metas era corrigir os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira. Em termos atuais, reduzir o custo Brasil, que poderia estancar o crescimento econômico brasileiro por falta de estradas e energia elétrica e reduzir a dependência das importações no processo chamado "substituição de importações". Outro fato importante do Governo Juscelino Kubitschek, Senador Cidinho, foi a manutenção do regime democrático e da estabilidade política, que gerou um clima de confiança e de esperança no futuro entre os brasileiros.

O Presidente teve a grande habilidade política para conciliar os diversos setores da sociedade brasileira, mostrando-lhes as vantagens de cada setor dentro da estratégia de desenvolvimento do seu governo.

O País cresceu 7,9% ao ano.

Além da implantação da indústria automobilística, JK promoveu a indústria naval e siderúrgica.

Ele construiu grandes hidrelétricas e criou milhares de empregos.



Senador Cidinho, Juscelino Kubitschek criou a Sudene, para integrar a Região Nordeste ao mercado nacional; abriu as rodovias transregionais, que uniram todas as regiões do Brasil. E aqui um particular interessante: a Rodovia BR-153 (Antiga BR-14), também conhecida como rodovia Belém-Brasília; a Rodovia Régis Bittencourt, já citada aqui, que liga o Sudeste brasileiro, inaugurada no início de 1961; a Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, obra iniciada por Getúlio Vargas e inaugurada por Juscelino, em 1960, e concluída em 1961; a BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho e Rio Branco, inicialmente uma estrada de terra, que foi asfaltada em 1983. A BR-364 foi a primeira rodovia a ligar o Centro-Oeste a Rondônia e Acre, viabilizando o povoamento do Norte brasileiro.

Em seu governo, Juscelino Kubitschek aumentou a produção de petróleo da Petrobrás e praticamente não criou nenhuma empresa estatal.

Os críticos de Juscelino, Sr. Presidente, frisam o fato de ele ter priorizado o transporte rodoviário, em detrimento do transporte ferroviário. Realmente: há tempos precisamos resgatar os investimentos em ferrovias.

O período de Governo Juscelino Kubitschek também teve atenção ao esporte e à cultura: na Suécia, em junho de 1958, a Seleção Brasileira conquistou nosso primeiro título mundial; em 1959, a tenista Maria Esther Bueno venceu os torneios de US Open e Wimbledon. A Seleção Brasileira de Basquete foi campeã mundial, no Chile. E, na cultura, Juscelino fundou a Orquestra Sinfônica Nacional da Universidade Federal Fluminense.

No plano internacional, Juscelino procurou estreitar as relações entre o Brasil e os Estados Unidos, ciente de que isso ajudaria na implementação de sua política econômica industrial e na preservação da democracia brasileira. Para tanto, ele formulou a Operação Pan-americana, iniciativa diplomática em que solicitava apoio dos Estados Unidos ao desenvolvimento da América do Sul, como forma de evitar que o continente americano fosse assolado pelo fantasma do bolivarianismo – na verdade, do comunismo.

Por fim, a história registra que, em 1959, o salário mínimo é considerado o mais alto da história do Brasil.

Sras. e Srs. Parlamentares, vejam que não faltam bons exemplos deixados pelos três Presidentes que, igualmente ao recém-eleito Presidente, eram militares e foram legitimamente escolhidos pelo povo para governar o País.

O Capitão Bolsonaro assume a liderança do País em janeiro, com enormes desafios.

Eu sou um otimista, Senador Cidinho; acredito que Bolsonaro pode, assim como Hermes da Fonseca, resgatar o investimento em ferrovias e, sobretudo, manter a ordem, reformando o sistema de segurança pública, a Justiça criminal, bem como combatendo fortemente a corrupção.

Bolsonaro, nesse sentido, escalou para o seu time um nome que nos enche de esperança, que é o do Ministro Sergio Moro.

Acredito também que, inspirado no mato-grossense Eurico Gaspar Dutra, ele deve adotar postura desenvolvimentista e priorizar áreas como saúde e infraestrutura.

Ademais, Bolsonaro tem tudo para ser um novo Juscelino, trazendo rápido desenvolvimento econômico ao País, com o apoio do seu Ministro Paulo Guedes.

Quem sabe, Sr. Presidente, seria o caso de um novo Plano de Metas, focado em aumentar a competitividade e a produtividade do Brasil. Ainda temos muitos "pontos de estrangulamento" na economia brasileira e precisamos reduzir o custo Brasil.



Faço votos de que o futuro Presidente e atual Presidente eleito Jair Bolsonaro tenha sucesso, para que o Brasil e os brasileiros possam continuar tendo esperança e uma boa expectativa neste País.

Encerro, Presidente, dizendo que não é de onde a pessoa vem; não são os antecedentes dela; é o que a pessoa é. E o eleitor brasileiro deu uma estrondosa votação, assim como deu para Hermes de Abreu... Para Hermes da Fonseca – Hermes de Abreu foi Deputado no meu Estado. Para Hermes da Fonseca, para o Marechal Eurico Gaspar Dutra e para Juscelino Kubitschek. Eu tenho otimismo.

Eu sei que, quanto aos arautos do agouro, é lógico que querem que seja um retumbante fracasso, para que possam voltar logo para o poder. Mas a nós, que amamos o Brasil, cabe torcer e ajudar para que este País possa voltar ao eixo de desenvolvimento e à sua vocação, que é ser líder na América Latina e no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Medeiros.

Agora, para comunicação inadiável, Senador João Capiberibe. Depois, como oradora inscrita, Senadora Vanessa Grazziotin.

Quero registrar que está nós assistindo o Robson, que é líder do movimento do acampamento da Igreja Católica no Brasil. É uma pessoa que aprecio muito. Inclusive, foi aprovado aqui, no Plenário do Senado, o Dia do Campista Católico. Esse projeto foi de minha autoria, inspirado no trabalho que o Robson fez, de levar o movimento do acampamento para Mato Grosso e o Brasil.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – V. Exa. fez uma relação dos oradores inscritos. Eu seria depois do Senador Humberto Costa, pela relação formal das inscrições feitas ontem. Pela relação que V. Exa. deu, eu queria saber: o Senador Capi está falando para uma comunicação inadiável, pelo Regimento, e o próximo seria um orador, que seria o Senador Humberto Costa; e depois um Líder ou, se não houver líder, uma nova comunicação, e aí seria eu. Mas a relação que V. Exa. leu não é essa.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Senadora Ana Amélia, a sequência está desta forma: o Senador Paulo Paim...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não está presente, porque está doente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – ... fez uma permuta com o Senador Telmário; em seguida, o Senador Medeiros. E o Senador Telmário fez uma permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin. Depois o Senador Humberto Costa... Então, a sequência é desta forma: o Senador Capiberibe como comunicação inadiável, depois, Senadora Vanessa, Senador Humberto Costa e, depois, a senhora. Se a senhora quiser se inscrever como Líder, poderia falar mais rápido.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não. Obrigada, Senador. Eu prefiro ficar inscrita e já entendi como isso se faz.



Obrigada.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - AP. Para comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado.

Amanhã, o Superior Tribunal de Justiça julgará a Ação Penal 814, em que é réu o Governador reeleito do Amapá, Antônio Waldez Góes. Ele é acusado de peculato, de ter desviado recursos descontados nos contracheques dos servidores, que deveriam ser entregues aos bancos.

Esse processo, essa prática de desviar recursos de consignados vem de 2009, 2010.

Ele deixou uma conta não paga aos bancos, na ordem de R\$74 milhões.

O governador que assumiu no seu lugar renegociou com os bancos – foi o Governador Camilo Capiberibe –, parcelou e honrou esses compromissos.

Agora, pasmem: eu recebi um relatório da Febraban, um relatório em que, nos dois últimos anos, o mesmo governador que está sendo julgado por peculato, por desvio de recursos dos consignados, já acumulou uma dívida de R\$313 milhões.

Claro que esse julgamento criou uma expectativa enorme. Todo o povo do Amapá está aguardando esse julgamento do STJ, por duas razões: primeiro, porque essa dívida com os consignados – não só do passado, mas a do presente – desempregou centenas de pessoas e causou impacto grande na economia, porque os bancos suspenderam os empréstimos consignados aos servidores do Amapá. Então, os bancos não aceitam, não querem mais qualquer tipo de transação com os servidores públicos, e não é culpa dos servidores públicos, porque o dinheiro é descontado nos seus contracheques e não entregue ao banco.

Então, existe essa questão econômica, esse impacto, e hoje o Amapá é o Estado que lidera o *ranking* do desemprego, assim como libera o *ranking* da mortalidade infantil. Esse final de semana, na Maternidade Mãe Luzia, morreram seis recém-nascidos por falta de cuidados, por falta de atenção.

A outra questão é que, dependendo do resultado desse julgamento, caso o Governador seja condenado, haverá novas eleições no Amapá. Ele acaba de ser reeleito. Se ele for condenado, então, o povo do Amapá teria a possibilidade de voltar às urnas para uma nova escolha.

Olha, a situação é muito difícil no Amapá, muito difícil, porque a reeleição faz com que quem está no exercício considere o patrimônio público como seu e passe a utilizá-lo de maneira criminosa. O Governador foi à reeleição e a garantiu comprando votos, utilizando a estrutura do Estado, para a contratação de cabos eleitorais. Então, ele responde hoje a vários processos no TSE, mas esse, do Superior Tribunal de Justiça, que vai a julgamento amanhã, a partir das 14h30, é muito importante para o Amapá. Se condenado, teremos nova eleição; se absolvido, o Governador vai poder governar com tranquilidade. Então, é importante que se conclua o julgamento. Esse julgamento começou no dia 24 de setembro deste ano e foi suspenso por um pedido de vista, e agora o Ministro que pediu vista solicitou a pauta, e, amanhã, a partir das 14h30, nós teremos a possibilidade da conclusão desse julgamento.

É muito importante para o nosso povo. De um lado, absolvido, o Governador terá tranquilidade para governar e, de outro, se condenado, o povo do Amapá terá a possibilidade de fazer uma nova escolha. É essa a expectativa que está cercado esse julgamento, e toda a população do Amapá está atenta para acompanhar o desenlace desse julgamento, amanhã, no Superior Tribunal de Justiça.



A situação econômica do nosso Estado é gravíssima, a financeira é muito grave. Além do desemprego e da mortalidade infantil, o Governo tem dívidas enormes e não está conseguindo honrar os seus compromissos; à porta do palácio, quase todos os dias, há grupos de trabalhadores reivindicando salários atrasados, alguns com três, quatro meses de atraso, sem que o Governo dê uma resposta.

Portanto, é muito importante para o povo do Amapá, e a gente faz um apelo aos Ministros do STJ, da Corte Especial – são 15 ministros que vão julgar, com critérios absolutamente fundamentados na lei, esse julgamento.

A expectativa é grande porque o Supremo Tribunal Federal, em um processo semelhante, condenou um prefeito exatamente por ter cometido o mesmo crime de desviar recursos de consignados. Então, já existe uma jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e, por isso, gera essa enorme expectativa de que amanhã o STJ conclua, e conclua acompanhando esse entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Então, era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Capiberibe.

Dando sequência, como oradora inscrita, a Senadora Vanessa Grazziotin.

Depois, temos um Líder inscrito e depois o Senador Humberto Costa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Cidinho; Sras. Senadoras; Srs. Senadores, nós acabamos de retornar de uma missão internacional – Senadores e Deputados Federais –, em que estivemos em viagem à Coreia do Norte e à China. Em ambos os países, Sr. Presidente, realizamos importantes reuniões e principalmente participamos de uma série de visitas e encontros para conhecer melhor a realidade daquelas duas Nações, sobretudo da Coreia do Norte, um país que tanta curiosidade causa internacionalmente pela sua situação de isolamento, de um regime político completamente diferente daquele que vigora na maioria dos países do mundo.

Mas eu voltarei a esta tribuna, Sr. Presidente, para prestar contas da viagem e apresentar um relatório mais sucinto; um relatório, apesar de sucinto, bastante elucidativo quanto às informações que nós recebemos nos dois países, repito, tanto na Coreia do Norte quanto na China.

Mas hoje, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna é algo que tem preocupado muito o meu Estado do Amazonas, não de agora, mas já desde o mês de maio deste ano de 2018, porque o mês de maio foi exatamente o mês em que o Presidente Michel Temer assinou um decreto presidencial, retirando todos os subsídios, todos os incentivos fiscais do setor de produção de concentrados de refrigerantes da Zona Franca de Manaus.

E a notícia que nós temos, publicada em todos os jornais – e eu tenho aqui uma cópia do jornal *A Crítica* – da cidade de Manaus, dá conta de que a empresa PepsiCo está dando adeus à Zona Franca de Manaus; está, Srs. Senadores e Senadoras, retirando a sua fábrica de produção de concentrados da Zona Franca de Manaus e levando-a para outro Estado do nosso País ou, quem sabe, até mesmo para outro país, porque, não havendo incentivo fiscal, não há por que empresas, não apenas do setor de produção de concentrados mas de qualquer setor, manterem-se ou manterem a sua produção na Zona Franca de Manaus, visto a distância da cidade de



Manaus em relação aos grandes centros consumidores do Brasil e à própria falta de infraestrutura que nós temos na Região Norte, particularmente no meu Estado do Amazonas.

Lamentavelmente, o que já foi anunciado pela empresa PepsiCo, ou seja, a sua retirada, a sua saída do Estado do Amazonas, deverá ser o futuro, lamentavelmente, das outras mais de 30 empresas que estão localizadas na Zona Franca de Manaus, no Estado do Amazonas, isso porque 95%, Senador Dário, de toda a produção de concentrados para refrigerantes do Brasil estão localizados na Zona Franca de Manaus. Não apenas as grandes empresas; não apenas a Coca-Cola, através da Recofarma; a PepsiCo; a Ambev, mas mais de 30 médias e pequenas empresas produtoras de concentrados que estão no Estado do Amazonas, certamente, deverão anunciar a sua retirada.

E por que isso? Repito, porque lamentavelmente, no mês de maio, a fim de arrecadar recursos para garantir os subsídios para a importação de óleo diesel, o que o Sr. Michel Temer fez? Além de retirar recursos importantes do Orçamento Geral da União, recursos da saúde, recursos da educação, Senador Humberto Costa, ele também assinou um decreto retirando todos os incentivos do setor de produção de bebidas. E o fez através do Decreto 9.394, de 30 de maio de 2018.

Na sequência, eu apresentei, com o apoio de toda a bancada do Amazonas, o Projeto de Decreto Legislativo 57, de 2018, que sustava, por considerar inconstitucional o decreto presidencial, os efeitos do decreto presidencial. Esse projeto contou com o apoio da grande maioria dos nossos pares, e aprovamos o projeto por larga maioria de votos aqui no Senado Federal, mas, lamentavelmente, o projeto que deveria ter sido votado na Câmara dos Deputados não foi, apesar da promessa do Presidente daquela Casa, Deputado Rodrigo Maia, feita à nossa bancada de não apenas pautar a matéria mas de buscar o apoio político necessário para que também esse projeto fosse votado na Câmara dos Deputados.

Lamentavelmente não o foi. E o que aconteceu? Aconteceu que, numa manobra legal, Michel Temer, com medo de que o projeto fosse votado na Câmara dos Deputados, editou um novo decreto, promovendo mudanças paliativas na diminuição dos incentivos fiscais, mudanças que não seriam – e todos sabíamos – suficientes para garantir a manutenção dessas empresas na Zona Franca de Manaus, o que fez com que apresentássemos este novo decreto.

O Decreto 9.514 foi publicado no *Diário Oficial* do dia 27 de setembro deste ano de 2018, ou seja, em plena campanha eleitoral. Mas nós apresentamos um novo projeto de decreto legislativo que, lamentavelmente, em decorrência da exiguidade de tempo, visto que temos apenas poucos dias ainda de sessões legislativas, não tínhamos como votar aqui e na Câmara dos Deputados um novo projeto de decreto legislativo, sustando essa medida.

Então, não nos resta outra alternativa a não ser fazer um apelo ao Poder Executivo, ao Senhor Michel Temer, para que reveja a sua posição, porque o que ele vai fazer é retirar 14 mil empregos da Zona Franca de Manaus; do Estado que mais tem sofrido com o desemprego no Brasil, que tem um percentual de desemprego superior à média nacional. E, assim, ele coloca não apenas trabalhadores na casa do desemprego, mas ele coloca a própria Zona Franca de Manaus em xeque, porque retira a nossa segurança jurídica, o que é fundamental para o equilíbrio e para a manutenção do setor. É lamentável o que está acontecendo!

E ainda, Sr. Presidente, eu escuto de colegas meus pronunciamentos dizendo que torcem para que o Brasil dê certo. Nós não apenas torcemos; nós trabalhamos para que o Brasil dê certo. Aliás, quem não fez isso foi a oposição aos Governos de Dilma e Lula. Eles que não



fizeram, que não tiveram a responsabilidade suficiente para se unir a um governo que foi legitimamente eleito em 2014 e ajudá-lo a superar a crise econômica por que passávamos. Pelo contrário; eles, sim, jogaram na tese do quanto pior, melhor. E olhe onde está nos levando essa tese do quanto pior, melhor – olhe onde está nos levando.

A Zona Franca de Manaus, o Estado do Amazonas, o meu Estado, talvez seja a maior vítima disso tudo, porque o nosso modelo, além de ser baseado em incentivos fiscais, no geral incentivos fiscais federais, de tributos federais, o nosso modelo Zona Franca de Manaus depende basicamente do consumo interno, do próprio mercado interno, do mercado nacional. E, se a economia brasileira vai mal, a Zona Franca, o nosso modelo, é o primeiro a sentir os reflexos negativos.

Então, eu quero aqui não apenas lamentar, mas fazer um apelo, inclusive à própria Bancada do Estado do Amazonas, cuja maioria apoia o Governo de Michel Temer – a maioria! A maioria apoiou a saída de Dilma dizendo que não, que esse outro governo que iria entrar seria muito bom para a Zona Franca de Manaus. Então, eu pergunto aos Srs. Deputados Federais, Senadores: e agora? Cadê o compromisso com a Zona Franca de Manaus?

Então, Sr. Presidente, eu quero dizer que isso é algo extremamente preocupante e repito o porquê: não só o que já muito grave, pelos 14 mil empregos que nós podemos perder, e, aí, esse é o único setor que tem uma atuação direta no interior do Estado do Amazonas, com a agricultura familiar, com a pequena e média produção, no interior do Estado do Amazonas, de guaraná, de insumos...

Então, é gravíssimo esse risco que nós estamos correndo, mas o mais grave ainda é que a própria Zona Franca de Manaus seja posta em xeque, porque, se um Presidente da República pode mexer, por decreto presidencial, em incentivos, significa dizer que ele pode acabar com a Zona Franca de Manaus com uma única canetada. E isso é muito ruim. Pergunto: quais as empresas que vão procurar se instalar na Zona Franca de Manaus, lá no coração da Amazônia brasileira? Não vão.

Então fica aqui o apelo.

E quero dizer que continuaremos até o último minuto, até o último momento lutando para que essa situação seja revertida.

E por fim, Sr. Presidente, neste tempo que me resta, e com a benevolência de mais alguns pouquíssimos minutos de V. Exa., quero dizer que hoje é mais um dia muito importante para o Presidente Lula. A 4ª Turma do Supremo Tribunal Federal deverá votar mais um pedido de *habeas corpus* do Presidente Lula, um pedido que solicita a anulação do seu julgamento por parcialidade do juiz primário que julgou e que primeiro condenou o Presidente Lula, que foi o Ministro Moro, que foi quem primeiro, repito, julgou e, sem nenhuma prova, condenou o Presidente Lula. Então é muito importante que todos possam acompanhar.

Eu quero dizer que tenho esperança de que justiça ainda seja feita em relação ao ex-Presidente Lula, que, repito, é um preso político, encontra-se preso por uma decisão política e não por uma decisão jurídica, calcada ou baseada em qualquer prova relativa a qualquer ato de corrupção, porque, vamos ver: foi condenado o Presidente Lula, Senador Humberto, por ser proprietário de um apartamento que nunca, nunca lhe pertenceu. Então a decisão de hoje é muito importante.

E outra notícia que nos chega ao conhecimento é a de que, mais uma vez, o Ministro Lewandowski teria autorizado o Presidente Lula a conceder entrevistas. Veja, mais uma vez,



porque essa autorização ocorreu em plena campanha eleitoral – autorização que foi barrada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, alegando o quê? Alegando que aquela decisão poderia interferir no pleito eleitoral. Aí eu pergunto: se uma simples entrevista do Presidente Lula não pôde ser dada porque poderia haver interferência no pleito eleitoral, o que aconteceu então com a "delação" do Ex-Ministro Palocci, delação entre aspas, que foi divulgada em plena campanha eleitoral? Isso não tinha problema nenhum e não teria interferência nenhuma no processo eleitoral. Vejam as senhoras, vejam os senhores que nos escutam: dois pesos e duas medidas utilizados nos últimos tempos pela Justiça brasileira. Isso é lamentável! É lamentável!

Eu tenho lido matérias em que o Presidente do Supremo Tribunal Federal diz que a hora agora é do recolhimento do Supremo Tribunal Federal. Vejam: do recolhimento do Supremo! Diz ele que o Supremo tem que se recolher. Palavras dele. O que é que significa isso? Não esteve recolhido até agora? Interferindo, aliás, em processos, não apenas no último processo eleitoral, mas em processos anteriores, quando uma gravação ilegal de uma Presidente da República em exercício com um ex-Presidente foi divulgada – uma gravação ilegal? A gravação era ilegal.

(Soa a campanha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Foi divulgada com o único intento, o único objetivo de interferir num processo em andamento no Congresso Nacional, aqui no Senado Federal. E agora decisões que interferiram, sem dúvida nenhuma, no pleito.

Então, por essas questões, Sr. Presidente, é que tenho ainda esperança, visto que as eleições já foram concluídas, já terminaram, de que seja feito um mínimo de justiça em relação ao ex-Presidente Lula e de que ele tenha a sua liberdade concedida, tenha o seu julgamento anulado, para que possa, dentro de uma situação de normalidade, sem qualquer interferência política, ter direito a um julgamento justo e ser julgado não de acordo com opiniões políticas,...

(Soa a campanha.)

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... mas ser julgado de acordo com tudo aquilo que consta nos autos.

Eu repito e utilizo sempre as palavras ditas pelo Juiz Cássio Borges, que é o Presidente da Associação de Juízes do meu Estado do Amazonas, que não é partidário do Presidente Lula, muito menos do Partido dos Trabalhadores, Senador Humberto, nunca foi eleitor do Partido dos Trabalhadores, mas tem publicado belos trabalhos, mostrando a ilegalidade, a injustiça cometida contra o Presidente Lula, que, repito, foi condenado sem qualquer tipo de prova.

Mas, repito, hoje mais um julgamento acontecerá em relação a mais um *habeas corpus* do Presidente. Eu espero que, pelo menos agora, a justiça seja feita em relação a nosso querido ex-Presidente Lula.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senadora Vanessa.

A Senadora Vanessa falou como oradora inscrita.

Dando seguimento, pela Liderança do PMDB, o Senador Dário Berger.

Depois, Senador Humberto Costa, como orador inscrito.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/MDB - SC. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, preliminarmente, quero fazer um registro de que nos visita nesta



oportunidade o nosso Vice-Prefeito de Florianópolis, João Batista Nunes, que é o atual Vice-Prefeito e, por coincidência, quando eu fui Prefeito daquela cidade, ele também foi meu Vice-Prefeito.

Orgulha-nos muito poder recebê-lo, sobretudo porque tratamos hoje, no Ministério do Turismo e na SPU, de temas relevantes para a cidade de Florianópolis, como o Parque do Córrego Grande, o Parque de Coqueiros e também todo o aterro, o acréscimo de Marinha no centro da cidade. É pretensão da administração municipal requerer essas áreas, uma vez que o Município já as administra de forma objetiva, e não há por que o Governo do Estado não ceder essas áreas ao Município para que o Município possa desenvolver aquela região, sobretudo o centro histórico ali, com projetos urbanísticos e melhoria da qualidade da infraestrutura local.

Pretendo também, Sr. Presidente, fazer uma breve reflexão, bem simples, quanto ao cenário atual do ambiente de negócios que estamos vivendo no momento; enfrentar também os enormes desafios e contribuir na medida do possível para o resgate do desenvolvimento econômico, do crescimento econômico, da geração de oportunidades, de emprego e de renda, para que nós possamos colocar o Brasil, como eu falei, no ritmo do desenvolvimento.

Acho que posso afirmar com convicção que temos um grande e poderoso desafio pela frente. Minha reflexão pretende rapidamente abordar temas embora, como falei, superficialmente, como a burocracia, o ambiente de negócios, a insegurança jurídica, a judicialização e a criminalização da política.

Como é público e notório, um dos maiores e mais graves problemas que retardam ou inviabilizam os investimentos no Brasil é o excesso de órgãos, o excesso de leis, o excesso de normas, o excesso de instruções normativas, o excesso de decretos, o excesso de portarias, enfim o excesso de regras e normas que interferem nos processos administrativos. O que frequentemente, de forma sistêmica, resulta em decisões divergentes e desconexas, provocando aquilo que nós chamamos de insegurança jurídica. E sem segurança jurídica, Senador Cidinho Santos, não há investimento. Os investimentos se afugentam.

O certo é que os elevados interesses da Nação requerem do Poder Público uma atuação rápida e segura integrada e harmônica para atender as demandas econômicas, resultado de uma necessidade premente, principalmente em termos atuais, quando nós temos mais de 13 milhões ainda de desempregados.

Só assim os investimentos voltarão a acontecer no Brasil, e o Brasil poderá então voltar aos tempos do crescimento e do desenvolvimento econômico.

O Brasil é um País muito complicado para se fazer negócio, e a maior preocupação encontra-se no sistema tributário.

Sr. Presidente, desde a promulgação da Constituição de 1988, a nossa Constituição cidadã, que acaba de completar cerca de 30 anos, foram emitidas nada mais nada menos do que 390 mil normas tributárias nas esferas federal, estadual e municipal – eu vou repetir: em 30 anos, estima-se – levantamento que se tem – que foram emitidas 390 mil normas tributárias nas três esferas da Federação, o que representa um absurdo, e, mais do que isso, o excesso de normas, de regras, de leis, de instruções normativas representa um deboche com quem trabalha e com quem produz neste País.

Estima-se que no Brasil as empresas brasileiras tenham que lidar, em média, com mais de quatro mil normas tributárias todos os meses. Portanto, somos uma Pátria com um pé no



futuro e outro acorrentado no passado, acorrentado ao difícil ambiente de negócios, acorrentado à insegurança jurídica, enfim, acorrentado à burocracia.

Esse é um dos maiores entraves do desenvolvimento e do crescimento econômico. Tais dados, embora mais graves hoje, não são novidades para ninguém. Essa é uma realidade antiga que não pode perdurar.

Peter Drucker, o pai da administração moderna, disse ou defende a tese que, abre aspas: "Se você quer algo novo, você tem que parar de fazer algo velho".

Só para ilustrar e puxar um pouco lá para o meu Estado, o Estado de Santa Catarina, que é o segundo Estado mais competitivo do Brasil... E isso não foi conquistado por acaso, isso é fruto de muita luta, muito trabalho, muita perseverança, muita dedicação. Santa Catarina ocupa apenas um pouco mais de 1% do Território nacional, mas, mesmo assim, se apresenta ao País como a sexta economia do Estado brasileiro. Sua economia é forte e diversificada. E como ser – em uma pergunta – competitivo, enfrentando uma burocracia dessa envergadura exigida no Brasil? Precisamos mudar efetivamente essa triste realidade urgente. Precisamos desburocratizar o Brasil, simplificar normas, métodos e processos. Precisamos iniciar um novo ciclo, um ciclo de prosperidade e de trabalho, valorizando a produção, valorizando quem efetivamente trabalha e fazendo com que nós possamos resgatar, fundamentalmente, o orgulho de ser brasileiro e voltar a ser um País que tenha os pés voltados unicamente para o futuro.

Esse é o grande objetivo que eu tenho como Senador e deve ser o objetivo do novo Governo que se apresenta para governar o País nos próximos quatro anos.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Dário. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Dando sequência, Senador Humberto Costa.

E, em seguida, Senadora Ana Amélia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, aqueles que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, internautas que também nos acompanham pelas redes sociais, o futuro Governo do Presidente eleito, Jair Bolsonaro, deu forma final à composição dos seus ministérios. Ele havia prometido que seriam 15 – durante a campanha repetiu essa afirmação –, mas, como tantos outros fatos sobre os quais ele mentiu e/ou escondeu, essa virou mais uma das suas *fake news*. O número de ministérios vai ficar em 22, sete a mais do que o que ele havia prometido. E entre essas duas dezenas de pastas, não haverá mais o Ministério do Trabalho, um órgão criado há 88 anos para assegurar uma parte extremamente sensível no nosso direito social e que vai ser extinto por uma canetada do Presidente eleito.

Em mais um recuo de sua parte, Bolsonaro anuncia que vai acabar com o ministério que ele havia assegurado manter. Áreas importantíssimas do Ministério do Trabalho, criado por Getúlio Vargas em 1930, serão distribuídas para outras pastas, trazendo prejuízos imensos às funções institucionais e à própria interligação desses setores que estarão agindo separadamente a partir do dia 1º de janeiro.

É uma medida desastrosa para um País que amarga hoje 27 milhões de desempregados e subocupados.



A área responsável pela emissão de registros sindicais vai para a alçada do Ministério da Justiça, do Juiz exonerado Sérgio Moro, indicando um viés preocupante de subordinar atividades relativas ao sindicalismo a uma jurisdição policial.

Eu espero, sinceramente, que não seja mais um passo na criminalização dos movimentos sociais e na liberdade de organização, que é uma viva vontade desse pessoal.

Outro indicativo muito ruim vem com o direcionamento que está sendo dado aos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, o FGTS, e o Fundo de Amparo ao Trabalhador, o FAT, recursos da ordem de quase R\$1 trilhão que estão sendo colocados sob a gestão do Ministério da Economia, ou seja, vão meter a mão no dinheiro dos trabalhadores para fazer novos acenos ao mercado? É o que nós perguntamos. O patrimônio dos trabalhadores é intocável, não pode ser utilizado para manobras fiscais, manobras que serão realizadas por um ministro, ele próprio, sob a investigação.

Então, é uma reforma danosa, porque foi pautada por interesses ideológicos, no que tange aos sindicatos, e por interesses econômicos em relação a essa vontade de passar nos cobres o dinheiro dos trabalhadores.

É por isso que áreas consideradas menos importantes por esse futuro Governo de pensamento estreito – áreas como a da economia solidária e o próprio Sistema Nacional de Emprego, o Sine, ainda não têm destinos definidos.

Essa extinção do Ministério do Trabalho está em consonância com todo o projeto já iniciado no Brasil por Temer e que será aprofundado orgulhosamente pelo Presidente eleito, a partir do ano que vem. Eles fizeram aprovar a terceirização irrestrita que acabou com as atividades-fim e a especialidade no emprego. Eles fizeram aprovar a reforma trabalhista, que alterou mais de 100 dispositivos da CLT, retirando direitos do trabalhador e precarizando as relações laborais.

Agora, eles extinguem o Ministério do Trabalho. Não duvidem que proximamente acabem também com a Justiça do Trabalho. Estão metendo fim a anos de conquistas históricas e lançando os trabalhadores, a parte mais fraca dessa relação econômica, ao completo desalento, ao desamparo legal total.

Jovens que começam a entrar no mercado e as gerações que os sucederão não terão a proteção necessária do Estado para evitar o uso abusivo da sua força de trabalho. É a volta ao período da revolução industrial e, em alguns casos, aos próprios anos da escravidão.

Isso porque a extinção do Ministério do Trabalho levará, também, a uma profunda interferência nas áreas de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, já severamente prejudicadas por medidas de Temer em favor dos interesses espúrios da bancada ruralista, bancada essa que vai comandar o Ministério da Agricultura, de Bolsonaro.

Então, temos aí uma rede muito bem articulada, uma engrenagem montada cuidadosamente para esmagar os pobres, com a finalidade de aumentar o lucro dos ricos. Estamos, na contramão do mundo, rasgando textos internacionais de proteção ao direito social, dos quais fomos signatários junto à Organização Internacional do Trabalho.

Esta, aliás, tem sido a tônica de Bolsonaro: o desrespeito total aos tratados internacionais que ele vai negando, um a um, assim como fez com o assinado com a Organização Pan-Americana de Saúde, que garantiu o Mais Médicos ao País e, agora, dada a ruptura, joga-nos no completo caos.



Não demora, o Brasil estará submetido, Sr. Presidente, a uma série de sanções internacionais por desrespeito aos princípios básicos da dignidade humana. Assim como outras ações de Bolsonaro, essa extinção do Ministério do Trabalho será, enfim, desastrosa para o nosso povo. Mas, certamente, muito lucrativa para o empresariado, a quem o presidente eleito bate continência todos os dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Dando sequência, passo a palavra, então, à Senadora Ana Amélia, como oradora inscrita. Depois, Senadora Ângela Portela.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Cidinho Santos; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; nossos telespectadores da TV Senado; ouvintes da Rádio Senado, eu tinha preparado um começo de pronunciamento, mas ouvindo a manifestação que me antecedeu, eu não posso ficar calada. Não posso! Não posso porque os telespectadores que costumam assistir a estas sessões no Brasil inteiro, Senador Cidinho – lá em seu Mato Grosso, lá no meu Rio Grande, lá em Recife, lá em Pernambuco, lá no Acre, lá em São Paulo, no Rio, em Campo Grande –, essas pessoas ficam acompanhando e querem que a gente reaja.

E aqui foi dito que o Governo que está e o que vem ficam aumentando o lucro dos ricos – aumentando o lucro dos ricos! Parece até que esqueceram que quem mais cresceu, quem mais ganhou dinheiro no Governo que ficou 13 anos no poder, quem mais ganhou dinheiro foram as empreiteiras, as grandes corporações, o sistema financeiro. É por isso que se dizia que o Getúlio era o pai dos pobres, e a Dilma, a mãe dos ricos – por isso!

Quando chegou aquela "crisinha", marolinha famosa, o que aconteceu? Um enorme benefício de estímulos à chamada linha branca. Qual era o setor? Agora, de novo, os ricos. Grandes lucros por conta do Governo atual e do futuro Governo, que ninguém sabe ainda como vai ser, porque ele não assumiu.

As pessoas não têm noção de olhar um pouquinho o retrovisor, nesse caso. Qual é o retrovisor, Senador? O retrovisor de que eu falo foi o que aconteceu com os trabalhadores das estatais. Passaram a mão no dinheiro deles – nem passaram a mão. Mas houve casos de denúncias que o Ministério Público está investigando de prejuízos aos aposentados – passaram a mão no dinheiro dos aposentados, Senador Cidinho. E mais ainda: dinheiro mal aplicado no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); desvios do seguro-desemprego. E, quando a crise apareceu, em 2014, 2015, deram um torniquete. Quem critica hoje... Torniquete no seguro-desemprego, porque não fizeram nenhuma fiscalização. Havia muita irregularidade. Para se ter uma contabilidade disso, usavam, naquela época em que o emprego estava muito melhor que hoje, R\$48 bilhões para seguro-desemprego. E sabe quanto para o Bolsa Família, na mesma época? A metade: R\$24 bilhões. Mas não havia alguma coisa fora do contexto, uma coisa errada? É evidente que havia.

Então, eles vêm aqui, na oposição, e fica fácil dizer. Mas a gente precisa contextualizar isso.

Vejam só: os desvios no BNDES; as auditorias feitas; o petrolão; o mensalão. Então, tudo isso... Daria para a gente desfiar um rosário de irregularidades que a Lava Jato está investigando.



Então, devagar com o andor, porque o santo é de barro. Não venham... Fala a língua portuguesa.

E agora eu vou chegar ao que eu gostaria de falar mesmo, Senador. Eu, nesse mês de novembro, recebi, só no *e-mail* do Senado Federal, no oficial – não estou falando no Facebook, no Twitter, no Instagram –, só no *e-mail* oficial, no ana.amelia@senadora.leg.br, foram mais de 12 mil correspondências, a maior parte delas, Senador, de pessoas lamentando que eu, a partir do ano que vem, não estarei aqui. Isso é muito gratificante. E eu queria falar agora para um jovem lá de Campinas, Lucas Alves Bertolazi. Ele tem 18 anos, Senador, e me mandou uma mensagem dizendo que assiste, acompanha e sabe do meu trabalho no Senado – 18 anos.

É muito bom saber que a juventude está acompanhando o que nós fazemos aqui nesta Casa. Então, Lucas Bertolazi, que está me vendo agora, que pediu que eu fizesse e gravasse um vídeo para mandar para você: eu estou citando o seu nome aqui para todo o Brasil pela TV Senado, na tribuna do Senado, que é uma tribuna muito honrosa, com que os eleitores, as eleitoras do Rio Grande do Sul me honraram em 2010 com mais de 3,4 milhões de votos.

Então, estou encerrando o mandato e, como você disse na sua correspondência, entrei pela porta da frente e saio pela porta da frente, entrei ficha limpa e saio ficha limpa. Então, Lucas, a mensagem que eu lhe mando: continue, continue fiscalizando, continue vendo o que nós fazemos aqui, todos os Senadores, os Senadores do seu Estado, os Deputados do seu Estado – porque a Câmara também tem as apresentações. Então, Lucas Bertolazi, muito obrigada pela mensagem. Você tem apenas 18 anos e a sua mensagem me emocionou muito.

Agora, eu recebo também lá de São Paulo a D. Stella Carmona, Senador. A D. Stella, ao contrário do Lucas, tem 88 anos e acompanha, como o Lucas, as transmissões da TV Senado que nós fazemos aqui, o que dizemos aqui. D. Stella, eu também me comovi com a sua mensagem, porque uma pessoa da sua idade ter passado tantas experiências ao longo da sua vida, com a sua família, profissionalmente, hoje acompanhar a política e ter esse ânimo de fazer uma mensagem como essa é gratificante. Mais do que isso: isso é uma responsabilidade, e a senhora, como cidadã, que até nem precisa mais votar, está exercendo a sua cidadania. Então, D. Stella Carmona, muito obrigada pela mensagem que me escreveu.

Eu queria aqui também dizer que recebi uma mensagem de um arquiteto, eu imagino do Rio de Janeiro, porque ele fala muito na Petrobras, no pré-sal. Mandou-me uma cópia do artigo de Guilherme Estrella, que foi o inventor, o geólogo que descobriu o pré-sal, e a primeira frase dele é esta: "Essa é a primeira vez que faço contato com uma Parlamentar na minha vida, e olha que já estou com 66 anos de idade". Ele é um arquiteto, José Eduardo Graça. Eu também agradeço a ele pelo que escreveu nessa mensagem, que até foi referente ao discurso que eu fiz aqui no dia 28 de outubro – aliás, 29 de outubro –, a respeito do comportamento dos candidatos que disputaram o segundo turno nas eleições, de cada um deles.

Finalmente – mas não dos 12 mil que vou ler –, eu queria também aqui falar do Andrew Cavalcante Coelho. O Andrew Cavalcante Coelho tem 26 anos, reside em Recife, Pernambuco, e, na mensagem dele, ele disse que acompanha o trabalho pelo YouTube – para ver a força das redes sociais, não só o Facebook, mas o YouTube, o Twitter e o Instagram. Ele acompanha as redes sociais.

Por que eu trago essas mensagens nesses casos específicos? Porque são pessoas de diferentes cidades, de diferentes Estados, com diferentes percepções sobre o nosso Brasil e todas elas têm a expectativa muito positiva de que as coisas vão dar certo. Não é essa tragédia anunciada que a



oposição já está fazendo, já está destruindo tudo antes de as coisas terem começado. Então, se antes de terem começado, já estão atacando do jeito que atacam, imagine quando chegar o Governo. Então, que se prepare o Governo.

Queria terminar, Senador Cidinho Santos, e dizer que, além dessas mensagens, hoje é o Dia Nacional de Combate à Corrupção. E isso vem de uma celebração internacional, porque a corrupção não é uma questão exclusiva do Brasil, é universal, aliás, a corrupção está inserida no gênero humano.

Hoje tivemos uma audiência pública na CCJ, que foi requerida pelo Senador Randolfe Rodrigues, muito oportuna, porque os representantes da sociedade civil, de organizações não governamentais foram muito claros, e a representante especialista nessa área, da Fundação Getúlio Vargas, trouxe um elenco de medidas estruturadas sobre o combate e a prevenção à corrupção. Não basta não ser corrupto, tem que prevenir a corrupção. E é preciso também alguns fatores – e me alegrou muito ter ouvido deles.

Primeiro, a necessidade de desburocratizar este Estado, o Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual ou municipal; desburocratizar. Quanto mais burocracia, mais dificuldade para vender facilidade. Esse caminho nós sabemos como é.

A segunda questão é regulamentar, legalizar o *lobby*. Ao contrário do que muitas pessoas pensam, o *lobby* legalizado dará o quê? Transparência a quem aqui vem defender os seus interesses, são legítimos os interesses. Então, tem que ser escancarado, tem que ser aberto. Está aqui o Senador tal, representando o Estado tal, os produtores de soja, os produtores de maçã de Santa Catarina, os produtores de qualquer área ou qualquer setor. O Ministério Público vem aqui defender as suas posições, o Poder Judiciário da mesma forma. Então, que o *lobby* de cada uma dessas instituições, seja da segurança, seja de qualquer uma delas, tenha a institucionalização adequada. E a regulamentação é a forma mais transparente de você fazer...

(Soa a campainha.)

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o exercício dessa atividade.

E há também um dado, Senador, um dado importante: a educação. Não adianta quisermos reduzir a corrupção no Brasil se nós não mudarmos a cultura em relação à corrupção. E a cultura começa pela educação, a educação que é da base. E lá também foi mencionado isso pela representante da Controladoria-Geral da União, muito apropriadamente.

E, por isso, eu renovo aqui um projeto que foi feito pela Promotora de Justiça de Alta Floresta, em Mato Grosso, no seu Estado, Luciana Freitas, uma jovem Promotora de Justiça que decidiu levar para as crianças da escola de primeiro e segundo graus o que é a corrupção, para discutirem na prática o que é corrupção. E as crianças, que têm uma facilidade muito grande de aprender rápido, já entenderam que até furar a fila da merenda escolar, até bater num colega ou praticar *bullying*, tudo isso é uma forma de desrespeitar uma lei. E, quando você entende esses princípios, você sabe também que não pode roubar a borracha, não pode colar do colega, porque tudo isso é uma forma de apropriação indébita do que é alheio. Então, a criança já começa a aprender desde cedo esses princípios e será capaz também de dizer para o pai ou para mãe: não faça isso porque isso está errado, isso é corrupção.



Então, Senador Cidinho, hoje é um dia que temos para celebrar em relação a essa matéria tão importante, porque não é apenas celebração, temos que praticar, no dia a dia também, para sermos preventivos à corrupção e não praticarmos a corrupção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Parabéns pelo seu pronunciamento. Com certeza os seus fãs e admiradores de todo o Brasil que assistem a V. Exa. vão aumentar ainda mais as mensagens para a oportunidade de V. Exa. reverenciá-los aqui.

Parabéns.

Dando sequência, Senadora Ângela Portela, como oradora inscrita.

A SRA. ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Cidinho Santos, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Senado deverá se manifestar, nos próximos dias, sobre um projeto que apresentei para proteger direitos de usuários de transportes aéreos.

Todos sabemos que o Brasil convive com um oligopólio no setor de transportes aéreos. Essas poucas empresas impõem livremente seus interesses sob os olhares complacentes da Agência Nacional de Aviação Civil, mais uma das pretensas agências reguladoras que foram aparelhadas e capturadas pelos grupos que deveriam fiscalizar. É só verificar o aumento absurdo das tarifas no período natalino para constatar a que ponto os consumidores são submetidos a essa tirania.

O projeto que está agora sob exame, o PLS 22, de 2013, de minha autoria, visa justamente corrigir essas distorções. Queremos combater, portanto, práticas extremamente danosas aos consumidores adotadas pelas empresas aéreas na defesa exclusiva de seus próprios interesses. Exemplo disso são a súbita interrupção de serviços, a supressão de frequências, o cancelamento de voos, a cobrança adicional por serviços essenciais e o abuso do poder econômico.

O projeto que apresentamos tem por objetivo combater práticas dessa natureza, as quais são fontes de sérios prejuízos para os usuários do serviço de transporte aéreo. Para isso, valemos-nos, em primeiro lugar, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, e, em segundo lugar, da Lei 12.529, de 30 de novembro de 2011, que dispõe sobre a prevenção às infrações contra a ordem econômica.

Com o objetivo de compensar transtornos e prejuízos decorrentes do cancelamento de voos, expediente a que recorrem com muita frequência as empresas aéreas, o projeto acrescenta ao código artigo que garante ao passageiro o recebimento de multa a ser paga pela empresa aérea no valor equivalente ao da tarifa cheia cobrada no trecho correspondente, acrescida de reembolso do valor pago na aquisição do bilhete.

Procuramos também proceder à alteração na legislação sobre defesa da concorrência e combate às infrações à ordem econômica, consubstanciada na Lei nº 12.529, de 2011. O projeto, assim, trata como infração a desistência ou suspensão da exploração de linha aérea sem prévia comunicação à autoridade aeronáutica. Observa-se neste ponto que o comunicado deve ser feito, pelo menos, três meses antes. Além disso, impede, por prazo não inferior a dois anos, a retomada da linha pela empresa aérea que houver desistido de explorá-la. Enfim, garante ao Poder Público competência para propor a revisão da autorização para exploração de linha aérea em caso de manipulação de tarifas ou de parâmetros operacionais do serviço com vista à dominação dos mercados ou à eliminação da concorrência.



Essa manipulação é muito frequente nos mercados de menor porte, que, ao contrário dos grandes centros, dependem de poucas linhas aéreas para contarem com ligações para o restante do País. É o caso do meu Estado. Nós temos poucos voos e, durante o dia, nós não temos nenhum voo direto para Brasília. É uma coisa absurda.

A supressão de voos é comum, assim como é comum a manipulação de frequências para eliminar a concorrência, prejudicando, assim, o consumidor e, na prática, caminhando para o isolamento de cidades que contam com menor fluxo de passageiros.

Estamos no fim do ano, fim de Legislatura. Mesmo assim, eu espero que a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado se pronuncie, de modo a garantir a tramitação desse projeto, que será certamente, se for aprovado, transformado em lei, extremamente benéfico aos usuários do transporte aéreo em todo o Brasil.

Sr. Presidente, eu queria também falar de um outro tema muito importante e muito caro para todas nós mulheres congressistas em nosso País.

Nós estamos entrando agora em fase decisiva de importante campanha, endossada pela Organização das Nações Unidas, de combate mundial à violência contra a mulher. A campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres é uma mobilização global da sociedade civil, que se estende por todo o mundo.

No Brasil, dura na prática 21 dias, pois inicia-se no dia 20 de novembro, que é o Dia Nacional da Consciência Negra, e se encerra no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Essa mobilização global é apoiada pela campanha do Secretário-Geral da ONU, que recebeu o nome Una-se pelo Fim da Violência contra as Mulheres, com o objetivo de sensibilizar, compartilhar o ativismo, conhecimento e inovação no que se refere a prevenir e eliminar a violência contra mulheres e contra meninas.

No Brasil e no mundo, a ONU Mulheres realiza a campanha Pinte o Mundo de Laranja pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Governos, sociedade civil, escolas, universidades, empresas, associações esportivas, todos manifestam solidariedade às vítimas, às ativistas, aos movimentos de mulheres para pôr fim à violência contra as mulheres em todo o Brasil.

Desde 2008, essa campanha da ONU atua para gerar mais consciência pública e incrementar a vontade política e os recursos designados a prevenir e responder à violência contra as mulheres. Para isso, as Nações Unidas fazem um chamado a governos, sociedade civil, meios de comunicação, setor privado, jovens, homens e mulheres, a somar esforços para o fim da violência contra as mulheres e meninas.

O dia 25 de cada mês é proclamado pela ONU como Dia Laranja. É um movimento para tentar aumentar a conscientização, as ações para o fim da violência contra as mulheres e as meninas. A cor laranja, vibrante e otimista, representa um futuro livre de violência.

Em nosso Estado, a data é marcada por uma série de ações voltadas para o combate a esse tipo de violência. Ao longo de dez anos, Roraima registrou um assustador crescimento de 92,3% no número de homicídios de mulheres. A constatação é do Mapa da Violência, que analisa dados do Ministério da Saúde e que foi publicado em junho deste ano.

De acordo com esse levantamento, Roraima havia registrado, em 2006, o assassinato de 13 mulheres. Dez anos depois, em 2016, 25 mulheres em Roraima sofreram morte violenta. Isso coloca Roraima em primeiro lugar no *ranking* da taxa de homicídios do País, com dez homicídios de mulheres para cada 100 mil habitantes. A taxa é igualmente assustadora, pois



fica bem acima da média nacional, que ficou em 4,5 homicídios por 100 mil habitantes. Então, Sr. Presidente, Roraima tem dez mortes por 100 mil habitantes, e a média nacional é de 4,5 homicídios por 100 mil habitantes, uma coisa assustadora.

Constatamos, assim, o aumento de assassinatos de mulheres no País e a lamentável posição do nosso Estado não apenas como a unidade da Federação com maior proporção de número de mortes criminosas de mulheres, mas também como a que registrou maior crescimento desse tipo de crime. São dados constrangedores para Roraima.

Entretanto, Sr. Presidente, nós podemos registrar também uma reação a essa terrível escalada. O Núcleo de Mulheres de Roraima desenvolve já uma série de iniciativas destinadas a combater a criminalidade contra as mulheres. Ontem foi inaugurada a Casa da Mulher Brasileira, onde funciona a Delegacia de Defesa da Mulher, que visa acolher as mulheres vitimizadas. Participei dessa iniciativa, que continuo apoiando.

Sr. Presidente, até a sanção da Lei Maria da Penha, as mulheres não possuíam um instrumento legal específico para a violência doméstica. Era necessário recorrer ao Código Penal, e muitas vezes o agressor ficava impune. Só com o combate efetivo à violência contra a mulher estaremos cumprindo nossa missão civilizatória.

Essa é uma campanha internacional, mas é também uma bandeira que precisa unir os brasileiros.

Então, nós fazemos um apelo: eu como Senadora de Roraima, que defendo o direito da mulher de ter uma vida digna, uma vida sem violência, registro aqui, mais uma vez, os 16 dias de ativismo contra a violência contra as mulheres brasileiras, as mulheres roraimenses.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Obrigado, Senadora Ângela Portela.

Há requerimento sobre a mesa.

Requerimentos nº 571 e 572, de 2018, dos Senadores Hélio José e Cidinho Santos, respectivamente, que solicitam, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para participar de missão oficial e comunicam, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estarão ausentes do País no período das respectivas missões.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – Pela ordem, Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Certamente vai ser suspensa a sessão por falta de oradores.

Eu queria solicitar a V. Exa., quando chegar o início da Ordem do Dia, o alerta, como iniciativa minha e do Senador Otto Alencar, para uma matéria importante sobre um projeto que vem da Câmara e que trata de manter inalterados os critérios de distribuição do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) aos Municípios, por conta da ausência do censo demográfico, que deveria ter sido feito, a cada cinco anos, pelo IBGE.



A instituição IBGE, que faz esse censo, justificou a não feitura desse censo demográfico por falta de recursos orçamentários. Mas as prefeituras municipais de todos os Estados não podem ser penalizadas – do meu Estado do Rio Grande do Sul, do seu Estado, da Bahia, de todos os Estados, que, em alguma medida, são prejudicadas – por uma escassez de recursos federais. Então, temos que encontrar uma saída para não haver penalização, porque aí não pode o Município pagar pela falta de cumprimento de um dispositivo legal de um terceiro, no caso de uma instituição pública, que é o IBGE.

Então, eu queria ponderar ao Presidente Eunício Oliveira, que ficou de tratar dessa matéria, sobre essa questão.

E há um projeto de lei do Senador José Serra que tem manifestação do Consefaz (Conselho de Secretários da Fazenda) de que esse projeto beneficia apenas o Estado do Senador Serra e prejudica os demais Estados, inclusive o seu Mato Grosso, o meu Rio Grande do Sul e todos os demais 22 Estados brasileiros, porque o Presidente do Conselho dos Secretários da Fazenda, que é do Rio Grande do Norte, faz um comunicado sobre isso.

Eu queria também lembrar que ontem recebi do Governador do Rio de Janeiro, o nosso ex-colega Francisco Dornelles, um lembrete sobre essa matéria que ele considera relevante sob o ponto de vista federativo. Estados como o Rio de Janeiro, como Minas Gerais e como o meu Rio Grande do Sul, que estão numa situação financeira muito séria, num desajuste fiscal sério, não podem prescindir, nós Senadores não podemos aprovar uma lei que venha prejudicar ainda mais esses Estados do ponto de vista fiscal.

Então, queria deixar como alerta, pedindo a V. Exa. que, quando o Presidente Eunício assumir a Presidência para a sessão deliberativa, sejam levadas em conta essas ponderações que faço agora aqui no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Cidinho Santos. Bloco Moderador/PR - MT) – A Mesa informa que está na pauta na Ordem do Dia.

Como não há orador inscrito, vamos suspender a sessão agora. Voltamos, daqui a pouco, com a Ordem do Dia, com o Presidente Eunício, e esses dois projetos a que a senhora se refere estão na pauta do dia de hoje.

Obrigado.

A sessão está suspensa.

(A sessão é suspensa às 15 horas e 42 minutos e reaberta às 17 horas e 10 minutos sob a Presidência do Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Há número regimental.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a sessão deliberativa desta Casa.

Primeiro item da pauta...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem.) – Estão aqui os Prefeitos e as Prefeitas da Bahia, todos interessados na votação do projeto que V. Exa., que é um municipalista de primeira grandeza, ficou de pautar hoje para



não prejudicar os Municípios na arrecadação no ano de 2019. Então, eu quero fazer esse apelo, como bom brasileiro e cearense que é – inclusive, de perto de onde a minha família vem, do Crato –, eu peço a V. Exa. para priorizar e votar esse projeto logo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – A Bahia toda já sabe que eu obedeço à ordem de V. Exa. sempre. (*Palmas.*)

Item 1.

Na sequência, votarei a matéria de V. Exa.

Mensagem nº 101, de 2018 (nº 598, de 2018, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Paulo Fernando Dias Feres, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Parecer nº 97, de 2018, o Relator foi o Senador Jorge Viana.

Discussão do parecer em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto do art. 291 do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – E eu peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário, estamos em processo de votação nominal.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O Senador Walter Pinheiro pede a palavra pela ordem.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro dizer da nossa alegria aqui, principalmente pela resposta de V. Exa. acerca do pleito feito pelo Senador Otto Alencar. Aliás, como diz V. Exa., um pedido de Otto é uma ordem, principalmente levando-se em consideração que o Senador Otto Alencar é seu conterrâneo. Portanto, eu acho que esta sessão se inicia no dia de hoje com essa expectativa atendida da parte não só dos Prefeitos e Prefeitas da Bahia que aqui estão mas, acredito, de Prefeitos e Prefeitas do Brasil inteiro, que estão nos acompanhando.

Na mesma linha, os Prefeitos e as Prefeitas e os Governadores e as Governadoras – está aqui a nossa próxima Governadora, pois "futura" ainda é muito longe, não é, Fátima? –, esses nossos gestores também anseiam por uma resposta, meu caro Presidente, acerca de um dos itens que estamos discutindo nesta Casa. Aliás, esse é um debate, Senadora Fátima – V. Exa. não estava aqui em 2012 –, que nós tivemos oportunidade de acompanhar. Em particular, éramos eu e o Senador Wellington Dias que tocávamos isso pela gloriosa Bancada do PT, a que tive oportunidade de pertencer. Foi possível travarmos um bom debate associado a outra coisa que esta Casa fez, Senador Eunício, que é bom, inclusive, registrar aqui nos *Anais*: nós resolvemos o problema do FPE, depois de vinte e tantos anos, com o STF nos cobrando para que entregássemos a nova lei do FPE. A partir dali, a gente também produziu aqui uma peça muito importante no que diz respeito, Senadora Ana Amélia, à questão da distribuição dos *royalties*, acabando com o que era uma discrepância, mas, infelizmente, esse projeto não andou.



A cessão onerosa que está pautada aqui hoje não é só uma questão de resolver um problema pontual em relação à questão de FPE e FPM. Ela também é a solução para aquela gravíssima distorção, Senadora Ana Amélia, produzida no País ao longo dos anos na distribuição dos *royalties*. Portanto, não se trata aqui de fazer um favor, não se trata aqui desta história de resolver um problema de fechamento de ano das contas para Estados e Municípios, mas sim de reparar um erro, de corrigir um rumo e de preparar o País para uma caminhada diferente.

Então, resolve um problema, ao mesmo tempo também solidifica o caminho para o novo Governo em nível nacional e cria um ambiente facilitador para as gestões tanto de governos estaduais quanto de governos municipais.

Portanto, Sr. Presidente, a gente é testemunha viva aqui do empenho de V. Exa. nessa matéria, e esse é um desejo que a gente já tem expressado nesta Casa – eu falo a gente enquanto Casa. Essa é uma posição que eu tenho ouvido aqui de todos os Senadores e quase é voz única aqui no Plenário, com relação à resolução desse gravíssimo problema.

O que nós temos de fazer é nos apartar completamente dessa história de quanto isso representa. Não pode a União fazer um debate de que isso vai representar tantos bilhões. Isso vai representar sim, a reparação na distribuição daquilo que é um bem de todo o País e não só, como nós tínhamos na regra passada para a distribuição de *royalties*, daqueles que estavam inclusive em frente à costa onde o pré-sal se encontra.

Portanto, é fundamental que a gente trate dessa matéria, e o Senado elegeu isso como prioridade. Cada vez mais ficamos felizes por saber do posicionamento firme do nosso Presidente. E aqui volto a repetir que temos certeza – talvez no dia de hoje não dê –, mas é importante inclusive que estiquemos as chamadas cordas dessa nossa tenda de negociação, para que a gente consiga, ainda no ano de 2018, buscar um bom caminho que solucione essa chamada caminhada jurídica que paute a questão da cessão onerosa sem onerar mais ainda Estados e Municípios, como vinha acontecendo no passado, Sr. Presidente.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Ana Amélia pela ordem.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Os baianos estão sempre na frente, mas, estando na companhia dos baianos, a gente está bem. O Senador Otto Alencar e eu estamos com o Senador Walter Pinheiro, do mesmo lado, porque esta é a Casa federativa: ela trata das questões da União, dos Estados e dos Municípios.

Nessa missão, é claro que a Bahia tem um número de Municípios afetados pela não realização do censo demográfico, pela perda do recurso do FPM na distribuição e repartição, muito mais do que o Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, são 12 Municípios, mas entre os 12 estão, Senador Eunício Oliveira, Uruguaiana, Santana do Livramento, Cruz Alta, São Borja, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul, São Sepé – cujo Prefeito me ligou ontem –, Tenente Portela, Crissiumal, Giruá, Sinimbu. E vou lhe dizer que só isso valeria, se fossem mais, também seriam aqui repetidos.

Então, eu quero endossar o pedido e agradecer a V. Exa. porque nós, os dois Senadores, Senador Otto e eu, na semana passada, pedimos a V. Exa. que incluísse na pauta e V. Exa.



explicou para o Plenário quais dificuldades estava encontrando nessa matéria, que tinha alguns conflitos com o Ministério da Fazenda. Resolvidos os conflitos, vamos votar hoje e dar mais tranquilidade aos Prefeitos, porque a situação não foi criada pelos Prefeitos, mas pela não feitura do censo demográfico pelo IBGE. Ora, não podem os Prefeitos pagar uma conta que não é deles. Então, eu faço essa ponderação agradecendo a V. Exa., porque já disse que o Senador Otto Alencar manda aqui.

Queria também dizer que o PLC 124... Agradeço ao Deputado Arthur Lira, que é do meu Partido, do Estado de Alagoas, e que tomou a iniciativa de resolver essa questão, dispondo sobre a fixação dos coeficientes da distribuição dos recursos do FPM, mantendo a mesma regra de 2018, a partir de agora, enquanto isso não for feito.

E também queria solicitar a V. Exa.... Virá um projeto aqui, Senador Eunício Oliveira, que é o Projeto de Lei do Senado 163. Esse projeto é do interesse do Estado que fez o dever de casa, o Estado de São Paulo, porém as regras de São Paulo não podem ser estendidas a todos os Estados brasileiros. Qual é o Governador que quer atrasar o pagamento ou parcelar o pagamento dos servidores públicos? Qual é o Governador que quer fazer isso? Ele está fazendo por uma contingência: queda de receita, aumento de despesa e um desequilíbrio nas contas. Essa lei está ligada ao teto de gastos. O Senador Serra, à luz do que São Paulo fez como dever de casa... Só que a economia de São Paulo é uma economia robusta, diversificada. O maior Estado brasileiro, mais forte economicamente, com mais condições econômicas de superação dos problemas pela receita que tem, merece o reconhecimento? É claro que merece. É dever do Senador de São Paulo defender o Estado? É claro que é. Porém, nós temos que argumentar.

Eu recebi ontem, Senador Lindbergh, um telefonema do Governador Francisco Dornelles – nosso colega aqui no Senado, grande operador da política, da boa política –, falando isso. E eu, como me considero a quarta Senadora do Rio de Janeiro também, Senador Lindbergh, me inteirei e conversei com a Secretaria da Fazenda do meu Estado, que também endossa uma manifestação feita pelo Conselho dos Secretários de Fazenda dos Estados, assinada pelo Presidente, que é do Rio Grande do Norte, da Senadora Fátima Bezerra, ponderando também aqui flexibilizar as punições constantes do §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 156, de 2016, a lei do teto, permitindo aos Estados maior prazo para se adequarem ao teto de gastos. É uma posição, eu diria, razoável, dada a situação de penúria em que os Estados estão. Se os Municípios, que são os primos pobres, estão com essas dificuldades, imaginem os Estados! Pelo menos três não pagam o salário em dia dos servidores, como é o caso do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

Então, Senador Lindbergh, já fiz o pleito aqui não só pelo Rio de Janeiro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Só queria...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... mas também pelo Rio Grande do Sul, porque são 22 Estados que estão na mesma posição, pedindo a mesma coisa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pela ordem.) – Eu só queria, Senador Eunício, me associar à Senadora Ana Amélia. Eu já havia conversado com o Presidente no dia de hoje.

Esse é o item 3, Projeto de Lei do Senado nº 163.



Recebi e conversei pessoalmente com o Governador do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles. Na verdade, são 22 Estados. Então, seria fundamental, antes de colocar em votação, que houvesse aqui uma discussão aprofundada, um acordo envolvendo todos os Estados da Federação, Sr. Presidente.

Então, eu faço questão aqui de me associar à Senadora Ana Amélia, que é de um Estado diferente. E volto a dizer: são 22 Estados que estão incomodados com essa modificação.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu peço aos Senadores e às Senadoras que venham ao Plenário. Estamos em processo de votação nominal.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora, Governadora Fátima.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero aqui também já me associar à Senadora Ana Amélia, ao Senador Otto e aos demais Parlamentares que aqui destacaram a importância do projeto de lei agora em discussão, que diz respeito à realidade dos Municípios do nosso País.

Mas, Sr. Presidente, eu quero aqui neste momento fazer um registro de mais uma importante reunião que o Fórum dos Governadores eleitos e reeleitos do Nordeste realizou nesta terça-feira, aqui em Brasília. Contamos desta vez, inclusive, com a participação do Governador do Amapá eleito, Waldez Góes, até porque a nossa intenção, inclusive, é formar o Fórum dos Governadores do Norte e Nordeste, para as discussões, fundamentalmente, de interesse regional, levando em consideração muitas das afinidades e similaridades que têm essas duas Regiões do ponto de vista das suas potencialidades, mas principalmente do ponto de vista dos seus desafios.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que a reunião de hoje foi muito proveitosa. Estivemos, inclusive, hoje com V. Exa. – com o Senador Eunício –, ocasião em que mais uma vez o Fórum dos Governadores do Nordeste renovou ao Senador Eunício todo o nosso apelo para que seja aprovado o Projeto de Lei 78, que trata da questão da cessão onerosa, ou seja, que na verdade trata de garantir aos Estados e Municípios que eles possam partilhar das receitas oriundas dessas novas reservas de exploração do pré-sal, isso tudo contido no projeto de lei que trata da cessão onerosa dos chamados bônus de assinatura.

Quero dizer que também estivemos agora há pouco com o Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, ocasião em que fizemos o mesmo apelo acerca de pautas importantes que dizem respeito à realidade dos Estados e Municípios e que estão tramitando naquela Casa. O Presidente Rodrigo Maia assegurou que ainda hoje vai colocar em discussão, em apreciação, o projeto de lei que trata da securitização da dívida ativa, bem como, também, o projeto de lei que trata da questão da cessão onerosa, que trata do Fundo Social. E, ao falar da questão do Fundo Social, é importante aqui destacar – e eu faço questão de destacar isso na condição de professora – que os recursos do Fundo Social, em decorrência da questão da exploração do pré-sal, serão destinados para a educação e para a saúde. Portanto, ele adiantou que tanto o projeto da securitização como o do Fundo Social estão sendo pautados na Câmara dos Deputados entre esta terça-feira e esta quarta-feira.



Com relação ao Senador Eunício Oliveira, eu quero aqui mais uma vez, em nome do Fórum dos Governadores do Nordeste, e do Norte também, agradecer, Senador Eunício, toda a sensibilidade e disposição que V. Exa. vem tendo no sentido, sim, de liderar também esse movimento na condição de Presidente do Senado Federal, no sentido de não permitir que seja praticada uma grande injustiça com o povo brasileiro, que é deixar os Estados e Municípios de fora da partilha dos recursos que serão arrecadados, em decorrência, repito, do projeto da chamada cessão onerosa.

Na verdade, os Estados e Municípios não estão pedindo nenhum favor, Senador Jucá. Nós não estamos pedindo favor; nós estamos aqui cobrando o que é de direito, o que é de justiça do povo brasileiro, das populações que vivem, que moram nos seus Municípios, e são exatamente os Estados e Municípios que se deparam com os grandes desafios de atender as demandas por políticas públicas, por direitos, por cidadania do nosso povo, num momento, inclusive, onde boa parte dos Estados enfrenta dificuldades imensas do ponto de vista fiscal financeiro.

Meu Estado, Senador Eunício Oliveira, está numa situação quase que de insolvência. Há três anos que os servidores públicos do meu Estado não sabem o que é ter um calendário de pagamento. Agora mesmo, há servidores que ainda não receberam o décimo terceiro de 2017, servidores que ainda não receberam outubro. O Governo agora é que está anunciando novembro. E a folha de dezembro? E o décimo terceiro de dezembro como ficará?

Por isso, Senador Eunício, quero aqui mais uma vez, em nome do Fórum dos Governadores do Nordeste, reiterar todo o nosso apelo no sentido de que essas matérias avancem. E quero aqui fazer um apelo ao Governo Federal: que o Governo não crie dificuldades. Essa posição do Ministro da economia, o Sr. Guardia, de dizer que não pode partilhar essas receitas da cessão onerosa – do bônus de assinaturas, com os Estados e Municípios, porque isso vai afetar a chamada regra do teto de gastos –, não procede. Até porque esses recursos, na hora em que eles forem partilhados, entrarão como receitas para os Estados e Municípios. De forma que nós não podemos aceitar essa justificativa que está sendo apresentada pelo Governo Federal. Muito pelo contrário, Senadora Lídice, eu quero aqui dizer do quanto é importante cobrar que o Governo Federal não crie dificuldades; volto a repetir: que o Governo Federal não crie dificuldades. Está aí o Congresso Nacional – tanto a Presidência do Senado como a Câmara juntos, com todas as Lideranças partidárias –, com toda a disposição, Senador Eunício, de a gente avançar nessa matéria. E aí, não vamos avançar por quê? Por que o Governo Federal está criando dificuldades? Não! Eu espero, sinceramente, que isso seja superado, porque, volto a dizer, o que os Estados e Municípios estão pedindo, os Governadores, não é nenhum favor. Nós estamos cobrando aquilo que é de direito, que é partilhar de parte dessas receitas.

O que está sendo colocado para os Estados e Municípios é muito pouco: 20% apenas, e 80% vão ficar com o Governo Federal. Agora, isso é um pouco que para nós significa muito. Por exemplo, se isso for concretizado, se nós tivermos direito a partilhar dessas receitas, através do bônus de assinatura, o Rio Grande do Norte vai receber uma receita extra no valor de R\$600 milhões. Isso sem dúvida nenhuma ajudaria, e muito, diante do desequilíbrio que nós estamos realmente vivendo.

No mais, quero aqui também insistir que partilhar dessas receitas significa a gente também ir avançando para superar essa lógica tributária adotada no Brasil extremamente injusta, cheia de distorções, que fere o princípio do Pacto Federativo, que é o bolo tributário ficar concentrado fundamentalmente nas mãos da União, e os Estados e Municípios com migalhas.



Então, Senador Eunício, termino dizendo realmente não só da nossa esperança, mas da nossa confiança de que, com o papel inclusive que V. Exa. vem exercendo como Presidente do Senado até a semana que vem, que é a semana que vai encerrar os trabalhos legislativos, possamos avançar na aprovação destas medidas – repito –, dos projetos de lei que tratam da questão da cessão onerosa e, merecidamente, de os Estados e Municípios partilharem dessas receitas porque isso não é favor, isso é um ato de justiça.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como já foi solicitado na semana passada pelo Senador Otto, pela Senadora Ana Amélia e reafirmado no dia de hoje, eu quero, em nome do PSB também, dar o nosso apoio à votação hoje do PLC 124, de 2018, que é aquele que congela, que mantém os coeficientes dos recursos do FPM até a próxima revisão do Censo, ou seja, ele faz com que os Estados e os Municípios não percam nada neste momento em que passamos, Estados e Municípios, por tanta dificuldade na receita.

Está aqui presente – e eu quero registrar – um grupo grande de Prefeitos da Bahia, que está sob a liderança, como não vou poder registrar o nome de todos, do Presidente da UPB (União de Prefeitos da Bahia), o Prefeito Eures Ribeiro, de Bom Jesus da Lapa. Quero pedir licença aos demais para registrar um Prefeito que mora no meu coração de maneira muito profunda: o Prefeito de Andaraí, João Lúcio, cidade onde eu recebi 47% dos votos válidos para ser a Deputada Federal daquela cidade. Sr. Presidente, quero agradecer a presença do grande amigo João Lúcio, mandando um abraço a todo o povo de Andaraí, minha Andaraí, coração da Chapada Diamantina, com o nosso amigo Wilson Cardoso e todos os companheiros de lá; e saudar as duas mulheres, em nome de todos os outros também, que estão aqui presentes: a Prefeita Jailma Dantas, de Banzaê, e a minha querida amiga de muitos anos, Prefeita de Lauro de Freitas, Prefeita Moema Gramacho. Digo que, no Senado Federal – aqui representado pelos três Senadores da Bahia: Senadores Otto Alencar, Lídice da Mata e Walter Pinheiro –, estaremos juntos aqui na defesa, até o último instante – no caso, meu e de Pinheiro – dos nossos mandatos para defender o interesse dos Municípios baianos e brasileiros.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Todos já votaram? Todos os Senadores e Senadoras já votaram? Vou encerrar a votação. (*Pausa.*)

Todos os Senadores já votaram? Posso encerrar a votação? Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (**Lista de votação – Vide item 2.2.1 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votaram SIM 50; votaram NÃO 02.

Duas abstenções.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Paulo Fernando Dias Feres, Ministro de Segunda Classe, para exercer o cargo de Embaixador.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República.



Próximo item da pauta.

Projeto de Lei da Câmara 124, de 2018 – Complementar.

Vou alertar os Senadores e as Senadoras de que esse projeto de lei é complementar.

Foi apresentado requerimento de urgência, que será publicado na forma regimental de urgência, para o Projeto de Lei da Câmara 124, Sras. e Srs. Senadores, de 2018. Esse projeto de lei é complementar, do Fundo de Participação dos Municípios (**Requerimento nº 579/2018 – Vide item 2.2.2 do Sumário**).

Votação do requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passa-se à apreciação da matéria.

Projeto de Lei da Câmara 124, votação nominal (da Casa de origem), que acrescenta o §3º ao art. 2º da Lei Complementar 91, de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do FPM.

A matéria depende de parecer da CAE.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Vou conceder... Vou pedir a atenção dos Senadores e Senadoras para que saibam o que estamos votando.

Senadora Rose, estou designando V. Exa. para ser a Relatora do Projeto de Lei da Câmara nº 124, Senadora Rose, em substituição à CAE.

Senadora Rose.

Senadora Rose, para relatar.

Nós temos que aproveitar o quórum, porque precisamos de 41 votos "sim", Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, o PLC 124, de 2018, dispõe sobre a apreciação dos coeficientes de distribuição de recursos do Fundo de Participação dos Municípios. É de autoria do Deputado Arthur Lira.

A proposta determina, em resumo, o uso dos coeficientes de distribuição do FPM, do exercício 2018, para o rateio de recursos, até que os dados para seu cálculo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Por gentileza, estamos num processo de leitura do relatório da Senadora Rose de Freitas. Eu pediria aos Senadores um pouquinho de silêncio, por gentileza.

Senadora Rose, pode continuar falando.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – O Senador Renan estava muito interessado nesse assunto.

Até que os dados para o seu cálculo sejam atualizados em novo censo demográfico. A ideia, Sr. Presidente, é congelar os coeficientes usados para distribuir recursos do fundo até a divulgação do Censo 2020 do IBGE, que só pode ocorrer no ano seguinte. Essa é a ideia do projeto.

Relato favoravelmente (**Parecer nº 208/2018-PLEN-SF – Vide item 2.2.2 do Sumário**).

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O parecer da Senadora Rose é favorável à matéria.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Discussão do projeto, em turno único.

Pede a palavra, para discutir a matéria, o Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria, na verdade, liberar a bancada do PT, em respeito aqui aos Municípios da Bahia. São 56 Municípios que ganham, mas no meu Estado, o Rio de Janeiro, 11 Municípios perdem.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Então, essa é uma questão federativa que envolve Estados e Estados. São vários Estados que perdem, nesse caso.

(Soa a campanha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Perdem. Chamo a atenção dos Senadores. Com todo o respeito ao Senador Otto, os Municípios perdem...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan, Senadora Vanessa, Senador Fernando Bezerra, estamos votando matéria importante. Depois, vão dizer...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – V. Exa., como Relatora, tem de entender. No Estado do Rio de Janeiro, 11 Municípios perdem. O valor do FPM fica o mesmo. Há uma distribuição. Então, há Estados em que uma grande parcela dos Municípios.... Com todo o respeito à Bahia, ao Senador Otto, são 56 Municípios. Está aqui a nossa Prefeita Moema Gramacho fazendo o trabalho que tem de fazer.

Vou liberar a Bancada do PT porque é uma questão federativa.

No meu Estado, quero que os senhores entendam, 11 Municípios vão perder. Então, aqui, acho que é importante cada Senador, que representa um Estado da Federação, discutir à luz dos seus Municípios. Falo aqui de outros Estados que perdem. No Rio Grande do Sul, 14 Municípios perdem.

Então, eu só acho que esse assunto tinha de ser mais discutido. De forma que libero a Bancada do PT...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Está lendo ao contrário.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não estou lendo ao contrário, não. Eu sei do que estou falando.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Deixe-me esclarecer.

Acho que o Senador Lindbergh, a meu juízo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Perdoe-me, o problema é que não dão atenção ao projeto, à Mesa. A Mesa perguntou dez vezes, botei o projeto aqui, apresentei a Senadora Rose para fazer o relatório, fiz o requerimento, chamei a



atenção dos Senadores. Não posso fazer nada, lamentavelmente. Sinto muito, mas não posso fazer nada.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se não for feita essa alteração, Senador....

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não dá para tirar o projeto depois de aprovada a urgência. Foi aprovada a urgência.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Se não for feita esta alteração, perdem 12 Municípios – 12 Municípios perdem. Exatamente isso.

Nesta questão não há dúvida... É um pedido da Confederação...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Exa. é a favor?

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Para discutir.) – Eu sou a favor e quero encaminhar, pelo Partido Progressista. Está aqui o Senador, nosso Líder, Arthur Lira, mas faço, porque o autor é o Deputado Arthur Lira...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Benedito de Lira.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – É isso. Benedito de Lira. E o filho, Arthur Lira, Deputado de Alagoas, é o autor deste PLC.

Quero dizer que para o Rio Grande do Sul é muito importante.

A Confederação Nacional dos Municípios não pediria um projeto dessa natureza, que o fizéssemos, se prejudicasse. Eles pediram para votarmos o projeto e é o que nós estamos fazendo graças a V. Exa., municipalista que é.

A Confederação Nacional dos Municípios é que fez o pedido. A Confederação dos Municípios fala por todos os Municípios, Senador Lindbergh. A Confederação dos Municípios (CNM) é que veio implorar que fosse feito e aprovado esse projeto de lei complementar.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só um minutinho para não fazer debate.

O Senador Lindbergh já liberou a bancada.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para discutir.) – Senador, eu só queria dizer, Presidente... Eu não quero, Senadora Ana Amélia... Aqui não há recurso a mais para o FPM. Alguns ganham e outros perdem. Eu estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – E apenas um censo do IBGE.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É, claro, mas o valor é o mesmo. O valor é o mesmo! O valor é o mesmo!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Para amanhã não dizer que a gente está fazendo aqui, mais uma vez...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu estou querendo deixar aqui, à disposição dos Senadores, um estudo da Liderança. No Rio Grande do Sul, 14 Municípios perdem; São Paulo, 15; Pará, 13 perdem. E há outros que ganham. Então, é preciso que os Senadores saibam.

Por isso que o meu voto pessoal, como Senador do Estado do Rio de Janeiro, é contra.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu vou dar...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Já ouvi V. Exa. Vou dar a palavra...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – ... ao Senador Telmário e, na sequência, vou votar a matéria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, ainda nesta mesma linha, em meu Estado, 26% dos Municípios perdem. Considerando que o Estado de Roraima já vive numa situação crítica de crise, naturalmente eu também serei contra este projeto. Este projeto não beneficia o meu Estado e 26% dos Municípios saem perdendo com essa proposta. Portanto, eu sou contra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – ... está encerrada a discussão. Está encerrada a discussão. Encerrada a discussão.

Votação.

A Presidência esclarece ao Plenário e pede atenção mais um vez do Plenário... Hoje está animado aqui o Plenário. Pede mais uma vez a atenção do Plenário que a matéria depende, para a sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa, devendo a votação ser feita pelo processo eletrônico.

Votação do projeto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

Processo de votação eletrônica.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu peço aos Senadores e Senadoras... Eu sei que está muito animado o Plenário no dia de hoje, mas eu peço a atenção para a votação nominal.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só farei mais esta votação nominal na noite de hoje.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Sr. Presidente, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Jorge Viana, enquanto os Senadores votam.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Para discutir.) – É isso que eu queria pedir, mesmo tendo passado o período da discussão. Eu só queria falar para os colegas do Plenário que eu não posso votar favorável a um projeto que diminui, nestes tempos de tantas dificuldades, a receita de um Município do Acre.



Nós temos 22 Municípios, e eu vim aqui para o Senado defender os Municípios do Estado, para trabalhar para que os Municípios melhorem, e acho temerário, muito ruim, que numa hora como essa se aprecie um projeto em que Municípios brasileiros estão perdendo e outros ganhando.

Se a situação se mantiver, nenhum dos 22 Municípios do Acre terá perdas. Mas, se ela for alterada, nós teremos Município perdendo.

Por isso, Sr. Presidente, eu voto "não" porque não posso deixar e abrir mão de defender os interesses dos Municípios do meu Estado, do Estado do Acre, da população acriana. Meu voto, portanto, é "não" para evitar que se tenha perda de receita para os Municípios do meu Estado do Acre.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu só queria esclarecer ao Plenário que foi votado o regime de urgência, chamada a atenção do Plenário várias vezes, mas eu lamento que, nesse clima de final de ano velho para ano novo, Legislatura velha para Legislatura nova, a Mesa não receba mais a devida atenção para as matérias.

Essa matéria é uma matéria que precisa de 41 votos "sim". Portanto, os partidos que quiserem encaminhar podem encaminhar.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – Presidente, para encaminhar pelo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Cidinho.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT) – ... PR aqui. É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário. Estamos em processo de votação, e essa vai ser a última votação nominal da noite de hoje.

O SR. CIDINHO SANTOS (Bloco Moderador/PR - MT. Para encaminhar.) – Nesse caso do FPM, Presidente, eu, como ex-Prefeito, posso dizer aqui, o que acontece é que o IBGE, ao contrário do Censo, em alguns períodos faz uma estimativa de população baseada em critérios próprios do IBGE, sem se levar em consideração o Censo demográfico, que é feito a cada dez anos. E alguns Municípios acabam realmente perdendo porque o bolo é um só, de 100%.

Então, o que muitos Municípios reclamam, e com razão, é que neste ano está recebendo um FPM de 1,2, 1,4, 1,6 e, daqui a pouco, simplesmente por essa estatística do IBGE, ele diminui o FPM dele porque o IBGE acha que diminuiu a população, enquanto a demanda por serviços do Município não diminuiu.

Então, quando se fala que tal Município está perdendo, na verdade, não está perdendo. Nós temos um bolo, em que é dividido o FPM, e nós estamos mantendo essa divisão do bolo da mesma forma, só não estamos prejudicando esses Municípios que, por causa da estatística do IBGE, querem diminuir esse percentual e, na verdade, seria redistribuído aos demais.

Então, meu voto e o voto também do PR é "sim".

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente! Presidente Eunício!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora, eu preciso chamar os Senadores e Senadoras. Isso é uma votação de 41 votos "sim". E o Senador



Cássio tinha pedido a palavra antes de V. Exa. Então, vou dar a palavra ao Senador Cássio, na sequência a V. Exa., enquanto os Senadores vêm ao Plenário.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Eu aguardo.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para, enquanto transcorre a votação, solicitar a V. Exa. a votação do Requerimento de Urgência nº 37, fruto de mais um trabalho realizado com muita competência pela Senadora Ana Amélia, que aprovou hoje na Comissão de Agricultura do Senado propositura de minha autoria que dará uma sobrevida ao Programa do Leite, sobretudo no Nordeste brasileiro.

Então, é uma matéria que diz respeito diretamente aos produtores de leite da Paraíba, do Ceará, da Bahia, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte. E, portanto, solicito a V. Exa. a votação do Requerimento nº 37. A votação, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Sr. Presidente, só para solicitar a votação do Requerimento nº 37. A Mesa vai naturalmente subsidiá-lo. E quero parabenizar a Senadora Ana Amélia como Relatora da matéria, por mais esse trabalho realizado com denodo, agilidade, competência, espírito público, sensibilidade, para que possamos ter a apreciação dessa matéria.

Então, solicito a V. Exa. a votação do Requerimento de Urgência nº 37.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Cássio, só para informar a V. Exa. que o projeto ainda não chegou aqui lamentavelmente, mas estou mandando buscar o projeto para atender V. Exa. Por gentileza, venha até a Mesa, se puder.

Senador Cássio.

Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Presidente Eunício, o meu requerimento já chegou à Mesa, é o Requerimento de Urgência para a leitura do Projeto de Resolução nº 53. Peço a V. Exa. para, se possível, fazer a leitura na sessão de hoje.

Presidente, o Projeto nº 53.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Desculpa, Senador, estava atendendo aqui o Senador Jorge Viana e não ouvi V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – O meu pedido, Presidente Eunício, é para a leitura do Requerimento de Urgência do Projeto de Resolução nº 53, para fazermos a leitura hoje, que ainda teremos tempo de, depois, votar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só poderia fazer a leitura antes da votação nominal.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Pode ser depois também, no final, não é, Presidente?



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votar no período do Expediente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Só a leitura, Presidente, só a leitura!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Vou examinar agora.

Peço aos Senadores e Senadoras que venham ao Plenário, estamos em processo de votação nominal. (*Pausa.*)

Eu queria comunicar ao Plenário...

Eu estou com vontade de descer para participar dessa alegria, porque está muito alegre o Plenário hoje.

Senador Tasso, eu queria comunicar ao Plenário, e acho que interessa a V. Exa., que foi o Relator da matéria da Lei das Estatais, que, assim como eu sou o autor da matéria que foi para a Câmara – e o sistema é bicameral, é livre para que qualquer Parlamentar, Senador ou Deputado, apresente emendas –, mas a palavra final, Senador Hélio José... A palavra final... Como as duas matérias saíram desta Casa, a palavra final é desta Casa.

Então, quero comunicar ao Plenário que mandei fazer um levantamento das emendas que foram agregadas, no meu ponto de vista...

Vou aguardar o Senador Eduardo Braga, depois eu falo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Eu estou tentando entender a proposta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – E eu querendo que V. Exa. entenda o que eu estou colocando aqui.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – Estou querendo entender o texto.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não, o texto, eu não vou votar... Calma, eu estou dando uma explicação ao Plenário.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Bem, Sr. Presidente, como o senhor me citou nominalmente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Estou dando uma explicação ao Plenário...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sim, Sr. Presidente, mas V. Exa. me citou nominalmente. Então, eu quero apenas dizer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não, mas a Mesa pode citar os Senadores, chamar os Senadores...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Sim, claro. Claro!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu não estou querendo ser deselegante com V. Exa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Muito menos eu.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Estou só tentando explicar ao Plenário o seguinte: essa matéria veio da Câmara, estou pedindo à Mesa...

É porque está difícil hoje aqui...



Então, estou tentando entender a matéria que veio da Câmara, porque entendo que na matéria de que eu fui o autor não merece ser incluída outra matéria que nada diga respeito à matéria de regulamentação das agências, que V. Exa. conhece tão bem.

Por outro lado, a Lei das Estatais, que nós aprovamos, foi incorporada nessa matéria, do meu ponto de vista, indevidamente, inadequadamente. Então, cabe à Mesa, de ofício, analisando o projeto, retirar, como já retiramos aqui de medidas provisórias.

Eu estou apenas dando um aviso ao Plenário, o porquê de não estar submetendo à votação, no dia de hoje, dessas matérias. Por duas coisas: primeiro, porque, no meu entendimento, a Lei das Estatais nada tem a ver com as agências; segundo, a Lei das Agências que eu propus a esta Casa, e aqui a Casa aprovou, não merecer ser, no meu entendimento, desfigurada da intenção que foi a deste humilde legislador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Mas, Sr. Presidente, V. Exa. me permite falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. Pela ordem.) – Só um instantinho, Renan.

Apenas cumprindo o papel do meu mandato. Veja, V. Exa. tem todo o direito...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Nosso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM) – Não, do mandato de V. Exa., V. Exa. acabou de colocar; eu estou tentando colocar em relação ao meu.

Veja bem, V. Exa. acabou de dizer que fará, no caso de um projeto de lei, exclusão de matéria. Ora, isso compete ao Plenário, competirá ao Plenário. Agora, o que eu estava tentando entender é o que veio da Câmara para cá, que V. Exa. acabou de narrar.

E quero dizer aqui que é fundamental que o Senado mantenha a Lei das Estatais, porque essa é uma lei que a população e o povo brasileiro apoiam. E nós não podemos, neste momento, retroagir com relação a essa questão.

Então, apenas para deixar clara a nossa posição, tendo em vista a colocação que V. Exa. havia feito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só um minutinho.

Tinha pedido a palavra, pela ordem: Senador Tasso Jereissati, Senadora Simone e Senador Renan.

Senador Tasso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Eu peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não, porque ele tinha pedido pela ordem.

Senador Tasso, V. Exa. vai fazer uso da palavra?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu também peço.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não, V. Exa. está inscrito.

Senador Tasso, Senadora Simone e V. Exa., Senador Renan.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Pela ordem.) – Eu queria parabenizar V. Exa. pela iniciativa, na medida em que essas alterações feitas na Câmara contêm, primeiro, uma irregularidade, que é colocar dentro do projeto de lei das agências reguladoras questões relativas à Lei das Estatais que não têm nada a ver com o assunto em questão, e é um assunto aqui do qual nós já tratamos de uma maneira exaustiva até – os famosos jabutis. Então, trata-se de um jabuti.

Agora, trata-se ainda mais de um jabuti perverso, porque retroage ao passado, uma prática política que foi condenada mais largamente ainda agora, nessas eleições, traz um enorme prejuízo às políticas públicas do País e é uma questão moralizadora que este Senado já aprovou, praticamente com sua grande maioria, e foi aplaudida pela população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Sr. Presidente, eu queria só...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Simone, depois V. Exa., por gentileza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Por favor, só me coloca...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan, ela pediu pela ordem lá trás.

Darei a palavra a V. Exa. na sequência.

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, no mesmo sentido do Senador Tasso, quero parabenizar V. Exa. Mas eu queria ir um pouquinho mais longe, dizer que V. Exa. tem o mérito por ser o autor do projeto, um projeto que ficou por anos sendo discutido nesta Casa da forma mais democrática possível.

Eu tive o privilégio de ser, no final, a Relatora do projeto na Casa. Depois de o Senador Walter Pinheiro ter quebrado todos os ovos, depois de ter ouvido todas as partes, de ter serenado os interesses controversos e de ter chegado quase a um denominador comum, eu, no final, pela saída, por licença do Senador Walter Pinheiro, pude finalizar o projeto.

E quero dizer, Sr. Presidente, que não sei se, pelo Regimento, V. Exa. tem este poder – acredito até que V. Exa. tenha realmente o poder – de retirar do projeto um corpo estranho a ele...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – De PL?! De PL?!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Eu não sei. Eu estou dizendo que não sei.

De qualquer forma, eu gostaria apenas de fazer um pedido a V. Exa., Sr. Presidente. O projeto não tem apenas um jabuti, ele tem três jabutis e tem um, Senador Renan, tão grave quanto esse. A Câmara retirou a quarentena de donos, sócios, gerentes das empresas que são fiscalizadas, controladas pelas agências reguladoras – companhias aéreas, companhias de abastecimento de água e de energia elétrica, seja o que for. Tirou a quarentena, ou seja, ela colocou a raposa dentro do galinheiro. A partir de agora, se nós não derrubarmos esse



dispositivo, qualquer dono, gerente ou administrador dessas empresas poderá ser indicado como membro do conselho das agências reguladoras.

Então, tão grave quanto incluir de forma errada, ilegal e até imoral a revogação desse dispositivo da quarentena da Lei das Estatais, nós temos aí também a retirada por parte da Câmara desse dispositivo. É por isso, Sr. Presidente, que eu pediria a V. Exa. que, no momento oportuno, coloque em votação esse dispositivo para que nós possamos também votar e derrubar a decisão da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. Pela ordem.) – Só um pouquinho aqui. Presidente, eu queria dar um depoimento para este debate, que é fundamental.

O Senado Federal foi o órgão da República que mais fez o dever de casa do ponto de vista da transparência, da própria investigação penal, do combate ao crime organizado. Nós votamos, Sr. Presidente... Se V. Exa. puder ouvir... Nós votamos, Sr. Presidente... Humberto, eu vou aguardar.... Nós votamos tudo – absolutamente tudo – que era necessário. Chegou um momento, Senador Eduardo Braga, em que o Senado precisava vencer, para entregar essas demandas e essas mudanças à sociedade, a sua própria burocracia. Eu cheguei a criar, Presidente, como Presidente do Senado Federal, uma comissão nacional de desenvolvimento, para que essas matérias todas necessárias tramitassem com a velocidade que a circunstância queria.

Quando eu fiz a Lei Geral das Estatais, para impedir, Sr. Presidente, que parentes de políticos continuassem sendo empregados nas estatais, eu o fiz, porque eu tinha a compreensão de que aquilo não era contra o PT apenas; aquilo era também contra o PT, aquilo era contra a política que tinha exorbitado e ia pagar esse preço enorme na eleição. E eu aprovei a lei!

Esse jogo da Câmara com o Senado sempre foi um jogo muito difícil. Por quê? Porque criminalizaram o processo legislativo e queriam cobrar do Senado Federal, como instituição, uma parte dessa culpa pela criminalização do processo.

E o que é que nós fizemos? Eu criei uma comissão, aprovei a lei, mas a Câmara nunca aceitou! Nem o Executivo!

O Executivo, apesar da Lei das Estatais, continuou nomeando, para dirigentes de estatais, parentes de políticos. Era tudo o que a lei impedia que acontecesse e, apesar da lei, continuou acontecendo. Agora é pior! Agora a Câmara quer tirar da lei.

O Congresso Nacional foi substituído. O cara diz: "Não! Houve uma renovação no Senado". Não é verdade que, à luz da história, tenha havido renovação no Senado; o Senado foi varrido! De 54 cadeiras em disputa, só oito se reelegeram, de partidos diferentes. Então, é essa compreensão que se deve ter, porque para que esses oito sobrevivessem, lá atrás nós tivemos de fazer o dever de casa.

As pessoas perguntam: "Renan, mas você é candidato a Presidente do Senado?" Ora, Presidente, eu já fui por quatro vezes! E disse publicamente que eu não serei candidato à Presidência do Senado Federal se um Ministro do Supremo puder continuar afastando o Presidente do Congresso com uma liminar! Porque a democracia não aguenta isso! Ela não sobreviverá! Não sobreviverá!

Se o Supremo Tribunal Federal não tiver estatura institucional para entender que, no jogo da democracia, na reunião dos três Poderes, ninguém defende ninguém! Tem que haver equilíbrio!



Agora, do ponto de vista institucional, se o Marco Aurélio puder continuar afastando o Presidente do Congresso, o Renan não será candidato, porque já foi por quatro vezes e pelo menos tem dimensão institucional.

E ficam aqui alguns companheiros – eu não estou dizendo que está errado, é legítimo que façam dessa forma – dizendo: "O Renan é ficha suja". Eu já me submeti a nove decisões do Supremo Tribunal Federal por unanimidade. "Olha, o Renan é um patrimonialista".

Ora, eu fui devassado, nos últimos anos, no detalhe da minha vida – no detalhe, no detalhe! Porque, quando eu sentei aí na cadeira de V. Exa. – como V. Exa. faz, e eu reconheço –, dei ao Congresso Nacional a dimensão institucional e disse para os outros Poderes que a democracia não sobrevive com o Congresso desmoralizado.

A Lei das Telecomunicações nós já votamos, Presidente. Eu coloquei na mesma Comissão de Desenvolvimento e votamos. O que fez o Ministro Barroso? Ele disse que tinha corrupção no processo legislativo. E a lei, que já estava no Palácio do Planalto, tinha de voltar para o Senado Federal, porque ele entendia muito da matéria e aquilo deveria estar sendo contaminado pela corrupção. E mandou voltar. O Presidente da República deveria ter dito: "Não, não vou mandar voltar. O processo foi correto. Você está contestando a idoneidade de um Poder, do Senado Federal, do Poder Legislativo!" Não! O Presidente da República, em vez de sancionar, mandou voltar! Se eu estivesse ainda sentado nessa cadeira, eu teria sancionado.

E eu vejo hoje, nos jornais, que o Senado vai, de novo, votar a Lei Geral de Telecomunicações. Mas não já votou? Votou. Mas o Barroso não mandou voltar para o Plenário? Mandou. E o Barroso vai continuar podendo fazer isso? Se ele continuar podendo fazer isso, diga para eles que o Renan não será Presidente do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan, não quero polemizar, mas só dar uma informação para V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Polemizar com V. Exa. é uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não, não. Eu só quero dizer a V. Exa. o seguinte: havia um recurso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Renan, calma! Eu não estou contestando V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não havia erro. Ele disse; Barroso disse...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu não estou contestando V. Exa. Só estou dizendo o seguinte: havia um recurso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Barroso disse: (*Fora do microfone.*)

"O processo estava contaminado".

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Havia um recurso de nove Senadores...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL) – Ele não pode dizer isso.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – ... assinado por nove Senadores e, portanto, deveria ser submetido ao Plenário.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. *Fora do microfone.*) – É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Nesse caso específico, me perdoe.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Se V. Exa. estivesse na Presidência, V. Exa. poderia perfeitamente sancionar. Eu tomei a iniciativa de não sancionar, porque havia recurso.

Não vou fazer debate sobre essa matéria.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu vou esperar. Se não tiver mais Senadores, eu vou encerrar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Vou encerrar...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – ... eu estou pedindo a V. Exa. pela ordem. Eu quero falar sobre o assunto, porque eu era o Presidente da Agenda Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Mas esse assunto não está na pauta, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – Sim, mas eu tenho o direito de me expressar sobre o assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Tem, sim.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – V. Exa. não vai me tirar o direito de me expressar sobre o assunto.

O Presidente Renan...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Estou votando a matéria que V. Exa. pediu.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o Presidente Renan construiu a Agenda Brasil. Eu era o Presidente, e o Senador Blairo Maggi era o Relator. Aprovamos várias matérias que ninguém contestou aqui.

O SR. WALTER PINHEIRO (S/Partido - BA. *Fora do microfone.*) – Repatriar foi aprovado lá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - BA) – E repatriar foi lá que se aprovou – a repatriação foi lá, a repatriação foi lá.

Então, esse projeto da Lei Geral das Telecomunicações foi aprovado por maioria absoluta, sem nenhum voto contra – foi unanimidade. Fizeram o requerimento, que foi para o Ministro Barroso. Ele devolveu a V. Exa., para colocar em Plenário para votar. V. Exa. não colocou,



mandou para a CCT. Nós levamos para a CCT. Eu designei o Senador Flexa Ribeiro. Aprovou-se na CCT e está no Plenário para votar.

Então, o que transcorreu lá atrás, na Agenda Brasil, foi dentro do Regimento, corretamente no Regimento. O que houve aqui foi uma manifestação de demagogia barata para se fazer popularidade e ganhar eleição, e alguns perderam. Pior é isto aí: os que fizeram perderam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Maioria/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É isso aí! Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu vou encerrar a votação.

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (**Lista de votação – Vide item 2.2.2 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votaram SIM 49; NÃO, 8.

Abstenção: 0.

Presidente não vota.

Portanto, está aprovado o projeto.

(*Manifestação da galeria.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Será feita...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A matéria vai à sanção presidencial.

Projeto de Decreto Legislativo 94, de 2018. Mas antes eu vou votar um requerimento de urgência solicitado...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, eu tenho uma questão de ordem aqui, rapidinho.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Questão de ordem sobre o quê, Senador? Não tem nenhuma matéria em pauta ainda.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Para questão de ordem.) – Não, não é questão de ordem sobre a matéria. É sobre uma votação na CCJ, na semana passada, de um tema muito importante que está ligado à Lei de Migração que foi feita aqui pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, um trabalho que envolveu todo mundo.

Na última reunião da CCJ, um projeto que modifica radicalmente essa Lei de Migração entrou extrapauta – nós temos toda a nossa assessoria lá, Sr. Presidente; o que houve é que houve um equívoco do Presidente, que estava...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Extrapauta aqui?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Ah.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – E nós somos muito atentos a esse tema. Na hora de ser apresentado o PLS, o PLS que trata desse tema...

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ... da reforma da Lei de Migração é o 408; o Presidente que estava conduzindo a reunião, o Presidente Raupp, leu 480, e nós, dessa forma, não pudemos participar do debate. Eu queria pedir a V. Exa. aqui que a gente tem os áudios dessa reunião da Comissão de Constituição e Justiça, que retornasse o assunto, que é um assunto da mais alta importância para o País.

Então, essa é a questão de ordem que eu falo a V. Exa., de uma reunião que houve na quarta-feira passada, na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Exa. levanta uma questão de ordem para discutir que houve uma inversão do número do projeto na hora da leitura.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – E eu, sinceramente, não tenho como responder a V. Exa. de imediato, porque eu preciso que as notas taquigráficas da Casa me deem essa segurança para deferir. Se houve a intervenção, Senador Lindbergh, se houve a inversão na hora da leitura por um equívoco de quem estava presidindo – isso é perfeitamente humano e natural...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – ... se houve essa inversão, como V. Exa. levanta, entre o nº 408 e o 480, eu determino à Secretaria-Geral da Mesa que levante as notas taquigráficas e, em havendo, nas notas taquigráficas, a inversão da matéria, honestamente, eu, de ofício, submeterei ao Plenário novamente a discussão e a votação da matéria, porque a matéria votada, se nesse caso pode ter dado aos Senadores, aos Líderes uma outra motivação para a não discussão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Então, eu recebo... acolho a questão de ordem de V. Exa. para análise e já deferindo que, se houve a inversão, obviamente eu submeterei novamente a matéria à votação do Plenário e à discussão do Plenário do projeto...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – ... do projeto de que V. Exa. levanta a questão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – A gente quer na verdade rediscutir o assunto na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Claro.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Nós não tivemos essa oportunidade. Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não, se... Mas foi aqui?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, foi na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não, então eu vou pedir as notas taquigráficas da CCJ...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Em havendo isso, eu colocarei... obviamente, pedirei ao Presidente da Comissão, e não colocarei a matéria em votação enquanto a CCJ não se pronunciar sobre a matéria.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É justamente isso que nós pedimos a V. Exa. nessa questão de ordem: é que a CCJ reaprecie a matéria, porque, por um erro...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu não posso determinar que ela reaprecie.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu posso pedir as notas taquigráficas e pautar a matéria, se for o caso, ao Plenário, para um debate, discussão, dizendo exatamente isso. Caberá ao Presidente da Comissão a questão de ordem.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, na verdade ela sai da CCJ e vai para a CRE. Eu volto a dizer...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Se tiver equívoco, a CCJ terá que votar novamente...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Exatamente. É isso que peço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – ... sob pena de não haver pauta dessa matéria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Senador Lindbergh, a CCJ ainda não votou?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Votou!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Então, eu quero votar...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente! Presidente Eunício!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O Senador Cássio havia pedido a leitura de um requerimento, assim como o Senador Lasier, de um requerimento que foi publicado na forma regimental, de urgência para a Emenda da Câmara nº 1, de 2018, do Projeto de Lei do Senado 186, de 2015. Eu vou fazer a leitura e amanhã colocarei em votação o



requerimento, para que ninguém diga que não tomou conhecimento do requerimento (**Requerimento nº 580/2018 – Vide item 2.1.10 do Sumário**).

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC. Pela ordem.) – Se for possível, também na sessão de hoje, aproveitar o PLC 72, que dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate. É um assunto que interessa sobremaneira ao Sul do País, porque o Rio Grande do Sul é o maior produtor, seguido do Paraná, depois Santa Catarina e um pouco do Mato Grosso. Nós sabemos que as demais regiões do País não cultivam a erva-mate, mas, se pudermos encerrar o ano legislativo com essa aprovação, uma vez que essa matéria nasceu na Câmara Federal, tramitou aqui no Senado e teve a relatoria, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da Senadora gaúcha Ana Amélia Lemos. Então, é uma matéria importante e se pudermos ter essa oportunidade, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Item da pauta.

Projeto de Lei de Decreto Legislativo 94, da Câmara dos Deputados, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, assinado no dia 12 de agosto de 2016.

O parecer foi favorável, do Senador Jorge Viana.

Discussão do turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada, a matéria vai à promulgação.

Cadê o mate aqui?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O Senador Paulo Bauer havia pedido e agora o Senador Dalirio Beber também pede.

Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2017 (4.137, de 2015, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Erva-Mate.

Parecer favorável sob o nº 3, de 2018, da CRA, a Relatora é a Senadora Ana Amélia.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Votação do projeto.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada, a matéria vai à sanção.

E será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Presidente Eunício...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Social Democrata/PSDB - SC) – Queria agradecer, Presidente, por esse atendimento ao nosso pedido.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem.) – Quero agradecer...



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Armando Monteiro.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... também, porque esse projeto é do Deputado Afonso Hamm, que é do Rio Grande do Sul.

E já aproveito na linha, Presidente, porque hoje o senhor atendeu a demandas muito importantes. O Senador Armando está na fila, mas existe um projeto simples aí que é de um Deputado do Partido dos Trabalhadores, do meu Estado, Henrique Fontana – eu faço questão de registrar para que vejam o grau que eu tenho de respeito pelos Parlamentares, independentemente da posição –, que concede ao Município de Farroupilha, que no dia 11 estará celebrando 84 anos de emancipação, a condição de Capital do Moscatel no Brasil.

Então, V. Exa. está com isso, eu faço...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Se não votarmos hoje, votaremos amanhã.

Senador Armando Monteiro.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Aí o senhor vai provar esse Moscatel de Farroupilha.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Armando.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu venho solicitar a V. Exa., aliás, reiterar o pedido para que a gente possa apreciar o Projeto de Resolução nº 52, que V. Exa. prometeu incluir na pauta da semana passada. É uma matéria que já foi aprovada na Comissão e que diz respeito à análise de impacto regulatório nas matérias aprovadas em projetos da área de infraestrutura. Aliás, o Presidente da Comissão também levou esse pedido a V. Exa. semana passada, o Senador Eduardo Braga. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Projeto de Resolução nº 57 – eu vou responder a V. Exa. na sequência –, apresentado como conclusão do Parecer 111, de 2018, da CAE. Senador Fernando Bezerra Coelho. Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$30,1 milhões.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto em turno único. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Presidente Eunício, só para fazer uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Para discutir, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Só para fazer uma correção. V. Exa. disse que o empréstimo era de US\$30,1 milhões; são 35...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – São 35, é porque tinha gente aqui atrás conversando, e eu não... US\$35 milhões...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – E 100 mil dólares.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu vou ler: autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$35,1 milhões.

Portanto, está encerrada a discussão.

Senador Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – Só para registrar, Presidente, que nós somos favoráveis à aprovação do projeto, embora fazendo uma observação: que o meu Estado não precisaria desses empréstimos, porque a União deve 38 bilhões em consequência de uma lei chamada Lei Kandir. Mas eu aprovo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final será publicado na forma regimental (**Parecer nº 209/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do Sumário**).

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Piauí já foi para a Comissão.

Projeto de Resolução 58, de 2018, apresentado como conclusão do Parecer 114, de 2018, da CAE, Relator Senador Fernando Bezerra, que autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto à Cooperação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$50 milhões.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Não havendo o oferecimento de emenda, está encerrado o prazo de discussão.

Encerrada a discussão.

Eu tenho que ter ouvido para trás e ouvido para a frente, porque tenho de ouvir as conversas aqui atrás e dar atenção aos Senadores.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto em turno único. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a matéria.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental (**Parecer nº 210/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.4 do Sumário**).

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.



A matéria vai à promulgação.

Senador Armando Monteiro, só para responder a V. Exa., eu estou pautando a matéria de ofício para que ela possa ser apreciada pelo Plenário, já que não tem requerimento de urgência.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (Bloco Moderador/PTB - PE) – Agradeço a V. Exa. Agradeço a V. Exa. a atenção costumeira. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – É minha obrigação com V. Exa. sempre.

Projeto de Resolução 59, de 2018 (apresentado como conclusão do Parecer nº 116, da CAE, Relator: Senador Fernando Bezerra), autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o NDB no valor de até US\$50 milhões.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final será publicado na forma regimental (**Parecer nº 211/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.5 do Sumário**).

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pela ordem.) – Presidente, Senador Eunício...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... eu quero agradecer ao Senador Tasso, que pautou na reunião da CAE de hoje esses três projetos para o Pará; quero agradecer ao Senador Fernando Bezerra, que, como Relator *ad hoc*, leu; e também quero agradecer ao Senador Armando, que foi o Relator indicado pelo Senador Tasso para os três empréstimos. Ele não pôde estar presente, o Senador Fernando Bezerra fez a leitura.

São importantes esses financiamentos porque tratam, o primeiro, de US\$35,1 milhões, da modernização da gestão fiscal do Estado do Pará; o segundo, de US\$50 milhões com a CAF, de



financiamento parcial do Programa Municípios Sustentáveis; e o terceiro, também de US\$50 milhões, de financiamento parcial do Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará.

Senador Eunício, eu poderia não estar aqui defendendo empréstimos para o Estado do Pará que não serão utilizados pelo Governo de hoje, mas sim pelo que virá. Mas, como uma obrigação para com os eleitores, para com a população do Pará, eu fiz questão de pedir ao Senador Tasso que pautasse e que houvesse a aprovação de urgência para que ele pudesse – como V. Exa. fez, e eu quero agradecer a V. Exa. também –, para que tivéssemos os projetos pautados.

Continuo trabalhando aqui no Congresso como se estivesse no início do meu mandato.

Por último, Presidente, quero dizer que o Senador Paulo Rocha falou sobre os 39 milhões que o Estado do Pará perde com a Lei Kandir.

É impressionante que não se consiga regulamentar a Lei Kandir. Já tentamos extingui-la e não conseguimos regulamentar...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... e o Supremo Tribunal Federal já definiu que tem que ser regulamentada pelo Congresso, e não o fizemos. Quem vai definir a regulamentação vai ser o TCU.

Presidente, o Senador Wellington Fagundes e mais outros Senadores, inclusive eu, nós fizemos um ofício a Sua Excelência o Presidente Temer para que nos recebesse numa audiência. Para quê? Para tratar do FEX, que é o Fundo de Exportação. Trata-se de 1,9 bilhão para ser distribuído entre os Estados todos da Federação brasileira e ainda não tivemos resposta.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) –
Pergunto ao Senador Wellington. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – A Senadora Rose tinha pedido a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só queria uma informação da Presidência sobre o Projeto nº 56, que trata de alterar o Código Civil para impedir, em qualquer caso, o casamento de pessoas com menos de 16 anos de idade.

Estamos naquele período do ativismo em que as mulheres se mobilizam com o intuito de aprovar projetos que têm muita importância. A Deputada Laura Carneiro se encontra no Plenário. A relatoria é da Deputada Marta Suplicy.

Eu queria saber se V. Exa. pretende colocar em votação essa matéria.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Marta.

A SRA. MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Pela ordem.) – Hoje é um dia muito especial. Um relatório sobre o impacto do casamento infantil no Brasil vai ser lançado, às 6h da tarde, na Câmara. É um relatório do Banco Mundial, com o apoio da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. O relatório é "Casamento na Infância e Adolescência: o Impacto da Educação e da Legislação Brasileira". Então, seria muito importante que hoje, Presidente, tendo em vista que o Banco Mundial vai lançar "Casamento na Infância e Adolescência" hoje um relatório extremamente importante, um diagnóstico disso no Brasil, nós aqui no Senado pudéssemos aprovar uma lei que vai impedir o casamento de crianças até 16



anos. É um relatório que já foi pautado várias vezes e saiu de pauta. E nós gostaríamos de saber se V. Exa. conseguiria colocá-lo hoje em pauta. É simples, acho que ninguém é a favor de que crianças com menos de 16 anos se casem.

Agradeço-lhe a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Sras. e Srs. Senadores, na sessão...

Tem a palavra V. Exa., antes de encerrar.

O SR. GUARACY SILVEIRA (DC - TO. Pela ordem.) – Senador Eunício... (*Fora do microfone.*)

... neste momento, o nosso agradecimento ao Presidente da CAE, o Senador Tasso Jereissati, que tão bem presidiu hoje de manhã a CAE, e também ao Senador Fernando Coelho, que foi o Relator.

Sou, no momento, Senador pelo Estado do Tocantins, mas o início de minha carreira política foi justamente, Senador Flexa, como Deputado, como Deputado constituinte pelo Estado do Pará. Hoje nós tivemos a oportunidade de aprovar um empréstimo para o Estado do Pará no valor de US\$135,1 milhões.

Então, o nosso agradecimento à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e a todos os Senadores que trazem mais essa benção ao Estado do Pará. Que Deus abençoe esta Casa e o povo brasileiro. Parabéns, Senador Tasso Jereissati, que tão bem presidiu a nossa sessão hoje de manhã.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o eminente Senador Lindbergh queixa-se de um projeto em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça que diz respeito aos nossos refugiados. Diz S. Exa...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Com o maior carinho e não foi nem com o senhor como Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – ... com o maior carinho com o Presidente, que o projeto foi lido errado, votado, aprovado e enviado à Comissão de Relações Exteriores em caráter terminativo.

Tenho comigo, Sr. Presidente, as notas taquigráficas requeridas por V. Exa...

Eu vou aguardar para que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Estou ouvindo V. Exa.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – ... que dizem respeito a uma determinação de V. Exa., que é o envio das notas taquigráficas que estão comigo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não é uma determinação, é uma solicitação.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – O que se deu é que foi pedida uma inversão de pauta e o Relator mencionou o nº 408 equivocadamente, mas leu a ementa do projeto corretamente. E quando o Presidente em exercício na Comissão, Antonio Anastasia, referiu-se à matéria, leu corretamente o número do projeto e leu corretamente a ementa do projeto.

Em seguida, o Relator, Valdir Raupp, por sua vez, também leu corretamente o número do projeto e, corretamente, por igual, a ementa do projeto.



Num passo seguinte, o projeto não foi aprovado e não foi enviado à outra Comissão. Houve um pedido de vista da Senadora Regina Sousa e da Senadora Rose de Freitas.

Em situação de vista regimental encontra-se o projeto hoje, a ser, provavelmente, apreciado pela Comissão amanhã.

Portanto, esta Presidência não identifica nada de errado; um ligeiro equívoco no início, na referência ao projeto, e nada mais do que isso.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só para esclarecer à Mesa...

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu passo...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – ... para que eu defina depois a questão de ordem.

Vou receber, obviamente, de V. Exa., e V. Exa., ao colocar o projeto em votação, porque ainda não foi votado o projeto...

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Não foi votado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Se não foi votado o projeto, é perfeitamente natural que, amanhã, V. Exa., presidindo a Comissão, deixe claro para o Plenário – isso é uma sugestão apenas – deixe claro para o Plenário que o Plenário estará votando o Projeto 480 e não o 408.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Fora do microfone.*) – Ao contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – É isso?

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Ao contrário. É o 408 e não o 480.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – É o 408 e não o 480. E quem fizer parte da Comissão naturalmente vai fazer o debate, e V. Exa. encaminhará ao Plenário a matéria devidamente corrigida.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Exatamente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Sr. Presidente, só para elogiar a postura do Senador Lobão como Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Sempre diligente, o Senador Lobão.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. *Pela ordem.*) – O Senador Lobão atende todos os Senadores, é um grande Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. A equipe da CCJ também. Eu só fiz essa questão de ordem porque esse tema é muito caro para a gente.

A modificação na Lei de Imigração foi conduzida pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é do PSDB, não é do PT, mas escutando todos. A modificação veio de última hora, no extrapauta, na verdade numa inversão de pauta apresentada pelo Senador Romero Jucá, e as mudanças são gigantescas. Na minha avaliação, envergonha o País a gente modificar a Lei de Imigração dessa forma. A construção do estatuto dos refugiados...

Então, eu só entrei com esse pedido, Senador Lobão, porque o tema é muito caro. A quantidade de entidades da sociedade civil nos procurando preocupadas com esse tema... Então, de forma que eu digo a V. Exa., novamente elogiando, porque V. Exa. sempre é muito solícito com todos os Senadores: para nós, seria muito bom se nós refizéssemos no dia de amanhã a



primeira discussão, possibilitando a abertura de pedidos de vista. Mas eu vou aceitar o que V. Exa. definir. Eu, inclusive, retiro a questão de ordem aqui porque aí nós conversamos amanhã em conjunto, tentamos achar uma saída com o senhor.

Mas no caso, de fato, você sabe que a nossa assessoria é muito vigilante nesses temas. Esse equívoco, que está no áudio e nas notas taquigráficas, atrapalhou de fato, Senador Lobão, porque esse é um tema que é muito caro para a gente.

De forma que eu acabo a minha fala aqui cumprimentando V. Exa., para ver se amanhã a gente consegue chegar a um acordo. Mas eu vou acolher o que V. Exa. decidir. Para nós, seria muito importante fazer a primeira discussão e, havendo divergências, pedir vistas.

Mas, Presidente Eunício, eu retiro a questão de ordem e me submeto à decisão que o Senador Lobão tomar no dia de amanhã.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. EDISON LOBÃO (Bloco Maioria/MDB - MA) – Obrigado a V. Exa.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu disse que eu retiro a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu quero agradecer ao Senador Lobão, porque ele estava nos ouvindo aqui e imediatamente já trouxe o resultado da nota taquigráfica: a matéria não foi votada. Então, não tendo sido votada, está esclarecido. Então, V. Exa. retira a questão de ordem, e está tudo...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu retiro a questão de ordem e me submeto à decisão. Na verdade, vamos apelar para que se comece a discussão amanhã, mas eu me submeto à decisão do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Aí, essa discussão é na CCJ.

Senadora Lúcia Vânia.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria, a exemplo do que já fez aqui a Senadora Marta, solicitar a V. Exa. para ver a possibilidade de colocar em votação esse projeto de autoria da Deputada Laura Carneiro, que impede o casamento antes dos 16 anos.

Esse projeto é de extrema importância porque existe uma correlação entre o casamento precoce, a gravidez precoce, a exploração sexual, o abandono escolar. Portanto, é importante que a gente vote esse projeto, uma vez que o nosso País exhibe infelizmente o quarto lugar dos países que admitem o casamento antes dos 16 anos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só para reiterar uma questão de ordem, na verdade um "pela ordem" solicitado pelo Senador Lasier Martins. Diz respeito a um projeto de resolução que tem a assinatura da maioria dos Líderes Senadores dentro do dispositivo de



urgência, conforme prevê o Regimento Interno, para votação do Projeto de Resolução 53, de 2018, que estabelece o voto aberto nas eleições para a Mesa do Senado Federal.

Esse projeto já está sobre a mesa para a votação. Daí, peço a V. Exa. – obviamente não sendo possível a leitura ainda no dia de hoje – para fazer a leitura antes da Ordem do Dia de amanhã, para que possamos votar esse projeto de resolução, conforme preveem os Líderes, antes do final desta Legislatura, do final deste período legislativo.

É a solicitação que faço a V. Exa.

A SRA. REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Presidente...

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senadora Regina Sousa e, depois, o Senador...

A SRA. REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pela ordem.) – Queria só reiterar a indagação da Senadora Marta e, agora, da Senadora Lúcia Vânia, porque as duas fizeram e o senhor não respondeu...

A SRA. LÚCIA VÂNIA (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - GO) – Muito obrigada.

A SRA. REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... sobre o projeto do casamento de menores, de adolescentes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – A Mesa está avaliando, para poder dar a resposta às Senadoras.

Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem.) – Presidente, quero aqui também subscrever a fala e o pronunciamento do Senador Randolfe. Penso que, como representante, todos os votos que são dados por um representante da população devem ser abertos para que a população possa saber como seu representante votou e possa acompanhar e julgar.

Portanto, eu também defendo o voto aberto em todas as votações aqui no Parlamento, sem exceção, e me somo aqui ao Senador Randolfe, subscrevendo esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Está subscrito o requerimento de V. Exa.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (Bloco Social Democrata/DEM - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Nada mais havendo a tratar...

Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (Bloco Social Democrata/DEM - RN. Pela ordem.) – Só para reiterar o pedido que aqui já foi feito para colocar em pauta, quando V. Exa. julgar oportuno e possível – acho que amanhã pode ser possível –, uma matéria que foi aprovada por consenso na CCJ e que está sobre a mesa já a algum tempo, que é o PLC 56, que trata, como disse a Senadora Lúcia Vânia, da proibição de casamento infantil, com uma série de consequências positivas.

Essa matéria eu acho que se impõe. E aqui faço um apelo a V. Exa. para considerar a hipótese de colocá-lo em pauta, se possível, amanhã.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente...



O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Só para acrescentar, Sr. Presidente: já tinha feito isso inclusive por escrito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Pela ordem.) – Para comunicar, Sr. Presidente, ao Plenário, aos colegas que amanhã estaremos fazendo, por determinação da Senadora Vanessa Grazziotin, nossa eterna Procuradora da Mulher, um encontro, uma reunião com as Senadoras que já se encontram com mandato e com as que estão chegando. E acho que seria um belo presente da Mesa que V. Exa. acatasse o pedido, Sr. Presidente, da Deputada Laura, aprovando amanhã o projeto que proíbe o casamento infantil no Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Pela ordem.) – Presidente, quero fazer o mesmo pedido do Senador Randolfe, do Senador Reguffe, para que V. Exa. leia, ainda hoje, o Projeto de Resolução 53, o requerimento de urgência, ou, na hipótese aventada pelo Senador Randolfe, que o faça amanhã antes da Ordem do Dia, para não protelarmos mais porque o ano está se esgotando.

Gostaria de uma resposta de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Social Democrata/PSDB - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. que fosse votado ainda hoje, se possível, o projeto de empréstimo para a cidade de São Paulo que foi votado hoje de manhã, na CAE, e para o qual o Senador José Serra colocou e passou em pedido de urgência para que viesse ao Plenário.

E, se possível, que V. Exa. colocasse em votação, porque não há nenhuma polêmica em torno desse assunto, que é de extrema importância para a cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O Senador Serra esteve aqui agora, e eu já me comprometi com ele, Senador Tasso, de que esse seria o primeiro item da pauta de amanhã. Na hora em que eu abrir os trabalhos, vou votar o projeto de empréstimo para a cidade de São Paulo.

Isso atende V. Exa.?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Então, nada mais havendo a tratar no dia de hoje, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 146ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo

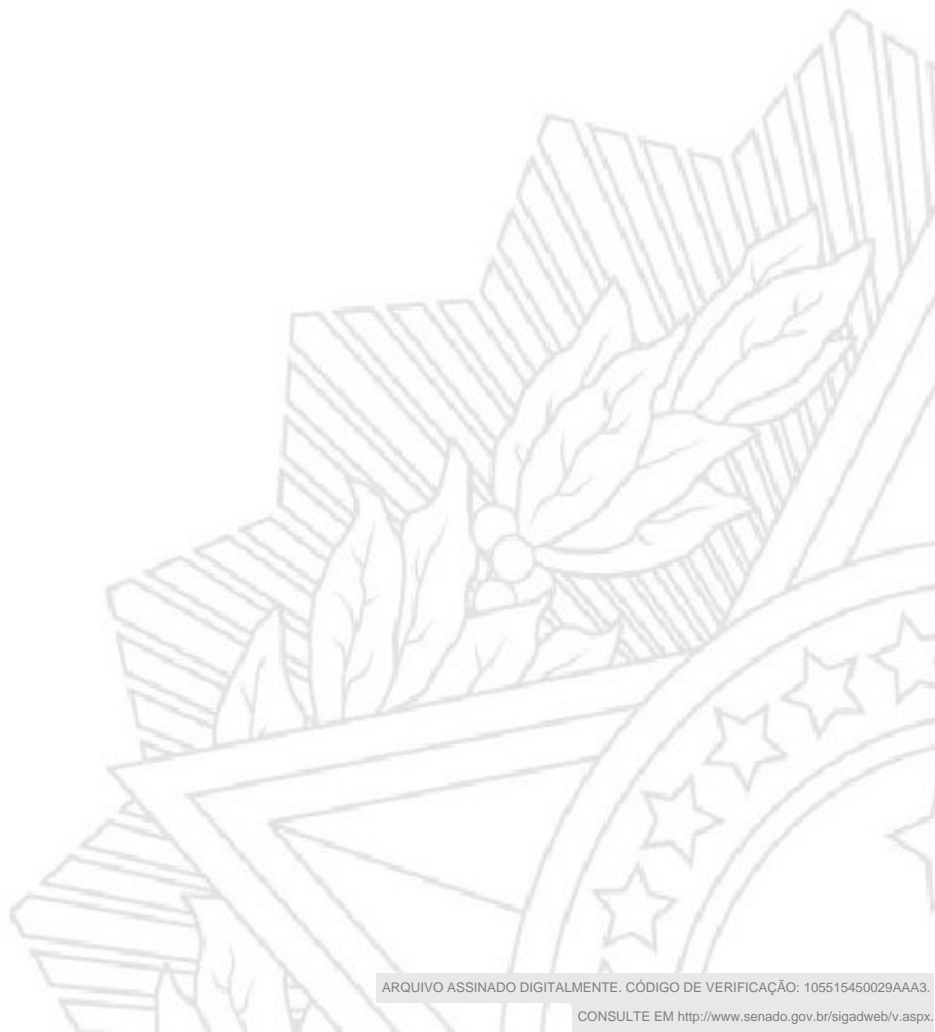


Concluída a instrução dos Projetos de Lei da Câmara nº 79/2017, nº 39/2018 e nº 40/2018, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 115/2018, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



Comunicações





SENADO FEDERAL
Gabinete da Liderança do PSDB

*Designa para
integral a CE
como suplente, o
Senador Ataídes
de Oliveira
Em 04/12/18.*

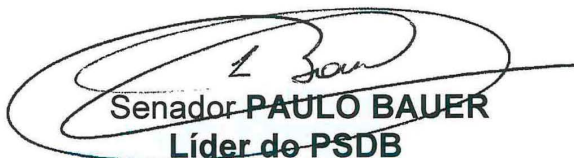
Ofício nº 97/18-GLPSDB

Brasília, de dezembro de 2018.

Senhor Presidente,

Indico o senador **ATAÍDES DE OLIVEIRA**, como
suplente, para integrar a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Atenciosamente,


Senador **PAULO BAUER**
Líder do PSDB

Excelentíssimo Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

*Recb do
04/12/18
1060
46390*





SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

*Designado
à Publicação
Em 4/12/2018*

Of. Nº. 80/2018-BLDPRO

Brasília, 04 de dezembro de 2018.

À Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação Membros CMA.**

Senhor Presidente,

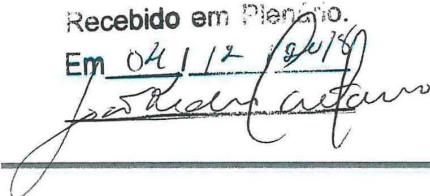
Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, e cumprindo aos dispostos Regimentais desta Casa, nos termos do art. 78, ponho-me, **Senador OMAR AZIZ (PSD/AM)**, como indicado para vaga de **titular**, na composição da **Comissão de Meio Ambiente**.

Respeitosamente,


Senador OMAR AZIZ
Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Recebido em Plenário.

Em 04/12/2018







SENADO FEDERAL
Liderança do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Of. Nº. 81/2018-BLDPRO

Brasília, 04 de dezembro de 2018.

À Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Indicação Membros CMA.**

Senhor Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência, e cumprindo aos dispostos Regimentais desta Casa, nos termos do art. 78, indico o Senador Otto Alencar (PSD/BA) em substituição ao Senador Sérgio Petecão (PSD/AC, para vaga de **titular**, na composição da **Comissão de Meio Ambiente – CMA.**

Respeitosamente,

Senador OMAR AZIZ
Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista

Recebido em P

Em 04/12/2018

João Roberto de Faria



**SENADO FEDERAL****GABINETE DA LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA****Ofício nº 050/2018 – BLPRD**

*A sublevar
Faco. n e substitua*

04.12.18

Brasília, 29 de novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o **Senador Humberto Costa** como titular, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em substituição a **Senadora Ângela Portela**, em vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.

Senador Lindberg Farias
Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática

Recebido em 06 / 12 / 2018
Hora: 17 : 15

Thiago Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 20001 SLSF/SGM



Expedientes de Ministros de Estado



- Ofício nº 1023, de 2018, do Ministro de Estado da Educação, em resposta ao Requerimento de Informações nº 309, de 2017, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin; - Ofício nº 45477, de 28 de novembro de 2018, do Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 135, de 2018, de autoria do Senador Paulo Bauer; - Aviso nº 81, de 29 de novembro de 2018, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em resposta ao Requerimento de Informações nº 18, de 2018, de autoria do Senador Jorge Viana; - Aviso nº 82, de 29 de novembro de 2018, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em resposta ao Requerimento de Informações nº 983, de 2017, de autoria do Senador Romário;

As respostas foram encaminhadas eletronicamente aos requerentes e disponibilizadas no sítio do Senado Federal. Os Requerimentos vão ao Arquivo.

Ofícios de Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

- nº 45.497, de 28 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 625, de 2017, de autoria da CCT; - nº 46.338, de 28 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 204, de 2018, de autoria da CCT; - nº 47.639, de 29 de novembro de 2018, em resposta ao Requerimento de Informações nº 202, de 2018, de autoria da CCT;

As respostas foram encaminhadas eletronicamente a requerente e disponibilizadas no sítio do Senado Federal. Os requerimentos vão ao arquivo. Os PDS's 95, de 2016; 81, de 2017 e o OF "S" 7, de 2017, voltam a tramitar e vão à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução da Emenda da Câmara nº 1, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 186/2015, esta matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 114, DE 2018

(nº 684/2018, na origem)

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 44,935,000.00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF".

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO: À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 684

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 44,935,000.00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 29 de novembro de 2018.



EM nº 00083/2018 MF

Brasília, 10 de Julho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Piauí requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 44.935.000,00. (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos EUA), cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF”.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000 (atual Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017), e o Banco Central do Brasil efetuou o registro da operação.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, registrando que, de acordo com o previsto no inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017, a operação de crédito de que trata seu parecer é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, à garantia da União, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal. Ao final, pronunciou-se aquela Secretaria no sentido de que o Ente cumpre os requisitos prévios para a concessão da garantia da União, desde que cumpridos os requisitos mencionados em seu parecer.

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na



legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificada a comprovação do atendimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso, bem como os demais requisitos que competem a esta Procuradoria, nos termos do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, e a formalização do respectivo contrato de contragarantia.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Ente em tela referente à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos, observadas as ressalvas acima.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Eduardo Refinetti Guardia



Aviso nº 608 - C. Civil.

Em 29 de novembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 44,935,000.00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Piauí e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PRODAF”.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



DOCUMENTOS PARA O SENADO

ESTADO DO PIAUÍ

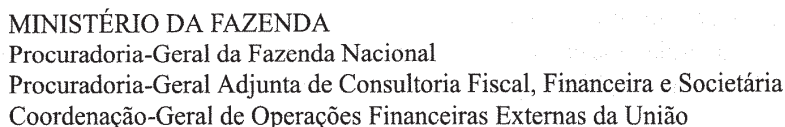
BID

**Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento
da Gestão Fiscal do Estado - PRODAF**

17944.101974/2017-17



SEI/MF - 0797710 - Parecer



Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Estado do Piauí - PI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 44.935.000,00.

Recursos destinados ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal.

Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312, de 1974; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo SEI n° 17944.101974/2017-17

I

Trata-se de concessão de garantia da União para operação de crédito externo com as seguintes características:

MUTUÁRIO: Estado do Piauí;

MUTUANTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID;

GARANTIDOR: República Federativa do Brasil;

NATUREZA DA OPERAÇÃO: empréstimo externo;

VALOR: até US\$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos EUA), de principal;

FINALIDADE: financiar parcialmente o “Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF”.

2. Os requisitos normativos para a contratação encontram-se estabelecidos em dispositivos

Página 7 de 222 Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

de 2007, e nº 45, de 2001, ambas com alterações, no Decreto nº 1.512, de 15 de fevereiro de 1977,

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=928401&infra_si... 1/7



25/06/2018

SEI/MF - 0797710 - Parecer

na Lei Complementar nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 4 de maio de 2000, na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Portaria n.151, de 12 de abril de 2018, do Ministro da Fazenda, e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes. Tais requisitos, conforme se observa nos parágrafos a seguir, foram obedecidos.

II

Análises da STN

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiu o Parecer SEI Nº 144/2018/COPEM/SURIN/STN-MF (Doc SEI nº 0590274), onde consta:
 - (a) verificação dos limites de endividamento das Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal;
 - (b) análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União.
4. Segundo informa a STN, no mencionado Parecer, o Ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, datado de 12/04/2018 (Doc SEI nº 0553534), junto ao Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, instituído pela Portaria nº 199/2015, da Secretaria do Tesouro Nacional.
5. Adicionalmente, informou aquela Secretaria que foram anexados ao SADIPEM os seguintes documentos enviados eletronicamente como documentos anexos: a. Lei Autorizadora (Doc SEI nº 0173349);
 - b. Parecer do Órgão Jurídico (Doc SEI nº 0481267);
 - c. Parecer do Órgão Técnico (Doc SEI nº 0410202);
 - d. Lei Orçamentária de 2018 (Doc SEI nº 0311115);
 - e. Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (Doc SEI nº 0553598);
 - f. Declaração do Chefe do Poder Executivo sobre o cumprimento do art. 11 da LRF (Doc SEI nº 0481320)
 - g. Demonstrativo das Despesas com Pessoal Consolidado por Poder e Órgão (Doc SEI nº 0553676)
6. O mencionado Parecer apresentou conclusão favorável à concessão da garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja verificados a) o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso (vide item 41 do Parecer).
7. Antes da assinatura, esta Procuradoria-Geral, verificará a adimplência e demais requisitos que lhe competem, nos termos do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, bem como formalizará o respectivo contrato de contragarantia.

Aprovação do projeto pela COFIEX

8. Foi autorizada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX de que trata o Decreto nº 3 502 de 12 de junho de 2000

Página 8 de 222

Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=928401&infra_si... 2/7



25/06/2018

SEI/MF - 0797710 - Parecer

(sucendida pelo Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017), mediante a Recomendação nº 03/2018 (Doc SEI nº 0346756), de 31/01/2018, e Resolução nº 03/2018, de 31.01.2018.

Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União

9. Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, e informada mediante o Memorando SEI nº 22/2018/GECM II/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 25/04/2018 (Doc SEI nº 0588295), as contragarantias oferecidas pelo Ente, de acordo com a Lei estadual nº 6.985, de 27/04/2017(Doc SEI nº 0173349), são suficientes para ressarcir a União em caso de acionamento da garantia concedida. A mencionada lei autorizou o Poder Executivo do Ente a contratar a operação de crédito em tela e a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as receitas tributárias relativas aos arts 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.
10. Em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF, o Ente em tela deverá assinar Contrato de Contragarantia com a União previamente à celebração do contrato de empréstimo que ora se analisa.

Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária

11. Consta do processo a Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM, em 12/04/2018 (Doc SEI nº 0553534), que informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Estado para o quadriênio 2016-2019, estabelecido pela Lei estadual nº 6.751, de 29/12/2015(Doc SEI nº 0553534).
12. A declaração suprmencionada informa ainda que constam da Lei estadual nº 7.083, de 28/12/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018, dotações necessárias e suficientes para a execução do Projeto em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida (Doc SEI nº 0553534).

Análise da STN acerca da capacidade de pagamento do Ente

13. Informa a STN, no Parecer acima citado, que, de acordo com o previsto no inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017, a operação de crédito de que trata este parecer é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, à garantia da União, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.



25/06/2018

SEI/MF - 0797710 - Parecer

Análise da STN quanto ao atendimento, pelo Ente, dos requisitos da Resolução nº 43 do Senado Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal

14. No seu Parecer já citado, a COPEM/STN informou que o Ente atendeu aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, conforme previsto nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal.
15. No tocante à validade da verificação dos limites de endividamento constantes dos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43/2001, e em conformidade com a Portaria STN nº 694, de 2010, o Parecer supramencionado indicou que, para fins da apreciação do Senado Federal, o **prazo de validade da análise é de 270 dias, contados a partir de 27 de abril do corrente ano.**

Da adimplência do Mutuário

16. Registre-se que a adimplência do Mutuário será verificada por ocasião da análise jurídica para fins de assinatura do contrato, nos termos do parágrafo 4 do art.10 da Resolução n.48/2007, do Senado Federal.

Certidão do Tribunal de Contas do Ente

17. A Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Parecer SEI Nº 144/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, (Doc SEI nº 0590274), informou , no que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, que a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI nº 553598) atestou o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2016) e aos exercícios não analisados (2017 e 2018).

Limite de Restos a Pagar

18. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 25, inciso IV, alínea c, 40, § 2º e 42, todos da LRF, combinados com o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, tendo em vista que esse limite é aferível somente nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular de Poder Executivo, a exigência de comprovação de obediência ao limite de restos a pagar não se aplica ao Estado, na presente data.

Limite de Parcerias Público-Privadas

19. A STN informou que, conforme Declaração do Chefe do Poder Executivo,

Página 10 de 222

Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=928401&infra_sis... 4/7



25/06/2018

SEI/MF - 0797710 - Parecer

0553534), o que corrobora a informação constante em seu RREO relativo ao 1º bimestre de 2018 (Doc SEI nº 0581082).

Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício não analisado e ao em curso

20. Consta Declaração do Chefe do Poder Executivo, efetuada no SADIPEM, quanto ao exercício não analisado e ao em curso, afirmando que o Ente cumpriu todos os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, nos termos em que determina o art. 21, IV, 'c', da Resolução nº 43, do Senado Federal (Doc SEI nº 0553534).

Conveniência e Oportunidade da Operação

21. Relativamente à conveniência e oportunidade da contratação, o Secretário do Tesouro Nacional, ao aprovar o supramencionado Parecer SEI nº 144/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, (Doc SEI nº 0590274), concluiu que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União.

Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente

22. A Procuradoria-Geral do Mutuário emitiu o Parecer PGE/PLC nº 2477/2017 (Doc SEI nº 0786266), para fim do disposto na Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1º de outubro de 1992, onde conclui serem “juridicamente regulares as minutas apresentadas”.

Registro da Operação no Banco Central do Brasil

23. A Secretaria do Tesouro Nacional informou que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA820100 (Doc SEI nº 0413924).

III

24. O empréstimo será concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, organismo internacional integrado pelo Brasil, e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas por esse organismo (minutas contratuais, Doc SEI nº 0189663).



25/06/2018

SEI/MF - 0797710 - Parecer

25. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução nº 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.
26. O mutuário é o Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.
27. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Fazenda para que, entendendo conveniente e cabível, encaminhe a matéria para exame e final pronunciamento do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) comprovação do atendimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso; (b) a verificação do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e (c) formalização do contrato de contragarantia

À consideração superior.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO.

Ana Lúcia Gatto de Oliveira

Procuradora da Fazenda Nacional

À aprovação da Senhora Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO.

Maurício Cardoso Oliva

Coordenador-Geral



26/06/2018

SEI - Processo

provo o parecer. À consideração do Sr. Procurador-Geral da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL.

Ana Paula Lima Vieira Bittencourt

Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira

Aprovo o parecer. À Secretaria-Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL.

Fabício da Soller

Procurador-Geral da Fazenda Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Gatto de Oliveira, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 25/06/2018, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Procurador(a)-Geral Adjunto(a) de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária**, em 25/06/2018, às 18:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício da Soller, Procurador(a)-Geral da Fazenda Nacional**, em 26/06/2018, às 10:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Cardoso Oliva, Coordenador(a)-Geral de Operações Financeiras Externas da União**, em 26/06/2018, às 10:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0797710** e o código CRC **F4ABB68D**.

Referência: Processo nº 17944.101974/2017-17

SEI nº 0797710

Criado por 41634390130, versão 6 por 41634390130 em 25/06/2018 16:1



SISBACEN EMFTN/JULIANAD S I S C O M E X 07/03/2018 11:37
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577A
 ----- PCEX577A - CARACTERISTICAS GERAIS -----
 NUMERO DA OPERACAO: TA820100 DE: 16/01/2018
 1. MODALIDADE DA OPERACAO: 3611 L CRED BID/BIRD/FONP CONCLUIDO
 2. MOEDA DE REGISTRO.....: 220 DOLAR DOS EUA
 3. VALOR DA OPERACAO.....: 44935000,00
 4. JUROS (S/N): S CERT. AVERBACAO: -
 5. ENCARGOS (S/N).....: S CA/AP/CR ORIGEM:
 6. TITULARES:
 a) CADEMP b) TIPO c) VLR PARTICIPACAO d) DETALHAR

 42477 102 DEV ESTADO/MUNICIPIO -
 GOVERNO DO ESTADO DO PIAUI
 583242 208 ORGAN INTERN CREDOR 44935000,00 -
 BANCO INTERAMERICANO DE DES.- BID
 40967 300 GARANT REPUBLICA 44935000,00 -
 RFB - MIN. DA FAZENDA - SECR. DO TESOURO NAC.
 118115 307 AGENTE PAIS/EXECUTOR 44935000,00 -
 SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PIAUI
 ----- Opcao:'X' em 'd'-mostra titular -----

 ENTRA=SEGUE F9=TRANSACAO F6=MENU F12=ENCERRA F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/JULIANAD S I S C O M E X 07/03/2018 11:37
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577B
 ----- PCEX577B - CARACTERISTICAS DO PRINCIPAL -----
 NUMERO DA OPERACAO: TA820100 DE: 16012018
 CONCLUIDO

07.OBJETO DO FINANCIAMENTO

a) BENS.....: b) TECNOLOGIA/SERV.:
 c) SEGURO CREDITO: d) INGRESSO MOEDA... 44935000,00
 e) ALUGUEL BASICO:

08. VLR. ANTECIPADO.....:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

09.VLR. A VISTA..:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

10. VLR. FINANCIADO: 44935000,00

a) NUM.PARCELAS: 40 (vezes) b) PERIODICIDADE.: 6 (meses)
 c) CARENCIA.....: 66 (meses) d) PRAZO.....: 300 (meses)
 e) INIC.CONTAGEM: (ddmmaaaa) f) CONDICAO: 10090 ASSINATURA CONTRATO
 g) VLR.PARCELA.....:
 h) MULTIPLICADOR... , i) BASE.....:

11.VLR.RESIDUAL.....: 12.MEIO DE PAGAMENTO.....: 2 MOEDA

(Informe 'SIM' para expandir o esquema de pagamento de principal ____)

 ENTRA=SEGUE F9=TRANSACAO F6=MENU F12=ENCERRA F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/JULIANAD S I S C O M E X 07/03/2018 11:38
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577C
 ----- PCEX577C - CARACTERISTICAS DE JUROS -----
 NUMERO DA OPERACAO: TA820100 DE: 16/01/2018
 CONCLUIDO

13. PERIODO DE JUROS.....: 01 Abrir proximo periodo : (S=sim,N=nao)
 14. PRAZO VALIDADE DO PERIODO: 300 (meses)
 15. FORMA DE PAGAMENTO.....: P (A=ANTECIPADO,P=POSTECIPADO)
 16. CONDICAO.....: 10090 ASSINATURA CONTRATO
 17. DT.INICIO CONTAGEM.....:
 18. MEIO PAGAMENTO.....: 2 MOEDA
 19. PERIODICIDADE.....: 6
 20. TAXA FIXA.....: 0 , 0000 (00,0000) % ao ano
 21. TAXA VARIAVEL.....:
 a) TAXA b) SPREAD c) DETALHAR (x)

 JUSTIFICATIVA DA TAXA 2391
 SPREAD A SER DEFINIDO PELO BID NA DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO, CON-
 FORME ARTIGO 3.03 DAS NORMAS GERAIS.

 PF3/15=RETORNA



ENTRA=SEGUE F9=TRANSACAO F6=MENU F12=ENCERRA F3=RETORNA

SISBACEN EMFIN/JULIANAD S I S C O M E X 07/03/2018 11:38
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577J
----- PCEX577J - REGISTRO DE DADOS COMPLEMENTARES -----
NUMERO DA OPERACAO: TA820100 DE: 16/01/2018
CONCLUIDO

54.INFORMACOES COMPLEMENTARES:

EMPRÉSTIMO EXTERNO DE LONGO PRAZO VISANDO ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUI
PRODAF.

PROCESSO STN 17944.101974/2017-17

MINUTA INCLUIDA EM PROCESSO GDC BB: 20180112000002276

55.DADOS DE IMPOSTO DE RENDA:

a)RESPONSABILIDADE...: 4 (1=CREDOR, 2=DEVEDOR, 3=AMBOS, 4=ISENTO)

ATENCAO: OBSERVAR O ART.880,DO DECRETO NR. 3.000,DE 26.03.1999, SOBRE REMES-
SA DE RENDIMENTOS PARA FORA DO PAIS.

56.DADOS DO RESPONSÁVEL PELA OPERACAO - PELO DEVEDOR

NOME.: JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS

CPF...: 18255663304

CARGO: GOVERNADOR DO ESTADO

TELEFONE:(086) 32211696

E-MAIL: SECGOV@SECGOV.PI.GOV.BR

ENTRA=SEGUE

F6=MENU

F3=RETORNA

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>

SISBACEN EMFTN/JULIANAD S I S C O M E X 07/03/2018 11:39
TRANSACAO PCEX770 ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS PCEX577X
----- DADOS DE EVENTOS -----
OPERACAO: TA820100 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 4001 - MANIFESTACAO CREDOR/INVESTIDOR-FATURA
DATA DO EVENTO.....: 23 / 11 / 2017 VALOR...:

DESCRICAO DO EVENTO:

EMPRÉSTIMO EXTERNO DE LONGO PRAZO VISANDO ATENDIMENTO AO PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUI
PRODAF - PROCESSO STN 1794.101974/2017-17
MINUTA INCLUIDA EM PROCESSO GDC BB: 20180112000002276

=> MINUTA NEGOCIADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2017

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB FERNANDA PESTUN (81) 3425-7176

ENTRA=SEGUE F3=RETORNA F6=MENU F9=TRANSACAO F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/JULIANAD S I S C O M E X 07/03/2018 11:39
TRANSACAO PCEX770 ANALISE/EFETIVACAO DE OPER. FINANCEIRAS PCEX577X
----- DADOS DE EVENTOS -----
OPERACAO: TA820100 DE: CONCLUIDO

TIPO DO EVENTO.....: 7001 - CONTRATO/FATURA/DOC FORMAL
DATA DO EVENTO.....: 23 / 11 / 2017 VALOR..:

DESCRICAO DO EVENTO:

EMPRÉSTIMO EXTERNO DE LONGO PRAZO VISANDO ATENDIMENTO AO PROJETO DE
DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUI
PRODAF - PROCESSO STN 1794.101974/2017-17
MINUTA INCLUIDA EM PROCESSO GDC BB: 20180112000002276

=> MINUTA NEGOCIADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2017

RESPONSAVEL PELO EVENTO.: BB FERNANDA PESTUN (81) 3425-7176

ENTRA=SEGUE F3=RETORNA F6=MENU F9=TRANSACAO F12=ENCERRA



TECLA NAO PROGRAMADA. VIDE RODAPE.

SISBACEN EMFTN/JULIANAD S I S C O M E X 07/03/2018 11:39
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA NCEX5770
----- CONSULTA DE OPERACAO FINANCEIRA -----
NUMERO DA OPERACAO: TA820100 DE: 16/01/2018

EVENTOS NECESSARIOS PARA GERACAO DE ESQUEMA DEFINITIVO:

EVENTO:	SITUACAO:
7001 CONTRATO/FATURA/DOC FORMAL	INCLUIDO
6012 ASSINATURA DO CONTRATO-DATA	NAO INCL.

ENTRA=SEGUE F3=RETORNA F6=MENU F9=TRANSACAO F12=ENCERRA



25/06/2018

SEI/MF - 0590274 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

PARECER SEI Nº 144/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Processo nº 17944.101974/2017-17

Operação contratual externa (com garantia da União) entre o Estado do Piauí - PI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 44.935.000,00. Recursos destinados ao financiamento do Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer da solicitação feita pelo Estado do Piauí para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e de pedido de concessão de garantia da União à referida operação, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e das Resoluções do Senado Federal nº 43/2001 e nº 48/2007. Tal operação possui as seguintes características (SEI 0553534, fls. 2 e 8-9):

- **Valor da operação:** US\$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF;
- **Juros:** Libor 3 meses mais spread (margem variável a ser definida pelo BID na data da assinatura do contrato);
- **Atualização monetária:** Variação cambial;
- **Liberação:** US\$ 5.010.000,00 em 2018; US\$ 12.130.000 em 2019; US\$ 7.570.000,00 em 2020; US\$ 11.985.000,00 em 2021 e US\$ 8.240.000,00 em 2022;
- **Contrapartida:** US\$ 441.000,00 em 2018; US\$ 1.340.000,00 em 2019; US\$ 1.410.000,00 em 2020; US\$ 1.010.000,00 em 2021 e US\$ 864.000,00;
- **Prazo total:** 300 (trezentos) meses;
- **Prazo de carência:** 66 (sessenta e seis) meses;
- **Prazo de amortização:** 234 (duzentos e trinta e quatro) meses;
- **Lei autorizadora:** Lei estadual nº 6.985, de 27/04/2017;
- **Prazo de desembolso:** 60 (sessenta) meses;
- **Demais encargos e comissões:** Comissão de compromisso de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado do empréstimo; e recursos para inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

2. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado ao Ente no SADIPEM, assinado em 12/04/2018 pelo Chefe do Poder Executivo do Ente da Federação (SEI 0553534). Seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM: a. Lei Autorizadora (SEI 0173349); b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 0481267); c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 0410202); d. Lei Orçamentária de 2018 (SEI 0311115); e. Certidão do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (SEI 0553598); f. Declaração do Chefe do Poder Executivo sobre o cumprimento do art. 11 da LRF (SEI 0481320) g. Demonstrativo das Despesas com Pessoal Consolidado por Poder e Órgão (SEI 0553676).

II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

3. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (SEI 0410202), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação, bem como apresentou a análise das fontes alternativas de financiamento. A propósito, conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (SEI 0581967), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

4. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (SEI 0481267) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (SEI 0553534, fls. 17-23), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

5. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

- a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (SEI 0410290, fl. 3)	1.107.694,7
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada	1.107.694,7
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (SEI 0410290, fl. 2)	490.536,36
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	490.536,36



25/06/2018

SEI/MF - 0590274 - Parecer

- b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (SEI 0581082, fl. 3)	1.773.486,4
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	1.773.486,4
Liberações de crédito já programadas	855.093,82
Liberação da operação pleiteada	16.256.949
Liberações ajustadas	871.350,77

- c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite c
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2018	16.256.949,00	855.093.823,57	8.214.167.818,00	10,61	66,30
2019	39.360.637,00	299.932.153,44	8.321.320.133,99	4,08	25,48
2020	24.563.893,00	166.965.539,95	8.429.870.232,33	2,27	14,20
2021	38.890.126,50	0,00	8.539.836.346,85	0,46	2,85
2022	26.737.976,00	0,00	8.651.236.949,20	0,31	1,93
2023	0,00	0,00	8.764.090.752,03	0,00	0,00

* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

- d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL
	Operação pleiteada	Demais Operações		
2018	0,00	696.877.776,39	8.214.167.818,00	8,48
2019	1.411.456,48	802.239.139,88	8.321.320.133,99	9,66
2020	2.502.577,37	789.572.794,96	8.429.870.232,33	9,40
2021	3.545.755,12	606.210.273,02	8.539.836.346,85	7,14
2022	4.814.601,88	618.104.010,49	8.651.236.949,20	7,20
2023	5.582.319,84	583.841.664,81	8.764.090.752,03	6,73
2024	9.367.686,14	722.893.064,14	8.878.416.712,06	8,25
2025	12.700.164,11	532.742.687,62	8.994.234.033,32	6,06
2026	12.552.316,95	514.287.237,55	9.111.562.170,34	5,78
2027	12.392.244,19	472.246.358,08	9.230.420.831,44	5,25
2028	12.220.674,90	371.439.643,80	9.350.829.982,01	4,10
2029	12.036.375,32	356.173.488,84	9.472.809.847,93	3,89
2030	11.361.519,97	333.246.235,15	9.596.380.918,87	3,59
2031	11.126.205,76	222.642.025,84	9.721.563.951,82	2,40
2032	10.884.367,49	210.938.443,07	9.848.379.974,52	2,25
2033	10.636.192,08	176.699.634,13	9.976.850.289,04	1,88
2034	10.381.324,40	135.216.920,77	10.106.996.475,30	1,44
2035	9.881.459,23	117.707.425,22	10.238.840.394,74	1,25
2036	9.617.712,14	59.979.073,92	10.372.404.193,98	0,67
2037	9.351.366,63	57.718.559,75	10.507.710.308,54	0,64
2038	9.081.899,32	55.514.093,36	10.644.781.466,60	0,61
2039	8.810.114,00	53.027.588,57	10.783.640.692,84	0,57
2040	8.535.281,64	45.719.046,12	10.924.311.312,27	0,50
2041	8.257.476,99	30.117.789,28	11.066.816.954,19	0,35
2042	7.976.587,90	33.069.923,77	11.211.181.556,13	0,37
2043	7.692.520,95	2.263.512,78	11.357.429.367,88	0,09
Média até 2027 :				7,39
Percentual do Limite de Endividamento até 2027 :				64,30
Média até o término da operação :				3,79
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação :				32,96

* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

- e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - **relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado**, conforme quadro

Página 26 de 222

Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=690048&infra_si... 2/7



25/06/2018

SEI/MF - 0590274 - Parecer

Receita Corrente Líquida (RCL)	8.005.700,6
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	3.288.148,4
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	1.321.991,5
Valor da operação pleiteada	145.809,58
Saldo total da dívida líquida	4.755.949,5
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,59
Limite da DCL/RCL	2,00
Percentual do limite de endividamento	29,70%

6. Salientamos que a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 1º Bimestre de 2018), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (SEI 0581082, fl. 16). Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 3º Quadrimestre de 2017), homologado no Siconfi (SEI 0410307, fl. 4).

7. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o Ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 3,79%, relativo ao período de 2018-2043.

8. Em conclusão, no que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Estado do Piauí atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º e 21 da RSF nº 43/2001. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado**;
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado**;
- c. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado**;
- d. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado**;
- e. DCL/RCL menor que 2,0: **Enquadrado**.

9. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observada a adimplência relativa a precatórios, requisito tratado no artigo 97, § 10, inciso IV, e no artigo 104, parágrafo único, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

10. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 0553598) atestou o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2016) e aos exercícios não analisados (2017 e 2018).

11. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 896, de 31/10/2017, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificamos mediante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC (SEI 0584940), que o ente homologou as informações constantes da referida Portaria.

12. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o Ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o § 4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001 mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (SEI 0484964 e SEI 0484951).

13. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, considera-se que o Estado encaminhou suas contas ao Poder Executivo da União (SEI 0584940).

14. Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, o Ente encontra-se adimplente nesta data, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, e disponível no endereço sahem.tesouro.gov.br (SEI 0590016).

15. Em consulta à relação de mutuários da União - situação em 29/01/2018 (SEI 0410701), verificou-se que o Ente não consta da relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI), não possuindo, portanto, acordos de refinanciamento com a União, estando atendido o inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.

16. Relativamente às despesas com pessoal, na forma disciplinada pela LRF, destaca-se que, na presente análise, os limites referentes às mencionadas despesas foram considerados como atendidos até o 3º quadrimestre de 2017, com base na certidão emitida pelo Tribunal de Contas competente (SEI 0553598), na declaração do Chefe do Poder Executivo preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM (SEI 0553534, fls. 17-23), nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 3º quadrimestre de 2017 homologados no Siconfi (SEI 0410307 e SEI 0410336) e no Demonstrativo das Despesas com Pessoal Consolidado por Poder/Órgão referente ao 3º quadrimestre de 2017, encaminhado pelo Ente (SEI 0553676).

III. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

17. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, 43/2001 e 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, este parecer trata estritamente:

- a. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1;
- e
- b. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas na seção III.2, considerada subsídio necessário para que o Secretário do Tesouro Nacional se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

III.1 -REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

18. Entende-se que a verificação do cumprimento dos arts. 10, II, "c", e 11, parágrafo único, "j" e "l", da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item "II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO" deste Parecer.

RECOMENDAÇÃO DA COFIE X

19. A Comissão de Financiamentos Externos (COFIE X), por meio da Recomendação nº 08/0121 (SEI 0228656) de 28/04/2017, e da Resolução nº 03/2018 (SEI 0346756), de 31/01/2018, recomendou a preparação do projeto com financiamento no valor de até US\$ 44.935.000,00, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com contrapartida equivalente a até US\$ 5.065.000,00.

DÍVIDA MOBILIÁRIA

20. **Página 27 de 222** Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

informar que, até a presente data, o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária de

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=690048&infra_si... 3/7



25/06/2018

SEI/MF - 0590274 - Parecer

estados, municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado no parágrafo 5º deste Parecer.

OPERAÇÕES POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

21. No que tange ao limite referente às operações por antecipação de receita orçamentária, verificou-se, a partir do Demonstrativo das Operações de Crédito constante do RGF do 3º quadrimestre de 2017 (SEI 0410307, fl. 11), que o Ente não possui valores contratados em operações dessa natureza.

RESTOS A PAGAR

22. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 25, inciso IV, alínea c, 40, § 2º e 42, todos da LRF, combinados com o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, tendo em vista que esse limite é aferível somente nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular de Poder Executivo, a exigência de comprovação de obediência ao limite de restos a pagar não se aplica ao Estado, na presente data.

INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL

23. A Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 12/04/2018 (SEI 0553534, fls. 17-23), informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Estado para o quadriênio 2016-2019, estabelecido pela Lei estadual nº 6.751, de 29/12/2015 (SEI 0553534, fl. 21). A declaração citada informa ainda que constam da Lei estadual nº 7.083, de 28/12/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2018, dotações necessárias e suficientes para a execução do Projeto em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte de contrapartida (SEI 0553534, fl. 20).

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - CONTRATAÇÃO E CONTRAGARANTIAS

24. A Lei estadual nº 6.985, de 27/04/2017 (SEI 0173349), autoriza o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 157 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias em direito admitidas.

GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

25. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 05/04/2018 (SEI 0553598), atestou para os exercícios de 2016 e 2017 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2017 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal. Ademais, o Chefe do Poder Executivo, em Declaração preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM, atestou o cumprimento dos artigos citados para o exercício de 2017 (SEI 0553534, fl. 22).

EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

26. Sobre o cumprimento do art. 11 da LRF relativo aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, a Certidão do Tribunal de Contas competente informa que houve no exercício de 2017 pleno cumprimento das competências tributárias pelo Ente, porém, não pode aferir o cumprimento do pleno exercício de competência tributária de 2018 sem análise das contas deste ano (SEI 0553598). Dessa forma, tendo em vista a manifestação explícita do Tribunal quanto à impossibilidade de verificação das contas de 2018, o Chefe do Poder Executivo declarou o cumprimento, pelo Estado do Piauí, das competências tributárias para o exercício de 2018 (SEI 0481320), conforme requisitado pelo art. 11 da LRF. Considerando a documentação encaminhada pelo Ente, bem como o Parecer PGFN/COF nº 468/2017, entendemos que o artigo em tela foi cumprido.

DESPESAS COM PESSOAL

27. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante do parágrafo 16 deste parecer.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

28. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

29. A esse respeito, o Ente atesta no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 12/04/2018, que não firmou, até aquela data, contrato na modalidade de PPP (SEI 0553534, fl. 22), o que corrobora a informação constante em seu RREO relativo ao 1º bimestre de 2018 (SEI 0581082, fl. 32).

LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

30. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. Conforme as informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 3º quadrimestre de 2017 (SEI 0582842, fl. 7), o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 41,39% da RCL.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

31. De acordo com o previsto no inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017, a operação de crédito de que trata este parecer é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, à garantia da União, por ser contratada junto a organismo multilateral de crédito com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

32. Em cumprimento ao art. 40, § 1º da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF nº 48, foi realizada pela COAFI a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Memorando SEI nº 22/2018/GECEM II/COAFI/SURIN/STN/MF-DF, de 25/04/2018 (SEI 0588295, fls. 3-6), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

CUSTO-BENEFÍCIO, CONDIÇÕES FINANCEIRAS e FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

33. Entende-se que o Parecer Técnico (SEI 0410202), em conformidade com a Nota nº 436/2013 –STN/COPEM (SEI 0581967), juntamente com os dados básicos e as abas “Dados Complementares” e “Cronograma Financeiro” preenchidas no SADIPEM (SEI 0553534, fls. 2 e 8-10), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MF 497/1990.

ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

34. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, o Ente se encontra adimplente, conforme já mencionado no parágrafo 14 deste parecer.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

35. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em atendimento ao disposto no art. 97, inciso IV, alínea a, e no art. 104, Parágrafo Único, ambos do ADCT, a verificação da adimplência deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

REGISTRO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - ROF

36. Verificou-se que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA820100 (SEI 0413924).

Página 28 de 222

Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=690048&infra_si... 4/7



25/06/2018

SEI/MF - 0590274 - Parecer

37. A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP, tendo em vista o disposto no Capítulo III da Portaria MF 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, por meio do Memorando SEI 43/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 26/04/2018. O custo efetivo da operação foi apurado em 4,37% a.a. para uma *duration* de 11,80 anos. Considerada a mesma *duration*, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 5,63% a.a., portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação (SEI 0594987, fls. 3-4). Nessa condição, não há restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito, conforme deliberação do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da STN registrada na ata de sua 11ª Reunião (SEI 0588509).

MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

38. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da Portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as minutas do contrato de financiamento (SEI 0189663, fls. 4-22 e 28-65) e de garantia (SEI 0189663, fls. 23-27).

III.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOUREIRO NACIONAL

ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

39. Em relação aos riscos para o Tesouro Nacional, destacam-se, da minuta do contrato de empréstimo, os pontos abaixo, os quais refletem disposições normalmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em operações com organismos multilaterais.

Prazo e condições para o primeiro desembolso

40. As condições prévias ao primeiro desembolso estão descritas na Cláusula 3.01 das Disposições Especiais do contrato (SEI 0189663, fl. 8) e no Artigo 4.01 das Normas Gerais (SEI 0135663, fl. 41). O Estado terá um prazo de 180 dias a partir da entrada em vigência do contrato para cumprir as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas, conforme previsto no Artigo 4.02 das Normas Gerais (SEI 0135663, fls. 41-42).

41. Por sua vez, o Governo Federal exige que o BID informe o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso pelo Estado do Piauí. Essa exigência constitui condicionante à assinatura do contrato de garantia entre o Governo Federal e esse organismo multilateral. A condicionante minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que o Estado do Piauí não incorrerá em pagamento desnecessário de comissão de compromisso e estará apto a iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo.

Vencimento antecipado da dívida e *cross default*

42. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que o BID terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não-financeiras, conforme estabelecido nos artigos 8.01 e 8.02 das Normas Gerais, CAPÍTULO VIII (SEI 0189663, fls. 59-60).

43. Adicionalmente, a minuta do contrato prevê o *cross default* com outros contratos do ente com o BID, conforme estabelecido nos itens (a) e (c) do artigo 8.01 (SEI 0189663, fl. 59), e no item (a) do artigo 8.02, das Normas Gerais (SEI 0189663, fl. 60).

44. A respeito destas hipóteses, cumpre informar que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não-financeiras, cumpre informar que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

45. Cabe esclarecer, também, que o BID acompanha periodicamente a execução dos projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório. Também exige que os mutuários apresentem relatórios semestrais com relação à execução dos projetos em seus aspectos técnicos e financeiros, assim como realização de auditoria externa. No entanto, cumpre informar que a STN não acompanha a execução dos projetos.

HONRA DE AVAL

46. Tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Portaria MF 501/2017, foi realizada consulta ao Relatório Semanal de Honras de Aval, emitido pela Gerência de Controle de obrigações da Dívida Pública (GECOD) da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com posição em 20/04/2018 (SEI 0589624), em que foi verificado não haver, em nome do Estado do Piauí, registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas ou registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União que sejam impeditivos a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento do Ente.

AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE GARANTIAS

47. Em 21/12/2015, mediante a Portaria STN nº 763, foi instituído, no âmbito do Tesouro Nacional, o Comitê de Garantias, fórum colegiado interno que tem como objetivo subsidiar a atuação da STN no que se refere à concessão de garantias da União. A Portaria STN nº 109, de 25/02/2016, aprovou o regimento interno do referido Comitê, atribuindo a seus Grupos Técnicos a avaliação técnica e a deliberação acerca da admissibilidade dos pleitos de concessão de garantia.

48. O Grupo Técnico de Entes Subnacionais do Comitê de Garantias da STN entendeu, em sua 5ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05/05/2016, que, até que haja definição sobre procedimentos em atendimento ao Art. 40 do RI-CGR, as operações externas, financiadas por Organismos Multilaterais, que tenham contragarantias suficientes, tenham Capacidade de Pagamento A, B ou C* (C* somente com pronunciamento favorável do Secretário do Tesouro Nacional, conforme art. 9º da Portaria MF nº 306/2012), e cumpram os demais limites e condições da legislação, conforme análise da COPEM, estão recomendadas, condicionadas à manifestação favorável da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) quanto ao custo de cada operação individualmente.

49. Cabe esclarecer que a Portaria MF nº 306/2012 foi revogada pela Portaria MF nº 501/2017, em que foi definido, no inciso II do art. 12, que são elegíveis à concessão de garantia da União, relativamente ao risco do Tesouro Nacional, operações de crédito que, além de atenderem aos artigos 7º e 9º daquela Portaria, sejam contratadas junto a organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento, com a finalidade de financiar projetos de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal.

50. Por sua vez, a CODIP, em verificação do atendimento do art. 9º da Portaria MF nº 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação conforme informação consignada no Memorando SEI nº 43/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 26/04/2018.

51. Assim, considerando a elegibilidade da operação, conforme Portaria MF nº 501/2017, art. 12 II, bem como a manifestação favorável da CODIP, a operação em análise é elegível à garantia da União nos termos da deliberação da 5ª Reunião Extraordinária do Grupo Técnico e do inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017.

REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 159/2017

52. Em 22 de maio de 2017, foi publicada a Lei Complementar – LC nº 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal – RRF dos estados e do Distrito Federal – DF. Dentre os dispositivos constantes dessa LC, destaca-se o artigo 17, o qual, em suma, impede a União de executar contragarantias, durante a vigência do RRF, em caso de inadimplência em operações de crédito que sejam por esta garantidas e que foram contratadas anteriormente à homologação do pedido de adesão do ente ao referido Regime.

53. Ao estabelecer esse mecanismo, o mencionado artigo implica em uma elevação dos riscos a que o Tesouro Nacional está sujeito ao conceder garantia em operações de crédito de estados e Distrito Federal após a publicação da citada Lei Complementar, caso da operação de crédito objeto deste Parecer. Assim, faz-se relevante salientar que a concessão da garantia da União para o presente caso eleva o montante total de dívidas garantidas que podem vir a ser honradas pela União sem a execução imediata da contragarantia, nos termos do artigo 17 da citada Lei Complementar, caso o ente tomador do recurso faça adesão ao RRF.

54. Ainda no que tange ao RRF, o art. 13, inciso III, da Portaria MF nº 501/2017, veda a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento de entes que apresentarem elevado risco de aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, verificado mediante o atingimento cumulativo de pelo menos 90% dos três requisitos constantes nos incisos I, II e III, do caput do art. 3º da LC nº 159/2017. De acordo com o Memorando nº 12/2018/COREM/SURIN/STN-MF (SEI 0594987), a COREM apurou que se encontra em risco de aderir ao RRF o Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a operação em comento não se enquadra na vedação do citado inciso III do artigo 13 da Portaria MF nº 501/2017.



25/06/2018

SEI/MF - 0590274 - Parecer

55. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

56. Considerando o disposto no § 1º do artigo 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de 270 dias, contados a partir de 27/04/2018. Entretanto, caso a operação não seja contratada até 31/12/2018 e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar desta STN, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MF nº 151/2018.

57. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

58. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o ente cumpre com os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União.

59. Diante do exposto, considerando a verificação das exigências constantes da RSF nº 48/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios para a concessão da pleiteada garantia da União, que fica condicionada:

- a. ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;
- b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

60. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, "a" da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

Ruy Takeo Takahashi

Helena Cristina Dill

Auditor Federal de Finanças e Controle

Gerente da GEPEX/COPEM

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para as providências de sua alçada.

Mansueto Facundo de Almeida Júnior

Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Ruy Takeo Takahashi, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 27/04/2018, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 27/04/2018, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 27/04/2018, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais Substituto(a)**, em 27/04/2018, às 16:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 27/04/2018, às 17:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Página 30 de 222

Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=690048&infra_si... 6/7



25/06/2018

SEI/MF - 0590274 - Parecer



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0590274** e o código CRC **53FDA830**.

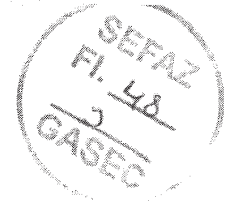
Referência: Processo nº 17944.101974/2017-17

SEI nº 0590274





Estado do Piauí
Procuradoria Geral do Estado
Consultoria Setorial – Secretaria de Estado da Fazenda



Processo na Origem: 0066.000.07718/2017-0

Consulente: Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí

Assunto: Minuta de contrato de empréstimo

PARECER PGE/PLC nº 2477/2017

OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO. REGULARIDADE DAS
MINUTAS CONTRATUAIS APRESENTADAS. PROSSEGUIMENTO
DO FEITO, COM ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS EXIGIDOS NA
LEI COMPLEMENTAR 101/2000.

PARECER PGE/PLC 2477/17
APROVADO

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Ilm.º Coordenador da Unidade de Projetos da Secretaria de Fazenda, através de Memo/UCP nº 8/2017, através da qual solicita análise jurídica de minutas de Contrato de Empréstimo negociadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

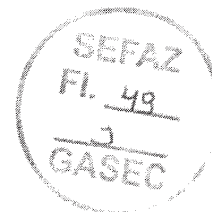
Instruem os autos os seguintes documentos: I) Memo/UCP nº 8/2017; II) Minuta de Contrato de Empréstimo entre o Estado do Piauí e o BID (fls. 03/15); III) Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (PRODAF/PROFISCO) (fls. 16/20); IV) Minuta de Contrato de Garantia entra a República Federativa do Brasil e o BID, referente ao empréstimo ao Estado do Piauí (fls. 21/28) e; V) Normas Gerais Aplicáveis aos Contratos de Empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (fls. 29/47-V).

É O QUANTO ENTENDEMOS PERTINENTE RELATAR. PASSAMOS AO PARECER.





Estado do Piauí
Procuradoria Geral do Estado
Consultoria Setorial – Secretaria de Estado da Fazenda



II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

PARECER/PGE/PLC 24.12/17
APROVADO

A operação de crédito, a ser firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visa dar suporte à execução de projeto de apoio ao fortalecimento da administração fazendária do Estado, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento estratégico, do aumento de ingressos próprios do Estado, do aumento da eficácia da gestão financeira e da oferta de melhores serviços aos cidadãos, demonstrando o interesse público na avença.

O valor financiado será de até o montante de US\$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares norte-americanos). Prevê-se a prestação de garantia pela União.

O contrato disciplina as condições de disponibilidade e desembolso dos recursos, sobre a taxa de câmbio, amortização (em prestações semestrais), juros. Prevê-se a incidência de comissão de crédito. Há regulamentação da execução do programa, no que tange à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, e seleção de consultores, entre outras matérias. A solução de controvérsias será submetida à arbitragem, conforme disciplina constata das Normas Gerias (Capítulo XII do Contrato de Empréstimo – Normas Gerais).

As condições previstas nos documentos constantes dos autos, e postos à análise desta Procuradoria Setorial, encontram-se regulares, sob o aspecto estritamente jurídico.

Destaca-se, ainda, que as condições constantes da minuta contratual foram objeto de negociações entre o Estado do Piauí, União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (fls. 26/28).

Cumpre, agora, à consulente, para dar prosseguimento ao processo de contratação, adotar os procedimentos legalmente impostos às operações de crédito contraídas por entes da federação, notadamente o disposto na **Lei Complementar 101/2000** (Lei da Responsabilidade Fiscal).





Estado do Piauí
Procuradoria Geral do Estado
Consultoria Setorial – Secretaria de Estado da Fazenda



III. CONCLUSÃO

Assim, entendo juridicamente regulares as minutas apresentadas, devendo-se dar seguimento aos procedimentos necessários para a contratação do empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que a operação possa ser regularmente concluída.

É o parecer, à consideração superior.

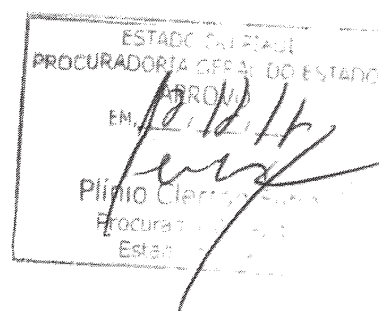
Teresina, 05 de dezembro de 2017.

ALBERTO ELIAS HIDD NETO

PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
CONSULTORIA SETORIAL/SEFAZ

PARECER/PGE/PLC 2497/17
APROVADO

ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROVO A CONSIDERAÇÃO SUPERIOR
THE, 07 de 12 de 2017
Fernando de Nascimento Rocha
Procurador-Chefe da Procuradoria
de Licitações e Contratos



14/12/2017

SEI/MF - 0205262 - Memorando

Memorando SEI nº 13/2017/GECEN III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM,

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Estado do Piauí.**Referência:** Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.102636/2017-94.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 457/2017/COPEM/SURIN/STN-MF, por meio do qual é solicitada a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para as operações de crédito do Estado do Piauí, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017.
2. De acordo com a metodologia presente na portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações pleiteadas:
 - Margem: R\$ 6.183.489.475,26;
 - OG: R\$ 121.902.740,52.
3. Portanto, nos termos da referida portaria, como o valor da margem é superior ao valor da OG, são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 05/12/2017, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0205262** e o código CRC **BED2610B**.

Referência: Processo nº 17944.102636/2017-94.

SEI nº 0205262



ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA SUJEITA ÀS MUDANÇAS QUE SURJAM DO PROCESSO DE REVISÃO E APROVAÇÃO PELO BANCO E NÃO CONSTITUI UMA PROMESSA DE CONTRATO.

MINUTA – negociada em 23 de novembro de 2017

Resolução DE-___/___

MINUTA DE
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº ___/OC-__

entre

ESTADO DO PIAUÍ

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí

(Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí –
PRODAF, autorizado pela Lei Estadual Nº 6.985, de 27 de abril de 2017)

(Data suposta de assinatura)

LEG/SGO/CSC/EZSHARE-620307903-9741



ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA SUJEITA ÀS MUDANÇAS QUE SURJAM DO PROCESSO DE REVISÃO E APROVAÇÃO PELO BANCO E NÃO CONSTITUI UMA PROMESSA DE CONTRATO.

MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Este contrato de empréstimo, doravante denominado “Contrato”, é celebrado entre ESTADO DO PIAUÍ, doravante denominado “Mutuário”, e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, doravante denominado, individualmente, “Banco” e, juntamente com o Mutuário, as “Partes”, no âmbito do Convênio de Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento (CCLIP) N° _____, assinado entre o Banco e a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL em ____ de _____ de ____.

As obrigações do Mutuário estabelecidas neste Contrato são garantidas pela REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, doravante denominada “Fiador”, _____ nos termos do Contrato de Garantia N° ____/OC-__.

CAPÍTULO I

Objeto, Elementos Integrantes do Contrato e Definições Particulares

CLÁUSULA 1.01. Objeto do Contrato. O objeto deste Contrato é acordar os termos e condições em que o Banco concede um empréstimo ao Mutuário para contribuir ao financiamento e execução do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí (Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PRODAF, autorizado pela Lei Estadual N° 6.985, de 27 de abril de 2017), cujos aspectos principais acordam-se no Anexo Único.

CLÁUSULA 1.02. Elementos Integrantes do Contrato. Este Contrato é integrado por estas Disposições Especiais, pelas Normas Gerais (datadas de Maio de 2016) e pelo Anexo Único, e sua interpretação estará sujeita às regras previstas no Artigo 1.02 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Definições Específicas. Além dos termos definidos nas Normas Gerais, os seguintes termos, quando utilizados com letra maiúscula neste Contrato, terão o significado indicado a seguir. Qualquer referência ao singular se aplica ao plural e vice-versa.

(a) Para fins deste Contrato, as alíneas 10, 44 e 53 do Artigo 2.01 das Normas Gerais terão as definições contidas nesta Cláusula:

“10. “Contrato” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais deste Contrato.”

“44. “Normas Gerais” significa o conjunto de artigos que compõem esta Segunda Parte do Contrato e refletem políticas do Banco aplicáveis uniformemente a seus contratos de empréstimo.”

_____/OC-__



- 2 -

- “53. “Prática Proibida” significa as práticas que o Banco proíbe com relação às atividades que financia, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas Políticas de Consultores. Se o Banco estabelecer novas práticas proibidas ou modificar as existentes, estas serão consideradas Práticas Proibidas para os fins deste Contrato a partir do dia em que, tendo sido levadas ao conhecimento do Mutuário pelo Banco, o Mutuário aceite, por escrito, sua aplicação.”
- (b) “CCLIP” é uma Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimento que consta do Documento GN-2246-1, aprovado pela Diretoria Executiva do Banco em 16 de julho de 2003 e reformulado pelo Documento GN 2246-9, de 2 de novembro de 2016.
- (c) “CCLIP-PROFISCO II” é a CCLIP para o Programa de Modernização da Gestão Fiscal no Brasil – PROFISCO II, aprovada pela Diretoria Executiva do BID por meio da Resolução DE-___/___, em ___ de ___ de 20___, da qual o Empréstimo objeto deste Contrato constitui uma Operação Individual.

CAPÍTULO II

O Empréstimo

CLÁUSULA 2.01. Montante e Moeda de Aprovação do Empréstimo. Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões novecentos e trinta e cinco mil Dólares), doravante denominado “Empréstimo”.

CLÁUSULA 2.02. Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos. (a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no Capítulo IV das Normas Gerais.

(b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em uma moeda distinta do Dólar de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.03. Disponibilidade de moeda. Se o Banco não tiver acesso à moeda solicitada pelo Mutuário, o Banco, de comum acordo com o Mutuário e com a anuência do Fiador, poderá efetuar o desembolso do Empréstimo em outra moeda de sua escolha.

CLÁUSULA 2.04. Prazo para desembolsos. O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer prorrogação do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e estará sujeita ao previsto no Artigo 3.02(g) das Normas Gerais.

___/OC-___



- 3 -

CLÁUSULA 2.05. Cronograma de Amortização. (a) A Data Final de Amortização é [__ de ____ de ____]¹. A VMP Original do Empréstimo é de [____ (____) anos]².

(b) O Mutuário deverá amortizar o Empréstimo mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. O Mutuário deverá pagar a primeira prestação de amortização no dia 15 de [abril/outubro] de 20__, e a última no dia 15 de [abril/outubro] de 20__.^{3 4}

(c) As Partes poderão acordar a modificação do Cronograma de Amortização do Empréstimo de acordo com o estabelecido no Artigo 3.02 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.06. Juros. (a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores diários a uma taxa que será determinada em conformidade com o estipulado no Artigo 3.03 das Normas Gerais.

(b) O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano. O primeiro desses pagamentos será realizado a partir da primeira dessas datas que ocorra após a entrada em vigor do Contrato, de acordo com o indicado no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.07. Comissão de crédito. O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito nas datas estabelecidas na Cláusula 2.06(b) deste Contrato, de acordo com o disposto nos Artigos 3.01, 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.08. Recursos para inspeção e vigilância. O Mutuário não estará obrigado a cobrir os gastos do Banco a título de inspeção e vigilância gerais, exceto se o Banco estabelecer o contrário de acordo com o disposto no Artigo 3.06 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.09. Conversão. O Mutuário poderá solicitar ao Banco uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros em qualquer momento durante a vigência do Contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais. As Partes acordam que todas as solicitações de Conversão de Moeda ou de Conversão de Taxa de Juros deverão contar com a anuência prévia do Fiador, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda.

¹ Se o Mutuário escolher meses específicos para o pagamento de amortização e juros, se utilizará esta opção, deixando-se em branco a Data Final de Amortização, que será preenchida no momento da assinatura do Contrato. A Data Final de Amortização será de no máximo 25 anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

² Se o Mutuário escolher meses específicos para o pagamento de amortização e juros, se usará esta opção, deixando-se em branco o valor da VMP. A VMP será recalculada no momento da assinatura do Contrato e não poderá ser maior que 15,25 anos.

³ Incluir uma data de até 25 (vinte e cinco) anos a partir da data de assinatura do Contrato.

⁴ Esta redação se utilizará caso o Mutuário desejar escolher os meses do ano em que efetuará o pagamento de prestações de amortização, independentemente da data de assinatura do Contrato, ou quando se fixar uma data exata como data final de amortização. A primeira parcela deverá ser paga no prazo de até 66 (sessenta e seis) meses, a contar da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.



- 4 -

(a) **Conversão de Moeda.** O Mutuário poderá solicitar que um desembolso ou a totalidade ou uma parte do Saldo Devedor sejam convertidos a uma Moeda Principal ou a uma Moeda Local, que o Banco possa intermediar eficientemente, com as devidas considerações operacionais e de gestão de risco. Entender-se-á que qualquer desembolso denominado em Moeda Local constituirá uma Conversão de Moeda, ainda que a Moeda de Aprovação seja tal Moeda Local.

(b) **Conversão de Taxa de Juros.** O Mutuário poderá solicitar, em relação à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor, que a Taxa de Juros Baseada na LIBOR seja convertida a uma taxa fixa de juros ou qualquer outra opção de Conversão de Taxa de Juros solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco.

CAPÍTULO III **Desembolsos e Uso de Recursos do Empréstimo**

CLÁUSULA 3.01. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, as seguintes condições:

- (a) Que o Mutuário tenha constituído a Unidade Coordenadora do Projeto (UCP) e tenha designado seus membros, de acordo com o previsto no parágrafo 4.02 do Anexo Único; e
- (b) Que o Mutuário tenha aderido ao Regulamento Operacional do Programa (ROP), previamente aprovado pelo Banco para todas as operações individuais de empréstimo dentro da CCLIP-PROFISCO II.

CLÁUSULA 3.02. Uso dos recursos do Empréstimo. Os recursos do Empréstimo somente poderão ser utilizados para pagar despesas que cumpram os seguintes requisitos: (i) que sejam necessárias para o Projeto e estejam em consonância com os objetivos do mesmo; (ii) que sejam efetuadas de acordo com as disposições deste Contrato e as políticas do Banco; (iii) que sejam adequadamente registradas e respaldadas nos sistemas do Mutuário ou do Órgão Executor; e (iv) que sejam efetuadas após _____ [data de aprovação da Proposta de Empréstimo] e antes do vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas prorrogações. Tais despesas serão doravante denominadas “Despesas Elegíveis”.

CLÁUSULA 3.03. Taxa de câmbio para justificar despesas realizadas em Moeda Local do país do Mutuário. Para efeitos do disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, as Partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo. Para efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contrapartida Local ou do reembolso de despesas a débito do Empréstimo, a taxa de câmbio acordada será a taxa de câmbio na data efetiva em que o Mutuário, o Órgão Executor ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a quem se tenha delegado a faculdade de efetuar despesas, efetue os pagamentos respectivos a favor do empreiteiro, fornecedor ou beneficiário.

_____/OC-____



- 5 -

CLÁUSULA 3.04. Suspensão de desembolsos. Para fins deste Contrato, o inciso (e) do Artigo 8.01 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(e) Quando, a critério do Banco, o objetivo do Projeto ou o Empréstimo possam ser afetados desfavoravelmente ou a execução do Projeto possa se tornar improvável como consequência de: (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso; ou (ii) qualquer modificação ou emenda de qualquer condição cumprida antes da aprovação do Empréstimo pelo Banco, que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco. Nesses casos o Banco poderá requerer do Mutuário ou do Órgão Executor informações justificadas e pormenorizadas. Após receber dita informação ou decorrido um tempo razoável, a critério do Banco, sem que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha apresentado tais informações, o Banco poderá exercer seu direito a suspender os desembolsos.”

CAPÍTULO IV **Execução do Projeto**

CLÁUSULA 4.01. Contrapartida Local. (a) Para os efeitos do estabelecido no Artigo 6.02 das Normas Gerais, estima-se o montante da Contrapartida Local em US\$5.065.000,00 (cinco milhões sessenta e cinco mil Dólares).

(b) O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da Contrapartida Local, despesas que: (i) sejam necessárias para o Projeto e que estejam em consonância com os objetivos do mesmo; (ii) sejam efetuadas de acordo com as disposições deste Contrato e com as políticas do Banco; (iii) sejam adequadamente registradas e respaldadas nos sistemas do Mutuário ou do Órgão Executor; (iv) tenham sido efetuadas após _____ (data de aprovação da Proposta de Empréstimo) e antes do vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas prorrogações; e (v) em matéria de aquisições, sejam de qualidade satisfatória e compatível com o estabelecido no Projeto, entregues ou terminadas oportunamente e tenham um preço que não afete desfavoravelmente a viabilidade econômica e financeira do Projeto.

CLÁUSULA 4.02. Órgão Executor. O Mutuário, por intermédio de sua Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), será o Órgão Executor do Projeto.

CLÁUSULA 4.03. Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(51) das Normas Gerais, as Partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, reunidas no documento GN 2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

_____/OC-_____


- 6 -

(b) Para a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e a aquisição de bens, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Aquisições, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva aquisição ou contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. Também poderá ser utilizado o sistema ou subsistema de país nos termos descritos no Artigo 6.04(b) das Normas Gerais.

(c) A concorrência pública internacional será utilizada para aquisições e contratações estimadas em valor superior a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Dólares) para a contratação de obras e a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares) para a aquisição de bens e a contratação de serviços diferentes de consultoria. Caso o Banco aumente o limite que determina o uso da concorrência pública internacional conforme estabelecido pelo Banco na página www.iadb.org/procurement, o Mutuário poderá optar pela adoção do novo limite. Abaixo desse limite, o método de seleção será determinado de acordo com a complexidade e características da aquisição ou contratação, o qual deverá estar refletido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(d) No que se refere ao método de licitação pública nacional, os respectivos procedimentos de licitação pública nacional poderão ser utilizados desde que, a critério do Banco, tais procedimentos garantam economia, eficiência, transparência e compatibilidade geral com a Seção I das Políticas de Aquisições e levando em conta, entre outros, o disposto no parágrafo 3.4 de tais Políticas.

(e) No que se refere à utilização do método de licitação pública nacional, este poderá ser utilizado desde que as contratações ou aquisições sejam realizadas em conformidade com o documento ou documentos de licitação acordados entre o Mutuário e o Banco.

(f) O Mutuário se compromete a obter, antes da adjudicação do contrato correspondente a cada uma das obras do Projeto, a posse legal dos imóveis onde se construirá a respectiva obra, as servidões ou outros direitos necessários para sua construção.

CLÁUSULA 4.04. Seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(52) das Normas Gerais, as Partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, reunidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. Também poderão ser utilizados os sistemas de país nos termos descritos no Artigo 6.04(b) das Normas Gerais.

____/OC-____



- 7 -

(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de Dólares). Abaixo desse limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Mutuário.

CLÁUSULA 4.05. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições em conformidade com o disposto no Artigo 6.04(c) das Normas Gerais, o Mutuário deverá utilizar ou, conforme o caso, fazer com que o Órgão Executor utilize, o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine ou aprove.

CLÁUSULA 4.06. Regulamento Operacional do Programa (ROP). O Mutuário se compromete a executar o Projeto utilizando o ROP previamente aprovado pelo Banco para todas as operações individuais de empréstimo da CCLIP-PROFISCO II. Em caso de contradição ou inconsistência entre as disposições deste Contrato e as disposições do ROP, as disposições deste Contrato prevalecerão sobre tal documento.

CLÁUSULA 4.07. Condições especiais de execução. Antes do início das atividades do Projeto cujos produtos sejam destinados à Procuradoria Geral do Estado (PGE), à Controladoria Geral do Estado (CGE), à Secretaria do Planejamento (SEPLAN) ou à Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SEADPREV), a SEFAZ deverá apresentar ao Banco evidência de ter assinado um instrumento de cooperação com tais entidades, a fim de estabelecer as responsabilidades dessas instituições na execução das atividades respectivas.

CLÁUSULA 4.08. Manutenção. O Mutuário se compromete a: (a) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Projeto, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (b) apresentar ao Banco, durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado das obras e equipamentos, e o plano de manutenção para esse ano. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada não é adequada, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas.

CLÁUSULA 4.09. Salvaguardas ambientais e sociais. Para fins deste Contrato, o inciso (b) do Artigo 6.06 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(b) O Mutuário se compromete a informar imediatamente ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco a ocorrência de qualquer evento que coloque em risco o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.”

_____/OC-_____



- 8 -

CAPÍTULO V

Supervisão e Avaliação do Projeto

CLÁUSULA 5.01. Supervisão da execução do Projeto. Para efeitos do disposto no Artigo 7.02 das Normas Gerais, os documentos que, até a data de assinatura deste Contrato, foram identificados como necessários para supervisionar o progresso na execução do Projeto são os seguintes:

(a) Plano Operacional Anual (POA). Durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário deverá apresentar ao Banco o POA. O primeiro POA deverá ser elaborado para os primeiros 12 (doze) meses, contados a partir da entrada em vigor deste Contrato. O segundo e seguintes POA deverão ser apresentados ao Banco até o dia 30 de novembro de cada ano, para sua utilização durante o ano calendário seguinte. Os POA devem ser atualizados segundo as necessidades de execução do Projeto e cada atualização deverá ser aprovada pelo Banco.

(b) Relatório Semestral de Progresso. Durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário deverá apresentar ao Banco, com cópia para a Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, os relatórios semestrais de progresso dentro do prazo de 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre.

CLÁUSULA 5.02. Supervisão da gestão financeira do Projeto. (a) Para efeitos do estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada um de seus exercícios fiscais, e durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Projeto, devidamente auditadas por uma empresa de auditoria independente aceitável ao Banco ou pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, uma vez que este último seja declarado elegível pelo Banco. O último desses relatórios será apresentado dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões.

(b) Para efeitos do disposto no Artigo 7.03(a) das Normas Gerais, o exercício financeiro do Projeto é o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA 5.03. Avaliação de resultados. O Mutuário se compromete a apresentar ao Banco as seguintes avaliações para determinar o grau de cumprimento do objetivo do Projeto e seus resultados:

(a) **Avaliação intermediária:** Caso o Banco julgue necessário, deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias do cumprimento dos 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura deste Contrato ou da data em que tenha sido desembolsado cinquenta por cento (50%) dos recursos do Projeto, o que ocorrer primeiro.

(b) **Avaliação final:** Deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias da data do último desembolso.

____/OC-____



- 9 -

(c) As avaliações mencionadas nos incisos (a) e (b) desta Cláusula deverão respeitar o conteúdo previsto no Plano de Monitoramento e Avaliação aprovado pelo Banco para o Projeto.

CLÁUSULA 5.04. Planos e relatórios. Para fins deste Contrato, o inciso (d) do Artigo 7.02 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(d) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tomar conhecimento do início de qualquer processo, reclamação, demanda ou ação judicial, procedimento arbitral ou administrativo relacionado com o Projeto, bem como manter e, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha o Banco informado sobre a situação dos mesmos.”

CAPÍTULO VI

Disposições Diversas

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Comunicações e Notificações. (a) Todos os avisos, solicitações, comunicações ou relatórios que as Partes devam realizar em virtude deste Contrato com relação à execução do Projeto, à exceção das notificações mencionadas no seguinte inciso (b), serão efetuados por escrito e se considerarão realizados no momento em que o documento correspondente for recebido pelo destinatário no respectivo endereço indicado a seguir, ou por meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe ao Mutuário, a menos que as Partes acordem por escrito de outra forma.

Do Mutuário:

Endereço postal:
Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
Av. Pedro Freitas, S/N
Bairro São Pedro
Cep: 64018-900
Teresina-Pi

Fax: (86) 3216-9678

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Representação do Banco no Brasil
SEM Quadra 802 Cj. F Lote 39
CEP 70.800.400
Brasília, DF

_____/OC-____








- 10 -

Brasil

Fax: +55(61) 3317-3112

(b) Qualquer notificação que as Partes devam realizar em virtude deste Contrato sobre assuntos distintos daqueles relacionados com a execução do Projeto, incluindo as solicitações de desembolsos, deverá realizar-se por escrito e ser enviada por correio registrado, e-mail ou fax, dirigido a seu destinatário a qualquer dos endereços indicados a seguir, e será considerada realizada no momento em que for recebida pelo destinatário no respectivo endereço, ou por meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe o Mutuário, a menos que as Partes acordem por escrito outra forma de notificação.

Do Mutuário:

Endereço postal:
Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí
Av. Pedro Freitas, S/N
Bairro São Pedro
Cep: 64018-900
Teresina-Pi

Fax: (86) 3216-9678

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
EUA

Fax: (202) 623-3096

(c) O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Projeto.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 5o andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil

Fax: +55 (61) 2020-5006

CLÁUSULA 6.03. Cláusula Compromissória. Para a solução de toda controvérsia derivada ou relacionada ao presente Contrato e que não se resolva por acordo entre as Partes, estas se

_____/OC-____



- 11 -

submetem incondicional e irrevogavelmente ao procedimento e sentença do tribunal de arbitragem a que se refere o Capítulo XII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 6.04. Práticas Proibidas. Para fins deste Contrato, o inciso (a) do Artigo 9.01 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“ARTIGO 9.01. Práticas Proibidas. (a) Além do estabelecido nos Artigos 8.01(g) e 8.02(c) destas Normas Gerais, se o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que uma firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação à execução do Projeto, poderá impor as sanções que julgar apropriadas, dadas as circunstâncias do caso, incluindo:

- (i) Negar-se a financiar os contratos para a aquisição de bens ou para a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco quando houver evidência de que o representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou Órgão Contratante não tenha tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) Emitir uma admoestação à firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida, com uma carta formal de censura por sua conduta;
- (iv) Declarar a firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida inelegível, de forma permanente ou temporária, para participar em atividades financiadas pelo Banco, seja diretamente como empreiteiro, fornecedor ou prestador, ou indiretamente, na qualidade de subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria; e
- (v) Impor multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e autuações realizadas com relação à Prática Proibida.”

____/OC-____



- 12 -

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, assinam este Contrato em 3 (três) vias de igual teor em _____ (*local de assinatura*), no dia acima indicado.




ESTADO DO PIAUÍ

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

[Nome e título do representante autorizado]

[Nome e título do representante autorizado]

_____/OC-____



LEG/SGO/CSC/ EZSHARE-620307903-9742

ANEXO ÚNICO**O PROJETO****Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí**

(Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PRODAF, autorizado pela Lei Estadual Nº 6.985, de 27 de abril de 2017)

I. Objetivo

- 1.01 O objetivo do Projeto é contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da: (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público.

II. Descrição

- 2.01 Para atingir o objetivo indicado no parágrafo 1.01, o Projeto financiará atividades dos seguintes componentes:

Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal

- 2.02 Este componente tem como objetivo melhorar o desempenho institucional da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), aumentando a maturidade de seus processos corporativos, e financiará:
- a) Gestão Fazendária aprimorada e orientada para resultados. Isso inclui: (i) novos procedimentos automatizados para gerenciamento por resultados; (ii) metodologia para gerenciamento de risco em apoio ao planejamento; (iii) implementação do escritório de gerenciamento de projetos integrado ao sistema de investimento público e criação do escritório de gerenciamento de processos; e (iv) atualização do plano estratégico e plano de comunicação do SEFAZ.
 - b) Fortalecimento da gestão de recursos humanos. Serão realizados: (i) novos procedimentos automatizados de gestão de competências em recursos humanos; (ii) programa de capacitação permanente; (iii) novo modelo de gestão do conhecimento; e (iv) implementação de instrumentos para apoiar o comportamento dos funcionários, incluindo manuais processuais e o código de ética.
 - c) Fortalecimento da governança de Tecnologia da Informação (TI). Isso inclui: (i) atualizar o modelo de gerenciamento de TI; (ii) reprogramação do Sistema de Administração Tributária (SIAT) para adaptá-lo a uma nova plataforma tecnológica; (iii)

_____/OC-BR



- 2 -

atualização do Plano Diretor de TI; e (iv) atualização da infraestrutura tecnológica de *hardware* e *software* da SEFAZ.

- d) Melhoria das ferramentas de comunicação com a sociedade, por meio de: (i) redesenho de procedimentos de comunicação; (ii) integração do sistema de atendimento por meio da gestão de informação dos vários canais de comunicação; e (iii) programa de educação fiscal expandido.

Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal

2.03 Este componente tem como objetivo aumentar a eficiência da arrecadação de impostos e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias, e financiará:

- a) Aprimoramento do modelo de gestão dos instrumentos de apoio à política tributária. Isto inclui: (i) elaboração do código tributário único e implementação de uma ferramenta de suporte para a consulta; (ii) atualização dos procedimentos para a gestão de benefícios fiscais; e (iii) metodologia para estimar a evasão fiscal.
- b) Fortalecimento da fiscalização e da inteligência fiscal. Isso inclui: (i) metodologia para selecionar os contribuintes a serem auditados; (ii) sistema automatizado de gerenciamento de auditoria; (iii) modernização da infraestrutura física e tecnológica da fiscalização de mercadorias em trânsito; e (iv) ferramentas para mineração de dados (*software* e banco de dados, etc.) tipo BIG DATA e análise de dados.
- c) Aprimoramento da gestão do contencioso administrativo fiscal. Isso inclui: (i) revisão e ajuste dos procedimentos de gerenciamento das primeiras e segundas instâncias do processo de cobrança; (ii) integração da ferramenta de processo eletrônico com o Tribunal de Justiça; e (iii) desenvolvimento do portal de consulta com mecanismos de busca de processos, jurisprudência, acordos e atas.
- d) Melhoria da atenção integral ao contribuinte. Isso inclui: (i) revisão, ajuste e padronização dos procedimentos de atendimento; e (ii) implementação de um sistema de gerenciamento informatizado que contempla a expansão de serviços virtuais.
- e) Implementação arrecadação e cobrança administrativa, por meio de: (i) nova metodologia de cobrança; (ii) sistema automatizado de gestão de crédito; (iii) atualização e automação de receitas não tributárias; e (iv) sistema automatizado de cobrança e coleta de impostos, usando a informação do sistema público de escrituração digital (SPED) e Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), integrando-a com o SIAT.
- f) Fortalecimento do ambiente de negócios. Isso inclui: (i) novo sistema de gerenciamento de registro de contribuintes integrado à Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) e integração do SIAT no sistema da Junta Comercial; (ii) complementação das funcionalidades do SPED referentes aos parâmetros do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

_____/OC-BR



- 3 -

(ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); (iii) integração do SIAT no Portal Único de Comércio Exterior para a centralização e automação dos pagamentos de impostos; e (iv) simplificação dos procedimentos e sistema de importações feitas por pessoas físicas.

Componente III. Administração financeira e gasto público

2.04 Este componente tem como objetivo contribuir para a disciplina fiscal e aumentar a eficiência e eficácia das despesas públicas, e financiará:

- a) Implantação de um Marco Orçamentário de Médio Prazo (MOMP) integrando as ações de planejamento, programação fiscal e formulação de orçamento. Isto incluirá: (i) estratégia de implementação (desenho geral, sequência, instrumentos técnicos e mudanças organizacionais e regulamentares); (ii) MOMP que aborda a programação macrofiscal com projeções fiscais e tetos setoriais; (iii) programação orçamentária com um horizonte plurianual de médio prazo; e (iv) ajustes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado (SIAFE) aos requisitos do MOMP e integração com outros sistemas (dívida, investimento, compras, contratos).
- b) Aprimoramento da gestão do Tesouro Estadual. Isso inclui: (i) revisão e ajuste dos procedimentos de tesouraria, integrando-os com procedimentos de contratos públicos; (ii) sistema automatizado de gerenciamento de contratos; (iii) metodologia de gestão de caixa com sistema automatizado desenvolvido no SIAFE; e (iv) integração do Sistema de Gestão de Liquidez Diária (SGLD) com SIAFE.
- c) Fortalecimento da gestão de compra e contratação. Isso será realizado: (i) nova política de compras; (ii) revisão e ajuste dos procedimentos de adjudicação; (iii) novo catálogo unificado de produtos para compras estatais; (iv) registro unificado de provedores certificados; (v) padronização dos Termos de Referência (TdR), especificações técnicas, licitações e contratos; (vi) sistema de gestão automatizada de compras integrado com o SIAFE; e (vii) metodologia e sistema para uso de preços de referência com base em informações de documentos fiscais eletrônicos.
- d) Implantação do modelo de gestão de investimentos públicos. Isso incluirá: (i) novos procedimentos e instrumentos para a fase de programação e priorização de investimentos, com um sistema de indicadores para estimar lacunas e necessidades de investimento; (ii) ferramentas e metodologias para a preparação de projetos; e (iii) sistema de gestão física e financeira para apoiar projetos de investimento.
- e) Fortalecimento do sistema de gestão contábil nos seus aspectos orçamentários, financeiros e patrimoniais. Isso inclui: (i) revisão e ajuste de contabilidade para as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); (ii) sistema de gestão de bens móveis e imóveis integrando suas informações com a contabilidade patrimonial; (iii) automação de reconciliação bancária; e (iv) integração do SIAFE em outros sistemas corporativos do Estado.

_____/OC-BR



- 4 -

- f) Melhoria da gestão da dívida pública. Isso incluirá: (i) atualização das regras e procedimentos do processo de contratação de passivos financeiros e nova estrutura interna da dívida; (ii) desenvolvimento de estratégia de médio prazo para a gestão da dívida; (iii) sistema automatizado de gestão da dívida integrado com o SIAFE; e (iv) metodologia para gerenciamento de risco fiscal, com ferramentas para identificar, classificar, quantificar e mitigar os principais riscos fiscais.

III. Plano de financiamento

- 3.01 O quadro a seguir resume a distribuição dos recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local:

(Em US\$)

Categorias	Banco	Contrapartida	Total	%
1. Custos diretos	43,428,000	5,065,000	48,493,000	97.0
1.1 Componente I: Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	20,025,184	2,838,500	22,863,684	45.7
1.2 Componente II: Administração Tributária e Contencioso Fiscal	14,855,499	2,096,500	16,951,999	33.9
1.3 Componente III: Administração Financeira e Gasto Público	8,547,317	130,000	8,677,317	17.4
2. Administração do projeto	507,000	-	507,000	1.0
2.1 Monitoramento e avaliação	257,000	-	257,000	0.5
2.2 Auditoria	250,000	-	250,000	0.5
3. Contingência	1,000,000		1,000,000	2.0
Total	44,935,000	5,065,000	50,000,000	100
%	90	10	100	

IV. Execução

- 4.01 O Mutuário executará o Projeto por meio da SEFAZ.
- 4.02 Para a execução, a SEFAZ estabelecerá uma Unidade Coordenadora do Projeto (UCP), que contará com um coordenador, um especialista em aquisições, um especialista financeiro e um especialista em planejamento e monitoramento (com experiência em gerenciamento de projetos). A UCP coordenará as atividades do Projeto, incluindo o acompanhamento, avaliação e auditoria, com a finalidade de monitorar a correta execução e o alcance dos objetivos do Projeto.
- 4.03 As principais funções da UCP serão: (i) planejar e coordenar a execução das atividades; (ii) preparar, implementar e atualizar as ferramentas do ciclo do Projeto: Plano de Execução Plurianual (PEP), Plano Operacional Anual (POA), Plano de Aquisições (PA), Plano de Monitoramento e Avaliação (PME) e Plano Financeiro; (iii) supervisionar a execução e apresentar os relatórios semestrais de progresso; (iv) realizar os processos de preparação de

/OC-BR

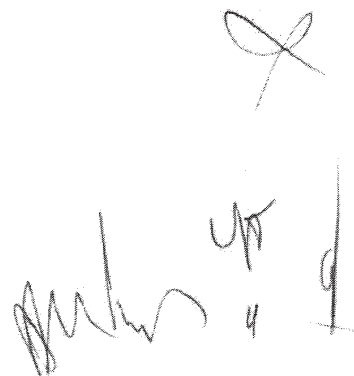


- 5 -

TdR, licitação e aquisição de bens, seleção e contratação de serviços; (v) apresentar as justificativas e os pedidos de desembolso ao Banco; (vi) preparar as demonstrações financeiras; e (vii) apresentar a avaliação do Projeto.

- 4.04 A SEFAZ, por meio da UCP, coordenará com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Contraloria Geral do Estado (CGE), a Secretaria do Planejamento (SEPLAN) e a Secretaria da Administração e Previdência (SEADPREV) para a execução de atividades que beneficiarão a tais entidades. Estas instituições deverao designar um especialista que agirá como interlocutor com a UCP, a fim de garantir um adequado desenvolvimento e implementação dos produtos respectivos.
- 4.05 O Projeto deverá ser executado em conformidade com o ROP aprovado pelo Banco para a linha de credito CCLIP-PROFISCO II, no qual se estabelecerão, entre outros, os critérios de elegibilidade dos projetos e produtos financiáveis e os aspectos de supervisão e monitoramento.

_____/OC-BR

Handwritten signature and initials, including a large 'X' mark and the letters 'UP' and '4'.

Empréstimo No. ____/OC-BR
Resolução DE- ____/____

CONTRATO DE GARANTIA

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Estado do Piauí

Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí

(Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí –
PRODAF, autorizado pela Lei Estadual Nº 6.985, de 27 de abril de 2017)

____ de _____ de 20 ____

LEG/SGO/CSC/EZSHARE-620307903-9743



CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO celebrado no dia ____ de _____ de 20__, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador") e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco").

CONSIDERANDO:

Que por meio do Contrato de Empréstimo No. ____/OC-BR (a seguir denominado "Contrato de Empréstimo"), celebrado nesta mesma data em [lugar da assinatura], entre o Banco e o Estado do Piauí (a seguir denominado "Mutuário"), o Banco concordou em outorgar ao Mutuário um Empréstimo até a quantia de US\$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões novecentos e trinta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), a débito dos recursos do Capital Ordinário do Banco, desde que o Fiador garanta solidariamente as obrigações financeiras do Mutuário estipuladas no referido Contrato de Empréstimo e que o referido Fiador contraia as obrigações adicionais que se especificam neste instrumento.

Que o Fiador, pelo fato de haver o Banco assinado o Contrato de Empréstimo com o Mutuário, concordou em garantir o referido Empréstimo, de acordo com o estipulado neste instrumento, observadas as autorizações estipuladas na legislação brasileira pertinente.

AS PARTES CONTRATANTES têm justo e acordado o seguinte:

1. O Fiador, como devedor solidário, responsabiliza-se por todas as obrigações financeiras, tais como pagamento do principal, juros e demais encargos relativos ao Empréstimo, contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, cujos termos o Fiador declara conhecer integralmente. As referidas obrigações financeiras não incluem compromisso do Fiador de contribuir com recursos adicionais para a execução do Programa.

2. O Fiador se compromete a não tomar nenhuma medida nem permitir que, no âmbito de sua competência, sejam tomadas providências que dificultem ou impeçam a execução do Programa ou obstem o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário estabelecida no Contrato de Empréstimo.

3. O Fiador se compromete a, no caso de estabelecer qualquer gravame sobre seus bens ou receitas fiscais, como garantia de uma dívida externa, constituir, ao mesmo tempo, um gravame que assegure ao Banco, em posição de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações contraídas neste Contrato. Esta disposição não se aplicará, entretanto: (a) aos gravames sobre bens comprados para garantir o pagamento do saldo devedor do respectivo preço; nem (b) aos gravames pactuados em operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano de prazo.

4. A expressão "bens ou receitas fiscais" refere-se, no presente Contrato, a qualquer classe de bens ou rendas que pertençam ao Fiador ou a qualquer de seus departamentos ou órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

____/OC-BR



- 2 -

5. O Fiador se compromete a:

- (a) cooperar, no âmbito de sua competência, para assegurar o cumprimento dos objetivos do Empréstimo;
- (b) informar ao Banco, com a maior urgência possível, qualquer fato que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins do Empréstimo, ou o cumprimento das obrigações do Mutuário;
- (c) no âmbito da sua competência, proporcionar ao Banco as informações que este, razoavelmente, solicite quanto à situação do Mutuário;
- (d) facilitar, no âmbito da sua competência, aos representantes do Banco, o exercício das suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e a execução do Programa; e
- (e) informar ao Banco, com a maior urgência possível, caso esteja, em cumprimento de suas obrigações de devedor solidário, efetuando os pagamentos correspondentes ao serviço do Empréstimo.

6. O Fiador concorda que tanto o principal quanto os juros e demais encargos do Empréstimo serão pagos sem nenhuma redução ou restrição, livres de quaisquer impostos, taxas, direitos ou encargos estabelecidos nas leis da República Federativa do Brasil, e que tanto este Contrato como o Contrato de Empréstimo estarão isentos de qualquer imposto, taxa ou direito aplicáveis em relação à celebração, registro e execução de contratos.

7. O Fiador só ficará exonerado da responsabilidade contraída com o Banco depois de ter o Mutuário cumprido integralmente com todas as obrigações financeiras assumidas no Contrato de Empréstimo. Em caso de qualquer inadimplemento por parte do Mutuário, a obrigação do Fiador não estará sujeita a qualquer notificação ou interpelação, nem a qualquer formalidade processual, demanda ou ação prévia contra o Mutuário ou contra o próprio Fiador. O Fiador, ainda, renuncia expressamente a quaisquer direitos, benefícios de ordem ou de excussão, faculdades, favores ou recursos que lhe assistam, ou possam assistir. O Fiador declara-se ciente, igualmente, de que não se desobrigará da responsabilidade contraída para com o Banco se ocorrer: (a) omissão ou abstenção no exercício, por parte do Banco, de quaisquer direitos, faculdades ou recursos que lhe assistam contra o Mutuário; (b) tolerância ou concordância do Banco com inadimplemento do Mutuário ou atrasos em que este venha a incorrer no cumprimento de suas obrigações; (c) prorrogações de prazos ou quaisquer outras concessões feitas pelo Banco ao Mutuário, desde que com a prévia anuência do Fiador; (d) alteração, aditamento ou revogação, total ou parcial, de qualquer das disposições do Contrato de Empréstimo, desde que feitos com a prévia anuência do Fiador. Sem prejuízo do que estabelece esta Cláusula, o Banco comunicará ao Fiador qualquer inadimplemento de obrigação do Mutuário.

_____/OC-BR



- 3 -

8. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, no exercício dos direitos pactuados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercê-los.

9. Qualquer controvérsia que surja entre as partes, com respeito à interpretação ou aplicação deste Contrato, que não possa ser dirimida por acordo mútuo, será submetida a sentença do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida no Capítulo XII das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os fins dessa arbitragem, aplicam-se ao Fiador todas as referências feitas ao Mutuário no mencionado Capítulo das Normas Gerais. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Fiador, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro.

10. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todos os avisos, solicitações ou notificações que as partes contratantes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato deverão ser efetuadas, sem exceção alguma, por escrito e considerar-se-ão efetivadas quando de sua entrega ao destinatário, por qualquer meio usual de comunicação, no respectivo endereço, a seguir indicado:

Ao Banco:


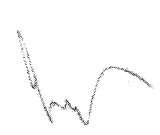


Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

Fax: +1 (202) 623-3096

Ao Fiador:

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar
CEP 70.048-900
Brasília - D.F. - Brasil

Fax: +55 (61) 3412-1740

  _____/OC-BR  



- 4 -

21. “Cronograma de Amortização” significa o cronograma original estabelecido nas Disposições Especiais para o pagamento das prestações de amortização do Empréstimo ou o cronograma ou cronogramas que resultem das modificações acordadas entre as Partes, de acordo com o disposto no Artigo 3.02 destas Normas Gerais.
22. “Custo de Captação do Banco” significa uma margem de custo calculada trimestralmente relativa à Taxa de Juros LIBOR em Dólares a 3 (três) meses, com base na média ponderada do custo dos instrumentos de captação do Banco aplicáveis ao Mecanismo de Financiamento Flexível, expressada na forma de um percentual anual, conforme determine o Banco.
23. “Data de Avaliação de Pagamento” significa a data determinada com base em certo número de Dias Úteis bancários antes de qualquer data de pagamento de prestações de amortização ou juros, conforme especificado em uma Carta Notificação de Conversão.
24. “Data de Conversão” significa a Data de Conversão de Moeda ou a Data de Conversão de Taxa de Juros, conforme o caso.
25. “Data de Conversão de Moeda” significa, em relação a Conversões de Moeda para novos desembolsos, a data efetiva na qual o Banco efetue o desembolso e, para as Conversões de Moeda de Saldos Devedores, a data em que se redenomine a dívida. Essas datas serão estabelecidas na Carta Notificação da Conversão.
26. “Data de Conversão de Taxa de Juros” significa a data efetiva da Conversão de Taxa de Juros, a partir da qual se aplicará a nova taxa de juros. Essa data será estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
27. “Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre” significa o dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano calendário. A Taxa de Juros Baseada na LIBOR, determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, será aplicada retroativamente aos primeiros 15 (quinze) dias do respectivo Trimestre e continuará sendo aplicada durante e até o último dia do Trimestre.
28. “Data Final de Amortização” significa a última data de amortização do Empréstimo, de acordo com o disposto nas Disposições Especiais.
29. “Despesa Elegível” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Contrato.
30. “Dia Útil” significa um dia em que os bancos comerciais e os mercados de câmbio efetuem liquidações de pagamentos e estejam abertos para negócios gerais (incluindo operações cambiais e de depósitos em moeda estrangeira) na cidade de Nova Iorque ou, no caso de uma Conversão, nas cidades indicadas na Carta Notificação de Conversão.
31. “Diretoria” significa a Diretoria Executiva do Banco.

____/OC-____



- 5 -

32. “Disposições Especiais” significa o conjunto de cláusulas que compõem a primeira parte deste Contrato.
33. “Dólar” significa a moeda de curso forçado nos Estados Unidos da América.
34. “Empréstimo” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Contrato.
35. “Faixa (*collar*) de Taxa de Juros” significa o estabelecimento de um limite superior e um limite inferior para uma taxa variável de juros.
36. “Fiador” significa o país-membro do Banco ou entidade subnacional do mesmo, se houver, que assina o Contrato de Garantia com o Banco.
37. “Mecanismo de Financiamento Flexível” significa a plataforma financeira que o Banco utiliza para efetuar Empréstimos com garantia soberana a débito do capital ordinário do Banco.
38. “Moeda Convertida” significa qualquer Moeda Local ou Moeda Principal na qual se denomine a totalidade ou parte do Empréstimo depois da execução de uma Conversão de Moeda.
39. “Moeda de Aprovação” significa a moeda na qual o Banco aprove o Empréstimo, a qual pode ser Dólares ou qualquer Moeda Local.
40. “Moeda de Liquidação” significa a moeda utilizada no Empréstimo para liquidar pagamentos de principal e juros. No caso de moedas de livre convertibilidade (*fully deliverable*), a Moeda de Liquidação será a Moeda Convertida. No caso de moedas que não são de livre convertibilidade (*non-deliverable*), a Moeda de Liquidação será o Dólar.
41. “Moeda Local” significa qualquer moeda distinta do Dólar de curso forçado nos países da América Latina e do Caribe.
42. “Moeda Principal” significa qualquer moeda de curso forçado nos países-membros do Banco que não seja Dólar ou Moeda Local.
43. “Mutuário” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais deste Contrato.
44. “Normas Gerais” significa o conjunto de artigos que compõem esta segunda parte do Contrato.
45. “Órgão Contratante” significa a entidade com capacidade legal para subscrever o contrato de aquisição de bens, contrato de obras, de consultoria e serviços diferentes de consultoria com o empreiteiro, fornecedor e a firma consultora ou o consultor individual, conforme o caso.

____/OC-__



- 6 -

46. “Órgão Executor” significa a entidade com personalidade jurídica responsável pela execução do Projeto e pela utilização dos recursos do Empréstimo. Quando existir mais de um Órgão Executor, os mesmos serão considerados coexecutores e serão denominados indistintamente “Órgãos Executores” ou “Órgãos Coexecutores”.
47. “Partes” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais.
48. “Período de Encerramento” significa o prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir do vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações.
49. “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações do Projeto, nos termos descritos nas Disposições Especiais, Políticas de Aquisições e Políticas de Consultores.
50. “Plano Financeiro” significa uma ferramenta de planejamento e monitoramento dos fluxos de fundos do Projeto, que se articula com outras ferramentas de planejamento de projetos, incluindo o Plano de Aquisições.
51. “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Empréstimo pelo Banco.
52. “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Empréstimo pelo Banco.
53. “Prática Proibida” significa as práticas que o Banco proíbe com relação às atividades que financie, definidas pela Diretoria ou que se definam no futuro e se informem ao Mutuário, incluindo-se, entre outras, a prática coercitiva, a prática colusiva, a prática corrupta, a prática fraudulenta e a prática obstrutiva.
54. “Prazo de Conversão” significa, para qualquer Conversão, o período compreendido entre a Data de Conversão e o último dia do período de juros no qual a Conversão termina de acordo com seus termos. Não obstante, para os efeitos do último pagamento de principal e juros, o Prazo de Conversão termina no dia em que sejam pagos os juros correspondentes a tal período de juros.
55. “Prazo de Execução” significa o prazo em Dias Úteis durante o qual o Banco pode executar uma Conversão de acordo com o que seja determinado pelo Mutuário na Carta Solicitação de Conversão. O Prazo de Execução começa a contar a partir do dia em que a Carta Solicitação de Conversão for recebida pelo Banco.
56. “Prazo Original de Desembolsos” significa o prazo originalmente previsto para os desembolsos do Empréstimo, estabelecido nas Disposições Especiais.

_____/OC-____



- 7 -

57. “Projeto” ou “Programa” significa o projeto ou programa que se identifica nas Disposições Especiais e consiste no conjunto de atividades com objetivo de desenvolvimento a cujo financiamento contribuem os recursos do Empréstimo.
58. “Saldo Devedor” significa o montante devido ao Banco pelo Mutuário relativamente à parte desembolsada do Empréstimo.
59. “Semestre” significa os primeiros ou os segundos 6 (seis) meses de um ano calendário.
60. “Taxa Base de Juros” significa a taxa determinada pelo Banco no momento da execução de uma Conversão, em função: (i) da moeda solicitada pelo Mutuário; (ii) do tipo de taxa de juros solicitada pelo Mutuário; (iii) do Cronograma de Amortização; (iv) das condições de mercado vigentes; e (v) ou: (1) da Taxa de Juros LIBOR em Dólares a 3 (três) meses, *mais* uma margem que reflita o custo estimado de captação de recursos em Dólares do Banco existente no momento do desembolso ou da Conversão; ou (2) do custo efetivo de captação do financiamento do Banco utilizado como base para a Conversão; ou (3) com relação aos Saldos Devedores que tenham sido objeto de uma Conversão anterior, da taxa de juros aplicável a tais Saldos Devedores.
61. “Taxa de Câmbio de Avaliação” significa a quantidade de unidades de Moeda Convertida por um Dólar, aplicável a cada Data de Avaliação de Pagamento, de acordo com a fonte estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
62. “Taxa de Juros Baseada na LIBOR” significa a Taxa de Juros LIBOR mais o Custo de Captação do Banco, determinada em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre.
63. “Taxa de Juros LIBOR” significa a “USD-LIBOR-ICE”, que é a taxa administrada pela *ICE Benchmark Administration* (ou qualquer outra entidade que a substitua na administração da mencionada taxa) aplicável a depósitos em Dólares a um prazo de 3 (três) meses que figura na página correspondente das páginas *Bloomberg Financial Markets Service* ou *Reuters Service*, ou, caso não disponíveis, na página correspondente de qualquer outro serviço selecionado pelo Banco em que figure tal taxa, às 11 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) dias de expediente bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa Taxa de Juros LIBOR não constar da página correspondente, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado “USD-LIBOR-Bancos de Referência” como a Taxa de Juros LIBOR aplicável. Para estes efeitos, “USD-LIBOR-Bancos de Referência” significa que a Taxa de Juros LIBOR correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em Dólares aos bancos de primeira linha no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) dias de expediente bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um

____/OC-____



- 8 -

prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um montante representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(rão) uma cotação da Taxa de Juros LIBOR ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de 2 (duas) cotações, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de 2 (duas) cotações conforme solicitado, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos na cidade de Nova Iorque, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco, aproximadamente às 11 horas da manhã, hora de Nova Iorque, aplicável a empréstimos em Dólares concedidos aos principais bancos europeus, com um prazo de 3 (três) meses, contados a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtiver a Taxa de Juros LIBOR de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará, a seu exclusivo critério, a Taxa de Juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário na cidade de Nova Iorque, serão utilizadas as Taxas de Juros LIBOR cotadas no primeiro dia bancário em Nova Iorque imediatamente seguinte.

64. “Teto (*cap*) de Taxa de Juros” significa o estabelecimento de um limite superior para uma taxa variável de juros.
65. “Trimestre” significa cada um dos seguintes períodos de 3 (três) meses do ano calendário: o período que começa no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de março; o período que começa no dia 1º de abril e termina no dia 30 de junho; o período que começa no dia 1º de julho e termina no dia 30 de setembro; e o período que começa no dia 1º de outubro e termina no dia 31 de dezembro.
66. “VMP” significa vida média ponderada, seja a VMP Original ou a que resulte de uma modificação do Cronograma de Amortização, como resultado de uma Conversão ou não. Calcula-se a VMP em anos (utilizando-se duas casas decimais), com base no Cronograma de Amortização de todas as tranches, e define-se a mesma como a divisão entre (i) e (ii), sendo:
- (i) o somatório dos produtos de (A) e (B), definidos como:
 - (A) o montante de cada pagamento de amortização;
 - (B) a diferença no número de dias entre a data de pagamento de amortização e a data de assinatura deste Contrato, dividido por 365 dias;

e

____/OC-____



- 9 -

- (ii) a soma dos pagamentos de amortização.

A fórmula a ser aplicada é a seguinte:

$$VMP = \frac{\sum_{j=1}^m \sum_{i=1}^n A_{i,j} \times \left(\frac{DP_{i,j} - DA}{365} \right)}{AT}$$

onde:

VMP é a vida média ponderada de todas as tranches do Empréstimo, expressa em anos.

m é o número total de tranches do Empréstimo.

n é o número total de pagamentos de amortização para cada tranche do Empréstimo.

A_{i,j} é o montante da amortização referente ao pagamento *i* da tranche *j*, calculado em Dólares ou, no caso de uma Conversão, no equivalente em Dólares, à taxa de câmbio determinada pelo Agente de Cálculo para a data de modificação do Cronograma de Amortização.

DP_{i,j} é a data de pagamento referente ao pagamento *i* da tranche *j*.

DA é a data de assinatura deste Contrato.

AT é a soma de todos os *A_{i,j}*, calculada em Dólares, ou, no caso de uma Conversão, no equivalente em Dólares, na data do cálculo, à taxa de câmbio determinada pelo Agente de Cálculo.

67. “VMP Original” significa a VMP do Empréstimo vigente na data de assinatura deste Contrato e estabelecida nas Disposições Especiais.

CAPÍTULO III

Amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e vigilância e pagamentos antecipados

ARTIGO 3.01. Datas de pagamento de amortização, juros, comissão de crédito e outros custos. O Empréstimo deverá ser amortizado de acordo com o Cronograma de Amortização. Os juros e as prestações de amortização deverão ser pagos no dia 15 do mês, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais, em uma Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização ou em uma Carta Notificação de Conversão, conforme seja o caso. As datas dos pagamentos de amortização, comissão de crédito e outros custos coincidirão sempre com uma data de pagamento de juros.

ARTIGO 3.02. Modificação do Cronograma de Amortização. (a) O Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá solicitar a modificação do Cronograma de Amortização a

_____/OC-__



- 10 -

qualquer momento a partir da data de entrada em vigor do Contrato e até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do Prazo Original de Desembolsos. Também poderá solicitar a modificação do Cronograma de Amortização, por ocasião de uma Conversão de Moeda ou Conversão de Taxa de Juros, nos termos estabelecidos nos Artigos 5.03 e 5.04 destas Normas Gerais.

(b) Para solicitar uma modificação do Cronograma de Amortização, o Mutuário deverá apresentar ao Banco uma Carta Solicitação de Modificação do Cronograma de Amortização, que deverá: (i) indicar se a modificação do Cronograma de Amortização proposta se aplica a parte ou à totalidade do Empréstimo; e (ii) indicar o novo cronograma de pagamentos, que incluirá a primeira e última data de amortização, a frequência de pagamentos e o percentual que estes representam em relação à totalidade do Empréstimo ou à tranche do mesmo para a qual se solicita a modificação.

(c) A aceitação por parte do Banco das modificações do Cronograma de Amortização solicitadas estará sujeita às devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco e ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- (i) que a última data de amortização e a VMP cumulativa de todos os Cronogramas de Amortização não ultrapassem a Data Final de Amortização nem a VMP Original;
- (ii) que a tranche do Empréstimo sujeita a um novo Cronograma de Amortização não seja inferior ao equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares); e
- (iii) que a tranche do Empréstimo sujeita à modificação do Cronograma de Amortização não tenha sido objeto de modificação anterior, exceto se a nova modificação do Cronograma de Amortização for resultado de uma Conversão de Moeda.

(d) O Banco notificará ao Mutuário sua decisão por meio de uma Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização. Na hipótese de o Banco aceitar a solicitação do Mutuário, a Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização incluirá: (i) o novo Cronograma de Amortização correspondente ao Empréstimo ou tranche do mesmo; (ii) a VMP cumulativa do Empréstimo; e (iii) a data efetiva do novo Cronograma de Amortização.

(e) O Empréstimo não poderá ter mais que 4 (quatro) tranches denominadas em Moeda Principal com Cronogramas de Amortização distintos. As tranches do Empréstimo denominadas em Moeda Local poderão exceder tal número, sujeito às devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco.

(f) Para que a todo momento a VMP do Empréstimo continue sendo igual ou menor que a VMP Original, em qualquer eventualidade em que a VMP do Empréstimo exceda a VMP Original, o Cronograma de Amortização terá de ser modificado. Para tais efeitos, o Banco informará ao Mutuário sobre essa eventualidade, solicitando que o Mutuário se pronuncie a respeito do novo cronograma de amortização, de acordo com o disposto neste Artigo. A menos

_____/OC-__



- 11 -

que o Mutuário expressamente solicite o contrário, a modificação consistirá na antecipação da Data Final de Amortização com o correspondente ajuste nas prestações de amortização.

(g) Sem prejuízo do disposto no inciso (f) anterior, o Cronograma de Amortização deverá ser modificado nas hipóteses em que forem acordadas prorrogações do Prazo Original de Desembolsos que: (i) resultem na prorrogação de tal prazo até após o 60º (sexagésimo) dia antes do vencimento da primeira prestação de amortização do Empréstimo ou, conforme o caso, da tranche do Empréstimo; e (ii) sejam efetuados desembolsos durante tal prorrogação. A modificação consistirá em (i) antecipação da Data Final de Amortização ou, na hipótese de o Empréstimo ter diversas tranches, antecipação da Data Final de Amortização da tranche ou das tranches do Empréstimo cujos recursos forem desembolsados durante a prorrogação do Prazo Original de Desembolsos, exceto se o Mutuário solicitar expressamente, em vez disso, (ii) o aumento do montante da prestação de amortização posterior a cada desembolso do Empréstimo ou, conforme o caso, da tranche do Empréstimo que ocasione uma VMP maior que a VMP Original. Na segunda hipótese, o Banco determinará o montante correspondente a cada prestação de amortização.

ARTIGO 3.03. Juros. (a) **Juros sobre Saldos Devedores que não tenham sido objeto de Conversão.** Enquanto o Empréstimo não tenha sido objeto de Conversão alguma, o Mutuário pagará juros sobre os Saldos Devedores diários a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário. Neste caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada Trimestre determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre.

(b) **Juros sobre Saldos Devedores que tenham sido objeto de Conversão.** Caso os Saldos Devedores tenham sido objeto de uma Conversão, o Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores convertidos mediante tal conversão: (i) à Taxa Base de Juros que determine o Banco; *mais* (ii) a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco.

(c) **Juros sobre Saldos Devedores sujeitos a um Teto (*cap*) de Taxa de Juros.** Caso tenha sido efetuada uma Conversão de Taxa de Juros para estabelecer um Teto (*cap*) de Taxa de Juros e a taxa de juros devida pelo Mutuário de acordo com o disposto neste Artigo exceda o Teto (*cap*) de Taxa de Juros em qualquer momento durante o Prazo de Conversão, a taxa máxima de juros aplicável durante tal Prazo de Conversão será equivalente ao Teto (*cap*) de Taxa de Juros.

(d) **Juros sobre Saldos Devedores sujeitos a uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.** Caso tenha sido efetuada uma Conversão de Taxa de Juros para estabelecer uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros e a taxa de juros devida pelo Mutuário de acordo com o disposto neste Artigo exceda o limite superior ou esteja abaixo do limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros em qualquer momento durante o Prazo de Conversão, a taxa máxima ou mínima de juros aplicável durante tal Prazo de Conversão será, respectivamente, o limite superior ou o limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.

(e) **Mudanças à base de cálculo de juros.** As Partes acordam que, não obstante qualquer mudança na prática do mercado que, a qualquer momento, afete a determinação da

_____/OC-____



- 12 -

Taxa de Juros LIBOR, os pagamentos pelo Mutuário deverão permanecer vinculados à captação do Banco. Para os efeitos de obter e manter tal vinculação em tais circunstâncias, as Partes acordam expressamente que o Agente de Cálculo, buscando refletir a captação correspondente do Banco, deverá determinar: (i) a ocorrência de tais mudanças; e (ii) a taxa base alternativa aplicável para determinar o montante apropriado a ser pago pelo Mutuário. O Agente de Cálculo deverá notificar a taxa base alternativa aplicável ao Mutuário e ao Fiador, se houver, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. A taxa base alternativa será efetiva na data de vencimento de tal prazo de notificação.

ARTIGO 3.04. Comissão de crédito. (a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano.

(b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.

(c) A comissão de crédito deixará de incidir: (i) quando tenham sido efetuados todos os desembolsos; ou (ii) total ou parcialmente, conforme seja o caso, quando o Empréstimo tenha sido declarado total ou parcialmente sem efeito, conforme o disposto nos Artigos 4.02, 4.12, 4.13 ou 8.02 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.05. Cálculo dos juros e da comissão de crédito. Os juros e a comissão de crédito serão calculados com base no número exato de dias do período de juros correspondente.

ARTIGO 3.06. Recursos para inspeção e supervisão. O Mutuário não estará obrigado a cobrir as despesas do Banco a título de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante o Prazo Original de Desembolsos, como consequência de sua revisão periódica de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, e notificar o Mutuário a respeito. Neste caso, o Mutuário deverá indicar ao Banco se pagará tal montante diretamente ou se o Banco deverá retirar e reter tal montante dos recursos do Empréstimo. Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado do Mutuário a este título, em um determinado semestre, mais de 1% do montante do Empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos.

ARTIGO 3.07. Moeda dos pagamentos de amortização, juros, comissões e quotas de inspeção e supervisão. Os pagamentos de amortização e juros serão efetuados em Dólares, exceto na hipótese de realização de uma Conversão de Moeda, em cujo caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais. Os pagamentos de comissão de crédito e quotas de inspeção e supervisão deverão ser sempre efetuados na Moeda de Aprovação.

ARTIGO 3.08. Pagamentos antecipados. (a) **Pagamentos Antecipados de Saldos Devedores denominados em Dólares com Taxa de Juros Baseada na LIBOR.** O Mutuário poderá pagar antecipadamente a parte ou totalidade de qualquer Saldo Devedor denominado em Dólares a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR em uma data de pagamento de juros, mediante apresentação ao Banco, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, de uma notificação por

___/OC___



- 13 -

escrito de caráter irrevogável, com a anuência do Fiador, se houver. Tal pagamento será imputado de acordo com o estabelecido no Artigo 3.09 destas Normas Gerais. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do Saldo Devedor, o pagamento será imputado de forma proporcional às prestações de amortização pendentes de pagamento. Se o Empréstimo tiver tranches com Cronogramas de Amortização diferentes, o Mutuário deverá pagar antecipadamente a totalidade da tranche correspondente, salvo se o Banco acordar de forma diversa.

(b) **Pagamentos Antecipados de montantes que tenham sido objeto de Conversão.** Sempre que o Banco possa reverter sua captação de financiamento correspondente ou dar-lhe outro fim, o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá pagar antecipadamente em uma das datas de pagamento de juros estabelecidas no Cronograma de Amortização anexo à Carta Notificação de Conversão: (i) a parte ou totalidade do montante que tenha sido objeto de uma Conversão de Moeda; e/ou (ii) a parte ou totalidade do montante que tenha sido objeto de uma Conversão de Taxa de Juros. Para tanto, o Mutuário deverá apresentar ao Banco, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, uma notificação por escrito de caráter irrevogável. Em tal notificação, o Mutuário deverá especificar o montante que deseja pagar antecipadamente e as Conversões às quais se refere. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do Saldo Devedor referente a tal Conversão, este se aplicará de forma proporcional às prestações pendentes de pagamento de tal Conversão. O Mutuário não poderá efetuar pagamentos antecipados por um montante inferior ao equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares), salvo nos casos em que o Saldo Devedor remanescente da Conversão correspondente seja menor e o Mutuário o pague em sua totalidade.

(c) Para os efeitos dos incisos (a) e (b) anteriores, os seguintes pagamentos serão considerados pagamentos antecipados: (i) a devolução de Adiantamento de Fundos não justificados; e (ii) os pagamentos devidos em virtude de a totalidade ou parte do Empréstimo ter sido declarada vencida e exigível de imediato, de acordo com o disposto no Artigo 8.02 destas Normas Gerais.

(d) Sem prejuízo do disposto no inciso (b) anterior, nos casos de pagamento antecipado, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco por reverter a correspondente captação do financiamento determinada pelo Agente de Cálculo ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo se imputará, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento pelo Mutuário. Em caso de custo, o Mutuário pagará o montante correspondente de forma conjunta e na data do pagamento antecipado.

ARTIGO 3.09. Imputação dos pagamentos. Todo pagamento será imputado, em primeiro lugar, à devolução de Adiantamentos de Fundos que não tenham sido justificados depois de transcorrido o Período de Encerramento; em seguida, a comissões e juros exigíveis na data do pagamento; e, existindo saldo, à amortização de prestações vencidas de principal.

ARTIGO 3.10. Vencimentos em dias que não sejam Dias Úteis. Todo pagamento ou qualquer outra prestação que, em cumprimento deste Contrato, deva ser realizado em um dia que

____/OC-____



- 14 -

não seja Dia Útil, será considerado válido se realizado no primeiro Dia Útil subsequente, não sendo cabível, neste caso, a cobrança de qualquer acréscimo.

ARTIGO 3.11. **Lugar de pagamento.** Todo pagamento deverá ser efetuado na sede do Banco em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, salvo se o Banco designar outro lugar para tal efeito, mediante prévia notificação por escrito ao Mutuário.

CAPÍTULO IV

Desembolsos, renúncia e cancelamento automático

ARTIGO 4.01. **Condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo.** Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nas Disposições Especiais, o primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está sujeito a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, as seguintes condições:

- (a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados que estabeleçam, com indicação das disposições constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e, se houver, pelo Fiador no Contrato de Garantia são válidas e exigíveis. Tais pareceres deverão referir-se, ademais, a qualquer consulta jurídica que o Banco considere pertinente formular.
- (b) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo para os efeitos de solicitar os desembolsos do Empréstimo e em outros atos relacionados com a gestão financeira do Projeto e tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.
- (c) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, tenha fornecido ao Banco por escrito, através de seu representante autorizado para solicitar os desembolsos do Empréstimo, informação sobre a conta bancária na qual serão depositados todos os desembolsos do Empréstimo. Serão necessárias contas separadas para desembolsos em Moeda Local, Dólar e Moeda Principal. Tal informação não será necessária se o Banco aceitar que os recursos do Empréstimo sejam registrados na conta única da tesouraria do Mutuário.
- (d) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato.

ARTIGO 4.02. **Prazo para cumprir as condições prévias ao primeiro desembolso.** Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato, ou de um prazo maior que as Partes acordem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e outras

_____/OC-____



- 15 -

condições prévias ao primeiro desembolso acordadas nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato de forma antecipada, mediante notificação ao Mutuário.

ARTIGO 4.03. Requisitos para qualquer desembolso. (a) Como requisito para qualquer desembolso e sem prejuízo das condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estabelecidas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e, se houver, nas Disposições Especiais, o Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco por escrito, seja fisicamente ou por meio eletrônico, na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso acompanhado dos documentos pertinentes e demais antecedentes que o Banco possa haver solicitado. A não ser que o Banco aceite o contrário, o último pedido de desembolso deverá ser entregue ao Banco, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou da prorrogação do mesmo.

(b) Salvo acordo das Partes em contrário, somente serão feitos desembolsos de montantes não inferiores ao equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares).

(c) Qualquer encargo, comissão ou despesa aplicada à conta bancária na qual se depositem os desembolsos de recursos do Empréstimo estará a cargo do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso, e será sua responsabilidade.

(d) Adicionalmente, o Fiador não poderá ter incorrido em um atraso de mais de 120 (cento e vinte) dias no pagamento dos montantes devidos ao Banco a título de qualquer empréstimo ou garantia.

ARTIGO 4.04. Rendas geradas na conta bancária para os desembolsos. As rendas geradas por recursos do Empréstimo, depositadas na conta bancária designada para receber os desembolsos, deverão ser destinadas ao pagamento de Despesas Elegíveis.

ARTIGO 4.05. Métodos para efetuar os desembolsos. Por solicitação do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, o Banco poderá efetuar os desembolsos dos recursos do Empréstimo mediante: (a) reembolso de despesas; (b) Adiantamento de Fundos; (c) pagamentos diretos a terceiros; e (d) reembolso contra garantia de carta de crédito.

ARTIGO 4.06. Reembolso de despesas. (a) O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso de despesas quando o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor houver realizado o pagamento das Despesas Elegíveis com recursos próprios.

(b) A menos que as Partes acordem o contrário, os pedidos de desembolso para reembolso de despesas deverão ser feitos prontamente à medida que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor incorra em tais despesas e, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada Semestre.

ARTIGO 4.07. Adiantamento de Fundos. (a) O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de Adiantamento de Fundos. O montante do

___/OC-___



- 16 -

Adiantamento de Fundos será fixado pelo Banco com base: (i) nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de Despesas Elegíveis durante um período de até 6 (seis) meses, a menos que o Plano Financeiro determine um período maior, o qual em nenhum caso poderá exceder 12 (doze) meses; e (ii) nos riscos associados à capacidade demonstrada do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, para gerir e utilizar os recursos do Empréstimo.

(b) Cada Adiantamento de Fundos estará sujeito a que: (i) a solicitação do Adiantamento de Fundos seja apresentada de forma aceitável ao Banco; e (ii) com exceção do primeiro Adiantamento de Fundos, o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha apresentado, e o Banco tenha aceitado, a justificativa do uso de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos saldos acumulados pendentes de justificativa a esse título, a menos que o Plano Financeiro determine uma porcentagem menor, que em nenhum caso poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento).

(c) O Banco poderá aumentar o montante do último Adiantamento de Fundos vigente concedido ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, uma só vez durante a vigência do Plano Financeiro e na medida em que sejam requeridos recursos adicionais para o pagamento de Despesas Elegíveis não previstas no mesmo.

(d) O Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente a última solicitação de Adiantamento de Fundos, no mais tardar 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações, sob o entendimento de que as justificativas correspondentes a tal Adiantamento de Fundos serão apresentadas ao Banco durante o Período de Encerramento. O Banco não desembolsará recursos após o vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações.

(e) O montante de cada Adiantamento de Fundos ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, deve ser mantido pelo montante equivalente expresso na moeda do desembolso respectivo ou na Moeda de Aprovação. A justificativa de Despesas Elegíveis incorridas com os recursos de um Adiantamento de Fundos deve ser realizada pelo equivalente ao total do Adiantamento de Fundos expresso na moeda do desembolso respectivo ou na Moeda de Aprovação, utilizando a taxa de câmbio estabelecida no Contrato. O Banco poderá aceitar ajustes na justificativa do Adiantamento de Fundos a título de flutuações de taxa de câmbio, desde que estas não afetem a execução do Projeto.

ARTIGO 4.08. Pagamentos diretos a terceiros. (a) O Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá solicitar desembolsos sob o método de pagamentos diretos a terceiros, a fim de que o Banco pague diretamente a fornecedores ou empreiteiros por conta do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor.

(b) No caso de pagamentos diretos a terceiros, o Mutuário ou o Órgão Executor será responsável pelo pagamento do montante correspondente à diferença entre o montante do desembolso solicitado pelo Mutuário ou Órgão Executor e o montante recebido pelo terceiro, a título de flutuações cambiais, comissões e outros custos financeiros.

_____/OC-____



- 17 -

ARTIGO 4.09. Reembolso contra garantia de carta de crédito. O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso contra garantia de carta de crédito, para os efeitos de reembolsar bancos comerciais a título de pagamentos efetuados a empreiteiros ou fornecedores de bens e prestadores de serviços em virtude de uma carta de crédito emitida e/ou confirmada por um banco comercial e garantida pelo Banco. A carta de crédito deverá ser emitida e/ou confirmada de maneira satisfatória para o Banco. Os recursos comprometidos em virtude da carta de crédito e garantidos pelo Banco deverão ser destinados exclusivamente para os fins estabelecidos em tal carta de crédito, enquanto se encontrar vigente a garantia.

ARTIGO 4.10. Taxa de Câmbio. (a) O Mutuário se compromete a justificar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor justifique as despesas efetuadas a débito do Empréstimo ou da Contrapartida Local, expressando tais despesas na moeda de denominação do respectivo desembolso ou na Moeda de Aprovação.

(b) A fim de determinar a equivalência de uma Despesa Elegível efetuado em Moeda Local do país do Mutuário na moeda em que se realizem os desembolsos ou na Moeda de Aprovação, para os efeitos da prestação de contas e da justificativa de despesas, qualquer que seja a fonte de financiamento da Despesa Elegível, será utilizada uma das seguintes taxas de câmbio, conforme estabelecido nas Disposições Especiais:

- (i) A taxa de câmbio efetiva na data de conversão da Moeda de Aprovação ou moeda do desembolso na Moeda Local do país do Mutuário; ou
- (ii) A taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesa na Moeda Local do país do Mutuário.

(c) Nos casos em que se selecione a taxa de câmbio estabelecida no inciso (b)(i) deste Artigo, para os efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contrapartida Local ou o reembolso de despesas a débito do Empréstimo, será utilizada a taxa de câmbio acordada com o Banco nas Disposições Especiais.

ARTIGO 4.11. Recibos. A pedido do Banco, o Mutuário deverá emitir e entregar ao Banco, ao final dos desembolsos, o recibo ou recibos que representem os montantes desembolsados.

ARTIGO 4.12. Renúncia a parte do Empréstimo. O Mutuário, com a concordância do Fiador, se houver, poderá, mediante notificação ao Banco, renunciar ao direito de utilizar qualquer parte do Empréstimo que não tenha sido desembolsada antes do recebimento da referida notificação, desde que não se trate de recursos do Empréstimo que se encontrem sujeitos à garantia de reembolso de uma carta de crédito irrevogável, segundo o previsto no Artigo 8.04 destas Normas Gerais.

ARTIGO 4.13 Cancelamento automático de parte do Empréstimo. Uma vez expirado o Prazo Original de Desembolsos e qualquer prorrogação do mesmo, a parte do Empréstimo que não tiver sido comprometida ou desembolsada ficará automaticamente cancelada.

_____/OC-____



- 18 -

ARTIGO 4.14. Período de Encerramento. (a) O Mutuário se compromete a realizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor realize as seguintes ações durante o Período de Encerramento: (i) finalizar os pagamentos pendentes a terceiros, se houver; (ii) conciliar seus registros e apresentar, de maneira satisfatória para o Banco, a documentação de suporte das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco solicite; e (iii) devolver ao Banco o saldo não justificado dos recursos desembolsados do Empréstimo.

(b) Não obstante o anterior, se o Contrato prever relatórios de auditoria financeira externa com recursos do Empréstimo, o Mutuário se compromete a reservar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor reserve, na forma acordada com o Banco, recursos suficientes para o pagamento dos mesmos. Neste caso, o Mutuário se compromete também a acordar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor acorde, com o Banco, a forma em que serão realizados os pagamentos correspondentes a tais auditorias. Caso o Banco não receba os mencionados relatórios de auditoria financeira externa dentro dos prazos estipulados neste Contrato, o Mutuário se compromete a devolver ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor devolva, ao Banco, os recursos reservados para tal fim, sem que isso implique uma renúncia do Banco ao exercício dos direitos previstos no Capítulo VIII deste Contrato.

CAPÍTULO V

Conversões

ARTIGO 5.01. Exercício da opção de Conversão. (a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros mediante a entrega ao Banco de uma Carta Solicitação de Conversão de caráter irrevogável, na forma e com conteúdo satisfatórios para o Banco, na qual os termos e condições financeiras solicitados pelo Mutuário para a respectiva Conversão deverão ser indicados. O Banco poderá fornecer ao Mutuário um modelo de Carta Solicitação de Conversão.

(b) A Carta Solicitação de Conversão deverá ser assinada por um representante devidamente autorizado do Mutuário, deverá ter a anuência do Fiador, se houver, e conterá, ao menos, a informação indicada a seguir:

- (i) **Para todas as Conversões:** (A) número do Empréstimo; (B) montante objeto da Conversão; (C) tipo de Conversão (Conversão de Moeda ou Conversão de Taxa de Juros); (D) número da conta na qual os fundos deverão ser depositados, caso seja aplicável; e (E) Convenção para o Cálculo de Juros.
- (ii) **Para Conversões de Moeda:** (A) moeda à qual o Mutuário solicita converter o Empréstimo; (B) Cronograma de Amortização associado a tal Conversão de Moeda, o qual poderá ter um prazo de amortização igual à ou menor que a Data Final de Amortização; (C) a parte do desembolso ou do Saldo Devedor à qual se aplicará a Conversão; (D) o tipo de juros aplicável aos montantes que serão objeto da Conversão de Moeda; (E) se a Conversão de Moeda será por Prazo Total ou Prazo Parcial; (F) a Moeda de Liquidação; (G) o Prazo de Execução; e (H)

_____/OC-____



- 19 -

qualquer outra instrução relativa à solicitação de Conversão de Moeda. Na hipótese de a Carta Solicitação de Conversão ser apresentada em relação a um desembolso, a solicitação deverá indicar o montante do desembolso em unidades da Moeda de Aprovação, em unidades de Dólar ou em unidades da moeda à qual se deseja converter, exceto para o último desembolso, em cujo caso a solicitação terá que ser feita em unidades da Moeda de Aprovação. Nestes casos, se o Banco efetuar a Conversão, os desembolsos serão denominados em Moeda Convertida e serão feitos: (i) na Moeda Convertida; ou (ii) em um montante equivalente em Dólares à taxa de câmbio estabelecida na Carta Notificação de Conversão, a qual será a que o Banco determinar no momento da captação de seu financiamento. Na hipótese de a Carta Solicitação de Conversão se referir a Saldos Devedores, a solicitação deverá indicar o montante em unidades da moeda de denominação dos Saldos Devedores.

(iii) **Para Conversões de Taxa de Juros:** (A) o tipo de taxa de juros solicitada; (B) a parte do Saldo Devedor à qual a Conversão de Taxa de Juros será aplicada; (C) se a Conversão de Taxa de Juros será por Prazo Total ou por Prazo Parcial; (D) o Cronograma de Amortização associado a tal Conversão de Taxa de Juros, o qual poderá ter um prazo de amortização igual à ou menor que a Data Final de Amortização; e (E) para Conversões de Taxa de Juros para o estabelecimento de um Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, os limites superior e/ou inferior aplicáveis, conforme seja o caso; e (F) qualquer outra instrução relativa à solicitação de Conversão de Taxa de Juros.

(c) Qualquer montante de principal devido e pagável entre o 15º (décimo-quinto) dia antes do início do Prazo de Execução e a Data de Conversão, inclusive, não poderá ser objeto de Conversão e deverá ser pago nos termos aplicáveis previamente à execução da Conversão.

(d) Uma vez que o Banco tenha recebido a Carta Solicitação de Conversão, este procederá a revisá-la. Se considerá-la aceitável, o Banco realizará a Conversão durante o Prazo de Execução, de acordo com o disposto neste Capítulo V. Uma vez que a Conversão tenha sido realizada, o Banco enviará ao Mutuário uma Carta Notificação de Conversão com os termos e condições financeiras da Conversão.

(e) Se o Banco determinar que a Carta Solicitação de Conversão não cumpre com os requisitos previstos neste Contrato, o Banco notificará o Mutuário a respeito, durante o Prazo de Execução. O Mutuário poderá apresentar uma nova Carta Solicitação de Conversão, em cujo caso o Prazo de Execução para tal Conversão começará a contar a partir do recebimento pelo Banco da nova Carta Solicitação de Conversão.

(f) Se, durante o Prazo de Execução, o Banco não conseguir efetuar a Conversão nos termos solicitados pelo Mutuário na Carta Solicitação de Conversão, tal carta será considerada nula e sem efeito, sem prejuízo de eventual apresentação pelo Mutuário de uma nova Carta Solicitação de Conversão.

____/OC-__



- 20 -

(g) Se durante o Prazo de Execução ocorrer uma catástrofe nacional ou internacional, uma crise de natureza financeira ou econômica, uma mudança nos mercados de capitais ou qualquer outra circunstância extraordinária que possa afetar, na opinião do Banco, significativa e adversamente, sua capacidade para efetuar uma Conversão, o Banco notificará o Mutuário a respeito e acordará com este qualquer medida que tenha de ser tomada com respeito a tal Carta Solicitação de Conversão.

ARTIGO 5.02. **Requisitos para toda Conversão.** Qualquer Conversão estará sujeita aos seguintes requisitos:

(a) A viabilidade de o Banco realizar qualquer Conversão dependerá do poder do Banco de captar seu financiamento de acordo com suas próprias políticas e estará sujeita a considerações legais, operacionais e de gestão de risco e às condições prevalentes de mercado.

(b) O Banco não efetuará Conversões de montantes inferiores ao equivalente a US\$ 3.000.000 (três milhões de Dólares), exceto se: (i) no caso do último desembolso, o montante pendente de desembolso for menor; ou (ii) em caso de um Empréstimo completamente desembolsado, o Saldo Devedor de qualquer tranche do Empréstimo for menor.

(c) O número de Conversões de Moeda a Moeda Principal não poderá ser superior a 4 (quatro) durante a vigência deste Contrato. Este limite não será aplicável a Conversões de Moeda a Moeda Local.

(d) O número de Conversões de Taxa de Juros não poderá ser superior a 4 (quatro) durante a vigência deste Contrato.

(e) Qualquer modificação do Cronograma de Amortização solicitada pelo Mutuário no momento de solicitar uma Conversão de Moeda estará sujeita ao disposto nos Artigos 3.02(c) e 5.03(b) destas Normas Gerais. Qualquer modificação ao Cronograma de Amortização solicitada pelo Mutuário no momento de solicitar uma Conversão de Taxa de Juros estará sujeita ao previsto nos Artigos 3.02(c) e 5.04(b) destas Normas Gerais.

(f) O Cronograma de Amortização resultante de uma Conversão de Moeda ou de uma Conversão de Taxa de Juros, conforme determinado na Carta de Notificação de Conversão, não poderá ser modificado posteriormente durante o Prazo de Conversão, exceto se o Banco aceitar o contrário.

(g) Salvo se o Banco aceitar o contrário, uma Conversão de Taxa de Juros com respeito a montantes que previamente tenham sido objeto de uma Conversão de Moeda somente poderá ser efetuada: (i) com relação à totalidade do Saldo Devedor associado a tal Conversão de Moeda; e (ii) por um prazo igual ao prazo restante da respectiva Conversão de Moeda.

ARTIGO 5.03. **Conversão de Moeda por Prazo Total ou Prazo Parcial.** (a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Moeda por Prazo Total ou uma Conversão de Moeda por Prazo Parcial.

____/OC-____



- 21 -

(b) A Conversão de Moeda por Prazo Total e a Conversão de Moeda por Prazo Parcial poderão ser solicitadas e efetuadas até a Data Final de Amortização. Não obstante, se o Mutuário fizer a solicitação com menos de 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento do Prazo Original de Desembolsos, tal Conversão de Moeda terá a limitação de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização solicitado não deverá, em momento algum, exceder o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização original, sendo observados os tipos de câmbio estabelecidos na Carta de Notificação de Conversão.

(c) No caso de uma Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário deverá incluir na Carta de Solicitação de Conversão: (i) o Cronograma de Amortização até o final do Prazo de Conversão; e (ii) o Cronograma de Amortização correspondente ao Saldo Devedor devido a partir do vencimento do Prazo de Conversão e até a Data Final de Amortização, o qual deverá corresponder aos termos e condições aplicáveis anteriormente à execução da Conversão de Moeda.

(d) Antes do vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá solicitar ao Banco uma das seguintes opções:

(i) A realização de uma nova Conversão de Moeda, mediante a prévia apresentação de uma nova Carta de Solicitação de Conversão dentro de um período não inferior a 15 (quinze) Dias Úteis antes da data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial. Esta nova Conversão de Moeda terá a limitação adicional de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização não poderá exceder, em momento algum, o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização solicitado na Conversão de Moeda por Prazo Parcial original. Se for viável, sujeito às condições de mercado, efetuar uma nova Conversão, o Saldo Devedor do montante originalmente convertido continuará a ser denominado na Moeda Convertida, aplicando-se a nova Taxa Base de Juros, que reflita as condições de mercado prevalentes no momento de execução da nova Conversão.

(ii) O pagamento antecipado do Saldo Devedor do montante convertido, mediante solicitação por escrito ao Banco, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial. Este pagamento deverá ser realizado na data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial na Moeda de Liquidação, de acordo com o estabelecido no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(e) Para os efeitos do previsto no inciso (d) deste Artigo 5.03, o Saldo Devedor originalmente sujeito a Conversão de Moeda será automaticamente convertido a Dólares no vencimento da respectiva Conversão de Moeda por Prazo Parcial e estará sujeito à Taxa de Juros prevista no Artigo 3.03(a) das Normas Gerais: (i) se o Banco não puder efetuar uma nova Conversão; ou (ii) se, 15 (quinze) dias antes da data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Banco não receber uma solicitação do Mutuário, nos termos previstos no inciso (d) deste Artigo 5.03; ou (iii) se, na data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário não tiver efetuado o pagamento antecipado que havia solicitado.

_____/OC____



- 22 -

(f) Na hipótese de o Saldo Devedor originalmente sujeito a Conversão de Moeda ser convertido a Dólares de acordo com o previsto no inciso (c) anterior, o Banco deverá informar ao Mutuário, e ao Fiador, se houver, no final do prazo da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, os montantes convertidos a Dólares, assim como a taxa de câmbio correspondente de acordo com as condições prevalentes do mercado, conforme seja determinado pelo Agente de Cálculo.

(g) O Saldo Devedor convertido a Dólares poderá ser objeto de uma nova solicitação de Conversão de Moeda, sujeito ao disposto neste Capítulo V.

(h) No vencimento de uma Conversão de Moeda por Prazo Total, o Mutuário deverá pagar integralmente o Saldo Devedor do montante convertido na Moeda de Liquidação, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais, não podendo solicitar uma nova Conversão de Moeda.

(i) Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de cancelamento ou modificação de uma Conversão de Moeda, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, os montantes relativos a qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a captação de seu financiamento associada ao cancelamento ou modificação de tal Conversão de Moeda ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo será imputado, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.04. Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou por Prazo Parcial.

(a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou uma Conversão de Taxa Juros por Prazo Parcial.

(b) A Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total e a Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial poderão ser solicitadas e efetuadas até a Data Final de Amortização. Não obstante, se o Mutuário fizer a solicitação com menos de 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento do Prazo Original de Desembolsos, tal Conversão terá a limitação de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização solicitado não deverá, em momento algum, exceder o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização original.

(c) No caso de Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre montantes denominados em Dólares, o Mutuário deverá incluir na Carta de Solicitação de Conversão: (i) o Cronograma de Amortização até o final do Prazo de Conversão; e (ii) o Cronograma de Amortização para o Saldo Devedor devido a partir do vencimento do Prazo de Conversão e até a Data Final de Amortização, o qual corresponderá aos termos e condições aplicáveis anteriormente à execução da Conversão de Taxa de Juros.

(d) No caso de Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre montantes denominados em Dólares, a Taxa de Juros aplicável aos Saldos Devedores no vencimento de tal Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial será a estabelecida no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais. As Conversões de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre Saldos Devedores denominados em moeda distinta do Dólar estarão sujeitas ao requisito previsto no Artigo 5.02(g)

____/OC-____



- 23 -

e, portanto, terão o mesmo tratamento relativo ao vencimento do Prazo de Conversão das Conversões de Moeda por Prazo Parcial, previsto no Artigo 5.03(d) destas Normas Gerais.

(e) Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de cancelamento ou modificação de uma Conversão da Taxa de Juros, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, os montantes relativos a qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a captação de seu financiamento associada ao cancelamento ou modificação de tal Conversão de Taxa de Juros ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo será imputado, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.05. Pagamentos de prestações de amortização e juros em caso de Conversão de Moeda. De acordo com o disposto no Artigo 3.07 destas Normas Gerais, nos casos em que uma Conversão de Moeda tenha ocorrido, os pagamentos de prestações de amortização e juros dos montantes convertidos serão efetuados na Moeda de Liquidação. Se a Moeda de Liquidação for Dólares, aplicar-se-á a Taxa de Câmbio de Avaliação vigente na Data de Avaliação de Pagamento para a respectiva data de vencimento, de acordo com o estabelecido na Carta de Notificação de Conversão.

ARTIGO 5.06. Comissões de operação aplicáveis a Conversões. (a) As comissões de operação aplicáveis às Conversões efetuadas neste Contrato serão as que o Banco determine periodicamente. Cada Carta de Notificação de Conversão indicará, se for o caso, a comissão de operação que o Mutuário estará obrigado a pagar ao Banco em relação à execução da respectiva Conversão, a qual permanecerá vigente durante o Prazo de Conversão de tal Conversão.

(b) A comissão de operação aplicável a uma Conversão de Moeda: (i) será expressa em pontos básicos por ano; (ii) incidirá na Moeda Convertida a partir da Data de Conversão (inclusive) sobre o Saldo Devedor de tal Conversão de Moeda; e (iii) deverá ser paga junto com cada pagamento de juros de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(c) A comissão de operação aplicável a uma Conversão da Taxa de Juros: (i) será expressa em pontos básicos por ano; (ii) incidirá na moeda de denominação do Saldo Devedor sujeito a tal Conversão da Taxa de Juros; (iii) incidirá a partir da Data de Conversão (inclusive) sobre o Saldo Devedor sujeito a tal Conversão da Taxa de Juros; e (iv) deverá ser paga junto com cada pagamento de juros de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(d) Sem prejuízo das comissões de operação mencionadas nos incisos (b) e (c) anteriores, no caso de Conversões de Moeda ou Conversões de Taxa de Juros que contemplem Tetos (*caps*) de Taxa de Juros ou Faixas (*collar*) de Taxa de Juros, aplicar-se-á uma comissão de operação por tal Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, a qual: (i) será denominada na mesma moeda do Saldo Devedor sujeito ao Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros; e (ii) será liquidada mediante um pagamento único na Moeda de Liquidação, na primeira data de pagamento de juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

_____/OC-____



- 24 -

(e) Em caso de término antecipado de uma Conversão, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a correspondente Conversão, determinada pelo Agente de Cálculo. Em caso de ganho, o mesmo se imputará, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento pelo Mutuário. Em caso de perda, o Mutuário pagará o montante correspondente de forma conjunta e na data do pagamento de juros seguinte.

ARTIGO 5.07. Despesas de captação e prêmios ou descontos associados a uma Conversão. (a) Se o Banco utilizar seu custo efetivo de captação de financiamento para determinar a Taxa Base de Juros, o Mutuário estará obrigado a pagar as comissões e outras despesas de captação em que o Banco tenha incorrido. Adicionalmente, quaisquer prêmios ou descontos referentes à captação de financiamento serão pagos ou recebidos pelo Mutuário, conforme for o caso. Essas despesas e prêmios ou descontos serão especificados na Carta de Notificação de Conversão.

(b) Quando a Conversão for efetuada por ocasião de um desembolso, o montante a ser desembolsado ao Mutuário deverá ser ajustado para deduzir ou acrescentar qualquer montante devido pelo Mutuário ou a pagar ao mesmo em virtude do inciso (a) anterior.

(c) Quando a Conversão for efetuada a Saldos Devedores, o montante devido pelo Mutuário ou a pagar ao mesmo em virtude do inciso (a) anterior deverá ser pago pelo Mutuário ou pelo Banco, conforme for o caso, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à Data da Conversão.

ARTIGO 5.08. Prêmios a serem pagos por Tetos (caps) de Taxa de Juros ou Faixas (collar) de Taxa de Juros. (a) Além das comissões de operação a serem pagas nos termos do Artigo 5.06 destas Normas Gerais, o Mutuário deverá pagar ao Banco um prêmio sobre o Saldo Devedor sujeito ao Teto (cap) de Taxa de Juros ou à Faixa (collar) de Taxa de Juros solicitados pelo Mutuário, equivalente ao prêmio pago pelo Banco a uma contraparte, se houver, como resultado da compra do Teto (cap) de Taxa de Juros ou da Faixa (collar) de Taxa de Juros. O pagamento de tal prêmio deverá ser efetuado (i) na moeda de denominação do Saldo Devedor sujeito ao Teto (cap) de Taxa de Juros ou à Faixa (collar) de Taxa de Juros, ou no seu equivalente em Dólares, de acordo com o tipo de câmbio estabelecido na Carta de Notificação de Conversão, devendo ser aquela taxa de câmbio determinada no momento da captação do financiamento do Banco; e (ii) em um pagamento único numa data acordada entre as Partes, mas em nenhum caso após 30 (trinta) dias da Data de Conversão, a não ser que seja operacionalmente possível para o Banco, e este aceite um mecanismo de pagamento diferente.

(b) Se o Mutuário solicitar uma Faixa (collar) de Taxa de Juros, este poderá solicitar que o Banco estabeleça o limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros para garantir que o prêmio correspondente a tal limite inferior seja igual ao prêmio correspondente ao limite superior e desta forma estabelecer uma Faixa (collar) de Taxa de Juros sem custo (zero cost collar). Se o Mutuário optar por determinar os limites superior e inferior, o prêmio a ser pago pelo Mutuário ao Banco com respeito ao limite superior da Faixa (collar) de Taxa de Juros será compensado com o prêmio a ser pago pelo Banco ao Mutuário com respeito ao limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros. Não obstante, o prêmio a ser pago pelo Banco ao Mutuário com respeito ao limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros não poderá em nenhum caso

____/OC-____



- 25 -

exceder o prêmio a ser pago pelo Mutuário ao Banco com respeito ao limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros. Consequentemente, durante o Prazo de Execução, o Banco poderá reduzir o limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros de modo que o prêmio sobre este não exceda o prêmio sobre o limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.

ARTIGO 5.09. Eventos de interrupção das cotações. As partes reconhecem que os pagamentos realizados pelo Mutuário, tanto de amortização como de juros, dos montantes que tenham sido objeto de uma Conversão devem, a todo tempo, estar vinculados à correspondente captação do financiamento do Banco em relação a pagamentos associados a tal Conversão. Assim, as Partes acordam que, não obstante a ocorrência de qualquer evento de interrupção que afete substancialmente os diversos tipos de câmbio, as taxas de juros e índice de ajuste de inflação utilizados neste Contrato, se houver, ou nas Cartas de Notificação de Conversão, os pagamentos do Mutuário continuarão vinculados a tal captação do financiamento do Banco. A fim de obter e manter essa vinculação em tais circunstâncias, as partes expressamente acordam que o Agente de Cálculo, atuando de boa-fé e de maneira comercialmente razoável, visando a refletir a correspondente captação do financiamento do Banco, determinará a aplicabilidade tanto: (a) de tais eventos de interrupção; como (b) da taxa ou do índice de substituição aplicável para determinar o montante apropriado a ser pago pelo Mutuário.

ARTIGO 5.10. Cancelamento e reversão da Conversão de Moeda. Se, após a data de assinatura do presente Contrato, for promulgada, emitida ou produzida uma mudança em uma lei, decreto ou outra norma legal aplicável, ou ocorrer uma mudança na interpretação de uma lei, decreto ou outra norma legal, vigente no momento da assinatura do presente Contrato, que, conforme o Banco razoavelmente o determine, impeça o Banco de continuar mantendo, total ou parcialmente, seu financiamento na Moeda Convertida pelo prazo restante e nos mesmos termos da Conversão de Moeda respectiva, o Mutuário, mediante prévia notificação por parte do Banco, terá a opção de redenominar a Dólares o Saldo Devedor objeto da Conversão de Moeda à taxa de câmbio aplicável nesse momento, conforme esta seja determinada pelo Agente de Cálculo. Tal Saldo Devedor ficará sujeito ao Cronograma de Amortização que tenha sido acordado para tal Conversão de Moeda e à Taxa de Juros prevista no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais. Caso contrário, o Mutuário poderá pagar antecipadamente ao Banco todos os montantes devidos na Moeda Convertida, em conformidade com o disposto no Artigo 3.08 destas Normas Gerais.

ARTIGO 5.11. Ganhos ou custos associados à redenominação a Dólares. Na hipótese de o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, decidir redenominar o Saldo Devedor objeto de uma Conversão de Moeda a Dólares de acordo com o disposto no Artigo 5.10 anterior, o Mutuário receberá do Banco ou, conforme o caso, pagará ao Banco, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da redenominação, os montantes relativos a quaisquer ganhos ou custos determinados pelo Agente de Cálculo, até a data de redenominação a Dólares, associados a variações nas taxas de juros. Qualquer ganho associado a tal conversão a ser recebido pelo Mutuário será primeiramente imputado a qualquer montante vencido e pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.12. Atraso no pagamento em caso de Conversão de Moeda. O atraso no pagamento dos montantes devidos ao Banco pelo Mutuário a título de principal, quaisquer encargos financeiros devidos por ocasião de uma Conversão e quaisquer prêmios a serem pagos

_____/OC-____



- 26 -

ao Banco, em virtude do Artigo 5.08, em Moeda distinta do Dólar facultará ao Banco cobrar juros a uma taxa flutuante na Moeda Convertida determinada pelo Agente de Cálculo, *mais* uma margem de 100 pontos básicos (1%) sobre o total dos montantes em atraso, sem prejuízo da aplicação de encargos adicionais que assegurem um pleno repasse de custos na eventualidade de que tal margem não seja suficiente para que o Banco recupere os custos incorridos devido a tal atraso.

ARTIGO 5.13. **Custos adicionais em caso de Conversões.** Na hipótese de uma ação ou omissão do Mutuário ou do Fiador, se houver, incluindo: (a) falta de pagamento nas datas de vencimento de montantes de principal, juros e comissões relacionados a uma Conversão; (b) revogação ou mudança nos termos contidos em uma Carta de Solicitação de Conversão; (c) descumprimento de um pagamento antecipado, parcial ou total, do Saldo Devedor na Moeda Convertida, previamente solicitado pelo Mutuário por escrito, (d) uma mudança nas leis ou regulamentos que tenham um impacto na manutenção da totalidade ou de uma parte do Empréstimo, nos termos acordados de uma Conversão; ou (e) outras ações não descritas anteriormente, resultar para o Banco em custos adicionais aos descritos neste Contrato, o Mutuário deverá pagar ao Banco os respectivos montantes, determinados pelo Agente de Cálculo, que assegurem um pleno repasse dos custos incorridos.

CAPÍTULO VI

Execução do Projeto

ARTIGO 6.01. **Sistemas de gestão financeira e controle interno.** (a) O Mutuário se compromete a manter ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, mantenham controles internos destinados a assegurar razoavelmente que: (i) os recursos do Projeto sejam utilizados para os propósitos deste Contrato, com especial atenção aos princípios de economia e eficiência; (ii) os ativos do Projeto sejam adequadamente salvaguardados; (iii) as operações, decisões e atividades do Projeto sejam devidamente autorizadas e executadas de acordo com as disposições deste Contrato e de qualquer outro contrato relacionado com o Projeto; e (iv) as operações sejam apropriadamente documentadas e registradas de forma que possam ser produzidos relatórios e informes oportunos e confiáveis.

(b) O Mutuário se compromete a manter e a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, mantenham um sistema de gestão financeira aceitável e confiável que permita oportunamente, no que diz respeito aos recursos do Projeto: (i) o planejamento financeiro; (ii) o registro contábil, orçamentário e financeiro; (iii) a administração de contratos; (iv) a realização de pagamentos; e (v) a emissão de relatórios de auditoria financeira e de outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo, da Contrapartida Local e de outras fontes de financiamento do Projeto, se for o caso.

(c) O Mutuário se compromete a conservar e a que o Órgão Executor ou a Agência de Contratações, conforme o caso, conservem os documentos e registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos após o vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou qualquer de suas prorrogações. Esses documentos e registros deverão ser adequados para: (i) respaldar as atividades, decisões e operações relativas ao Projeto, inclusive todas as despesas

____/OC-____



- 27 -

incorridas; e (ii) evidenciar a correlação de despesas incorridas a débito do Empréstimo com o respectivo desembolso efetuado pelo Banco.

(d) O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, incluam, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos do Empréstimo por eles respectivamente celebrados, uma disposição que exija que os fornecedores e prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores, subempreiteiros ou concessionários contratados conservem os documentos e registros relacionados com atividades financiadas com recursos do Empréstimo por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

ARTIGO 6.02. Contrapartida Local. O Mutuário se compromete a contribuir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor contribua com a Contrapartida Local de maneira oportuna. Caso, na data de aprovação do Empréstimo pelo Banco, ficar determinada a necessidade de Contrapartida Local, o montante estimado de tal Contrapartida Local será o estabelecido nas Disposições Especiais. A estimativa ou a ausência de estimativa da Contrapartida Local não implica uma limitação ou redução da obrigação de aportar oportunamente todos os recursos adicionais que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto.

ARTIGO 6.03. Disposições gerais sobre a execução do Projeto. (a) O Mutuário se compromete a executar o Projeto ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor o execute, de acordo com os objetivos do mesmo, com a devida diligência, de forma econômica, financeira, administrativa e tecnicamente eficiente e de acordo com as disposições deste Contrato e com os planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos pertinentes ao Projeto que o Banco aprove. Da mesma forma, o Mutuário acorda que todas as obrigações que lhe cabem ou que, conforme o caso, cabem ao Órgão Executor deverão ser cumpridas à satisfação do Banco.

(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco aprove, assim como qualquer modificação substancial em contratos financiados com recursos do Empréstimo deverão contar com o consentimento prévio por escrito do Banco.

(c) Em caso de contradição ou inconsistência entre as disposições deste Contrato e qualquer plano, especificação, cronograma de investimentos, orçamento, regulamento ou outro documento pertinente ao Projeto que o Banco aprove, as disposições deste Contrato prevalecerão sobre tais documentos.

ARTIGO 6.04. Seleção e contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao disposto no inciso (b) deste Artigo, o Mutuário se compromete a realizar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, realizem a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e

____/OC-____



- 28 -

contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Mutuário declara conhecer as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores e, conforme o caso, se compromete a levar tais Políticas ao conhecimento do Órgão Executor, da Agência de Contratações e da agência especializada.

(b) Quando o Banco tenha validado algum sistema ou subsistema do país-membro do Banco onde o Projeto será executado, o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos do Empréstimo utilizando tais sistemas ou subsistemas, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação e processos aplicáveis validados. Os termos dessa validação serão notificados por escrito pelo Banco ao Mutuário e ao Órgão Executor. O uso do sistema ou subsistema do país poderá ser suspenso pelo Banco quando, a critério deste, tenham ocorrido mudanças nos parâmetros ou práticas com base nos quais os mesmos tenham sido validados pelo Banco, e enquanto o Banco não tiver determinado se tais mudanças são compatíveis com as melhores práticas internacionais. Durante tal suspensão, aplicar-se-ão as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores do Banco. O Mutuário se compromete a comunicar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor comunique ao Banco qualquer mudança na legislação ou nos processos aplicáveis validados. O uso de sistema de país ou subsistema de país não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e se sujeitem às demais condições deste Contrato. As disposições da Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores se aplicarão a todos os contratos, independentemente de seu montante ou método de contratação. O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor inclua, nos documentos de licitação, nos contratos e nos instrumentos empregados nos sistemas eletrônicos ou de informação (em suporte físico ou eletrônico), disposições destinadas a assegurar a aplicação do estabelecido na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, inclusive as disposições de Práticas Proibidas.

(c) O Mutuário se compromete a atualizar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha atualizado o Plano de Aquisições e o atualize, pelo menos, anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada do Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. A qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, informando previamente ao Mutuário ou ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

ARTIGO 6.05. Utilização de bens. Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Empréstimo deverão ser utilizados exclusivamente para os fins do Projeto.

ARTIGO 6.06. Salvaguardas ambientais e sociais. (a) O Mutuário se compromete a realizar a execução (preparação, construção e operação) das atividades compreendidas no Projeto

___/OC-___



- 29 -

ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor as realize, de forma coerente com as políticas ambientais e sociais do Banco, segundo as estipulações específicas sobre aspectos ambientais e sociais incluídas nas Disposições Especiais deste Contrato.

(b) O Mutuário se compromete a informar imediatamente ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco a ocorrência de qualquer descumprimento dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.

(c) O Mutuário se compromete a implementar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor implemente um plano de ação corretivo, acordado com o Banco, para mitigar, corrigir e compensar as consequências adversas que possam decorrer de descumprimentos na implementação dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.

(d) O Mutuário se compromete a permitir que o Banco, por si ou mediante a contratação de serviços de consultoria, realize atividades de supervisão, inclusive auditorias ambientais e sociais do Projeto, a fim de confirmar o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais incluídos nas Disposições Especiais.

ARTIGO 6.07. Despesas inelegíveis para o Projeto. Caso o Banco determine que uma despesa efetuada não cumpre os requisitos para ser considerado como uma Despesa Elegível ou Contrapartida Local, o Mutuário se compromete a tomar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor tome as medidas necessárias para retificar a situação, segundo o requerido pelo Banco e sem prejuízo das demais medidas previstas que o Banco possa exercer em virtude deste Contrato.

CAPÍTULO VII

Supervisão e avaliação do Projeto

ARTIGO 7.01. Inspeções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgue necessários para assegurar o desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Mutuário se compromete a permitir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, permitam que o Banco, seus investigadores, representantes, auditores ou peritos por ele contratados inspecionem a qualquer momento o Projeto, as instalações, os equipamentos e materiais correspondentes, bem como os sistemas, registros e documentos que o Banco considere pertinente conhecer. Além disso, o Mutuário se compromete a que seus representantes ou, conforme o caso, os representantes do Órgão Executor e da Agência de Contratações, se houver, prestem a mais ampla colaboração às pessoas que o Banco enviar ou designar para esses fins. Todos os custos relativos ao transporte, remuneração e demais despesas correspondentes a essas inspeções serão pagos pelo Banco.

(c) O Mutuário se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, forneçam ao Banco a documentação relativa ao Projeto que o Banco solicite, na forma e tempo satisfatórios para o Banco. Sem prejuízo das medidas que o Banco possa tomar em virtude do presente Contrato, caso a documentação não

____/OC____



- 30 -

esteja disponível, o Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, apresentem ao Banco uma declaração na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, incluam, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos convênios relacionados com a execução do Empréstimo que o Mutuário, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações celebrem, uma disposição que: (i) permita ao Banco, a seus investigadores, representantes, auditores ou peritos revisar contas, registros e outros documentos relacionados com a apresentação de propostas e com o cumprimento do contrato ou convênio; e (ii) estabeleça que tais contas, registros e documentos poderão ser submetidos ao exame de auditores designados pelo Banco.

ARTIGO 7.02. Planos e relatórios. Para permitir ao Banco a supervisão do progresso na execução do Projeto e o alcance de seus resultados, o Mutuário se compromete a:

- (a) Apresentar ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente, a informação, os planos, relatórios e outros documentos, na forma e com o conteúdo que o Banco razoavelmente solicite com base no progresso do Projeto e seu nível de risco;
- (b) Cumprir e, conforme o caso, a que o Órgão Executor cumpra as ações e compromissos estabelecidos em tais planos, relatórios e outros documentos acordados com o Banco;
- (c) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco quando se identificarem riscos ou ocorrerem mudanças significativas que impliquem ou possam implicar demoras ou dificuldades na execução do Projeto;
- (d) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início de qualquer processo, reclamação, demanda ou ação judicial, procedimento arbitral ou administrativo relacionado com o Projeto, bem como manter e, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha o Banco informado sobre a situação dos mesmos.

ARTIGO 7.03. Relatórios de Auditoria Financeira Externa e outros relatórios financeiros. (a) Salvo se nas Disposições Especiais se dispuser em contrário, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco ou, conforme caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios identificados nas Disposições Especiais, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Projeto durante o Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações, e dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data do último desembolso.

/OC-



- 31 -

(b) Adicionalmente, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco outros relatórios financeiros, na forma, com o conteúdo e a frequência que o Banco razoavelmente solicite durante a execução do Projeto quando, a critério do Banco, a análise do nível de risco fiduciário, a complexidade e a natureza do Projeto o justifiquem.

(c) Qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais deverá ser realizada por auditores externos previamente aceitos pelo Banco ou por uma entidade superior de fiscalização previamente aceita pelo Banco, em conformidade com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco. O Mutuário autoriza e, conforme o caso, se compromete a que o Órgão Executor autorize a entidade superior de fiscalização ou os auditores externos a proporcionar ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar, com relação aos relatórios de auditoria financeira externa.

(d) O Mutuário se compromete a selecionar e contratar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor selecione e contrate os auditores externos mencionados no inciso (c) anterior, em conformidade com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Mutuário também se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor forneça ao Banco a informação relacionada com os auditores independentes contratados que este solicite.

(e) Caso qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais seja responsabilidade de uma entidade superior de fiscalização e esta não possa efetuar seu trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Contrato, o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores externos aceitáveis para o Banco, em conformidade com o disposto nos incisos (c) e (d) deste Artigo.

(f) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores externos para auditar os relatórios de auditoria financeira previstos no Contrato quando: (i) do resultado da análise de custo-benefício efetuada pelo Banco se determine que os benefícios de que o Banco realize tal contratação superem os custos; (ii) exista um acesso limitado aos serviços de auditoria externa no país; ou (iii) existam circunstâncias especiais que justifiquem que o Banco selecione e contrate tais serviços.

(g) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, a realização de auditorias externas diferentes da financeira ou trabalhos referentes à auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção dos auditores e termos de referência para as auditorias serão estabelecidos de comum acordo entre as Partes.

_____/OC-____



- 32 -

CAPÍTULO VIII**Suspensão de desembolsos, vencimento antecipado e cancelamentos parciais**

ARTIGO 8.01. **Suspensão de desembolsos.** O Banco, mediante notificação ao Mutuário, poderá suspender os desembolsos se ocorrer e enquanto subsistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- (a) Mora no pagamento dos montantes devidos pelo Mutuário ao Banco a título de principal, comissões, juros, na devolução de recursos do Empréstimo utilizados para despesas não elegíveis ou a qualquer outro título, em razão deste Contrato ou de qualquer outro contrato celebrado entre o Banco e o Mutuário, inclusive outro Contrato de Empréstimo ou um Contrato de Derivativos.
- (b) Inadimplemento por parte do Fiador, se houver, de qualquer obrigação de pagamento estipulada no Contrato de Garantia, em qualquer outro contrato firmado entre o Fiador, como Fiador, e o Banco ou em qualquer Contrato de Derivativos firmado com o Banco.
- (c) Inadimplemento por parte do Mutuário, do Fiador, se houver, ou do Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer outra obrigação estipulada em qualquer contrato firmado com o Banco para financiar o Projeto, inclusive este Contrato, o Contrato de Garantia ou qualquer Contrato de Derivativos firmado com o Banco, bem como, conforme o caso, o inadimplemento por parte do Mutuário ou do Órgão Executor de qualquer contrato firmado entre eles para a execução do Projeto.
- (d) Retirada ou suspensão, como membro do Banco, do país em que o Projeto deva ser executado.
- (e) Quando, a critério do Banco, o objetivo do Projeto ou o Empréstimo possam ser afetados desfavoravelmente ou a execução do Projeto possa se tornar improvável como consequência de: (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso; ou (ii) qualquer modificação ou emenda de qualquer condição cumprida antes da aprovação do Empréstimo pelo Banco, que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco.
- (f) Qualquer circunstância extraordinária que, a critério do Banco: (i) torne improvável que o Mutuário, o Órgão Executor ou o Fiador, conforme o caso, cumpra as obrigações estabelecidas neste Contrato ou as obrigações de fazer do Contrato de Garantia, respectivamente; ou (ii) impeça a consecução dos objetivos de desenvolvimento do Projeto.

___/OC-___



- 33 -

- (g) Quando o Banco determine que um funcionário, agente ou representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou da Agência de Contratações tenha cometido uma Prática Proibida com relação ao Projeto.

ARTIGO 8.02. Vencimento antecipado ou cancelamentos de montantes não desembolsados. O Banco, mediante notificação ao Mutuário, poderá declarar vencida e exigível, de imediato, uma parte ou a totalidade do Empréstimo, com os juros, comissões e quaisquer outros encargos devidos até a data do pagamento, e poderá cancelar a parte não desembolsada do Empréstimo, se:

- (a) alguma das circunstâncias previstas nos incisos (a), (b), (c) e (d) do Artigo anterior se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias,
- (b) surgir e enquanto subsistir qualquer das circunstâncias previstas nos incisos (c) e (f) do Artigo anterior e o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, não apresente ao Banco esclarecimentos ou informações adicionais que o Banco considere necessárias,
- (c) o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação ao Projeto sem que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações tenha tomado as medidas corretivas adequadas (inclusive a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável,
- (d) o Banco, a qualquer momento, determinar que uma aquisição de bens ou uma contratação de obra ou de serviços diferentes de consultoria ou serviços de consultoria foi realizada sem seguir os procedimentos indicados neste Contrato. Neste caso, a declaração de cancelamento ou de vencimento antecipado corresponderá à parte do Empréstimo destinada a tal aquisição ou contratação.

ARTIGO 8.03. Disposições não atingidas. A aplicação das medidas estabelecidas neste Capítulo não atingirá as obrigações do Mutuário estipuladas neste Contrato, as quais continuarão em pleno vigor, salvo no caso de vencimento antecipado da totalidade do Empréstimo, em que somente permanecerão em vigor as obrigações pecuniárias do Mutuário.

ARTIGO 8.04. Desembolsos não atingidos. Não obstante o disposto nos Artigos 8.01 e 8.02 precedentes, nenhuma das medidas previstas neste Capítulo atingirá o desembolso por parte do Banco dos recursos do Empréstimo que: (a) se encontrem sujeitos à garantia de reembolso de uma carta de crédito irrevogável; (b) o Banco tenha se comprometido especificamente por

____/OC-____



- 34 -

escrito, perante o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações, a pagar Despesas Elegíveis diretamente ao respectivo fornecedor; e (c) sejam para pagar ao Banco, conforme as instruções do Mutuário.

CAPÍTULO IX

Práticas Proibidas

ARTIGO 9.01. **Práticas Proibidas.** (a) Além do estabelecido nos Artigos 8.01(g) e 8.02(c) destas Normas Gerais, se o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que uma firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação à execução do Projeto, poderá tomar as medidas contempladas nos procedimentos de sanções do Banco vigentes à data do presente Contrato ou nas modificações aos mesmos que o Banco aprovar periodicamente e levar ao conhecimento do Mutuário, entre outras:

- (i) Negar-se a financiar os contratos para a aquisição de bens ou para a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco quando houver evidência de que o representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou Órgão Contratante não tenha tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) Emitir uma admoestação à firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida, com uma carta formal de censura por sua conduta;
- (iv) Declarar a firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida inelegível, de forma permanente ou temporária, para participar em atividades financiadas pelo Banco, seja diretamente como empreiteiro, fornecedor ou prestador, ou indiretamente, na qualidade de subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (v) Impor multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e autuações realizadas com relação à Prática Proibida.

____/OC-____



- 35 -

(b) O disposto no Artigo 8.01(g) e no Artigo 9.01(a)(i) se aplicará também a casos nos quais se tenha suspenso temporariamente a elegibilidade da Agência de Contratações, de qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) para participar de uma licitação ou outro processo de seleção para a adjudicação de novos contratos à espera de que se adote uma decisão definitiva com relação a uma investigação de uma Prática Proibida.

(c) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco em conformidade com as disposições referidas anteriormente será de caráter público, salvo nos casos de admoestação privada.

(d) Qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) poderão ser sancionados pelo Banco em conformidade com o disposto em acordos firmados entre o Banco e outras instituições financeiras internacionais com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para os efeitos do disposto neste inciso (d), o termo "sanção" inclui toda inelegibilidade permanente ou temporária, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(e) Quando o Mutuário adquira bens ou contrate obras ou serviços diferentes de consultoria diretamente de uma agência especializada ao amparo de um acordo entre o Mutuário e tal agência especializada, todas as disposições estipuladas neste Contrato relativas a sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria em conexão com atividades financiadas pelo Banco. O Mutuário se compromete a adotar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor adote, caso seja requerido pelo Banco, recursos tais como a suspensão ou a rescisão do contrato correspondente. O Mutuário se compromete a incluir, nos contratos que firme com agências especializadas, disposições exigindo que estas conheçam a lista de firmas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco para participar de uma aquisição ou contratação financiada total ou parcialmente com recursos do Empréstimo. Caso uma agência especializada firme contrato ou ordem de compra com uma firma ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, na forma indicada neste Artigo, o Banco não financiará tais contratos ou despesas e tomará outras medidas que considere convenientes.

_____/OC-____



- 36 -

CAPÍTULO X**Disposição sobre gravames e isenções**

ARTIGO 10.01. **Compromisso relativo a gravames.** O Mutuário se compromete a não constituir nenhum gravame específico parcial ou total sobre seus bens ou rendimentos como garantia de uma dívida externa sem constituir, simultaneamente, um gravame que garanta ao Banco, em condições de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações pecuniárias derivadas deste Contrato. Esta disposição não se aplicará: (a) aos gravames constituídos sobre bens, para assegurar o pagamento do saldo pendente de seu preço de aquisição; e (b) aos gravames constituídos em razão de operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano. Se o Mutuário for um país-membro do Banco, a expressão “bens ou rendimentos” refere-se a todo tipo de bens ou rendimentos pertencentes ao Mutuário ou a qualquer uma de suas dependências, que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

ARTIGO 10.02. **Isenção de impostos.** O Mutuário se compromete a pagar principal, juros, comissões, prêmios e qualquer outro encargo do Empréstimo, assim como qualquer outro pagamento por despesas ou custos que tenham sido originados no âmbito deste Contrato, sem qualquer dedução ou restrição, livres de todo imposto, taxa, direito ou encargo estabelecidos ou que possam ser estabelecidos pelas leis de seu país, e a responsabilizar-se por todo imposto, taxa ou direito aplicável à celebração, registro e execução deste Contrato.

CAPÍTULO XI**Disposições diversas**

ARTIGO 11.01. **Cessão de direitos.** (a) O Banco poderá ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participações, os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato. O Banco notificará imediatamente ao Mutuário a respeito de cada cessão.

(b) O Banco poderá ceder participações em relação a saldos desembolsados ou saldos que estejam pendentes de desembolso no momento de ser celebrado o acordo de participação.

(c) O Banco poderá, com a anuência prévia do Mutuário e do Fiador, se houver, ceder, no todo ou em parte, o saldo não desembolsado do Empréstimo a outras instituições públicas ou privadas. Para tanto, a parte sujeita a cessão será denominada em termos de um número fixo de unidades da Moeda de Aprovação ou de unidades de Dólares. Igualmente, com a anuência prévia do Mutuário e do Fiador, se houver, o Banco poderá estabelecer, para essa parte sujeita a cessão, uma taxa de juros diferente da estabelecida no presente Contrato.

ARTIGO 11.02. **Modificações e dispensas contratuais.** Qualquer modificação ou dispensa das disposições deste Contrato deverá ser acordada por escrito entre as Partes e contar com a anuência do Fiador, se houver e no que for aplicável.

____/OC-____



- 37 -

ARTIGO 11.03. Reserva de direitos. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, do exercício dos direitos acordados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como uma aceitação tácita de fatos, ações ou circunstâncias que habilitariam tal exercício.

ARTIGO 11.04. Extinção. (a) O pagamento total do principal, juros, comissões, prêmios e outros encargos do Empréstimo, bem como das demais despesas e custos originados no âmbito deste Contrato, dará por concluído o Contrato e todas as obrigações dele derivadas, com exceção daquelas referidas no inciso (b) deste Artigo.

(b) As obrigações que o Mutuário contrair em virtude deste Contrato em matéria de Práticas Proibidas e outras obrigações relacionadas com as políticas operacionais do Banco permanecerão vigentes até que tais obrigações tenham sido cumpridas à satisfação do Banco.

ARTIGO 11.05. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos no Contrato são válidos e exigíveis, em conformidade com os termos nele acordados, sem relação com a legislação de um determinado país.

ARTIGO 11.06. Divulgação de informação. O Banco poderá divulgar este Contrato e qualquer informação relacionada ao mesmo de acordo com sua política de acesso à informação vigente no momento de tal divulgação.

CAPÍTULO XII

Arbitragem

ARTÍCULO 12.01. Composição do tribunal. (a) O tribunal arbitral será composto por três membros, que serão designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Mutuário; e um terceiro (doravante denominado "Presidente") por acordo direto entre as Partes, ou por intermédio dos respectivos árbitros. O Presidente do tribunal terá voto duplo em caso de impasse em todas as decisões. Se as Partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à pessoa do Presidente, ou se uma das Partes não puder designar árbitro, o Presidente será designado, a pedido de qualquer das Partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das Partes não designar árbitro, este será designado pelo Presidente. Se um dos árbitros designados, ou o Presidente, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição da mesma forma que para a designação original. O sucessor terá as mesmas funções que o antecessor.

(b) Em toda controvérsia, tanto o Mutuário como o Fiador serão considerados como uma só parte e, por conseguinte, deverão atuar conjuntamente tanto para a designação do árbitro como para os demais efeitos da arbitragem.

ARTIGO 12.02. Início do procedimento. Para submeter a controvérsia ao procedimento arbitral, a parte reclamante dirigirá à outra uma notificação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que

_____/OC____



- 38 -

receber essa notificação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, notificar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se, dentro do prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados desde a notificação de início do procedimento arbitral, as partes não houverem chegado a um acordo quanto à pessoa do Presidente, qualquer delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos para que este proceda à designação.

ARTIGO 12.03. Constituição do tribunal. O tribunal arbitral será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Presidente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio tribunal.

ARTIGO 12.04. Procedimento. (a) O tribunal encontra-se especialmente habilitado para resolver todo assunto relacionado com sua competência e adotará seu próprio procedimento. Em todo caso, deverá conceder às Partes a oportunidade de fazer apresentações em audiência. Todas as decisões do tribunal serão tomadas por maioria de votos.

(b) O tribunal julgará com base nos termos do Contrato e pronunciará sua sentença, ainda que à revelia de uma das Partes.

(c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos 2 (dois) membros do tribunal. A referida sentença deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da nomeação do Presidente, a não ser que o tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de circunstâncias especiais e imprevistas. A sentença será notificada às partes por meio de notificação subscrita, pelo menos, por 2 (dois) membros do tribunal, e deverá ser cumprida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação. A sentença terá efeito executório e será irrecorrível.

ARTIGO 12.05. Despesas. Com exceção dos honorários advocatícios e despesas de outros peritos, os quais serão custeados pelas partes que os tenham designado, os honorários de cada árbitro e as despesas da arbitragem serão custeados por ambas as partes em igual proporção. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou a forma de pagamento será resolvida pelo tribunal, mediante decisão irrecorrível.

ARTIGO 12.06. Notificações. Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será feita segundo a forma prevista neste Contrato. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

_____/OC-____



Vol. 24, N.4 Abril/2018

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília, maio de 2018



Ministro da Fazenda
Eduardo Leitner Guardia

Secretaria-Executiva
Ana Paula Vitelli James Vescovi

Secretário do Tesouro Nacional
Mansueto Facundo de Almeida Junior

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional
Olavio Ladeira de Medeiros

Subsecretários
Adriano Pereira de Paula
Gleideria Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Moraes
Liseto Fábio de Brasil Camargo
Pedro Juca Maciel
Priscilla Maria Santana

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais
Felipe Palmeira Bandeira

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais
Alex Pereira Benício

Equipe Técnica
Fábio Felipe Daquilha Prates
Fernando Cardoso Ferraz
Karla de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social
(ASCOM/Tesouro Nacional)
Telefone: (61) 3412-1843
E-mail: ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesouro.gov.br

O **Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional – v. 24 / n. 04 (Abril 2018).
Brasília, STN, 1995.

Mensal.
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos. 4. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 33

Sumário

Panorama Geral do Resultado do Governo Central 3

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior 5

 Visão Geral 5

 Receitas do Governo Central 6

 Transferências do Tesouro Nacional 7

 Despesas do Governo Central 8

 Previdência Social 11

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior 12

 Visão Geral 12

 Receitas do Governo Central 13

 Transferências do Tesouro Nacional 14

 Despesas do Governo Central 15

 Previdência Social 16

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior 17

 Visão Geral 17

 Receitas do Governo Central 18

 Transferências do Tesouro Nacional 19

 Despesas do Governo Central 20

 Previdência Social 21

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES. 2



Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/20185

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/20186

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018.....7

Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018.....8

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018.....8

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018.....12

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/201813

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018.....14

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018.....15

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/201816

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/201817

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 201818

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018.....19

Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 201820

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 201821

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018.....22

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.



Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

a preços correntes

Discriminação	Jan-Abr					Abril				
	R\$ Milhões		Variação (2018/2017)			R\$ Milhões		Variação (2018/2017)		
	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. Receita Total	460.199,6	507.492,7	47.293,1	10,3%	7,3%	126.024,6	137.706,0	11.681,3	9,3%	6,3%
II. Transf. por Repartição de Receita	76.876,9	83.980,9	7.104,0	9,2%	6,3%	17.996,6	18.497,4	500,8	2,8%	0,0%
III. Receita Líquida Total (I-II)	383.322,7	423.511,8	40.189,2	10,5%	7,5%	108.028,0	119.208,6	11.180,6	10,3%	7,4%
IV. Despesa Total	390.569,9	428.960,1	38.390,2	9,8%	6,8%	95.712,1	112.022,1	16.309,9	17,0%	13,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-7.247,2	-5.448,3	1.799,0	-24,8%	-27,8%	12.315,9	7.186,5	-5.129,4	-41,6%	-43,2%
Tesouro Nacional e Banco Central	44.755,1	55.764,5	11.009,4	24,6%	21,3%	24.308,8	19.346,8	-4.962,0	-20,4%	-0,1%
Previdência Social (RGPS)	-52.002,3	-61.212,7	-9.210,4	17,7%	14,5%	-11.992,9	-12.160,3	-167,4	1,4%	-1,3%
VII. Resultado Primário/PIB	-0,3%	-0,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memorando:										
Resultado do Tesouro Nacional	44.999,0	56.029,1	11.030,1	24,5%	21,3%	24.524,2	19.476,9	-5.047,4	-20,6%	45,2%
Resultado do Banco Central	-243,9	-264,6	-20,7	8,5%	5,7%	-215,5	-130,1	85,3	-39,6%	-41,2%
Resultado da Previdência Social	-52.002,3	-61.212,7	-9.210,4	17,7%	14,5%	-11.992,9	-12.160,3	-167,4	1,4%	-1,3%

Em abril de 2018, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 7,2 bilhões contra superávit de 12,3 bilhões em abril de 2017. Esta evolução é explicada pela elevação de R\$ 16,3 bilhões (17,0%) na despesa total parcialmente compensada pela elevação de R\$ 11,2 bilhões (10,3%) na receita líquida. Em termos reais a despesa total apresentou elevação de 13,9% condicionado principalmente pela antecipação no calendário de pagamento de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril de 2018.

Comparativamente ao acumulado até abril de 2017, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 7,2 bilhões em 2017 para déficit de R\$ 5,4 bilhões em 2018. Em termos reais a receita líquida apresentou elevação de 7,5% enquanto a despesa cresceu 6,8%. A elevação da receita é derivada de medidas específicas relacionadas ao PIS/Cofins, do recolhimento do PRT/PERT e à melhora dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação. O crescimento das despesas decorre principalmente da antecipação no calendário de pagamento de precatórios (R\$ 20,2 bi) de maio e junho de 2017 para março e abril de 2018.



Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Visão Geral

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	474.457,3	509.044,7	34.587,4	7,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	302.724,4	331.297,0	28.572,6	9,4%
I.2 Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	52.768,8	56.303,5	3.534,7	6,7%
II. Transferências por Repartição de Receita	79.260,8	84.232,0	4.971,2	6,3%
III. Receita Líquida Total (I-II)	395.196,5	424.812,6	29.616,1	7,5%
IV. Despesa Total	402.632,2	430.178,3	27.546,1	6,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	91.651,4	96.857,3	5.205,9	5,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	67.427,9	73.918,0	6.490,0	9,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	70.959,5	76.565,7	5.606,1	7,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	-	-	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-7.435,7	-5.365,7	2.070,1	-27,8%
Tesouro Nacional e Banco Central	46.175,6	56.027,4	9.851,8	21,3%
Previdência Social (RGPS)	-53.611,4	-61.393,1	-7.781,8	14,5%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	46.427,0	56.293,1	9.866,1	21,3%
Resultado do Banco Central	-251,3	-265,7	-14,3	5,7%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-53.611,4	-61.393,1	-7.781,8	14,5%

A preços de abril de 2018, comparativamente a 2017, houve melhora de R\$ 2,1 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 7,4 bilhões em 2017 para déficit de R\$ 5,4 bilhões em 2018. Essa melhora no resultado decorreu do crescimento da receita líquida (7,5%) em taxa superior à elevação da despesa total (6,8%).

Sobre o aumento da receita, merece destaque a elevação da arrecadação do PIS/Cofins ocasionada em grande medida pelo aumento das alíquotas sobre combustíveis (Decreto 9.101/17) bem como o desempenho da arrecadação associada aos programas de Parcelamentos da Dívida Ativa, PERT e PRT. Sublinhe-se ainda, que outra fonte de elevação de receita tem sido a recuperação da atividade econômica e de indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação.

Por seu turno, a despesa primária foi afetada principalmente pela antecipação no calendário de pagamento de precatórios executado nos meses de maio e junho em 2017 para março e abril do ano vigente.



Receitas do Governo Central

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	474.457,3	509.044,7	34.587,4	7,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	302.724,4	331.297,0	28.572,6	9,4%
Imposto de Importação	9.895,5	12.443,3	2.547,8	25,7%
IPI	14.400,8	18.385,1	3.984,3	27,7%
Imposto de Renda	138.207,4	141.877,7	3.670,2	2,7%
IOF	11.822,0	11.852,9	30,9	0,3%
COFINS	69.712,9	80.853,7	11.140,8	16,0%
PIS/PASEP	19.255,3	21.975,1	2.719,7	14,1%
CSLL	32.376,1	33.436,0	1.059,9	3,3%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	1.933,5	1.746,7	-186,8	-9,7%
Outras	5.120,9	8.726,6	3.605,7	70,4%
I.2 Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
Urbana	116.384,5	118.266,1	1.881,6	1,6%
Rural	2.597,5	3.178,2	580,7	22,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	52.768,8	56.303,5	3.534,7	6,7%
Concessões e Permissões	2.089,1	974,6	-1.114,5	-53,3%
Dividendos e Participações	2.052,1	707,0	-1.345,1	-65,5%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.209,4	4.281,2	71,9	1,7%
CotaParte de Compensações Financeiras	15.435,4	20.441,7	5.006,3	32,4%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.573,4	4.548,9	-24,5	-0,5%
Contribuição do Salário Educação	7.662,6	7.677,5	14,9	0,2%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
Operações com Ativos	352,1	362,9	10,8	3,1%
Demais Receitas	15.051,4	16.053,4	1.002,0	6,7%

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 34,6 bilhões (7,3%) em relação ao acumulado até abril de 2017. Esse comportamento deveu-se à elevação de R\$ 28,6 bilhões (9,4%) nas receitas administradas pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 2,5 bilhões (2,1%) na arrecadação líquida para o RGPS e com o aumento de R\$ 3,5 bilhões (6,7%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação foram:

- aumento de R\$ 11,1 bilhões (16,0%) na Cofins e R\$ 2,7 bilhões (14,1%) no PIS/Pasep decorrente do efeito combinado no reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis (Decreto 9.101/17) e aumento do volume de venda de bens (aumento real de 6,62% - PMC-IBGE);
- elevação de R\$ 4,0 bilhões (27,7%) no IPI influenciado principalmente pelo crescimento de 4,35% na produção industrial de dezembro de 2017 a março de 2018 em comparação à produção de dezembro de 2016 a março de 2017;
- elevação de R\$ 2,5 bilhões (25,7%) no imposto de importação derivada, principalmente, da elevação da taxa média de câmbio, redução na alíquota média efetiva do imposto de importação e aumento de 19,0% no valor em dólares das importações;



Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr	
	2017	2018
Banco do Brasil	146,6	476,9
BNB	64,2	48,8
BNDES	1.609,6	0,0
Caixa	0,0	0,0
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	54,1	59,9
Petrobras	0,0	0,0
Demais	177,6	121,4
Total	2.052,1	707,0

- elevação de R\$ 5,0 bilhões em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente ao aumento na produção e no preço internacional do petróleo; e
- redução dividendos e participações em R\$ 1,3 bilhão, explicado em grande parte por recebimentos do BNDES em 2017, sem contrapartida em 2018.

Destaque-se ainda que, para o período, houve elevação de R\$ 9,9 bilhões relativa ao Programa de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17, cujo efeito está distribuído em diferentes rubricas de arrecadação (Imposto de Renda, IPI, COFINS e CSLL), PRT e demais parcelamentos da Dívida Ativa.

Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferências por Repartição de Receita	79.260,8	84.232,0	4.971,2	6,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	63.721,2	66.999,8	3.278,6	5,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.786,3	2.681,6	-104,7	-3,8%
Repasse Total	4.244,5	4.441,5	197,0	4,6%
Superávit dos Fundos	-1.458,2	-1.759,9	-301,7	20,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	4.585,4	4.633,2	47,8	1,0%
II.4 Compensações Financeiras	7.059,9	8.870,1	1.810,2	25,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	856,0	800,1	-55,9	-6,5%
II.6 Demais	252,1	247,3	-4,8	-1,9%

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, elevação de R\$ 5,0 bilhões (6,3%), em relação ao acumulado até abril de 2017, passando de R\$ 79,3 bilhões em 2017 para R\$ 84,2 bilhões em 2018. As principais variações no período foram:

- elevação de R\$ 3,3 bilhões (5,1%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE; e
- acréscimo de R\$ 1,8 bilhão (25,6%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de Cota Parte e Compensações Financeiras.



Despesas do Governo Central

Tabela 1.6 -Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV. Despesa Total	402.632,2	430.178,3	27.546,1	6,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	135.119,7	144.029,3	8.909,6	6,6%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	37.473,6	38.808,1	1.334,4	3,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	91.651,4	96.857,3	5.205,9	5,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	67.427,9	73.918,0	6.490,0	9,6%
Abono e Seguro Desemprego	21.943,3	20.170,0	-1.773,2	-8,1%
Benefícios Prest. Continuada LOAS/RMV	18.147,4	18.654,1	506,7	2,8%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	293,1	116,6	-176,5	-60,2%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	6.156,6	5.790,9	-365,7	-5,9%
FUNDEB (Complem. União)	5.867,1	6.126,8	259,7	4,4%
Fundo Constitucional DF	512,5	444,2	-68,2	-13,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios	524,0	12.492,8	11.968,8	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	9.556,6	6.736,7	-2.819,9	-29,5%
FIES	1.470,2	650,2	-820,0	-55,8%
Demais	1.613,9	1.479,3	-134,6	-8,3%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	70.959,5	76.565,7	5.606,1	7,9%
Discricionárias Executivo	67.702,3	72.727,7	5.025,3	7,4%
PAC	5.495,5	5.550,7	55,2	1,0%
d/q MCMV	524,0	431,9	-92,2	-17,6%
Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
Demais	62.206,8	67.165,0	4.958,2	8,0%
Discricionárias LEJU/MPU	3.257,2	3.838,0	580,8	17,8%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	88.539,6	104.741,5	16.201,9	18,3%
Outras Despesas de Custeio	80.132,9	92.609,1	12.476,2	15,6%
Outras Despesas de Capital	8.406,7	12.132,4	3.725,7	44,3%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

A despesa total do Governo Central no acumulado até abril de 2018 atingiu R\$ 430,2 bilhões, 6,8% acima do observado no mesmo período de 2017, quando as despesas totalizaram R\$ 402,6 bilhões.

Essa variação se deve ao efeito combinado da elevação em R\$ 10,2 bilhões (5,9%) em Benefícios Previdenciários, R\$ 5,2 bilhões (5,7%) em Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 6,5 bilhões Outras Despesas Obrigatórias (9,6%) e R\$ 5,6 bilhões (7,9%) em Despesas Discricionárias.

A antecipação no pagamento de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril de 2018, conforme calendário acordado com Conselho de Justiça Federal (CJF), condicionou, em grande medida, a elevação das despesas com benefícios previdenciários, pessoal e encargos e outras despesas obrigatórias – outras despesas de custeio e capital sendo pagos, nestas rubricas, R\$ 4,9 bilhões, R\$ 3,5 bilhões e R\$ 11,7 bilhões respectivamente.

A elevação das outras despesas obrigatórias foi parcialmente compensada pela redução em subsídios subvenções e proagro (R\$ 2,8 bilhões), que é resultado do processo de racionalização nos gastos com subsídios e pela diminuição em abono e seguro desemprego (R\$ 1,8 bilhão).

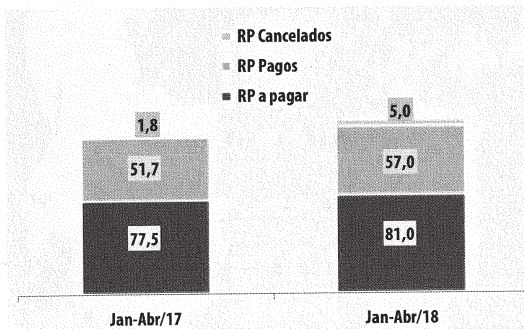


Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Total	62.206,8	67.088,8	4.882,0	7,8%
Ministério da Saúde	30.962,4	33.468,6	2.506,2	8,1%
Ministério da Educação	9.032,8	7.871,5	-1.161,3	-12,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	11.354,3	11.107,8	-246,5	-2,2%
Ministério da Defesa	3.141,8	3.916,2	774,5	24,7%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	1.096,5	1.000,5	-96,0	-8,8%
Demais órgãos do Executivo	6.619,0	9.724,0	3.105,1	46,9%

As despesas discricionárias – todos os podes apresentaram elevação de R\$ 5,6 bilhões (7,9%) explicada, quase na totalidade, pelo aumento nas demais despesas discricionárias (R\$ 4,9 bilhões) que respondem pelo custeio e investimento dos ministérios.



O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até abril de 2018 correspondeu a R\$ 57,0 bilhões, contra R\$ 51,7 bilhões no mesmo período do ano anterior.



Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Agricultura	4.697,7	3.499,7	-1.198,0	-25,5%
Equalização de custeio agropecuário	1.172,7	628,6	-544,1	-46,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.218,3	852,7	-365,6	-30,0%
Política de preços agrícolas	-288,1	175,8	463,9	-
Pronaf	2.206,3	1.552,4	-653,9	-29,6%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	45,0	198,7	153,7	341,3%
Álcool	26,5	16,4	-10,1	-38,1%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	-28,9	30,0	58,9	-
Funcafé	31,6	39,7	8,0	25,3%
Revitaliza	9,6	5,5	-4,1	-42,8%
Proagro	304,7	0,0	-304,7	-100,0%
Outros	4.859,0	3.237,0	-1.621,9	-33,4%
Proex	273,1	241,4	-31,6	-11,6%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.526,5	2.848,5	-1.678,0	-37,1%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de cré. dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,3	3,4	0,1	4,1%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	164,1	135,3	-28,7	-17,5%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parc. à Rem. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	24,8	22,3	-2,4	-9,8%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-10,3	-10,2	-
PNAFE	-132,7	-3,7	129,0	-97,2%
PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
Total	9.556,6	6.736,7	-2.819,9	-29,5%

Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

Página 102 de 222



Previdência Social

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
Arrecadação Bruta	134.200,4	136.808,3	2.607,9	1,9%
Contribuição Previdenciária	114.911,7	117.103,9	2.192,2	1,9%
Simples/Nacional/PAES	12.524,1	13.373,3	849,2	6,8%
REFIS	73,5	11,9	-61,6	-83,9%
Depósitos Judiciais	534,5	528,3	-6,1	-1,1%
Compensação RGPS	6.156,6	5.790,9	-365,7	-5,9%
(-) Restituição/Devolução	-191,2	-309,4	-118,3	61,9%
(-) Transferências a Terceiros	-15.027,2	-15.054,6	-27,4	0,2%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
RESULTADO PRIMÁRIO	-53.611,4	-61.393,1	-7.781,8	14,5%

Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ Milhões - A preços de nov/16 (IPCA)

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Abr		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
CONTRIBUIÇÃO	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
Urbano	116.384,5	118.266,1	1.881,6	1,6%
Rural	2.597,5	3.178,2	580,7	22,4%
BENEFÍCIOS	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
Urbano	135.119,7	144.029,3	8.909,6	6,6%
Rural	37.473,6	38.808,1	1.334,4	3,6%
RESULTADO PRIMÁRIO	-53.611,4	-61.393,1	-7.781,8	14,5%
Urbano	-18.735,2	-25.763,3	-7.028,0	37,5%
Rural	-34.876,1	-35.629,9	-753,7	2,2%

Comparando os valores acumulados de abril de 2018 com o mesmo período de 2017, o déficit da Previdência aumentou de R\$ 53,6 bilhões para R\$ 61,4 bilhões (14,5%) a preços de abril de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 10,2 bilhões (5,9%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à supracitada antecipação do calendário de pagamentos de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril em 2018 com impacto de R\$ 4,9 bilhões em março de 2018, e à elevação de 613,4 mil (2,1%) no número de benefícios emitidos, compensado parcialmente pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 6,46 (0,5%); e
- elevação real de R\$ 2,5 bilhões (2,1%) na arrecadação líquida, explicada pela elevação da contribuição previdenciária (R\$ 2,2 bilhões, 1,9%) e pelo aumento na arrecadação referente ao simples (R\$ 849,2 bilhões, 6,8%), parcialmente compensadas pela redução de 365,7 bilhões (5,9%) na compensação do RGPS.



Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Visão Geral

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	129.506,4	137.706,0	8.199,5	6,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	79.544,9	85.259,2	5.714,3	7,2%
I.2 Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.992,4	32.804,5	812,1	2,5%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.987,0	19.642,3	1.655,3	9,2%
II. Transferência por Repartição de Receita	18.493,8	18.497,4	3,6	0,0%
III. Receita Líquida Total (I-II)	111.012,6	119.208,6	8.196,0	7,4%
IV. Despesa Total	98.356,5	112.022,1	13.665,6	13,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.316,6	44.964,8	648,1	1,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.076,6	22.469,2	392,6	1,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.360,3	24.005,5	10.645,2	79,7%
IV.4 Despesas Discrecionárias - Todos os Poderes	18.602,9	20.582,6	1.979,7	10,6%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB ²	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	12.656,1	7.186,5	-5.469,6	-43,2%
Tesouro Nacional e Banco Central	24.980,4	19.346,8	-5.633,6	-22,6%
Previdência Social (RGPS)	-12.324,2	-12.160,3	164,0	-1,3%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	25.201,8	19.476,9	-5.724,9	-22,7%
Resultado do Banco Central	-221,4	-130,1	91,3	41,2%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-12.324,2	-12.160,3	164,0	-1,3%

A preços de abril de 2018, o resultado primário do Governo Central passou de um superávit de R\$ 12,7 bilhões em abril de 2017 para um superávit de R\$ 7,2 bilhões no mesmo mês de 2018, o que representou redução de R\$ 5,5 bilhões (43,2%). Essa variação decorreu da elevação de R\$ 13,7 bilhões (13,9%) da despesa total, parcialmente compensada pelo aumento da receita líquida em R\$ 8,2 bilhões (7,4%).

Sobre a elevação da receita líquida, destaque-se os aumentos em Cofins, IPI, Cota-Parte de Compensações Financeiras e Imposto de Importação, compensados pela redução nas receitas com Concessões e Permissões. Com relação ao aumento da despesa, destaque para a elevação em Sentenças Judiciais e Precatórios, em decorrência da antecipação do calendário de pagamentos de precatórios de maio e junho de 2017 para março e abril em 2018. Em abril de 2018 foram pagos R\$ 10,7 bilhões em precatórios referentes a outras despesas de custeio e capital (OCC).



Receitas do Governo Central

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	129.506,4	137.706,0	8.199,5	6,3%
I.1 Receita Administrada pela RFB	79.544,9	85.259,2	5.714,3	7,2%
Imposto de Importação	2.315,6	3.155,8	840,3	36,3%
IPI	3.783,5	4.654,8	871,3	23,0%
Imposto de Renda	39.051,4	38.939,2	-112,2	-0,3%
IOF	3.469,2	3.155,2	-314,0	-9,1%
COFINS	17.596,6	20.278,0	2.681,4	15,2%
PIS/PASEP	4.785,3	5.399,5	614,3	12,8%
CSLL	7.097,2	7.237,7	140,5	2,0%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	522,8	456,3	-66,5	-12,7%
Outras	923,3	1.982,5	1.059,2	114,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.992,4	32.804,5	812,1	2,5%
Urbana	31.215,9	31.819,8	603,9	1,9%
Rural	776,5	984,8	208,2	26,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.987,0	19.642,3	1.655,3	9,2%
Concessões e Permissões	1.510,3	271,8	-1.238,5	-82,0%
Dividendos e Participações	228,2	223,1	-5,0	-2,2%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.054,5	1.136,8	82,3	7,8%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.971,5	8.551,8	2.580,3	43,2%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.259,8	1.240,5	-19,3	-1,5%
Contribuição do Salário Educação	1.612,4	1.586,9	-25,5	-1,6%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Operações com Ativos	81,7	84,3	2,6	3,1%
Demais Receitas	6.268,6	6.547,0	278,4	4,4%

A receita total do governo central apresentou aumento real de R\$ 8,2 bilhões (6,3%), passando de R\$ 129,5 bilhões em abril de 2017 para R\$ 137,7 bilhões em abril de 2018. Esse comportamento deveu-se ao aumento de R\$ 5,7 bilhões (7,2%) na receita administrada pela RFB juntamente com o acréscimo de R\$ 812,1 milhões (2,5%) na arrecadação líquida para o RGPS e de R\$ 1,7 bilhão (9,2%) nas receitas não administradas pela RFB. Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- Aumento de R\$ 2,7 bilhões (15,2%) na receita com COFINS, decorrente principalmente do aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis, a partir de julho de 2017, além do crescimento de 7,8% do volume de vendas no mês de março de 2018 e do crescimento do volume das importações;
- Acréscimos de R\$ 840,3 milhões (36,3%) nas receitas com Imposto de Importação e de R\$ 321,3 milhões (31,2%) no IPI Vinculado à importação (26,3%) fruto de crescimento de 30,88% no valor em dólares das importações, e elevação de 8,42% na taxa de câmbio;
- Elevação em Cota-Parte de Compensações Financeiras (R\$ 2,6 bilhões, 43,2%), decorrente principalmente do aumento do preço internacional do petróleo e da taxa de câmbio; e
- Redução em Concessões e Permissões (R\$ 1,2 bilhão, 82,0%), explicada em grande parte por recebimentos relativos a outorgas aeroportuárias em abril de 2017, sem contrapartida no mesmo mês de 2018.



Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	18.493,8	18.497,4	3,6	0,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.197,1	15.028,5	-168,7	-1,1%
II.2 Fundos Constitucionais	699,3	690,9	-8,4	-1,2%
Repasse Total	1.010,2	994,3	-15,9	-1,6%
Superávit dos Fundos	310,9	303,4	-7,5	-2,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	961,0	965,4	4,3	0,4%
II.4 Compensações Financeiras	1.209,2	1.421,8	212,6	17,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	407,3	372,7	-34,6	-8,5%
II.6 Demais	19,8	18,1	-1,7	-8,5%

Em abril de 2018, as transferências por repartição de receita se mantiveram constantes em R\$ 18,5 bilhões na comparação com abril de 2017. Houve elevação nas transferências relativas a Compensações Financeiras (R\$ 212,6 milhões, 17,6%), devido ao crescimento da arrecadação com o tributo que forma a base de repartição.



Despesas do Governo Central

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV. Despesa Total	98.356,5	112.022,1	13.665,6	13,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.316,6	44.964,8	648,1	1,5%
Benefícios Previdenciários - Urbano	34.806,3	35.468,9	662,5	1,9%
Benefícios Previdenciários - Rural	9.510,3	9.495,9	-14,4	-0,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.076,6	22.469,2	392,6	1,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.360,3	24.005,5	10.645,2	79,7%
Abono e Seguro Desemprego	3.273,9	3.059,0	-214,9	-6,6%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.614,5	4.700,2	85,7	1,9%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	0,0	0,0	-
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,2	24,3	-25,9	-51,5%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	2.906,6	3.136,3	229,6	7,9%
FUNDEB (Complem. União)	1.266,7	1.259,5	-7,2	-0,6%
Fundo Constitucional DF	125,7	122,4	-3,3	-2,6%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	186,1	10.882,2	10.696,1	-
Subsídios, Subvenções e Proagro	176,7	92,5	-84,2	-47,6%
FIES	264,9	305,2	40,3	15,2%
Demais	495,0	423,8	-71,2	-14,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.602,9	20.582,6	1.979,7	10,6%
Discricionárias Executivo	17.739,0	19.551,0	1.811,9	10,2%
PAC	1.908,0	1.898,2	-9,8	-0,5%
d/q MCMV	281,4	196,5	-84,9	-30,2%
Emissões de TDA	0,0	8,2	8,2	-
Demais	15.831,1	17.644,6	1.813,6	11,5%
Discricionárias LEJU/MPU	863,9	1.012,8	148,9	17,2%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	23.751,8	36.660,3	12.908,5	54,3%
Outras Despesas de Custeio	21.281,0	33.086,1	11.805,1	55,5%
Outras Despesas de Capital	2.470,9	3.574,2	1.103,3	44,7%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Em abril de 2018, houve elevação de R\$ 13,7 bilhões (13,9%) na despesa total do Governo Central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 98,4 bilhões para R\$ 112,0 bilhões. Essa variação se deve, principalmente ao pagamento de R\$ 10,7 bilhões em Sentenças Judiciais e Precatórios, conforme calendário acordado com Conselho de Justiça Federal (CJF). Em 2017, tais pagamentos foram efetuados no mês de junho.

Além disso, houve crescimento das despesas com Benefícios Previdenciários (R\$ 648,1 milhões, 1,5%) e Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 392,6 milhões, 1,8%). Por fim, as Despesas Discricionárias - Todos os Poderes apresentaram aumento de R\$ 2,0 bilhões (10,6%) concentrado principalmente nas demais despesas discricionárias do Poder Executivo (R\$ 1,8 bilhão, 11,5%).



Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Total	15.831,1	17.644,6	1.813,6	11,5%
Ministério da Saúde	7.916,4	8.484,7	568,4	7,2%
Ministério da Educação	2.569,5	2.320,1	-249,3	-9,7%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.994,2	2.904,0	-90,2	-3,0%
Ministério da Defesa	683,0	983,4	300,4	44,0%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	293,4	283,2	-10,2	-3,5%
Demais órgãos do Executivo	1.374,7	2.669,2	1.294,5	94,2%

Previdência Social

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	Abril		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	31.992,4	32.804,5	812,1	2,5%
Arrecadação Bruta	35.225,0	36.091,3	866,3	2,5%
Contribuição Previdenciária	29.035,6	29.548,5	512,9	1,8%
Simples/Nacional/PAES	3.134,7	3.260,8	126,1	4,0%
REFIS	10,3	134,9	124,6	-
Depósitos Judiciais	137,7	10,7	-127,0	-92,2%
Compensação RGPS	2.906,6	3.136,3	229,6	7,9%
(-) Restituição/Devolução	-55,0	-143,4	-88,4	160,8%
(-) Transferências a Terceiros	-3.177,6	-3.143,4	34,2	-1,1%
Benefícios Previdenciários	44.316,6	44.964,8	648,1	1,5%
Resultado Primário	-12.324,2	-12.160,3	164,0	-1,3%

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 12,3 bilhões em abril de 2017 para déficit de R\$ 12,2 bilhões em abril de 2018, representando uma elevação de R\$ 164,0 milhões no resultado primário. A despesa com Benefícios Previdenciários cresceu R\$ 648,1 milhões (1,5%), devido ao crescimento de 639,1 mil (2,2%) no número de benefícios emitidos, parcialmente compensado pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 4,61 (0,4%).

A Arrecadação Líquida do RGPS elevou-se em R\$ 812,1 milhões (2,5%), principalmente devido ao crescimento 512,9 milhões (1,8%) na Contribuição Previdenciária.



Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior
Visão Geral

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
I. Receita Total	107.588,1	137.706,0	30.117,9	28,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	68.017,1	85.259,2	17.242,1	25,3%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.519,2	32.804,5	3.285,3	11,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.051,8	19.642,3	9.590,5	95,4%
II. Transferência por Repartição de Receita	17.764,5	18.497,4	732,9	4,1%
III. Receita Líquida Total (I-II)	89.823,6	119.208,6	29.385,0	32,7%
IV. Despesa Total	114.358,0	112.022,1	-2.335,9	-2,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.690,1	44.964,8	-4.725,4	-9,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.963,8	22.469,2	-3.494,5	-13,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.057,6	24.005,5	8.947,9	59,4%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	23.646,6	20.582,6	-3.064,0	-13,0%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-24.534,4	7.186,5	31.720,9	-
Tesouro Nacional e Banco Central	-4.363,5	19.346,8	23.710,2	-
Previdência Social (RGPS)	-20.171,0	-12.160,3	8.010,7	-39,7%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-4.406,1	19.476,9	23.883,0	-
Resultado do Banco Central	42,7	-130,1	-172,8	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-20.171,0	-12.160,3	8.010,7	-39,7%

Em abril de 2018, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 7,2 bilhões, contra déficit de R\$ 24,5 bilhões em março de 2018, a preços constantes de abril. Houve aumento da receita líquida em R\$ 29,4 bilhões (32,7%), resultado principalmente da arrecadação sazonalmente concentrada no mês de abril. Já do lado da despesa total, houve redução de R\$ 2,3 bilhões (2,0%).



Receitas do Governo Central

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
I. Receita Total	107.588,1	137.706,0	30.117,9	28,0%
I.1 Receita Administrada pela RFB	68.017,1	85.259,2	17.242,1	25,3%
Imposto de Importação	3.182,0	3.155,8	-26,2	-0,8%
IPI	4.325,8	4.654,8	329,0	7,6%
Imposto de Renda	27.286,0	38.939,2	11.653,2	42,7%
IOF	2.791,6	3.155,2	363,6	13,0%
COFINS	17.953,1	20.278,0	2.324,9	12,9%
PIS/PASEP	4.963,4	5.399,5	436,1	8,8%
CSLL	5.472,1	7.237,7	1.765,6	32,3%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	413,9	456,3	42,4	10,2%
Outras	1.629,1	1.982,5	353,5	21,7%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	29.519,2	32.804,5	3.285,3	11,1%
Urbana	28.762,9	31.819,8	3.056,9	10,6%
Rural	756,3	984,8	228,5	30,2%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	10.051,8	19.642,3	9.590,5	95,4%
Concessões e Permissões	139,7	271,8	132,1	94,6%
Dividendos e Participações	478,4	223,1	-255,3	-53,4%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.049,6	1.136,8	87,2	8,3%
CotaParte de Compensações Financeiras	1.971,1	8.551,8	6.580,7	333,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.158,8	1.240,5	81,7	7,0%
Contribuição do Salário Educação	1.611,8	1.586,9	-24,9	-1,5%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	790,6	0,0	-790,6	-100,0%
Operações com Ativos	85,1	84,3	-0,8	-1,0%
Demais Receitas	2.766,7	6.547,0	3.780,3	136,6%

Em valores atualizados de abril de 2018, a receita total do Governo Central apresentou aumento de R\$ 30,1 bilhões (28%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 107,6 bilhões em março de 2018 para R\$ 137,7 bilhões em abril de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 11,7 bilhões (42,7%) no imposto de renda e de R\$ 1,8 bilhão (32,3%) na CSLL em razão do recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPF em abril e, também, do recolhimento da 1ª cota ou cota única do IRPJ/CSLL em decorrência do encerramento, em março/18, da apuração trimestral;
- Elevação de R\$ 2,3 bilhões (12,9%) na COFINS e de R\$ 436,1 (28,4%) milhões no PIS/Pasep, decorrente principalmente do aumento das alíquotas do PIS/Cofins sobre combustíveis, a partir de julho de 2017;
- Acréscimo de R\$ 9,6 bilhões (95,6%) nas receitas não administradas pela RFB: aumento de R\$ 6,8 bilhões em Cotaparte de Compensações Financeiras, devido ao recolhimento trimestral da Participação Especial pela exploração de petróleo e gás natural; e crescimento de R\$ 3,8 bilhões em demais receitas não administradas, influenciado pela entrada de R\$ 1,5 bilhão de recursos da Redi-BC.



Transferências do Tesouro Nacional

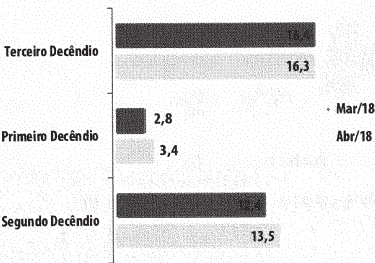
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	17.764,5	18.497,4	732,9	4,1%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.357,6	15.028,5	670,8	4,7%
II.2 Fundos Constitucionais	635,4	690,9	55,5	8,7%
Repassse Total	950,4	994,3	43,9	4,6%
Superávit dos Fundos	-315,1	-303,4	11,6	-3,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	976,9	965,4	-11,5	-1,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.757,4	1.421,8	-335,6	-19,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	372,7	372,7	-
II.6 Demais	37,2	18,1	-19,0	-51,2%

Em abril de 2018, as transferências por repartição de receita apresentaram aumento de R\$ 732,9 milhões (4,1%), totalizando R\$ 18,5 bilhões, contra R\$ 17,8 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu principalmente do acréscimo de R\$ 670, 8 milhões (4,7%) no conjunto FPM/FPE/IPI-EE.

Gráfico 2. Base de Cálculo Transferências Constitucionais



Despesas do Governo Central

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de abril/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
IV - Despesa Total	114.358,0	112.022,1	-2.335,9	-2,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.690,1	44.964,8	-4.725,4	-9,5%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	39.204,8	35.468,9	-3.735,9	-9,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.485,3	9.495,9	-989,4	-9,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	25.963,8	22.469,2	-3.494,5	-13,5%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.057,6	24.005,5	8.947,9	59,4%
Abono e Seguro Desemprego	5.731,7	3.059,0	-2.672,7	-46,6%
Benefícios de Prest. Continuada LOAS/RMV	4.793,4	4.700,2	-93,1	-1,9%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	790,6	0,0	-790,6	-100,0%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	40,8	24,3	-16,5	-40,4%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	868,5	3.136,3	2.267,8	261,1%
FUNDEB (Complem. União)	966,0	1.259,5	293,5	30,4%
Fundo Constitucional DF	109,6	122,4	12,8	11,7%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	1.104,8	10.882,2	9.777,5	885,0%
Subsídios, Subvenções e Proagro	371,8	92,5	-279,3	-75,1%
FIES	-2,2	305,2	307,4	-
Demais	282,5	423,8	141,2	50,0%
IV.4 Desp. Discricionárias - Todos os Poderes	23.646,6	20.582,6	-3.064,0	-13,0%
Discricionárias Executivo	22.403,6	19.569,8	-2.833,9	-12,6%
PAC	1.707,0	1.898,2	191,2	11,2%
d/q MCMV	57,8	196,5	138,6	239,7%
Emissões de TDA	3,7	8,2	4,5	119,2%
Demais	20.692,9	17.663,4	-3.029,5	-14,6%
Discricionárias LEJU/MPU	1.242,9	1.012,8	-230,1	-18,5%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	27.770,1	36.660,3	8.890,2	32,0%
Outras Despesas de Custeio	22.327,9	33.086,1	10.758,2	48,2%
Outras Despesas de Capital	5.442,2	3.574,2	-1.868,0	-34,3%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Em abril de 2018, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 112,0 bilhões, representando redução de R\$ 2,3 bilhões (2,0%), em relação a março de 2018. Essa variação é explicada principalmente por reduções em Benefícios Previdenciários (R\$ 4,7 bilhões, 9,5%) e em Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 3,5 bilhões, 13,5%), devido ao pagamento em março de precatórios relativos a essas rubricas.

Também houve redução nas Despesas Discricionárias - Todos os Poderes (R\$ 3,1, bilhões, 13,0%). No sentido contrário, as Outras Despesas Obrigatórias se elevaram em R\$ 8,9 bilhões (59,4%), em decorrência do acréscimo em Sentenças Judiciais e Precatórios, explicado pelo calendário de pagamento de precatórios em 2018, que concentrou os pagamentos anuais no mês de abril.



Tabela 3.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
Total	20.665,2	17.644,6	-3.020,5	-14,6%
Ministério da Saúde	10.000,0	8.484,7	-1.515,2	-15,2%
Ministério da Educação	2.573,7	2.320,1	-253,6	-9,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	3.031,5	56,3	-2.975,2	-98,1%
Ministério da Defesa	1.044,0	68,2	-975,8	-93,5%
Min. da Ciência Tecnologia e Inovação	334,7	283,2	-51,5	-15,4%
Demais órgãos do Executivo	3.681,3	6.432,1	2.750,8	74,7%

Previdência Social

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de abr/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	março	abril	Diferença	% Real
Arrecadação Líquida	29.519,2	32.804,5	3.285,3	11,1%
Arrecadação Bruta	32.776,1	36.091,3	3.315,2	10,1%
Contribuição Previdenciária	28.790,8	29.548,5	757,7	2,6%
Simples/NACIONAL/PAES	2.991,5	3.260,8	269,3	9,0%
Depósitos Judiciais	143,6	134,9	-8,7	-6,0%
Refis	-18,3	10,7	29,0	-
Compensação RGPS	868,5	3.136,3	2.267,8	261,1%
(-) Restituição/Devolução	-90,4	-143,4	-53,0	58,6%
(-) Transferências a Terceiros	-3.166,5	-3.143,4	23,2	-0,7%
Benefícios Previdenciários	49.690,1	44.964,8	-4.725,4	-9,5%
Resultado Primário	-20.171,0	-12.160,3	8.010,7	-39,7%

Em abril de 2018, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 12,2 bilhões, contra déficit de R\$ 4,7 bilhões no mês anterior. A redução do déficit de R\$ 8,0 bilhões (39,7%) se deve principalmente ao decréscimo de R\$ 4,7 bilhões (9,5%) nos benefícios previdenciários devido ao pagamento em março de precatórios referentes a benefícios.

Além disso, destaque-se o crescimento de R\$ 2,3 bilhões em Compensação ao RGPS, pois, como a compensação ocorre com quatro meses de defasagem em relação à arrecadação, a compensação em abril é referente à arrecadação do mês de dezembro, que é sazonalmente superior devido à sua incidência sobre o 13º salário.



Boxe 1 - Encerramento do Fundo Soberano do Brasil

Ao longo de 2018, no âmbito do esforço contínuo de aprimorar a institucionalidade fiscal do país, a Secretaria do Tesouro Nacional conduziu as tratativas para implementar o processo de encerramento das atividades legais e operacionais do Fundo Soberano do Brasil – FSB, em conformidade com as diretrizes governamentais anunciadas em 24 de maio de 2016 e no contexto das 15 medidas prioritárias da nova agenda econômica.

O encerramento do FSB resulta da percepção, evidenciada nos últimos anos, de que não há real necessidade e legitimidade de manutenção de um fundo de riqueza soberano no atual contexto macroeconômico brasileiro. Em geral, fundos de riqueza são criados para gerir excesso de recursos provenientes da exploração de recursos naturais limitados. Eventualmente, alguns países com excesso de recursos fiscais e consistentes superávits em conta corrente (superávits gêmeos) experimentaram prover recursos a esses fundos com o propósito de suavizar no tempo esses excessos.

O contexto de criação do FSB, em fins de 2008, parecia sugerir que o país reuniria as condicionantes para a constituição de um fundo de riqueza. Naquele ano, o governo central obteve um excesso de superávit primário da ordem de 0,5% do PIB, que constituiu o “*funding*” inicial do FSB. Paralelamente, o país vinha de uma crescente acumulação de reservas internacionais devido aos expressivos saldos no balanço de pagamentos. A conjuntura da época parecia indicar que o país de fato reunia as condições estruturais necessárias para possuir um fundo soberano em função dos superávits em conta corrente obtidos, pelas perspectivas trazidas pela obtenção do grau de investimento do país e pelas descobertas do Pré-Sal.

A experiência posterior, no entanto, demonstrou que as condições estruturais não passavam de conjunturais. Primeiro, porque os excessos de superávits fiscais não se confirmaram nos anos posteriores. Segundo, em razão das mudanças no marco regulatório da exploração de petróleo e questões conjunturais de preços internacionais que retiraram o ímpeto da iniciativa privada e imputaram um pesado ônus à Petrobras na exploração dos recursos do pré-sal. Terceiro, diversas questões macroeconômicas ainda não estavam devidamente endereçadas de forma que flutuações nos juros, inflação e câmbio refletiam esses desequilíbrios, sobretudo na área fiscal.

A conclusão das atividades do FSB é consequência natural desse contexto histórico e do cenário prospectivo que se vislumbra. Com efeito, não é coerente a manutenção de um fundo de riqueza no contexto atual do país, que acumula déficits fiscais nominais sucessivos e expressivos em relação ao PIB e que ainda não completou o seu processo de consolidação fiscal. Nesse cenário torna-se nítida a fragilidade que reside na necessidade do governo de captar recursos em mercado a um custo mais elevado do que a própria rentabilidade que esses investimentos potencialmente poderiam gerar.



Ademais, cumpre destacar que o Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização de Investimentos - FFIE do Fundo Soberano teve aporte inicial em 2008 de R\$ 14,2 bilhões, mas, nos anos de 2012 e 2015, ocorreram resgates de R\$ 12,4 bilhões e 0,9 bilhão respectivamente, resultando em um impacto primário positivo para as contas públicas nesses anos. Desse modo, em 2016, o FFIE só detinha um patrimônio de aproximadamente R\$ 2 bilhões, saldo inexpressivo para cumprir suas funções legais de forma efetiva. Qualquer outro eventual aporte nesse fundo geraria um impacto fiscal negativo e aumento do endividamento público, o que não faria sentido dada a situação fiscal do país observada.

Dessa forma, em maio de 2016, o Ministério da Fazenda apontou a extinção do Fundo Soberano como medida no âmbito do processo de consolidação fiscal e resgate da institucionalidade fiscal. Em maio de 2017, a Secretaria do Tesouro Nacional, na condição de Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil – CDFSB, informou a decisão estratégica que resultou na necessidade de alienação das ações do Banco do Brasil detidas pelo FFIE por meio de um programa gradual de alienação. Esse programa foi bem-sucedido, produzindo impacto neutro no preço do ativo e permitindo a desmobilização desses recursos e elevação da liquidez da carteira.

A manutenção do modelo atual de funcionamento do FSB, sem quaisquer recursos financeiros para cumprimento de suas funções, é contraproducente sob a ótica legal, técnica e operacional. Na lei de criação do FSB¹ encontram-se dispositivos que, com a ausência de recursos no fundo, perdem a sua significação e elevam custos financeiros e operacionais. Por exemplo, pode-se citar dispositivos que exigem que os recursos enquanto não resgatados permaneçam retidos na Conta Única do Tesouro Nacional e determinam que o resgate somente possa ser realizado para mitigar efeitos dos ciclos econômicos. Esse modelo mostra-se inadequado, uma vez que implica elevado custo de oportunidade na medida em que determina a manutenção de recursos ociosos em conta do Tesouro, não se podendo utilizá-los para quitar uma dívida pública elevada e de alto custo.

Da mesma forma, ressalta-se que perde o sentido a manutenção de estrutura dedicada de pessoal e de governança, conforme pressuposto nos normativos que regulam o FSB, uma vez que gera custos e burocracia. Igualmente, não se mostra necessária a continuidade de exigência de produção periódica de relatórios de administração e de desempenho para um fundo que não possui patrimônio, o que requer a manutenção de estrutura de pessoal dedicada e a destinação de recursos orçamentários para sua manutenção.

Com a proposta de revogação da lei de criação do FSB e consequente extinção do FSB (MP nº 830/2018), será possível a utilização de recursos vinculados, hoje ociosos (“empoçados”) na Conta Única, na quitação de dívida pública, colaborando de forma essencial para o cumprimento da Regra de Ouro estabelecida pelo art. 167 da Constituição Federal e, sobretudo, para o processo de consolidação fiscal e de aprimoramento da institucionalidade fiscal do país.

Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

Página 115 de 222



Boxe 2 - Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias – 2º Bimestre de 2018

Em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO 2018), o Poder Executivo publicou, em 22/05/2018, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2018 apresentando projeção dos itens de receitas e despesas primárias do Governo Central para o ano corrente, observando a arrecadação das receitas federais e a realização das despesas primárias até o mês de abril de 2018, em sua maioria, bem como parâmetros macroeconômicos atualizados.

O Relatório de Avaliação do 2º bimestre, com relação à atualização do cenário econômico, alterou a previsão de crescimento real do PIB para 2018, em relação à última avaliação, de 2,97% para 2,50%, e diminuiu a estimativa da variação do índice de inflação (IPCA) para 2018 de 3,6% para 3,4%.

Em relação ao Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre, a estimativa de receita cresceu R\$ 7,6 bilhões, devido principalmente ao aumento de R\$ 6,4 bilhões na projeção de arrecadação das Receitas não Administradas pela RFB, com destaque para a arrecadação com Concessões e Permissões, revista de R\$ 20,4 bilhões para R\$ 22,7 bilhões em 2018. Essa alteração ocorreu principalmente no setor de petróleo, e o aumento de receitas só não foi maior porque optou-se por retirar as receitas referentes à capitalização da Eletrobras (R\$ 12,2 bilhões). Também houve aumento em Cota-Parte de Compensações Financeiras (+R\$ 2,1 bilhões), devido ao crescimento das estimativas do preço internacional do petróleo e do câmbio.

No lado das despesas, houve incremento de R\$ 1,4 bilhão nas despesas obrigatórias, explicado principalmente pela elevação de R\$ 1,2 bilhão nas despesas com Créditos Extraordinários, devido à edição da Medida Provisória nº 825/2018 para ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro na área de Segurança Pública (Decreto nº 9.288/2018).

Desse modo, diante da combinação dos fatores citados, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º Bimestre de 2018 indicaria a possibilidade de ampliação de empenho e movimentação financeira sem comprometer a meta de resultado primário prevista na LDO 2018. Entretanto, as projeções de despesa que constam no relatório estão próximas ao limite estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016, não havendo, portanto, espaço para ampliação de despesas primárias discricionárias. O quadro a seguir resume as principais variações nas estimativas do relatório:

Parte integrante do Avulso da MSF nº 114 de 2018.

Página 116 de 222



Resultado da Avaliação do 2º Bimestre (R\$ bilhões)			
Discriminação	Avaliação 1º Bimestre (a)	Avaliação 2º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
1. Receita Primária Total	1.462,9	1.470,6	7,6
1.1 Receitas Administradas Líquidas de Incentivos Fiscais	894,0	897,2	3,2
1.2 Receitas Não-Administradas	173,2	179,6	6,4
1.3 Arrecadação Líquida do RGPS	395,7	393,8	-2,0
2. Transferência aos Entes Subnacionais por Repartição de Receita	246,1	247,6	1,6
3. Receita Líquida de Transferência (1) - (2)	1.216,9	1.222,9	6,1
4. Despesas Primárias	1.374,3	1.375,7	1,4
4.1. Obrigatórias*	1.245,4	1.246,8	1,4
4.2. Despesas com Controle de Fluxo Discricionárias do Executivo	128,9	128,9	0,0
5. Resultado primário (3) - (4)	-157,4	-152,8	4,6
6. Meta Fiscal	159,0	159,0	0,0
7. Ampliação (+) ou Esforço (-) (3 - 4 - 6)	1,6	6,2	4,6
Memo:	Avaliação 1º Bimestre (a)	Avaliação 2º Bimestre (b)	Diferença (c) = (b) - (a)
Despesas Sujeitas ao Teto	1.347,4	1.347,4	0,0
Limite EC 95	1.347,9	1.347,9	0,0
Margem Fiscal	0,4	0,5	0,0

* Inclui despesas do LEJU/MPU
Fonte: SOF/MP.



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/18 Mar/18		Abr/18 Abr/17	
I. RECEITA TOTAL	126.024,6	107.351,9	137.706,0	30.354,0	28,3%	11.681,3	9,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	77.406,3	67.867,8	85.259,2	17.391,4	25,6%	7.852,85	10,1%
I.1.1 Imposto de Importação	2.253,3	3.175,0	3.155,8	-19,2	-0,6%	902,5	40,1%
I.1.2 IPI	3.681,8	4.316,3	4.654,8	338,4	7,8%	973,0	26,4%
I.1.3 Imposto de Renda	38.001,5	27.226,2	38.939,2	11.713,1	43,0%	937,7	2,5%
I.1.4 IOF	3.376,0	2.785,5	3.155,2	369,7	13,3%	-220,8	-6,5%
I.1.5 COFINS	17.123,5	17.913,7	20.278,0	2.364,3	13,2%	3.154,5	18,4%
I.1.6 PIS/PASEP	4.656,6	4.952,5	5.399,5	447,0	9,0%	742,9	16,0%
I.1.7 CSLL	6.906,4	5.460,1	7.237,7	1.777,6	32,6%	331,3	4,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	508,8	413,0	456,3	43,3	10,5%	-52,5	-10,3%
I.1.10 Outras	898,5	1.625,5	1.982,5	357,1	22,0%	1.084,0	120,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,4	0,0	0,0	0,0	-	17,4	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.132,3	29.454,4	32.804,5	3.350,1	11,4%	1.672,2	5,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	17.503,4	10.029,7	19.642,3	9.612,5	95,8%	2.138,9	12,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.469,7	139,4	271,8	132,4	95,0%	-1.197,9	-81,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	222,0	477,4	223,1	-254,2	-53,3%	1,1	0,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.026,1	1.047,3	1.136,8	89,5	8,5%	110,6	10,8%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.810,9	1.966,8	8.551,8	6.585,1	334,8%	2.740,9	47,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.225,9	1.156,3	1.240,5	84,2	7,3%	14,6	1,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.569,1	1.608,3	1.586,9	-21,4	-1,3%	17,8	1,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0	-788,8	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	79,6	84,9	84,3	-0,6	-0,7%	4,8	6,0%
I.4.9 Demais Receitas	6.100,1	2.760,6	6.547,0	3.786,4	137,2%	446,9	7,3%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.996,6	17.725,5	18.497,4	771,9	4,4%	500,8	2,8%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.788,6	14.326,1	15.028,5	702,3	4,9%	239,92	1,6%
II.2 Fundos Constitucionais	680,5	634,0	690,9	56,9	9,0%	10,39	1,5%
II.2.1 Repasse Total	983,1	948,3	994,3	46,0	0,0	11,2	1,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-302,6	-314,4	-303,4	10,9	0,0	-0,9	0,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	935,2	974,7	965,4	-9,4	-1,0%	30,15	3,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.176,7	1.753,5	1.421,8	-331,7	-18,9%	245,1	20,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	396,4	0,0	372,7	372,7	-	23,64	-6,0%
II.6 Demais	19,3	37,1	18,1	-19,0	-51,1%	1,15	-6,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	108.028,0	89.626,4	119.208,6	29.582,1	33,0%	11.180,6	10,3%
IV. DESPESA TOTAL	95.712,1	114.107,0	112.022,1	-2.085,0	-1,8%	16.309,9	17,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.125,2	49.581,1	44.964,8	-4.616,3	-9,3%	1.839,58	4,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.483,1	25.906,8	22.469,2	-3.437,6	-13,3%	986,16	4,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.001,1	15.024,5	24.005,5	8.981,0	59,8%	11.004,4	84,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.185,9	5.719,2	3.059,0	-2.660,1	-46,5%	-126,8	-4,0%
IV.3.2 Anistiados	13,7	12,3	12,6	0,3	2,6%	-1,2	-8,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	49,3	51,8	51,6	-0,2	-0,3%	2,3	4,6%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.490,5	4.782,8	4.700,2	-82,6	-1,7%	209,8	4,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0	-788,8	-100,0%	0,0	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	48,9	40,7	24,3	-16,4	-40,2%	-24,5	-50,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.828,5	866,6	3.136,3	2.269,7	261,9%	307,8	10,9%
IV.3.10 Convênios	16,0	0,0	0,0	0,0	-	-16,0	-100,0%
IV.3.11 Doações	6,9	0,0	0,0	0,0	-	-6,9	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	142,3	37,0	76,0	39,0	105,5%	-66,3	-46,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.232,7	963,9	1.259,5	295,6	30,7%	26,9	2,2%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	122,3	109,4	122,4	13,0	11,9%	0,1	0,1%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	181,1	1.102,3	10.882,2	9.779,9	887,2%	10.701,1	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	171,9	371,016	92,5	-278,5	-75,1%	-79,4	-46,2%
IV.3.21 Transferências ANA	28,5	21,7	38,0	16,3	75,1%	9,5	33,5%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	62,3	0,0	86,4	86,4	-	24,1	38,7%
IV.3.23 FIES	257,7	-2,2	305,2	307,4	-	47,4	18,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.102,8	23.594,7	20.582,6	-3.012,1	-12,8%	2.479,8	13,7%
IV.4.1 PAC	1.856,7	1.703,2	1.898,2	194,9	11,4%	41,5	2,2%
d/q MCMV	273,8	57,7	196,5	138,8	240,5%	-77,4	-28,3%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	3,7	8,2	4,5	119,6%	8,19	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	27,7	18,8	-8,9	-32,2%	18,79	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	15.405,4	20.619,8	17.644,6	-2.975,2	-14,4%	2.239,20	14,5%
IV.4.5 LEJU/MPU	840,7	1.240,2	1.012,8	-227,4	-18,3%	172,14	20,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	12.315,9	-24.480,6	7.186,5	31.667,1	-	-5.129,4	-41,6%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	181,3	130,6	-	-	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-1.035,4	-713,4	-	-	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-10,5	-467,8	-	-	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	11.451,3	-25.531,2	-	-	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-23.299,3	-27.296,1	-	-	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-11.848,0	-52.827,3	-	-	-	-	-



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
I. RECEITA TOTAL	129.506,4	107.588,1	137.706,0	30.117,9	28,0%	8.199,5	6,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	79.544,9	68.017,1	85.259,2	17.242,1	25,3%	5.714,3	7,2%
I.1.1 Imposto de Importação	2.315,6	3.182,0	3.155,8	-26,2	-0,8%	840,3	36,3%
I.1.2 IPI	3.783,5	4.325,8	4.654,8	329,0	7,6%	871,3	23,0%
I.1.3 Imposto de Renda	39.051,4	27.286,0	38.939,2	11.653,2	42,7%	-112,2	-0,3%
I.1.4 IOF	3.469,2	2.791,6	3.155,2	363,6	13,0%	-314,0	-9,1%
I.1.5 COFINS	17.596,6	17.953,1	20.278,0	2.324,9	12,9%	2.681,4	15,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.785,3	4.963,4	5.399,5	436,1	8,8%	614,3	12,8%
I.1.7 CSLL	7.097,2	5.472,1	7.237,7	1.765,6	32,3%	140,5	2,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	522,8	413,9	456,3	42,4	10,2%	-66,5	-12,7%
I.1.10 Outras	923,3	1.629,1	1.982,5	353,5	21,7%	1.059,2	114,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	0,0	0,0	-	17,9	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.992,4	29.519,2	32.804,5	3.285,3	11,1%	812,1	2,5%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	17.987,0	10.051,8	19.642,3	9.590,5	95,4%	1.655,3	9,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.510,3	139,7	271,8	132,1	94,6%	-1.238,5	-82,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	228,2	478,4	223,1	-255,3	-53,4%	-5,0	-2,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.054,5	1.049,6	1.136,8	87,2	8,3%	82,3	7,8%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.971,5	1.971,1	8.551,8	6.580,7	333,9%	2.580,3	43,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.259,8	1.158,8	1.240,5	81,7	7,0%	-19,3	-1,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.612,4	1.611,8	1.586,9	-24,9	-1,5%	-25,5	-1,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	790,6	0,0	-790,6	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	81,7	85,1	84,3	-0,8	-1,0%	2,6	3,1%
I.4.9 Demais Receitas	6.268,6	2.766,7	6.547,0	3.780,3	136,6%	278,4	4,4%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.493,8	17.764,5	18.497,4	732,9	4,1%	3,6	0,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.197,1	14.357,6	15.028,5	670,8	4,7%	-168,7	-1,1%
II.2 Fundos Constitucionais	699,3	635,4	690,9	55,5	8,7%	-8,4	-1,2%
II.2.1 Repasse Total	1.010,2	950,4	994,3	43,9	4,6%	-15,9	-1,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-310,9	-315,1	-303,4	11,6	-3,7%	7,5	-2,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	961,0	976,9	965,4	-11,5	-1,2%	4,3	0,4%
II.4 Compensações Financeiras	1.209,2	1.757,4	1.421,8	-335,6	-19,1%	212,6	17,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	407,3	0,0	372,7	372,7	-	-34,6	-8,5%
II.6 Demais	19,8	37,2	18,1	-19,0	-51,2%	-1,7	-8,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	111.012,6	89.823,6	119.208,6	29.385,0	32,7%	8.196,0	7,4%
IV. DESPESA TOTAL	98.356,5	114.358,0	112.022,1	-2.335,9	-2,0%	13.665,6	13,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	44.316,6	49.690,1	44.964,8	-4.725,4	-9,5%	648,1	1,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.076,6	25.963,8	22.469,2	-3.494,5	-13,5%	392,6	1,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.360,3	15.057,6	24.005,5	8.947,9	59,4%	10.645,2	79,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.273,9	5.731,7	3.059,0	-2.672,7	-46,6%	-214,9	-6,6%
IV.3.2 Anistiados	14,1	12,3	12,6	0,3	2,4%	-1,5	-10,9%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,7	51,9	51,6	-0,3	-0,5%	0,9	1,8%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.614,5	4.793,4	4.700,2	-93,1	-1,9%	85,7	1,9%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	790,6	0,0	-790,6	-100,0%	0,0	-
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,2	40,8	24,3	-16,5	-40,4%	-25,9	-51,5%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.906,6	868,5	3.136,3	2.267,8	261,1%	229,6	7,9%
IV.3.10 Convênios	16,5	0,0	0,0	0,0	-	-16,5	-100,0%
IV.3.11 Doações	7,1	0,0	0,0	0,0	-	-7,1	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	146,3	37,1	76,0	38,9	105,0%	-70,3	-48,0%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.266,7	966,0	1.259,5	293,5	30,4%	-7,2	-0,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	125,7	109,6	122,4	12,8	11,7%	-3,3	-2,6%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,0	159,5	159,2	-0,4	-0,2%	-7,8	-4,7%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	186,1	1.104,8	10.882,2	9.777,5	885,0%	10.696,1	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	176,7	371,8	92,5	-279,3	-75,1%	-84,2	-47,6%
IV.3.21 Transferências ANA	29,3	21,8	38,0	16,3	74,7%	8,8	29,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	64,0	0,0	86,4	86,4	-	22,4	35,0%
IV.3.23 FIES	264,9	-2,2	305,2	307,4	-	40,3	15,2%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.602,9	23.646,6	20.582,6	-3.064,0	-13,0%	1.979,7	10,6%
IV.4.1 PAC	1.908,0	1.707,0	1.898,2	191,2	11,2%	-9,8	-0,5%
d/q MCMV	281,4	57,8	196,5	138,6	239,7%	-84,9	-30,2%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	3,7	8,2	4,5	119,2%	8,2	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	27,8	18,8	-9,0	-32,3%	18,8	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	15.831,1	20.665,2	17.644,6	-3.020,5	-14,6%	1.813,6	11,5%
IV.4.5 LEJU/MPU	863,9	1.242,9	1.012,8	-230,1	-18,5%	148,9	17,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	12.656,1	-24.534,4	7.186,5	31.720,9	-	-5.469,6	-43,2%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	186,3	130,9					
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-1.064,0	-715,0					
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-10,8	-468,8					
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	11.767,7	-25.587,4					
X. JUROS NOMINAIS	-23.943,0	-27.356,1					
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-12.175,3	-52.943,5					



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
I. RECEITA TOTAL	460.199,6	507.492,7	47.293,1	10,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	293.577,8	330.245,7	36.668,0	12,5%
I.1.1 Imposto de Importação	9.598,9	12.407,0	2.808,1	29,3%
I.1.2 IPI	13.969,4	18.329,7	4.360,3	31,2%
I.1.3 Imposto de Renda	134.026,5	141.423,8	7.397,3	5,5%
I.1.4 IOF	11.469,0	11.819,0	350,0	3,1%
I.1.5 COFINS	67.619,3	80.607,4	12.988,1	19,2%
I.1.6 PIS/PASEP	18.676,6	21.907,7	3.231,1	17,3%
I.1.7 CSLL	31.376,0	33.311,4	1.935,4	6,2%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.875,6	1.741,6	-134,0	-7,1%
I.1.10 Outras	4.966,4	8.698,2	3.731,7	75,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,4	0,0	17,4	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	115.437,6	121.104,2	5.666,5	4,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	51.201,5	56.142,8	4.941,2	9,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	2.029,9	971,2	-1.058,7	-52,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	1.994,1	705,9	-1.288,2	-64,6%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.083,4	4.269,1	185,7	4,5%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	14.971,0	20.382,2	5.411,2	36,1%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.438,1	4.536,2	98,1	2,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.428,5	7.651,0	222,5	3,0%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
I.4.8 Operações com Ativos	341,5	361,8	20,3	5,9%
I.4.9 Demais Receitas	14.610,8	16.013,6	1.402,8	9,6%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	76.876,9	83.980,9	7.104,0	9,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	61.804,7	66.799,9	4.995,2	8,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.702,9	2.673,9	-29,0	-1,1%
II.2.1 Repasse Total	4.117,0	4.428,2	311,3	7,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.414,1	-1.754,3	-340,2	24,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	4.447,6	4.619,6	171,9	3,9%
II.4 Compensações Financeiras	6.847,9	8.844,1	1.996,2	29,2%
II.5 CIDE - Combustíveis	829,9	797,4	-32,4	-3,9%
II.6 Demais	243,9	246,0	2,1	0,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	383.322,7	423.511,8	40.189,2	10,5%
IV. DESPESA TOTAL	390.569,9	428.960,1	38.390,2	9,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	167.439,9	182.316,9	14.876,9	8,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	88.897,4	96.568,6	7.671,2	8,6%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	65.368,4	73.709,5	8.341,1	12,8%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	21.281,0	20.104,6	-1.176,4	-5,5%
IV.3.2 Anistiados	67,6	59,0	-8,7	-12,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	189,1	191,9	2,8	1,5%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	17.605,1	18.600,8	995,6	5,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	284,2	116,3	-167,9	-59,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.977,9	5.780,6	-197,3	-3,3%
IV.3.10 Convênios	59,9	0,0	-59,9	-100,0%
IV.3.11 Doações	20,1	0,0	-20,1	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	195,0	180,9	-14,1	-7,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	5.685,6	6.103,3	417,7	7,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	497,2	443,0	-54,3	-10,9%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	636,7	-13,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	508,6	12.488,5	11.979,9	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.234,8	6.697,2	-2.537,6	-27,5%
IV.3.21 Transferências ANA	74,1	102,7	28,6	38,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	310,5	304,2	-6,3	-2,0%
IV.3.23 FIES	1.423,4	648,2	-775,2	-54,5%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	68.864,1	76.365,0	7.500,9	10,9%
IV.4.1 PAC	5.335,5	5.538,8	203,3	3,8%
d/q MCMV	509,0	431,0	-78,0	-15,3%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	76,1	76,1	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	60.367,3	66.910,2	6.542,9	10,8%
IV.4.5 LEJU/MPU	3.161,3	3.828,0	666,7	21,1%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-7.247,2	-5.448,3	1.799,0	-24,8%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	1.067,1	1.067,1	0,0	0,0%
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	3.814,3	3.814,3	0,0	0,0%
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-345,7	-345,7	0,0	0,0%
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-2.711,6	-2.711,6	0,0	0,0%
X. JUROS NOMINAIS	-112.931,0	-112.931,0	0,0	0,0%
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-115.642,6	-115.642,6	0,0	0,0%



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Abr	2018 Jan-Abr	Diferença Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	474.457,3	509.044,7	34.587,4	7,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	302.724,4	331.297,0	28.572,6	9,4%
I.1.1 Imposto de Importação	9.895,5	12.443,3	2.547,8	25,7%
I.1.2 IPI	14.400,8	18.385,1	3.984,3	27,7%
I.1.3 Imposto de Renda	138.207,4	141.877,7	3.670,2	2,7%
I.1.4 IOF	11.822,0	11.852,9	30,9	0,3%
I.1.5 COFINS	69.712,9	80.853,7	11.140,8	16,0%
I.1.6 PIS/PASEP	19.255,3	21.975,1	2.719,7	14,1%
I.1.7 CSLL	32.376,1	33.436,0	1.059,9	3,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.933,5	1.746,7	-186,8	-9,7%
I.1.10 Outras	5.120,9	8.726,6	3.605,7	70,4%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	52.768,8	56.303,5	3.534,7	6,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	2.089,1	974,6	-1.114,5	-53,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.052,1	707,0	-1.345,1	-65,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.209,4	4.281,2	71,9	1,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	15.435,4	20.441,7	5.006,3	32,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.573,4	4.548,9	-24,5	-0,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.662,6	7.677,5	14,9	0,2%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
I.4.8 Operações com Ativos	352,1	362,9	10,8	3,1%
I.4.9 Demais Receitas	15.051,4	16.053,4	1.002,0	6,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	79.260,8	84.232,0	4.971,2	6,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	63.721,2	66.999,8	3.278,6	5,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.786,3	2.681,6	-104,7	-3,8%
II.2.1 Repasse Total	4.244,5	4.441,5	197,0	4,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.458,2	-1.759,9	-301,7	20,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	4.585,4	4.633,2	47,8	1,0%
II.4 Compensações Financeiras	7.059,9	8.870,1	1.810,2	25,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	856,0	800,1	-55,9	-6,5%
II.6 Demais	252,1	247,3	-4,8	-1,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	395.196,5	424.812,6	29.616,1	7,5%
IV. DESPESA TOTAL	402.632,2	430.178,3	27.546,1	6,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	91.651,4	96.857,3	5.205,9	5,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	67.427,9	73.918,0	6.490,0	9,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	21.943,3	20.170,0	-1.773,2	-8,1%
IV.3.2 Anistiados	69,7	59,1	-10,6	-15,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	194,9	192,4	-2,5	-1,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	18.147,4	18.654,1	506,7	2,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	293,1	116,6	-176,5	-60,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	6.156,6	5.790,9	-365,7	-5,9%
IV.3.10 Convênios	61,7	0,0	-61,7	-100,0%
IV.3.11 Doações	20,7	0,0	-20,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	200,6	181,3	-19,3	-9,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	5.867,1	6.126,8	259,7	4,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	512,5	444,2	-68,2	-13,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	670,0	638,5	-31,5	-4,7%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	524,0	12.492,8	11.968,8	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.556,6	6.736,7	-2.819,9	-29,5%
IV.3.21 Transferências ANA	76,3	103,0	26,6	34,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	319,9	305,0	-14,9	-4,7%
IV.3.23 FIES	1.470,2	650,2	-820,0	-55,8%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	70.959,5	76.565,7	5.606,1	7,9%
IV.4.1 PAC	5.495,5	5.550,7	55,2	1,0%
d/q MCMV	524,0	431,9	-92,2	-17,6%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	76,3	76,3	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	62.206,8	67.088,8	4.882,0	7,8%
IV.4.5 LEJU/MPU	3.257,2	3.838,0	580,8	17,8%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-7.435,7	-5.365,7	2.070,1	-27,8%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	1.099,7	3.966,2	2.866,5	261,3%
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	0,0	0,0	0,0	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-353,8	-353,8	0,0	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-2.723,7	-2.723,7	0,0	-
X. JUROS NOMINAIS	-116.414,3	-116.414,3	0,0	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-119.138,0	-119.138,0	0,0	-



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril	Abr/18 Mar/18		Abr/18 Abr/17	
I. RECEITA TOTAL	126.024,6	107.351,9	137.706,0	30.354,0	28,3%	11.681,3	9,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	77.406,3	67.867,8	85.259,2	17.391,4	25,6%	7.852,9	10,1%
I.1.1 Imposto de Importação	2.253,3	3.175,0	3.155,8	-19,2	-0,6%	902,5	40,1%
I.1.2 IPI	3.681,8	4.316,3	4.654,8	338,4	7,8%	973,0	26,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	458,6	419,6	432,1	12,5	3,0%	-26,4	-5,8%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	232,6	224,2	222,3	-1,9	-0,8%	-10,3	-4,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	475,2	382,9	464,6	81,8	21,4%	-10,6	-2,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.002,9	1.328,7	1.351,8	23,1	1,7%	349,0	34,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.512,5	1.961,0	2.183,9	222,9	11,4%	671,4	44,4%
I.1.3 Imposto de Renda	38.001,5	27.226,2	38.939,2	11.713,1	43,0%	937,7	2,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	8.420,9	1.401,2	9.040,9	7.639,7	545,2%	620,0	7,4%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	12.316,2	8.856,3	12.866,4	4.010,2	45,3%	550,2	4,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	17.264,3	16.968,7	17.031,9	63,2	0,4%	-232,4	-1,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.686,0	9.828,7	10.812,6	983,9	10,0%	1.126,6	11,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.793,8	3.543,5	3.454,7	-88,8	-2,5%	-339,1	-8,9%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.979,5	2.774,6	2.015,9	-758,7	-27,3%	-963,6	-32,3%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	805,0	821,9	748,7	-73,2	-8,9%	-56,3	-7,0%
I.1.4 IOF	3.376,0	2.785,5	3.155,2	369,7	13,3%	-220,8	-6,5%
I.1.5 Cofins	17.123,5	17.913,7	20.278,0	2.364,3	13,2%	3.154,5	18,4%
I.1.6 PIS/PASEP	4.656,6	4.952,5	5.399,5	447,0	9,0%	742,9	16,0%
I.1.7 CSLL	6.906,4	5.460,1	7.237,7	1.777,6	32,6%	331,3	4,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	508,8	413,0	456,3	43,3	10,5%	-52,5	-10,3%
I.1.10 Outras	898,5	1.625,5	1.982,5	357,1	22,0%	1.084,0	120,6%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,4	0,0	0,0	0,0	-	17,4	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.132,3	29.454,4	32.804,5	3.350,1	11,4%	1.672,2	5,4%
I.3.1 Urbana	30.376,6	28.699,8	31.819,8	3.120,0	10,9%	1.443,1	4,8%
I.3.2 Rural	755,7	754,6	984,8	230,1	30,5%	229,1	30,3%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	17.503,4	10.029,7	19.642,3	9.612,5	95,8%	2.138,9	12,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.469,7	139,4	271,8	132,4	95,0%	-1.197,9	-81,5%
I.4.2 Dividendos e Participações	222,0	477,4	223,1	-254,2	-53,3%	1,1	0,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.026,1	1.047,3	1.136,8	89,5	8,5%	110,6	10,8%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.810,9	1.966,8	8.551,8	6.585,1	334,8%	2.740,9	47,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.225,9	1.156,3	1.240,5	84,2	7,3%	14,6	1,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.569,1	1.608,3	1.586,9	-21,4	-1,3%	17,8	1,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0	-788,8	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	79,6	84,9	84,3	-0,6	-0,7%	4,8	6,0%
I.4.9 Demais Receitas	6.100,1	2.760,6	6.547,0	3.786,4	137,2%	446,9	7,3%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.996,6	17.725,5	18.497,4	771,9	4,4%	500,8	2,8%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.788,6	14.326,1	15.028,5	702,3	4,9%	239,9	1,6%
II.2 Fundos Constitucionais	680,5	634,0	690,9	56,9	9,0%	10,4	1,5%
II.2.1 Repasse Total	983,1	948,3	994,3	46,0	4,8%	11,2	1,1%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-302,6	-314,4	-303,4	10,9	-3,5%	-0,9	0,3%
II.3 Contribuição do Salário Educação	935,2	974,7	965,4	-9,4	-1,0%	30,2	3,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.176,7	1.753,5	1.421,8	-331,7	-18,9%	245,1	20,8%
II.5 CIDE - Combustíveis	396,4	0,0	372,7	372,7	-	-23,6	-6,0%
II.6 Demais	19,3	37,1	18,1	-19,0	-51,1%	-1,2	-6,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	108.028,0	89.626,4	119.208,6	29.582,1	33,0%	11.180,6	10,3%



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/18	Mar/18	Abr/18	Abr/17
I. RECEITA TOTAL	129.506,4	107.588,1	137.706,0	30.117,9	28,0%	8.199,5	6,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	79.544,9	68.017,1	85.259,2	17.242,1	25,3%	5.714,3	7,2%
I.1.1 Imposto de Importação	2.315,6	3.182,0	3.155,8	-26,2	-0,8%	840,3	36,3%
I.1.2 IPI	3.783,5	4.325,8	4.654,8	329,0	7,6%	871,3	23,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	471,2	420,6	432,1	11,6	2,7%	-39,1	-8,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	239,0	224,7	222,3	-2,3	-1,0%	-16,7	-7,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	488,4	383,7	464,6	80,9	21,1%	-23,7	-4,9%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.030,6	1.331,6	1.351,8	20,2	1,5%	321,3	31,2%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.554,3	1.965,3	2.183,9	218,6	11,1%	629,6	40,5%
I.1.3 Imposto de Renda	39.051,4	27.286,0	38.939,2	11.653,2	42,7%	-112,2	-0,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	8.653,6	1.404,3	9.040,9	7.636,6	543,8%	387,3	4,5%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	12.656,5	8.875,7	12.866,4	3.990,7	45,0%	209,9	1,7%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	17.741,3	17.006,0	17.031,9	25,9	0,2%	-709,4	-4,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.953,6	9.850,3	10.812,6	962,3	9,8%	859,0	8,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.898,7	3.551,3	3.454,7	-96,6	-2,7%	-443,9	-11,4%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	3.061,8	2.780,7	2.015,9	-764,8	-27,5%	-1.045,9	-34,2%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	827,2	823,8	748,7	-75,0	-9,1%	-78,5	-9,5%
I.1.4 IOF	3.469,2	2.791,6	3.155,2	363,6	13,0%	-314,0	-9,1%
I.1.5 Cofins	17.596,6	17.953,1	20.278,0	2.324,9	12,9%	2.681,4	15,2%
I.1.6 PIS/PASEP	4.785,3	4.963,4	5.399,5	436,1	8,8%	614,3	12,8%
I.1.7 CSL	7.097,2	5.472,1	7.237,7	1.765,6	32,3%	140,5	2,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	522,8	413,9	456,3	42,4	10,2%	-66,5	-12,7%
I.1.10 Outras	923,3	1.629,1	1.982,5	353,5	21,7%	1.059,2	114,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	0,0	0,0	-	17,9	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.992,4	29.519,2	32.804,5	3.285,3	11,1%	812,1	2,5%
I.3.1 Urbana	31.215,9	28.762,9	31.819,8	3.056,9	10,6%	603,9	1,9%
I.3.2 Rural	776,5	756,3	984,8	228,5	30,2%	208,2	26,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	17.987,0	10.051,8	19.642,3	9.590,5	95,4%	1.655,3	9,2%
I.4.1 Concessões e Permissões	1.510,3	139,7	271,8	132,1	94,6%	-1.238,5	-82,0%
I.4.2 Dividendos e Participações	228,2	478,4	223,1	-255,3	-53,4%	-5,0	-2,2%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.054,5	1.049,6	1.136,8	87,2	8,3%	82,3	7,8%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	5.971,5	1.971,1	8.551,8	6.580,7	333,9%	2.580,3	43,2%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.259,8	1.158,8	1.240,5	81,7	7,0%	-19,3	-1,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.612,4	1.611,8	1.586,9	-24,9	-1,5%	-25,5	-1,6%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	790,6	0,0	-790,6	-100,0%	0,0	-
I.4.8 Operações com Ativos	81,7	85,1	84,3	-0,8	-1,0%	2,6	3,1%
I.4.9 Demais Receitas	6.268,6	2.766,7	6.547,0	3.780,3	136,6%	278,4	4,4%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	18.493,8	17.764,5	18.497,4	732,9	4,1%	3,6	0,0%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.197,1	14.357,6	15.028,5	670,8	4,7%	-168,7	-1,1%
II.2 Fundos Constitucionais	699,3	635,4	690,9	55,5	8,7%	-8,4	-1,2%
II.2.1 Repasse Total	1.010,2	950,4	994,3	43,9	4,6%	-15,9	-1,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-310,9	-315,1	-303,4	11,6	-3,7%	7,5	-2,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	961,0	976,9	965,4	-11,5	-1,2%	4,3	0,4%
II.4 Compensações Financeiras	1.209,2	1.757,4	1.421,8	-335,6	-19,1%	212,6	17,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	407,3	0,0	372,7	372,7	-	-34,6	-8,5%
II.6 Demais	19,8	37,2	18,1	-19,0	-51,2%	-1,7	-8,5%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	111.012,6	89.823,6	119.208,6	29.385,0	32,7%	8.196,0	7,4%



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
I. RECEITA TOTAL	460.199,6	507.492,7	47.293,1	10,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	293.577,8	330.245,7	36.668,0	12,5%
I.1.1 Imposto de Importação	9.598,9	12.407,0	2.808,1	29,3%
I.1.2 IPI	13.969,4	18.329,7	4.360,3	31,2%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.581,2	1.841,0	259,8	16,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.008,8	991,8	-17,0	-1,7%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.385,8	1.554,4	168,6	12,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à Importação	4.048,0	5.172,0	1.124,1	27,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	5.945,6	8.770,4	2.824,8	47,5%
I.1.3 Imposto de Renda	134.026,5	141.423,8	7.397,3	5,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	13.335,2	13.413,2	78,1	0,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	52.575,4	55.910,8	3.335,4	6,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	68.116,0	72.099,8	3.983,8	5,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	38.185,4	42.067,6	3.882,2	10,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	16.422,1	15.330,7	-1.091,4	-6,6%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	10.078,3	10.779,2	700,9	7,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	3.430,2	3.922,3	492,1	14,3%
I.1.4 IOF	11.469,0	11.819,0	350,0	3,1%
I.1.5 Cofins	67.619,3	80.607,4	12.988,1	19,2%
I.1.6 PIS/PASEP	18.676,6	21.907,7	3.231,1	17,3%
I.1.7 CSLL	31.376,0	33.311,4	1.935,4	6,2%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.875,6	1.741,6	-134,0	-7,1%
I.1.10 Outras	4.966,4	8.698,2	3.731,7	75,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,4	0,0	17,4	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	115.437,6	121.104,2	5.666,5	4,9%
I.3.1 Urbana	112.917,2	117.934,4	5.017,3	4,4%
I.3.2 Rural	2.520,5	3.169,7	649,2	25,8%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	51.201,5	56.142,8	4.941,2	9,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	2.029,9	971,2	-1.058,7	-52,2%
I.4.2 Dividendos e Participações	1.994,1	705,9	-1.288,2	-64,6%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.083,4	4.269,1	185,7	4,5%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	14.971,0	20.382,2	5.411,2	36,1%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.438,1	4.536,2	98,1	2,2%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.428,5	7.651,0	222,5	3,0%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
I.4.8 Operações com Ativos	341,5	361,8	20,3	5,9%
I.4.9 Demais Receitas	14.610,8	16.013,6	1.402,8	9,6%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	76.876,9	83.980,9	7.104,0	9,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	61.804,7	66.799,9	4.995,2	8,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.702,9	2.673,9	-29,0	-1,1%
II.2.1 Repasse Total	4.117,0	4.428,2	311,3	7,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.414,1	-1.754,3	-340,2	24,1%
II.3 Contribuição do Salário Educação	4.447,6	4.619,6	171,9	3,9%
II.4 Compensações Financeiras	6.847,9	8.844,1	1.996,2	29,2%
II.5 CIDE - Combustíveis	829,9	797,4	-32,4	-3,9%
II.6 Demais	243,9	246,0	2,1	0,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	383.322,7	423.511,8	40.189,2	10,5%



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Abr	2018 Jan-Abr	Diferença Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	474.457,3	509.044,7	34.587,4	7,3%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	302.724,4	331.297,0	28.572,6	9,4%
I.1.1 Imposto de Importação	9.895,5	12.443,3	2.547,8	25,7%
I.1.2 IPI	14.400,8	18.385,1	3.984,3	27,7%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.628,8	1.846,7	217,9	13,4%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	1.040,2	995,0	-45,2	-4,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.428,3	1.558,8	130,4	9,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	4.172,9	5.186,9	1.014,1	24,3%
I.1.2.5 IPI - Outros	6.130,6	8.797,7	2.667,2	43,5%
I.1.3 Imposto de Renda	138.207,4	141.877,7	3.670,2	2,7%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	13.729,0	13.431,4	-297,6	-2,2%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	54.243,8	56.115,3	1.871,4	3,5%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	70.234,6	72.331,1	2.096,5	3,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	39.371,6	42.197,2	2.825,6	7,2%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	16.935,8	15.381,0	-1.554,8	-9,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	10.390,1	10.816,8	426,7	4,1%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	3.537,2	3.936,1	399,0	11,3%
I.1.4 IOF	11.822,0	11.852,9	30,9	0,3%
I.1.5 Cofins	69.712,9	80.853,7	11.140,8	16,0%
I.1.6 PIS/PASEP	19.255,3	21.975,1	2.719,7	14,1%
I.1.7 CSLL	32.376,1	33.436,0	1.059,9	3,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.933,5	1.746,7	-186,8	-9,7%
I.1.10 Outras	5.120,9	8.726,6	3.605,7	70,4%
I.2 - Incentivos Fiscais	-17,9	0,0	17,9	-100,0%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	118.982,0	121.444,3	2.462,2	2,1%
I.3.1 Urbana	116.384,5	118.266,1	1.881,6	1,6%
I.3.2 Rural	2.597,5	3.178,2	580,7	22,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	52.768,8	56.303,5	3.534,7	6,7%
I.4.1 Concessões e Permissões	2.089,1	974,6	-1.114,5	-53,3%
I.4.2 Dividendos e Participações	2.052,1	707,0	-1.345,1	-65,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	4.209,4	4.281,2	71,9	1,7%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	15.435,4	20.441,7	5.006,3	32,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	4.573,4	4.548,9	-24,5	-0,5%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	7.662,6	7.677,5	14,9	0,2%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
I.4.8 Operações com Ativos	352,1	362,9	10,8	3,1%
I.4.9 Demais Receitas	15.051,4	16.053,4	1.002,0	6,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	79.260,8	84.232,0	4.971,2	6,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	63.721,2	66.999,8	3.278,6	5,1%
II.2 Fundos Constitucionais	2.786,3	2.681,6	-104,7	-3,8%
II.2.1 Repasse Total	4.244,5	4.441,5	197,0	4,6%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-1.458,2	-1.759,9	-301,7	20,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	4.585,4	4.633,2	47,8	1,0%
II.4 Compensações Financeiras	7.059,9	8.870,1	1.810,2	25,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	856,0	800,1	-55,9	-6,5%
II.6 Demais	252,1	247,3	-4,8	-1,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	395.196,5	424.812,6	29.616,1	7,5%



Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril			Abr/18 Abr/17	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	222,0	477,4	223,1	-254,2	-53,3%	1,1	0,5%
Banco do Brasil	0,0	475,8	0,0	-475,8	-100,0%	0,0	-
BNB	62,5	0,0	48,8	48,8	-	-13,7	-22,0%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	49,0	0,0	59,9	59,9	-	10,9	22,2%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	110,5	1,5	114,5	112,9	-	4,0	3,6%

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril			Dez/16 Nov/16	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	228,2	478,4	223,1	-255,3	-53,4%	-5,0	-2,2%
Banco do Brasil	0,0	476,9	0,0	-476,9	-100,0%	0,0	-
BNB	64,2	0,0	48,8	48,8	-	-15,5	-24,1%
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	50,4	0,0	59,9	59,9	-	9,5	18,9%
Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Demais	113,6	1,5	114,5	112,9	-	0,9	0,8%



Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	1.994,1	705,9	-1.288,2	-64,6%
Banco do Brasil	142,5	475,8	333,4	2,3
BNB	62,5	48,8	-13,7	-0,2
BNDES	1.564,1	0,0	-1.564,1	-1,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	52,6	59,9	7,3	0,1
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	172,4	121,4	-51,0	-0,3

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Dez/16	Jan-Dez/15
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	2.052,1	707,0	-1.345,1	-65,5%
Banco do Brasil	146,6	476,9	330,3	2,3
BNB	64,2	48,8	-15,5	-0,2
BNDES	1.609,6	0,0	-1.609,6	-1,0
Caixa	0,0	0,0	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	54,1	59,9	5,8	0,1
Petrobras	0,0	0,0	0,0	-
Demais	177,6	121,4	-56,1	-0,3



Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes

Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/18	Mar/18	Abr/18	Mar/18	Abr/18	Mar/18	Abr/18	Mar/18
IV. DESPESA TOTAL	95.712,1	114.107,0	112.022,1	-2.085,0	-1,8%	16.309,9	17,0%				
IV.1 Benefícios Previdenciários	43.125,2	49.581,1	44.964,8	-4.616,3	-9,3%	1.839,6	4,3%				
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	33.870,6	39.118,7	35.468,9	-3.649,9	-9,3%	1.598,3	4,7%				
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	617,1	4.340,3	684,0	-3.656,3	-84,2%	66,9	10,8%				
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.254,6	10.462,3	9.495,9	-966,4	-9,2%	241,3	2,6%				
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	169,5	1.166,6	184,5	-982,1	-84,2%	14,9	8,8%				
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.483,1	25.906,8	22.469,2	-3.437,6	-13,3%	986,2	4,6%				
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	196,1	3.732,7	183,3	-3.549,4	-95,1%	-12,8	-6,5%				
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.001,1	15.024,5	24.005,5	8.981,0	59,8%	11.004,4	86,6%				
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.185,9	5.719,2	3.059,0	-2.660,1	-46,5%	-126,8	-4,0%				
Abono	100,0	2.718,9	138,6	-2.580,3	-94,9%	38,6	38,6%				
Seguro Desemprego	3.085,9	3.000,2	2.920,4	-79,8	-2,7%	-165,5	-5,4%				
d/q Seguro Defeso	278,9	514,1	337,9	-176,2	-34,3%	59,0	21,1%				
IV.3.2 Anistiados	13,7	12,3	12,6	0,3	2,8%	-1,2	-8,4%				
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	49,3	51,8	51,6	-0,2	-0,3%	2,3	4,6%				
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.490,5	4.782,8	4.700,2	-82,6	-1,7%	209,8	4,7%				
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	83,7	195,9	79,7	-116,2	-59,3%	-4,0	-4,8%				
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0	-788,8	-100,0%	0,0	-				
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	48,9	40,7	24,3	-16,4	-40,2%	-24,5	-50,2%				
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.828,5	866,6	3.136,3	2.269,7	261,9%	307,8	10,9%				
IV.3.10 Convênios	16,0	0,0	0,0	0,0	-	-16,0	-100,0%				
IV.3.11 Doações	6,9	0,0	0,0	0,0	-	-6,9	-100,0%				
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	142,3	37,0	76,0	39,0	105,5%	-66,3	-46,6%				
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	1.232,7	963,9	1.259,5	295,6	30,7%	26,9	2,2%				
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	122,3	109,4	122,4	13,0	11,9%	0,1	0,1%				
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%				
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	181,1	1.102,3	10.882,2	9.779,9	887,2%	10.701,1	-				
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	171,9	371,0	92,5	-278,5	-75,1%	-79,4	-46,2%				
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	68,0	371,0	94,6	-276,4	-74,5%	26,5	39,0%				
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	14,1	9,0	6,9	-2,1	-23,4%	-7,2	-51,0%				
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	4,3	0,5	0,4	-0,1	-17,4%	-3,9	-90,6%				
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-47,4	43,4	50,4	7,0	16,0%	97,8	-				
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
Equalização Aquisições do Governo Federal	-49,7	24,4	12,2	-12,3	-50,2%	61,8	-				
Garantia à Sustentação de Preços	2,3	19,0	38,3	19,2	101,2%	35,9	-				
IV.3.20.1.4 Pronaf	23,3	51,4	5,6	-45,8	-89,1%	-17,6	-75,8%				
Equalização Empréstimo do Governo Federal	28,5	53,5	8,9	-44,5	-83,3%	-19,6	-68,6%				
Concessão de Financiamento	-5,3	-2,1	-3,3	-1,2	60,1%	2,0	-37,0%				
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.5 Prorex	-17,1	61,3	3,4	-57,9	-94,5%	20,5	-				
Equalização Empréstimo do Governo Federal	22,7	57,7	69,0	11,3	19,6%	46,3	203,8%				
Concessão de Financiamento	-39,8	3,6	-65,6	-69,2	-	-25,7	64,5%				
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	19,9	2,4	-17,5	-87,7%	2,4	-				
IV.3.20.1.7 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-9,7	39,1	19,3	-19,8	-50,7%	29,0	-				
IV.3.20.1.12 Funcafé	7,4	17,0	4,6	-12,3	-72,6%	-2,8	-37,4%				
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,7	1,4	1,6	0,1	9,0%	-1,2	-42,1%				
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	90,5	135,0	0,0	-135,0	-100,0%	-90,5	-100,0%				
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-7,1	-0,1	7,0	-98,1%	-0,1	-				
IV.3.20.2 Proagro	73,9	0,0	0,0	0,0	-	-73,9	-100,0%				
IV.3.20.3 PNAFE	30,0	0,0	-2,1	-2,1	-	-32,1	-				
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.3.21 Transferências ANA	28,5	21,7	38,0	16,3	75,1%	9,5	33,5%				
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	62,3	0,0	86,4	86,4	-	24,1	38,7%				
IV.3.23 FIES	257,7	-2,2	305,2	307,4	-	47,4	18,4%				
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	18.102,8	23.594,7	20.582,6	-3.012,1	-12,8%	2.479,8	13,7%				
IV.4.1 Discricionárias Executivo	17.262,1	22.354,5	19.569,8	-2.784,7	-12,5%	2.307,7	13,4%				
IV.4.1.1 PAC	1.856,7	1.703,2	1.898,2	194,9	11,4%	41,5	2,4%				
d/q MCMV	273,8	57,7	196,5	138,8	240,5%	-77,4	-28,3%				
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	27,7	18,8	-8,9	-32,2%	18,8	-				
IV.4.1.3 Demais	15.405,4	20.619,8	17.644,6	-2.975,2	-14,4%	2.139,2	14,5%				
Min. da Saúde	7.703,5	9.978,0	8.484,7	-1.493,3	-15,0%	781,2	10,1%				
Min. da Des. Social	2.913,7	3.024,8	2.904,0	-120,8	-4,0%	-9,7	-0,3%				
Min. da Educação	2.500,4	2.568,1	2.320,1	-248,0	-9,7%	-180,3	-7,2%				
Demais	2.287,9	5.048,9	3.935,7	-1.113,1	-22,0%	1.647,9	72,0%				
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	3,7	8,2	4,5	119,6%	8,2	-				
IV.4.2 LEJU/MPU	840,7	1.240,2	1.012,8	-227,4	-18,3%	172,1	20,5%				
Legislativo	110,8	173,4	136,5	-36,9	-21,3%	25,7	23,2%				
Judiciário	574,7	897,2	701,1	-196,1	-21,9%	126,4	22,0%				
Demais	155,1	169,6	175,2	5,6	3,3%	20,1	13,0%				



Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA

Discriminação	2017		2018		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Março	Abr/18	Mar/18	Abr/18	Abr/17
IV. DESPESA TOTAL	98.356,5	114.358,0	112.022,1	112.022,1	-2.335,9	-2.335,9	-2,0%	13.665,6
IV.1. Benefícios Previdenciários	44.316,6	49.690,1	44.964,8	44.964,8	-4.725,4	-4.725,4	-9,5%	648,1
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	34.806,3	39.204,8	35.468,9	35.468,9	-3.735,9	-3.735,9	-9,5%	662,5
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	634,1	4.349,8	684,0	684,0	-3.665,8	-3.665,8	-84,3%	49,9
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.510,3	10.485,3	9.495,9	9.495,9	-989,4	-989,4	-9,4%	-14,4
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	174,2	1.169,2	184,5	184,5	-984,7	-984,7	-84,2%	10,3
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	22.076,6	25.963,8	22.469,2	22.469,2	-3.494,5	-3.494,5	-13,5%	392,6
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	201,6	3.740,9	183,3	183,3	-3.557,6	-3.557,6	-95,1%	-18,2
IV.3. Outras Despesas Obrigatórias	13.360,3	15.057,6	24.005,5	24.005,5	8.947,9	8.947,9	59,4%	10.645,2
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	3.273,9	5.731,7	3.059,0	3.059,0	-2.672,7	-2.672,7	-46,6%	-214,9
Abono	102,8	2.724,9	138,6	138,6	-2.586,3	-2.586,3	-94,9%	35,9
Seguro Desemprego	3.171,1	3.006,8	2.920,4	2.920,4	-86,4	-86,4	-2,9%	-250,7
d/q Seguro Desemprego	286,6	515,2	337,9	337,9	-177,3	-177,3	-34,4%	51,3
IV.3.2. Anistiadados	14,1	12,3	12,6	12,6	0,3	0,3	2,4%	-1,5
IV.3.3. Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.4. Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.5. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,7	51,9	51,6	51,6	-0,3	-0,3	-0,5%	0,9
IV.3.6. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.614,5	4.793,4	4.700,2	4.700,2	-93,1	-93,1	-1,9%	85,7
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	86,1	196,3	79,7	79,7	-116,6	-116,6	-59,4%	-6,4
IV.3.7. Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	790,6	0,0	0,0	-790,6	-790,6	-100,0%	0,0
IV.3.8. Créditos Extraordinários (exceto PAC)	50,2	40,8	24,3	24,3	-16,5	-16,5	-40,4%	-25,9
IV.3.9. Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.906,6	868,5	3.136,3	3.136,3	2.267,8	2.267,8	261,1%	229,6
IV.3.10. Convênios	16,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-16,5
IV.3.11. Doações	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-7,1
IV.3.12. Fabricação de Cédulas e Moedas	146,3	37,1	76,0	76,0	-38,9	-38,9	-105,0%	-70,3
IV.3.13. FUNDEB (Complem. União)	1.266,7	966,0	1.259,5	1.259,5	-293,5	-293,5	-30,4%	-7,2
IV.3.14. Fundo Constitucional DF	125,7	109,6	122,4	122,4	12,8	12,8	11,7%	-3,3
IV.3.15. FOD/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.16. Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	167,0	159,5	159,2	159,2	-0,4	-0,4	-0,2%	-7,8
IV.3.17. Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.18. Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.19. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	186,1	1.104,8	10.882,2	10.882,2	9.777,5	9.777,5	885,0%	10.696,1
IV.3.20. Subsídios, Subvenções e Proagro	176,7	371,8	92,5	92,5	-279,3	-279,3	-75,1%	-84,2
IV.3.20.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	69,9	371,8	94,6	94,6	-277,3	-277,3	-74,6%	24,6
IV.3.20.1.1. Equalização de custeio agropecuário	14,5	9,0	6,9	6,9	-2,1	-2,1	-23,6%	-7,6
IV.3.20.1.2. Equalização de invest. rural e agroindustrial	4,4	0,5	0,4	0,4	-0,1	-0,1	-17,6%	-4,0
IV.3.20.1.3. Política de preços agrícolas	-48,7	43,5	50,4	50,4	6,9	6,9	15,8%	99,1
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
Equalização Aquisições do Governo Federal	-51,1	24,5	12,2	12,2	-12,3	-12,3	-50,3%	63,2
Garantia à Sustentação de Preços	2,4	19,1	38,3	38,3	19,2	19,2	100,7%	35,9
IV.3.20.1.4. Pronaf	23,9	51,5	5,6	5,6	-45,9	-45,9	-89,1%	-18,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	29,3	53,6	8,9	8,9	-44,6	-44,6	-83,3%	-20,4
Concessão de Financiamento	-5,4	-2,1	-3,3	-3,3	-1,2	-1,2	-59,8%	2,1
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.5. Proex	-17,6	61,4	3,4	3,4	-58,0	-58,0	-94,5%	21,0
Equalização Empréstimo do Governo Federal	23,3	57,8	69,0	69,0	11,2	11,2	19,3%	45,6
Concessão de Financiamento	-40,9	3,6	-65,6	-65,6	-69,2	-69,2	-24,6%	-24,6
IV.3.20.1.6. Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	20,0	2,4	2,4	-17,5	-17,5	-87,8%	2,4
IV.3.20.1.7. Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.8. Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.9. Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.10. Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.11. Fundo da terra/ INCRA	-10,0	39,2	19,3	19,3	-19,9	-19,9	-50,8%	29,3
IV.3.20.1.12. Funcafé	7,6	17,0	4,6	4,6	-12,4	-12,4	-72,7%	-3,0
IV.3.20.1.13. Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.14. Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,8	1,5	1,6	1,6	0,1	0,1	8,8%	-1,2
IV.3.20.1.15. Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.16. Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.17. Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.18. Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	93,0	135,3	0,0	0,0	-135,3	-135,3	-100,0%	-93,0
IV.3.20.1.19. Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.20. Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.21. Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.22. Equalização dos Fundos FOD/FDNE/FDGO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.23. Sudene	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.20.1.24. Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-7,1	-0,1	-0,1	7,0	7,0	-98,1%	-0,1
IV.3.20.2. Proagro	75,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-75,9
IV.3.20.3. PNAFE	30,8	0,0	-2,1	-2,1	-2,1	-2,1	-	-32,9
IV.3.20.4. PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.3.21. Transferências ANA	29,3	21,8	38,0	38,0	16,3	16,3	74,7%	8,8
IV.3.22. Transferências Multas ANEEL	64,0	0,0	86,4	86,4	86,4	86,4	-	22,4
IV.3.23. FIES	264,9	-2,2	305,2	307,4	307,4	307,4	-	40,3
IV.3.24. Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0
IV.4. Despesas Discrecionárias - Todos os Poderes	18.602,9	23.646,6	20.582,6	20.582,6	-3.064,0	-3.064,0	-13,0%	1.979,7
IV.4.1. Discrecionárias Executivas	17.739,0	22.403,6	19.569,8	19.569,8	-2.833,9	-2.833,9	-12,6%	1.830,7
IV.4.1.1. PAC	1.908,0	1.707,0	1.898,2	1.898,2	191,2	191,2	11,2%	-9,8
d/q MCMV	281,4	57,8	196,5	196,5	138,6	138,6	239,7%	-84,9
IV.4.1.2. Doações e Convênios	0,0	27,8	18,8	18,8	-9,0	-9,0	-32,3%	18,8
IV.4.1.3. Demais	15.831,1	20.665,2	17.644,6	17.644,6	-3.020,5	-3.020,5	-14,6%	1.813,6
Min. da Saúde	7.916,4	10.000,0	8.484,7	8.484,7	-1.515,7	-1.515,7	-15,2%	568,4
Min. da Des. Social	2.994,2	3.031,5	2.904,0	2.904,0	-127,4	-127,4	-4,2%	-90,2
Min. da Educação	2.569,5	2.573,7	2.320,1	2.320,1	-253,6	-253,6	-9,9%	-249,3
Demais	2.351,1	5.060,0	3.935,7	3.935,7	-1.124,2	-1.124,2	-22,2%	1.584,7
IV.4.1.4. Emissões de TDA	0,0	3,7	8,2	8,2	4,5	4,5	119,2%	8,2
IV.4.2. LEIU/MPU	863,9	1.242,9	1.012,8	1.012,8	-230,1	-230,1	-18,5%	148,9
Legislativo	113,9	173,7	136,5	136,5	-37,2	-37,2	-21,4%	22,6
Judiciário	590,6	899,2	701,1	701,1	-198,1	-198,1	-22,0%	110,5
Demais	159,4	170,0	175,2	175,2	5,2	5,2	3,1%	15,8



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
IV. DESPESA TOTAL	390.569,9	428.960,1	38.390,2	9,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	167.439,9	182.316,9	14.876,9	8,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	131.086,1	143.619,6	12.533,4	9,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.651,0	5.607,6	3.956,6	239,6%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	36.353,8	38.697,3	2.343,5	6,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	459,0	1.510,5	1.051,5	229,1%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	88.897,4	96.568,6	7.671,2	8,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	608,3	4.059,2	3.450,9	567,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	65.368,4	73.709,5	8.341,1	12,8%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	21.281,0	20.104,6	-1.176,4	-5,5%
Abono	8.000,8	7.976,4	-24,4	-0,3%
Seguro Desemprego	13.280,2	12.128,2	-1.152,0	-8,7%
d/q Seguro Desemprego	1.632,6	1.478,7	-153,9	-9,4%
IV.3.2 Anistiados	67,6	59,0	-8,7	-12,8%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	189,1	191,9	2,8	1,5%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	17.605,1	18.600,8	995,6	5,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	236,7	343,6	106,9	45,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	284,2	116,3	-167,9	-59,1%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.977,9	5.780,6	-197,3	-3,3%
IV.3.10 Convênios	59,9	0,0	-59,9	-100,0%
IV.3.11 Doações	20,1	0,0	-20,1	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	195,0	180,9	-14,1	-7,2%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	5.685,6	6.103,3	417,7	7,3%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	497,2	443,0	-54,3	-10,9%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	636,7	-13,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	508,6	12.488,5	11.979,9	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.234,8	6.697,2	-2.537,6	-27,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	9.067,9	6.700,8	-2.367,0	-26,1%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.133,3	624,7	-508,5	-44,9%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.177,1	847,3	-329,8	-28,0%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-280,1	175,3	455,4	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,8	37,5	-3,3	-8,1%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-325,3	42,9	368,2	-
Garantia à Sustentação de Preços	4,4	94,9	90,5	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.132,1	1.543,0	-589,0	-27,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	2.129,6	1.536,0	-593,5	-27,9%
Concessão de Financiamento	2,5	7,0	4,5	179,1%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	264,4	240,5	-23,9	-9,0%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	179,0	246,0	67,0	37,4%
Concessão de Financiamento	85,4	-5,5	-90,9	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	43,5	197,6	154,1	354,2%
IV.3.20.1.7 Alcool	25,6	16,3	-9,3	-36,4%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-28,1	30,0	58,1	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	30,7	39,5	8,9	28,9%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	9,2	5,4	-3,8	-41,2%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.373,3	2.830,7	-1.542,7	-35,3%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	3,4	0,2	7,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	159,7	135,0	-24,7	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	23,9	22,2	-1,7	-7,3%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-10,2	-10,2	-
IV.3.20.2 Proagro	295,6	0,0	-295,6	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-128,7	-3,7	125,0	-97,1%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	74,1	102,7	28,6	38,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	310,5	304,2	-6,3	-2,0%
IV.3.23 FIES	1.423,4	648,2	-775,2	-54,5%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Discrecionárias - Todos os Poderes	68.864,1	76.365,0	7.500,9	10,9%
IV.4.1 Discrecionárias Executivo	65.702,8	72.537,0	6.834,2	10,4%
IV.4.1.1 PAC	5.335,5	5.538,8	203,3	3,8%
d/q MCMV	509,0	431,0	-78,0	-15,3%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	76,1	76,1	-
IV.4.1.3 Demais	60.367,3	66.910,2	6.542,9	10,8%
Min. da Saúde	30.049,5	33.377,2	3.327,7	11,1%
Min. da Saúde	11.015,7	11.077,1	61,4	0,6%
Min. da Educação	8.766,2	7.852,8	-913,3	-10,4%
Demais	10.535,9	14.603,1	4.067,2	38,6%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
IV.4.2 LEJU/MPU	3.161,3	3.828,0	666,7	21,1%
Legislativo	438,7	555,4	116,7	26,6%
Judiciário	2.133,6	2.677,9	544,3	25,5%
Demais	589,0	594,8	5,8	1,0%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Abr/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Abr	2018 Jan-Abr	Diferença Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	Varição (%)
IV. DESPESA TOTAL	402.632,2	430.178,3	27.546,1	6,8%
IV.1 Benefícios Previdenciários	172.593,4	182.837,4	10.244,0	5,9%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	135.119,7	144.029,3	8.909,6	6,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	1.700,6	5.619,7	3.919,0	230,4%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	37.473,6	38.808,1	1.334,4	3,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	472,8	1.513,8	1.041,0	220,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	91.651,4	96.857,3	5.205,9	5,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	626,7	4.068,0	3.441,3	549,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	67.427,9	73.918,0	6.490,0	9,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	21.943,3	20.170,0	-1.773,2	-8,1%
Abono	8.254,5	8.005,8	-248,7	-3,0%
Seguro Desemprego	13.688,8	12.164,2	-1.524,6	-11,1%
d/q Seguro Defeso	1.682,6	1.482,4	-200,2	-11,9%
IV.3.2 Anistiados	69,7	59,1	-10,6	-15,1%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	194,9	192,4	-2,5	-1,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	18.147,4	18.654,1	506,7	2,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	243,8	344,3	100,5	41,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.343,3	1.256,4	-87,0	-6,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	293,1	116,6	-176,5	-60,2%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	6.156,6	5.790,9	-365,7	-5,9%
IV.3.10 Convênios	61,7	0,0	-61,7	-100,0%
IV.3.11 Doações	20,7	0,0	-20,7	-100,0%
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	200,6	181,3	-19,3	-9,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	5.867,1	6.126,8	259,7	4,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	512,5	444,2	-68,2	-13,3%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	670,0	638,5	-31,5	-4,7%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	524,0	12.492,8	11.968,8	-
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.556,6	6.736,7	-2.819,9	-29,5%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	9.384,7	6.740,4	-2.644,3	-28,2%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	1.172,7	628,6	-544,1	-46,4%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.218,3	852,7	-365,6	-30,0%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	-288,1	175,8	463,9	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	42,2	37,7	-4,5	-10,6%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-334,8	43,0	377,9	-
Garantia à Sustentação de Preços	4,5	95,1	90,5	-
IV.3.20.1.4 Pronaf	2.206,3	1.552,4	-653,9	-29,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	2.203,6	1.545,4	-658,2	-29,9%
Concessão de Financiamento	2,7	7,0	4,4	163,5%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	273,1	241,4	-31,6	-11,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	184,6	246,7	62,1	33,7%
Concessão de Financiamento	88,5	-5,3	-93,8	-
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	45,0	198,7	153,7	341,3%
IV.3.20.1.7 Alcool	26,5	16,4	-10,1	-38,1%
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	-28,9	30,0	58,9	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	31,6	39,7	8,0	25,3%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	9,6	5,5	-4,1	-42,8%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.526,5	2.848,5	-1.678,0	-37,1%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,3	3,4	0,1	4,1%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	164,1	135,3	-28,7	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	24,8	22,3	-2,4	-9,8%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-10,3	-10,2	-
IV.3.20.2 Proagro	304,7	0,0	-304,7	-100,0%
IV.3.20.3 PNAFE	-132,7	-3,7	129,0	-97,2%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	76,3	103,0	26,6	34,9%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	319,9	305,0	-14,9	-4,7%
IV.3.23 FIES	1.470,2	650,2	-820,0	-55,8%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	70.959,5	76.565,7	5.606,1	7,9%
IV.4.1 Discricionárias Executivo	67.702,3	72.727,7	5.025,3	7,4%
IV.4.1.1 PAC	5.495,5	5.550,7	55,2	1,0%
d/q MCMV	524,0	431,9	-92,2	-17,6%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	76,3	76,3	-
IV.4.1.3 Demais	62.206,8	67.088,8	4.882,0	7,8%
Min. da Saúde	30.962,4	33.468,6	2.506,2	8,1%
Min. da Des. Social	11.354,3	11.107,8	-246,5	-2,2%
Min. da Educação	9.032,8	7.871,5	-1.161,3	-12,9%
Demais	10.857,2	14.640,8	3.783,6	34,8%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	11,9	11,9	-
IV.4.2 LEJU/MPU	3.257,2	3.838,0	580,8	17,8%
Legislativo	451,9	556,9	105,0	23,2%
Judiciário	2.198,3	2.684,8	486,5	22,1%
Demais	607,0	596,3	-10,6	-1,8%



Tabela 5.1. Investimento do Governo Federal por Órgão ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes

Discriminação	Jan-Abr/2017						Jan-Abr/2018					
	Despesa autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa executada	Despesa paga no ano ^{2/}			Despesa autorizada no ano ^{4/}	Despesa empenhada	Despesa executada	Despesa paga no ano		
				Valor pago do exercício	Resto a Pagar ^{3/}	Total				Valor pago do exercício	Resto a Pagar ^{3/}	Total
INVESTIMENTO TOTAL	65.943,0	9.335,1	2.411,2	1.974,1	6.196,1	8.160,2	53.526,1	20.671,9	5.320,7	1.773,9	8.332,1	12.106,0
Câmara dos Deputados	130,1	3,2	0,5	0,4	5,9	6,3	118,7	6,2	1,5	5,0	6,6	6,6
Senado Federal	30,1	4,4	0,4	0,4	3,6	4,1	49,6	4,7	0,3	0,3	5,9	6,2
Tribunal de Contas de União	61,6	5,3	0,9	0,9	23,3	24,2	22,4	13,7	0,5	0,5	4,6	5,1
Supremo Tribunal Federal	26,5	3,7	0,4	0,4	0,5	0,9	41,4	2,8	0,4	0,4	9,3	9,3
Superior Tribunal de Justiça	30,2	1,9	0,1	0,1	3,0	3,1	33,5	5,0	0,1	0,1	2,5	2,6
Justiça Federal	394,9	61,4	3,3	3,2	36,1	39,2	282,7	855,3	827,6	827,5	73,6	801,2
Justiça Militar	4,9	0,2	0,0	0,0	0,4	0,4	9,1	0,6	0,0	0,0	0,7	0,8
Justiça Eleitoral	505,1	20,6	1,2	1,1	19,9	21,0	476,0	185,4	4,0	3,9	29,6	33,5
Justiça do Trabalho	649,4	54,9	4,9	4,4	99,0	49,4	704,9	267,4	183,5	180,6	113,6	294,1
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	117,7	1,4	0,0	0,0	4,5	4,5	25,1	4,4	0,0	0,0	16,2	16,2
Conselho Nacional de Justiça	46,0	0,2	0,2	0,2	1,0	1,2	49,9	0,3	0,1	0,1	0,1	0,2
Presidência da República ^{5/}	1.202,8	17,9	4,8	4,8	10,2	60,0	1.499,7	67,7	1,0	4,9	143,0	147,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.300,4	6,0	0,1	0,1	34,9	35,0	2.286,8	207,2	197,3	197,3	59,1	256,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.068,4	1,6	0,1	0,1	59,6	59,6	909,7	0,6	0,0	0,0	235,6	235,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.288,6	73,5	31,4	23,3	132,4	155,8	757,0	275,2	164,8	144,8	127,4	272,2
Ministério da Fazenda	1.920,0	89,1	30,3	30,2	102,9	133,1	2.191,3	890,2	624,9	824,9	105,5	930,4
Ministério da Educação	6.407,0	171,7	62,2	45,9	1.019,4	1.065,3	4.735,1	696,7	65,5	25,7	914,4	940,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	70,4	2,7	0,6	0,6	2,3	3,0	107,5	4,7	0,4	0,4	14,8	15,1
Defensoria Pública da União	30,8	6,3	0,4	0,4	6,0	6,5	7,0	0,5	0,1	0,1	5,1	5,2
Ministério da Justiça	1.275,1	60,8	0,7	0,7	203,8	204,5	1.214,3	119,4	5,4	5,2	492,4	497,7
Ministério de Minas e Energia	70,2	4,1	0,1	0,1	5,5	5,6	80,1	7,7	2,4	1,4	9,9	11,3
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	260,7	25,7	4,7	4,7	42,8	47,6	92,1	26,6	3,5	3,5	44,0	47,5
Ministério da Saúde	35,2	1,3	1,1	1,1	4,0	5,2	63,8	2,0	1,5	1,5	9,1	10,6
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGLI	7.254,8	301,4	129,3	112,0	615,7	727,7	5.145,5	994,3	61,2	55,5	1.850,5	1.906,0
Ministério do Trabalho e Emprego	14,9	0,1	0,1	0,1	0,6	0,7	18,5	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0
Ministério dos Transportes	14.092,9	4.980,9	955,1	795,0	1.925,2	2.720,2	11.051,3	5.610,5	981,2	957,0	1.831,3	2.788,3
Ministério do Trabalho e Previdência Social	99,1	33,2	0,0	0,0	8,3	8,4	63,7	8,7	0,1	0,1	37,5	37,6
Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Cultura	362,3	55,6	16,4	15,6	19,6	35,2	234,0	11,8	1,7	0,1	36,1	36,6
Ministério do Meio Ambiente	562,6	9,6	1,7	1,7	22,7	24,4	104,2	13,2	6,1	0,1	21,9	22,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Esporte	742,6	5,1	0,0	0,0	47,5	47,5	657,5	146,6	0,0	0,0	75,2	75,2
Ministério da Defesa	9.846,6	1.591,9	230,2	224,3	651,8	876,0	9.660,7	6.387,7	1.791,5	512,4	876,5	1.199,0
Ministério da Integração Nacional	5.245,1	340,3	75,7	65,7	572,4	638,1	6.280,6	894,8	95,7	82,1	564,6	646,9
Ministério do Turismo	433,2	1,1	0,0	0,0	72,1	72,1	810,6	282,1	0,0	0,0	138,2	138,2
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	396,4	2,0	0,2	0,1	50,1	50,2	161,2	39,1	7,2	7,2	49,5	56,7
Ministério das Cidades	9.919,6	1.031,3	854,1	633,5	388,6	1.022,1	6.295,6	2.688,8	1.202,7	120,7	406,7	529,4
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Aquicultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	4,8	0,4	0,0	0,0	1,6	1,6	5,1	0,2	0,0	0,0	1,1	1,1
Advocacia Geral da União	20,8	0,3	0,0	0,0	2,1	2,1	15,1	0,0	0,0	0,0	2,2	2,2
Ministério dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	77,5	3,4	3,4	3,4	16,4	19,8

^{1/} Corresponde ao investimento das Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa investimento (DND 4) e despesas financeiras (DND 5), com exceção das despesas financeiras, INDI despesa com o Fundo de Armazenamento Residencial - FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MAP 4/2017/2012.

^{2/} Despesa paga corresponde aos valores dos ordens bancários emitidos no Saldo e liquidação das despesas. Diferença do conceito de "gasto efetivo" devido ao fato de que as informações da tabela 1.1 apenas os valores efetivamente pagos.

^{3/} Resto a Pagar: diferença entre o valor do ano anterior, com imposto no caso de restituição, e o valor do ano atual, com imposto no caso de restituição.

^{4/} Incorpora os efeitos da perda de eficácia da Medida Provisória nº 586/12 em 01 de junho de 2013.

^{5/} Resto a Pagar: diferença da Presidência, Vice-Presidente e Advocacia Geral da União.



Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/18	Mar/18	Abr/18	Abr/17
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	18.003,8	58.699,3	32.367,7	-26.331,6		-69,3%	14.363,9
Emissão de Títulos	7.857,7	35.451,9	24.164,4	-11.287,5		-31,8%	16.306,7
Remuneração das Disponibilidades	8.911,0	7.366,8	7.265,8	-101,0		-1,4%	-1.645,2
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.235,2	924,8	937,6	12,8		1,4%	-297,6
Resultado do Banco Central	0,0	14.955,8	0,0	-14.955,8		-100,0%	0,0
2. DESPESAS NO BACEN	7.921,3	0,0	19.455,8	19.455,8		-	11.534,6
Resgate de Títulos	7.717,0	0,0	16.955,8	16.955,8		-	9.238,8
Encargos da DPMF	204,3	0,0	2.500,0	2.500,0		-	2.295,7
3. RESULTADO (1 - 2)	10.082,6	58.699,3	12.911,9	-45.787,4		-78,0%	2.829,3

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de DB's.



Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017 Jan-Abr	2018 Jan-Abr	Diferença Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	Variação (%)
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	70.203,6	108.658,7	38.455,1	54,8%
Emissão de Títulos	24.192,7	59.616,3	35.423,6	-
Remuneração das Disponibilidades	33.313,9	30.006,6	-3.307,3	-9,9%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	4.747,8	4.080,0	-667,7	-14,1%
Resultado do Banco Central	7.949,2	14.955,8	7.006,6	-
2. DESPESAS NO BACEN	99.421,3	108.455,8	9.034,6	9,1%
Resgate de Títulos	88.742,9	78.955,8	-9.787,0	-11,0%
Encargos da DPMF	10.678,4	29.500,0	18.821,6	176,3%
3. RESULTADO (1 - 2)	-29.217,7	202,9	29.420,6	-100,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.



Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	2.024.599,0	2.448.915,7	2.505.940,3	57.024,7	2,3%	481.341,4	23,8%
Dívida Interna	4.716.330,9	5.198.907,4	5.233.850,0	34.942,7	0,7%	517.519,1	11,0%
DPMFI em Poder do Público ^{1/}	3.123.226,8	3.507.424,1	3.524.419,9	16.995,8	0,5%	401.193,1	12,8%
LFT	962.763,2	1.129.811,4	1.164.161,3	34.349,9	3,0%	201.398,1	20,9%
LTN	750.639,6	892.073,3	855.484,4	-36.588,9	-4,1%	104.844,8	14,0%
NTN-B	935.809,2	975.113,7	985.110,0	9.996,4	1,0%	49.300,9	5,3%
NTN-C	84.731,1	74.439,9	74.530,8	90,9	0,1%	-10.200,3	-12,0%
NTN-F	340.154,1	384.343,0	393.774,0	9.431,0	2,5%	53.619,9	15,8%
Dívida Securitizada	8.118,9	6.349,2	5.809,1	-540,2	-8,5%	-2.309,9	-28,5%
Demais Títulos em Poder do Público	41.010,7	45.293,5	45.550,2	256,7	0,6%	-1,0	-11,1%
DPMFI em Poder do Banco Central	1.625.898,3	1.723.084,8	1.740.303,7	17.218,9	1,0%	114.405,3	7,0%
LFT	484.148,3	572.853,3	575.690,9	2.837,6	0,5%	91.542,6	18,9%
LTN	392.642,0	412.229,2	420.704,4	8.475,2	2,1%	28.062,4	7,1%
Demais Títulos na Carteira do BCB	749.108,0	738.002,3	743.908,3	5.906,0	0,8%	-5.199,7	-0,7%
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-40.008,7	-36.155,6	-35.416,7	738,9	-2,0%	4.592,0	-11,5%
Demais Obrigações Internas	7.214,5	4.554,1	4.543,2	-10,9	-0,2%	-2.671,3	-37,0%
Haveres Internos	2.691.732,0	2.749.991,7	2.727.909,7	-22.082,0	-0,8%	36.177,7	1,3%
Disponibilidades Internas	1.044.857,9	1.079.003,6	1.083.591,4	4.587,7	0,4%	38.733,5	3,7%
Haveres junto aos Governos Regionais	557.871,6	582.372,7	584.026,8	1.654,1	0,3%	26.155,2	4,7%
Bônus Renegociados	4.963,4	5.107,0	5.327,1	220,1	4,3%	363,6	7,3%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	598,0	527,0	520,5	-6,5	-1,2%	-77,5	-13,0%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	16.055,8	17.775,6	17.976,8	201,2	1,1%	1.921,0	12,0%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	10.174,7	9.554,4	9.527,0	-27,4	-0,3%	-647,7	-6,4%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	490.907,9	516.221,9	517.792,6	1.570,7	0,3%	26.884,7	5,5%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	32.803,4	31.888,9	31.593,4	-295,5	-0,9%	-1.210,0	-3,7%
Antecipação de Royalties	2.353,8	1.284,9	1.276,2	-8,7	-0,7%	-1.077,6	-45,8%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	14,5	12,9	13,2	0,3	2,4%	-1,2	-8,6%
Haveres da Administração Indireta	503.594,2	531.625,6	535.396,4	3.770,8	0,7%	31.802,2	6,3%
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	231.842,9	248.243,8	250.077,8	1.834,0	0,7%	18.234,9	7,9%
Fundos Constitucionais Regionais	120.063,0	131.559,6	132.565,6	1.006,0	0,8%	12.502,6	10,4%
Fundos Diversos	151.688,4	151.822,2	152.753,0	930,8	0,6%	1.064,7	0,7%
Haveres Administrados pela STN	585.408,2	556.989,7	524.895,1	-32.094,7	-5,8%	-60.513,2	-10,3%
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	199,2	18,3	18,3	0,0	0,1%	-180,9	-90,8%
Haveres de Operações Estruturadas	21.309,4	17.044,8	16.921,1	-123,7	-0,7%	-4.388,3	-20,6%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	539.715,9	517.134,8	488.819,1	-28.315,7	-5,5%	-50.896,8	-9,4%
Demais Haveres Administrados pela STN	24.183,7	22.791,9	19.136,6	-3.655,3	-16,0%	-5.047,2	-20,9%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	120.045,1	128.066,2	133.250,5	5.184,2	4,0%	13.205,3	11,0%
Dívida Externa	121.280,5	128.908,1	134.093,0	5.184,9	4,0%	12.812,5	10,6%
Dívida Mobiliária	110.105,3	115.892,2	120.716,8	4.824,6	4,2%	10.611,5	9,6%
Euro	4.662,4	4.192,1	4.202,5	10,5	0,2%	-459,9	-9,9%
Global US\$	94.793,6	101.147,6	105.876,4	4.728,8	4,7%	11.082,8	11,7%
Global BRL	10.649,2	10.552,6	10.637,9	85,3	0,8%	-11,4	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Dívida Contratual	11.175,3	13.015,9	13.376,3	360,4	2,8%	2.201,0	19,7%
Organismos Multilaterais	3.660,2	3.399,9	3.584,0	184,1	5,4%	-76,3	-2,1%
Credores Privados e Ag. Governamentais	7.515,0	9.616,0	9.792,3	176,2	1,8%	2.277,2	30,3%
Haveres Externos	1.235,4	841,9	842,5	0,7	0,1%	-392,8	-31,8%
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	1.235,4	841,9	842,5	0,7	0,1%	-392,8	-31,8%
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL (1+2)	2.144.644,1	2.576.981,9	2.639.190,8	62.208,9	2,4%	494.546,7	23,1%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL/PIB ^{2/}	33,8%	38,9%	39,7%	0,8%	2,0%	5,90%	17,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/18	Mar/18	Abr/18	Abr/17
I.1 - Receita Administrada pela RFB	78.568,0	69.435,5	0,0	-69.435,5	-100,0%	-78.568,0	-100,0%
I.1.1 Imposto de Importação	2.258,8	3.175,6	0,0	-3.175,6	-100,0%	-2.258,8	-100,0%
I.1.2 IPI	4.040,9	4.191,1	0,0	-4.191,1	-100,0%	-4.040,9	-100,0%
I.1.2.1 IPI - Fumo	458,6	419,6	0,0	-419,6	-100,0%	-458,6	-100,0%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	221,2	206,4	0,0	-206,4	-100,0%	-221,2	-100,0%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	463,1	316,2	0,0	-316,2	-100,0%	-463,1	-100,0%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.004,5	1.329,0	0,0	-1.329,0	-100,0%	-1.004,5	-100,0%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.893,5	1.919,8	0,0	-1.919,8	-100,0%	-1.893,5	-100,0%
I.1.3 Imposto de Renda	38.053,8	27.467,6	0,0	-27.467,6	-100,0%	-38.053,8	-100,0%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	8.429,6	1.357,2	0,0	-8	-100,0%	-8.429,6	-100,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	12.182,7	9.188,4	0,0	-9.188,4	-100,0%	-12.182,7	-100,0%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	17.441,4	16.922,1	0,0	-16.922,1	-100,0%	-17.441,4	-100,0%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	9.722,4	9.809,4	0,0	-9.809,4	-100,0%	-9.722,4	-100,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.761,4	3.510,2	0,0	-3.510,2	-100,0%	-3.761,4	-100,0%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	2.972,4	2.743,6	0,0	-2.743,6	-100,0%	-2.972,4	-100,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	985,2	858,9	0,0	-858,9	-100,0%	-985,2	-100,0%
I.1.4 IOF	3.347,3	2.761,9	0,0	-2.761,9	-100,0%	-3.347,3	-100,0%
I.1.5 COFINS	17.240,5	18.563,6	0,0	-18.563,6	-100,0%	-17.240,5	-100,0%
I.1.6 PIS/PASEP	4.631,7	5.027,1	0,0	-5.027,1	-100,0%	-4.631,7	-100,0%
I.1.7 CSLL	6.684,4	5.293,8	0,0	-5.293,8	-100,0%	-6.684,4	-100,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	506,5	403,5	0,0	-403,5	-100,0%	-506,5	-100,0%
I.1.10 Outras	1.804,1	2.551,1	0,0	-2.551,1	-100,0%	-1.804,1	-100,0%



Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/16 Jan-Abr/15	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	297.529,4	248.819,3	-48.710,2	-16,4%
I.1.1 Imposto de Importação	9.709,1	9.254,5	-454,6	-4,7%
I.1.2 IPI	14.862,7	12.810,6	-2.052,1	-13,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	1.588,0	1.408,9	-179,1	-11,3%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	989,8	747,6	-242,1	-24,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	1.364,5	1.007,1	-357,4	-26,2%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	4.056,9	3.825,1	-231,8	-5,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	6.863,6	5.821,8	-1.041,7	-15,2%
I.1.3 Imposto de Renda	133.958,0	101.392,8	-32.565,2	-24,3%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	13.202,8	4.064,7	-9.138,1	-69,2%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	52.389,7	42.873,6	-9.516,0	-18,2%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	68.365,6	54.454,5	-13.911,0	-20,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	38.794,7	31.198,5	-7.596,1	-19,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	16.148,6	11.747,6	-4.401,0	-27,3%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	9.836,6	8.577,1	-1.259,5	-12,8%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	3.585,8	2.931,3	-654,4	-18,3%
I.1.4 IOF	11.525,8	8.568,7	-2.957,1	-25,7%
I.1.5 COFINS	68.548,4	60.215,3	-8.333,1	-12,2%
I.1.6 PIS/PASEP	18.889,6	16.306,9	-2.582,7	-13,7%
I.1.7 CSLL	31.040,6	24.953,7	-6.087,0	-19,6%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	1.873,6	1.266,0	-607,6	-32,4%
I.1.10 Outras	7.121,6	14.050,8	6.929,2	97,3%



Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Abril	Março	Abril				
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	17.859,9	18.317,9	18.559,5	241,5	1,3%	699,6	3,9%
I.1 FPM / FPE / IPI-EC	14.788,6	14.326,1	15.028,5	702,3	4,9%	239,9	1,6%
I.2 Fundos Constitucionais	66,2	1.122,9	752,4	-370,5	-33,0%	88,2	13,3%
I.2.1 Repasse Total	966,8	1.437,3	1.055,8	-381,5	-26,5%	89,1	9,2%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-302,6	-314,4	-303,4	10,9	-3,5%	-0,9	0,3%
I.3 Contribuição do Salário Educação	935,2	974,9	965,9	-9,0	-0,9%	30,7	3,3%
I.4 Compensações Financeiras	1.056,3	1.856,9	1.421,8	-435,1	-23,4%	365,5	34,6%
I.5 CIDE - Combustíveis	396,4	0,0	372,7	372,7	-	-23,6	-6,0%
I.6 Demais	19,3	37,1	18,1	-19,0	-51,1%	-1,2	-6,0%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	0,0	29,7	9,4	-20,3	-68,3%	9,4	-
I.6.3 IOF Ouro	1,3	0,7	0,9	0,1	20,2%	-0,4	-30,1%
I.6.4 ITR	18,0	6,7	7,8	1,2	17,3%	-10,2	-56,5%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II. DESPESA TOTAL	95.577,1	114.995,6	111.360,7	-3.634,9	-3,2%	15.783,6	16,5%
II.1 Benefícios Previdenciários	42.965,8	49.668,9	45.040,5	-4.628,4	-9,3%	2.074,6	4,8%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	33.144,1	34.825,2	34.877,1	51,8	0,1%	1.733,0	5,2%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	9.037,3	9.337,2	9.259,8	-43,3	-0,5%	256,5	2,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	784,4	5.506,5	869,6	-4.636,9	-84,2%	85,2	10,9%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.361,7	25.968,5	23.396,6	-3.628,9	-14,0%	977,9	4,6%
II.2.1 Ativo Civil	9.637,4	9.968,9	9.945,6	-23,3	-0,2%	308,2	3,2%
II.2.2 Ativo Militar	2.100,3	2.297,7	2.203,4	-94,3	-4,1%	103,1	4,9%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.075,7	6.294,9	6.346,3	51,4	0,8%	270,6	4,5%
II.2.4 Reformas e pensões militares	3.366,4	3.680,8	3.672,7	-8,0	-0,2%	306,4	9,1%
II.2.5 Outros	182,0	3.726,3	171,6	-3.554,7	-95,4%	-10,3	-5,7%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.928,1	16.272,8	25.549,6	9.276,8	57,0%	11.621,6	83,4%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	3.185,9	5.719,2	3.410,3	-2.308,8	-40,4%	224,5	7,0%
II.3.2 Anistiadados	12,6	12,7	12,3	-0,4	-3,0%	-0,3	-2,6%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,8	52,7	53,5	0,8	1,5%	2,7	5,3%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.469,8	4.797,5	4.691,8	-105,7	-2,2%	222,1	5,0%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	0,0	788,8	0,0	-788,8	-100,0%	0,0	-
II.3.8 Créditos Extraordinários	57,2	45,6	29,9	-15,6	-34,3%	-27,3	-47,7%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	2.826,5	866,6	3.136,3	2.269,7	261,9%	307,8	10,9%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	74,4	33,5	15,1	-18,4	-55,0%	-59,4	-79,8%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	142,3	37,0	76,0	39,0	105,5%	-66,3	-46,6%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	1.232,7	963,9	1.259,5	295,6	30,7%	26,9	2,2%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	123,0	110,7	122,2	11,5	10,4%	-0,8	-0,6%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	837,1	1.199,4	1.033,0	-166,4	-13,9%	195,8	23,4%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	177,8	1.095,4	10.880,7	9.785,3	893,3%	10.702,9	-
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	217,5	371,0	240,7	-130,3	-35,1%	23,2	10,7%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	14,1	9,0	6,9	-2,1	-23,4%	-7,2	-51,0%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	4,3	0,5	0,4	-0,1	-17,4%	-3,9	-90,6%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-49,7	24,4	12,2	-12,3	-50,2%	61,8	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	2,3	19,0	38,3	19,2	101,2%	35,9	-
II.3.19.6 Pronaf	23,3	51,4	5,6	-45,8	-89,1%	-17,6	-75,8%
II.3.19.7 Proex	-17,1	61,3	3,4	-57,9	-94,5%	20,5	-
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	19,9	2,4	-17,5	-87,7%	2,4	-
II.3.19.9 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-9,7	39,1	27,4	-11,7	-30,0%	37,1	-
II.3.19.11 Fumacé	7,4	17,0	4,6	-12,3	-72,6%	-2,8	-37,4%
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,7	1,4	1,6	0,1	9,0%	-1,2	-42,1%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	136,0	135,0	140,2	5,1	3,8%	4,2	3,1%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-7,1	-0,1	7,0	-98,1%	-0,1	-
II.3.19.19 Proagro	73,9	0,0	0,0	0,0	-	-73,9	-100,0%
II.3.19.20 PNAFE	30,0	0,0	-2,1	-2,1	-	-32,1	-
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	36,0	22,0	37,6	15,6	71,2%	1,6	4,4%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	62,3	0,0	86,4	86,4	-	24,1	38,7%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	257,7	-2,2	305,2	307,4	-	47,4	18,4%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	17.321,5	23.085,3	18.431,0	-4.654,3	-20,2%	1.109,4	6,4%
II.4.1 Obrigatórias	10.902,7	11.045,5	10.178,9	-866,6	-7,8%	-723,8	-6,6%
II.4.2 Discretionárias	6.418,8	12.039,7	8.252,1	-3.787,7	-31,5%	1.833,3	28,6%
Memorando:	113.437,0	133.313,5	129.920,2	-3.393,3	-2,5%	16.483,1	14,5%
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	20.054,2	18.525,0	20.251,4	726,4	3,7%	197,2	1,0%
IV. DESPESAS NÃO INCLUIDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	19.499,2	19.150,6	20.082,9	932,4	4,9%	583,7	3,0%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	14.788,6	14.326,1	15.028,5	702,3	4,9%	239,9	1,6%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	935,2	974,9	965,9	-9,0	-0,9%	30,7	3,3%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	1.056,3	1.856,9	1.421,8	-435,1	-23,4%	365,5	34,6%
IV.1.3 Compensações Financeiras	396,4	0,0	372,7	372,7	-	-23,6	-6,0%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	2.322,7	1.992,7	2.293,9	301,2	15,1%	-28,8	-1,2%
IV.1.5 Demais	1,3	0,7	0,9	0,1	20,2%	-0,4	-30,1%
IOF Ouro	18,0	6,7	7,8	1,2	17,3%	-10,2	-56,5%
ITR	1.232,7	963,9	1.259,5	295,6	30,7%	26,9	2,2%
FUNDEB (Complem. União)	1.070,8	1.021,4	1.025,7	4,3	0,4%	-45,1	-4,2%
Fundo Constitucional DF - FCDF	123,0	110,7	122,2	11,5	10,4%	-0,8	-0,6%
FCDF - OCC	947,8	910,7	903,5	-7,2	-0,8%	-44,3	-4,7%
FCDF - Pessoal	57,2	45,6	29,9	-15,6	-34,3%	-27,3	-47,7%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
d/q Impacto Primário do FIES	7,0	8,4	8,7	0,3	3,1%	1,7	24,8%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	6,8	8,3	8,4	0,2	2,0%	1,6	23,8%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	0,2	0,2	0,3	0,1	61,6%	0,1	68,6%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	490,9	320,4	129,9	-190,5	-59,4%	-361,0	-73,5%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	93.382,8	113.788,5	109.668,8	-4.119,7	-3,6%	16.285,9	17,4%



Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Abr/18 Mar/18	
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	76.319,0	83.872,5	7.553,6	9,9%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	61.804,7	66.799,9	4.995,2	8,1%
I.2 Fundos Constitucionais	2.262,9	2.564,9	301,9	13,3%
I.2.1 Repasse Total	3.677,0	4.319,2	642,2	17,5%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-1.414,1	-1.754,3	-340,2	24,1%
I.3 Contribuição do Salário Educação	4.450,1	4.620,3	170,2	3,8%
I.4 Compensações Financeiras	6.727,5	8.844,1	2.116,6	31,5%
I.5 CIDE - Combustíveis	829,9	797,4	-32,4	-3,9%
I.6 Demais	243,9	246,0	2,1	0,9%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,0	0,0	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	33,1	48,8	15,7	47,3%
I.6.3 IOF Ouro	5,7	4,1	-1,6	-27,4%
I.6.4 ITR	112,5	103,1	-9,4	-8,4%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	92,6	90,0	-2,6	-2,8%
II. DESPESA TOTAL	388.925,6	426.276,2	37.350,6	9,6%
II.1 Benefícios Previdenciários	168.345,8	182.894,0	14.548,2	8,6%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	130.254,7	138.678,5	8.423,7	6,5%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	35.980,8	37.096,6	1.115,8	3,1%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	2.110,2	7.118,9	5.008,7	237,4%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	86.562,4	93.962,9	7.400,5	8,5%
II.2.1 Ativo Civil	40.138,6	41.252,3	1.113,8	2,8%
II.2.2 Ativo Militar	8.223,7	8.686,4	462,7	5,6%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	24.339,3	25.372,1	1.032,8	4,2%
II.2.4 Reformas e pensões militares	13.316,5	14.626,3	1.309,8	9,8%
II.2.5 Outros	544,4	4.025,8	3.481,4	639,5%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	68.848,1	78.068,5	9.220,4	13,4%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	21.280,3	20.455,9	-824,3	-3,9%
II.3.2 Anistiados	67,3	59,0	-8,3	-12,3%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	194,4	202,6	8,2	4,2%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	17.656,3	18.626,7	970,4	5,5%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	1.304,2	1.251,7	-52,5	-4,0%
II.3.8 Créditos Extraordinários	405,7	142,5	-263,2	-64,9%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	5.977,9	5.780,6	-197,3	-3,3%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	146,0	77,8	-68,2	-46,7%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	195,0	180,9	-14,1	-7,2%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	5.685,6	6.103,3	417,7	7,3%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	494,7	442,9	-51,8	-10,5%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	3.135,5	3.770,9	635,4	20,3%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	650,0	636,7	-13,3	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	501,6	12.470,1	11.968,6	-
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	9.339,6	6.848,2	-2.491,3	-26,7%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	1.133,3	624,7	-508,5	-44,9%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	1.177,1	847,3	-329,8	-28,0%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	40,8	37,5	-3,3	-8,1%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-325,3	42,9	368,2	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	4,4	94,9	90,5	-
II.3.19.6 Pronaf	2.132,1	1.543,0	-589,0	-27,6%
II.3.19.7 Proex	264,4	240,5	-23,9	-9,0%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	43,5	197,6	154,1	354,2%
II.3.19.9 Alcool	25,6	16,3	-9,3	-36,4%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	-28,1	41,0	69,0	-
II.3.19.11 Funcafé	29,6	39,5	9,9	33,5%
II.3.19.12 Revitaliza	5,8	5,4	-0,4	-6,1%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	4.373,3	2.830,7	-1.542,7	-35,3%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	3,2	3,4	0,2	7,1%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	269,0	275,2	6,2	2,3%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	23,9	22,2	-1,7	-7,3%
II.3.19.18 Recelitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-10,2	-10,2	-
II.3.19.19 Proagro	295,6	0,0	-295,6	-100,0%
II.3.19.20 PNAFE	-128,7	-3,7	125,0	-97,1%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	80,3	102,0	21,7	27,1%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	310,5	268,4	-42,1	-13,6%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	1.423,4	648,2	-775,2	-54,5%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	65.169,3	71.350,8	6.181,5	9,5%
II.4.1 Obrigatórias	39.217,8	40.539,6	1.321,7	3,4%
II.4.2 Discretionárias	25.951,5	30.811,3	4.859,8	18,7%
Memorando:				
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	465.244,6	510.148,7	44.904,2	9,7%
IV. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	84.859,7	92.333,1	7.473,5	8,8%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	83.845,2	91.526,2	7.680,9	9,2%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	61.804,7	66.799,9	4.995,2	8,1%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	4.450,1	4.620,3	170,2	3,8%
IV.1.3 Compensações Financeiras	6.727,5	8.844,1	2.116,6	31,5%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	829,9	797,4	-32,4	-3,9%
IV.1.5 Demais	10.033,1	10.464,6	431,4	4,3%
IOF Ouro	5,7	4,1	-1,6	-27,4%
ITR	112,5	103,1	-9,4	-8,4%
FUNDEB (Complem. União)	5.685,6	6.103,3	417,7	7,3%
Fundo Constitucional DF - FCDF	4.229,3	4.254,1	24,7	0,6%
FCDF - OCC	494,7	442,9	-51,8	-10,5%
FCDF - Pessoal	3.734,6	3.811,2	76,5	2,0%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	405,7	142,5	-263,2	-64,9%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	-30,2%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	43,7	22,7	-21,0	-48,0%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	36,1	22,2	-13,9	-38,5%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	7,6	0,6	-7,1	-92,6%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	565,1	641,7	76,6	13,6%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	380.384,9	417.815,6	37.430,7	9,8%



Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



TESOURO NACIONAL

Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Abril	Março	Abril	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Abr/17	Variação (%)
I. DESPESA TOTAL	113.437,0	133.313,5	129.920,2	-3.393,3	-2,5%	16.483,1	14,5%
I.1 Poder Executivo	109.304,9	128.621,0	125.418,5	-3.202,5	-2,5%	16.113,6	14,7%
I.2 Poder Legislativo	810,9	887,3	855,9	-31,4	-3,5%	45,0	5,6%
I.2.1 Câmara dos Deputados	384,2	431,7	414,1	-17,6	-4,1%	30,0	7,8%
I.2.2 Senado Federal	285,4	313,4	297,3	-16,1	-5,1%	12,0	4,2%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	141,4	142,2	144,5	2,2	1,6%	3,1	2,2%
I.3 Poder Judiciário	2.859,5	3.309,3	3.138,6	-170,7	-5,2%	279,2	9,8%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	42,8	44,7	49,6	4,9	10,8%	6,8	15,8%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	92,6	101,8	104,3	2,4	2,4%	11,6	12,6%
I.3.3 Justiça Federal	745,2	817,4	818,1	0,8	0,1%	-1,0	9,8%
I.3.4 Justiça Militar da União	35,3	37,9	38,0	0,1	0,3%	2,7	7,7%
I.3.5 Justiça Eleitoral	452,4	525,7	526,4	0,8	0,1%	74,1	16,4%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.303,0	1.581,8	1.388,8	-192,9	-12,2%	85,8	6,6%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	178,0	188,9	204,5	15,7	8,3%	26,5	14,9%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,1	11,2	8,8	-2,4	-21,5%	-1,3	-12,9%
I.4. Defensoria Pública da União	40,1	42,4	45,0	2,6	6,3%	5,0	12,4%
I.5 Ministério Público da União	421,7	453,5	462,1	8,6	1,9%	40,4	9,6%
I.5.1 Ministério Público da União	416,8	447,7	456,0	8,3	1,9%	39,2	9,4%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	4,9	5,8	6,0	0,3	4,5%	1,2	23,9%
Memorando:							
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	93.382,8	113.788,5	109.668,8	-4.119,7	-3,6%	16.285,9	17,4%
II.1 Poder Executivo	89.261,0	109.104,7	105.176,0	-3.928,7	-3,6%	15.915,0	17,8%
II.2 Poder Legislativo	810,6	887,3	855,9	-31,4	-3,5%	45,3	5,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	383,9	431,7	414,1	-17,6	-4,1%	30,2	7,9%
II.2.2 Senado Federal	285,4	313,4	297,3	-16,1	-5,1%	12,0	4,2%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	141,4	142,2	144,5	2,2	1,6%	3,1	2,2%
II.3 Poder Judiciário	2.849,5	3.300,6	3.129,8	-170,8	-5,2%	280,3	9,8%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	42,8	44,7	49,6	4,9	10,8%	6,8	15,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	92,1	101,8	0,0	-101,8	-100,0%	-92,1	-100,0%
II.3.3 Justiça Federal	745,0	817,4	818,1	0,8	0,1%	73,1	9,8%
II.3.4 Justiça Militar da União	35,2	37,9	0,0	-37,9	-100,0%	-35,2	-100,0%
II.3.5 Justiça Eleitoral	444,5	517,2	517,7	0,5	0,1%	73,2	16,5%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.301,7	1.581,5	1.388,7	-192,8	-12,2%	87,1	6,7%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	178,0	188,9	204,5	15,7	8,3%	26,5	14,9%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	10,1	11,2	8,8	-2,4	-21,5%	-1,3	-12,9%
II.4. Defensoria Pública da União	40,1	42,4	45,0	2,6	6,3%	5,0	12,4%
II.5 Ministério Público da União	421,7	453,5	462,1	8,6	1,9%	40,4	9,6%
II.5.1 Ministério Público da União	416,8	447,7	456,0	8,3	1,9%	39,2	9,4%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	4,9	5,8	6,0	0,3	4,5%	1,2	23,9%



Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Abr	Jan-Abr	Jan-Abr/18 Jan-Abr/17	
I. DESPESA TOTAL	465.244,6	510.148,7	44.904,2	9,7%
I.1 Poder Executivo	447.799,6	491.189,7	43.390,1	9,7%
I.2 Poder Legislativo	3.390,3	3.548,4	158,0	4,7%
I.2.1 Câmara dos Deputados	1.630,1	1.731,2	101,1	6,2%
I.2.2 Senado Federal	1.171,8	1.228,0	56,3	4,8%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	588,4	589,1	0,7	0,1%
I.3 Poder Judiciário	12.051,7	13.263,9	1.212,2	10,1%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	175,5	191,1	15,6	8,9%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	394,9	424,3	29,4	7,4%
I.3.3 Justiça Federal	3.219,3	3.471,5	252,2	7,8%
I.3.4 Justiça Militar da União	141,3	147,8	6,5	4,6%
I.3.5 Justiça Eleitoral	1.963,4	2.138,4	175,0	8,9%
I.3.6 Justiça do Trabalho	5.348,3	6.026,6	678,3	12,7%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	772,8	824,5	51,7	6,7%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	36,2	39,7	3,5	9,6%
I.4. Defensoria Pública da União	182,0	181,4	-0,5	-0,3%
I.5 Ministério Público da União	1.821,0	1.965,3	144,3	7,9%
I.5.1 Ministério Público da União	1.799,4	1.943,2	143,9	8,0%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	21,6	22,1	0,5	2,2%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	380.384,9	417.815,6	37.430,7	9,8%
II.1 Poder Executivo	363.023,9	398.880,4	35.856,5	9,9%
II.2 Poder Legislativo	3.379,8	3.548,4	168,5	5,0%
II.2.1 Câmara dos Deputados	1.619,6	1.731,2	111,6	6,9%
II.2.2 Senado Federal	1.171,8	1.228,0	56,3	4,8%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	588,4	589,1	0,7	0,1%
II.3 Poder Judiciário	11.978,3	13.240,1	1.261,8	10,5%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	175,5	191,1	15,6	8,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	393,2	423,8	30,7	7,8%
II.3.3 Justiça Federal	3.215,9	3.471,5	255,6	7,9%
II.3.4 Justiça Militar da União	141,1	147,7	6,6	4,7%
II.3.5 Justiça Eleitoral	1.916,9	2.115,6	198,8	10,4%
II.3.6 Justiça do Trabalho	5.327,1	6.026,1	699,0	13,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	772,5	824,5	52,1	6,7%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	36,2	39,7	3,5	9,6%
II.4. Defensoria Pública da União	182,0	181,4	-0,5	-0,3%
II.5 Ministério Público da União	1.821,0	1.965,3	144,3	7,9%
II.5.1 Ministério Público da União	1.799,4	1.943,2	143,9	8,0%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	21,6	22,1	0,5	2,2%





Boletim

FPM / FPE / IPI-Exportação

Em abril de 2018 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram acréscimo de 4,8% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 11,7 bilhões, ante R\$ 11,1 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2017			2018			Variação Nominal		
	Março	Abril	Até Abril	Março	Abril	Até Abril	Abr/18 Mar/18	Abr/18 Abr/17	Até Abr/18 Abr/17
FPM	4.895,6	5.898,4	24.702,4	5.690,0	5.965,8	26.569,2	4,8%	1,1%	7,6%
FPE	4.678,1	5.636,3	23.603,9	5.437,2	5.700,7	25.388,4	4,8%	1,1%	7,6%
IPI - Exp	245,3	296,2	1.137,5	333,7	356,3	1.482,3	6,8%	20,3%	30,3%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%). Os valores de dezembro incluem o FPM 1%

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Abril	-0,1%	4,8%	-0,1%	4,8%	1,7%	6,8%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Maio	Junho	Julho
FPM	20,1%	-20,0%	-19,0%
FPE	20,1%	-20,0%	-19,0%
IPI - EXP	-0,3%	-5,0%	12,0%

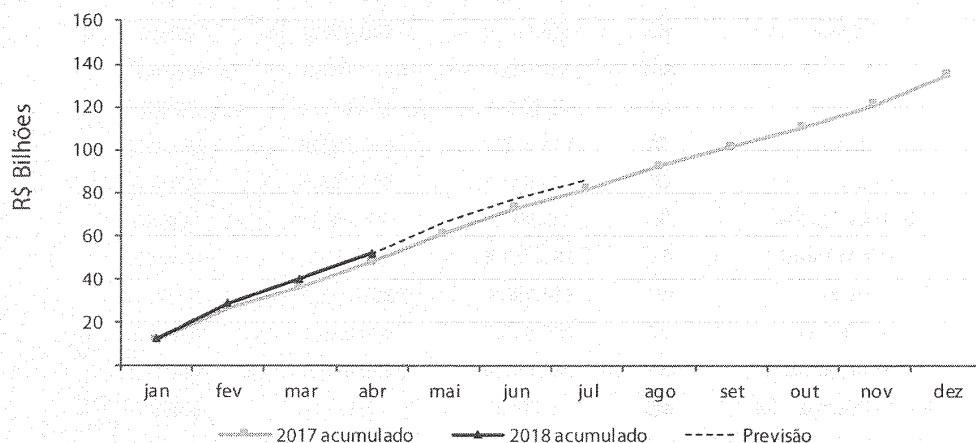
Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.



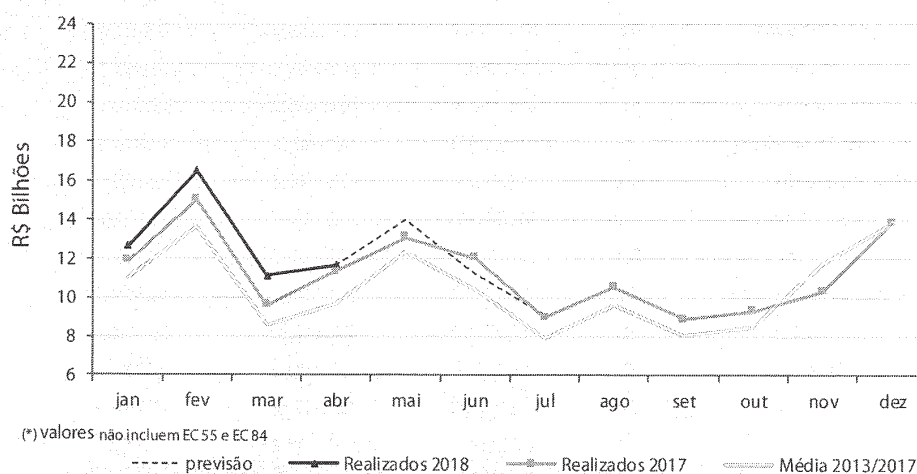


Gráficos

Valores Acumulados (FPM e FPE)



Sazonalidade Anual (FPM e FPE)



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/03/2018 a 20/04/2018, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
MAR/3º DEC	2.846,1	13.494,1	16.340,3	ABR/1º DEC	2.810,5	2.941,2	227,7	5.979,5
ABR/1º DEC	940,6	2.411,7	3.352,3	ABR/2º DEC	576,6	603,4	75,2	1.255,3
ABR/2º DEC	666,8	12.784,1	13.450,9	ABR/3º DEC	2.313,6	2.421,2	53,3	4.788,1
TOTAL	4.453,5	28.689,9	33.143,5	TOTAL	5.700,7	5.965,8	356,3	12.022,8

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.





Distribuição de Fundos

R\$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-Exp
Acre	AC	32.062,9	196.513,1	26,8
Alagoas	AL	135.599,9	238.777,2	801,3
Amazonas	AM	96.570,1	164.167,5	1.664,7
Amapá	AP	23.625,4	194.878,2	580,4
Bahia	BA	548.418,7	532.893,2	15.312,7
Ceará	CE	296.833,6	415.756,4	3.363,1
Distrito Federal	DF	10.281,5	39.238,7	454,6
Espírito Santo	ES	106.612,9	88.020,5	14.430,8
Goiás	GO	218.980,7	163.113,7	8.360,9
Maranhão	MA	250.935,7	409.829,7	4.111,3
Minas Gerais	MG	783.637,4	255.473,0	44.249,2
Mato Grosso do Sul	MS	87.606,0	76.491,6	6.495,6
Mato Grosso do Sul	MT	108.955,3	131.593,6	4.975,2
Pará	PA	209.768,6	349.130,6	21.354,1
Paraíba	PB	187.462,5	271.976,0	305,5
Pernambuco	PE	293.762,9	391.359,1	5.019,3
Piauí	PI	158.733,5	246.269,0	94,3
Paraná	PR	403.180,4	163.146,2	33.800,0
Rio de Janeiro	RJ	175.694,0	90.299,9	63.811,7
Rio Grande do Norte	RN	147.943,7	236.721,1	307,5
Rondônia	RO	52.867,0	162.175,5	1.055,6
Roraima	RR	30.090,1	141.302,0	15,7
Rio Grande do Sul	RS	403.690,7	131.506,2	32.599,0
Santa Catarina	SC	232.817,0	73.446,0	21.271,7
Sergipe	SE	89.307,5	235.209,2	230,2
São Paulo	SP	795.355,6	56.037,9	71.256,4
Tocantins	TO	85.030,9	245.351,6	334,2
TOTAL		5.965.824,4	5.700.676,5	356.281,8

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2017, foi publicada a Portaria STN nº 999, de 29 de novembro de 2017, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2018, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br



Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS:18255663304
Date: 2018.04.12 12:32:22 GFT
Perfil: Chefe de Ente
Instituição: Piauí
Cargo: Governador

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Dados básicos

Tipo de Interessado: Estado

Interessado: Piauí

UF: PI

Número do PVL: PVL02.001984/2017-82

Status: Em retificação pelo interessado

Data de Protocolo: 20/03/2018

Data Limite de Conclusão: 03/04/2018

Tipo de Operação: Operação Contratual Externa (com garantia da União)

Finalidade: Profisco

Tipo de Credor: Instituição Financeira Internacional

Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento

Moeda: Dólar dos EUA

Valor: 44.935.000,00

Analista Responsável: Juliana Diniz Coelho Arruda

Vínculos

PVL: PVL02.001984/2017-82

Processo: 17944.101974/2017-17

Situação da Dívida:

Data Base:



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Checklist**Legenda:** AD Adequado (15) - IN Inadequado (4) - NE Não enviado (4) - DN Desnecessário (0)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	
AD	Adimplemento com a União (COAFI/COREM)	-	
NE	Comprovação de adimplência nos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União (COREM)	Não informada	
AD	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
NE	Manifestação do GT do Comitê de Garantias	-	
NE	Adimplência com o Sistema Financeiro Nacional	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	
NE	Aba "Notas Explicativas"	-	
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	
AD	Recomendação da COFIEIX	Indeterminada	
AD	Aba "Cronograma Financeiro"	-	
AD	Aba "Operações não contratadas"	-	
IN	Aba "Operações contratadas"	-	
IN	Relatórios contábeis do Siconfi	-	
AD	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	
AD	Autorização legislativa	-	
AD	Parecer do Órgão Jurídico	-	
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	
IN	Certidão do Tribunal de Contas	30/03/2018	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	
IN	Aba "Informações Contábeis"	-	

Observações sobre o PVL

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Informações sobre o interessado

Houve excesso de Despesas com Pessoal na Assembleia Legislativa, no 1º quadrimestre/2011 (Limite 2%, executado 2,04%). Vide processo nº 17944.001082/2009-07, fl. 610 - Parecer Jurídico.

Segundo Certidão do Tribunal de Contas de 14/2/2012 (fl. 341/348), o Ente cumpriu todos os limites com Despesas de Pessoal no 3º quadrimestre de 2011 (a Assembleia Legislativa conseguiu reduzir o excesso verificado no 1º quad./2011 no 2º quad./2011). Processo nº 17944.002102/2011-73 (fl. 62).



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Outros lançamentos**COFIEX****Nº da Recomendação:****Data da Recomendação:****Data da homologação da Recomendação:****Validade da Recomendação:****Valor autorizado (US\$):****Contrapartida mínima (US\$):****Registro de Operações Financeiras ROF****Nº do ROF:****PAF e refinanciamentos**

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Garantia da União**Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:**Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:****Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?****Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento:****Capacidade de Pagamento:****Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Dados Complementares**Nome do projeto/programa:** PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUÍ - PRODAF**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUÍ - PRODAF.**Taxa de Juros:**

Libor 3 meses mais spread (margem variável a ser definida pelo BID na data da assinatura do contrato)

Demais encargos e comissões (discriminar): ENCARGO DE INSPEÇÃO E SUPERVISÃO DE ATÉ 1% DO VALOR DO EMPRÉSTIMO, DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SEMESTRES COMPREENDIDO NO PRAZO ORIGINAL DE DESEMBOLSO. COMISSÃO DE CRÉDITO DE ATÉ 0,75% a.a. SOBRE SALDO NÃO DESEMBOLSADO.**Indexador:**

Variação cambial

Prazo de carência (meses): 66**Prazo de amortização (meses):** 234**Prazo total (meses):** 300**Ano de início da Operação:** 2018**Ano de término da Operação:** 2043

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	441.000,00	5.010.000,00	0,00	0,00	0,00
2019	1.340.000,00	12.130.000,00	0,00	434.976,88	434.976,88
2020	1.410.000,00	7.570.000,00	0,00	771.234,05	771.234,05
2021	1.010.000,00	11.985.000,00	0,00	1.092.716,30	1.092.716,30
2022	864.000,00	8.240.000,00	0,00	1.483.744,30	1.483.744,30
2023	0,00	0,00	0,00	1.720.336,48	1.720.336,48
2024	0,00	0,00	1.152.179,49	1.734.715,68	2.886.895,17
2025	0,00	0,00	2.304.358,98	1.609.525,61	3.913.884,59
2026	0,00	0,00	2.304.358,98	1.563.962,68	3.868.321,66
2027	0,00	0,00	2.304.358,98	1.514.632,11	3.818.991,09
2028	0,00	0,00	2.304.358,98	1.461.758,59	3.766.117,57
2029	0,00	0,00	2.304.358,98	1.404.961,90	3.709.320,88
2030	0,00	0,00	2.304.358,98	1.196.987,74	3.501.346,72
2031	0,00	0,00	2.304.358,98	1.124.469,57	3.428.828,55
2032	0,00	0,00	2.304.358,98	1.049.940,84	3.354.299,82
2033	0,00	0,00	2.304.358,97	973.459,17	3.277.818,14
2034	0,00	0,00	2.304.358,97	894.915,09	3.199.274,06
2035	0,00	0,00	2.304.358,97	740.868,69	3.045.227,66
2036	0,00	0,00	2.304.358,97	659.588,19	2.963.947,16
2037	0,00	0,00	2.304.358,97	577.506,92	2.881.865,89
2038	0,00	0,00	2.304.358,97	494.463,59	2.798.822,56
2039	0,00	0,00	2.304.358,97	410.705,90	2.715.064,87
2040	0,00	0,00	2.304.358,97	326.009,19	2.630.368,16
2041	0,00	0,00	2.304.358,97	240.396,49	2.544.755,46
2042	0,00	0,00	2.304.358,97	153.833,24	2.458.192,21



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2043	0,00	0,00	2.304.358,97	66.290,65	2.370.649,62
Total:	5.065.000,00	44.935.000,00	44.935.000,00	23.701.999,85	68.636.999,85



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Operações não Contratadas

O interessado possui operações de crédito em tramitação na STN/Senado Federal ou operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas?

Não





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	763.329.995,86	0,00	91.763.827,71	855.093.823,57
2019	191.083.675,15	0,00	108.848.478,29	299.932.153,44
2020	100.000.000,00	0,00	66.965.539,95	166.965.539,95
Total:	1.054.413.671,01	0,00	267.577.845,95	1.321.991.516,96

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	437.014.547,98	195.403.545,35	26.280.334,21	38.179.348,85	463.294.882,19	233.582.894,20
2019	480.365.289,36	186.196.606,27	65.474.363,97	70.202.880,28	545.839.653,33	256.399.486,55
2020	430.421.676,84	172.228.420,54	103.241.994,29	83.680.703,29	533.663.671,13	255.909.123,83
2021	254.222.681,21	161.370.305,38	109.294.015,01	81.323.271,42	363.516.696,22	242.693.576,80
2022	282.043.501,86	157.253.184,67	105.909.585,86	72.897.738,10	387.953.087,72	230.150.922,77
2023	282.022.704,23	139.314.048,91	99.783.914,27	62.720.997,40	381.806.618,50	202.035.046,31
2024	443.314.024,86	122.713.813,67	102.848.012,69	54.017.212,92	546.162.037,55	176.731.026,59
2025	275.902.988,77	102.178.751,97	108.179.539,10	46.481.407,78	384.082.527,87	148.660.159,75



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2026	275.205.268,69	87.997.522,09	112.961.978,00	38.122.468,77	388.167.246,69	126.119.990,86
2027	264.159.045,35	78.161.758,19	99.515.993,52	30.409.561,02	363.675.038,87	108.571.319,21
2028	236.758.313,17	64.828.120,31	45.877.518,04	23.975.692,28	282.635.831,21	88.803.812,59
2029	238.642.819,23	58.086.495,99	37.109.626,15	22.334.547,47	275.752.445,38	80.421.043,46
2030	227.487.779,19	49.100.690,20	36.247.680,21	20.410.085,55	263.735.459,40	69.510.775,75
2031	128.429.219,21	41.395.711,04	34.253.539,65	18.563.555,94	162.682.758,86	59.959.266,98
2032	126.041.515,01	36.006.725,66	32.104.989,35	16.785.213,05	158.146.504,36	52.791.938,71
2033	101.914.867,40	26.866.899,57	32.799.266,32	15.118.600,84	134.714.133,72	41.985.500,41
2034	71.117.718,98	17.422.227,82	33.267.618,30	13.409.355,67	104.385.337,28	30.831.583,49
2035	66.217.422,72	14.594.528,18	26.263.180,07	10.632.294,25	92.480.602,79	25.226.822,43
2036	22.401.147,30	10.457.561,46	19.067.044,87	8.053.320,29	41.468.192,17	18.510.881,75
2037	22.431.626,71	8.858.675,73	19.928.784,54	6.499.472,77	42.360.411,25	15.358.148,50
2038	22.463.986,05	7.257.250,32	20.843.674,44	4.949.182,55	43.307.660,49	12.206.432,87
2039	22.347.165,32	5.654.056,58	21.814.992,74	3.211.373,93	44.162.158,06	8.865.430,51
2040	21.906.975,63	4.082.912,59	18.308.427,51	1.420.730,39	40.215.403,14	5.503.642,98
2041	21.906.975,63	2.527.517,30	5.095.413,05	587.883,30	27.002.388,68	3.115.400,60
2042	21.906.975,63	972.122,04	5.095.413,05	5.095.413,05	27.002.388,68	6.067.535,09
2043	1.825.581,35	10.801,36	424.617,75	2.512,32	2.250.199,10	13.313,68
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	4.778.471.817,68	1.750.940.253,19	1.321.991.516,96	749.084.823,48	6.100.463.334,64	2.500.025.076,67

Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,24490	28/02/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

MOEDA	TAXA DE CâMBIO	DATA DO CâMBIO
Direito Especial - SDR	4,69180	28/02/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Informações Contábeis**Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior****Demonstrativo:** Balanco Orçamentário**Relatório:** RREO publicado**Exercício:** 2017**Período:** 6º Bimestre**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 490.536.363,77**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 1.107.694.734,07

Balanco Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 1º Bimestre**Despesas de capital (dotação atualizada):** 1.773.486.474,94

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 1º Bimestre**Receita corrente líquida (RCL):** 8.125.928.979,35

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2017**Período:** 3º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 4.778.471.817,68**Deduções:** 1.490.323.341,06**Dívida consolidada líquida (DCL):** 3.288.148.476,62**Receita corrente líquida (RCL):** 8.005.700.615,63**% DCL/RCL:** 41,07

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Declaração do chefe do poder executivo

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto ao outro Ente da Federação?

Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

Operações do Reluz

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas de "Impostos de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidos se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2017

3º Quadrimestre

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Despesa bruta com pessoal	4.854.880.948,30	191.673.546,06	77.741.446,73	565.093.480,46	195.842.481,19
Despesas não computadas	1.036.152.749,17	53.382.387,20	8.010.374,56	184.774.110,74	64.942.058,07
Repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições patronais					
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	3.818.728.199,13	138.291.158,86	69.731.072,17	380.319.369,72	130.900.423,12
Receita Corrente Líquida (RCL)	8.005.700.615,63	8.005.700.615,63	8.005.700.615,63	8.005.700.615,63	8.005.700.615,63
TDP/RCL	47,70	1,73	0,87	4,75	1,64
Limite máximo	49,00	2,00	1,00	6,00	2,00

Declarção sobre o orçamento

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

7083

Data da LOA

28/12/2017

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
17	GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARENCIA FISCAL PROFISCO II
17	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL PROFISCO II
17	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO PROFISCO II
17	GESTÃO DO PROJETO PROFISCO II
00	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA PROFISCO II

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Sim

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já está em andamento na Casa Legislativa local?

Sim

Número do PLOA

039

Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

6751

Data da Lei do PPA

29/12/2015

Ano de início do PPA

2016

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL	GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL
MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL
MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2017:

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000

12,45 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino

26,44 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Não

Restos a pagar

Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Sim

Repasse de recursos para o setor privado

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Notas Explicativas

Observação:

* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.

Nota 3 - Inserida por Antonio Reis Pereira | CPF 04075285472 | Perfil Operador de Ente | Data 20/03/2018 09:37:10

Certidão de Precatórios: O Tribunal de Justiça do Piauí e o TRT Piauí adotam o sistema de fila única, controlada pelo Tribunal de Justiça do Piauí. por esse motivo, anexamos apenas uma certidão de precatórios, emitida pelo TJ PI. O Tribunal Regional Federal não possui nenhum precatório sob sua jurisdição.

Nota 2 - Inserida por Antonio Reis Pereira | CPF 04075285472 | Perfil Operador de Ente | Data 15/03/2018 09:34:39

Considerando a DECISÃO Nº 13/15 - ADM. TC/007449/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI de 07 de maio de 2015, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí e o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - TJ/PI excluem do cômputo da despesa bruta de pessoal as despesas relativas ao adicional de férias, ao abono de permanência e à contribuição patronal incidente sobre a folha de inativos.

Nota 1 - Inserida por Antonio Reis Pereira | CPF 04075285472 | Perfil Operador de Ente | Data 14/03/2018 09:38:24

1. A Operação referente ao processo 17944.000005/2017-31, inicialmente informada na aba Operações não Contratadas, já foi contratada e os respectivos valores estão incluídos na aba Operações Contratadas.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	6985	27/04/2017	Dólar dos EUA	50.000.000,00	13/11/2017	DOC00.009588/2017-13

Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO I - LOA 2018	28/12/2017	23/01/2018	DOC00.003486/2018-75
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	05/04/2018	06/04/2018	DOC00.019586/2018-13
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO SOBRE LRF	15/03/2018	16/03/2018	DOC00.016938/2018-89
Certidão do Tribunal de Contas	certidão lei de responsabilidade fiscal	28/02/2018	28/02/2018	DOC00.014542/2018-05
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO LRF 5º BIMESTRE 2017	21/12/2017	08/01/2018	DOC00.000288/2018-50
Certidão do Tribunal de Contas	2º QUADRIMESTRE DE 2017	16/10/2017	13/11/2017	DOC00.009589/2017-68
Documentação adicional	DEMONSTRATIVO DESPESA COM PESSOAL TERCEIRO QUADRIMESTRE	29/03/2018	12/04/2018	DOC00.020106/2018-67
Documentação adicional	CERTIDÃO PRECATÓRIOS TJ PI	19/03/2018	20/03/2018	DOC00.017206/2018-14
Documentação adicional	DECLARAÇÃO DO GOVERNADOR SOBRE COMPETENCIA TRIBUTÁRIA	15/03/2018	16/03/2018	DOC00.016939/2018-23
Documentação adicional	OFÍCIO SOLICITANDO ALTERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO COFEX	28/12/2017	08/01/2018	DOC00.000289/2018-02
Documentação adicional	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL - SEGUNDO QUADRIMESTRE 2017	27/10/2017	15/03/2018	DOC00.016720/2018-24
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF TAA20100 CORRIGIDO	19/02/2018	21/02/2018	DOC00.013660/2018-98
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF TA 820100	16/01/2018	19/01/2018	DOC00.002138/2018-81
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER PGE/PLC 074/2018	15/03/2018	16/03/2018	DOC00.016937/2018-34
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURÍDICO 2018	19/02/2018	21/02/2018	DOC00.013665/2018-11
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURÍDICO N. 320/2017	09/11/2017	13/11/2017	DOC00.009590/2017-92
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO 2018	16/02/2018	21/02/2018	DOC00.013666/2018-65
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO N. 01/2017	20/02/2017	13/11/2017	DOC00.009591/2017-37



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Recomendação da COFIEIX	RESOLUÇÃO 03/2018 - ALTERA RECOMENDAÇÃO 08/0121 DE 28/04/2017	31/01/2018	22/02/2018	DOC00.013841/2018-14

Minutas

Não há tramitações de documentos.

Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 02/04/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	481	29/03/2018

Em retificação pelo interessado - 12/03/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	380	12/03/2018

Em retificação pelo interessado - 15/02/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	196	15/02/2018

Em retificação pelo interessado - 18/12/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2061	15/12/2017

Processo pendente de distribuição - 01/12/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	138	28/11/2017



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Encaminhado para agendamento da negociação - 20/11/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	129	17/11/2017
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	1497	17/11/2017





TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,24490	28/02/2018

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	16.256.949,00	855.093.823,57	871.350.772,57
2019	39.360.637,00	299.932.153,44	339.292.790,44
2020	24.563.893,00	166.965.539,95	191.529.432,95
2021	38.890.126,50	0,00	38.890.126,50
2022	26.737.976,00	0,00	26.737.976,00
2023	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2034	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	0,00	696.877.776,39	696.877.776,39
2019	1.411.456,48	802.239.139,88	803.650.596,36
2020	2.502.577,37	789.572.794,96	792.075.372,33
2021	3.545.755,12	606.210.273,02	609.756.028,14
2022	4.814.601,88	618.104.010,49	622.918.612,37
2023	5.582.319,84	583.841.664,81	589.423.984,65
2024	9.367.686,14	722.893.064,14	732.260.750,28
2025	12.700.164,11	532.742.687,62	545.442.851,73
2026	12.552.316,95	514.287.237,55	526.839.554,50
2027	12.392.244,19	472.246.358,08	484.638.602,27
2028	12.220.674,90	371.439.643,80	383.660.318,70
2029	12.036.375,32	356.173.488,84	368.209.864,16
2030	11.361.519,97	333.246.235,15	344.607.755,12



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2031	11.126.205,76	222.642.025,84	233.768.231,60
2032	10.884.367,49	210.938.443,07	221.822.810,56
2033	10.636.192,08	176.699.634,13	187.335.826,21
2034	10.381.324,40	135.216.920,77	145.598.245,17
2035	9.881.459,23	117.707.425,22	127.588.884,45
2036	9.617.712,14	59.979.073,92	69.596.786,06
2037	9.351.366,63	57.718.559,75	67.069.926,38
2038	9.081.899,32	55.514.093,36	64.595.992,68
2039	8.810.114,00	53.027.588,57	61.837.702,57
2040	8.535.281,64	45.719.046,12	54.254.327,76
2041	8.257.476,99	30.117.789,28	38.375.266,27
2042	7.976.587,90	33.069.923,77	41.046.511,67
2043	7.692.520,95	2.263.512,78	9.956.033,73
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001
Exercício anterior**Despesas de capital executas do exercício anterior****1.107.694.734,07**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada**1.107.694.734,07**

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 490.536.363,77

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada**490.536.363,77**

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001

Exercício corrente

Despesas de capital previstas no orçamento **1.773.486.474,94**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesa de capital do exercício ajustadas **1.773.486.474,94**

Liberações de crédito já programadas 855.093.823,57

Liberação da operação pleiteada 16.256.949,00

Liberações ajustadas **871.350.772,57**

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	16.256.949,00	855.093.823,57	8.214.167.818,00	10,61	66,30
2019	39.360.637,00	299.932.153,44	8.321.320.133,99	4,08	25,48
2020	24.563.893,00	166.965.539,95	8.429.870.232,33	2,27	14,20
2021	38.890.126,50	0,00	8.539.836.346,85	0,46	2,85
2022	26.737.976,00	0,00	8.651.236.949,20	0,31	1,93
2023	0,00	0,00	8.764.090.752,03	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	8.878.416.712,06	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	8.994.234.033,32	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	9.111.562.170,34	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	9.230.420.831,44	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	9.350.829.982,01	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	9.472.809.847,93	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	9.596.380.918,87	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2031	0,00	0,00	9.721.563.951,82	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	9.848.379.974,52	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	9.976.850.289,04	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	10.106.996.475,30	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	10.238.840.394,74	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	10.372.404.193,98	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	10.507.710.308,54	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	10.644.781.466,60	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	10.783.640.692,84	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	10.924.311.312,27	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	11.066.816.954,19	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	11.211.181.556,13	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	11.357.429.367,88	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	0,00	696.877.776,39	8.214.167.818,00	8,48
2019	1.411.456,48	802.239.139,88	8.321.320.133,99	9,66
2020	2.502.577,37	789.572.794,96	8.429.870.232,33	9,40
2021	3.545.755,12	606.210.273,02	8.539.836.346,85	7,14
2022	4.814.601,88	618.104.010,49	8.651.236.949,20	7,20
2023	5.582.319,84	583.841.664,81	8.764.090.752,03	6,73
2024	9.367.686,14	722.893.064,14	8.878.416.712,06	8,25
2025	12.700.164,11	532.742.687,62	8.994.234.033,32	6,06
2026	12.552.316,95	514.287.237,55	9.111.562.170,34	5,78
2027	12.392.244,19	472.246.358,08	9.230.420.831,44	5,25



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2028	12.220.674,90	371.439.643,80	9.350.829.982,01	4,10
2029	12.036.375,32	356.173.488,84	9.472.809.847,93	3,89
2030	11.361.519,97	333.246.235,15	9.596.380.918,87	3,59
2031	11.126.205,76	222.642.025,84	9.721.563.951,82	2,40
2032	10.884.367,49	210.938.443,07	9.848.379.974,52	2,25
2033	10.636.192,08	176.699.634,13	9.976.850.289,04	1,88
2034	10.381.324,40	135.216.920,77	10.106.996.475,30	1,44
2035	9.881.459,23	117.707.425,22	10.238.840.394,74	1,25
2036	9.617.712,14	59.979.073,92	10.372.404.193,98	0,67
2037	9.351.366,63	57.718.559,75	10.507.710.308,54	0,64
2038	9.081.899,32	55.514.093,36	10.644.781.466,60	0,61
2039	8.810.114,00	53.027.588,57	10.783.640.692,84	0,57
2040	8.535.281,64	45.719.046,12	10.924.311.312,27	0,50
2041	8.257.476,99	30.117.789,28	11.066.816.954,19	0,35
2042	7.976.587,90	33.069.923,77	11.211.181.556,13	0,37
2043	7.692.520,95	2.263.512,78	11.357.429.367,88	0,09
Média até 2027:				7,39
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				64,30
Média até o término da operação:				3,79
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				32,96

 Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



12/04/2018 - 12:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Receita Corrente Líquida (RCL)	8.005.700.615,63
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	3.288.148.476,62
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	1.321.991.516,96
Valor da operação pleiteada	145.809.581,50
Saldo total da dívida líquida	4.755.949.575,08
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,59
Limite da DCL/RCL	2,00
Percentual do limite de endividamento	29,70%

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 12/04/2018

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Data da Consulta: 12/04/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	16/02/2018 11:23:03



Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by JOSE WELLINGTON BARROSO DE ARAUJO DIAS:18255663304
Date: 2018.03.20 11:32:01 GFT
Perfil: Chefe de Ente
Instituição: Piauí
Cargo: Governador

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Dados básicos**Tipo de Interessado:** Estado**Interessado:** Piauí**UF:** PI**Número do PVL:** PVL02.001984/2017-82**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 28/02/2018**Data Limite de Conclusão:** 14/03/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Profisco**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 44.935.000,00**Analista Responsável:** Juliana Diniz Coelho Arruda**Vínculos****PVL:** PVL02.001984/2017-82**Processo:** 17944.101974/2017-17**Situação da Dívida:****Data Base:**

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Checklist**Legenda:** AD Adequado (15) - IN Inadequado (4) - NE Não enviado (4) - DN Desnecessário (0)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	
AD	Adimplemento com a União (COAFI/COREM)	-	
NE	Comprovação de adimplência nos financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União (COREM)	Não informada	
AD	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
NE	Manifestação do GT do Comitê de Garantias	-	
NE	Adimplência com o Sistema Financeiro Nacional	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	
NE	Aba "Notas Explicativas"	-	
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	
AD	Recomendação da COFIEIX	Indeterminada	
AD	Aba "Cronograma Financeiro"	-	
IN	Aba "Operações não contratadas"	-	
AD	Aba "Operações contratadas"	-	
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	
AD	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	
AD	Autorização legislativa	-	
IN	Parecer do Órgão Jurídico	-	
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	
IN	Certidão do Tribunal de Contas	30/01/2018	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	
IN	Aba "Informações Contábeis"	-	

Observações sobre o PVL

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Informações sobre o interessado

Houve excesso de Despesas com Pessoal na Assembleia Legislativa, no 1º quadrimestre/2011 (Limite 2%, executado 2,04%). Vide processo nº 17944.001082/2009-07, fl. 610 - Parecer Jurídico.

Segundo Certidão do Tribunal de Contas de 14/2/2012 (fl. 341/348), o Ente cumpriu todos os limites com Despesas de Pessoal no 3º quadrimestre de 2011 (a Assembleia Legislativa conseguiu reduzir o excesso verificado no 1º quad./2011 no 2º quad./2011). Processo nº 17944.002102/2011-73 (fl. 62).



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Outros lançamentos**COFIEIX**

Nº da Recomendação:

Data da Recomendação:

Data da homologação da Recomendação:

Validade da Recomendação:

Valor autorizado (US\$):

Contrapartida mínima (US\$):

Registro de Operações Financeiras ROF

Nº do ROF:

PAF e refinanciamentos

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Garantia da União**Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:**Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:****Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?****Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento:****Capacidade de Pagamento:****Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Dados Complementares**Nome do projeto/programa:** PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUÍ - PRODAF**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** PROJETO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL DO ESTADO DO PIAUÍ - PRODAF.**Taxa de Juros:** Libor 3 meses mais spread (margem variável a ser definida pelo BID na data da assinatura do contrato)**Demais encargos e comissões (discriminar):** ENCARGO DE INSPEÇÃO E SUPERVISÃO DE ATÉ 1% DO VALOR DO EMPRÉSTIMO, DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SEMESTRES COMPREENDIDO NO PRAZO ORIGINAL DE DESEMBOLSO. COMISSÃO DE CRÉDITO DE ATÉ 0,75% a.a. SOBRE SALDO NÃO DESEMBOLSADO.**Indexador:**

Variação cambial

Prazo de carência (meses): 66**Prazo de amortização (meses):** 234**Prazo total (meses):** 300**Ano de início da Operação:** 2018**Ano de término da Operação:** 2043

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	441.000,00	5.010.000,00	0,00	0,00	0,00
2019	1.340.000,00	12.130.000,00	0,00	434.976,88	434.976,88
2020	1.410.000,00	7.570.000,00	0,00	771.234,05	771.234,05
2021	1.010.000,00	11.985.000,00	0,00	1.092.716,30	1.092.716,30
2022	864.000,00	8.240.000,00	0,00	1.483.744,30	1.483.744,30
2023	0,00	0,00	0,00	1.720.336,48	1.720.336,48
2024	0,00	0,00	1.152.179,49	1.734.715,68	2.886.895,17
2025	0,00	0,00	2.304.358,98	1.609.525,61	3.913.884,59
2026	0,00	0,00	2.304.358,98	1.563.962,68	3.868.321,66
2027	0,00	0,00	2.304.358,98	1.514.632,11	3.818.991,09
2028	0,00	0,00	2.304.358,98	1.461.758,59	3.766.117,57
2029	0,00	0,00	2.304.358,98	1.404.961,90	3.709.320,88
2030	0,00	0,00	2.304.358,98	1.196.987,74	3.501.346,72
2031	0,00	0,00	2.304.358,98	1.124.469,57	3.428.828,55
2032	0,00	0,00	2.304.358,98	1.049.940,84	3.354.299,82
2033	0,00	0,00	2.304.358,97	973.459,17	3.277.818,14
2034	0,00	0,00	2.304.358,97	894.915,09	3.199.274,06
2035	0,00	0,00	2.304.358,97	740.868,69	3.045.227,66
2036	0,00	0,00	2.304.358,97	659.588,19	2.963.947,16
2037	0,00	0,00	2.304.358,97	577.506,92	2.881.865,89
2038	0,00	0,00	2.304.358,97	494.463,59	2.798.822,56
2039	0,00	0,00	2.304.358,97	410.705,90	2.715.064,87
2040	0,00	0,00	2.304.358,97	326.009,19	2.630.368,16
2041	0,00	0,00	2.304.358,97	240.396,49	2.544.755,46
2042	0,00	0,00	2.304.358,97	153.833,24	2.458.192,21



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2043	0,00	0,00	2.304.358,97	66.290,65	2.370.649,62
Total:	5.065.000,00	44.935.000,00	44.935.000,00	23.701.999,85	68.636.999,85



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Operações não Contratadas

O interessado possui operações de crédito em tramitação na STN/Senado Federal ou operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	763.329.995,86	0,00	93.298.437,38	856.628.433,24
2019	191.083.675,15	0,00	110.784.092,79	301.867.767,94
2020	100.000.000,00	0,00	68.267.745,13	168.267.745,13
Total:	1.054.413.671,01	0,00	272.350.275,30	1.326.763.946,31

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida. Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	437.014.547,98	195.403.545,35	26.280.334,21	38.179.348,85	463.294.882,19	233.582.894,20
2019	480.365.289,36	186.196.606,27	65.479.655,70	71.528.962,65	545.844.945,06	257.725.568,92
2020	430.421.676,84	172.228.420,54	92.116.702,03	82.936.828,00	522.538.378,87	255.165.248,54
2021	254.222.681,21	161.370.305,38	102.528.812,17	78.025.700,41	356.751.493,38	239.396.005,79
2022	282.043.501,86	157.253.184,67	104.868.114,57	69.952.269,82	386.911.616,43	227.205.454,49
2023	282.022.704,23	139.314.048,91	98.742.442,98	59.874.691,95	380.765.147,21	199.188.740,86
2024	443.314.024,86	122.713.813,67	101.806.541,40	51.263.736,05	545.120.566,26	173.977.549,72
2025	275.902.988,77	102.178.751,97	107.138.067,81	43.853.030,84	383.041.056,58	146.031.782,81



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2026	275.205.268,69	87.997.522,09	111.920.506,69	35.610.376,38	387.125.775,38	123.607.898,47
2027	264.159.045,35	78.161.758,19	98.474.522,23	27.999.112,57	362.633.567,58	106.160.870,76
2028	236.758.313,17	64.828.120,31	44.836.046,75	21.661.747,67	281.594.359,92	86.489.867,98
2029	238.642.819,23	58.086.495,99	36.068.154,86	20.142.027,52	274.710.974,09	78.228.523,51
2030	227.487.779,19	49.100.690,20	35.206.208,92	18.331.369,03	262.693.988,11	67.432.059,23
2031	128.429.219,21	41.395.711,04	33.207.338,34	16.588.452,79	161.636.557,55	57.984.163,83
2032	126.041.515,01	36.006.725,66	31.054.058,01	14.909.928,84	157.095.573,02	50.916.654,50
2033	101.914.867,40	26.866.899,57	31.748.334,98	13.361.270,07	133.663.202,38	40.228.169,64
2034	71.117.718,98	17.422.227,82	32.216.686,96	11.763.548,71	103.334.405,94	29.185.776,53
2035	66.217.422,72	14.594.528,18	33.088.781,47	10.118.155,51	99.306.204,19	24.712.683,69
2036	22.401.147,30	10.457.561,46	33.769.179,00	8.404.132,06	56.170.326,30	18.861.693,52
2037	22.431.626,71	8.858.675,73	34.630.918,67	6.623.881,57	57.062.545,38	15.482.557,30
2038	22.463.986,05	7.257.250,32	20.843.674,44	4.949.182,55	43.307.660,49	12.206.432,87
2039	22.347.165,32	5.654.056,58	21.814.992,74	3.211.373,93	44.162.158,06	8.865.430,51
2040	21.906.975,63	4.082.912,59	18.308.427,51	1.420.730,39	40.215.403,14	5.503.642,98
2041	21.906.975,63	2.527.517,30	5.095.413,05	587.883,30	27.002.388,68	3.115.400,60
2042	21.906.975,63	972.122,04	5.095.413,05	5.095.413,05	27.002.388,68	6.067.535,09
2043	1.825.581,35	10.801,36	424.617,77	2.512,32	2.250.199,12	13.313,68
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	4.778.471.817,68	1.750.940.253,19	1.326.763.946,31	716.395.666,83	6.105.235.763,99	2.467.335.920,02

Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,30800	31/12/2017



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

MOEDA	TAXA DE CâMBIO	DATA DO CâMBIO
Direito Especial - SDR	4,71090	31/12/2017



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Informações Contábeis

Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior**Demonstrativo:** Balanco Orçamentário**Relatório:** RREO publicado**Exercício:** 2017**Período:** 6º Bimestre**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 490.536.363,77**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 1.107.694.734,07

Balanco Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso**Demonstrativo:** Anexo 1 da Lei 4320/1964**Relatório:** LOA**Exercício:** 2018**Período:****Despesas de capital (dotação atualizada):** 1.774.890.584,00

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**Relatório:** RREO**Exercício:** 2017**Período:** 6º Bimestre**Receita corrente líquida (RCL):** 8.005.700.615,63

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2017**Período:** 3º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 4.778.471.817,68**Deduções:** 1.490.323.341,06**Dívida consolidada líquida (DCL):** 3.288.148.476,62**Receita corrente líquida (RCL):** 8.005.700.615,63**% DCL/RCL:** 41,07

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Declaração do chefe do poder executivo

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto ao outro Ente da Federação?

Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

Operações do Reluz

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas de "Impostos de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidos se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2017

3º Quadrimestre

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Despesa bruta com pessoal	4.854.880.948,30	191.673.546,06	77.741.446,73	565.093.480,46	195.842.481,19
Despesas não computadas	1.036.152.749,17	53.382.387,20	8.010.374,56	184.774.110,74	64.942.058,07
Repasse previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições patronais					
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

PODER LEGISLATIVO					
DESPESA COM PESSOAL	PODER EXECUTIVO	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	TRIBUNAL DE CONTAS	PODER JUDICIÁRIO	MINISTÉRIO PÚBLICO
Inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	3.818.728.199,13	138.291.158,86	69.731.072,17	380.319.369,72	130.900.423,12
Receita Corrente Líquida (RCL)	8.005.700.615,63	8.005.700.615,63	8.005.700.615,63	8.005.700.615,63	8.005.700.615,63
TDP/RCL	47,70	1,73	0,87	4,75	1,64
Limite máximo	49,00	2,00	1,00	6,00	2,00

Declarção sobre o orçamento

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim

Número da Lei Orçamentária Anual(LOA)

7083

Data da LOA

28/12/2017

Informe as fontes e ações do orçamento relativas à operação de crédito

FONTE	AÇÃO
17	GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARENCIA FISCAL PROFISCO II
17	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL PROFISCO II
17	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO PROFISCO II
17	GESTÃO DO PROJETO PROFISCO II
00	MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FAZENDÁRIA PROFISCO II

Constam da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Sim

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já está em andamento na Casa Legislativa local?

Sim

Número do PLOA

039

Declarção sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

6751

Data da Lei do PPA

29/12/2015

Ano de início do PPA

2016

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL	GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL
MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL
MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO FISCAL	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Não

Em relação às contas do exercício de 2017:

O ente cumpre o disposto no art. 198 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual aplicado em ações e serviços públicos de saúde, calculado de acordo com o estabelecido pelo EC 29/2000
12,45 %

O ente cumpre o disposto no art. 212 da Constituição Federal?

Sim

Informe o percentual da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino
26,44 %

O ente cumpre o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000?

Sim

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Não

Restos a pagar

Em observância ao disposto no art. 42 da LRF, declaro que o ente não contrairá, nos dois últimos quadrimestres do mandato do chefe do Poder Executivo, obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Sim

Repasse de recursos para o setor privado

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Notas Explicativas

Observação:

* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.

Nota 3 - Inserida por Antonio Reis Pereira | CPF 04075285472 | Perfil Operador de Ente | Data 20/03/2018 09:37:10

Certidão de Precatórios: O Tribunal de Justiça do Piauí e o TRT Piauí adotam o sistema de fila única, controlada pelo Tribunal de Justiça do Piauí. por esse motivo, anexamos apenas uma certidão de precatórios, emitida pelo TJ PI. O Tribunal Regional Federal não possui nenhum precatório sob sua jurisdição.

Nota 2 - Inserida por Antonio Reis Pereira | CPF 04075285472 | Perfil Operador de Ente | Data 15/03/2018 09:34:39

Considerando a DECISÃO Nº 13/15 - ADM. TC/007449/2015 do Tribunal de Contas do Estado do Piauí - TCE/PI de 07 de maio de 2015, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí e o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí - TJ/PI excluem do cômputo da despesa bruta de pessoal as despesas relativas ao adicional de férias, ao abono de permanência e à contribuição patronal incidente sobre a folha de inativos.

Nota 1 - Inserida por Antonio Reis Pereira | CPF 04075285472 | Perfil Operador de Ente | Data 14/03/2018 09:38:24

1. A Operação referente ao processo 17944.000005/2017-31, inicialmente informada na aba Operações não Contratadas, já foi contratada e os respectivos valores estão incluídos na aba Operações Contratadas.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	6985	27/04/2017	Dólar dos EUA	50.000.000,00	13/11/2017	DOC00.009588/2017-13

Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Anexo nº 1 da Lei nº 4.320 /1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	ANEXO I - LOA 2018	28/12/2017	23/01/2018	DOC00.003486/2018-75
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO SOBRE LRF	15/03/2018	16/03/2018	DOC00.016938/2018-89
Certidão do Tribunal de Contas	certidão lei de responsabilidade fiscal	28/02/2018	28/02/2018	DOC00.014542/2018-05
Certidão do Tribunal de Contas	CERTIDÃO LRF 5º BIMESTRE 2017	21/12/2017	08/01/2018	DOC00.000288/2018-50
Certidão do Tribunal de Contas	2º QUADRIMESTRE DE 2017	16/10/2017	13/11/2017	DOC00.009589/2017-68
Documentação adicional	CERTIDÃO PRECATÓRIOS TJ PI	19/03/2018	20/03/2018	DOC00.017206/2018-14
Documentação adicional	DECLARAÇÃO DO GOVERNADOR SOBRE COMPETENCIA TRIBUTÁRIA	15/03/2018	16/03/2018	DOC00.016939/2018-23
Documentação adicional	OFÍCIO SOLICITANDO ALTERAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO COFIEIX	28/12/2017	08/01/2018	DOC00.000289/2018-02
Documentação adicional	DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL - SEGUNDO QUADRIMESTRE 2017	27/10/2017	15/03/2018	DOC00.016720/2018-24
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF TAA20100 CORRIGIDO	19/02/2018	21/02/2018	DOC00.013660/2018-98
Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	ROF TA 820100	16/01/2018	19/01/2018	DOC00.002138/2018-81
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER PGE/PLC 074/2018	15/03/2018	16/03/2018	DOC00.016937/2018-34
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURÍDICO 2018	19/02/2018	21/02/2018	DOC00.013665/2018-11
Parecer do Órgão Jurídico	PARECER JURÍDICO N. 320/2017	09/11/2017	13/11/2017	DOC00.009590/2017-92
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO 2018	16/02/2018	21/02/2018	DOC00.013666/2018-65
Parecer do Órgão Técnico	PARECER TÉCNICO N. 01/2017	20/02/2017	13/11/2017	DOC00.009591/2017-37
Recomendação da COFIEIX	RESOLUÇÃO 03/2018 - ALTERA RECOMENDAÇÃO 08/0121 DE 28/04/2017	31/01/2018	22/02/2018	DOC00.013841/2018-14



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Minutas

Não há tramitações de documentos.

Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 12/03/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	380	12/03/2018

Em retificação pelo interessado - 15/02/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	196	15/02/2018

Em retificação pelo interessado - 18/12/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	2061	15/12/2017

Processo pendente de distribuição - 01/12/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	138	28/11/2017

Encaminhado para agendamento da negociação - 20/11/2017

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	129	17/11/2017
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	1497	17/11/2017



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	3,27690	31/10/2017

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	16.417.269,00	856.628.433,24	873.045.702,24
2019	39.748.797,00	301.867.767,94	341.616.564,94
2020	24.806.133,00	168.267.745,13	193.073.878,13
2021	39.273.646,50	0,00	39.273.646,50
2022	27.001.656,00	0,00	27.001.656,00
2023	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2034	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	0,00	696.877.776,39	696.877.776,39
2019	1.425.375,74	803.570.513,98	804.995.889,72
2020	2.527.256,86	777.703.627,41	780.230.884,27
2021	3.580.722,04	596.147.499,17	599.728.221,21
2022	4.862.081,70	614.117.070,92	618.979.152,62
2023	5.637.370,61	579.953.888,07	585.591.258,68
2024	9.460.066,78	719.098.115,98	728.558.182,76
2025	12.825.408,41	529.072.839,39	541.898.247,80
2026	12.676.103,25	510.733.673,85	523.409.777,10
2027	12.514.451,90	468.794.438,34	481.308.890,24
2028	12.341.190,67	368.084.227,90	380.425.418,57
2029	12.155.073,59	352.939.497,60	365.094.571,19
2030	11.473.563,07	330.126.047,34	341.599.610,41



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2031	11.235.928,28	219.620.721,38	230.856.649,66
2032	10.991.705,08	208.012.227,52	219.003.932,60
2033	10.741.082,26	173.891.372,02	184.632.454,28
2034	10.483.701,17	132.520.182,47	143.003.883,64
2035	9.978.906,52	124.018.887,88	133.997.794,40
2036	9.712.558,45	75.032.019,82	84.744.578,27
2037	9.443.586,33	72.545.102,68	81.988.689,01
2038	9.171.461,65	55.514.093,36	64.685.555,01
2039	8.896.996,07	53.027.588,57	61.924.584,64
2040	8.619.453,42	45.719.046,12	54.338.499,54
2041	8.338.909,17	30.117.789,28	38.456.698,45
2042	8.055.250,05	33.069.923,77	41.125.173,82
2043	7.768.381,74	2.263.512,80	10.031.894,54
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001

Exercício anterior

Despesas de capital executas do exercício anterior

1.107.694.734,07

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada

1.107.694.734,07

Receitas de operações de crédito do exercício anterior

490.536.363,77

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior

0,00

Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada

490.536.363,77



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001

Exercício corrente

Despesas de capital previstas no orçamento

1.774.890.584,00

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesa de capital do exercício ajustadas

1.774.890.584,00

Liberações de crédito já programadas

856.628.433,24

Liberação da operação pleiteada

16.417.269,00

Liberações ajustadas

873.045.702,24

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	16.417.269,00	856.628.433,24	8.110.133.515,12	10,76	67,28
2019	39.748.797,00	301.867.767,94	8.215.928.722,67	4,16	25,99
2020	24.806.133,00	168.267.745,13	8.323.104.009,34	2,32	14,50
2021	39.273.646,50	0,00	8.431.677.378,01	0,47	2,91
2022	27.001.656,00	0,00	8.541.667.066,41	0,32	1,98
2023	0,00	0,00	8.653.091.550,17	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	8.765.969.545,93	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	8.880.320.014,48	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	8.996.162.163,97	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	9.113.515.453,10	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	9.232.399.594,41	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	9.352.834.557,59	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	9.474.840.572,83	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2031	0,00	0,00	9.598.438.134,21	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	9.723.648.003,15	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	9.850.491.211,93	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	9.978.989.067,15	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	10.109.163.153,37	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	10.241.035.336,73	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	10.374.627.768,59	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	10.509.962.889,27	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	10.647.063.431,84	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	10.785.952.425,90	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	10.926.653.201,46	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	11.069.189.392,90	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	11.213.584.942,87	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	0,00	696.877.776,39	8.110.133.515,12	8,59
2019	1.425.375,74	803.570.513,98	8.215.928.722,67	9,80
2020	2.527.256,86	777.703.627,41	8.323.104.009,34	9,37
2021	3.580.722,04	596.147.499,17	8.431.677.378,01	7,11
2022	4.862.081,70	614.117.070,92	8.541.667.066,41	7,25
2023	5.637.370,61	579.953.888,07	8.653.091.550,17	6,77
2024	9.460.066,78	719.098.115,98	8.765.969.545,93	8,31
2025	12.825.408,41	529.072.839,39	8.880.320.014,48	6,10
2026	12.676.103,25	510.733.673,85	8.996.162.163,97	5,82
2027	12.514.451,90	468.794.438,34	9.113.515.453,10	5,28



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2028	12.341.190,67	368.084.227,90	9.232.399.594,41	4,12
2029	12.155.073,59	352.939.497,60	9.352.834.557,59	3,90
2030	11.473.563,07	330.126.047,34	9.474.840.572,83	3,61
2031	11.235.928,28	219.620.721,38	9.598.438.134,21	2,41
2032	10.991.705,08	208.012.227,52	9.723.648.003,15	2,25
2033	10.741.082,26	173.891.372,02	9.850.491.211,93	1,87
2034	10.483.701,17	132.520.182,47	9.978.989.067,15	1,43
2035	9.978.906,52	124.018.887,88	10.109.163.153,37	1,33
2036	9.712.558,45	75.032.019,82	10.241.035.336,73	0,83
2037	9.443.586,33	72.545.102,68	10.374.627.768,59	0,79
2038	9.171.461,65	55.514.093,36	10.509.962.889,27	0,62
2039	8.896.996,07	53.027.588,57	10.647.063.431,84	0,58
2040	8.619.453,42	45.719.046,12	10.785.952.425,90	0,50
2041	8.338.909,17	30.117.789,28	10.926.653.201,46	0,35
2042	8.055.250,05	33.069.923,77	11.069.189.392,90	0,37
2043	7.768.381,74	2.263.512,80	11.213.584.942,87	0,09
Média até 2027:				7,44
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				64,70
Média até o término da operação:				3,83
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				33,26

 Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



20/03/2018 - 11:32

Processo nº 17944.101974/2017-17

Receita Corrente Líquida (RCL)	8.005.700.615,63
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	3.288.148.476,62
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	1.326.763.946,31
Valor da operação pleiteada	147.247.501,50

Saldo total da dívida líquida	4.762.159.924,43
--------------------------------------	-------------------------

Saldo total da dívida líquida/RCL	0,59
-----------------------------------	------

Limite da DCL/RCL	2,00
-------------------	------

Percentual do limite de endividamento	29,74%
--	---------------

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 20/03/2018

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

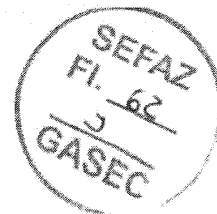
Data da Consulta: 20/03/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	16/02/2018 11:23:03





Estado do Piauí
Procuradoria Geral do Estado
Consultoria Setorial – Secretaria de Estado da Fazenda



Processo PGE 2017231229
Processo na Origem: 0066.000.07718/2017-0
Consultante: Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí
Assunto: Minuta de contrato de empréstimo

PARECER PGE/PLC nº 69/2018

PARECER PGE/PLC 69/18
APROVADO

OPERAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNO. REGULARIDADE DAS MINUTAS CONTRATUAIS APRESENTADAS. ORÇAMENTO DE 2018. PREVISÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DO EMPRÉSTIMO. PROSSEGUIMENTO DO FEITO, COM ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS EXIGIDOS NA LEI COMPLEMENTAR 101/2000.

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pelo Ilm.º Coordenador da Unidade de Projetos da Secretaria de Fazenda, através de Memo/UCP nº 8/2017, através da qual solicita análise jurídica de minutas de Contrato de Empréstimo negociadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

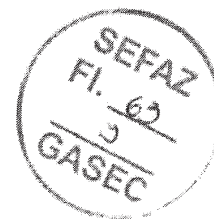
Instruem os autos os seguintes documentos: I) Memo/UCP nº 8/2017; II) Minuta de Contrato de Empréstimo entre o Estado do Piauí e o BID (fls. 03/15); III) Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PRODAF (no âmbito da Linha de Crédito CCLIP – PROFISCO II) (fls. 16/20); IV) Minuta de Contrato de Garantia entre a República Federativa do Brasil e o BID, referente ao

Proc. 0066.000.07718/2017-0





Estado do Piauí
Procuradoria Geral do Estado
Consultoria Setorial – Secretaria de Estado da Fazenda



empréstimo ao Estado do Piauí (fls. 21/28) e; V) Normas Gerais Aplicáveis aos Contratos de Empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (fls. 29/47-V).

Realizada uma primeira análise pela Procuradoria Geral do Estado, foi emitido o Parecer PGE/PLC nº 2477/2017, aprovado pelo Procurador Geral do Estado, no qual se concluiu pela regularidade das minutas contratuais.

Posteriormente, entretanto, através do Ofício SEI nº 196/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, a Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais solicitou novo Parecer Jurídico, tendo em vista a mudança do ano em curso de 2017 para 2018 (fls. 54/58).

Solicitou, ainda, (i) fosse atestado que os recursos provenientes do empréstimo estão inclusos no orçamento deste ano de 2018, e que (ii) se mencionasse corretamente o nome do Projeto, qual seja Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PRODAF (no âmbito da Linha de Crédito CCLIP – PROFISCO II).

É O QUANTO ENTENDEMOS PERTINENTE RELATAR. PASSAMOS AO NOVO PARECER.

PARECER PGE/PLC 64/18
APROVADO

II – FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A operação de crédito, a ser firmada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, visa dar suporte à execução do Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PRODAF (no âmbito da Linha de Crédito CCLIP – PROFISCO II) para fortalecimento da administração fazendária do Estado, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento estratégico, do aumento de ingressos próprios do Estado, do aumento da eficácia da gestão financeira e da oferta de melhores serviços aos cidadãos, demonstrando o interesse público na avença.

O valor financiado será de até o montante de US\$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares norte-americanos). Prevê-se a prestação de garantia pela União.

Proc. 0066.000.07718/2017-0
Página 2 de 4





Estado do Piauí
Procuradoria Geral do Estado
Consultoria Setorial – Secretaria de Estado da Fazenda



O contrato disciplina as condições de disponibilidade e desembolso dos recursos, sobre a taxa de câmbio, amortização (em prestações semestrais), juros. Prevê-se a incidência de comissão de crédito. Há regulamentação da execução do programa, no que tange à aquisição de bens e contratação de obras e serviços, e seleção de consultores, entre outras matérias. A solução de controvérsias será submetida à arbitragem, conforme disciplina constata das Normas Gerais (Capítulo XII do Contrato de Empréstimo – Normas Gerais).

As condições previstas nos documentos constantes dos autos, e postos à análise desta Procuradoria Setorial, encontram-se regulares, sob o aspecto estritamente jurídico.

Destaca-se, ainda, que as condições constantes da minuta contratual foram objeto de negociações entre o Estado do Piauí, União e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (fls. 26/28).

Por fim, atesta-se que os recursos provenientes da operação de crédito pleiteada estão incluídos no orçamento do exercício de 2018, nos termos do inciso II do §1º do art. 32 da Lei Complementar 101/2000 (LTF), conforme consta no Quadro de Detalhamento de Despesa da Lei estadual nº 7.083, de 28 de dezembro de 2017 (Lei Orçamentária Anual), e Decreto estadual nº 17.593, de 17 de janeiro de 2018 (fls. 59/61-v).

Cumpre, agora, à consultante, para dar prosseguimento ao processo de contratação, adotar os procedimentos legalmente impostos às operações de crédito contraídas por entes da federação, notadamente o disposto na Lei Complementar 101/2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal).

III. CONCLUSÃO

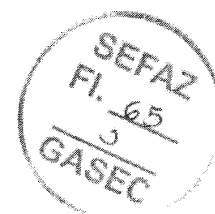
Assim, entendo juridicamente regulares as minutas apresentadas, devendo-se dar seguimento aos procedimentos necessários para a contratação do empréstimo junto

ARECERPGE/PLC 69/18
APROVADO





Estado do Piauí
Procuradoria Geral do Estado
Consultoria Setorial – Secretaria de Estado da Fazenda



ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para que a operação possa ser regularmente concluída.

É o Parecer, à consideração superior.

Teresina, 19 de janeiro de 2018.

PARECER/PGE/PLC 69/18
APROVADO

ALBERTO ELIAS HIDD NETO
PROCURADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
CONSULTORIA SETORIAL/SEFAZ

ESTADO DO PIAUÍ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
APROVO À CONSIDERAÇÃO SUPERIOR
THE, 20/02/18

Victor Emmanuel Cordeiro Lima
Procurador-Chefe da Procuradoria
de Licitações e Contratos
OAB-PI 7.914-B

APROVO
Em, 21/02/18
Plínio Clerton Filho
Procurador Geral do Estado

Proc. 0066.000.07718/2017-0





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

PARECER TÉCNICO Nº 01/2018

Identificação da Operação:

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Estado do Piauí, de operação de crédito, no valor de U\$ 44.935.000,00 (quarenta e quatro milhões, novecentos e trinta e cinco mil dólares), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinada à execução do Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí PRODAF (no âmbito da Linha de Crédito CCLIP – PROFISCO II), o qual será executado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí – SEFAZ-PI.

A SEFAZ-PI tem como missão “Promover com excelência e transparência a administração das receitas e dos gastos públicos, primando pelo atendimento e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Piauí”. Para cumprir sua missão, a Secretaria tem concentrado esforços no sentido de aperfeiçoar a Administração Fiscal e, para tanto, tem captado recursos para financiar seus projetos.

A Fazenda Estadual teve um avanço considerável após a implementação do PROFISCO I, onde tanto a área tributária quanto a área do Tesouro estadual tiveram melhorias, através do incremento da arrecadação e controle do gasto público. No entanto, como a Fazenda se constitui em uma secretaria dinâmica, que exige constantes mudanças, a fim de buscar a excelência, é preciso sanar dificuldades ainda presentes e atender as demandas que vão surgindo. Além disso, ainda é preciso avançar no fortalecimento da gestão fiscal estadual para mitigar os riscos de sustentabilidade dos esforços de modernização já desenvolvidos e para enfrentar os desafios da crise econômica agravada nos últimos anos.





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

A operação ora pleiteada, tem como focos principais:

A. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal: melhorar o desempenho da governança pública contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento, monitoramento e avaliação dos resultados, a mitigação dos riscos fiscais, o fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços.

B. Administração Tributária e Contencioso Fiscal: melhorar o desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias, a redução de tempo para cumprimento das obrigações tributárias, a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.

C. Administração Financeira e Gasto Público: melhorar o desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio, a avaliação da qualidade do gasto público, a apuração de custos e a melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

Os recursos provenientes da operação de crédito serão aplicados, principalmente, nos produtos abaixo:

Componentes e Produtos	Valor USD
A1 – Monitoramento e avaliação	239.500,00
A2 - Auditoria	166.666,67
C1. Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	23.101.500,00
P1. Governança Pública da Gestão Fiscal fortalecida	1.953.333,33
P2. Gestão de Pessoas modernizada	1.335.166,67
P3. Sistemas e Parque Tecnológico atualizados	18.454.000,00
P4. Processo de Aquisições e Contratos aprimorado	421.666,67
P5. Controle social na relação fisco-contribuinte ampliado	937.333,33
C2. Administração Tributária e Contencioso Fiscal	17.787.500,00
P1. Mecanismos de Política Tributária melhorados.	482.500,00
P2. Cobrança de imposto declarado e das obrigações acessórias automatizada	177.500,00
P3. Fiscalização e inteligência fiscal fortalecidos	12.005.833,33
P4. Contencioso administrativo e fiscal modernizado	401.666,67
P5. Modelo de atendimento integral implantado	4.347.500,00
P6. Modelo da cobrança administrativa implantado	372.500,00
C3. Administração Financeira e Gasto Público	6.992.499,99
P1. Planejamento e Execução Orçamentária fortalecidos	378.333,33
P2. Gestão do Tesouro Estadual Modernizada	1.158.333,33
P3. Gestão Ativos e Passivos implantada	3.461.666,67
P4. Gestão Contábil eficiente	965.000,00
P5. Gestão da Dívida Pública fortalecida	570.833,33
P6. Gestão do Gasto Público do Estado modernizada	458.333,33





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Estima-se que o Projeto será executado no prazo de 5 (cinco) anos, na forma abaixo:

Ano	% Execução
Ano 1	12,00%
Ano 2	22,11%
Ano 3	24,11%
Ano 4	23,77%
Ano 5	18,01%
TOTAL	100,00%

Relação Custo-Benefício

Os termos financeiros da operação estão estruturados dentro dos parâmetros definidos pelo BID com as seguintes opções oferecidas ao Estado do Piauí:

- Carência: 66 meses
- Prazo de amortização: 234 meses
- Taxa de juros: LIBOR 3 meses + SPREAD (margem variável a ser definida pelo BID na data da assinatura do contrato).
- Demais encargos e comissões: Encargo de inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolso. Comissão de crédito de até 0,75% a.a. sobre saldo não desembolsado.

Comparativamente ao mercado interno, as condições oferecidas pelo BID mostram-se mais atrativas, notadamente no tocante à taxa de juros, bem inferior àquelas praticadas no mercado brasileiro atualmente.

Tendo em vista a natureza do investimento, entendemos que os benefícios esperados e relacionados abaixo não são mensuráveis financeiramente de forma viável, mas superam os custos necessários e correspondentes à operação de crédito preteada:





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

1. provimento de maiores e melhores serviços públicos, face ao incremento do nível da receita própria e da melhoria da qualidade dos gastos públicos em bases sustentáveis;
2. atendimento eficaz dos clientes externos e internos, tanto o presencial quanto por meio da internet, reduzindo a burocracia e agilizando os processos;
3. melhoria no incremento da arrecadação, contribuindo para elevação da qualidade de vida da sociedade piauiense.

Destacamos, também, que o projeto beneficiará ações que são executadas em conjunto com outros órgãos da administração pública estadual como: Secretaria de Planejamento, relativamente ao planejamento e ao orçamento; Procuradoria Geral do Estado, no tocante à recuperação dos créditos da dívida ativa; Controladoria Geral do Estado, no que se refere ao controle interno e transparência e Secretaria da Administração e Previdência, relativamente ao Sistema de Patrimônio e ao Processo de Aquisições e Contratos.

Interesse Econômico e Social da Operação

As ações previstas neste Projeto foram definidas para auxiliar no equilíbrio fiscal do Estado do Piauí, iniciado com o PROFISCO I, que está apoiado no incremento das receitas próprias e no controle do gasto público, sem descuidar da redução da burocracia, aumento da transparência fiscal e no melhor atendimento aos usuários dos serviços públicos.

No que diz respeito à Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, o Projeto prevê ações para melhorar o desempenho da governança pública contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento; monitoramento e avaliação dos resultados; mitigação dos riscos fiscais; fortalecimento dos mecanismos de transparência e a melhoria da prestação de serviços.





GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

Em relação à Administração Tributária e Contencioso Fiscal, estão contempladas iniciativas para: melhoria do desempenho da administração tributária e do contencioso fiscal, contribuindo para o aumento da arrecadação das receitas próprias; a redução de tempos para cumprimento das obrigações tributárias; a celeridade na tramitação do processo administrativo fiscal e a recuperação da dívida ativa.

Relativamente à Administração Financeira e Gasto Público, estão contempladas ações para: melhoria do desempenho da administração contábil e financeira contribuindo para o aumento da eficiência no planejamento dos investimentos e no planejamento e execução das despesas de custeio; a avaliação da qualidade do gasto público; a apuração de custos; a melhoria da gestão da dívida pública e dos passivos contingentes.

No ponto de vista do social, vislumbra-se a melhoria da qualidade de vida do cidadão piauiense, haja vista que o incremento da receita própria proporcionará a oferta de mais serviços públicos de qualidade.

Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

Teresina(PI), 16 de fevereiro de 2018


Rafael Tajra Fonteles
Secretário de Fazenda

De acordo. 


José Wellington Barroso de Araújo Dias
Governador do Estado do Piauí



07/02/2018

SEI/MP - 5432525 - Resolução



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - C O F I E X

RESOLUÇÃO N.º 03/2018, de 31 de janeiro de 2018

O Presidente da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, bem como pelo Art. 9º da Resolução nº 1, de 18 de janeiro de 2018,

RESOLVE,

Com relação à Recomendação nº 08/0121, de 28 de abril de 2017, referente ao "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Piauí", de interesse do Estado do Piauí, alterar o nome para **"Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí - PRODAF"**, sem prejuízo dos termos da referida Recomendação.

Jorge Saba Arbache Filho
Secretário Executivo

Esteves Pedro Colnago Júnior
Presidente



Documento assinado eletronicamente por **JORGE SABA ARBACHE FILHO**, Secretário-Executivo da COFIEX, em 02/02/2018, às 10:51.



Documento assinado eletronicamente por **ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR**, Presidente da COFIEX, em 06/02/2018, às 17:12.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **5432525** e o código CRC **470360BE**.

Diário Oficial

Teresina(PI) - Sexta-feira, 28 de abril de 2017 • Nº 79

3



LEI Nº 6.985 , DE 27 DE ABRIL

DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com a garantia da União, até o valor de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), no âmbito da Linha de Crédito CCLIP - PROFISCO II, destinados ao Projeto de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Gestão Fiscal do Estado do Piauí – PRODAF, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, como contra garantia à garantia da União, à operação de crédito de que trata esta Lei, em caráter irrevogável e irretratável, a modo *“pro solvendo”*, as receitas a que se referem os artigos 157 e 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito.

Art. 3º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 27 de ABRIL de 2017.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

Of. 253





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 113, DE 2018

(nº 685/2018, na origem)

Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP.”

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO: À CAE



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 685

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”, de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos da Senhora Ministra de Estado da Fazenda, Interina.

Brasília, 3 de dezembro de 2018.



EM nº 00147/2018 MF

Brasília, 30 de Novembro de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de São Paulo - SP requereu a este Ministério a garantia da República Federativa do Brasil para contratação de operação de crédito externo a ser celebrada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avanço Saúde SP”.

2. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante o artigo 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, e a Resolução nº 43, de 2001, e alterações, todas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos-COFIEX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000 (atual Decreto nº 9.075, de 06 de junho de 2017), e o Banco Central do Brasil efetuou o registro da operação.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao Mutuário, registrando que, de acordo com o previsto no inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017, registrando que a capacidade de pagamento do Município resultou na classificação “B”, o que torna o Ente elegível para receber a garantia da União

5. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela regularidade na apresentação dos documentos requeridos na legislação para o encaminhamento do processo ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela, bem como à concessão de garantia por parte da União, ressalvando que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, deve ser verificado o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso; o atendimento do disposto no § 5º do



art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; a formalização do respectivo contrato de contragarantia.

6. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o envio de Mensagem ao Senado Federal a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de contratação e de concessão da garantia da União ao Ente em tela referente à operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ana Paula Vitali Janes Vescovi



Aviso nº 616 - C. Civil.

Em 3 de dezembro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



DOCUMENTOS PARA O SENADO

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP

**X
BID**

“Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes
Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”

PROCESSO Nº 17944.107542/2018-92



30/11/2018

SEI/MF - 1442839 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Procuradoria-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária
Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União

PARECER SEI Nº 157/2018/COF/PGACFFS/PGFN-MF

Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Município de São Paulo - SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do **“Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”**.

Exame preliminar, sob o aspecto de legalidade da minuta contratual. Operação sujeita à autorização do Senado Federal.

Constituição Federal, art. 52, V e VII; DL nº 1.312, de 1974; DL nº 147, de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Resoluções do Senado Federal nºs 48, de 2007, e 43, de 2001, ambas com alterações.

Processo SEI nº 17944.107542/2018-92

I

Vem à análise da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN a anexa proposta de celebração de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, para exame e parecer da minuta contratual que antecede à análise autorizativa do Senado Federal de que trata o art. 52, inciso V, da Constituição da República, com as seguintes características:

MUTUÁRIO: Município de São Paulo - SP;

MUTUANTE: Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID;

GARANTIDOR: República Federativa do Brasil;

NATUREZA DA OPERAÇÃO: empréstimo externo;

VALOR: até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

FINALIDADE: financiar parcialmente o Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.

Página 7 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1690974&infra_s... 1/7



30/11/2018

SEI/MF - 1442839 - Parecer

2. Juridicamente, importa observar que o pronunciamento desta PGFN restringe-se tão-somente aos aspectos jurídicos extrínsecos da garantia da União. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição Federal; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na versão atualizada das Resoluções do Senado Federal nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002, e nº 48, de 21 de dezembro de 2007; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

II

Análises da STN

3. A Secretaria do Tesouro Nacional – STN emitiu o Parecer SEI Nº 453/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 7 de novembro de 2018 (Doc SEI nº **1365536**), onde consta:

- (a) verificação dos limites de endividamento das Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal;
- (b) análise dos requisitos legais e normativos referentes à concessão da garantia da União.

4. No tocante à verificação dos limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União, em conformidade com o parágrafo 6º do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, estabeleceu a STN o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados a partir de 07/11/2018, para validade da análise daquela Secretaria (limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União).

5. Segundo informa a STN no supra mencionado Parecer, item 2, o Chefe do Poder Executivo do Ente prestou informações e apresentou comprovações por meio documental e por meio de formulário eletrônico, mediante o Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM, de que trata a Portaria nº 9/2017, da Secretaria do Tesouro Nacional.

6. O mencionado Parecer SEI Nº 453/2018 apresenta conclusão favorável à concessão da garantia da União uma vez que o Município cumpre os requisitos para a concessão de garantia desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia:

- (a) seja verificado o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;
- (b) seja verificada, pelo Ministério da Fazenda, o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- (c) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o Ente e a União.

7. Conforme a Nota Técnica nº 44/2018/GEAFIV/COREM/SURIN/STN/MF, de 10/05/2018 (Doc SEI nº 1262107, fls. 02/09), elaborada pela Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios – COREM/STN, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pela Portaria MF nº 501, de 23 de novembro de 2017, a análise da capacidade de pagamento do Ente resultou em classificação “B”, atendendo, assim, ao requisito previsto no inciso I do artigo 11 da Portaria MF nº 501/2017, necessário



30/11/2018

SEI/MF - 1442839 - Parecer

âmbito da STN, e também ao inciso I do artigo 12 da referida Portaria MF, requisito para elegibilidade da operação de crédito à concessão de garantia da União.

Aprovação do projeto pela COFIEIX

8. Foi recomendada a obtenção de financiamento externo para o projeto pela Comissão de Financiamentos Externos – COFIEIX, de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, sucedido pelo Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017, mediante a Resolução COFIEIX nº 15/0129, de 18/01/2018 (Doc SEI nº 1077530).

Existência de autorização legislativa para a contratação de operação de crédito externo e oferta de contragarantia à garantia a ser prestada pela União

9. Conforme análise realizada pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI/STN, e informada à Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM/STN mediante o Memorando SEI nº 64/2018/GECHEM III/COAFI/SURIN/STN-MF, de 06/11/2018 (SEI 1366735, fls. 03/06), as contragarantias oferecidas pelo ente, de acordo com a Lei 16.757, de 14 de novembro de 2017 (Doc SEI nº 1077549) são consideradas suficientes para ressarcir a União em caso de acionamento da garantia concedida.

10. A mencionada Lei autoriza o Poder Executivo do Município a contratar a operação de crédito em tela e a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as receitas tributárias relativas aos arts. 156, 158 e 159 incisos I, “b” da Constituição Federal, nos termos do § 4º do artigo 167 da mesma Carta, bem como outras garantias em direito admitidas.

11. Em cumprimento ao art. 40, §1º, da LRF, o Ente deverá assinar contrato de contragarantia com a União previamente à concessão da garantia.

Previsão no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária

12. Consta do processo a Declaração do Chefe do poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM, em 05/11/2018 (Doc SEI nº 1360237, fls. 16/21), informando que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2018-2021, estabelecido pela Lei nº 16.773, de 27/12/2017 (Doc SEI nº [1360237](#), fl. 20).

13. A supramencionada Declaração informa, ainda, que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação (Doc SEI nº 1360237, fls. 19/20) e que tal Projeto de Lei já está em andamento na Casa Legislativa local sob o nº 536/2018.

Situação de adimplência do Ente e regularidade em relação ao pagamento de precatórios

Página 9 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1690974&infra_s... 3/7



30/11/2018

SEI/MF - 1442839 - Parecer

14. A situação de adimplência do Município, bem como a regularidade em relação ao pagamento de precatórios, deverá estar comprovada por ocasião da análise jurídica para fim de assinatura do contrato, conforme determina o art. 25, IV, a, c/c art. 40, §2º, da LRF e o art. 10, §4º, da Resolução nº 48, de 2001.

Certidão do Tribunal de Contas do Ente

15. A Secretaria do Tesouro Nacional, mediante Parecer SEI nº 453/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, informou que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo emitiu a Certidão (Doc SEI nº [1330161](#)), em que atesta:

a) quanto ao último exercício analisado (2017): relativamente à LRF, o cumprimento dos arts. 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 33 (operações de crédito com instituições financeiras), 37 (operações vedadas), 52 (RREO), 55, §2º(publicações do RGF), da LRF, 198 § 2º (limite de Saúde), 212 (limite de Educação) e 167, III (Regra de Ouro) da CF;

b) quanto ao exercício em curso, o cumprimento pelo Ente dos requisitos dos arts 11 (cumprimento das competências tributárias), 23 (limites de despesa com pessoal), 52 (publicações do RREO) e 55, §2º(publicações do RGF), da LRF.

Declaração do chefe do Poder Executivo do Ente quanto ao exercício em curso

16. Consta Declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM/STN (Doc SEI nº 1360237, fls. 17), quanto às contas do exercício em curso, que o Município cumpriu os requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme determina o art. 21, IV, 'c', da Resolução nº 43, do Senado Federal.

Limite de Restos a Pagar

17. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante arts. 40, §2º e 25, inciso IV, alínea c, ambos da LRF, combinados com o disposto na alínea c do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, do Senado Federal, este limite só é aferível nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular do Poder Executivo, não se aplicando, portanto, na presente data a este Ente (item 24 do supramencionado Parecer SEI Nº 453/2018/COPEM/SURIN/STN/MF).

Limite de Parcerias Público-Privadas

18. Informou a STN (item 31 a 33 do Parecer SEI nº 453/2018/COPEM/SURIN/STN-MF) que, conforme declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, em 05/11/2018, o Ente firmou contrato na modalidade de PPP e declarou, ainda, que as despesas com PPP situam-se dentro do limite estabelecido no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004 (Doc SEI nº 1360237, fl. 21) e que no RREO relativo ao 4º bimestre de 2018 (Doc SEI nº 1255817, fl. 31) não foi declarada nenhuma despesa com PPP, porque, nos termos da explicação contida na Nota Explicativa nº 6 do SADIPEM (Doc SEI nº 1360237, fl. 22) a execução do contrato de PPP na área de iluminação se encontra suspensa por decisão judicial.

19. O Município de São Paulo anexou quadro assinado com as informações adicionais solicitadas pela STN (Doc SEI nº 1360267), no qual foi possível verificar que não ocorreram gastos no exercício anterior

Página 10 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1690974&infra_s... 4/7



30/11/2018

SEI/MF - 1442839 - Parecer

(2017) decorrentes da PPP, e que, na eventualidade da efetivação do contrato de parceria, as despesas com PPP do Ente não irão exceder 5% da RCL no ano corrente e nos próximos 9 (nove) exercícios.

20. Diante do exposto, à vista das informações prestadas pela Ente, a STN não vê óbice à concessão da garantia da União.

Parecer Jurídico da Procuradoria-Geral do Ente

21. A Procuradoria-Geral do Município emitiu o Parecer SF/COJUR N° 012579038, de 13 de novembro de 2018 (Doc SEI n° **1442008**), complementado pelo Parecer SMS/AJ N° 012668104, de 21 de novembro de 2018 (Doc SEI n° **1442024**) para fim do disposto na Portaria MEFP n° 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP n° 650, de 1° de outubro de 1992, em que conclui pela regularidade da contratação e legalidade das obrigações constantes da minuta contratual.

Registro da Operação no Banco Central do Brasil

22. A Secretaria do Tesouro Nacional informou, no item 40 do citado Parecer SEI N° 453/2018/COPEM/SURIN/STN/MF, ter verificado que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF), do Banco Central do Brasil – BACEN, sob o número n° TA837204 (Doc SEI n° 1363598).

III

23. O empréstimo será concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID e as cláusulas estipuladas são as usualmente utilizadas nas operações de crédito celebradas com essa instituição. Foram anexadas ao processo as minutas contratuais (Doc SEI n° 1226082), as Normas Gerais (Doc SEI n° 1226355), o Anexo Único (Doc SEI n° 1226174) e o contrato de garantia (Doc SEI n° 1226393)).

24. Foi, no mais, observado o disposto no art. 8º, da Resolução n° 48/2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

25. O mutuário é o Município de São Paulo-SP, pessoa jurídica de direito público interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente. Compete-lhe, ainda, fazer constar, oportunamente, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários ao pagamento dos compromissos assumidos.

26. A concessão da garantia da União para a operação de crédito em exame depende de autorização do Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, inciso V da Constituição Federal, pelo que se propõe o encaminhamento do assunto à consideração do Senhor Ministro da Fazenda para que, entendendo cabível, encaminhe a matéria para exame do Senado Federal, sob a ressalva de que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam tomadas as seguintes providências: (a) seja verificado o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso; (b) seja verificada, pelo Ministério



30/11/2018

SEI/MF - 1442839 - Parecer

da Fazenda, o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e (c) seja formalizado o respectivo contrato de contragarantia entre o Ente e a União.

É o parecer.

Documento assinado eletronicamente

ANA LÚCIA GATTO DE OLIVEIRA

Procuradora da Fazenda Nacional

De acordo. À aprovação do Senhora Procuradora-Geral de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária.

Documento assinado eletronicamente

FABIANI FADEL BORIN

Coordenadora-Geral, Substituta

De acordo. Ao Senhor Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

Documento assinado eletronicamente

ANA PAULA LIMA VIEIRA BITTENCOURT

Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal, Financeira e Societária

Aprovo o parecer. À Secretaria-Executiva deste Ministério para posterior encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro da Fazenda.

Documento assinado eletronicamente

FABRÍCIO DA SOLLER

Procurador-Geral da Fazenda Nacional



30/11/2018

SEI/MF - 1442839 - Parecer



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Lima Vieira Bittencourt, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 27/11/2018, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiani Fadel Borin, Coordenador(a)-Geral de Operações Financeiras Externas da União Substituto(a)**, em 28/11/2018, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúcia Gatto de Oliveira, Procurador(a) da Fazenda Nacional**, em 28/11/2018, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabício da Soller, Procurador(a)-Geral da Fazenda Nacional**, em 29/11/2018, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1442839** e o código CRC **47E64FFA**.

Referência: Processo nº 17944.107542/2018-92

SEI nº 1442839



```
SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA          S I S C O M E X          06/11/2018 14:06
TRANSACAO PCEX770          REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA          MCEX577A
----- PCEX577A - CARACTERISTICAS GERAIS -----
```

SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 06/11/2018 14:06
 TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577B

----- PCEX577B - CARACTERISTICAS DO PRINCIPAL -----
 NUMERO DA OPERACAO: TA837204 DE: 17102018
 DIGITADO

07.OBJETO DO FINANCIAMENTO

a) BENS.....: 100000000,00 b) TECNOLOGIA/SERV.:
 c) SEGURO CREDITO: d) INGRESSO MOEDA...
 e) ALUGUEL BASICO:

08. VLR. ANTECIPADO.....:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

09.VLR. A VISTA..:

a) DT.PAGAMENTO.: b) CONDICAO:

10. VLR. FINANCIADO: 100000000,00

a) NUM.PARCELAS: 20 (vezes) b) PERIODICIDADE.: 6 (meses)
 c) CARENCIA....: 90 (meses) d) PRAZO.....: 204 (meses)
 e) INIC.CONTAGEM: (ddmmaaaa) f) CONDICAO: 10090 ASSINATURA CONTRATO
 g) VLR.PARCELA....:
 h) MULTIPLICADOR... , i) BASE....:

11.VLR.RESIDUAL....: 12.MEIO DE PAGAMENTO....: 2 MOEDA
 (Informe 'SIM' para expandir o esquema de pagamento de principal ____)

ENTRA=SEGUE

F9=TRANSACAO

F6=MENU

F12=ENCERRA

F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 06/11/2018 14:06
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577C
----- PCEX577C - CARACTERISTICAS DE JUROS -----
NUMERO DA OPERACAO: TA837204 DE: 17/10/2018
DIGITADO

13. PERIODO DE JUROS.....: 01 Abrir proximo periodo : (S=sim,N=nao)
14. PRAZO VALIDADE DO PERIODO: 204 (meses)
15. FORMA DE PAGAMENTO.....: P (A=ANTECIPADO,P=POSTECIPADO)
16. CONDICAO.....: 10090 ASSINATURA CONTRATO
17. DT.INICIO CONTAGEM.....:
18. MEIO PAGAMENTO.....: 2 MOEDA
19. PERIODICIDADE.....: 6
20. TAXA FIXA.....: 0 , 0000 (00,0000) % ao ano
21. TAXA VARIAVEL.....:
a) TAXA b) SPREAD c) DETALHAR (x)
2391 LIBOR-USS-3 MESES -
-
-
d) CRITERIO DE SELECAO.....:

ENTRA=SEGUE
F9=TRANSACAO

F2=DETALHA
F6=MENU

F3=RETORNA
F12=ENCERRA



ENTRA=SEGUE F9=TRANSACAO F6=MENU F12=ENCERRA F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 06/11/2018 14:06
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577D
----- PCEX577D - CARACTERISTICAS DE ENCARGOS -----
NUMERO DA OPERACAO: TA837204 DE: 17/10/2018
DIGITADO

23.ENCARGO.....: 2
24.COD.ENCARGO.....: 5000 OUTROS ENCARGOS
25.VLR FIXO.....:
26.PERCENTUAL.....: 1,0000
27.BASE.....: 10020 - VALOR TOTAL DA OPERA
28.CONDICAO DE PAGAMENTO: 10 MEDIANTE COMPROVACAO
29.DATA DE PAGAMENTO....: (DDMMAAAA)
30.PERIODICIDADE.....:
31.NUM.PARCELAS.....:
32.DETALHAMENTO DA FORMA DE CALCULO:
DESPESA DE INSPEÇÃO E SUPERVISÃO NO EQUIVALENTE A ATÉ 1.00% DO VALOR D
O EMPRESTIMO, DIVIDIDO PELO NÚMERO DE SEMESTRES COMPREENDIDOS NO PRAZO
ORIGINAL DE DESEMBOLSOS, POR SEMESTRE. PRAZO DE DESEMBOLSOS=5ANOS.

ENTRA=SEGUE

F9=TRANSACAO

F6=MENU

F12=ENCERRA

F3=RETORNA



```
SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA          S I S C O M E X          06/11/2018 14:06
TRANSACAO PCEX770          REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA          MCEX577J
----- PCEX577J - REGISTRO DE DADOS COMPLEMENTARES -----
                                NUMERO DA OPERACAO: TA837204 DE: 17/10/2018
                                DIGITADO
```

55.DADOS DE IMPOSTO DE RENDA:

a) RESPONSABILIDADE...: 4 (1=CREADOR, 2=DEVEDOR, 3=AMBOS, 4=ISENTO)

ATENCAO: OBSERVAR O ART.880, DO DECRETO NR. 3.000, DE 26.03.1999, SOBRE REMESSA DE RENDIMENTOS PARA FORA DO PAIS.

56.DADOS DO RESPONSÁVEL PELA OPERAÇÃO - PELO DEVEDOR

NOME.: CAIO MEGALE

CPF...: 25829775867

CARGO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA

TELEPHONE: (011) 28736020

E-MAIL: CMEGALE@PREFEITURA.SP.GOV.BR

ENTRA=SEGUE

F 6=MENU

F3=RETORNA

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 06/11/2018 14:06
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA MCEX577R
----- PCEX577X - REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA -----
EXIBIR EVENTOS: _____ OPERACAO: TA837204 DE: 17/10/2018
DIGITADO
TIPO DE EVENTOS CONTRATO CAMBIO SITUACAO
_ 7100 INFORMACOES COMPLEMENTARES

MARQUE SUA OPCAO COM 'X' PARA DETALHAR

----- PAG. 1
ENTRA=SEGUE F6=MENU F9=TRANSACAO F12=ENCERRA F3=RETORNA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA S I S C O M E X 06/11/2018 14:07
TRANSACAO PCEX770 REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA NCEX577X
----- CONSULTA DE OPERACAO FINANCEIRA -----
NUMERO DA OPERACAO: TA837204 DE: 17/10/2018

EVENTOS NECESSARIOS PARA A CONCLUSAO DO REGISTRO:

4001 MANIFESTACAO CREDOR/INVESTIDOR-FATURA SITUACAO:
NAO INCL.

ENTRA=SEGUE

F6=MENU

F9=TRANSACAO

F12=ENCERRA



SISBACEN EMFTN/NAKACHIMA	S I S C O M E X	06/11/2018 14:07
TRANSACAO PCEX770	REGISTRO DE OPERACAO FINANCEIRA	NCX5770
-----	CONSULTA DE OPERACAO FINANCEIRA	-----
NUMERO DA OPERACAO: TA837204 DE: 17/10/2018		

EVENTOS NECESSARIOS PARA GERACAO DE ESQUEMA DEFINITIVO:

EVENTO:	SITUACAO:
7001 CONTRATO/FATURA/DOC FORMAL	NAO INCL.
6002 DECLARACAO IMP AVERBADA-DATA E VALOR	NAO INCL.
6012 ASSINATURA DO CONTRATO-DATA	NAO INCL.

ENTRA=SEGUE F3=RETORNA F6=MENU F9=TRANSACAO F12=ENCERRA



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

PARECER SEI Nº 453/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Processo nº 17944.107542/2018-92

Operação contratual externa, com garantia da União, entre o Município de São Paulo - SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 100.000.000,00. Recursos destinados ao financiamento do Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP.

VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO E PARA CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

I. RELATÓRIO

1. Trata o presente parecer da solicitação feita pelo Município de São Paulo - SP para a verificação do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação de operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e de pedido de concessão de garantia da União, nos termos da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), das Resoluções do Senado Federal (RSF) nº 43/2001 e nº 48/2007. Tal operação possui as seguintes características (SEI 1360237, fls. 02, 08/09):

- **Valor da operação:** US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP;
- **Juros:** LIBOR trimestral acrescida de margem variável;
- **Atualização monetária:** Variação cambial;
- **Liberações previstas:** US\$ 28.784.143,18 em 2019, US\$ 42.206.190,73 em 2020, US\$ 15.774.747,65 em 2021, US\$ 8.474.336,28 em 2022 e US\$ 4.760.582,16 em 2023;
- **Aportes estimados de contrapartida:** US\$ 42.122.222,22 em 2019; US\$ 37.114.141,41 em 2020; US\$ 3.558.859,26 em 2021; US\$ 9.811.206,06 em 2022; US\$ 7.393.571,05 em 2023;
- **Prazo total:** 204 (duzentos e quatro) meses;
- **Prazo de carência:** até 90 (noventa) meses;
- **Prazo de amortização:** 114 (cento e quatorze) meses;
- **Lei(s) autorizadora(s):** Lei Municipal nº 16.757, de 14/11/2017 (SEI 1077549);
- **Demais encargos e comissões:** Comissão de crédito de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado. Recursos para inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo.

2. Por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), de que trata a Portaria nº 09/2017 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), foram submetidas a esta STN informações para comprovação do contido nos arts. 21 a 25 da RSF nº 43/2001, sob a forma de formulário eletrônico disponibilizado ao Ente no SADIPEM, assinado em 05/11/2018 pelo Chefe do Poder Executivo do Ente da Federação (SEI 1360237). Os seguintes documentos foram enviados eletronicamente como documentos anexos no SADIPEM: a. Lei Autorizadora (SEI 1077549); b. Parecer do Órgão Jurídico (SEI 1330146); c. Parecer do Órgão Técnico (SEI 1330135); d. Certidão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (SEI 1330161); e. Quadro Demonstrativo de PPP (SEI 1360267)

II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

3. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, encaminhou Parecer do Órgão Técnico (SEI 1330135), em que atestou a relação custo-benefício e o interesse econômico social da operação, bem como apresentou a análise das fontes alternativas de financiamento. A propósito,

Página 25 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

conforme a Nota nº 436/2013 - STN/COPEM, de 13/6/2013 (SEI 1332550), é possível entender demonstrada a relação custo-benefício nos pareceres técnicos que apresentem os benefícios de forma qualitativa.

4. O Ente interessado, em cumprimento do disposto no § 1º do art. 32, da LRF, bem como do inciso I, do art. 21, da RSF nº 43/2001, mediante o Parecer do Órgão Jurídico (SEI 1330146) e Declaração do Chefe do Poder Executivo efetuada no SADIPEM (SEI 1360237, fls. 16/21), atestou que cumpre os requisitos para contratação do empréstimo e concessão da garantia da União prescritos na citada Resolução e na Lei Complementar nº 101/2000. Ademais, a comprovação do cumprimento do inciso II do § 1º do art. 32 da LRF foi realizada por meio dos citados Parecer Jurídico e Declaração do Chefe do Poder Executivo, atestando a inclusão no orçamento vigente dos recursos provenientes da operação pleiteada.

5. De acordo com as disposições sobre a matéria, constantes das RSF nºs 40/2001 e 43/2001, foram verificados os seguintes limites quantitativos, considerando-se o valor e os dispêndios da operação sob exame:

a. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício anterior. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício anterior	
Despesas de capital executadas do exercício anterior (SEI 1255800, fl. 03)	4.068.184.509,24
"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00
"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada	4.068.184.509,24
Receitas de operações de crédito do exercício anterior (SEI 1255800, fl. 02)	44.420.661,72
ARO, contratada e não paga, do exercício anterior	0,00
Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada	44.420.661,72

b. Limite referente ao art. 6º, § 1º, Inciso II da RSF nº 43/2001 - **receitas de operações de crédito em relação às despesas de capital - exercício corrente. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Exercício corrente	
Despesas de capital previstas no orçamento (SEI 1255817, fl. 03)	7.224.516.894,78
"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)"	0,00



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte"	0,00
"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas"	0,00
Despesa de capital do exercício ajustadas	7.224.516.894,78
Liberações de crédito já programadas (SEI 1360237, fl. 26)	218.968.893,63
Liberação da operação pleiteada (SEI 1360237, fl. 26)	0,00
Liberações ajustadas	218.968.893,63

c. Limite referente ao art. 7º, Inciso I da RSF nº 43/2001 - **montante global das operações realizadas em um exercício financeiro (MGA) em relação à receita corrente líquida (RCL). Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Desembolso Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	Percentual do limite de endividamento (%)
	Operação pleiteada	Liberações programadas			
2018	0,00	218.968.893,63	50.017.020.871,51	0,44	2,74
2019	119.031.067,29	283.333.333,33	50.669.483.755,66	0,79	4,96
2020	174.535.260,53	0,00	51.330.457.898,74	0,34	2,13
2021	65.233.313,96	0,00	52.000.054.328,55	0,13	0,78
2022	35.043.922,82	0,00	52.678.385.521,26	0,07	0,42
2023	19.686.435,41	0,00	53.365.565.420,24	0,04	0,23

* Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.

d. Limite referente ao art. 7º Inciso II da RSF nº 43/2001 - **comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos (CAED) em relação à RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Ano	Comprometimento Anual (R\$)		Projeção da RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	Operação pleiteada	Demais Operações		

Página 27 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

2018	0,00	5.174.489.175,61	50.017.020.871,51	10,35
2019	5.709.391,23	5.288.925.630,68	50.669.483.755,66	10,45
2020	12.114.200,78	5.454.917.610,95	51.330.457.898,74	10,65
2021	14.208.308,51	5.603.846.938,59	52.000.054.328,55	10,80
2022	15.181.416,43	6.084.583.098,69	52.678.385.521,26	11,58
2023	15.707.758,16	5.920.313.830,00	53.365.565.420,24	11,12
2024	15.706.056,40	7.320.130.837,08	54.061.709.455,25	13,57
2025	15.814.245,48	3.969.984.377,93	54.766.934.561,80	7,28
2026	36.618.069,51	4.113.497.516,47	55.481.359.200,81	7,48
2027	56.240.296,73	4.254.330.989,40	56.205.103.378,49	7,67
2028	54.695.621,37	4.394.138.238,13	56.938.288.666,53	7,81
2029	52.999.665,41	4.547.747.320,70	57.681.038.222,48	7,98
2030	51.427.811,25	1.958.643.173,47	58.433.476.810,46	3,44
2031	49.845.416,54	36.277.416,91	59.195.730.822,13	0,15
2032	48.252.188,75	36.371.035,65	59.967.928.297,88	0,14
2033	46.630.875,12	33.517.389,91	60.750.198.948,40	0,13
2034	44.915.228,51	23.501.887,53	61.542.674.176,39	0,11
2035	43.331.367,72	21.963.888,31	62.345.487.098,72	0,10
2036	21.072.065,84	21.557.161,18	63.158.772.568,69	0,07
Média até 2027				10,09
Percentual do Limite de Endividamento até 2027				87,78
Média até o término da operação				6,36



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação	55,32
---	-------

* *Projeção da RCL pela taxa média de 1,304481700% de crescimento do PIB nos últimos 8 anos.*

e. Limite referente ao art. 7º, Inciso III da RSF nº 43/2001 - **relação entre a Dívida Consolidada Líquida (DCL) e a RCL. Enquadrado**, conforme quadro abaixo:

Receita Corrente Líquida (RCL)	49.801.405.650,61
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	33.787.065.700,56
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	502.302.226,96
Valor da operação pleiteada	413.530.000,00
Saldo total da dívida líquida	34.702.897.927,52
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,70
Limite da DCL/RCL	1,20
Percentual do limite de endividamento	58,07%

6. Salientamos que a projeção da RCL constante nas alíneas "c" e "d" do item anterior tem como base a RCL do Demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RREO - 4º Bimestre de 2018), homologado no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi (SEI 1255817, fl. 16). Adicionalmente, assinalamos que os dados referentes à relação DCL/RCL (alínea "e" do item anterior) têm como fonte o Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (RGF - 2º Quadrimestre de 2018), homologado no Siconfi (SEI 1255886, fl. 05).

7. Considerando as alterações introduzidas pela RSF nº 36/2009, que alterou a RSF nº 43/2001, o limite a que se refere o item "d" foi calculado para (i) todos os exercícios financeiros em que há pagamentos previstos da operação pretendida; e, quando o prazo de amortização supera 2027, para (ii) os exercícios financeiros em que há pagamentos até 31 de dezembro de 2027, sendo considerado para fins de verificação de limites o período que resultou no cálculo mais benéfico para o Ente. Dessa forma, considerou-se o comprometimento anual de 6,36%, relativo ao período de 2018/2036.

8. Em conclusão, no que diz respeito aos requisitos mínimos aplicáveis à operação, o Município de São Paulo atendeu a todas as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da RSF nº 43/2001. Relativamente ao cumprimento dos limites estabelecidos nas RSF nº 40 e 43, de 2001, registramos:

- a. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício anterior): **Enquadrado**;
- b. Receita de operações de crédito menor que a despesa de capital (exercício corrente): **Enquadrado**;
- c. MGA/RCL menor que 16%: **Enquadrado**;
- d. CAED/RCL menor que 11,5%: **Enquadrado**;
- e. DCL/RCL menor que 1,2: **Enquadrado**.



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

9. Nos termos do § 1º do art. 32 da RSF nº 43/2001, a comprovação do cumprimento dos requisitos de que tratam o art. 16 e o inciso VIII do art. 21, da RSF nº 43/2001, passou a ser responsabilidade da instituição financeira ou do contratante, conforme seja o caso, por ocasião da assinatura do contrato, não havendo mais verificação prévia destes requisitos por parte da STN. Ademais, também deverá ser observada a adimplência relativa a precatórios, requisito tratado no artigo 97, § 10, inciso IV, e no artigo 104, parágrafo único, ambos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

10. No que concerne ao art. 21, inciso IV, da RSF nº 43/2001, a Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 1330161) atestou o cumprimento pelo Ente do disposto na LRF relativamente ao último exercício analisado (2017) e ao exercício em curso (2018).

11. Em consonância com o disposto na Portaria STN nº 896, de 31/10/2017, a qual estabelece regras para o recebimento dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação por meio do Siconfi, verificamos mediante o Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias - CAUC (SEI 1363674), que o ente homologou as informações constantes da referida Portaria.

12. Em atendimento aos preceitos da Portaria STN nº 756, de 18/12/2015, o Ente inseriu e finalizou as informações relativas às dívidas públicas interna e externa de que tratam o § 4º do art. 32 da LRF e o art. 27 da RSF nº 43/2001 mediante o preenchimento do Cadastro da Dívida Pública (CDP) no SADIPEM (SEI 1256025 e SEI 1363651).

13. Destaca-se, adicionalmente, que o valor total do saldo ao final do exercício anterior da Dívida Consolidada (DC) informado no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida (DDCL) do RGF do 2º quadrimestre de 2018 (SEI 1255886) e no Cronograma de Pagamentos da Aba “Operações Contratadas” do SADIPEM (SEI 1360237, fls. 12/13), R\$ 44.987.456.957,17, diverge daquele informado no DDCL do RGF do 3º quadrimestre de 2017 (SEI 1255867), R\$ 44.216.034.910,98, mesmo valor disponível no CDP 2017 finalizado no SADIPEM (SEI 1363651). Por meio de mensagem eletrônica de 07/11/2018 (SEI 1372567), o Município de São Paulo informou o seguinte:

“Quanto à diferença existente entre os saldos da Dívida Consolidada do exercício de 2017 constantes do RGF do 3º quadrimestre de 2017 e do RGF 2º quadrimestre de 2018 (Anexo 2 – RGF), informamos que essa diferença deve-se à adoção de novo critério de apuração da Dívida Consolidada a partir do RGF 2º quadrimestre de 2018, em observância à orientação prevista pela “ERRATA MDF 8ª Edição, versão 18/06/2018”.

Embora exista a predita diferença, ressaltamos que o somatório dos valores previstos pela coluna “Dívida Consolidada – DC” com os valores do quadro “Outros Valores Não Integrantes da DC” do exercício de 2017, todos do “Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” (Anexo 2 do RGF), mantiveram-se inalterados em ambos demonstrativos (RGF 3º quadrimestre 2017 e RGF 2º quadrimestre 2018).

Houve apenas uma realocação de valores entre os campos acima mencionados como efeito dessa errata.

Não haveria como mantermos o saldo da DC apurado no RGF de 2017 no RGF de 2018 uma vez que a adoção de critério diferentes de apuração da DC num mesmo demonstrativo acarretaria divergências interpretativas dos números nele previstos.

Dessa forma, corroboramos o entendimento de que os valores do saldo da Dívida Consolidada do exercício de 2017 publicados em ambos RGFs estão corretos.

Por fim, informamos que a explicação acima exposta está prevista pela Nota Explicativa nº 16 do Anexo 2 do RGF do 2º quadrimestre de 2018.”

14. Diante do exposto, tendo em vista a justificativa apresentada pelo município, constata-se que a referida diferença decorre de orientação constante na versão de 18/06/2018 do Manual de Demonstrativos Fiscais da STN. Por fim, optou-se por utilizar o valor total da DC informado no Cronograma de Pagamentos (R\$ 44.987.456.957,17) para o cálculo do limite do art. 7º, inc. II da RSF nº 43/2018 descrito no parágrafo 5 deste parecer, tendo em vista que este proporciona uma análise mais conservadora.

15. Quanto ao atendimento do art. 51 da LRF, considera-se que o Município encaminhou suas contas ao Poder Executivo do Estado e da União (SEI 1363674 e SEI 1332474).

16. Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, o Ente encontra-se adimplente nesta data, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012, e disponível no endereço sahem.tesouro.gov.br (SEI 1363664).

17. Em consulta à relação de mutuários da União - situação em 14/06/2018 (SEI 1257133), verificou-se que o Ente consta da relação de haveres controlados pela Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI). Em decorrência disso, consultou-se a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios (COREM), que, conforme Memorando SEI nº 61/2018/GERAP/CORFI/SURIN/STN-MF, de 01/11/2018 (SEI 1360919), manifestou entendimento de que “a contratação da referida operação de crédito não representa violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União”, nos termos do inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/2001.



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

18. Relativamente às despesas com pessoal, na forma disciplinada pela LRF, destaca-se que, na presente análise, os limites referentes às mencionadas despesas foram considerados como atendidos até o 2º quadrimestre de 2018, com base na certidão emitida pelo Tribunal de Contas competente (SEI 1330161), na declaração do Chefe do Poder Executivo preenchida e assinada eletronicamente no SADIPEM (SEI 1360237, fls. 16/21) e nos Demonstrativos da Despesa com Pessoal contidos nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) do 2º quadrimestre de 2018 homologados no Siconfi (SEI 1255886, SEI 1255911 e SEI 1255928).

III. REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DE GARANTIA DA UNIÃO

19. No que se refere aos aspectos atinentes à concessão da garantia da União, dispostos na LRF, nas Resoluções do Senado Federal nº 40/2001, 43/2001 e 48/2007 e na Portaria MEFP nº 497/1990, este parecer trata estritamente:

- a. da verificação do cumprimento, pelo interessado, dos requisitos legais e normativos obrigatórios para a obtenção da garantia da União indicados na seção III.1; e
- b. da instrução do processo relativamente a seus riscos e demais informações indicadas na seção III.2, considerada subsídio necessário para que o Secretário do Tesouro Nacional se manifeste expressa e conclusivamente, de acordo com sua avaliação, sobre a oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional.

III.1 REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS PARA CONCESSÃO DA GARANTIA DA UNIÃO

20. Entende-se que a verificação do cumprimento dos arts. 10, II, “c”, e 11, parágrafo único, “j” e “l”, da RSF nº 48/2007, foi realizada e atendida no item “II. VERIFICAÇÃO DE LIMITES E CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO” deste Parecer.

RESOLUÇÃO DA COFIEIX

21. A Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX), por meio da Resolução COFIEIX nº 15/0129, de 18/01/2018 (SEI 1077530), autorizou a preparação do programa com financiamento no valor de até US\$ 100.000.000,00, provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com contrapartida de no mínimo US\$ 100.000.000,00.

DÍVIDA MOBILIÁRIA

22. Relativamente à observância do limite da dívida mobiliária do Ente garantido, conforme estabelecido no art. 10, inciso II, alínea “c” da RSF nº 48/2007, é de se informar que, até a presente data, o Senado Federal, no âmbito de sua competência constitucional, ainda não dispôs sobre os limites da referida dívida mobiliária de estados, municípios e Distrito Federal. Entretanto, conforme definido nas RSF nº 40/2001 e 43/2001, a dívida pública consolidada inclui a dívida mobiliária, tendo sido o limite da primeira atestado no parágrafo 5º deste Parecer.

OPERAÇÕES POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

23. No que tange ao limite referente às operações por antecipação de receita orçamentária, verificou-se, a partir do Demonstrativo das Operações de Crédito constante do RGF do 2º quadrimestre de 2018 (SEI 1255886, fl. 14), que o Ente não possui valores contratados em operações dessa natureza.

RESTOS A PAGAR

24. Com relação à exigência de comprovação de obediência ao limite de Restos a Pagar, consoante artigos 25, inciso IV, alínea c, 40, § 2º e 42, todos da LRF, combinados com o disposto na alínea “c” do inciso II do art. 10 da RSF nº 48/2007, tendo em vista que esse limite é aferível somente nos dois últimos quadrimestres do último ano de mandato do titular de Poder Executivo, a exigência de comprovação de obediência ao limite de restos a pagar não se aplica ao Município, na presente data.

INCLUSÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA E NO PLANO PLURIANUAL

25. A Declaração do Chefe do Poder Executivo, assinada digitalmente no SADIPEM em 05/11/2018 (SEI 1360237, fls. 16/21), informa que a operação em questão está inserida no Plano Plurianual (PPA) do Município para o quadriênio 2018-2021, estabelecido pela Lei nº 16.773, de 27/12/2017 (SEI 1360237, fl. 20). A declaração citada informa que constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, dotações necessárias e suficientes para a execução do Programa em tela, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação (SEI 1360237, fls. 19/20). A declaração citada informa ainda que constam o Projeto de Lei já está em andamento na Casa Legislativa local sob o nº 536/2018.

AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA - CONTRATAÇÃO E CONTRAGARANTIAS

26. A Lei municipal nº 16.757, de 14/11/2017 (SEI 1077549), autoriza o Poder Executivo a contratar a presente operação de crédito e a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição constitucional previstas nos artigos 158 e 159, inciso I, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal.

GASTOS MÍNIMOS COM SAÚDE E EDUCAÇÃO

Página 31 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

27. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 19/10/2018 (SEI 1330161), atestou para os exercícios de 2016 e 2017 o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal. Adicionalmente, a mesma Certidão atestou para o exercício de 2017 o cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal.

EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

28. O Tribunal de Contas competente, mediante Certidão emitida em 19/10/2018 (SEI 1330161), atestou para os exercícios de 2017 e 2018 o cumprimento do pleno exercício de competência tributária pelo Ente (art. 11 da LRF).

DESPESAS COM PESSOAL

29. Relativamente às despesas com pessoal, entende-se atendido o requisito legal conforme análise constante do parágrafo 18 deste parecer.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

30. A Lei nº 11.079/2004, alterada pela Lei nº 12.766/2012, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, estabelece, em seu art. 28, que a União não poderá conceder garantia aos demais entes caso a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias por eles contratadas tiver excedido, no ano anterior, a 5% da receita corrente líquida do exercício ou se as despesas anuais dos contratos vigentes nos 10 (dez) anos subsequentes excederem a 5% da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

31. A esse respeito, o Ente atesta no SADIPEM, por meio da Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 05/11/2018, que firmou contrato na modalidade de PPP e declarou, ainda, que as despesas com PPP situam-se dentro do limite estabelecido no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004 (SEI 1360237, fl. 21). No entanto, foi verificado que no RREO relativo ao 4º bimestre de 2018 (SEI 1255817, fl. 31) não foi declarada nenhuma despesa com PPP. A esse respeito, justificando a ausência de valores, o Município informou na Nota Explicativa nº 6 do SADIPEM (SEI 1360237, fl. 22) que a execução do contrato de PPP na área de iluminação se encontra suspensa por decisão judicial:

"...conforme informações prestadas pelo Departamento de Contadoria e Gabinete da Subsecretaria do Tesouro Municipal, ponderamos que o Anexo - 13, do Demonstrativo das Parcerias Público Privadas - PPP, foi preenchido respeitando as diretrizes contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 8ª Edição (Portaria STN nº 495, de 06 de Junho de 2017), entretanto, tal demonstrativo foi homologado no SICONFI com valores zerados, exceto na linha da Receita Corrente Líquida, fato este motivado pela suspensão, determinada pela 13ª vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital (processo nº 1015273-13.2018.8.26.0053, e agravos de instrumento nºs 2074935-50.2018.8.26.0000 e 2072848-24.2018.8.26.0000), da execução do contrato de PPP na área de iluminação. Corroborando com o nosso entendimento de disponibilização do Anexo - 13 com valores zerados, salientamos que houve acesso apenas aos empenhos efetuados em favor do Consórcio ganhador, entretanto, até o presente momento, nenhuma despesa foi executada daqueles empenhos, fato este que reforça ainda mais nossa posição pela não existência de valores a serem destacados no referido anexo."

32. Tendo em vista a possibilidade de retomada da PPP, e buscando avaliar o disposto no art. 28 da Lei nº 11.079/2004, foi solicitado ao Município, por meio do Ofício SEI nº 1399/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, de 01/11/2018 (SEI 1352714), que enviasse Demonstrativo com a previsão de execução das PPPs para o exercício em curso e para os 9 (nove) exercícios seguintes, no caso de a citada decisão judicial que suspendeu a execução do contrato ser revertida.

33. Em atenção ao pedido, o Município de São Paulo anexou quadro assinado com as informações solicitadas (SEI 1360267), no qual foi possível verificar que não ocorreram gastos no exercício anterior (2017) decorrentes da PPP, e que, na eventualidade da efetivação do contrato de parceria, as despesas com PPP do Ente não irão exceder 5% da RCL no ano corrente e nos próximos 9 (nove) exercícios. Diante do exposto, considera-se não haver óbice à concessão da garantia da União.

LIMITE PARA A UNIÃO CONCEDER GARANTIAS

34. Quanto à observância do limite para a União conceder garantias, é de se informar que há margem para a concessão da pleiteada garantia da União, dentro do limite estabelecido no artigo 9º da RSF nº 48/2007. Conforme as informações contidas no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União relativo ao 2º quadrimestre de 2018 (SEI 1363495), o saldo total das garantias concedidas pela União encontra-se em 37,72% da RCL.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

35. Para o cumprimento do art. 23, inciso I da RSF nº 43/2001, foi realizada a análise da capacidade de pagamento do pleiteante à garantia, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017, utilizando os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049/2017. Conforme consignado na Nota Técnica nº 44/2018/GEAFIV/COREM/SURIN/STN/MF, de 10/05/2018 (SEI 1262107, fls. 02/09), a capacidade de pagamento do Ente foi classificada em "B". Essa classificação atendeu ao requisito previsto no inciso I do artigo 11 da Portaria MF nº 501/2017, necessário para a continuidade da análise do Pedido de Verificação dos Limites e Condições da operação de crédito, no âmbito da STN, e também atendeu, conforme o inciso I do artigo 12 da Portaria MF nº 501/2017, a um dos requisitos para elegibilidade da operação de crédito à concessão da garantia da União.

Página 32 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.

https://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1598288&infra... 8/12



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

CONTRAGARANTIAS À GARANTIA DA UNIÃO

36. Em cumprimento ao art. 40, § 1º da LRF, e art. 10, inciso III, da RSF Nº 48, foi realizada pela COAFI a análise da suficiência das contragarantias à garantia da União, segundo a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501/2017. Conforme informação consignada no Memorando SEI nº 64/2018/GECEM III/COAFI/SURIN/STN-MF, de 06/11/2018 (SEI 1366735, fls. 03/06), as contragarantias oferecidas pelo ente são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta venha a honrar compromisso na condição de garantidora da operação.

CUSTO-BENEFÍCIO, CONDIÇÕES FINANCEIRAS e FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

37. Entende-se que o Parecer Técnico (SEI 1330135), em conformidade com a Nota nº 436/2013 –STN/COPEM (SEI 1332550), juntamente com os dados básicos e as abas “Dados Complementares” e “Cronograma Financeiro” preenchidas no SADIPEM (SEI 1360237, fls. 02, 08/09), atendem ao disposto nos incisos V e VI do art. 3º da Portaria MF 497/1990.

ADIMPLÊNCIA COM A UNIÃO

38. Em relação à adimplência financeira com a União, cumpre informar que, na presente data, o Ente se encontra adimplente, conforme já mencionado no parágrafo 16 deste parecer.

PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS

39. Quanto à adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios, em atendimento ao disposto no art. 97, inciso IV, alínea a, e no art. 104, Parágrafo Único, ambos do ADCT, a verificação da adimplência deverá ser feita por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

REGISTRO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS - ROF

40. Verificou-se que a operação de crédito sob análise está inscrita no Registro de Operações Financeiras do Registro Declaratório Eletrônico (ROF) nº TA837204 (SEI 1363598).

CUSTO EFETIVO DA OPERAÇÃO

41. A Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP, tendo em vista o disposto no Capítulo III da Portaria MF 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação, por meio do Memorando SEI nº 116/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 01/11/2018 (SEI 1337929, fls. 03/06). O custo efetivo da operação foi apurado em 4,52% a.a. para uma *duration* de 10,08 anos. Considerada a mesma *duration*, o custo de captação estimado para emissões da União em dólares é de 5,91% a.a., portanto, superior ao custo efetivo calculado para a operação. Nessa condição, não há restrição para eventual inclusão de cláusula contratual que permita a securitização da operação de crédito, conforme Resolução nº 03 do Grupo Estratégico do Comitê de Garantias da STN (SEI 1226518).

HONRA DE AVAL

42. Tendo em vista o disposto nos incisos I e II do artigo 13 da Portaria MF 501/2017, foi realizada consulta ao Relatório Semanal de Honras de Aval, emitido pela Gerência de Controle de obrigações da Dívida Pública (GECOD) da Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública (CODIV), com posição em 01/11/2018 (SEI 1337943), em que foi verificado não haver, em nome do Município de São Paulo, registro referente à honra de garantia pela União a operações de crédito por este realizadas ou registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União que sejam impeditivos a concessão de garantia da União a novos contratos de financiamento do Ente.

MINUTAS DOS CONTRATOS DE FINANCIAMENTO E DE GARANTIA

43. Em atendimento ao art. 3º, VIII, da Portaria MEFP nº 497/1990, estão presentes no processo as minutas do contrato de financiamento (SEI 1226082), das Normas Gerais (SEI 1226355), do Anexo Único (SEI 1226174) e do contrato de garantia (SEI 1226393).

III.2 INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS RISCOS PARA O TESOUREIRO NACIONAL**ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

44. Em relação aos riscos para o Tesouro Nacional, destacam-se os pontos abaixo, os quais refletem condições normalmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em operações com organismos multilaterais.

Prazo e condições para o primeiro desembolso

45. As condições prévias ao primeiro desembolso estão descritas na Cláusula 3.01 das Disposições Especiais do contrato (SEI 1226082, fl. 05) e nos Artigos 4.01 e 4.02 das Normas Gerais (SEI 1226355, fl. 14). O Município de São Paulo terá um prazo de 180 dias a partir da entrada em vigência do contrato para cumprir as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas.

46. Registre-se que o Governo Federal exige que as instituições credoras de operações de crédito externo de entes subnacionais informem o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso por parte dos mutuários como condicionante à assinatura dos contratos. Tal exigência minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que possibilita ao Ente iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo e, com isso, não incorrer em pagamento desnecessário de comissão de compromisso.

Página 33 de 307 Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.

venimento antecipado da dívida e cross default



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

47. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que o BID terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não-financeiras, conforme estabelecido nos artigos 8.01 e 8.02 das Normas Gerais (SEI 1226355, fls. 32/33).

48. Adicionalmente, a minuta do contrato prevê o *cross default* com outros contratos do ente com o BID, conforme estabelecido nos itens (a) e (c) do artigo 8.01 (SEI 1226355, fl. 32), e no item (a) do artigo 8.02, das Normas Gerais (SEI 1226355, fl. 33).

49. A respeito destas hipóteses, cumpre informar que a Secretaria do Tesouro Nacional – STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não financeiras, cumpre informar que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

50. Cabe esclarecer, também, que o BID acompanha periodicamente a execução dos projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório. Também exige que os mutuários apresentem relatórios semestrais com relação à execução dos projetos em seus aspectos técnicos e financeiros, assim como realização de auditoria externa. No entanto, cumpre informar que a STN não acompanha a execução dos projetos.

AVALIAÇÃO DO COMITÊ DE GARANTIAS

51. Em 21/12/2015, mediante a Portaria STN nº 763, foi instituído, no âmbito do Tesouro Nacional, o Comitê de Garantias, fórum colegiado interno que tem como objetivo subsidiar a atuação da STN no que se refere à concessão de garantias da União. A Portaria STN nº 109, de 25/02/2016, aprovou o regimento interno do referido Comitê, atribuindo a seus Grupos Técnicos a avaliação técnica e a deliberação acerca da admissibilidade dos pleitos de concessão de garantia.

52. O Grupo Técnico de Entes Subnacionais do Comitê de Garantias da STN entendeu, em sua 5ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 05/05/2016 (SEI 1333694), que, até que haja definição sobre procedimentos em atendimento ao Art. 40 do RICGR, as operações externas, financiadas por Organismos Multilaterais, que tenham contragarantias suficientes, tenham Capacidade de Pagamento A, B ou C* (C* somente com pronunciamento favorável do Secretário do Tesouro Nacional, conforme art. 9º da Portaria MF nº 306/2012), e cumpram os demais limites e condições da legislação, conforme análise da COPEM, estão recomendadas, condicionadas à manifestação favorável da Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) quanto ao custo de cada operação individualmente.

53. Cabe esclarecer que a Portaria MF nº 306/2012 foi revogada pela Portaria MF nº 501/2017, em que foi definido, no inciso I do art. 12, que são elegíveis à concessão de garantia da União, relativamente ao risco do Tesouro Nacional, operações de crédito que, além de atenderem aos artigos 7º e 9º daquela Portaria, sejam pleiteadas por Unidade da Federação que tenha capacidade de pagamento calculada e classificada em A ou B.

54. Por sua vez, a CODIP, em verificação do atendimento do art. 9º da Portaria MF nº 501/2017, manifestou-se favoravelmente quanto ao custo da operação conforme informação consignada no Memorando SEI nº 116/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF, de 01/11/2018 (SEI 1337929, fls. 03/06).

55. Assim, considerando a classificação "B" da capacidade de pagamento do município de São Paulo, bem como a manifestação favorável da CODIP, a operação em análise é elegível à garantia da União nos termos da deliberação da 5ª Reunião Extraordinária do Grupo Técnico e do inciso I do art. 12 da Portaria MF nº 501/2017.

IV. CONCLUSÃO

56. Tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, e considerando a verificação dos limites e condições constantes da RSF nº 43/2001, o Ente **CUMPRE** os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF.

57. Ressalte-se que deverá ser observado o disposto no inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001 e no § 4º do artigo 10 da RSF nº 48/2007.

58. Em relação à garantia da União, tomando-se por base os dados da documentação constante dos autos, entende-se que o Ente **CUMPRE** os requisitos legais e normativos apontados na seção III.I, necessários para a obtenção da garantia da União, que fica condicionada:

- a. ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;
- b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e
- c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia.

59. Considerando o disposto no § 1º, do art. 1º, da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018, o prazo de validade da verificação de limites e condições para contratação da operação de crédito e para a concessão de garantia pela União é de **270 (duzentos e setenta) dias**, contados a partir de 07/11/2018, uma vez que o cálculo dos limites a que se referem os incisos I, II e III do art. 7º da RSF nº 43/2001 resultou em percentuais de comprometimento inferiores a 80%. Entretanto, caso a operação não seja contratada até 31/12/2018 e o referido prazo de validade esteja vigente, será necessária análise complementar desta STN, nos termos do § 2º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018.



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer

60. Encaminhe-se o presente pleito para manifestação conclusiva do Secretário do Tesouro Nacional, acerca da oportunidade e conveniência da concessão da garantia da União, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, nos termos do art. 6º, I, “a” da Portaria MEFP nº 497/1990.

À consideração superior.

Luis Fernando Nakachima
Auditor Federal de Finanças e Controle

Daniel Maniezo Barboza
Gerente da GEPEX/COPEM, substituto

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Marcelo Callegari Hoertel
Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

Renato da Motta Andrade Neto
Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração do Secretário do Tesouro Nacional.

Pricilla Maria Santana
Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF

De acordo. Em relação à manifestação sobre oportunidade, conveniência e viabilidade, relativamente aos riscos para o Tesouro Nacional, da garantia ora analisada, entendo que a presente operação de crédito deva receber a garantia da União. Encaminhe-se o processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN para as providências de sua alçada.

Mansueto Facundo de Almeida Júnior
Secretário do Tesouro Nacional



Documento assinado eletronicamente por **Luis Fernando Nakachima, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 07/11/2018, às 16:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Maniezo Barboza, Gerente de Projeto**, em 07/11/2018, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 07/11/2018, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais Substituto(a)**, em 07/11/2018, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Página 35 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.



26/11/2018

SEI/MF - 1365536 - Parecer



Documento assinado eletronicamente por **Mansueto Facundo de Almeida Junior, Secretário(a) do Tesouro Nacional**, em 07/11/2018, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1365536** e o código CRC **5B23E5B2**.

Referência: Processo nº 17944.107542/2018-92

SEI nº 1365536



Memorando SEI nº 64/2018/GECEM III/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Município de São Paulo (SP).

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.109403/2018-01.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 497, de 05/11/2018, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para operações de crédito pleiteadas pelo Município de São Paulo (SP).
2. Informamos que a Lei municipal nº 16.757, de 14/11/2017, concedeu ao Município de São Paulo (SP) autorização para prestar como contragarantia ao Tesouro Nacional das mencionadas operações, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea 'b', complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal.
3. De acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações citadas:
 - a) Margem R\$ 31.864.125.500,32
 - b) OG R\$ 91.589.857,32
4. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da Portaria nº 501/2017 pelo Município de São Paulo (SP).
5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual referente ao ano de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão para reais de operação em moeda estrangeira seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria MF nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.
6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexos:

I - [Anexo MARGEM e OG 2] (SEI nº 1357295).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente

DENIS DO PRADO NETTO

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros



Documento assinado eletronicamente por **Denis do Prado Netto, Coordenador(a)-Geral de Haveres Financeiros**, em 06/11/2018, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1357188** e o código CRC **286988DC**.

Referência: Processo nº 17944.109403/2018-01.

SEI nº 1357188



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Município de São Paulo (SP)
VERSÃO BALANÇO:	2017
VERSÃO RREO:	6º bimestre de 2017
MARGEM =	31.864.125.500,32
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	Balanço Anual (DCA)

Balanço Anual (DCA) de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		23.162.266.453,93
1.1.1.2.02.00.00	IPTU	8.391.325.245,30
1.1.1.2.08.00.00	ITBI	1.842.891.549,55
1.1.1.3.05.00.00	ISSQN	12.928.049.659,08
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		11.927.581.324,14
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	2.221.120.013,71
1.7.2.1.01.02.00	FPM	285.876.248,16
1.7.2.1.01.05.00	ITR	1.370.650,60
1.7.2.2.01.01.00	ICMS	6.945.889.217,60
1.7.2.2.01.02.00	IPVA	2.423.309.152,64
1.7.2.2.01.04.00	IPI EXPORTAÇÃO (MUNICÍPIOS)	50.016.041,43
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	1.212.581.514,69
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.013.140.763,06
Margem		31.864.125.500,32

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		22.975.363.787,41
Total dos últimos 12 meses	IPTU	8.263.452.642,63
	ISS	12.871.463.951,91
	ITBI	1.840.447.192,87
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		11.909.692.449,80
Total dos últimos 12 meses	IRRF	2.220.879.051,00
	Cota-Parte do FPM	285.876.248,16
	Cota-Parte do ICMS	6.945.889.217,60
	Cota-Parte do IPVA	2.423.309.152,64
	Cota-Parte do ITR	1.370.650,60
	Transferências da LC nº 87/1996	32.368.129,80
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	241.639.122,63
	Serviço da Dívida Externa	134.939.782,22
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.013.140.763,06
Margem		32.495.336.569,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Município de São Paulo (SP)
MEMO SEI:	497, de 05/11/2018
RESULTADO OG:	91.589.857,32

Operação nº 1

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	100.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	4,0720
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	31/08/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	145.205.906,16
Primeiro ano de reembolso:	2019
Último ano de reembolso:	2036
Qtd. de anos de reembolso:	18
Total de reembolso em reais:	591.278.449,88
Reembolso médio(R\$):	32.848.802,77

Operação nº 3

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Santander 2
Moeda da operação:	Real
Valor do contrato em reais:	200.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/moeda estrangeira):	(não se aplica)
Data da taxa de câmbio (moeda estrangeira):	(não se aplica)
Total de reembolsos em moeda estrangeira:	(não se aplica)
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2026
Qtd. de anos de reembolso:	9
Total de reembolso em reais:	300.627.017,07
Reembolso médio(R\$):	33.403.001,90

Operação nº 2

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Santander1
Moeda da operação:	Real
Valor do contrato em reais:	30.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/moeda estrangeira):	(não se aplica)
Data da taxa de câmbio (moeda estrangeira):	(não se aplica)
Total de reembolsos em moeda estrangeira:	(não se aplica)
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2024
Qtd. de anos de reembolso:	7
Total de reembolso em reais:	41.393.053,53
Reembolso médio(R\$):	5.913.293,36

Operação nº 4

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Caixa Econômica Federal
Moeda da operação:	Real
Valor do contrato em reais:	200.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/moeda estrangeira):	(não se aplica)
Data da taxa de câmbio (moeda estrangeira):	(não se aplica)
Total de reembolsos em moeda estrangeira:	(não se aplica)
Primeiro ano de reembolso:	2019
Último ano de reembolso:	2039
Qtd. de anos de reembolso:	21
Total de reembolso em reais:	407.919.945,05
Reembolso médio(R\$):	19.424.759,29



Memorando SEI nº 61/2018/GERAP/CORFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM
Renato da Motta Andrade Neto

Assunto: Operação de crédito do Município de São Paulo - SP

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944,108931/2018-35.

1. Em atenção ao Memorando SEI nº 459/2018/COPEM/SURIN/STN-MF de 16 de outubro de 2018, informamos que, no âmbito desta COREM, a verificação do atendimento do inciso IV do artigo 5º da Resolução SF nº 43, de 2001, no caso dos municípios que firmaram contrato ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, se restringe à apuração do cumprimento do limite da dívida financeira em relação à receita líquida real, previsto no inciso II do artigo 8º daquela Medida Provisória, e respectiva cláusula contratual de idêntico teor.
2. Desta forma, considerando a operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 100.000.000,00 destinada à Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP, acrescida das operações de crédito recentemente analisadas com o Banco Santander S.A. para financiamentos dos Projetos Asfalto Novo do Município de São Paulo, no valor de R\$ 30.000.000,00 e do Programa Habitacional Casa da Família do Município de São Paulo, no valor de R\$ 200.000.000,00, e do saldo a liberar de operações de crédito contratadas informado pelo Município, no valor de R\$23.302.226,96 a relação entre a Dívida Financeira e a RLR do Município de São Paulo/SP passa de 0,72 para 0,73, conforme quadro em anexo.
3. Assim, a contratação da referida operação de crédito não representa violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União.
4. As informações são válidas até 15/05/2019, conforme prazo estabelecido no inciso III, artigo 5º da Portaria MF nº 106, de 28 de março de 2012, para a publicação no SICONFI do Balanço Anual de 2018.
5. Informamos ainda, que a ocorrência de inadimplência, registrada na consulta eletrônica relativa ao inciso VI do artigo 21 da RSF nº 43/2001, também implica que, enquanto perdurar a situação de inadimplência, a contratação de operação de crédito constitui violação do contrato de refinanciamento, nos termos do inciso IV do art. 5º da RSF nº 43/20015

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente
PAULO ERNESTO MONTEIRO GOMES
Gerente da GERAP

Documento assinado eletronicamente



SARAH TARSILA ARAÚJO ANDREOZZI
Coordenadora-Geral das Relações e Análise Financeira
dos Estados e Municípios, Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernesto Monteiro Gomes, Gerente**, em 01/11/2018, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1286471** e o código CRC **77FED801**.

Referência: Processo nº 17944.108931/2018-35.

SEI nº 1286471



Secretaria do Tesouro Nacional-STN**Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM****Gerência de Capacidade de Pagamento e Publicações dos Estados e Municípios - GERAP****APURAÇÃO DA RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA TOTAL/RECEITA LÍQUIDA REAL****Município/UF: São Paulo/SP****Situação atual**

RECEITA LÍQUIDA REAL – RLR (JAN/17 A DEZ/17)	41.888.272.610,09
SALDO DA DÍVIDA FUNDADA EM 31/12/2017	30.171.751.074,21
RELAÇÃO DÍVIDA/RLR	0,72

- Informações fornecidas pelo Município, sendo as da COAFI/STN apuradas na origem.

VALOR DAS PARCELAS A LIBERAR*	23.302.226,96
TOTAL DA DÍVIDA I	30.195.053.301,17
RELAÇÃO DÍVIDA/RLR I	0,72

* Conforme Demonstrativo do Cronograma de Compromissos da Dívida Consolidada Vincenda e das Demais Condições Contratuais - Cronograma de Liberações, apresentado pelo Município.

VALOR DAS OPERAÇÕES ANÁLISADAS **	230.000.000,00
TOTAL DA DÍVIDA II	30.425.053.301,17
RELAÇÃO DÍVIDA/RLR II	0,73

** com o Banco Santander S.A. para Financiamento do Projeto Asfalto Novo no Município de São Paulo e do Projeto Programa Habitacional Casa da Família no Município de São Paulo.

VALOR DA OPERAÇÃO EM ANÁLISE ***	330.800.000,00
TOTAL DA DÍVIDA III	30.755.853.301,17
RELAÇÃO DÍVIDA/RLR III	0,73

*** com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID destinada à Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP, no valor de US\$ 100.000.000,00. Considerado a cotação de venda do Dólar Americano em 29/12/2017 (US\$ 1,00 = R\$ 3,308).



Secretaria do Tesouro Nacional-STN**Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios - COREM****Gerência de Capacidade de Pagamento e Publicações dos Estados e Municípios - GERAP****ACOMPANHAMENTO DO ESTOQUE DA DÍVIDA****Município/UF: São Paulo/SP**

DISCRIMINAÇÃO	31.12.2017	Confere*
1 - Dívida Fundada Total (Dívida Financeira)	29.350.856.263,23	30.171.751.074,21
1.1 - Fundada Interna	28.831.972.350,33	29.652.867.161,31
1.1.1 - Contratual	28.831.972.350,33	29.652.867.161,31
- União	28.831.972.350,33	29.652.867.161,31
Lei 7.976/89		
Lei 8.727/93	533.645.149,34	533.645.149,34
MP 1.969/99 (reeditada pelas MP 1.891/99, 2.022/00, 2118/01 e 2.185/01)	27.949.526.607,63	27.949.526.607,63
Parc. FGTS		-
Parc. INSS	52.268.333,18	861.802.636,52
Parcelamento - PIS/PASEP	60.388.166,74	60.388.166,74
CEF	65.166.001,90	65.166.001,90
B.Brasil		
BNDES	126.324.385,16	126.324.385,16
Outros Bancos Federais	44.653.706,38	56.014.214,02
Outras		-
- Outras Dívidas Contratuais	-	-
Bancos Estaduais		-
Bancos Privados		-
Outras		-
1.1.2 - Mobiliária Interna		
1.2 - Fundada Externa	518.883.912,90	518.883.912,90
1.2.1 - Contratual	518.883.912,90	518.883.912,90
Sem aval do Tesouro Nacional		
Com aval do TN até 30/09/91		
Com aval do TN após 30/09/91	518.883.912,90	518.883.912,90
1.2.2 - Mobiliária Externa		
2 - Precatórios posteriores a 05/05/2000	15.208.930.066,79	15.208.930.066,79
TOTAL DA DÍVIDA CONSOLIDADA	44.559.786.330,02	45.380.681.141,00


* Saldo da MP nº 2.185-35/01 informado pela COAF/STN e do INSS informado pela Receita Federal do Brasil.



PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DEMONSTRATIVO QUADRIMESTRAL DO SALDO DA DÍVIDA

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2017
1 - Dívida Fundada Total - Adm. Direta	28.350.856.263,23
1.1 - Fundada Interna	28.831.972.350,33
1.1.1 - Contratual	28.831.972.350,33
União	28.527.825.463,35
DMLP	44.653.706,38
DMLP	44.653.706,38
Lei 8.727/93	533.645.149,34
Lei 8727/93 - PMSP	-
Lei 8727/93 - COHAB/PMSP	533.645.149,34
Refinanciamento União MP nº 2.185-35/01	27.949.526.607,63
Refinanciamento União MP nº 2.185-35/01	27.949.526.607,63
CEF	65.166.001,90
CINGAPURA Lote I	-
CINGAPURA Lote II	-
CINGAPURA Lote III	-
PNAFM - 2ª Fase "01"	55.166.001,90
BNDES	126.324.385,16
Lei 13.235/01 - VLP 1ª Etapa	-
Lei 13.609/03 - VLP 2ª Etapa	52.974.208,84
PMAT II	73.350.176,32
Parcelamento - INSS	52.288.333,16
TADF	-
Lei 11.960/09 - Retenções/ 60 meses	-
Lei 11.960/09 e MP 778/2017 - Contrib. Patronais	51.572.205,28
INSS - Leis 11.941/2009 e 12.865/2013	696.127,90
Parcelamento - PIS PASEP	60.388.166,74
Lei 11.941/09 - PASEP Parcelamento	-
Lei 12.810/13 - PASEP Parcelamento	60.388.166,74
Outras Dívidas	-
1.1.2 - Mobiliária Interna	-
1.2 - Fundada Externa	518.883.912,90
1.2.1 - Contratual	518.883.912,90
Com aval do TN após 30/09/91	518.883.912,90
BID II - PROCAV II	170.229.462,90
BID III - Cingapura	134.287.485,89
BID PROCENTRO	214.366.964,11
1.2.2 - Mobiliária Externa	-
2 - Demais Dívidas	15.208.930.066,79
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	15.208.930.066,79
PGM	15.208.930.066,79
DÍVIDA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	44.559.786.330,02
1 - Dívida Fundada Total - Adm. Indireta	54.528.958,64
1.1 - Fundada Interna	54.528.958,64
1.1.1 - Contratual	54.528.958,64
União	-
Lei 8.727/93	-
COHAB - Casa Verde	-
Parcelamento - INSS	-
Parcelamento - PIS PASEP	54.528.958,64
Lei 11.941/09 - COHAB	1.781.476,04
Lei 11.941/09 - FMH	333.537,66
MP 783/2017 - COHAB	8.177.185,10
Lei 12.810/13 - IPREM	44.234.759,84
Outras Dívidas	-
1.1.2 - Mobiliária Interna	-
1.2 - Fundada Externa	-
1.2.1 - Contratual	-
1.2.2 - Mobiliária Externa	-
2 - Demais Dívidas	940.039.722,48
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	940.039.722,48
Serv. Funerário	212.810.454,80
HSPM	-
IPREM	727.187.286,35
AHM	41.981,33
DÍVIDA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	994.566.681,12

THALITA SILVA
 Chefe de Departamento e Finanças Públicas
 C. 257702-0-2
 15075M/DECIPI/DIRIG


**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA
SUBSECRETARIA DO TESOURO MUNICIPAL
DEPARTAMENTO DE DÍVIDAS PÚBLICAS
DIVISÃO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

II-b - DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE COMPROMISSOS DA DÍVIDA CONSOLIDADA VINCENDA E DAS DEMAIS CONDIÇÕES CONTRATUAIS - CRONOGRAMA DE LIBERAÇÕES

DENOMINAÇÃO	CREDOR	PROJEITADO					R\$ 1,00 A PREÇOS DE DEZEMBRO DE 2017	
		TOTAL	2018	2019	2020	2021		
PMAT - II - Sub Crédito A (Contratos 14.2.0364.1.019 e 14.2.0364.1.124)	BNDDES	-	-	-	-	-	-	-
PMAT - II - Sub Crédito B (Contrato 14.2.0364.1)	BNDDES	23.302.226,96	23.302.226,96	-	-	-	-	-
PMAT - II - Sub Crédito C (Contrato 14.2.0364.1.035)	BNDDES	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL		23.302.226,96	23.302.226,96	-	-	-	-	-

Nota 1: O prazo de liberação dos valores do Sub Crédito A, venceu em Novembro/2015. O saldo a liberar foi convertido no Subcrédito C, mediante adiantamento contratual, o qual foi totalmente liberado no exercício de 2017



ENZO LUCIO ONDEI
Diretor do Departamento de Dívidas Públicas



HENRY YOSHINOBU YOKOYAMA
Diretor da Divisão de Captação de Recursos

Henry Yoshinobu Yokoyama
Diretor Divisão de Captação de Recursos
SIS/STEN/DEDP/DIRE



Memorando SEI nº 116/2018/GEOPE/CODIP/SUDIP/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Análise de Custo - Operação de crédito de interesse do município de São Paulo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID.

1. Referimo-nos ao Memorando nº 487/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF (SEI nº 1330531), de 30/10/2018, o qual solicita manifestação desta Coordenação-Geral acerca do custo da operação de crédito pleiteada pelo município de São Paulo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares).
2. Após efetuar a análise, encontramos um custo efetivo para a operação de **4,52% a.a.**, com *duration* de **10,08 anos**, com base nas informações fornecidas pela COPEM.
3. Informamos que o custo de captação estimado para emissões da União em dólares, com mesma *duration*, é de 5,91% a.a., superior ao custo efetivo calculado para a operação.
4. Deste modo, sob a análise de estrita responsabilidade dessa Coordenação-Geral, **não vemos óbice** à contratação sob as condições financeiras propostas.
5. Anexo, segue o fluxo de pagamentos da operação (SEI nº 1348154).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

LUIS FELIPE VITAL NUNES PEREIRA

Coordenador-Geral da CODIP



Documento assinado eletronicamente por **Luis Felipe Vital Nunes Pereira**, **Coordenador(a)-Geral de Operações da Dívida Pública**, em 01/11/2018, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1348178** e o código CRC **979D0782**.

Referência: Processo nº 17944.109404/2018-48.

SEI nº 1348178



Secretaria do Tesouro Nacional
Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública - CODIP
Gerência de Operações - GEOPE



Cálculo do custo efetivo de operação de crédito externo

Informações da operação		Condições financeiras	
Interessado	São Paulo-SP	Nº amortizações	20
Credor	BID	Periodicidade	Semestral
Valor	100.000.000,00	Carência (meses)***	90
Moeda	USD	Com. de compromisso (a.a.)	0,75%
Data de início *	02/01/2019	Com. de abertura (flat)	1,00%
Prazo total (anos)	17	Com. de avaliação	0,00
		Indexador	Libor 3m
TIR USD (a.a.)	4,52%	Spread 1	0,94%
Duration (anos)	10,08	Spread 2	0,00%
Data de referência da análise **	01/11/2018	Início do spread 2	

* Data considerada, para efeitos de simplificação dos cálculos, como data hipotética de assinatura e de primeiro desembolso (hipótese mais conservadora).

** Data de referência das estimativas das curvas de juros utilizadas no cálculo.

*** Considera sistema de pagamentos antecipados.

[illegible]

Memorando SEI nº 70/2018/GECCEM I/COAFI/SURIN/STN-MF

Ao Senhor Coordenador-Geral da COPEM

Assunto: Cálculo de suficiência de contragarantia. Portaria nº 501, de 23/11/2017. Município de São Paulo (SP).

Referência: Ao responder este Memorando, favor indicar expressamente o Processo nº 17944.109403/2018-01.

1. Referimo-nos ao Memorando SEI nº 486, de 30/10/2018, por meio do qual foi solicitada, nos termos do art. 7º da Portaria nº 501, de 23/11/2017, a verificação do cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da garantia da União para operações de crédito pleiteadas pelo Município de São Paulo (SP).
2. Informamos que a Lei municipal nº 16.757, de 14/11/2017, concedeu ao Município de São Paulo (SP) autorização para prestar como contragarantia ao Tesouro Nacional das mencionadas operações, as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea 'b', complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 167, todos da Constituição Federal.
3. De acordo com a metodologia presente na Portaria em questão, têm-se, para o ente federativo nas operações citadas:
 - a) Margem R\$ 31.864.125.500,32
 - b) OG R\$ 72.165.098,03
4. Assim, tendo em vista que o valor da 'Margem' é superior ao valor da 'OG', são consideradas suficientes as contragarantias oferecidas nos termos do art. 7º da Portaria nº 501/2017 pelo Município de São Paulo (SP).
5. Ademais, cabe salientar que a atual análise está posicionada nesta data, sendo subsidiada por dados de receitas pertencentes ao Balanço Anual referente ao ano de 2017, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI, e de despesas pertencentes ao Cronograma Financeiro da Operação e demais Operações Contratadas obtidas do SADIPEM. As taxas de câmbio utilizadas na conversão para reais de operação em moeda estrangeira seguiram as orientações contidas no art. 7º da Portaria MF nº 501/2017 e no art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.
6. Da mesma forma, registramos que, para fins de nova avaliação de suficiência de contragarantias, esta Coordenação-Geral deverá ser comunicada caso os demonstrativos de receitas e despesas utilizados na presente análise sejam atualizados.

Anexos:

I - [Margem e OG] (SEI nº 1347243).

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente

Página 49 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.

Memorando 70 (1340283)

SEI 17944.109403/2018-01 / pg. 2



RAFAEL SOUZA PENA

Coordenador-Geral de Haveres Financeiros, substituto



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Souza Pena, Coordenador(a) de Suporte aos Haveres Financeiros**, em 01/11/2018, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1340283** e o código CRC **CFB70520**.

Referência: Processo nº 17944.109403/2018-01.

SEI nº 1340283



ANO	CONTRAPARTIDA	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DEMAIS ENCARGOS E COMISSÕES	TOTAL DE REEMBOLSOS
2019	42.122.222,22	28.784.143,18	0	1.380.647,41	1.380.647,41
2020	37.114.141,41	42.206.190,73	0	2.929.461,17	2.929.461,17
2021	3.558.859,26	15.774.747,65	0	3.435.859,19	3.435.859,19
2022	9.811.206,06	8.474.336,28	0	3.671.176,56	3.671.176,56
2023	7.393.571,05	4.760.582,16	0	3.798.456,74	3.798.456,74
2024	0	0	0	3.798.045,22	3.798.045,22
2025	0	0	0	3.824.207,55	3.824.207,55
2026	0	0	5.000.000,00	3.854.997,10	8.854.997,10
2027	0	0	10.000.000,00	3.600.052,41	13.600.052,41
2028	0	0	10.000.000,00	3.226.518,36	13.226.518,36
2029	0	0	10.000.000,00	2.816.401,57	12.816.401,57
2030	0	0	10.000.000,00	2.436.295,13	12.436.295,13
2031	0	0	10.000.000,00	2.053.639,77	12.053.639,77
2032	0	0	10.000.000,00	1.668.364,75	11.668.364,75
2033	0	0	10.000.000,00	1.276.298,00	11.276.298,00
2034	0	0	10.000.000,00	861.419,61	10.861.419,61
2035	0	0	10.000.000,00	478.409,72	10.478.409,72
2036	0	0	5.000.000,00	95.655,90	5.095.655,90
Total:	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	45.205.906,16	145.205.906,16



ANO	CONTRAPARTIDA	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DEMAIS ENCARGOS E COMISSÕES	TOTAL DE REEMBOLSOS
2018	0	30.000.000,00	0	2.232.927,33	2.232.927,33
2019	0	0	5.000.000,00	2.843.366,21	7.843.366,21
2020	0	0	6.000.000,00	2.600.399,53	8.600.399,53
2021	0	0	6.000.000,00	1.961.374,83	7.961.374,83
2022	0	0	6.000.000,00	1.232.279,66	7.232.279,66
2023	0	0	6.000.000,00	507.873,66	6.507.873,66
2024	0	0	1.000.000,00	14.832,31	1.014.832,31
Total:	0	30.000.000,00	30.000.000,00	11.393.053,53	41.393.053,53



ANO	CONTRAPALIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	JUROS, DE MAIS ENCAI	TOTAL DE REEMBOLSOS
2018	0 200.000.000,00	0	10.326.908,43	10.326.908,43
2019	0	0 25.000.000,00	18.817.287,86	43.817.287,86
2020	0	0 25.000.000,00	18.389.098,09	43.389.098,09
2021	0	0 25.000.000,00	15.954.354,23	40.954.354,23
2022	0	0 25.000.000,00	13.170.554,87	38.170.554,87
2023	0	0 25.000.000,00	10.267.651,73	35.267.651,73
2024	0	0 25.000.000,00	7.507.625,76	32.507.625,76
2025	0	0 25.000.000,00	4.595.411,40	29.595.411,40
2026	0	0 25.000.000,00	1.598.124,70	26.598.124,70
Total:	0 200.000.000,00	200.000.000,00	100.627.017,07	300.627.017,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA MARGEM DE CONTRAGARANTIA

ENTE:	Município de São Paulo (SP)
VERSÃO BALANÇO:	2017
VERSÃO RREO:	6º bimestre de 2017
MARGEM =	31.864.125.500,32
DEMONSTRATIVO ESCOLHIDO =	Balanço Anual (DCA)

Balanço Anual (DCA) de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		23.162.266.453,93
1.1.1.2.02.00.00	IPTU	8.391.325.245,30
1.1.1.2.08.00.00	ITBI	1.842.891.549,55
1.1.1.3.05.00.00	ISSQN	12.928.049.659,08
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		11.927.581.324,14
1.1.1.2.04.00.00	IRRF	2.221.120.013,71
1.7.2.1.01.02.00	FPM	285.876.248,16
1.7.2.1.01.05.00	ITR	1.370.650,60
1.7.2.2.01.01.00	ICMS	6.945.889.217,60
1.7.2.2.01.02.00	IPVA	2.423.309.152,64
1.7.2.2.01.04.00	IPI EXPORTAÇÃO (MUNICÍPIOS)	50.016.041,43
3.2.00.00.00.00	DESPESA COM SERVIÇO DA DÍVIDA	1.212.581.514,69
4.6.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.013.140.763,06
Margem		31.864.125.500,32

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º bimestre de 2017

RECEITAS PRÓPRIAS		22.975.363.787,41
Total dos últimos 12 meses	IPTU	8.263.452.642,63
	ISS	12.871.463.951,91
	ITBI	1.840.447.192,87
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS		11.909.692.449,80
Total dos últimos 12 meses	IRRF	2.220.879.051,00
	Cota-Parte do FPM	285.876.248,16
	Cota-Parte do ICMS	6.945.889.217,60
	Cota-Parte do IPVA	2.423.309.152,64
	Cota-Parte do ITR	1.370.650,60
	Transferências da LC nº 87/1996	32.368.129,80
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	Serviço da Dívida Interna	241.639.122,63
	Serviço da Dívida Externa	134.939.782,22
Despesas Empenhadas até o Bimestre (b)	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.013.140.763,06
Margem		32.495.336.569,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE HAVERES FINANCEIROS - COAFI

CÁLCULO DA OPERAÇÃO COM GARANTIA (OG)

ENTE:	Município de São Paulo (SP)
MEMO SEI:	486, de 30/10/2018
RESULTADO OG:	72.165.098,03

Operação nº 1

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Moeda da operação:	Dólar dos EUA
Valor do contrato (em dólares dos EUA):	100.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/USD):	4,0720
Data da taxa de câmbio (R\$/USD):	31/08/2018
Total de reembolsos (em dólares dos EUA):	145.205.906,16
Primeiro ano de reembolso:	2019
Último ano de reembolso:	2036
Qtd. de anos de reembolso:	18
Total de reembolso em reais:	591.278.449,88
Reembolso médio(R\$):	32.848.802,77

Operação nº 3

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Santander 2
Moeda da operação:	Real
Valor do contrato em reais:	200.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/moeda estrangeira):	(não se aplica)
Data da taxa de câmbio (moeda estrangeira):	(não se aplica)
Total de reembolsos em moeda estrangeira:	(não se aplica)
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2026
Qtd. de anos de reembolso:	9
Total de reembolso em reais:	300.627.017,07
Reembolso médio(R\$):	33.403.001,90

Operação nº 2

Identificação da operação de crédito (nº e/ou credor):	Banco Santander1
Moeda da operação:	Real
Valor do contrato em reais:	30.000.000,00
Taxa de câmbio (R\$/moeda estrangeira):	(não se aplica)
Data da taxa de câmbio (moeda estrangeira):	(não se aplica)
Total de reembolsos em moeda estrangeira:	(não se aplica)
Primeiro ano de reembolso:	2018
Último ano de reembolso:	2024
Qtd. de anos de reembolso:	7
Total de reembolso em reais:	41.393.053,53
Reembolso médio(R\$):	5.913.293,36



26/11/2018

SEI/MF - 1231773 - Nota Técnica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 124/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Assunto - Operação contratual externa, com garantia da União, entre o Município de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de US\$ 100.000.000,00. Recursos destinados ao financiamento do Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP. Processo nº 17944.107542/2018-92

1. Trata a presente Nota sobre a conclusão do processo de negociação das minutas contratuais relativas à operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Município de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos EUA), cujos recursos serão destinados ao Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP.

2. A pré-negociação ocorreu no dia 01/10/2018, na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - SEAIN/MP, e a negociação ocorreu e foi concluída no dia 02/10/2018, na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em Brasília. As minutas contratuais negociadas da operação de crédito mencionada são compostas pelos seguintes documentos: Disposições Especiais (SEI 1226082), Normas Gerais (SEI 1226355), Anexo Único (SEI 1226174) e o Contrato de Garantia (SEI 1226393). Além desses documentos, consta a Ata da Negociação (SEI 1225661), como documento complementar, contendo os principais entendimentos entre as partes.

3. As condições financeiras da operação, constantes das minutas finais dos contratos e demais documentos pertinentes, serão as seguintes:

- **Credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- **Valor da operação:** US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos EUA);
- **Valor da contrapartida:** US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos EUA);
- **Prazo de desembolso:** 60 (sessenta) meses;
- **Prazo de carência:** até 90 (noventa) meses;
- **Prazo de amortização:** 114 (cento e quatorze) meses;
- **Prazo total:** 204 (duzentos e quatro) meses;
- **Juros:** Taxa Libor 3 meses + margem variável, pagos semestralmente sobre os saldos devedores diários do Empréstimo;
- **Demais encargos:**

a. Comissão de Crédito: O mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano.

b. Despesas de Inspeção e Supervisão: de até 1% do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos, por semestre.

I ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

4. No que tange às competências da Secretaria do Tesouro Nacional - STN e em relação às cláusulas que envolvem riscos e/ou impactos financeiros à União como garantidora da operação, destacam-se, a partir das minutas dos contratos de empréstimo (Contrato de Empréstimo e Normas Gerais), os pontos abaixo:

a. Prazo e condições para o primeiro desembolso

5. As condições prévias ao primeiro desembolso estão descritas na Cláusula 3.01 das Disposições Especiais do contrato (SEI 1226082, fl. 5) e no Artigo 4.01 das Normas Gerais (SEI 1226355, fl. 14). O Município de São Paulo terá um prazo de 180 dias a partir da entrada em vigência do contrato para cumprir as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas, conforme cláusula 4.02 das Normas Gerais (SEI 1226355, fls. 14/15).

6. Registre-se que o Governo Federal exige que as instituições credoras de operações de crédito externo de entes
Página 56 de 307 Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.



26/11/2018

SEI/MF - 1231773 - Nota Técnica

como condicionante à assinatura dos contratos. Tal exigência minimiza os riscos para o Tesouro Nacional, uma vez que possibilita ao Ente iniciar a execução do projeto logo após a formalização do contrato de empréstimo e, com isso, não incorrer em pagamento desnecessário de comissão de compromisso.

b. Vencimento antecipado da dívida e *cross default*

7. A minuta do contrato prevê circunstâncias em que o BID terá direito de declarar o vencimento antecipado do empréstimo por razões financeiras e não-financeiras, conforme estabelecido nos artigos 8.01 e 8.02 das Normas Gerais, CAPÍTULO VIII (SEI 1226355, fls. 32/33).

8. Adicionalmente, a minuta do contrato prevê o *cross default* com outros contratos do ente com o BID, conforme estabelecido nos itens (a) e (c) do artigo 8.01 (SEI 1226355, fl. 32), e no item (a) do artigo 8.02, das Normas Gerais (SEI 1226355, fl. 33).

9. A respeito destas hipóteses, cumpre informar que a Secretaria do Tesouro Nacional – STN acompanha o pagamento de todos os empréstimos garantidos pela União, de forma a evitar que seja declarado o vencimento antecipado de uma dívida pelo não pagamento de uma obrigação financeira. No entanto, a respeito das hipóteses de vencimento antecipado por razões não financeiras, cumpre informar que tal risco não é gerenciável por parte da STN.

10. Cabe esclarecer, também, que o BID acompanha periodicamente a execução dos projetos a fim de assegurar-lhes o desenvolvimento satisfatório. Também exige que os mutuários apresentem relatórios semestrais com relação à execução dos projetos em seus aspectos técnicos e financeiros, assim como realização de auditoria externa. No entanto, cumpre informar que a STN não acompanha a execução dos projetos.

c. Cessão de direitos e obrigações e vedação à securitização

11. A minuta do contrato prevê ainda, conforme artigo 11.01 das Normas Gerais (SEI 1226355, fl. 36), as hipóteses em que haverá cessão de direitos e de obrigações.

12. Quanto à possibilidade de securitização da operação, cabe registrar que o Grupo Estratégico do Comitê de Garantias (GE-CGR), segundo a Resolução GECGR nº 3, de 25/07/2018 (SEI 1226518), deliberou em suas sessões realizadas em 28/05/2018 e 30/07/2018, que:

“Art. 2º É vedada a concessão de garantia da União a operação de crédito, interno ou externo, cujo contrato de financiamento não contenha cláusula que vede expressamente a securitização.

§1º A vedação à concessão de garantia, de que trata o caput deste artigo, não se aplica a operações de crédito cujo custo efetivo do empréstimo, incluindo juros, comissões e demais encargos, seja inferior ao custo de captação da União.” Destaque nosso.

13. Nesse sentido, cabe salientar que o contrato não menciona a possibilidade de securitização da operação, e, que conforme deliberação do GE-CGR, caso o custo efetivo da operação seja maior que o custo de captação da República, será necessária a inclusão expressa de vedação no contrato de empréstimo.

II CONCLUSÃO

14. Destaca-se que as cláusulas contratuais das minutas refletem condições usualmente aceitas pelo Ministério da Fazenda em contratos de operação de crédito externo, com garantia da União, de entes subnacionais com organismos multilaterais.

15. Ressalta-se, ainda, que para fins de manifestação do Secretário do Tesouro Nacional acerca da oportunidade e conveniência da concessão de garantia da União à presente operação, o conteúdo da seção “I ALCANCE DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS” desta Nota deverá ser replicado no parecer de manifestação acerca do cumprimento de limites e condições necessários para realização da operação e concessão de garantia da União que venha a ser emitido por esta COPEM.

16. Diante do exposto, submete-se o presente documento à apreciação superior para que então possa-se proceder à análise dos limites e condições estabelecidos na legislação correlata para fins de contratação da operação e de concessão de garantia pela União.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

Ruy Takeo Takahashi

Auditor Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

Helena Cristina Dill

Gerente da GEPEX/COPEM



26/11/2018

SEI/MF - 1231773 - Nota Técnica

Documento assinado eletronicamente

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Ruy Takeo Takahashi, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 08/10/2018, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 08/10/2018, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 08/10/2018, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 08/10/2018, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1231773** e o código CRC **96EA656E**.

Referência: Processo nº 17944.107542/2018-92.

SEI nº 1231773



26/11/2018

SEI/MF - 1077970 - Nota Técnica

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria do Tesouro Nacional
Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

Nota Técnica SEI nº 109/2018/COPEM/SURIN/STN-MF

Assunto: Operação contratual externa, com garantia da União, entre Município de São Paulo - SP e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 100.000.000,00. Recursos destinados ao Programa de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP. Processo nº 17944.107542/2018-92.

1. A presente análise tem como propósito verificar o cumprimento, nos termos da Nota nº 52/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 04 de julho de 2018 (SEI 1077946), dos requisitos mínimos necessários para autorizar a pré-negociação e a negociação das minutas contratuais relativas ao pleito do Município de São Paulo-SP para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, cujos recursos são destinados ao Programa de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP (SEI 1077845):

- **Valor da operação:** US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos EUA);
- **Destinação dos recursos:** Programa de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP;
- **Juros:** LIBOR trimestral acrescida de margem de captação e spread praticados pelo BID;
- **Demais encargos e comissões:** Comissão sobre saldo não desembolsado (atualmente em 0,50%a.a.).
- **Atualização monetária:** variação cambial;
- **Liberação:** US\$ 28.784.143,18 em 2019, US\$ 42.206.190,73 em 2020, US\$ 15.774.747,65 em 2021, US\$ 8.474.336,28 em 2022 e US\$ 4.760.582,16 em 2023;
- **Prazo total:** 204 (duzentos e quatro) meses;
- **Prazo de carência:** 84 (oitenta e quatro) meses;
- **Prazo de amortização:** 120 (cento e vinte) meses;
- **Lei autorizadora:** nº 16.757, de 14 de novembro de 2017 (SEI 1077549).

2. O Município de São Paulo - SP encaminhou, por intermédio do Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios - SADIPEM, os seguintes documentos que deverão ser encaminhados por meio eletrônico à Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN: Lei Autorizadora, Pareceres Técnico e Jurídico, Certidão do Tribunal de Contas e Resolução COFIEIX nº 15/0129, de 18 de janeiro de 2018.

3. Conforme análise preliminar realizada por esta Secretaria do Tesouro Nacional - STN, por meio da Certidão do Tribunal de Contas competente (SEI 1077649), verificou-se o cumprimento, pelo Ente pleiteante, dos requisitos de gastos mínimos com saúde (art. 198 da Constituição Federal - CF) para os dois últimos exercícios encerrados (2016 e 2017) e de gastos mínimos com educação (art. 212 da CF) para o último exercício encerrado (2017). Além disso, a Resolução COFIEIX que autorizou a preparação do programa encontra-se dentro de seu prazo de validade.

4. Ressalte-se que a verificação dos demais limites e condições necessários à contratação da operação de crédito e a concessão de garantia da União, nos termos da legislação vigente, será efetuada após a conclusão da negociação das minutas contratuais.

5. À vista do exposto, entendemos que, nos termos da Nota nº 52/2018 supracitada, podem ser autorizadas a pré-negociação e a negociação da presente operação. Dessa forma, sugere-se o encaminhamento do ofício em anexo à SEAIN/MP (SEI 1079801), informando a não objeção desta Secretaria para a realização das referidas reuniões.

6. A análise contida na presente Nota é válida até 31/12/2018. Caso a negociação não tenha sido realizada até a citada data, será necessária nova verificação dos requisitos pela STN bem como a emissão de novo ofício de autorização para fins de negociação das minutas contratuais.

Página 59 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.



26/11/2018

SEI/MF - 1077970 - Nota Técnica

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente

Isamara Barbosa Caixeta

Auditora Federal de Finanças e Controle

Documento assinado eletronicamente

Helena Cristina Dill

Gerente da GEPEX/COPEM

De acordo. À consideração do Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios.

Documento assinado eletronicamente

Marcelo Callegari Hoertel

Coordenador de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo. À consideração da Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF.

Documento assinado eletronicamente

Renato da Motta Andrade Neto

Coordenador-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios

De acordo.

Documento assinado eletronicamente

Pricilla Maria Santana

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais da STN/MF



Documento assinado eletronicamente por **Isamara Barbosa Caixeta, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 29/08/2018, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Helena Cristina Dill, Gerente**, em 29/08/2018, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Callegari Hoertel, Coordenador(a)**, em 30/08/2018, às 07:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renato da Motta Andrade Neto, Coordenador(a)-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios**, em 30/08/2018, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Pricilla Maria Santana, Subsecretário(a) de Relações Financeiras Intergovernamentais**, em 30/08/2018, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1077970** e o código CRC **F272A06E**.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 Secretaria do Tesouro Nacional
 Subsecretaria de Relações Financeiras Intergovernamentais
 Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios
 Gerência de análise e acompanhamento Fiscal dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Nota Técnica SEI nº 44/2018/GEAFI V/COREM/SURIN/STN-MF

Assunto: **Município de São Paulo/SP. Análise da Capacidade de Pagamento – Portarias MF nº 501 de 23 de novembro de 2017, STN nº 1.049, de 13 de dezembro de 2017.**

Senhor Coordenador-Geral da COPEM,

1. O Município São Paulo/SP solicitou concessão de garantia da União para contratar operação de crédito.
2. A Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios (COPEM), por meio do Memorando SEI nº 199/2018/COPEM/SURIN/STN/MF-DF, de 03 de maio de 2018, do Processo SEI nº 17944.100694/2018-64, solicitou a análise da capacidade de pagamento do Município para a operação em referência, a fim de subsidiar a deliberação do Comitê de Análise de Garantias da Secretaria do Tesouro Nacional acerca da concessão de aval ou garantia da União à operação de crédito de interesse do Município.

I - METODOLOGIA DE ANÁLISE

3. A presente Nota de análise da capacidade de pagamento segue a metodologia estabelecida na Portaria MF nº 501 de 23/11/17 e os conceitos e procedimentos definidos na Portaria STN nº 1.049 de 13/12/2017. Nesse sentido, a classificação final da capacidade de pagamento é determinada com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:

- I - Endividamento;
- II - Poupança Corrente; e
- III - Liquidez.

4. Como fontes de informação para o cálculo da capacidade de pagamento foram utilizados dados referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017, da Declaração de Contas Anuais e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre de 2017, todos disponibilizados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

5. As informações utilizadas no cálculo dos indicadores da análise da capacidade de pagamento devem observar os conceitos e definições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e do anexo da Portaria STN nº 1.049/2017. Os ajustes necessários à adequação das informações obtidas na forma do parágrafo anterior aos conceitos e definições aplicáveis ao processo de análise da capacidade de pagamento estão descritos no Anexo desta Nota.

6. A cada indicador econômico-financeiro, foi atribuída uma letra – A, B ou C – que representa a classificação parcial do ente naquele indicador, conforme o enquadramento nas faixas de valores da tabela, apresentado no art. 2º da Portaria MF 501/17.

INDICADOR	SIGLA	FAIXAS DE VALORES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
Endividamento	DC	DC < 60%	A
		60% ≤ DC < 150%	B
		DC ≥ 150%	C



Poupança Corrente	PC	PC < 90%	A
		$90\% \leq PC < 95\%$	B
		PC $\geq 95\%$	C
Liquidez	IL	IL < 1	A
		IL ≥ 1	C

7. A classificação final da capacidade de pagamento do ente foi obtida a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores, conforme a tabela no art. 3º da Portaria MF nº 501 de 23/11/17.

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO INDICADOR			CLASSIFICAÇÃO FINAL DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO
ENDIVIDAMENTO	POUPANÇA CORRENTE	LIQUIDEZ	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais combinações de classificações parciais			C

II - RESULTADO E ENCAMINHAMENTOS

8. A classificação final da capacidade de pagamento do Município de São Paulo/SP é “B”.
9. A classificação apurada nesta Nota permanece válida até que seja realizada revisão prevista no Art. 5º da Portaria MF nº 501/2017 ou que o Município publique o Balanço Anual do exercício de 2018.
10. Conforme Portaria STN nº 763/15, compete ao Comitê de Análise de Garantias (CGR) as avaliações técnicas dos pleitos de concessão de garantia. E, nos termos do regimento interno do Comitê de Análise de Garantias (CGR), aprovado pela Portaria STN nº 109, de 25 de fevereiro de 2016, compete à COREM a “análise da capacidade de pagamento e do risco de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art. 6º) e manifestar voto e posicionar-se em relação aos itens da pauta do CGR (art. 28 a 30).
11. Visando subsidiar deliberação do CGR, o posicionamento (ou voto) da COREM é que a



operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para concessão de garantia da União, nos mesmos termos do disposto no art. 10 da MF nº 501 de 23/11/17, desde que observados todos os demais requisitos legais para a concessão de garantia da União.

12. Diante do exposto, sugere-se o encaminhamento desta Nota à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

À consideração superior,

KLEBER DE SOUZA Auditor Federal de Finanças e Controle	PAULO ERNESTO MONTEIRO GOMES Gerente da GEAFI V / COREM
--	---

De acordo. Encaminhe-se à COPEM com vistas à deliberação do Grupo Técnico do CGR.

Documento assinado eletronicamente

LEONARDO LOBO PIRES

Coordenador-geral das Relações e Análise Financeira de
Estados e Municípios



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Ernesto Monteiro Gomes, Gerente**, em 10/05/2018, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Kleber de Souza, Auditor(a) Federal de Finanças e Controle**, em 10/05/2018, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Lobo Pires, Coordenador(a)-Geral de Relações e Análise Financeira dos Estados e Municípios**, em 10/05/2018, às 21:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0642156** e o código CRC **E426C842**.

Referência: Processo nº 17944.100694/2018-64.

SEI nº 0642156



Pg. nº 4 de 8 da Nota SEI nº 44/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10/05/2018.

ANEXO À NOTA SEI Nº 44/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF

1. Este Anexo apresenta os procedimentos adotados no cálculo da classificação da capacidade de pagamento, conforme dispõem a Portaria MF nº 501/17, e a Portaria STN nº 1.049/2017, e as orientações, conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aplicados à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017.

Cálculo da Classificação da Capacidade de Pagamento

2. O cálculo da classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito do Município foi realizado tendo por base os dados referentes aos exercícios de 2015, 2016 e 2017, da Declaração de Contas Anuais e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF do Poder Executivo relativo ao 3º quadrimestre de 2017, todos disponibilizados por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi.
3. Em decorrência do uso dos conceitos e procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e no Anexo da Portaria STN nº 1.049/2017 as fontes de informação utilizadas podem ter sofrido ajustes e, por isso, podem haver divergências entre os números utilizados nesta análise e as informações que foram publicadas pelo ente em seus Balanços, RGFs e RREOs.

Indicador 1 – Endividamento (DC): Dívida Consolidada Bruta/ Receita Corrente Líquida

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto à Dívida Consolidada Bruta

4. A **Dívida Consolidada Bruta** corresponde ao montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios.
5. Conforme “Anexo 02 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2017 a Dívida Consolidada Bruta do Município era de R\$ 44.216.034.910,98.

Quanto à Receita Corrente Líquida - RCL

6. A **Receita Corrente Líquida (RCL)** corresponde às receitas correntes deduzidas da Contribuição para Plano de Previdência do Servidor, da Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários e Dedução da Receita para Formação do FUNDEB.
7. Conforme “Anexo 02 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida” do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2017 a Receita Corrente Líquida do Município era de R\$ 47.305.318.527,64.
8. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de endividamento, bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria MF nº 1.049/2017.



Pg. nº 5 de 8 da Nota SEI nº 44/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10/05/2018.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
DC	44.216.034.910,98	93,47%	B
RCL	47.305.318.527,64		

[Handwritten signature]
10/6



Pg. nº 6 de 8 da Nota SEI nº 44/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10/05/2018.

Indicador II – Poupança Corrente: Despesas Correntes / Receitas Correntes Ajustadas

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto à Despesas Correntes - DCO

9. O item **Despesas Correntes** corresponde aos gastos orçamentários de manutenção das atividades dos órgãos da administração pública, como por exemplo: despesas com pessoal, juros da dívida, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc. Estão nesta categoria as despesas que não concorrem para ampliação dos serviços prestados pelo órgão, nem para a expansão das suas atividades. Desconsidera as perdas líquidas com o FUNDEB.

Quanto à Receita Corrente Ajustada – RCA

10. O item **Receitas Correntes Ajustadas** corresponde às receitas orçamentárias, receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos monetários recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes. Deverão ser incluídas as receitas correntes intraorçamentárias, o retorno dos recursos do FUNDEB e deduzidas as restituições de receitas, a dedução da receita para formação do FUNDEB e outras deduções de receitas correntes.
11. Dados os valores de Despesas Correntes e Receitas Correntes Ajustadas apresentados acima, a tabela a seguir demonstra o cálculo do indicador Poupança Corrente, além da classificação parcial do indicador, obtidos conforme §3º do art. 1º e o art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

	2015	2016	2017	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
PESO	0,2	0,3	0,5	93,04%	B
DCO	40.764.948.813,26	44.409.509.112,21	47.341.220.729,13		
RCA	46.712.130.922,95	46.131.677.376,72	50.682.221.064,72		

BSH



Pg. nº 7 de 8 da Nota SEI nº 44/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10/05/2018.

Indicador III – Liquidez: Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta

Aspectos Considerados na Apuração

Quanto às Obrigações Financeiras e Disponibilidade de Caixa Bruta

12. O item **Obrigações Financeiras** corresponde às obrigações presentes que, por força de lei ou de outro instrumento, devem ser extintas até o final do exercício financeiro de referência do demonstrativo. Incluem os restos a pagar liquidados e não pagos do exercício e todos os restos a pagar de exercícios anteriores. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
13. O item **Disponibilidade de Caixa Bruta** corresponde aos ativos de alta liquidez como Caixa, Bancos, Aplicações Financeiras e Outras Disponibilidades Financeiras. Serão consideradas apenas os valores sem vinculação específica, ou seja, com alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades.
14. Os valores apurados para o cálculo do indicador de Liquidez estão dispostos nos quadros apresentados a seguir:

	TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS
Obrigações Financeiras (OF)	686.317.368,80
Disponibilidade de Caixa Bruta (DCB)	2.514.561.481,80

15. Não foram realizados ajustes nesse item.

16. A tabela a seguir apresenta a memória de cálculo do indicador de liquidez (IL), bem como sua classificação fiscal parcial, obtida conforme o art. 2º da Portaria STN nº 1.049/2017.

	VALORES	INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL
OF	686.317.368,80	27,29%	A
DCB	2.514.561.481,80		

[Assinatura]



Pg. nº 8 de 8 da Nota SEI nº 44/2018/COREM/SURIN/STN/MF-DF, de 10/05/2018.

Classificação Final da Capacidade de Pagamento

17. A tabela a seguir demonstra as classificações parciais dos três indicadores utilizados para a classificação final da capacidade de pagamento. Conforme dispõe o art. 3º da Portaria STN nº 1.049/2017, o Município de São Paulo/SP obteve a classificação “B”.

INDICADOR	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL	CLASSIFICAÇÃO FINAL
Endividamento (DC)	B	B
Poupança Corrente (PC)	B	
Liquidez (IL)	A	

KS
RH



ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA SUJEITA ÀS MUDANÇAS QUE SURJAM DO PROCESSO DE REVISÃO E APROVAÇÃO PELO BANCO E NÃO CONSTITUI UMA PROMESSA DE CONTRATO.

Resolução DE-___/___

**MINUTA DE
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº ___/OC-__**

entre o

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

e o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo –
Avança Saúde SP

(Data suposta de assinatura)

LEG/SGO/CSC/EZSHARE-



ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA SUJEITA ÀS MUDANÇAS QUE SURJAM DO PROCESSO DE REVISÃO E APROVAÇÃO PELO BANCO E NÃO CONSTITUI UMA PROMESSA DE CONTRATO.

MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Este contrato de empréstimo, doravante denominado “Contrato”, é celebrado entre o MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, doravante denominado “Mutuário”, e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, doravante denominado, individualmente, “Banco” e, juntamente com o Mutuário, as “Partes”, em ____ de ____ de ____.

As obrigações do Mutuário estabelecidas neste Contrato são garantidas pela REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, doravante denominada “Fiador”, nos termos do Contrato de Garantia N° ____/OC-__.

CAPÍTULO I

Objeto, Elementos Integrantes do Contrato e Definições Particulares

CLÁUSULA 1.01. Objeto do Contrato. O objeto deste Contrato é acordar os termos e condições em que o Banco concede um empréstimo ao Mutuário para contribuir ao financiamento e execução do Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo – Avança Saúde SP, cujos aspectos principais acordam-se no Anexo Único.

CLÁUSULA 1.02. Elementos Integrantes do Contrato. Este Contrato é integrado por estas Disposições Especiais, pelas Normas Gerais (datadas de maio de 2016) e pelo Anexo Único, e sua interpretação estará sujeita às regras previstas no Artigo 1.02 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 1.03. Definições Específicas. Além dos termos definidos nas Normas Gerais, os seguintes termos, quando utilizados com letra maiúscula neste Contrato, terão o significado indicado a seguir. Qualquer referência ao singular se aplica ao plural e vice-versa.

(a) Para fins deste Contrato, as alíneas 10, 44 e 53 do Artigo 2.01 das Normas Gerais terão as definições contidas nesta Cláusula:

“10. “Contrato” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais deste Contrato.”

“44. “Normas Gerais” significa o conjunto de artigos que compõem esta Segunda Parte do Contrato e refletem políticas do Banco aplicáveis uniformemente a seus contratos de empréstimo.”

“53. “Prática Proibida” significa as práticas que o Banco proíbe com relação às atividades que financia, nos termos descritos nas Políticas de Aquisições e nas

____/OC-__



- 2 -

Políticas de Consultores. Se o Banco estabelecer novas práticas proibidas ou modificar as existentes, estas serão consideradas Práticas Proibidas para os fins deste Contrato a partir do dia em que, tendo sido levadas ao conhecimento do Mutuário pelo Banco, o Mutuário aceite, por escrito, sua aplicação.”

CAPÍTULO II

O Empréstimo

CLÁUSULA 2.01. Montante e Moeda de Aprovação do Empréstimo. Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo no montante de até US\$100.000.000,00 (cem milhões de Dólares), doravante denominado “Empréstimo”.

CLÁUSULA 2.02. Solicitação de desembolsos e moeda dos desembolsos. (a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no Capítulo IV das Normas Gerais.

(b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em uma moeda distinta do Dólar de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.03. Disponibilidade de moeda. Se o Banco não tiver acesso à moeda solicitada pelo Mutuário, o Banco, de comum acordo com o Mutuário e com a anuência do Fiador, poderá efetuar o desembolso do Empréstimo em outra moeda de sua escolha.

CLÁUSULA 2.04. Prazo para desembolsos. O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer prorrogação do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e estará sujeita ao previsto no Artigo 3.02(g) das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.05. Cronograma de Amortização. (a) A Data Final de Amortização é a data correspondente ao dia 15 de [março ou setembro] de ____.¹ A VMP Original do Empréstimo é de ____ (____) anos.²

(b) O Mutuário deverá amortizar o Empréstimo mediante o pagamento de prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais. O Mutuário deverá pagar a primeira

¹ A Data Final de Amortização deverá ser calculada quando da data de assinatura do Contrato de Empréstimo e será de no máximo 17 (dezessete) anos, contados a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

² A VMP será calculada pelo Departamento Financeiro do Banco e incluída no momento de assinatura do Contrato de Empréstimo, nunca maior que 15,25 (quinze vírgula vinte e cinco) anos.

____/OC-____



- 3 -

prestação de amortização no dia 15 de [março/setembro] de 20__³, e a última no dia 15 de [março/setembro] de 20__.⁴

(c) As Partes poderão acordar a modificação do Cronograma de Amortização do Empréstimo de acordo com o estabelecido no Artigo 3.02 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.06. Juros. (a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldo Devedores diários a uma taxa que será determinada em conformidade com o estipulado no Artigo 3.03 das Normas Gerais.⁵

(b) O Mutuário deverá pagar juros ao Banco semestralmente no dia 15 (quinze) dos meses de março e setembro de cada ano. O primeiro desses pagamentos será realizado a partir da primeira dessas datas que ocorra após a entrada em vigor do Contrato, de acordo com o indicado no Artigo 3.01 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.07. Comissão de crédito. O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito nas datas estabelecidas na Cláusula 2.06(b) deste Contrato, de acordo com o disposto nos Artigos 3.01, 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.08. Recursos para inspeção e vigilância. O Mutuário não estará obrigado a cobrir os gastos do Banco a título de inspeção e vigilância gerais, exceto se o Banco estabelecer o contrário de acordo com o disposto no Artigo 3.06 das Normas Gerais.

CLÁUSULA 2.09. Conversão. O Mutuário poderá solicitar ao Banco uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros em qualquer momento durante a vigência do Contrato, de acordo com o disposto no Capítulo V das Normas Gerais. As Partes acordam que todas as solicitações de Conversão de Moeda ou de Conversão de Taxa de Juros deverão contar com a anuência prévia do Fiador, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda.

(a) **Conversão de Moeda.** O Mutuário poderá solicitar que um desembolso ou a totalidade ou uma parte do Saldo Devedor sejam convertidos a uma Moeda Principal ou a uma Moeda Local, que o Banco possa intermediar eficientemente, com as devidas considerações operacionais e de gestão de risco. Entender-se-á que qualquer desembolso denominado em Moeda Local constituirá uma Conversão de Moeda, ainda que a Moeda de Aprovação seja tal Moeda Local.

(b) **Conversão de Taxa de Juros.** O Mutuário poderá solicitar, em relação à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor, que a Taxa de Juros Baseada na LIBOR seja

³ A primeira data de amortização será 15 de [março/setembro], a depender da data de assinatura do Contrato de Empréstimo, após transcorridos até 90 (noventa) meses da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

⁴ A última data de pagamento deverá ser no mês de [março/setembro], a depender da assinatura do Contrato de Empréstimo, conforme seja o caso, antes de transcorridos 17 (dezesete) anos, contados da data de assinatura do Contrato de Empréstimo.

⁵ As prestações de amortização deverão sempre coincidir com uma data de pagamento de juros.

_____/OC-____



- 4 -

convertida a uma taxa fixa de juros ou qualquer outra opção de Conversão de Taxa de Juros solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco.

CAPÍTULO III **Desembolsos e Uso de Recursos do Empréstimo**

CLÁUSULA 3.01. Condições especiais prévias ao primeiro desembolso. O primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está condicionado a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, além das condições prévias estipuladas no Artigo 4.01 das Normas Gerais, as seguintes condições:

- (a) A aprovação e entrada em vigor do Regulamento Operacional do Projeto (ROP), conforme os termos previamente acordados com o Banco.
- (b) Que o Mutuário tenha constituído a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP) e tenha designado seus membros.
- (c) A assinatura e entrada em vigor do Acordo de Cooperação entre a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), conforme os termos previamente acordados com o Banco.

CLÁUSULA 3.02. Uso dos recursos do Empréstimo. (a) Os recursos do Empréstimo somente poderão ser utilizados para pagar despesas que cumpram os seguintes requisitos: (i) que sejam necessárias para o Projeto e estejam em consonância com os objetivos do mesmo; (ii) que sejam efetuadas de acordo com as disposições deste Contrato e as políticas do Banco; (iii) que sejam adequadamente registradas e respaldadas nos sistemas do Mutuário ou do Órgão Executor; e (iv) que sejam efetuadas após _____ [data de aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do BID] e antes do vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas prorrogações. Tais despesas serão doravante denominadas “Despesas Elegíveis”.

(b) Sem prejuízo do disposto no inciso (a) desta Cláusula, as Despesas Elegíveis que cumpram com os requisitos de seus subincisos (i) e (iii), consistentes com a contratação de projetos executivos de obras do Projeto e aquisição de equipamentos, até o equivalente a US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de Dólares), poderão ser reconhecidas pelo Banco como Despesas Elegíveis desde que tenham sido efetuadas entre 4 de abril de 2018 e [data de aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do BID] de acordo com condições substancialmente análogas às estabelecidas neste Contrato, e, em matéria de aquisições, com o previsto na Cláusula 4.03 destas Disposições Especiais.

CLÁUSULA 3.03. Taxa de câmbio para justificar despesas realizadas em Moeda Local do país do Mutuário. Para efeitos do disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, as Partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo. Para efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contrapartida Local ou do reembolso de despesas a débito do Empréstimo, a taxa de câmbio

_____/OC-____



- 5 -

acordada será a taxa de câmbio na data efetiva em que o Mutuário, o Órgão Executor ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a quem se tenha delegado a faculdade de efetuar despesas, efetue os pagamentos respectivos a favor do empreiteiro (empresa contratada para obras), fornecedor ou beneficiário.

CLÁUSULA 3.04. Suspensão de desembolsos. Para fins deste Contrato, o inciso (e) do Artigo 8.01 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(e) Quando, a critério do Banco, o objetivo do Projeto ou o Empréstimo possam ser afetados desfavoravelmente ou a execução do Projeto possa se tornar improvável como consequência de: (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso; ou (ii) qualquer modificação ou emenda de qualquer condição cumprida antes da aprovação do Empréstimo pelo Banco, que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco. Nesses casos o Banco poderá requerer do Mutuário ou do Órgão Executor informações justificadas e pormenorizadas. Após receber dita informação ou decorrido um tempo razoável, a critério do Banco, sem que o Mutuário ou o Órgão Executor tenha apresentado tais informações, o Banco poderá exercer seu direito a suspender os desembolsos.”

CAPÍTULO IV **Execução do Projeto**

CLÁUSULA 4.01. Contrapartida Local. (a) Para os efeitos do estabelecido no Artigo 6.02 das Normas Gerais, estima-se o montante da Contrapartida Local em US\$100.000.000,00 (cem milhões de Dólares).

(b) O Banco poderá reconhecer, como parte dos recursos da Contrapartida Local, despesas que: (i) sejam necessárias para o Projeto e que estejam em consonância com os objetivos do mesmo; (ii) sejam efetuadas de acordo com as disposições deste Contrato e com as políticas do Banco; (iii) sejam adequadamente registradas e respaldadas nos sistemas do Mutuário ou do Órgão Executor; (iv) tenham sido efetuadas após _____ (data de aprovação da Proposta de Empréstimo) e antes do vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas prorrogações; e (v) em matéria de aquisições, sejam de qualidade satisfatória e compatível com o estabelecido no Projeto, entregues ou terminadas oportunamente e tenham um preço que não afete desfavoravelmente a viabilidade econômica e financeira do Projeto.

(c) Sem prejuízo do disposto no inciso (b) anterior, o Banco poderá também reconhecer, como parte dos recursos da Contrapartida Local, Despesas Elegíveis que tenham sido efetuadas entre 4 de abril de 2018 e _____ (data de aprovação da Proposta de Empréstimo pela Diretoria Executiva do BID) para a contratação de projetos arquitetônicos e executivos das obras e referentes aos gastos com a construção e a aquisição de equipamentos para o Hospital de Brasília e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), até o equivalente a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Dólares), que resultem de condições substancialmente análogas às estabelecidas neste Contrato; e, em matéria de aquisições, sejam de qualidade satisfatória e compatível com o estabelecido no Projeto, entregues ou terminadas

_____/OC-____



- 6 -

oportunamente e tenham um preço que não afete desfavoravelmente a viabilidade econômica e financeira do Projeto.

CLÁUSULA 4.02. Órgão Executor. O Mutuário, por intermédio de sua Secretaria Municipal da Saúde (SMS), será o Órgão Executor do Projeto, ou outro órgão que vier a sucedê-la com atribuições similares, mediante a não-objeção do Banco.

CLÁUSULA 4.03. Contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(51) das Normas Gerais, as Partes fazem constar que as Políticas de Aquisições são as datadas de março de 2011, reunidas no documento GN 2349-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Aquisições forem modificadas pelo Banco, a aquisição de bens e a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Aquisições modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e a aquisição de bens, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Aquisições, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva aquisição ou contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. Também poderá ser utilizado o sistema ou subsistema de país nos termos descritos no Artigo 6.04(b) das Normas Gerais.

(c) A concorrência pública internacional será utilizada para aquisições e contratações estimadas em valor superior a US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Dólares) para a contratação de obras e a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de Dólares) para a aquisição de bens e a contratação de serviços diferentes de consultoria. Caso o Banco aumente o limite que determina o uso da concorrência pública internacional conforme estabelecido pelo Banco na página www.iadb.org/procurement, o Mutuário poderá optar pela adoção do novo limite. Abaixo desse limite, o método de seleção será determinado de acordo com a complexidade e características da aquisição ou contratação, o qual deverá estar refletido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

(d) No que se refere ao método de licitação pública nacional, os respectivos procedimentos de licitação pública nacional poderão ser utilizados desde que, a critério do Banco, tais procedimentos garantam economia, eficiência, transparência e compatibilidade geral com a Seção I das Políticas de Aquisições e levando em conta, entre outros, o disposto no parágrafo 3.4 de tais Políticas.

(e) O Mutuário se compromete a obter, antes da adjudicação do contrato correspondente a cada uma das obras do Projeto, a posse legal dos imóveis onde se construirá a respectiva obra, as servidões ou outros direitos necessários para sua construção.

CLÁUSULA 4.04. Seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Para efeitos do disposto no Artigo 2.01(52) das Normas Gerais, as Partes fazem constar que as Políticas de Consultores são as datadas de março de 2011, reunidas no documento GN-2350-9, aprovado pelo Banco em 19 de abril de 2011. Se as Políticas de Consultores forem modificadas pelo Banco, a

____/OC-____



- 7 -

seleção e contratação de serviços de consultoria serão realizadas de acordo com as disposições das Políticas de Consultores modificadas, uma vez que estas sejam levadas ao conhecimento do Mutuário e o Mutuário aceite por escrito sua aplicação.

(b) Para a seleção e contratação de serviços de consultoria, poderá ser utilizado qualquer um dos métodos descritos nas Políticas de Consultores, desde que tal método tenha sido identificado para a respectiva contratação no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. Também poderão ser utilizados os sistemas de país nos termos descritos no Artigo 6.04(b) das Normas Gerais.

(c) O limite que determina a composição da lista curta com consultores internacionais será de US\$ 1.000.000,00 (um milhão de Dólares). Abaixo desse limite, a lista curta poderá ser composta integralmente por consultores nacionais do país do Mutuário.

CLÁUSULA 4.05. Atualização do Plano de Aquisições. Para a atualização do Plano de Aquisições em conformidade com o disposto no Artigo 6.04(c) das Normas Gerais, o Mutuário deverá utilizar ou, conforme o caso, fazer com que o Órgão Executor utilize, o sistema de execução e acompanhamento de planos de aquisições que o Banco determine ou aprove.

CLÁUSULA 4.06. Regulamento Operacional do Projeto. (a) As Partes concordam que a execução do Projeto será efetuada de acordo com as disposições do presente Contrato e o estabelecido no Regulamento Operacional do Projeto (ROP). Se alguma disposição do presente Contrato não guardar consonância ou estiver em contradição com as disposições do ROP, prevalecerá o disposto neste Contrato. As Partes concordam que será necessário o consentimento prévio e por escrito do Banco para a introdução de qualquer alteração no ROP.

(b) O ROP deverá incluir, no mínimo, um capítulo referente ao Plano de Gestão Ambiental e Social, os arranjos institucionais, os processos de aquisições e contratações, as normas de administração financeira e os procedimentos para o acompanhamento e avaliação do Projeto.

CLÁUSULA 4.07. Outra obrigação especial de execução. O Mutuário deverá apresentar ao Banco, no prazo de até 6 (seis) meses a partir da entrada em vigor deste Contrato, evidência da implantação e funcionamento do sistema informatizado de gestão físico-financeira do Projeto de acordo com os requisitos do Banco.

CLÁUSULA 4.08. Gestão Ambiental e Social. Para efeitos do disposto nos Artigos 6.06 e 7.02 das Normas Gerais, as partes concordam que a execução do Projeto será regida pela seguinte disposição, que foi identificada como necessária para o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais do Projeto: o Mutuário deverá desenhar, construir, operar, manter e monitorar o Projeto diretamente ou através de qualquer outro provedor, operador ou qualquer outra pessoa que realize atividades relacionadas com o Projeto de acordo com as disposições ambientais, sociais e de saúde ocupacional previstas no ROP, na análise ambiental e social do Projeto e no Plano de Gestão Ambiental e Social, assim como de acordo com os requisitos incluídos no Plano de Ação Corretiva, caso aplicável.

____/OC-____



- 8 -

CLÁUSULA 4.09. Manutenção. O Mutuário se compromete a que as obras e equipamentos compreendidos no Projeto sejam mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas. O Mutuário deverá apresentar ao Banco, durante o Prazo Original de Desembolsos ou suas extensões, dentro do primeiro trimestre de cada ano calendário, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção para o exercício. Se, com base nas inspeções realizadas pelo Banco, ou nos relatórios por este recebidos, ficar determinado que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.

CLÁUSULA 4.10. Salvaguardas ambientais e sociais. Para fins deste Contrato, o inciso (b) do Artigo 6.06 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(b) O Mutuário se compromete a informar imediatamente ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco a ocorrência de qualquer evento que coloque em risco o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.”

CAPÍTULO V

Supervisão e Avaliação do Projeto

CLÁUSULA 5.01. Supervisão da execução do Projeto. Para efeitos do disposto no Artigo 7.02 das Normas Gerais, os documentos que, até a data de assinatura deste Contrato, foram identificados como necessários para supervisionar o progresso na execução do Projeto são os seguintes:

(a) Plano Operacional Anual (POA). Durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário deverá apresentar ao Banco o POA. O primeiro POA deverá ser elaborado para os primeiros 12 (doze) meses, contados a partir da entrada em vigor deste Contrato. O segundo e seguintes POA deverão ser apresentados ao Banco até o dia 30 de novembro de cada ano, para sua utilização durante o ano calendário seguinte. Os POA devem ser atualizados segundo as necessidades de execução do Projeto e cada atualização deverá ser aprovada pelo Banco.

(b) Plano de Execução do Projeto (PEP), que será atualizado sempre que necessário, compreenderá o planejamento completo do Projeto. Durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário deverá apresentar ao Banco o PEP.

(c) Relatório Semestral de Progresso. Durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, o Mutuário deverá apresentar ao Banco os relatórios semestrais de progresso dentro do prazo de 60 (sessenta) dias seguintes ao término de cada Semestre, os quais deverão incluir o Relatório de Cumprimento Ambiental e Social, de acordo como previsto no ROP.

_____/OC-____



- 9 -

CLÁUSULA 5.02. Supervisão da gestão financeira do Projeto. (a) Para efeitos do estabelecido no Artigo 7.03 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada um de seus exercícios fiscais, e durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Projeto, devidamente auditadas por uma empresa de auditoria independente aceitável ao Banco. O último desses relatórios será apresentado dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões.

(b) Para efeitos do disposto no Artigo 7.03(a) das Normas Gerais, o exercício financeiro do Projeto é o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA 5.03. Avaliação de resultados. O Mutuário se compromete a apresentar ao Banco as seguintes avaliações para determinar o grau de cumprimento do objetivo do Projeto e seus resultados:

(a) **Avaliação intermediária:** Caso o Banco julgue necessário, deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias seguintes da data em que tenha sido desembolsado cinquenta por cento (50%) dos recursos do Empréstimo, ou transcorridos 36 (trinta e seis) meses da entrada em vigor deste Contrato, o que ocorrer primeiro.

(b) **Avaliação final:** Deverá ser apresentada ao Banco dentro dos 90 (noventa) dias posteriores ao último desembolso dos recursos do Empréstimo.

(c) As avaliações mencionadas nos incisos (a) e (b) desta Cláusula deverão respeitar o conteúdo previsto no Plano de Monitoramento e Avaliação aprovado pelo Banco para o Projeto.

CLÁUSULA 5.04. Planos e relatórios. Para fins deste Contrato, o inciso (d) do Artigo 7.02 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“(d) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após tomar conhecimento do início de qualquer processo, reclamação, demanda ou ação judicial, procedimento arbitral ou administrativo relacionado com o Projeto, bem como manter e, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha o Banco informado sobre a situação dos mesmos.”

CAPÍTULO VI **Disposições Diversas**

CLÁUSULA 6.01. Vigência do Contrato. Este Contrato entrará em vigor na data de sua assinatura.

CLÁUSULA 6.02. Comunicações e Notificações. (a) Todos os avisos, solicitações, comunicações ou relatórios que as Partes devam realizar em virtude deste Contrato com relação à

_____/OC-____



- 10 -

execução do Projeto, à exceção das notificações mencionadas no seguinte inciso (b), serão efetuados por escrito e se considerarão realizados no momento em que o documento correspondente for recebido pelo destinatário no respectivo endereço indicado a seguir, ou por meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe ao Mutuário, a menos que as Partes acordem por escrito de outra forma.

Do Mutuário:

Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo
Endereço postal: Rua General Jardim, nº 36 – 2º Andar.
CEP: 01223-010 – São Paulo – SP
E-mail: bidsaude@prefeitura.sp.gov.br

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Representação do Banco no Brasil
SEM Quadra 802 Cj. F Lote 39
CEP 70.800.400
Brasília, DF
Brasil

Fax: +55(61) 3317-3112

(b) Qualquer notificação que as Partes devam realizar em virtude deste Contrato sobre assuntos distintos daqueles relacionados com a execução do Projeto, incluindo as solicitações de desembolsos, deverá realizar-se por escrito e ser enviada por correio registrado, e-mail ou fax, dirigido a seu destinatário a qualquer dos endereços indicados a seguir, e será considerada realizada no momento em que for recebida pelo destinatário no respectivo endereço, ou por meios eletrônicos nos termos e condições que o Banco estabeleça e informe o Mutuário, a menos que as Partes acordem por escrito outra forma de notificação.

Do Mutuário:

Secretaria Municipal de Fazenda de São Paulo
Endereço postal: Viaduto do Chá, 15 – 12º Andar.
CEP: 01002-900 – São Paulo – SP
E-mail: gabsf@prefeitura.sp.gov.br

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
EUA

_____/OC-____



- 11 -

Fax: (202) 623-3096

(c) O Banco e o Mutuário comprometem-se a encaminhar à Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no endereço abaixo indicado, cópia das correspondências relativas ao Projeto.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Assuntos Internacionais – SEAIN
Esplanada dos Ministérios, Bloco K, 8o andar
70040-906, Brasília, DF, Brasil

Fax: +55 (61) 2020-5006

CLÁUSULA 6.03. Cláusula Compromissória. Para a solução de toda controvérsia derivada ou relacionada ao presente Contrato e que não se resolva por acordo entre as Partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao procedimento e sentença do tribunal de arbitragem a que se refere o Capítulo XII das Normas Gerais.

CLÁUSULA 6.04. Práticas Proibidas. Para fins deste Contrato, o inciso (a) do Artigo 9.01 das Normas Gerais terá a seguinte redação:

“ARTIGO 9.01. Práticas Proibidas. (a) Além do estabelecido nos Artigos 8.01(g) e 8.02(c) destas Normas Gerais, se o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que uma firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação à execução do Projeto, poderá impor as sanções que julgar apropriadas, dadas as circunstâncias do caso, incluindo:

- (i) Negar-se a financiar os contratos para a aquisição de bens ou para a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco quando houver evidência de que o representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou Órgão Contratante não tenha tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;

_____/OC-____



- 12 -

- (iii) Emitir uma admoestação à firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida, com uma carta formal de censura por sua conduta;
- (iv) Declarar a firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida inelegível, de forma permanente ou temporária, para participar em atividades financiadas pelo Banco, seja diretamente como empreiteiro, fornecedor ou prestador, ou indiretamente, na qualidade de subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria; e
- (v) Impor multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e autuações realizadas com relação à Prática Proibida.”

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Mutuário e o Banco, atuando cada qual por intermédio de seu representante autorizado, assinam este Contrato em 3 (três) vias de igual teor em _____ (local de assinatura), no dia acima indicado.

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

[Nome e título do representante autorizado]

[Nome e título do representante autorizado]

_____/OC-____



LEG/SGO/CSC/ EZSHARE-620307903-25546

ANEXO ÚNICO**O PROJETO****Projeto de Restruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo –
Avança Saúde SP****I. Objetivo**

- 1.01** O objetivo do Projeto é contribuir para a melhoria das condições de saúde da população do Município de São Paulo, por meio do aumento do acesso e da qualidade dos serviços, assim como da melhoria do desempenho do sistema, consolidando o enfoque de redes de saúde.

II. Descrição**Componente I. Apoio à reestruturação, reorganização e integração das redes locais de atenção à saúde.**

- 2.01** Este componente tem por objetivo reorganizar e ampliar as redes locais de atenção à saúde do Município de São Paulo. Serão financiados, entre outros: (i) serviços de consultoria técnica para implementação da proposta de reestruturação, racionalização, integração e governança das redes locais de saúde; (ii) projetos arquitetônicos e executivos das obras; (iii) construção e aquisição de equipamentos para aproximadamente 9 Unidades Básicas de Saúde (UBS); (iv) reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para aproximadamente 14 UBS; (v) construção e aquisição de equipamentos para aproximadamente 12 Unidades de Pronto Atendimento (UPA); (vi) reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para aproximadamente 10 UPA; (vii) construção do Hospital de Brasilândia e aquisição de equipamentos para os Hospitais de Brasilândia e de Parelheiros; e (viii) construção e aquisição de equipamentos para até 6 Centros de Cuidados Integrados (CCI).

Componente II. Melhoria da eficiência e da qualidade do sistema de saúde

- 2.02** Este componente aumentará o desempenho da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) mediante a ampliação de suas capacidades institucionais, estratégicas e gerenciais.

Subcomponente 2.A - Instrumentos para ampliar as capacidades institucionais da SMS.

- 2.03** Este subcomponente financiará as seguintes atividades, entre outras: (i) implementação de ferramentas de análise para fortalecer a gestão dos contratos de prestação de serviços; (ii) desenvolvimento da metodologia e aquisição de sistemas de gerenciamento de custos e sua implementação; (iii) implementação do sistema de compras estratégicas de medicamentos e

_____/OC-BR



- 2 -

insumos médico-hospitalares; (iv) estudos e consultorias para melhoras do modelo de distribuição de medicamentos; (v) implementação de sistemas inteligentes de planejamento, execução e monitoramento de armazenagem, distribuição e consumo de medicamentos e material médico-hospitalar em toda a rede; (vi) estudos, consultorias e ferramentas de apoio à implementação do Núcleo Estratégico da SMS; e (vii) capacitação e formação de gestores e profissionais das redes.

Subcomponente 2.B - Melhoria contínua da produtividade interna e da qualidade do setor de saúde.

- 2.04 Este subcomponente financiará as seguintes atividades, entre outras: (i) implementação das linhas de cuidado para as condições prevalentes; (ii) aquisição do sistema informatizado de classificação do risco e regulação para as UPAs e demais serviços de Urgência e Emergência (UE); (iii) integração das centrais de regulação do Sistema de Atenção Móvel de Urgência (SAMU) e de urgência e emergência ao sistema de gestão da Atenção Básica (AB); e (iv) certificação da qualidade e capacidade resolutiva de aproximadamente 340 UBS, como elemento central do modelo de redes integradas de saúde a partir da Estratégia de Saúde da Família.

Componente III. Fortalecimento da gestão da informação e incentivo à inovação e ao uso de novas tecnologias em saúde

- 2.05 Este componente fortalecerá e integrará os sistemas de informação de saúde, ampliando as capacidades de gestão e decisão da SMS e fomentará os processos de inovação no setor. Serão financiados, entre outros: (i) o sistema integrado de Registro Eletrônico de Saúde; (ii) a implementação do Prontuário Eletrônico do Paciente em 100% da Rede de Atenção Básica; (iii) consultorias e estudos para o desenvolvimento do modelo assistencial dos Centros de Cuidado Integrado (CCI); e (iv) consultorias e estudos para a identificação e implementação de novas tecnologias assistenciais.

Componente IV. Administração e Avaliação do Projeto

- 2.06 Este componente apoiará a SMS a executar o Projeto e dar andamento aos resultados previstos. Serão financiados, entre outros: (i) serviços de apoio à gestão do Projeto; (ii) serviços técnicos especializados; (iii) auditoria independente; e (iv) avaliações intermediária, final e de impacto do Projeto.

_____/OC-BR



- 3 -

III. Plano de financiamento

- 3.01 O quadro a seguir resume a distribuição dos recursos do Empréstimo e da Contrapartida Local:

Custo e financiamento
(em US\$)

Componentes	Banco	Local	Total
1. Apoio à reestruturação, reorganização e integração das redes locais de atenção à saúde	63.811.000	98.288.000	162.099.000
2. Melhoria da eficiência e da qualidade do sistema de saúde	22.329.000	1.712.000	24.041.000
Subcomponente 2.A. Instrumentos para ampliar as capacidades institucionais da SMS	12.832.000	-	12.832.000
Subcomponente 2.B. Melhoria contínua da produtividade interna e da qualidade do setor de saúde	9.497.000	1.712.000	11.209.000
3. Fortalecimento da gestão da informação e incentivo à inovação e ao uso de novas tecnologias em saúde	7.400.000	-	7.400.000
4. Administração e Avaliação do Projeto	6.460.000	-	6.460.000
Total	100.000.000	100.000.000	200.000.000

IV. Execução

- 4.01 O Órgão Executor do Projeto será o Mutuário, por meio da SMS, ou outro órgão que vier a sucedê-la com atribuições similares, mediante a não-objeção do Banco. A SMS instituirá a Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), a qual estará diretamente vinculada ao Gabinete do Secretário Municipal de Saúde.
- 4.02 O Órgão Executor será responsável pelas seguintes atribuições: (i) o planejamento e execução administrativa e fiduciária do Projeto; e (ii) o monitoramento e avaliação do Projeto. A UCP terá a seguinte equipe básica: uma coordenação geral; uma coordenação técnica e de planejamento; uma coordenação de finanças e contabilidade; uma coordenação de aquisições; uma coordenação de tecnologia da informação e comunicação; e uma coordenação de obras.
- 4.03 O Órgão Executor contratará ainda uma empresa de apoio à UCP conforme os termos estabelecidos no ROP.
- 4.04 A SIURB, ou outro órgão que vier a sucedê-la com atribuições similares, mediante a não-objeção do Banco, será responsável por licitar e contratar os projetos executivos e as obras do Projeto. A área de engenharia da SMS e a UCP acompanharão a execução das obras juntamente com a SIURB.
- 4.05 O Órgão Executor contará ainda com o apoio de uma Comissão Especial de Licitação (CEL), vinculada à UCP, que será responsável exclusivamente pelos processos de aquisições e

_____/OC-BR



- 4 -

contratações do Projeto, exceto projetos executivos e obras. A UCP terá o apoio jurídico da Procuradoria Geral do Município.



_____/OC-BR



LEG/SGO/CSC/EZSHARE-

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO
NORMAS GERAIS
Maio de 2016

CAPÍTULO I

Aplicação e Interpretação

ARTIGO 1.01. **Aplicação das Normas Gerais.** Estas Normas Gerais são aplicáveis, de maneira uniforme, aos contratos de empréstimo para o financiamento de projetos de investimento com recursos do capital ordinário que o Banco celebre com seus países-membros ou com outros mutuários que, para os efeitos do respectivo contrato de empréstimo, contem com a garantia de um país-membro do Banco.

ARTIGO 1.02. **Interpretação.** (a) **Inconsistência.** Em caso de contradição ou inconsistência entre as estipulações das Disposições Especiais, qualquer anexo do Contrato e o(s) Contrato(s) de Garantia, se houver, e estas Normas Gerais, as estipulações daqueles prevalecerão sobre as estipulações destas Normas Gerais. Se a contradição ou inconsistência existir entre estipulações de um mesmo elemento deste Contrato ou entre as estipulações das Disposições Especiais, qualquer anexo do Contrato e o(s) Contrato(s) de Garantia, se houver, a disposição específica prevalecerá sobre a geral.

(b) **Títulos e Subtítulos.** Qualquer título ou subtítulo dos capítulos, artigos, cláusulas ou outras seções deste Contrato é incluído somente para fins de referência e não deve ser levado em conta na interpretação deste Contrato.

(c) **Prazos.** Salvo que o Contrato disponha em contrário, os prazos de dias, meses ou anos se entenderão como de dias corridos, meses ou anos civis.

CAPÍTULO II

Definições

ARTIGO 2.01. **Definições.** Quando os seguintes termos forem utilizados com maiúscula neste Contrato ou no(s) Contrato(s) de Garantia, se houver, seu significado será o atribuído a seguir. Qualquer referência ao singular se aplica ao plural e vice-versa. Qualquer termo que figure em maiúsculas no item 63 deste Artigo 2.01 e que não esteja definido de alguma maneira nesse item terá o mesmo significado atribuído nas definições do ISDA de 2006, segundo a publicação da *International Swaps and Derivatives Association, Inc.* (Associação Internacional de Operações de Swap e Derivativos), em suas versões modificadas e complementadas, as quais se incorporam a este Contrato por referência.

_____/OC-BR



- 2 -

1. “Adiantamento de Fundos” significa o montante de recursos adiantados pelo Banco ao Mutuário, a débito do Empréstimo, para fazer frente a Despesas Elegíveis do Projeto, de acordo com o disposto no Artigo 4.07 destas Normas Gerais.
2. “Agência de Contratações” significa a entidade com capacidade legal para firmar contratos e que, mediante acordo com o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, assume, total ou parcialmente, a responsabilidade pela realização das aquisições de bens ou das contratações de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria do Projeto.
3. “Agente de Cálculo” significa o Banco, exceto quando este termo for utilizado na definição da Taxa de Juros LIBOR, caso em que terá o significado atribuído a tal termo nas Definições do ISDA de 2006, segundo a publicação da *International Swaps and Derivatives Association, Inc.* (Associação Internacional de Operações de Swap e Derivativos), em suas versões modificadas e complementadas. Todas as determinações efetuadas pelo Agente de Cálculo terão caráter final, conclusivo e obrigatório para as partes (salvo por erro manifesto) e, quando realizadas pelo Banco em sua qualidade de Agente de Cálculo, serão efetuadas mediante justificativa documentada, de boa-fé e de forma comercialmente razoável.
4. “Banco” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Contrato.
5. “Carta Notificação de Conversão” significa a notificação mediante a qual o Banco comunica ao Mutuário os termos e condições financeiros em que uma Conversão tenha sido efetuada de acordo com a Carta Solicitação de Conversão enviada pelo Mutuário.
6. “Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização” significa a notificação mediante a qual o Banco responde a uma Carta Solicitação de Modificação do Cronograma de Amortização.
7. “Carta Solicitação de Conversão” significa a notificação irrevogável mediante a qual o Mutuário solicita ao Banco uma Conversão, de acordo com o estabelecido no Artigo 5.01 destas Normas Gerais.
8. “Carta Solicitação de Modificação do Cronograma de Amortização” significa a notificação irrevogável mediante a qual o Mutuário solicita ao Banco uma modificação do Cronograma de Amortização.
9. “Contrapartida Local” significa os recursos adicionais aos financiados pelo Banco, que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto.
10. “Contrato” significa este contrato de empréstimo.
11. “Contrato de Garantia” significa, se houver, o contrato em virtude do qual se garante o cumprimento de todas ou algumas das obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato, e no qual o Fiador assume outras obrigações que ficam a seu cargo

_____/OC-BR



- 3 -

12. “Contratos de Derivativos” significa qualquer contrato celebrado entre o Banco e o Mutuário ou entre o Banco e o Fiador para documentar e/ou confirmar uma ou mais operações de derivativos acordadas entre o Banco e o Mutuário ou entre o Banco e o Fiador e suas posteriores modificações. São parte integrante dos Contratos de Derivativos todos os seus anexos e demais acordos suplementares aos mesmos.
13. “Convenção para o Cálculo de Juros” significa a convenção para a contagem de dias utilizada para o cálculo do pagamento de juros, estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
14. “Conversão” significa uma modificação dos termos de parte ou da totalidade do Empréstimo solicitada pelo Mutuário e aceita pelo Banco nos termos deste Contrato e que poderá ser: (i) uma Conversão de Moeda; ou (ii) uma Conversão de Taxa de Juros.
15. “Conversão de Moeda” significa, em relação a um desembolso, ou a à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor, a mudança da moeda de denominação para uma Moeda Local ou para uma Moeda Principal.
16. “Conversão de Moeda por Prazo Parcial” significa uma Conversão de Moeda por um Prazo de Conversão inferior ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Moeda, de acordo com o disposto no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.
17. “Conversão de Moeda por Prazo Total” significa uma Conversão de Moeda por um Prazo de Conversão igual ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Moeda, de acordo com o disposto no Artigo 5.03 destas Normas Gerais.
18. “Conversão de Taxa de Juros” significa (i) a mudança do tipo de taxa de juros com relação à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor; ou (ii) o estabelecimento de um Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou de uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros com relação à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor; ou (iii) qualquer outra opção de cobertura (*hedging*) que afete a taxa de juros aplicável à totalidade ou a uma parte do Saldo Devedor.
19. “Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial” significa uma Conversão de Taxa de Juros por um Prazo de Conversão inferior ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Taxa de Juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.04 destas Normas Gerais.
20. “Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total” significa uma Conversão de Taxa de Juros por um Prazo de Conversão igual ao prazo previsto no Cronograma de Amortização solicitado para tal Conversão de Taxa de Juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.04 destas Normas Gerais.

_____/OC-BR



- 4 -

21. “Cronograma de Amortização” significa o cronograma original estabelecido nas Disposições Especiais para o pagamento das prestações de amortização do Empréstimo ou o cronograma ou cronogramas que resultem das modificações acordadas entre as Partes, de acordo com o disposto no Artigo 3.02 destas Normas Gerais.
22. “Custo de Captação do Banco” significa uma margem de custo calculada trimestralmente relativa à Taxa de Juros LIBOR em Dólares a 3 (três) meses, com base na média ponderada do custo dos instrumentos de captação do Banco aplicáveis ao Mecanismo de Financiamento Flexível, expressada na forma de um percentual anual, conforme determine o Banco.
23. “Data de Avaliação de Pagamento” significa a data determinada com base em certo número de Dias Úteis bancários antes de qualquer data de pagamento de prestações de amortização ou juros, conforme especificado em uma Carta Notificação de Conversão.
24. “Data de Conversão” significa a Data de Conversão de Moeda ou a Data de Conversão de Taxa de Juros, conforme o caso.
25. “Data de Conversão de Moeda” significa, em relação a Conversões de Moeda para novos desembolsos, a data efetiva na qual o Banco efetue o desembolso e, para as Conversões de Moeda de Saldos Devedores, a data em que se redenomine a dívida. Essas datas serão estabelecidas na Carta Notificação da Conversão.
26. “Data de Conversão de Taxa de Juros” significa a data efetiva da Conversão de Taxa de Juros, a partir da qual se aplicará a nova taxa de juros. Essa data será estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
27. “Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre” significa o dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano calendário. A Taxa de Juros Baseada na LIBOR, determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, será aplicada retroativamente aos primeiros 15 (quinze) dias do respectivo Trimestre e continuará sendo aplicada durante e até o último dia do Trimestre.
28. “Data Final de Amortização” significa a última data de amortização do Empréstimo, de acordo com o disposto nas Disposições Especiais.
29. “Despesa Elegível” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Contrato.
30. “Dia Útil” significa um dia em que os bancos comerciais e os mercados de câmbio efetuem liquidações de pagamentos e estejam abertos para negócios gerais (incluindo operações cambiais e de depósitos em moeda estrangeira) na cidade de Nova Iorque ou, no caso de uma Conversão, nas cidades indicadas na Carta Notificação de Conversão.
31. “Diretoria” significa a Diretoria Executiva do Banco.

_____/OC-BR



- 5 -

32. “Disposições Especiais” significa o conjunto de cláusulas que compõem a primeira parte deste Contrato.
33. “Dólar” significa a moeda de curso forçado nos Estados Unidos da América.
34. “Empréstimo” terá o significado atribuído nas Disposições Especiais deste Contrato.
35. “Faixa (*collar*) de Taxa de Juros” significa o estabelecimento de um limite superior e um limite inferior para uma taxa variável de juros.
36. “Fiador” significa o país-membro do Banco ou entidade subnacional do mesmo, se houver, que assina o Contrato de Garantia com o Banco.
37. “Mecanismo de Financiamento Flexível” significa a plataforma financeira que o Banco utiliza para efetuar Empréstimos com garantia soberana a débito do capital ordinário do Banco.
38. “Moeda Convertida” significa qualquer Moeda Local ou Moeda Principal na qual se denomine a totalidade ou parte do Empréstimo depois da execução de uma Conversão de Moeda.
39. “Moeda de Aprovação” significa a moeda na qual o Banco aprove o Empréstimo, a qual pode ser Dólares ou qualquer Moeda Local.
40. “Moeda de Liquidação” significa a moeda utilizada no Empréstimo para liquidar pagamentos de principal e juros. No caso de moedas de livre convertibilidade (*fully deliverable*), a Moeda de Liquidação será a Moeda Convertida. No caso de moedas que não são de livre convertibilidade (*non-deliverable*), a Moeda de Liquidação será o Dólar.
41. “Moeda Local” significa qualquer moeda distinta do Dólar de curso forçado nos países da América Latina e do Caribe.
42. “Moeda Principal” significa qualquer moeda de curso forçado nos países-membros do Banco que não seja Dólar ou Moeda Local.
43. “Mutuário” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais deste Contrato.
44. “Normas Gerais” significa o conjunto de artigos que compõem esta segunda parte do Contrato.
45. “Órgão Contratante” significa a entidade com capacidade legal para subscrever o contrato de aquisição de bens, contrato de obras, de consultoria e serviços diferentes de consultoria com o empreiteiro, fornecedor e a firma consultora ou o consultor individual, conforme o caso.

_____/OC-BR



- 6 -

46. “Órgão Executor” significa a entidade com personalidade jurídica responsável pela execução do Projeto e pela utilização dos recursos do Empréstimo. Quando existir mais de um Órgão Executor, os mesmos serão considerados coexecutores e serão denominados indistintamente “Órgãos Executores” ou “Órgãos Coexecutores”.
47. “Partes” terá o significado atribuído no preâmbulo das Disposições Especiais.
48. “Período de Encerramento” significa o prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir do vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações.
49. “Plano de Aquisições” significa uma ferramenta de programação e acompanhamento das aquisições e contratações do Projeto, nos termos descritos nas Disposições Especiais, Políticas de Aquisições e Políticas de Consultores.
50. “Plano Financeiro” significa uma ferramenta de planejamento e monitoramento dos fluxos de fundos do Projeto, que se articula com outras ferramentas de planejamento de projetos, incluindo o Plano de Aquisições.
51. “Políticas de Aquisições” significa as Políticas para a Aquisição de Bens e Obras Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Empréstimo pelo Banco.
52. “Políticas de Consultores” significa as Políticas para a Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento vigentes no momento da aprovação do Empréstimo pelo Banco.
53. “Prática Proibida” significa as práticas que o Banco proíbe com relação às atividades que financie, definidas pela Diretoria ou que se definam no futuro e se informem ao Mutuário, incluindo-se, entre outras, a prática coercitiva, a prática colusiva, a prática corrupta, a prática fraudulenta e a prática obstrutiva.
54. “Prazo de Conversão” significa, para qualquer Conversão, o período compreendido entre a Data de Conversão e o último dia do período de juros no qual a Conversão termina de acordo com seus termos. Não obstante, para os efeitos do último pagamento de principal e juros, o Prazo de Conversão termina no dia em que sejam pagos os juros correspondentes a tal período de juros.
55. “Prazo de Execução” significa o prazo em Dias Úteis durante o qual o Banco pode executar uma Conversão de acordo com o que seja determinado pelo Mutuário na Carta Solicitação de Conversão. O Prazo de Execução começa a contar a partir do dia em que a Carta Solicitação de Conversão for recebida pelo Banco.
56. “Prazo Original de Desembolsos” significa o prazo originalmente previsto para os desembolsos do Empréstimo, estabelecido nas Disposições Especiais.

_____/OC-BR



- 7 -

57. “Projeto” ou “Programa” significa o projeto ou programa que se identifica nas Disposições Especiais e consiste no conjunto de atividades com objetivo de desenvolvimento a cujo financiamento contribuem os recursos do Empréstimo.
58. “Saldo Devedor” significa o montante devido ao Banco pelo Mutuário relativamente à parte desembolsada do Empréstimo.
59. “Semestre” significa os primeiros ou os segundos 6 (seis) meses de um ano calendário.
60. “Taxa Base de Juros” significa a taxa determinada pelo Banco no momento da execução de uma Conversão, em função: (i) da moeda solicitada pelo Mutuário; (ii) do tipo de taxa de juros solicitada pelo Mutuário; (iii) do Cronograma de Amortização; (iv) das condições de mercado vigentes; e (v) ou: (1) da Taxa de Juros LIBOR em Dólares a 3 (três) meses, *mais* uma margem que reflita o custo estimado de captação de recursos em Dólares do Banco existente no momento do desembolso ou da Conversão; ou (2) do custo efetivo de captação do financiamento do Banco utilizado como base para a Conversão; ou (3) com relação aos Saldos Devedores que tenham sido objeto de uma Conversão anterior, da taxa de juros aplicável a tais Saldos Devedores.
61. “Taxa de Câmbio de Avaliação” significa a quantidade de unidades de Moeda Convertida por um Dólar, aplicável a cada Data de Avaliação de Pagamento, de acordo com a fonte estabelecida na Carta Notificação de Conversão.
62. “Taxa de Juros Baseada na LIBOR” significa a Taxa de Juros LIBOR mais o Custo de Captação do Banco, determinada em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre.
63. “Taxa de Juros LIBOR” significa a “USD-LIBOR-ICE”, que é a taxa administrada pela *ICE Benchmark Administration* (ou qualquer outra entidade que a substitua na administração da mencionada taxa) aplicável a depósitos em Dólares a um prazo de 3 (três) meses que figura na página correspondente das páginas *Bloomberg Financial Markets Service* ou *Reuters Service*, ou, caso não disponíveis, na página correspondente de qualquer outro serviço selecionado pelo Banco em que figure tal taxa, às 11 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) dias de expediente bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre. Se essa Taxa de Juros LIBOR não constar da página correspondente, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada como se as partes houvessem especificado “USD-LIBOR-Bancos de Referência” como a Taxa de Juros LIBOR aplicável. Para estes efeitos, “USD-LIBOR-Bancos de Referência” significa que a Taxa de Juros LIBOR correspondente a uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será determinada em função das taxas às quais os Bancos de Referência estejam oferecendo os depósitos em Dólares aos bancos de primeira linha no mercado interbancário de Londres, aproximadamente às 11 horas da manhã, hora de Londres, em uma data que seja 2 (dois) dias de expediente bancário em Londres antes da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, a um

_____/OC-BR



- 8 -

prazo de 3 (três) meses, contado a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um montante representativo. O Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco solicitará(rão) uma cotação da Taxa de Juros LIBOR ao escritório principal em Londres de cada um dos Bancos de Referência. Se for obtido um mínimo de 2 (duas) cotações, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das cotações. Se forem obtidas menos de 2 (duas) cotações conforme solicitado, a Taxa de Juros LIBOR correspondente a essa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre será a média aritmética das taxas cotadas pelos principais bancos na cidade de Nova Iorque, escolhidos pelo Agente ou Agentes de Cálculo utilizado(s) pelo Banco, aproximadamente às 11 horas da manhã, hora de Nova Iorque, aplicável a empréstimos em Dólares concedidos aos principais bancos europeus, com um prazo de 3 (três) meses, contados a partir da Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre e em um Montante Representativo. Se o Banco obtiver a Taxa de Juros LIBOR de mais de um Agente de Cálculo, como resultado do procedimento descrito anteriormente, o Banco determinará, a seu exclusivo critério, a Taxa de Juros LIBOR aplicável numa Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre, com base nas taxas de juros proporcionadas pelos Agentes de Cálculo. Para os propósitos desta disposição, se a Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre não for um dia de expediente bancário na cidade de Nova Iorque, serão utilizadas as Taxas de Juros LIBOR cotadas no primeiro dia bancário em Nova Iorque imediatamente seguinte.

64. “Teto (*cap*) de Taxa de Juros” significa o estabelecimento de um limite superior para uma taxa variável de juros.
65. “Trimestre” significa cada um dos seguintes períodos de 3 (três) meses do ano calendário: o período que começa no dia 1º de janeiro e termina no dia 31 de março; o período que começa no dia 1º de abril e termina no dia 30 de junho; o período que começa no dia 1º de julho e termina no dia 30 de setembro; e o período que começa no dia 1º de outubro e termina no dia 31 de dezembro.
66. “VMP” significa vida média ponderada, seja a VMP Original ou a que resulte de uma modificação do Cronograma de Amortização, como resultado de uma Conversão ou não. Calcula-se a VMP em anos (utilizando-se duas casas decimais), com base no Cronograma de Amortização de todas as tranches, e define-se a mesma como a divisão entre (i) e (ii), sendo:

(i) o somatório dos produtos de (A) e (B), definidos como:

(A) o montante de cada pagamento de amortização;

(B) a diferença no número de dias entre a data de pagamento de amortização e a data de assinatura deste Contrato, dividido por 365 dias;

e

_____/OC-BR



- 9 -

- (ii) a soma dos pagamentos de amortização.

A fórmula a ser aplicada é a seguinte:

$$VMP = \frac{\sum_{j=1}^m \sum_{i=1}^n A_{i,j} \times \left(\frac{DP_{i,j} - DA}{365} \right)}{AT}$$

onde:

VMP é a vida média ponderada de todas as tranches do Empréstimo, expressa em anos.

m é o número total de tranches do Empréstimo.

n é o número total de pagamentos de amortização para cada tranche do Empréstimo.

A_{i,j} é o montante da amortização referente ao pagamento *i* da tranche *j*, calculado em Dólares ou, no caso de uma Conversão, no equivalente em Dólares, à taxa de câmbio determinada pelo Agente de Cálculo para a data de modificação do Cronograma de Amortização.

DP_{i,j} é a data de pagamento referente ao pagamento *i* da tranche *j*.

DA é a data de assinatura deste Contrato.

AT é a soma de todos os *A_{i,j}*, calculada em Dólares, ou, no caso de uma Conversão, no equivalente em Dólares, na data do cálculo, à taxa de câmbio determinada pelo Agente de Cálculo.

67. “VMP Original” significa a VMP do Empréstimo vigente na data de assinatura deste Contrato e estabelecida nas Disposições Especiais.

CAPÍTULO III

Amortização, juros, comissão de crédito, inspeção e vigilância e pagamentos antecipados

ARTIGO 3.01. Datas de pagamento de amortização, juros, comissão de crédito e outros custos. O Empréstimo deverá ser amortizado de acordo com o Cronograma de Amortização. Os juros e as prestações de amortização deverão ser pagos no dia 15 do mês, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais, em uma Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização ou em uma Carta Notificação de Conversão, conforme seja o caso. As datas dos pagamentos de amortização, comissão de crédito e outros custos coincidirão sempre com uma data de pagamento de juros.

ARTIGO 3.02. Modificação do Cronograma de Amortização. (a) O Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá solicitar a modificação do Cronograma de Amortização a

_____/OC-BR



-10-

qualquer momento a partir da data de entrada em vigor do Contrato e até 60 (sessenta) dias antes do vencimento do Prazo Original de Desembolsos. Também poderá solicitar a modificação do Cronograma de Amortização, por ocasião de uma Conversão de Moeda ou Conversão de Taxa de Juros, nos termos estabelecidos nos Artigos 5.03 e 5.04 destas Normas Gerais.

(b) Para solicitar uma modificação do Cronograma de Amortização, o Mutuário deverá apresentar ao Banco uma Carta Solicitação de Modificação do Cronograma de Amortização, que deverá: (i) indicar se a modificação do Cronograma de Amortização proposta se aplica a parte ou à totalidade do Empréstimo; e (ii) indicar o novo cronograma de pagamentos, que incluirá a primeira e última data de amortização, a frequência de pagamentos e o percentual que estes representam em relação à totalidade do Empréstimo ou à tranche do mesmo para a qual se solicita a modificação.

(c) A aceitação por parte do Banco das modificações do Cronograma de Amortização solicitadas estará sujeita às devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco e ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- (i) que a última data de amortização e a VMP cumulativa de todos os Cronogramas de Amortização não ultrapassem a Data Final de Amortização nem a VMP Original;
- (ii) que a tranche do Empréstimo sujeita a um novo Cronograma de Amortização não seja inferior ao equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares); e
- (iii) que a tranche do Empréstimo sujeita à modificação do Cronograma de Amortização não tenha sido objeto de modificação anterior, exceto se a nova modificação do Cronograma de Amortização for resultado de uma Conversão de Moeda.

(d) O Banco notificará ao Mutuário sua decisão por meio de uma Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização. Na hipótese de o Banco aceitar a solicitação do Mutuário, a Carta Notificação de Modificação do Cronograma de Amortização incluirá: (i) o novo Cronograma de Amortização correspondente ao Empréstimo ou tranche do mesmo; (ii) a VMP cumulativa do Empréstimo; e (iii) a data efetiva do novo Cronograma de Amortização.

(e) O Empréstimo não poderá ter mais que 4 (quatro) tranches denominadas em Moeda Principal com Cronogramas de Amortização distintos. As tranches do Empréstimo denominadas em Moeda Local poderão exceder tal número, sujeito às devidas considerações operacionais e de gestão de risco do Banco.

(f) Para que a todo momento a VMP do Empréstimo continue sendo igual ou menor que a VMP Original, em qualquer eventualidade em que a VMP do Empréstimo exceda a VMP Original, o Cronograma de Amortização terá de ser modificado. Para tais efeitos, o Banco informará ao Mutuário sobre essa eventualidade, solicitando que o Mutuário se pronuncie a respeito do novo cronograma de amortização, de acordo com o disposto neste Artigo. A menos

_____/OC-BR



- 11 -

que o Mutuário expressamente solicite o contrário, a modificação consistirá na antecipação da Data Final de Amortização com o correspondente ajuste nas prestações de amortização.

(g) Sem prejuízo do disposto no inciso (f) anterior, o Cronograma de Amortização deverá ser modificado nas hipóteses em que forem acordadas prorrogações do Prazo Original de Desembolsos que: (i) resultem na prorrogação de tal prazo até após o 60º (sexagésimo) dia antes do vencimento da primeira prestação de amortização do Empréstimo ou, conforme o caso, da tranche do Empréstimo; e (ii) sejam efetuados desembolsos durante tal prorrogação. A modificação consistirá em (i) antecipação da Data Final de Amortização ou, na hipótese de o Empréstimo ter diversas tranches, antecipação da Data Final de Amortização da tranche ou das tranches do Empréstimo cujos recursos forem desembolsados durante a prorrogação do Prazo Original de Desembolsos, exceto se o Mutuário solicitar expressamente, em vez disso, (ii) o aumento do montante da prestação de amortização posterior a cada desembolso do Empréstimo ou, conforme o caso, da tranche do Empréstimo que ocasione uma VMP maior que a VMP Original. Na segunda hipótese, o Banco determinará o montante correspondente a cada prestação de amortização.

ARTIGO 3.03. Juros. (a) **Juros sobre Saldos Devedores que não tenham sido objeto de Conversão.** Enquanto o Empréstimo não tenha sido objeto de Conversão alguma, o Mutuário pagará juros sobre os Saldos Devedores diários a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário. Neste caso, os juros incidirão a uma taxa anual para cada Trimestre determinada pelo Banco em uma Data de Determinação da Taxa de Juros Baseada na LIBOR para cada Trimestre.

(b) **Juros sobre Saldos Devedores que tenham sido objeto de Conversão.** Caso os Saldos Devedores tenham sido objeto de uma Conversão, o Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores convertidos mediante tal conversão: (i) à Taxa Base de Juros que determine o Banco; *mais* (ii) a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco.

(c) **Juros sobre Saldos Devedores sujeitos a um Teto (*cap*) de Taxa de Juros.** Caso tenha sido efetuada uma Conversão de Taxa de Juros para estabelecer um Teto (*cap*) de Taxa de Juros e a taxa de juros devida pelo Mutuário de acordo com o disposto neste Artigo exceda o Teto (*cap*) de Taxa de Juros em qualquer momento durante o Prazo de Conversão, a taxa máxima de juros aplicável durante tal Prazo de Conversão será equivalente ao Teto (*cap*) de Taxa de Juros.

(d) **Juros sobre Saldos Devedores sujeitos a uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.** Caso tenha sido efetuada uma Conversão de Taxa de Juros para estabelecer uma Faixa (*collar*) de Taxa de Juros e a taxa de juros devida pelo Mutuário de acordo com o disposto neste Artigo exceda o limite superior ou esteja abaixo do limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros em qualquer momento durante o Prazo de Conversão, a taxa máxima ou mínima de juros aplicável durante tal Prazo de Conversão será, respectivamente, o limite superior ou o limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.

(e) **Mudanças à base de cálculo de juros.** As Partes acordam que, não obstante qualquer mudança na prática do mercado que, a qualquer momento, afete a determinação da

_____/OC-BR



-12-

Taxa de Juros LIBOR, os pagamentos pelo Mutuário deverão permanecer vinculados à captação do Banco. Para os efeitos de obter e manter tal vinculação em tais circunstâncias, as Partes acordam expressamente que o Agente de Cálculo, buscando refletir a captação correspondente do Banco, deverá determinar: (i) a ocorrência de tais mudanças; e (ii) a taxa base alternativa aplicável para determinar o montante apropriado a ser pago pelo Mutuário. O Agente de Cálculo deverá notificar a taxa base alternativa aplicável ao Mutuário e ao Fiador, se houver, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias. A taxa base alternativa será efetiva na data de vencimento de tal prazo de notificação.

ARTIGO 3.04. Comissão de crédito. (a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% ao ano.

(b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.

(c) A comissão de crédito deixará de incidir: (i) quando tenham sido efetuados todos os desembolsos; ou (ii) total ou parcialmente, conforme seja o caso, quando o Empréstimo tenha sido declarado total ou parcialmente sem efeito, conforme o disposto nos Artigos 4.02, 4.12, 4.13 ou 8.02 destas Normas Gerais.

ARTIGO 3.05. Cálculo dos juros e da comissão de crédito. Os juros e a comissão de crédito serão calculados com base no número exato de dias do período de juros correspondente.

ARTIGO 3.06. Recursos para inspeção e supervisão. O Mutuário não estará obrigado a cobrir as despesas do Banco a título de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante o Prazo Original de Desembolsos, como consequência de sua revisão periódica de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, e notificar o Mutuário a respeito. Neste caso, o Mutuário deverá indicar ao Banco se pagará tal montante diretamente ou se o Banco deverá retirar e reter tal montante dos recursos do Empréstimo. Em nenhuma hipótese poderá ser cobrado do Mutuário a este título, em um determinado semestre, mais de 1% do montante do Empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos.

ARTIGO 3.07. Moeda dos pagamentos de amortização, juros, comissões e quotas de inspeção e supervisão. Os pagamentos de amortização e juros serão efetuados em Dólares, exceto na hipótese de realização de uma Conversão de Moeda, em cujo caso, aplicar-se-á o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais. Os pagamentos de comissão de crédito e quotas de inspeção e supervisão deverão ser sempre efetuados na Moeda de Aprovação.

ARTIGO 3.08. Pagamentos antecipados. (a) **Pagamentos Antecipados de Saldos Devedores denominados em Dólares com Taxa de Juros Baseada na LIBOR.** O Mutuário poderá pagar antecipadamente a parte ou totalidade de qualquer Saldo Devedor denominado em Dólares a uma Taxa de Juros Baseada na LIBOR em uma data de pagamento de juros, mediante apresentação ao Banco, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, de uma notificação por

_____/OC-BR



-13-

escrito de caráter irrevogável, com a anuência do Fiador, se houver. Tal pagamento será imputado de acordo com o estabelecido no Artigo 3.09 destas Normas Gerais. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do Saldo Devedor, o pagamento será imputado de forma proporcional às prestações de amortização pendentes de pagamento. Se o Empréstimo tiver tranches com Cronogramas de Amortização diferentes, o Mutuário deverá pagar antecipadamente a totalidade da tranche correspondente, salvo se o Banco acordar de forma diversa.

(b) **Pagamentos Antecipados de montantes que tenham sido objeto de Conversão.** Sempre que o Banco possa reverter sua captação de financiamento correspondente ou dar-lhe outro fim, o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá pagar antecipadamente em uma das datas de pagamento de juros estabelecidas no Cronograma de Amortização anexo à Carta Notificação de Conversão: (i) a parte ou totalidade do montante que tenha sido objeto de uma Conversão de Moeda; e/ou (ii) a parte ou totalidade do montante que tenha sido objeto de uma Conversão de Taxa de Juros. Para tanto, o Mutuário deverá apresentar ao Banco, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, uma notificação por escrito de caráter irrevogável. Em tal notificação, o Mutuário deverá especificar o montante que deseja pagar antecipadamente e as Conversões às quais se refere. Caso o pagamento antecipado não cubra a totalidade do Saldo Devedor referente a tal Conversão, este se aplicará de forma proporcional às prestações pendentes de pagamento de tal Conversão. O Mutuário não poderá efetuar pagamentos antecipados por um montante inferior ao equivalente a US\$ 3.000.000,00 (três milhões de Dólares), salvo nos casos em que o Saldo Devedor remanescente da Conversão correspondente seja menor e o Mutuário o pague em sua totalidade.

(c) Para os efeitos dos incisos (a) e (b) anteriores, os seguintes pagamentos serão considerados pagamentos antecipados: (i) a devolução de Adiantamento de Fundos não justificados; e (ii) os pagamentos devidos em virtude de a totalidade ou parte do Empréstimo ter sido declarada vencida e exigível de imediato, de acordo com o disposto no Artigo 8.02 destas Normas Gerais.

(d) Sem prejuízo do disposto no inciso (b) anterior, nos casos de pagamento antecipado, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco por reverter a correspondente captação do financiamento determinada pelo Agente de Cálculo ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo se imputará, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento pelo Mutuário. Em caso de custo, o Mutuário pagará o montante correspondente de forma conjunta e na data do pagamento antecipado.

ARTIGO 3.09. Imputação dos pagamentos. Todo pagamento será imputado, em primeiro lugar, à devolução de Adiantamentos de Fundos que não tenham sido justificados depois de transcorrido o Período de Encerramento; em seguida, a comissões e juros exigíveis na data do pagamento; e, existindo saldo, à amortização de prestações vencidas de principal.

ARTIGO 3.10. Vencimentos em dias que não sejam Dias Úteis. Todo pagamento ou qualquer outra prestação que, em cumprimento deste Contrato, deva ser realizado em um dia que

_____/OC-BR



-14-

não seja Dia Útil, será considerado válido se realizado no primeiro Dia Útil subsequente, não sendo cabível, neste caso, a cobrança de qualquer acréscimo.

ARTIGO 3.11. Lugar de pagamento. Todo pagamento deverá ser efetuado na sede do Banco em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, salvo se o Banco designar outro lugar para tal efeito, mediante prévia notificação por escrito ao Mutuário.

CAPÍTULO IV

Desembolsos, renúncia e cancelamento automático

ARTIGO 4.01. Condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo. Sem prejuízo de outras condições estabelecidas nas Disposições Especiais, o primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo está sujeito a que se cumpram, de maneira satisfatória para o Banco, as seguintes condições:

- (a) Que o Banco tenha recebido um ou mais pareceres jurídicos fundamentados que estabeleçam, com indicação das disposições constitucionais, legais e regulamentares pertinentes, que as obrigações contraídas pelo Mutuário neste Contrato e, se houver, pelo Fiador no Contrato de Garantia são válidas e exigíveis. Tais pareceres deverão referir-se, ademais, a qualquer consulta jurídica que o Banco considere pertinente formular.
- (b) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, tenha designado um ou mais funcionários que possam representá-lo para os efeitos de solicitar os desembolsos do Empréstimo e em outros atos relacionados com a gestão financeira do Projeto e tenha feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Se forem designados dois ou mais funcionários, o Mutuário indicará se os mesmos poderão atuar separada ou conjuntamente.
- (c) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor, tenha fornecido ao Banco por escrito, através de seu representante autorizado para solicitar os desembolsos do Empréstimo, informação sobre a conta bancária na qual serão depositados todos os desembolsos do Empréstimo. Serão necessárias contas separadas para desembolsos em Moeda Local, Dólar e Moeda Principal. Tal informação não será necessária se o Banco aceitar que os recursos do Empréstimo sejam registrados na conta única da tesouraria do Mutuário.
- (d) Que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha demonstrado ao Banco que conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados para os propósitos indicados neste Contrato.

ARTIGO 4.02. Prazo para cumprir as condições prévias ao primeiro desembolso. Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato, ou de um prazo maior que as Partes acordem por escrito, não forem cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso estipuladas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e outras

_____/OC-BR



-15-

condições prévias ao primeiro desembolso acordadas nas Disposições Especiais, o Banco poderá pôr termo a este Contrato de forma antecipada, mediante notificação ao Mutuário.

ARTIGO 4.03. Requisitos para qualquer desembolso. (a) Como requisito para qualquer desembolso e sem prejuízo das condições prévias ao primeiro desembolso dos recursos do Empréstimo estabelecidas no Artigo 4.01 destas Normas Gerais e, se houver, nas Disposições Especiais, o Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco por escrito, seja fisicamente ou por meio eletrônico, na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso acompanhado dos documentos pertinentes e demais antecedentes que o Banco possa haver solicitado. A não ser que o Banco aceite o contrário, o último pedido de desembolso deverá ser entregue ao Banco, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou da prorrogação do mesmo.

(b) Salvo acordo das Partes em contrário, somente serão feitos desembolsos de montantes não inferiores ao equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares).

(c) Qualquer encargo, comissão ou despesa aplicada à conta bancária na qual se depositem os desembolsos de recursos do Empréstimo estará a cargo do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso, e será sua responsabilidade.

(d) Adicionalmente, o Fiador não poderá ter incorrido em um atraso de mais de 120 (cento e vinte) dias no pagamento dos montantes devidos ao Banco a título de qualquer empréstimo ou garantia.

ARTIGO 4.04. Rendas geradas na conta bancária para os desembolsos. As rendas geradas por recursos do Empréstimo, depositadas na conta bancária designada para receber os desembolsos, deverão ser destinadas ao pagamento de Despesas Elegíveis.

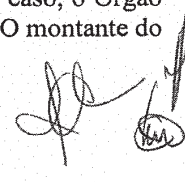
ARTIGO 4.05. Métodos para efetuar os desembolsos. Por solicitação do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, o Banco poderá efetuar os desembolsos dos recursos do Empréstimo mediante: (a) reembolso de despesas; (b) Adiantamento de Fundos; (c) pagamentos diretos a terceiros; e (d) reembolso contra garantia de carta de crédito.

ARTIGO 4.06. Reembolso de despesas. (a) O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso de despesas quando o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor houver realizado o pagamento das Despesas Elegíveis com recursos próprios.

(b) A menos que as Partes acordem o contrário, os pedidos de desembolso para reembolso de despesas deverão ser feitos prontamente à medida que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor incorra em tais despesas e, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada Semestre.

ARTIGO 4.07. Adiantamento de Fundos. (a) O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de Adiantamento de Fundos. O montante do

_____/OC-BR



-16-

Adiantamento de Fundos será fixado pelo Banco com base: (i) nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de Despesas Elegíveis durante um período de até 6 (seis) meses, a menos que o Plano Financeiro determine um período maior, o qual em nenhum caso poderá exceder 12 (doze) meses; e (ii) nos riscos associados à capacidade demonstrada do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor, para gerir e utilizar os recursos do Empréstimo.

(b) Cada Adiantamento de Fundos estará sujeito a que: (i) a solicitação do Adiantamento de Fundos seja apresentada de forma aceitável ao Banco; e (ii) com exceção do primeiro Adiantamento de Fundos, o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor tenha apresentado, e o Banco tenha aceitado, a justificativa do uso de, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos saldos acumulados pendentes de justificativa a esse título, a menos que o Plano Financeiro determine uma porcentagem menor, que em nenhum caso poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento).

(c) O Banco poderá aumentar o montante do último Adiantamento de Fundos vigente concedido ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, uma só vez durante a vigência do Plano Financeiro e na medida em que sejam requeridos recursos adicionais para o pagamento de Despesas Elegíveis não previstas no mesmo.

(d) O Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente a última solicitação de Adiantamento de Fundos, no mais tardar 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações, sob o entendimento de que as justificativas correspondentes a tal Adiantamento de Fundos serão apresentadas ao Banco durante o Período de Encerramento. O Banco não desembolsará recursos após o vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações.

(e) O montante de cada Adiantamento de Fundos ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, deve ser mantido pelo montante equivalente expresso na moeda do desembolso respectivo ou na Moeda de Aprovação. A justificativa de Despesas Elegíveis incorridas com os recursos de um Adiantamento de Fundos deve ser realizada pelo equivalente ao total do Adiantamento de Fundos expresso na moeda do desembolso respectivo ou na Moeda de Aprovação, utilizando a taxa de câmbio estabelecida no Contrato. O Banco poderá aceitar ajustes na justificativa do Adiantamento de Fundos a título de flutuações de taxa de câmbio, desde que estas não afetem a execução do Projeto.

ARTIGO 4.08. Pagamentos diretos a terceiros. (a) O Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá solicitar desembolsos sob o método de pagamentos diretos a terceiros, a fim de que o Banco pague diretamente a fornecedores ou empreiteiros por conta do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor.

(b) No caso de pagamentos diretos a terceiros, o Mutuário ou o Órgão Executor será responsável pelo pagamento do montante correspondente à diferença entre o montante do desembolso solicitado pelo Mutuário ou Órgão Executor e o montante recebido pelo terceiro, a título de flutuações cambiais, comissões e outros custos financeiros.

_____/OC-BR



- 17 -

ARTIGO 4.09. Reembolso contra garantia de carta de crédito. O Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá solicitar desembolsos sob o método de reembolso contra garantia de carta de crédito, para os efeitos de reembolsar bancos comerciais a título de pagamentos efetuados a empreiteiros ou fornecedores de bens e prestadores de serviços em virtude de uma carta de crédito emitida e/ou confirmada por um banco comercial e garantida pelo Banco. A carta de crédito deverá ser emitida e/ou confirmada de maneira satisfatória para o Banco. Os recursos comprometidos em virtude da carta de crédito e garantidos pelo Banco deverão ser destinados exclusivamente para os fins estabelecidos em tal carta de crédito, enquanto se encontrar vigente a garantia.

ARTIGO 4.10. Taxa de Câmbio. (a) O Mutuário se compromete a justificar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor justifique as despesas efetuadas a débito do Empréstimo ou da Contrapartida Local, expressando tais despesas na moeda de denominação do respectivo reembolso ou na Moeda de Aprovação.

(b) A fim de determinar a equivalência de uma Despesa Elegível efetuado em Moeda Local do país do Mutuário na moeda em que se realizem os desembolsos ou na Moeda de Aprovação, para os efeitos da prestação de contas e da justificativa de despesas, qualquer que seja a fonte de financiamento da Despesa Elegível, será utilizada uma das seguintes taxas de câmbio, conforme estabelecido nas Disposições Especiais:

- (i) A taxa de câmbio efetiva na data de conversão da Moeda de Aprovação ou moeda do reembolso na Moeda Local do país do Mutuário; ou
- (ii) A taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesa na Moeda Local do país do Mutuário.

(c) Nos casos em que se selecione a taxa de câmbio estabelecida no inciso (b)(i) deste Artigo, para os efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contrapartida Local ou o reembolso de despesas a débito do Empréstimo, será utilizada a taxa de câmbio acordada com o Banco nas Disposições Especiais.

ARTIGO 4.11. Recibos. A pedido do Banco, o Mutuário deverá emitir e entregar ao Banco, ao final dos desembolsos, o recibo ou recibos que representem os montantes desembolsados.

ARTIGO 4.12. Renúncia a parte do Empréstimo. O Mutuário, com a concordância do Fiador, se houver, poderá, mediante notificação ao Banco, renunciar ao direito de utilizar qualquer parte do Empréstimo que não tenha sido desembolsada antes do recebimento da referida notificação, desde que não se trate de recursos do Empréstimo que se encontrem sujeitos à garantia de reembolso de uma carta de crédito irrevogável, segundo o previsto no Artigo 8.04 destas Normas Gerais.

ARTIGO 4.13 Cancelamento automático de parte do Empréstimo. Uma vez expirado o Prazo Original de Desembolsos e qualquer prorrogação do mesmo, a parte do Empréstimo que não tiver sido comprometida ou desembolsada ficará automaticamente cancelada.

_____/OC-BR



-18-

ARTIGO 4.14. Período de Encerramento. (a) O Mutuário se compromete a realizar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor realize as seguintes ações durante o Período de Encerramento: (i) finalizar os pagamentos pendentes a terceiros, se houver; (ii) conciliar seus registros e apresentar, de maneira satisfatória para o Banco, a documentação de suporte das despesas efetuadas a débito do Projeto e demais informações que o Banco solicite; e (iii) devolver ao Banco o saldo não justificado dos recursos desembolsados do Empréstimo.

(b) Não obstante o anterior, se o Contrato previr relatórios de auditoria financeira externa com recursos do Empréstimo, o Mutuário se compromete a reservar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor reserve, na forma acordada com o Banco, recursos suficientes para o pagamento dos mesmos. Neste caso, o Mutuário se compromete também a acordar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor acorde, com o Banco, a forma em que serão realizados os pagamentos correspondentes a tais auditorias. Caso o Banco não receba os mencionados relatórios de auditoria financeira externa dentro dos prazos estipulados neste Contrato, o Mutuário se compromete a devolver ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor devolva, ao Banco, os recursos reservados para tal fim, sem que isso implique uma renúncia do Banco ao exercício dos direitos previstos no Capítulo VIII deste Contrato.

CAPÍTULO V

Conversões

ARTIGO 5.01. Exercício da opção de Conversão. (a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Moeda ou uma Conversão de Taxa de Juros mediante a entrega ao Banco de uma Carta Solicitação de Conversão de caráter irrevogável, na forma e com conteúdo satisfatórios para o Banco, na qual os termos e condições financeiras solicitados pelo Mutuário para a respectiva Conversão deverão ser indicados. O Banco poderá fornecer ao Mutuário um modelo de Carta Solicitação de Conversão.

(b) A Carta Solicitação de Conversão deverá ser assinada por um representante devidamente autorizado do Mutuário, deverá ter a anuência do Fiador, se houver, e conterá, ao menos, a informação indicada a seguir:

- (i) **Para todas as Conversões:** (A) número do Empréstimo; (B) montante objeto da Conversão; (C) tipo de Conversão (Conversão de Moeda ou Conversão de Taxa de Juros); (D) número da conta na qual os fundos deverão ser depositados, caso seja aplicável; e (E) Convenção para o Cálculo de Juros.
- (ii) **Para Conversões de Moeda:** (A) moeda à qual o Mutuário solicita converter o Empréstimo; (B) Cronograma de Amortização associado a tal Conversão de Moeda, o qual poderá ter um prazo de amortização igual à ou menor que a Data Final de Amortização; (C) a parte do desembolso ou do Saldo Devedor à qual se aplicará a Conversão; (D) o tipo de juros aplicável aos montantes que serão objeto da Conversão de Moeda; (E) se a Conversão de Moeda será por Prazo Total ou Prazo Parcial; (F) a Moeda de Liquidação; (G) o Prazo de Execução; e (H)

_____/OC-BR



-19-

qualquer outra instrução relativa à solicitação de Conversão de Moeda. Na hipótese de a Carta Solicitação de Conversão ser apresentada em relação a um desembolso, a solicitação deverá indicar o montante do desembolso em unidades da Moeda de Aprovação, em unidades de Dólar ou em unidades da moeda à qual se deseja converter, exceto para o último desembolso, em cujo caso a solicitação terá que ser feita em unidades da Moeda de Aprovação. Nestes casos, se o Banco efetuar a Conversão, os desembolsos serão denominados em Moeda Convertida e serão feitos: (i) na Moeda Convertida; ou (ii) em um montante equivalente em Dólares à taxa de câmbio estabelecida na Carta Notificação de Conversão, a qual será a que o Banco determinar no momento da captação de seu financiamento. Na hipótese de a Carta Solicitação de Conversão se referir a Saldos Devedores, a solicitação deverá indicar o montante em unidades da moeda de denominação dos Saldos Devedores.

- (iii) **Para Conversões de Taxa de Juros:** (A) o tipo de taxa de juros solicitada; (B) a parte do Saldo Devedor à qual a Conversão de Taxa de Juros será aplicada; (C) se a Conversão de Taxa de Juros será por Prazo Total ou por Prazo Parcial; (D) o Cronograma de Amortização associado a tal Conversão de Taxa de Juros, o qual poderá ter um prazo de amortização igual à ou menor que a Data Final de Amortização; e (E) para Conversões de Taxa de Juros para o estabelecimento de um Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, os limites superior e/ou inferior aplicáveis, conforme seja o caso; e (F) qualquer outra instrução relativa à solicitação de Conversão de Taxa de Juros.

(c) Qualquer montante de principal devido e pagável entre o 15º (décimo-quinto) dia antes do início do Prazo de Execução e a Data de Conversão, inclusive, não poderá ser objeto de Conversão e deverá ser pago nos termos aplicáveis previamente à execução da Conversão.

(d) Uma vez que o Banco tenha recebido a Carta Solicitação de Conversão, este procederá a revisá-la. Se considerá-la aceitável, o Banco realizará a Conversão durante o Prazo de Execução, de acordo com o disposto neste Capítulo V. Uma vez que a Conversão tenha sido realizada, o Banco enviará ao Mutuário uma Carta Notificação de Conversão com os termos e condições financeiras da Conversão.

(e) Se o Banco determinar que a Carta Solicitação de Conversão não cumpre com os requisitos previstos neste Contrato, o Banco notificará o Mutuário a respeito, durante o Prazo de Execução. O Mutuário poderá apresentar uma nova Carta Solicitação de Conversão, em cujo caso o Prazo de Execução para tal Conversão começará a contar a partir do recebimento pelo Banco da nova Carta Solicitação de Conversão.

(f) Se, durante o Prazo de Execução, o Banco não conseguir efetuar a Conversão nos termos solicitados pelo Mutuário na Carta Solicitação de Conversão, tal carta será considerada nula e sem efeito, sem prejuízo de eventual apresentação pelo Mutuário de uma nova Carta Solicitação de Conversão.

_____/OC-BR



-20-

(g) Se durante o Prazo de Execução ocorrer uma catástrofe nacional ou internacional, uma crise de natureza financeira ou econômica, uma mudança nos mercados de capitais ou qualquer outra circunstância extraordinária que possa afetar, na opinião do Banco, significativa e adversamente, sua capacidade para efetuar uma Conversão, o Banco notificará o Mutuário a respeito e acordará com este qualquer medida que tenha de ser tomada com respeito a tal Carta Solicitação de Conversão.

ARTIGO 5.02. Requisitos para toda Conversão. Qualquer Conversão estará sujeita aos seguintes requisitos:

(a) A viabilidade de o Banco realizar qualquer Conversão dependerá do poder do Banco de captar seu financiamento de acordo com suas próprias políticas e estará sujeita a considerações legais, operacionais e de gestão de risco e às condições prevalentes de mercado.

(b) O Banco não efetuará Conversões de montantes inferiores ao equivalente a US\$ 3.000.000 (três milhões de Dólares), exceto se: (i) no caso do último desembolso, o montante pendente de desembolso for menor; ou (ii) em caso de um Empréstimo completamente desembolsado, o Saldo Devedor de qualquer tranche do Empréstimo for menor.

(c) O número de Conversões de Moeda a Moeda Principal não poderá ser superior a 4 (quatro) durante a vigência deste Contrato. Este limite não será aplicável a Conversões de Moeda a Moeda Local.

(d) O número de Conversões de Taxa de Juros não poderá ser superior a 4 (quatro) durante a vigência deste Contrato.

(e) Qualquer modificação do Cronograma de Amortização solicitada pelo Mutuário no momento de solicitar uma Conversão de Moeda estará sujeita ao disposto nos Artigos 3.02(c) e 5.03(b) destas Normas Gerais. Qualquer modificação ao Cronograma de Amortização solicitada pelo Mutuário no momento de solicitar uma Conversão de Taxa de Juros estará sujeita ao previsto nos Artigos 3.02(c) e 5.04(b) destas Normas Gerais.

(f) O Cronograma de Amortização resultante de uma Conversão de Moeda ou de uma Conversão de Taxa de Juros, conforme determinado na Carta de Notificação de Conversão, não poderá ser modificado posteriormente durante o Prazo de Conversão, exceto se o Banco aceitar o contrário.

(g) Salvo se o Banco aceitar o contrário, uma Conversão de Taxa de Juros com respeito a montantes que previamente tenham sido objeto de uma Conversão de Moeda somente poderá ser efetuada: (i) com relação à totalidade do Saldo Devedor associado a tal Conversão de Moeda; e (ii) por um prazo igual ao prazo restante da respectiva Conversão de Moeda.

ARTIGO 5.03. Conversão de Moeda por Prazo Total ou Prazo Parcial. (a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Moeda por Prazo Total ou uma Conversão de Moeda por Prazo Parcial.

_____/OC-BR



-21-

(b) A Conversão de Moeda por Prazo Total e a Conversão de Moeda por Prazo Parcial poderão ser solicitadas e efetuadas até a Data Final de Amortização. Não obstante, se o Mutuário fizer a solicitação com menos de 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento do Prazo Original de Desembolsos, tal Conversão de Moeda terá a limitação de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização solicitado não deverá, em momento algum, exceder o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização original, sendo observados os tipos de câmbio estabelecidos na Carta de Notificação de Conversão.

(c) No caso de uma Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário deverá incluir na Carta de Solicitação de Conversão: (i) o Cronograma de Amortização até o final do Prazo de Conversão; e (ii) o Cronograma de Amortização correspondente ao Saldo Devedor devido a partir do vencimento do Prazo de Conversão e até a Data Final de Amortização, o qual deverá corresponder aos termos e condições aplicáveis anteriormente à execução da Conversão de Moeda.

(d) Antes do vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, poderá solicitar ao Banco uma das seguintes opções:

- (i) A realização de uma nova Conversão de Moeda, mediante a prévia apresentação de uma nova Carta de Solicitação de Conversão dentro de um período não inferior a 15 (quinze) Dias Úteis antes da data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial. Esta nova Conversão de Moeda terá a limitação adicional de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização não poderá exceder, em momento algum, o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização solicitado na Conversão de Moeda por Prazo Parcial original. Se for viável, sujeito às condições de mercado, efetuar uma nova Conversão, o Saldo Devedor do montante originalmente convertido continuará a ser denominado na Moeda Convertida, aplicando-se a nova Taxa Base de Juros, que reflita as condições de mercado prevalentes no momento de execução da nova Conversão.
- (ii) O pagamento antecipado do Saldo Devedor do montante convertido, mediante solicitação por escrito ao Banco, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência à data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial. Este pagamento deverá ser realizado na data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial na Moeda de Liquidação, de acordo com o estabelecido no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(e) Para os efeitos do previsto no inciso (d) deste Artigo 5.03, o Saldo Devedor originalmente sujeito a Conversão de Moeda será automaticamente convertido a Dólares no vencimento da respectiva Conversão de Moeda por Prazo Parcial e estará sujeito à Taxa de Juros prevista no Artigo 3.03(a) das Normas Gerais: (i) se o Banco não puder efetuar uma nova Conversão; ou (ii) se, 15 (quinze) dias antes da data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Banco não receber uma solicitação do Mutuário, nos termos previstos no inciso (d) deste Artigo 5.03; ou (iii) se, na data de vencimento da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, o Mutuário não tiver efetuado o pagamento antecipado que havia solicitado.

_____/OC-BR



- 22 -

(f) Na hipótese de o Saldo Devedor originalmente sujeito a Conversão de Moeda ser convertido a Dólares de acordo com o previsto no inciso (e) anterior, o Banco deverá informar ao Mutuário, e ao Fiador, se houver, no final do prazo da Conversão de Moeda por Prazo Parcial, os montantes convertidos a Dólares, assim como a taxa de câmbio correspondente de acordo com as condições prevalentes do mercado, conforme seja determinado pelo Agente de Cálculo.

(g) O Saldo Devedor convertido a Dólares poderá ser objeto de uma nova solicitação de Conversão de Moeda, sujeito ao disposto neste Capítulo V.

(h) No vencimento de uma Conversão de Moeda por Prazo Total, o Mutuário deverá pagar integralmente o Saldo Devedor do montante convertido na Moeda de Liquidação, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais, não podendo solicitar uma nova Conversão de Moeda.

(i) Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data de cancelamento ou modificação de uma Conversão de Moeda, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, os montantes relativos a qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a captação de seu financiamento associada ao cancelamento ou modificação de tal Conversão de Moeda ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo será imputado, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.04. Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou por Prazo Parcial.

(a) O Mutuário poderá solicitar uma Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total ou uma Conversão de Taxa Juros por Prazo Parcial.

(b) A Conversão de Taxa de Juros por Prazo Total e a Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial poderão ser solicitadas e efetuadas até a Data Final de Amortização. Não obstante, se o Mutuário fizer a solicitação com menos de 60 (sessenta) dias de antecedência ao vencimento do Prazo Original de Desembolsos, tal Conversão terá a limitação de que o Saldo Devedor sujeito ao novo Cronograma de Amortização solicitado não deverá, em momento algum, exceder o Saldo Devedor sujeito ao Cronograma de Amortização original.

(c) No caso de Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre montantes denominados em Dólares, o Mutuário deverá incluir na Carta de Solicitação de Conversão: (i) o Cronograma de Amortização até o final do Prazo de Conversão; e (ii) o Cronograma de Amortização para o Saldo Devedor devido a partir do vencimento do Prazo de Conversão e até a Data Final de Amortização, o qual corresponderá aos termos e condições aplicáveis anteriormente à execução da Conversão de Taxa de Juros.

(d) No caso de Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre montantes denominados em Dólares, a Taxa de Juros aplicável aos Saldos Devedores no vencimento de tal Conversão de Taxa de Juros por Prazo Parcial será a estabelecida no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais. As Conversões de Taxa de Juros por Prazo Parcial sobre Saldos Devedores denominados em moeda distinta do Dólar estarão sujeitas ao requisito previsto no Artigo 5.02(g)

_____/OC-BR



-23-

e, portanto, terão o mesmo tratamento relativo ao vencimento do Prazo de Conversão das Conversões de Moeda por Prazo Parcial, previsto no Artigo 5.03(d) destas Normas Gerais.

(e) Dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de cancelamento ou modificação de uma Conversão da Taxa de Juros, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, os montantes relativos a qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a captação de seu financiamento associada ao cancelamento ou modificação de tal Conversão de Taxa de Juros ou dar-lhe outro fim. Em caso de ganho, o mesmo será imputado, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.05. Pagamentos de prestações de amortização e juros em caso de Conversão de Moeda. De acordo com o disposto no Artigo 3.07 destas Normas Gerais, nos casos em que uma Conversão de Moeda tenha ocorrido, os pagamentos de prestações de amortização e juros dos montantes convertidos serão efetuados na Moeda de Liquidação. Se a Moeda de Liquidação for Dólares, aplicar-se-á a Taxa de Câmbio de Avaliação vigente na Data de Avaliação de Pagamento para a respectiva data de vencimento, de acordo com o estabelecido na Carta de Notificação de Conversão.

ARTIGO 5.06. Comissões de operação aplicáveis a Conversões. (a) As comissões de operação aplicáveis às Conversões efetuadas neste Contrato serão as que o Banco determine periodicamente. Cada Carta de Notificação de Conversão indicará, se for o caso, a comissão de operação que o Mutuário estará obrigado a pagar ao Banco em relação à execução da respectiva Conversão, a qual permanecerá vigente durante o Prazo de Conversão de tal Conversão.

(b) A comissão de operação aplicável a uma Conversão de Moeda: (i) será expressa em pontos básicos por ano; (ii) incidirá na Moeda Convertida a partir da Data de Conversão (inclusive) sobre o Saldo Devedor de tal Conversão de Moeda; e (iii) deverá ser paga junto com cada pagamento de juros de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(c) A comissão de operação aplicável a uma Conversão da Taxa de Juros: (i) será expressa em pontos básicos por ano; (ii) incidirá na moeda de denominação do Saldo Devedor sujeito a tal Conversão da Taxa de Juros; (iii) incidirá a partir da Data de Conversão (inclusive) sobre o Saldo Devedor sujeito a tal Conversão da Taxa de Juros; e (iv) deverá ser paga junto com cada pagamento de juros de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

(d) Sem prejuízo das comissões de operação mencionadas nos incisos (b) e (c) anteriores, no caso de Conversões de Moeda ou Conversões de Taxa de Juros que contemplem Tetos (*caps*) de Taxa de Juros ou Faixas (*collar*) de Taxa de Juros, aplicar-se-á uma comissão de operação por tal Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros, a qual: (i) será denominada na mesma moeda do Saldo Devedor sujeito ao Teto (*cap*) de Taxa de Juros ou Faixa (*collar*) de Taxa de Juros; e (ii) será liquidada mediante um pagamento único na Moeda de Liquidação, na primeira data de pagamento de juros, de acordo com o disposto no Artigo 5.05 destas Normas Gerais.

_____/OC-BR



-24-

(e) Em caso de término antecipado de uma Conversão, o Mutuário receberá do Banco ou, alternativamente, pagará ao Banco, conforme for o caso, qualquer ganho ou custo incorrido pelo Banco para reverter a correspondente Conversão, determinada pelo Agente de Cálculo. Em caso de ganho, o mesmo se imputará, em primeiro lugar, a qualquer montante vencido pendente de pagamento pelo Mutuário. Em caso de perda, o Mutuário pagará o montante correspondente de forma conjunta e na data do pagamento de juros seguinte.

ARTIGO 5.07. Despesas de captação e prêmios ou descontos associados a uma Conversão. (a) Se o Banco utilizar seu custo efetivo de captação de financiamento para determinar a Taxa Base de Juros, o Mutuário estará obrigado a pagar as comissões e outras despesas de captação em que o Banco tenha incorrido. Adicionalmente, quaisquer prêmios ou descontos referentes à captação de financiamento serão pagos ou recebidos pelo Mutuário, conforme for o caso. Essas despesas e prêmios ou descontos serão especificados na Carta de Notificação de Conversão.

(b) Quando a Conversão for efetuada por ocasião de um desembolso, o montante a ser desembolsado ao Mutuário deverá ser ajustado para deduzir ou acrescentar qualquer montante devido pelo Mutuário ou a pagar ao mesmo em virtude do inciso (a) anterior.

(c) Quando a Conversão for efetuada a Saldos Devedores, o montante devido pelo Mutuário ou a pagar ao mesmo em virtude do inciso (a) anterior deverá ser pago pelo Mutuário ou pelo Banco, conforme for o caso, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes à Data da Conversão.

ARTIGO 5.08. Prêmios a serem pagos por Tetos (caps) de Taxa de Juros ou Faixas (collar) de Taxa de Juros. (a) Além das comissões de operação a serem pagas nos termos do Artigo 5.06 destas Normas Gerais, o Mutuário deverá pagar ao Banco um prêmio sobre o Saldo Devedor sujeito ao Teto (cap) de Taxa de Juros ou à Faixa (collar) de Taxa de Juros solicitados pelo Mutuário, equivalente ao prêmio pago pelo Banco a uma contraparte, se houver, como resultado da compra do Teto (cap) de Taxa de Juros ou da Faixa (collar) de Taxa de Juros. O pagamento de tal prêmio deverá ser efetuado (i) na moeda de denominação do Saldo Devedor sujeito ao Teto (cap) de Taxa de Juros ou à Faixa (collar) de Taxa de Juros, ou no seu equivalente em Dólares, de acordo com o tipo de câmbio estabelecido na Carta de Notificação de Conversão, devendo ser aquela taxa de câmbio determinada no momento da captação do financiamento do Banco; e (ii) em um pagamento único numa data acordada entre as Partes, mas em nenhum caso após 30 (trinta) dias da Data de Conversão, a não ser que seja operacionalmente possível para o Banco, e este aceite um mecanismo de pagamento diferente.

(b) Se o Mutuário solicitar uma Faixa (collar) de Taxa de Juros, este poderá solicitar que o Banco estabeleça o limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros para garantir que o prêmio correspondente a tal limite inferior seja igual ao prêmio correspondente ao limite superior e desta forma estabelecer uma Faixa (collar) de Taxa de Juros sem custo (zero cost collar). Se o Mutuário optar por determinar os limites superior e inferior, o prêmio a ser pago pelo Mutuário ao Banco com respeito ao limite superior da Faixa (collar) de Taxa de Juros será compensado com o prêmio a ser pago pelo Banco ao Mutuário com respeito ao limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros. Não obstante, o prêmio a ser pago pelo Banco ao Mutuário com respeito ao limite inferior da Faixa (collar) de Taxa de Juros não poderá em nenhum caso

_____/OC-BR



-25-

exceder o prêmio a ser pago pelo Mutuário ao Banco com respeito ao limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros. Consequentemente, durante o Prazo de Execução, o Banco poderá reduzir o limite inferior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros de modo que o prêmio sobre este não exceda o prêmio sobre o limite superior da Faixa (*collar*) de Taxa de Juros.

ARTIGO 5.09. Eventos de interrupção das cotações. As partes reconhecem que os pagamentos realizados pelo Mutuário, tanto de amortização como de juros, dos montantes que tenham sido objeto de uma Conversão devem, a todo tempo, estar vinculados à correspondente captação do financiamento do Banco em relação a pagamentos associados a tal Conversão. Assim, as Partes acordam que, não obstante a ocorrência de qualquer evento de interrupção que afete substancialmente os diversos tipos de câmbio, as taxas de juros e índice de ajuste de inflação utilizados neste Contrato, se houver, ou nas Cartas de Notificação de Conversão, os pagamentos do Mutuário continuarão vinculados a tal captação do financiamento do Banco. A fim de obter e manter essa vinculação em tais circunstâncias, as partes expressamente acordam que o Agente de Cálculo, atuando de boa-fé e de maneira comercialmente razoável, visando a refletir a correspondente captação do financiamento do Banco, determinará a aplicabilidade tanto: (a) de tais eventos de interrupção; como (b) da taxa ou do índice de substituição aplicável para determinar o montante apropriado a ser pago pelo Mutuário.

ARTIGO 5.10. Cancelamento e reversão da Conversão de Moeda. Se, após a data de assinatura do presente Contrato, for promulgada, emitida ou produzida uma mudança em uma lei, decreto ou outra norma legal aplicável, ou ocorrer uma mudança na interpretação de uma lei, decreto ou outra norma legal, vigente no momento da assinatura do presente Contrato, que, conforme o Banco razoavelmente o determine, impeça o Banco de continuar mantendo, total ou parcialmente, seu financiamento na Moeda Convertida pelo prazo restante e nos mesmos termos da Conversão de Moeda respectiva, o Mutuário, mediante prévia notificação por parte do Banco, terá a opção de redenominar a Dólares o Saldo Devedor objeto da Conversão de Moeda à taxa de câmbio aplicável nesse momento, conforme esta seja determinada pelo Agente de Cálculo. Tal Saldo Devedor ficará sujeito ao Cronograma de Amortização que tenha sido acordado para tal Conversão de Moeda e à Taxa de Juros prevista no Artigo 3.03(a) destas Normas Gerais. Caso contrário, o Mutuário poderá pagar antecipadamente ao Banco todos os montantes devidos na Moeda Convertida, em conformidade com o disposto no Artigo 3.08 destas Normas Gerais.

ARTIGO 5.11. Ganhos ou custos associados à redenominação a Dólares. Na hipótese de o Mutuário, com a anuência do Fiador, se houver, decidir redenominar o Saldo Devedor objeto de uma Conversão de Moeda a Dólares de acordo com o disposto no Artigo 5.10 anterior, o Mutuário receberá do Banco ou, conforme o caso, pagará ao Banco, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da redenominação, os montantes relativos a quaisquer ganhos ou custos determinados pelo Agente de Cálculo, até a data de redenominação a Dólares, associados a variações nas taxas de juros. Qualquer ganho associado a tal conversão a ser recebido pelo Mutuário será primeiramente imputado a qualquer montante vencido e pendente de pagamento ao Banco pelo Mutuário.

ARTIGO 5.12. Atraso no pagamento em caso de Conversão de Moeda. O atraso no pagamento dos montantes devidos ao Banco pelo Mutuário a título de principal, quaisquer encargos financeiros devidos por ocasião de uma Conversão e quaisquer prêmios a serem pagos

_____/OC-BR



-26-

ao Banco, em virtude do Artigo 5.08, em Moeda distinta do Dólar facultará ao Banco cobrar juros a uma taxa flutuante na Moeda Convertida determinada pelo Agente de Cálculo, *mais* uma margem de 100 pontos básicos (1%) sobre o total dos montantes em atraso, sem prejuízo da aplicação de encargos adicionais que assegurem um pleno repasse de custos na eventualidade de que tal margem não seja suficiente para que o Banco recupere os custos incorridos devido a tal atraso.

ARTIGO 5.13. Custos adicionais em caso de Conversões. Na hipótese de uma ação ou omissão do Mutuário ou do Fiador, se houver, incluindo: (a) falta de pagamento nas datas de vencimento de montantes de principal, juros e comissões relacionados a uma Conversão; (b) revogação ou mudança nos termos contidos em uma Carta de Solicitação de Conversão; (c) descumprimento de um pagamento antecipado, parcial ou total, do Saldo Devedor na Moeda Convertida, previamente solicitado pelo Mutuário por escrito, (d) uma mudança nas leis ou regulamentos que tenham um impacto na manutenção da totalidade ou de uma parte do Empréstimo, nos termos acordados de uma Conversão; ou (e) outras ações não descritas anteriormente, resultar para o Banco em custos adicionais aos descritos neste Contrato, o Mutuário deverá pagar ao Banco os respectivos montantes, determinados pelo Agente de Cálculo, que assegurem um pleno repasse dos custos incorridos.

CAPÍTULO VI

Execução do Projeto

ARTIGO 6.01. Sistemas de gestão financeira e controle interno. (a) O Mutuário se compromete a manter ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, mantenham controles internos destinados a assegurar razoavelmente que: (i) os recursos do Projeto sejam utilizados para os propósitos deste Contrato, com especial atenção aos princípios de economia e eficiência; (ii) os ativos do Projeto sejam adequadamente salvaguardados; (iii) as operações, decisões e atividades do Projeto sejam devidamente autorizadas e executadas de acordo com as disposições deste Contrato e de qualquer outro contrato relacionado com o Projeto; e (iv) as operações sejam apropriadamente documentadas e registradas de forma que possam ser produzidos relatórios e informes oportunos e confiáveis.

(b) O Mutuário se compromete a manter e a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, mantenham um sistema de gestão financeira aceitável e confiável que permita oportunamente, no que diz respeito aos recursos do Projeto: (i) o planejamento financeiro; (ii) o registro contábil, orçamentário e financeiro; (iii) a administração de contratos; (iv) a realização de pagamentos; e (v) a emissão de relatórios de auditoria financeira e de outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo, da Contrapartida Local e de outras fontes de financiamento do Projeto, se for o caso.

(c) O Mutuário se compromete a conservar e a que o Órgão Executor ou a Agência de Contratações, conforme o caso, conservem os documentos e registros originais do Projeto por um período mínimo de 3 (três) anos após o vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou qualquer de suas prorrogações. Esses documentos e registros deverão ser adequados para: (i) respaldar as atividades, decisões e operações relativas ao Projeto, inclusive todas as despesas

_____/OC-BR



-27-

incorridas; e (ii) evidenciar a correlação de despesas incorridas a débito do Empréstimo com o respectivo desembolso efetuado pelo Banco.

(d) O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, incluam, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos contratos financiados com recursos do Empréstimo por eles respectivamente celebrados, uma disposição que exija que os fornecedores e prestadores de serviços, empreiteiros, subempreiteiros, consultores e seus representantes, pessoal, subconsultores, subempreiteiros ou concessionários contratados conservem os documentos e registros relacionados com atividades financiadas com recursos do Empréstimo por um período de 7 (sete) anos após a conclusão do trabalho contemplado no respectivo contrato.

ARTIGO 6.02. Contrapartida Local. O Mutuário se compromete a contribuir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor contribua com a Contrapartida Local de maneira oportuna. Caso, na data de aprovação do Empréstimo pelo Banco, ficar determinada a necessidade de Contrapartida Local, o montante estimado de tal Contrapartida Local será o estabelecido nas Disposições Especiais. A estimativa ou a ausência de estimativa da Contrapartida Local não implica uma limitação ou redução da obrigação de aportar oportunamente todos os recursos adicionais que sejam necessários para a completa e ininterrupta execução do Projeto.

ARTIGO 6.03. Disposições gerais sobre a execução do Projeto. (a) O Mutuário se compromete a executar o Projeto ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor o execute, de acordo com os objetivos do mesmo, com a devida diligência, de forma econômica, financeira, administrativa e tecnicamente eficiente e de acordo com as disposições deste Contrato e com os planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos pertinentes ao Projeto que o Banco aprove. Da mesma forma, o Mutuário acorda que todas as obrigações que lhe cabem ou que, conforme o caso, cabem ao Órgão Executor deverão ser cumpridas à satisfação do Banco.

(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco aprove, assim como qualquer modificação substancial em contratos financiados com recursos do Empréstimo deverão contar com o consentimento prévio por escrito do Banco.

(c) Em caso de contradição ou inconsistência entre as disposições deste Contrato e qualquer plano, especificação, cronograma de investimentos, orçamento, regulamento ou outro documento pertinente ao Projeto que o Banco aprove, as disposições deste Contrato prevalecerão sobre tais documentos.

ARTIGO 6.04. Seleção e contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, aquisição de bens e seleção e contratação de serviços de consultoria. (a) Sujeito ao disposto no inciso (b) deste Artigo, o Mutuário se compromete a realizar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, realizem a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, assim como a aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, e a seleção e

_____/OC-BR



-28-

contratação de serviços de consultoria, de acordo com o estipulado nas Políticas de Consultores e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco. O Mutuário declara conhecer as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores e, conforme o caso, se compromete a levar tais Políticas ao conhecimento do Órgão Executor, da Agência de Contratações e da agência especializada.

(b) Quando o Banco tenha validado algum sistema ou subsistema do país-membro do Banco onde o Projeto será executado, o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor poderá realizar as aquisições e contratações financiadas total ou parcialmente com recursos do Empréstimo utilizando tais sistemas ou subsistemas, de acordo com os termos da validação do Banco e a legislação e processos aplicáveis validados. Os termos dessa validação serão notificados por escrito pelo Banco ao Mutuário e ao Órgão Executor. O uso do sistema ou subsistema do país poderá ser suspenso pelo Banco quando, a critério deste, tenham ocorrido mudanças nos parâmetros ou práticas com base nos quais os mesmos tenham sido validados pelo Banco, e enquanto o Banco não tiver determinado se tais mudanças são compatíveis com as melhores práticas internacionais. Durante tal suspensão, aplicar-se-ão as Políticas de Aquisições e as Políticas de Consultores do Banco. O Mutuário se compromete a comunicar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor comunique ao Banco qualquer mudança na legislação ou nos processos aplicáveis validados. O uso de sistema de país ou subsistema de país não dispensa a aplicação das disposições previstas na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, incluindo o requisito de que as aquisições e contratações correspondentes constem no Plano de Aquisições e se sujeitem às demais condições deste Contrato. As disposições da Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores se aplicarão a todos os contratos, independentemente de seu montante ou método de contratação. O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor inclua, nos documentos de licitação, nos contratos e nos instrumentos empregados nos sistemas eletrônicos ou de informação (em suporte físico ou eletrônico), disposições destinadas a assegurar a aplicação do estabelecido na Seção I das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores, inclusive as disposições de Práticas Proibidas.

(c) O Mutuário se compromete a atualizar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha atualizado o Plano de Aquisições e o atualize, pelo menos, anualmente ou com maior frequência, segundo as necessidades do Projeto. Cada versão atualizada do Plano de Aquisições deverá ser submetida à revisão e aprovação do Banco.

(d) O Banco realizará a revisão dos processos de seleção, contratação e aquisição, segundo o estabelecido no Plano de Aquisições. A qualquer momento durante a execução do Projeto, o Banco poderá modificar a modalidade de revisão de tais processos, informando previamente ao Mutuário ou ao Órgão Executor. As modificações aprovadas pelo Banco deverão ser refletidas no Plano de Aquisições.

ARTIGO 6.05. Utilização de bens. Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Empréstimo deverão ser utilizados exclusivamente para os fins do Projeto.

ARTIGO 6.06. Salvaguardas ambientais e sociais. (a) O Mutuário se compromete a realizar a execução (preparação, construção e operação) das atividades compreendidas no Projeto

_____/OC-BR



-29-

ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor as realize, de forma coerente com as políticas ambientais e sociais do Banco, segundo as estipulações específicas sobre aspectos ambientais e sociais incluídas nas Disposições Especiais deste Contrato.

(b) O Mutuário se compromete a informar imediatamente ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco a ocorrência de qualquer descumprimento dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.

(c) O Mutuário se compromete a implementar ou, se for o caso, a que o Órgão Executor implemente um plano de ação corretivo, acordado com o Banco, para mitigar, corrigir e compensar as consequências adversas que possam decorrer de descumprimentos na implementação dos compromissos ambientais e sociais estabelecidos nas Disposições Especiais.

(d) O Mutuário se compromete a permitir que o Banco, por si ou mediante a contratação de serviços de consultoria, realize atividades de supervisão, inclusive auditorias ambientais e sociais do Projeto, a fim de confirmar o cumprimento dos compromissos ambientais e sociais incluídos nas Disposições Especiais.

ARTIGO 6.07. Despesas inelegíveis para o Projeto. Caso o Banco determine que uma despesa efetuada não cumpre os requisitos para ser considerado como uma Despesa Elegível ou Contrapartida Local, o Mutuário se compromete a tomar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor tome as medidas necessárias para retificar a situação, segundo o requerido pelo Banco e sem prejuízo das demais medidas previstas que o Banco possa exercer em virtude deste Contrato.

CAPÍTULO VII

Supervisão e avaliação do Projeto

ARTIGO 7.01. Inspeções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgue necessários para assegurar o desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Mutuário se compromete a permitir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, permitam que o Banco, seus investigadores, representantes, auditores ou peritos por ele contratados inspecionem a qualquer momento o Projeto, as instalações, os equipamentos e materiais correspondentes, bem como os sistemas, registros e documentos que o Banco considere pertinente conhecer. Além disso, o Mutuário se compromete a que seus representantes ou, conforme o caso, os representantes do Órgão Executor e da Agência de Contratações, se houver, prestem a mais ampla colaboração às pessoas que o Banco enviar ou designar para esses fins. Todos os custos relativos ao transporte, remuneração e demais despesas correspondentes a essas inspeções serão pagos pelo Banco.

(c) O Mutuário se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, forneçam ao Banco a documentação relativa ao Projeto que o Banco solicite, na forma e tempo satisfatórios para o Banco. Sem prejuízo das medidas que o Banco possa tomar em virtude do presente Contrato, caso a documentação não

_____/OC-BR



-30-

esteja disponível, o Mutuário se compromete a apresentar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, apresentem ao Banco uma declaração na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) O Mutuário se compromete a incluir ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor e a Agência de Contratações, se houver, incluam, nos documentos de licitação, nas solicitações de propostas e nos convênios relacionados com a execução do Empréstimo que o Mutuário, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações celebrem, uma disposição que: (i) permita ao Banco, a seus investigadores, representantes, auditores ou peritos revisar contas, registros e outros documentos relacionados com a apresentação de propostas e com o cumprimento do contrato ou convênio; e (ii) estabeleça que tais contas, registros e documentos poderão ser submetidos ao exame de auditores designados pelo Banco.

ARTIGO 7.02. Planos e relatórios. Para permitir ao Banco a supervisão do progresso na execução do Projeto e o alcance de seus resultados, o Mutuário se compromete a:

- (a) Apresentar ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente, a informação, os planos, relatórios e outros documentos, na forma e com o conteúdo que o Banco razoavelmente solicite com base no progresso do Projeto e seu nível de risco;
- (b) Cumprir e, conforme o caso, a que o Órgão Executor cumpra as ações e compromissos estabelecidos em tais planos, relatórios e outros documentos acordados com o Banco;
- (c) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco quando se identificarem riscos ou ocorrerem mudanças significativas que impliquem ou possam implicar demoras ou dificuldades na execução do Projeto;
- (d) Informar e, conforme o caso, a que o Órgão Executor informe ao Banco, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o início de qualquer processo, reclamação, demanda ou ação judicial, procedimento arbitral ou administrativo relacionado com o Projeto, bem como manter e, conforme o caso, a que o Órgão Executor mantenha o Banco informado sobre a situação dos mesmos.

ARTIGO 7.03. Relatórios de Auditoria Financeira Externa e outros relatórios financeiros. (a) Salvo se nas Disposições Especiais se dispuser em contrário, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco ou, conforme caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco os relatórios de auditoria financeira externa e outros relatórios identificados nas Disposições Especiais, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes ao encerramento de cada exercício financeiro do Projeto durante o Prazo Original de Desembolsos ou suas prorrogações, e dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data do último desembolso.

_____/OC-BR



-31-

(b) Adicionalmente, o Mutuário se compromete a apresentar ao Banco ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor apresente ao Banco outros relatórios financeiros, na forma, com o conteúdo e a frequência que o Banco razoavelmente solicite durante a execução do Projeto quando, a critério do Banco, a análise do nível de risco fiduciário, a complexidade e a natureza do Projeto o justifiquem.

(c) Qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais deverá ser realizada por auditores externos previamente aceitos pelo Banco ou por uma entidade superior de fiscalização previamente aceita pelo Banco, em conformidade com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco. O Mutuário autoriza e, conforme o caso, se compromete a que o Órgão Executor autorize a entidade superior de fiscalização ou os auditores externos a proporcionar ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar, com relação aos relatórios de auditoria financeira externa.

(d) O Mutuário se compromete a selecionar e contratar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor selecione e contrate os auditores externos mencionados no inciso (c) anterior, em conformidade com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Mutuário também se compromete a fornecer ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor forneça ao Banco a informação relacionada com os auditores independentes contratados que este solicite.

(e) Caso qualquer auditoria externa requerida em virtude do estabelecido neste Artigo e nas estipulações correspondentes das Disposições Especiais seja responsabilidade de uma entidade superior de fiscalização e esta não possa efetuar seu trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Contrato, o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores externos aceitáveis para o Banco, em conformidade com o disposto nos incisos (c) e (d) deste Artigo.

(f) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores externos para auditar os relatórios de auditoria financeira previstos no Contrato quando: (i) do resultado da análise de custo-benefício efetuada pelo Banco se determine que os benefícios de que o Banco realize tal contratação superem os custos; (ii) exista um acesso limitado aos serviços de auditoria externa no país; ou (iii) existam circunstâncias especiais que justifiquem que o Banco selecione e contrate tais serviços.

(g) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, a realização de auditorias externas diferentes da financeira ou trabalhos referentes à auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Projeto, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção dos auditores e termos de referência para as auditorias serão estabelecidos de comum acordo entre as Partes.

_____/OC-BR



-32-

CAPÍTULO VIII

Suspensão de desembolsos, vencimento antecipado e cancelamentos parciais

ARTIGO 8.01. **Suspensão de desembolsos.** O Banco, mediante notificação ao Mutuário, poderá suspender os desembolsos se ocorrer e enquanto subsistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- (a) Mora no pagamento dos montantes devidos pelo Mutuário ao Banco a título de principal, comissões, juros, na devolução de recursos do Empréstimo utilizados para despesas não elegíveis ou a qualquer outro título, em razão deste Contrato ou de qualquer outro contrato celebrado entre o Banco e o Mutuário, inclusive outro Contrato de Empréstimo ou um Contrato de Derivativos.
- (b) Inadimplemento por parte do Fiador, se houver, de qualquer obrigação de pagamento estipulada no Contrato de Garantia, em qualquer outro contrato firmado entre o Fiador, como Fiador, e o Banco ou em qualquer Contrato de Derivativos firmado com o Banco.
- (c) Inadimplemento por parte do Mutuário, do Fiador, se houver, ou do Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer outra obrigação estipulada em qualquer contrato firmado com o Banco para financiar o Projeto, inclusive este Contrato, o Contrato de Garantia ou qualquer Contrato de Derivativos firmado com o Banco, bem como, conforme o caso, o inadimplemento por parte do Mutuário ou do Órgão Executor de qualquer contrato firmado entre eles para a execução do Projeto.
- (d) Retirada ou suspensão, como membro do Banco, do país em que o Projeto deva ser executado.
- (e) Quando, a critério do Banco, o objetivo do Projeto ou o Empréstimo possam ser afetados desfavoravelmente ou a execução do Projeto possa se tornar improvável como consequência de: (i) qualquer restrição, modificação ou alteração da competência legal, das funções ou do patrimônio do Mutuário ou do Órgão Executor, conforme o caso; ou (ii) qualquer modificação ou emenda de qualquer condição cumprida antes da aprovação do Empréstimo pelo Banco, que tenha sido efetuada sem a anuência escrita do Banco.
- (f) Qualquer circunstância extraordinária que, a critério do Banco: (i) torne improvável que o Mutuário, o Órgão Executor ou o Fiador, conforme o caso, cumpra as obrigações estabelecidas neste Contrato ou as obrigações de fazer do Contrato de Garantia, respectivamente; ou (ii) impeça a consecução dos objetivos de desenvolvimento do Projeto.

_____/OC-BR



-33-

- (g) Quando o Banco determine que um funcionário, agente ou representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou da Agência de Contratações tenha cometido uma Prática Proibida com relação ao Projeto.

ARTIGO 8.02. Vencimento antecipado ou cancelamentos de montantes não desembolsados. O Banco, mediante notificação ao Mutuário, poderá declarar vencida e exigível, de imediato, uma parte ou a totalidade do Empréstimo, com os juros, comissões e quaisquer outros encargos devidos até a data do pagamento, e poderá cancelar a parte não desembolsada do Empréstimo, se:

- (a) alguma das circunstâncias previstas nos incisos (a), (b), (c) e (d) do Artigo anterior se prolongar por mais de 60 (sessenta) dias.
- (b) surgir e enquanto subsistir qualquer das circunstâncias previstas nos incisos (e) e (f) do Artigo anterior e o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, não apresente ao Banco esclarecimentos ou informações adicionais que o Banco considere necessárias.
- (c) o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação ao Projeto sem que o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações tenha tomado as medidas corretivas adequadas (inclusive a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável.
- (d) o Banco, a qualquer momento, determinar que uma aquisição de bens ou uma contratação de obra ou de serviços diferentes de consultoria ou serviços de consultoria foi realizada sem seguir os procedimentos indicados neste Contrato. Neste caso, a declaração de cancelamento ou de vencimento antecipado corresponderá à parte do Empréstimo destinada a tal aquisição ou contratação.

ARTIGO 8.03. Disposições não atingidas. A aplicação das medidas estabelecidas neste Capítulo não atingirá as obrigações do Mutuário estipuladas neste Contrato, as quais continuarão em pleno vigor, salvo no caso de vencimento antecipado da totalidade do Empréstimo, em que somente permanecerão em vigor as obrigações pecuniárias do Mutuário.

ARTIGO 8.04. Desembolsos não atingidos. Não obstante o disposto nos Artigos 8.01 e 8.02 precedentes, nenhuma das medidas previstas neste Capítulo atingirá o desembolso por parte do Banco dos recursos do Empréstimo que: (a) se encontrem sujeitos à garantia de reembolso de uma carta de crédito irrevogável; (b) o Banco tenha se comprometido especificamente por

_____/OC-BR



-34-

escrito, perante o Mutuário ou, conforme o caso, o Órgão Executor ou a Agência de Contratações, a pagar Despesas Elegíveis diretamente ao respectivo fornecedor; e (c) sejam para pagar ao Banco, conforme as instruções do Mutuário.

CAPÍTULO IX

Práticas Proibidas

ARTIGO 9.01. Práticas Proibidas. (a) Além do estabelecido nos Artigos 8.01(g) e 8.02(c) destas Normas Gerais, se o Banco, em conformidade com seus procedimentos de sanções, determinar que uma firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários, intermediários financeiros ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) tenha cometido uma Prática Proibida com relação à execução do Projeto, poderá tomar as medidas contempladas nos procedimentos de sanções do Banco vigentes à data do presente Contrato ou nas modificações aos mesmos que o Banco aprovar periodicamente e levar ao conhecimento do Mutuário, entre outras:

- (i) Negar-se a financiar os contratos para a aquisição de bens ou para a contratação de obras, serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (ii) Declarar uma contratação inelegível para financiamento do Banco quando houver evidência de que o representante do Mutuário ou, conforme o caso, do Órgão Executor ou Órgão Contratante não tenha tomado as medidas corretivas adequadas (incluindo, entre outras, a adequada notificação ao Banco após tomar conhecimento da Prática Proibida) dentro de um prazo que o Banco considere razoável;
- (iii) Emitir uma admoestação à firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida, com uma carta formal de censura por sua conduta;
- (iv) Declarar a firma, entidade ou indivíduo julgado responsável pela Prática Proibida inelegível, de forma permanente ou temporária, para participar em atividades financiadas pelo Banco, seja diretamente como empreiteiro, fornecedor ou prestador, ou indiretamente, na qualidade de subconsultor, subempreiteiro, fornecedor de bens ou prestador de serviços de consultoria ou serviços diferentes de consultoria;
- (v) Impor multas que representem para o Banco um reembolso dos custos referentes às investigações e autuações realizadas com relação à Prática Proibida.

_____/OC-BR



-35-

(b) O disposto no Artigo 8.01(g) e no Artigo 9.01(a)(i) se aplicará também a casos nos quais se tenha suspenso temporariamente a elegibilidade da Agência de Contratações, de qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) para participar de uma licitação ou outro processo de seleção para a adjudicação de novos contratos à espera de que se adote uma decisão definitiva com relação a uma investigação de uma Prática Proibida.

(c) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco em conformidade com as disposições referidas anteriormente será de caráter público, salvo nos casos de admoestação privada.

(d) Qualquer firma, entidade ou indivíduo atuando como licitante ou participando em uma atividade financiada pelo Banco, inclusive, entre outros, requerentes, licitantes, empreiteiros, empresas de consultoria e consultores individuais, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, fornecedores ou prestadores de serviços, concessionários ou Órgão Contratante (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) poderão ser sancionados pelo Banco em conformidade com o disposto em acordos firmados entre o Banco e outras instituições financeiras internacionais com respeito ao reconhecimento recíproco de decisões em matéria de inelegibilidade. Para os efeitos do disposto neste inciso (d), o termo “sanção” inclui toda inelegibilidade permanente ou temporária, imposição de condições para a participação em futuros contratos ou adoção pública de medidas em resposta a uma contravenção às regras vigentes de uma instituição financeira internacional aplicável à resolução de denúncias de Práticas Proibidas.

(e) Quando o Mutuário adquira bens ou contrate obras ou serviços diferentes de consultoria diretamente de uma agência especializada ao amparo de um acordo entre o Mutuário e tal agência especializada, todas as disposições estipuladas neste Contrato relativas a sanções e Práticas Proibidas serão aplicadas integralmente aos requerentes, licitantes, fornecedores e seus representantes, empreiteiros, consultores, pessoal, subempreiteiros, subconsultores, prestadores de serviços, concessionários (inclusive seus respectivos funcionários, empregados e representantes, quer sejam suas atribuições expressas ou implícitas) ou qualquer outra entidade que tenha firmado contratos com tal agência especializada para a provisão de bens, obras ou serviços distintos dos serviços de consultoria em conexão com atividades financiadas pelo Banco. O Mutuário se compromete a adotar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor adote, caso seja requerido pelo Banco, recursos tais como a suspensão ou a rescisão do contrato correspondente. O Mutuário se compromete a incluir, nos contratos que firme com agências especializadas, disposições exigindo que estas conheçam a lista de firmas e indivíduos declarados temporária ou permanentemente inelegíveis pelo Banco para participar de uma aquisição ou contratação financiada total ou parcialmente com recursos do Empréstimo. Caso uma agência especializada firme contrato ou ordem de compra com uma firma ou indivíduo declarado temporária ou permanentemente inelegível pelo Banco, na forma indicada neste Artigo, o Banco não financiará tais contratos ou despesas e tomará outras medidas que considere convenientes.

____/OC-BR



-36-

CAPÍTULO X

Disposição sobre gravames e isenções

ARTIGO 10.01. Compromisso relativo a gravames. O Mutuário se compromete a não constituir nenhum gravame específico parcial ou total sobre seus bens ou rendimentos como garantia de uma dívida externa sem constituir, simultaneamente, um gravame que garanta ao Banco, em condições de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações pecuniárias derivadas deste Contrato. Esta disposição não se aplicará: (a) aos gravames constituídos sobre bens, para assegurar o pagamento do saldo pendente de seu preço de aquisição; e (b) aos gravames constituídos em razão de operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano. Se o Mutuário for um país-membro do Banco, a expressão “bens ou rendimentos” refere-se a todo tipo de bens ou rendimentos pertencentes ao Mutuário ou a qualquer uma de suas dependências, que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

ARTIGO 10.02. Isenção de impostos. O Mutuário se compromete a pagar principal, juros, comissões, prêmios e qualquer outro encargo do Empréstimo, assim como qualquer outro pagamento por despesas ou custos que tenham sido originados no âmbito deste Contrato, sem qualquer dedução ou restrição, livres de todo imposto, taxa, direito ou encargo estabelecidos ou que possam ser estabelecidos pelas leis de seu país, e a responsabilizar-se por todo imposto, taxa ou direito aplicável à celebração, registro e execução deste Contrato.

CAPÍTULO XI

Disposições diversas

ARTIGO 11.01. Cessão de direitos. (a) O Banco poderá ceder a outras instituições públicas ou privadas, a título de participações, os direitos correspondentes às obrigações pecuniárias do Mutuário provenientes deste Contrato. O Banco notificará imediatamente ao Mutuário a respeito de cada cessão.

(b) O Banco poderá ceder participações em relação a saldos desembolsados ou saldos que estejam pendentes de desembolso no momento de ser celebrado o acordo de participação.

(c) O Banco poderá, com a anuência prévia do Mutuário e do Fiador, se houver, ceder, no todo ou em parte, o saldo não desembolsado do Empréstimo a outras instituições públicas ou privadas. Para tanto, a parte sujeita a cessão será denominada em termos de um número fixo de unidades da Moeda de Aprovação ou de unidades de Dólares. Igualmente, com a anuência prévia do Mutuário e do Fiador, se houver, o Banco poderá estabelecer, para essa parte sujeita a cessão, uma taxa de juros diferente da estabelecida no presente Contrato.

ARTIGO 11.02. Modificações e dispensas contratuais. Qualquer modificação ou dispensa das disposições deste Contrato deverá ser acordada por escrito entre as Partes e contar com a anuência do Fiador, se houver e no que for aplicável.

_____/OC-BR



-37-

ARTIGO 11.03. Reserva de direitos. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, do exercício dos direitos acordados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como uma aceitação tácita de fatos, ações ou circunstâncias que habilitariam tal exercício.

ARTIGO 11.04. Extinção. (a) O pagamento total do principal, juros, comissões, prêmios e outros encargos do Empréstimo, bem como das demais despesas e custos originados no âmbito deste Contrato, dará por concluído o Contrato e todas as obrigações dele derivadas, com exceção daquelas referidas no inciso (b) deste Artigo.

(b) As obrigações que o Mutuário contrair em virtude deste Contrato em matéria de Práticas Proibidas e outras obrigações relacionadas com as políticas operacionais do Banco permanecerão vigentes até que tais obrigações tenham sido cumpridas à satisfação do Banco.

ARTIGO 11.05. Validade. Os direitos e obrigações estabelecidos no Contrato são válidos e exigíveis, em conformidade com os termos nele acordados, sem relação com a legislação de um determinado país.

ARTIGO 11.06. Divulgação de informação. O Banco poderá divulgar este Contrato e qualquer informação relacionada ao mesmo de acordo com sua política de acesso à informação vigente no momento de tal divulgação.

CAPÍTULO XII

Arbitragem

ARTÍCULO 12.01. Composição do tribunal. (a) O tribunal arbitral será composto por três membros, que serão designados da seguinte forma: um pelo Banco; outro pelo Mutuário; e um terceiro (doravante denominado "Presidente") por acordo direto entre as Partes, ou por intermédio dos respectivos árbitros. O Presidente do tribunal terá voto duplo em caso de impasse em todas as decisões. Se as Partes ou os árbitros não chegarem a acordo com relação à pessoa do Presidente, ou se uma das Partes não puder designar árbitro, o Presidente será designado, a pedido de qualquer das Partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das Partes não designar árbitro, este será designado pelo Presidente. Se um dos árbitros designados, ou o Presidente, não desejar ou não puder atuar, ou prosseguir atuando, proceder-se-á à sua substituição da mesma forma que para a designação original. O sucessor terá as mesmas funções que o antecessor.

(b) Em toda controvérsia, tanto o Mutuário como o Fiador serão considerados como uma só parte e, por conseguinte, deverão atuar conjuntamente tanto para a designação do árbitro como para os demais efeitos da arbitragem.

ARTIGO 12.02. Início do procedimento. Para submeter a controvérsia ao procedimento arbitral, a parte reclamante dirigirá à outra uma notificação, por escrito, expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que

_____/OC-BR



-38-

receber essa notificação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, notificar à parte contrária o nome da pessoa que designa como árbitro. Se, dentro do prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados desde a notificação de início do procedimento arbitral, as partes não houverem chegado a um acordo quanto à pessoa do Presidente, qualquer delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos para que este proceda à designação.

ARTIGO 12.03. Constituição do tribunal. O tribunal arbitral será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Presidente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas fixadas pelo próprio tribunal.

ARTIGO 12.04. Procedimento. (a) O tribunal encontra-se especialmente habilitado para resolver todo assunto relacionado com sua competência e adotará seu próprio procedimento. Em todo caso, deverá conceder às Partes a oportunidade de fazer apresentações em audiência. Todas as decisões do tribunal serão tomadas por maioria de votos.

(b) O tribunal julgará com base nos termos do Contrato e pronunciará sua sentença, ainda que à revelia de uma das Partes.

(c) A sentença será exarada por escrito e deverá ser adotada pelo voto concorrente de pelo menos 2 (dois) membros do tribunal. A referida sentença deverá ser proferida dentro do prazo aproximado de 60 (sessenta) dias contados a partir da data da nomeação do Presidente, a não ser que o tribunal decida prorrogar o aludido prazo, em virtude de circunstâncias especiais e imprevistas. A sentença será notificada às partes por meio de notificação subscrita, pelo menos, por 2 (dois) membros do tribunal, e deverá ser cumprida dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da notificação. A sentença terá efeito executório e será irrecorrível.

ARTIGO 12.05. Despesas. Com exceção dos honorários advocatícios e despesas de outros peritos, os quais serão custeados pelas partes que os tenham designado, os honorários de cada árbitro e as despesas da arbitragem serão custeados por ambas as partes em igual proporção. Qualquer dúvida relacionada com a divisão das despesas ou a forma de pagamento será resolvida pelo tribunal, mediante decisão irrecorrível.

ARTIGO 12.06. Notificações. Qualquer notificação relativa à arbitragem ou à sentença será feita segundo a forma prevista neste Contrato. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

_____/OC-BR



CONTRATO DE GARANTIA

CONTRATO celebrado no dia ____ de _____ de 20__, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador") e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco").

CONSIDERANDO:

Que por meio do Contrato de Empréstimo No. ____/OC-BR (a seguir denominado "Contrato de Empréstimo"), celebrado nesta mesma data em [lugar da assinatura], entre o Banco e o Município de São Paulo (a seguir denominado "Mutuário"), o Banco concordou em outorgar ao Mutuário um Empréstimo até a quantia de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), a débito dos recursos do Capital Ordinário do Banco, desde que o Fiador garanta solidariamente as obrigações financeiras do Mutuário estipuladas no referido Contrato de Empréstimo e que o referido Fiador contraia as obrigações adicionais que se especificam neste instrumento.

Que o Fiador, pelo fato de haver o Banco assinado o Contrato de Empréstimo com o Mutuário, concordou em garantir o referido Empréstimo, de acordo com o estipulado neste instrumento, observadas as autorizações estipuladas na legislação brasileira pertinente.

AS PARTES CONTRATANTES têm justo e acordado o seguinte:

1. O Fiador, como devedor solidário, responsabiliza-se por todas as obrigações financeiras, tais como pagamento do principal, juros e demais encargos relativos ao Empréstimo, contraídas pelo Mutuário no Contrato de Empréstimo, cujos termos o Fiador declara conhecer integralmente. As referidas obrigações financeiras não incluem compromisso do Fiador de contribuir com recursos adicionais para a execução do Projeto.

2. O Fiador se compromete a não tomar nenhuma medida nem permitir que, no âmbito de sua competência, sejam tomadas providências que dificultem ou impeçam a execução do Projeto ou obstem o cumprimento de qualquer obrigação do Mutuário estabelecida no Contrato de Empréstimo.

3. O Fiador se compromete a, no caso de estabelecer qualquer gravame sobre seus bens ou receitas fiscais, como garantia de uma dívida externa, constituir, ao mesmo tempo, um gravame que assegure ao Banco, em posição de igualdade e proporcionalmente, o cumprimento das obrigações contraídas neste Contrato. Esta disposição não se aplicará, entretanto: (a) aos gravames sobre bens comprados para garantir o pagamento do saldo devedor do respectivo preço; nem (b) aos gravames pactuados em operações bancárias para garantir o pagamento de obrigações cujos vencimentos não sejam superiores a um ano de prazo.

4. A expressão "bens ou receitas fiscais" refere-se, no presente Contrato, a qualquer classe de bens ou rendas que pertençam ao Fiador ou a qualquer de seus departamentos ou órgãos que não sejam entidades autônomas com patrimônio próprio.

_____/OC-BR



- 2 -

5. O Fiador se compromete a:

- (a) cooperar, no âmbito de sua competência, para assegurar o cumprimento dos objetivos do Empréstimo;
- (b) informar ao Banco, com a maior urgência possível, qualquer fato que dificulte ou possa dificultar a consecução dos fins do Empréstimo, ou o cumprimento das obrigações do Mutuário;
- (c) no âmbito da sua competência, proporcionar ao Banco as informações que este, razoavelmente, solicite quanto à situação do Mutuário;
- (d) facilitar, no âmbito da sua competência, aos representantes do Banco, o exercício das suas funções relacionadas com o Contrato de Empréstimo e a execução do Projeto; e
- (e) informar ao Banco, com a maior urgência possível, caso esteja, em cumprimento de suas obrigações de devedor solidário, efetuando os pagamentos correspondentes ao serviço do Empréstimo.

6. O Fiador concorda que tanto o principal quanto os juros e demais encargos do Empréstimo serão pagos sem nenhuma redução ou restrição, livres de quaisquer impostos, taxas, direitos ou encargos estabelecidos nas leis da República Federativa do Brasil, e que tanto este Contrato como o Contrato de Empréstimo estarão isentos de qualquer imposto, taxa ou direito aplicáveis em relação à celebração, registro e execução de contratos.

7. O Fiador só ficará exonerado da responsabilidade contraída com o Banco depois de ter o Mutuário cumprido integralmente com todas as obrigações financeiras assumidas no Contrato de Empréstimo. Em caso de qualquer inadimplemento por parte do Mutuário, a obrigação do Fiador não estará sujeita a qualquer notificação ou interpelação, nem a qualquer formalidade processual, demanda ou ação prévia contra o Mutuário ou contra o próprio Fiador. O Fiador, ainda, renuncia expressamente a quaisquer direitos, benefícios de ordem ou de excussão, faculdades, favores ou recursos que lhe assistam, ou possam assistir. O Fiador declara-se ciente, igualmente, de que não se desobrigará da responsabilidade contraída para com o Banco se ocorrer: (a) omissão ou abstenção no exercício, por parte do Banco, de quaisquer direitos, faculdades ou recursos que lhe assistam contra o Mutuário; (b) tolerância ou concordância do Banco com inadimplemento do Mutuário ou atrasos em que este venha a incorrer no cumprimento de suas obrigações; (c) prorrogações de prazos ou quaisquer outras concessões feitas pelo Banco ao Mutuário, desde que com a prévia anuência do Fiador; (d) alteração, aditamento ou revogação, total ou parcial, de qualquer das disposições do Contrato de Empréstimo, desde que feitos com a prévia anuência do Fiador. Sem prejuízo do que estabelece esta Cláusula, o Banco comunicará ao Fiador qualquer inadimplemento de obrigação do Mutuário.

_____/OC-BR



- 3 -

8. O atraso ou a abstenção, por parte do Banco, no exercício dos direitos pactuados neste Contrato não poderão ser interpretados como renúncia a tais direitos, nem como aceitação das circunstâncias que lhe permitiriam exercê-los.

9. Qualquer controvérsia que surja entre as partes, com respeito à interpretação ou aplicação deste Contrato, que não possa ser dirimida por acordo mútuo, será submetida a sentença do Tribunal Arbitral, na forma estabelecida no Capítulo XII das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo. Para os fins dessa arbitragem, aplicam-se ao Fiador todas as referências feitas ao Mutuário no mencionado Capítulo das Normas Gerais. Se a controvérsia afetar tanto o Mutuário quanto o Fiador, ambos deverão atuar conjuntamente designando um mesmo árbitro.

10. Salvo acordo escrito em que se estabeleça outro procedimento, todos os avisos, solicitações ou notificações que as partes contratantes devam enviar uma à outra em virtude deste Contrato deverão ser efetuadas, sem exceção alguma, por escrito e considerar-se-ão efetivadas quando de sua entrega ao destinatário, por qualquer meio usual de comunicação, no respectivo endereço, a seguir indicado:

Ao Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento
1300 New York Ave., N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América

Fax: +1 (202) 623-3096

Ao Fiador:

Ministério da Fazenda
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 8º Andar
CEP 70.048-900
Brasília - D.F. - Brasil

Fax: +55 (61) 3412-1740

_____/OC-BR



- 4 -

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Fiador e o Banco, agindo cada qual por intermédio de seu representante autorizado, subscrevem este Contrato em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, em _____ [lugar da assinatura], na data mencionada na frase inicial deste Contrato.

REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

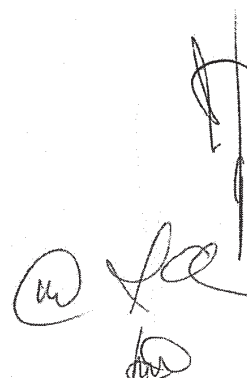
BANCO INTERAMERICANO
DE DESENVOLVIMENTO

Nome: _____
Procurador(a) da Fazenda Nacional

[nome da pessoa que assina]
[cargo da pessoa que assina]



_____/OC-BR



Vol. 24, N.9, setembro/2018

Resultado do Tesouro Nacional

Brasília, outubro de 2018



Ministro da Fazenda
Eduardo Reginetti Guardia

Secretária-Executiva
Ana Paula Vitali James Vescovi

Secretário do Tesouro Nacional
Mansueto Pacundo de Almeida Junior

Secretário Adjunto do Tesouro Nacional
Otávio Ladeira de Medeiros

Subsecretários
Adriano Pereira de Paula
Cidleneza Batista Dantas Milhomem
José Franco Medeiros de Moraes
Lisio Fábio de Brasil Camargo
Pedro Juca Maciel
Priscilla Maria Santana

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais
Felipe Palmeira Bardella

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais
Alex Pereira Benício

Equipe Técnica
Fábio Felipe Daquilha Prates
Fernando Cardoso Ferraz
Gabriel Gdalevici Junqueira
Karle de Lima Rocha
Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social
AST-04/Tesouro Nacional
Telefone: (61) 3412-1843
E-mail: ascom@tesouro.gov.br
Disponível em: www.tesouro.gov.br

O **Resultado do Tesouro Nacional** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Para assegurar a tempestividade e a qualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente realizada pelo responsável por esta eventual erro.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional – v. 24, n. 09 (Setembro 2018)

Brasília – STN, 1995.

Mensal

Continuação de: Demonstração de execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 338.606



Sumário

<i>Panorama Geral do Resultado do Governo Central</i>	4
<i>Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior</i>	5
Visão Geral	5
Receitas do Governo Central	6
Transferências do Tesouro Nacional	8
Despesas do Governo Central	9
Previdência Social	12
<i>Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior</i>	13
Visão Geral	13
Receitas do Governo Central	14
Transferências do Tesouro Nacional	15
Despesas do Governo Central	16
Previdência Social	17
<i>Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior</i>	18
Visão Geral	18
Receitas do Governo Central	19
Transferências do Tesouro Nacional	20
Despesas do Governo Central	21
Previdência Social	22



Lista de Tabelas

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/20185

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/20186

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/20187

Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/20188

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/20188

Tabela 1.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/201812

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/201813

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/201814

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/201815

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/201816

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/201817

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 201818

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/201819

Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 201820

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 201821

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 201822



Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Tabela 1.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

a preços correntes

Discriminação	R\$ Milhões		Jan-Set			R\$ Milhões		Setembro		
			Variação (2018/2017)					Variação (2018/2017)		
	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)	2017	2018	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
I. Receita Total	986.395,3	1.083.402,0	97.006,7	9,8%	6,2%	103.934,4	111.616,8	7.682,4	7,4%	2,7%
II. Transf. por Repartição de Receita	168.312,4	186.717,2	18.404,8	10,9%	7,2%	14.217,6	14.956,6	739,0	5,2%	0,6%
III. Receita Líquida Total (I-II)	818.082,9	896.684,8	78.601,9	9,6%	5,9%	89.716,7	96.660,2	6.943,4	7,7%	3,1%
IV. Despesa Total	927.649,2	982.297,2	54.648,0	5,9%	2,3%	112.538,8	119.639,0	7.100,2	6,3%	1,7%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	4.021,0	4.021,0	-	-	0,0	0,0	0,0	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-109.566,3	-81.591,4	27.974,9	-25,5%	-28,6%	-22.822,1	-22.978,8	-156,8	0,7%	-3,7%
Tesouro Nacional e Banco Central	31.851,7	73.523,6	41.672,0	130,8%	123,3%	5.323,3	8.492,9	3.169,7	59,5%	6,9%
Previdência Social (RGPS)	-141.417,9	-155.115,0	-13.697,1	9,7%	5,9%	-28.145,3	-31.471,8	-3.326,4	11,8%	7,0%
VII. Resultado Primário/PIB	-2,3%	-1,6%	-	-	-	-	-	-	-	-
Memoranda:										
Resultado do Tesouro Nacional	32.505,8	74.027,9	41.522,1	127,7%	120,2%	5.425,3	8.548,2	3.122,8	57,6%	-72,0%
Resultado do Banco Central	-654,1	-504,2	149,9	-22,9%	-33,3%	-102,1	-55,2	46,8	-45,9%	-48,0%
Resultado da Previdência Social	-141.417,9	-155.115,0	-13.697,1	9,7%	5,9%	-28.145,3	-31.471,8	-3.326,4	11,8%	7,0%

Fonte: Tesouro Nacional.

Em setembro de 2018, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi deficitário em R\$ 23,0 bilhões contra déficit de 22,8 bilhões em setembro de 2017. Em termos reais, a receita líquida apresentou aumento de 3,1% enquanto a despesa total apresentou acréscimo de 1,7%. A elevação da receita líquida deveu-se, principalmente, aos recebimentos associados ao leilão da 4ª rodada de partilha do pré-sal.

Comparativamente ao acumulado até setembro de 2017, a preços correntes, o resultado do Governo Central passou de déficit de R\$ 109,6 bilhões em 2017 para déficit de 81,6 bilhões em 2018. Em termos reais a receita líquida apresentou elevação de 5,9% enquanto a despesa cresceu 2,3%. A elevação da receita é derivada de alteração na legislação do PIS/Cofins, do recolhimento do PRT/PERT e da melhora dos principais indicadores macroeconômicos e setoriais que influenciam a arrecadação, com destaque para o acréscimo na receita de Cota-Parte de Compensações Financeiras.

4



Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Visão Geral

Tabela 1.2 - Resultado Primário do Governo Central- Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	1.037.447,5	1.101.264,8	63.817,3	6,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	643.650,2	685.335,9	41.685,7	6,5%
I.2 Incentivos Fiscais	-20,6	-12,2	8,4	-40,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	278.439,0	278.049,4	-389,5	-0,1%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	115.379,0	137.891,7	22.512,7	19,5%
II. Transferências por Repartição de Receita	177.029,8	189.818,4	12.788,6	7,2%
III. Receita Líquida Total (I-II)	860.417,7	911.446,4	51.028,7	5,9%
IV. Despesa Total	975.305,5	997.608,6	22.303,0	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	427.023,3	435.373,2	8.349,8	2,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	218.326,2	220.299,1	1.972,9	0,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	151.292,2	147.284,4	-4.007,8	-2,6%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	178.663,8	194.651,9	15.988,1	8,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	-	4.094,4	-	-
VI. Resultado Primário do Gov. Central (III - IV + V)	-114.887,8	-82.067,7	32.820,0	-28,6%
Tesouro Nacional e Banco Central	33.696,6	75.256,0	41.559,4	123,3%
Previdência Social (RGPS)	-148.584,3	-157.323,7	-8.739,4	5,9%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	34.380,5	75.711,8	41.331,4	120,2%
Resultado do Banco Central	-683,9	-455,9	228,0	-33,3%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-148.584,3	-157.323,7	-8.739,4	5,9%

Fonte: Tesouro Nacional

A preços de setembro de 2018, comparativamente a 2017, houve melhora de R\$ 32,8 bilhões no resultado primário acumulado do Governo Central, que passou de déficit de R\$ 114,9 bilhões em 2017 para déficit de R\$ 82,1 bilhões em 2018. Essa melhora decorreu principalmente do crescimento da receita líquida (5,9%) em taxa superior à elevação da despesa total, (2,3%).

O acréscimo na receita líquida decorre, principalmente:

- da elevação na arrecadação do PIS/Cofins ocasionada em grande medida pelo aumento das alíquotas sobre combustíveis (Decreto 9.101/17);
- do desempenho da arrecadação associada aos programas de Parcelamentos da Dívida Ativa, PERT e PRT; e
- da melhora da atividade econômica e dos indicadores macroeconômicos e setoriais que influenciam a arrecadação, com destaque para o acréscimo na receita de Cota-Parte de Compensações Financeiras.

Por seu turno, a despesa primária segue pressionada principalmente, pela elevação da despesa discricionária, além de benefícios previdenciários e de despesa de pessoal.



Receitas do Governo Central

Tabela 1.3 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	1.037.447,5	1.101.264,8	63.817,3	6,2%
I.1 Receita Administrada pela RFB	643.650,2	685.335,9	41.685,7	6,5%
Imposto de Importação	24.784,9	30.976,3	6.191,4	25,0%
IPI	34.820,0	41.587,2	6.767,2	19,4%
Imposto de Renda	267.761,8	272.912,3	5.150,5	1,9%
IOF	27.059,0	27.609,4	550,4	2,0%
COFINS	163.429,5	187.314,1	23.884,6	14,6%
PIS/PASEP	43.867,5	49.690,9	5.823,5	13,3%
CSLL	57.014,7	61.747,4	4.732,7	8,3%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	4.587,1	3.274,5	-1.312,6	-28,6%
Outras	20.325,8	10.223,8	-10.102,0	-49,7%
I.2 Incentivos Fiscais	-20,6	-12,2	8,4	40,7%
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	278.439,0	278.049,4	-389,5	-0,1%
Urbana	271.401,4	270.840,9	-560,5	-0,2%
Rural	7.037,6	7.208,5	170,9	2,4%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	115.379,0	137.891,7	22.512,7	19,5%
Concessões e Permissões	5.211,5	13.224,8	8.013,3	153,8%
Dividendos e Participações	4.995,8	6.507,4	1.511,7	30,3%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	9.932,1	9.717,5	-214,6	-2,2%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	27.799,7	42.647,7	14.848,0	53,4%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	10.478,2	11.073,4	595,3	5,7%
Contribuição do Salário Educação	16.089,8	16.751,5	661,7	4,1%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.913,8	-236,9	-5,7%
Operações com Ativos	818,7	836,6	17,9	2,2%
Demais Receitas	35.902,5	33.218,9	-2.683,6	-7,5%

Fonte: Tesouro Nacional

A receita total do Governo Central apresentou elevação real de R\$ 63,8 bilhões (6,2%) em relação ao acumulado até setembro de 2017. Esse comportamento foi determinado pela elevação de R\$ 41,7 bilhões (6,5%) nas receitas administradas pela RFB e de R\$ 22,5 bilhões (19,5%) nas receitas não administradas pela RFB. Por sua vez, a arrecadação líquida para o RGPS apresentou decréscimo de R\$ 389,5 milhões (0,1%).

Ressalte-se que nas receitas administradas pela RFB houve reclassificação de resíduo do estoque de parcelamentos especiais que não foram reclassificados em novembro de 2017 (ver relatórios de nov/2017 e dez/2017). Esta reclassificação, apesar de não impactar o total da receita administrada, influenciou sua composição, majorando, principalmente, imposto de renda, Cofins, PIS/PASEP e CSLL e minorando outras receitas administradas. Deste modo, a comparação interanual em relação ao período que antecede novembro de 2017 deve levar em consideração esse efeito estatístico.

Ademais desse efeito, a receita administrada pela RFB foi afetada pelos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 23,9 bilhões (14,6%) na Cofins e R\$ 5,8 bilhões (13,3%) no PIS/Pasep decorrente do efeito combinado do reajuste de alíquotas do PIS/Cofins sobre os combustíveis com efeitos a partir de agosto de 2017 (Decreto 9.101/17) e do aumento do volume de venda de bens e serviços;
- elevação de R\$ 6,8 bilhões (19,4%) no IPI

6



influenciado principalmente pelo crescimento de 2,73% na produção industrial de dezembro de 2017 a agosto de 2018 em comparação à produção de dezembro de 2016 a agosto de 2017;

- aumento de R\$ 6,2 bilhões (25,0%) no Imposto de Importação derivado, principalmente, da elevação de 13,6% da taxa média de câmbio e aumento de 22,2% no valor em dólares das importações;
- aumento de R\$ 5,2 bilhões (1,9%) no Imposto de Renda, sendo este determinado pelo aumento na arrecadação de IRPJ (R\$ 2,1 bilhões); e
- elevação de R\$ 4,7 bilhões (8,3%) na CSLL condicionada pelo incremento na arrecadação referente à estimativa mensal relativa a empresas não financeiras.

Destaque-se ainda que, para o período, houve elevação de R\$ 5,1 bilhões relativa ao Programa de Regularização Tributária - PERT, instituído por meio da Lei 13.496/17, cujo efeito está distribuído em diferentes rubricas de arrecadação (Imposto de Renda, IPI, COFINS e CSLL), PRT e demais parcelamentos da Dívida Ativa.

Tabela 1.4 - Dividendos Pagos à União - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Set	
	2017	2018
Banco do Brasil	975,9	1.436,6
BNB	106,0	79,8
BNDES	3.591,6	1.529,9
Caixa	0,0	2.860,1
Correios	0,0	0,0
Eletrobrás	0,0	0,0
IRB	55,4	61,3
Petrobras	0,0	378,7
Demais	266,9	161,0
Total	4.995,8	6.507,4

Fonte: Tesouro Nacional

As receitas não administradas pela RFB cresceram R\$ 22,5 bilhões (19,5%) quando comparadas ao mesmo período de 2017. Essa elevação é explicada, principalmente por:

- elevação de R\$ 14,8 bilhões (53,4%) em Cota-Parte de Compensações Financeiras devido principalmente a desvalorização cambial e a elevação no preço internacional do petróleo; e
- aumento de R\$ 8,0 bilhões (153,8%) nas receitas de concessões e permissões por conta do pagamento em agosto de 2018 de R\$ 7,0 bilhões referentes a 15ª rodada de concessão de petróleo e gás e de R\$ 2,9 bilhões referentes ao leilão da 4ª rodada de partilha de pré-sal.



Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 1.5 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferências por Repartição de Receita	177.029,8	189.818,4	12.788,6	7,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	142.013,6	146.789,8	4.776,2	3,4%
II.2 Fundos Constitucionais	6.249,8	6.196,9	-52,9	-0,8%
Repasso Total	8.999,9	9.378,0	378,1	4,2%
Superávit dos Fundos	-2.750,1	-3.181,1	-431,0	15,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	9.620,6	9.568,2	-52,4	-0,5%
II.4 Compensações Financeiras	17.361,7	25.628,7	8.267,0	47,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.321,9	1.192,5	-129,4	-9,8%
II.6 Demais	462,2	442,4	-19,8	-4,3%

As transferências por repartição de receita apresentaram, em seu conjunto, elevação de R\$ 12,8 bilhões (7,2%) em relação ao acumulado até setembro de 2017, passando de R\$ 177,0 bilhões em 2017 para R\$ 189,8 bilhões em 2018. As principais variações no período foram:

- acréscimo de R\$ 8,3 bilhões (47,6%) nas Compensações Financeiras, pelos fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de Cota Parte e Compensações Financeiras; e
- elevação de R\$ 4,8 bilhões (3,4%) nas Transferências de FPM/FPE/IPI-EE, reflexo do aumento dos tributos compartilhados (IR e IPI).



Despesas do Governo Central

Tabela 1.6 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV. Despesa Total	975.305,5	997.608,6	22.303,0	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	427.023,3	435.373,2	8.349,8	2,0%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	334.798,8	343.326,5	8.527,7	2,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	92.224,5	92.046,7	-177,8	-0,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	218.326,2	220.299,1	1.972,9	0,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	151.292,2	147.284,4	-4.007,8	-2,6%
Abono e Seguro Desemprego	43.704,2	41.602,2	-2.102,0	-4,8%
Benefícios Prest. Continuada LOAS/RMV	42.343,9	42.650,9	307,0	0,7%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.908,3	-242,4	-5,8%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	604,0	2.034,1	1.430,1	236,8%
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	11.978,0	10.855,8	-1.122,2	-9,4%
FUNDEB (Complem. União)	10.969,0	11.127,9	158,8	1,4%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.723,5	1.723,5	-
Sentenças Judiciais e Precatórios	10.740,3	13.681,6	2.941,3	27,4%
Subsídios, Subvenções e Proagro	18.473,6	12.979,2	-5.494,5	-29,7%
FIES	3.220,4	2.080,0	-1.140,4	-35,4%
Demais	5.108,0	4.641,1	-466,9	-9,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	178.663,8	194.651,9	15.988,1	8,9%
Discricionárias Executivo	170.248,0	185.524,4	15.276,4	9,0%
PAC	16.564,7	16.277,5	-287,2	-1,7%
d/q MCMV	2.067,9	2.452,6	384,7	18,6%
Emissões de TDA	31,2	38,3	7,1	22,8%
Doações e Convênios	0,0	160,3	160,3	-
Demais	153.652,1	169.048,2	15.396,2	10,0%
Discricionárias LEJU/MPU	8.415,8	9.127,5	711,7	8,5%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	224.726,7	244.099,9	19.373,1	8,6%
Outras Despesas de Custeio	197.990,2	211.900,6	13.910,3	7,0%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

A despesa total do Governo Central no acumulado até setembro de 2018 atingiu R\$ 997,6 bilhões, 2,3% acima do observado no mesmo período de 2017, quando as despesas totalizaram R\$ 975,3 bilhões. Essa variação se deve ao efeito combinado dos seguintes fatores:

- elevação em R\$ 8,3 bilhões (2,0%) em Benefícios Previdenciários;
- aumento de R\$ 2,0 bilhões (0,9%) em Pessoal e Encargos Sociais;
- incremento em R\$ 16,0 bilhões (8,9%) em Despesas Discricionárias; e
- redução R\$ 4,0 bilhões Outras Despesas Obrigatórias (2,6%).

O comportamento dos gastos em Outras Despesas Obrigatórias deveu-se principalmente a:

- redução de R\$ 5,5 bilhões em Subsídios, Subvenções e Proagro, resultado do processo de racionalização desses gastos; e
- redução de R\$ 2,1 bilhões em Abono e Seguro Desemprego, devido à queda do número de demissões em relação mesmo período do ano anterior.

9



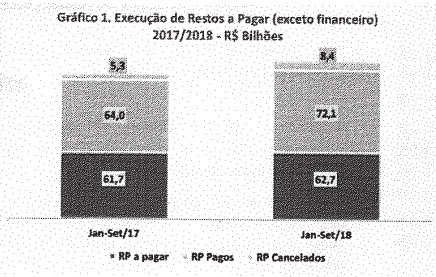
Tabela 1.7 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018 - IPCA

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Total	153.652,1	169.048,2	15.396,2	10,0%
Ministério da Saúde	75.393,7	81.325,6	5.931,9	7,9%
Ministério da Educação	22.584,9	22.165,7	-419,1	-1,9%
Ministério do Desenvolvimento Social	25.500,8	26.355,3	854,4	3,4%
Ministério da Defesa	9.206,3	11.875,4	2.669,1	29,0%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	2.763,9	2.715,1	-48,8	-1,8%
Demais órgãos do Executivo	18.202,4	24.611,2	6.408,8	35,2%

Fonte: Tesouro Nacional

O aumento de R\$ 16,0 bilhões (8,9%) observado nas Despesas Discricionárias - Todos os Poderes pode ser explicado, principalmente, pelas discricionárias do poder executivo que respondem pelas despesas de custeio dos ministérios e emendas parlamentares impositivas.



O montante de restos a pagar (RP) pagos (excetuados os RP financeiros) até setembro de 2018 correspondeu a R\$ 72,1 bilhões, contra R\$ 64,0 bilhões no mesmo período do ano anterior.



Tabela 1.8 - Subsídios e Subvenções Econômicas - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Agricultura	9.333,5	6.990,8	-2.342,6	-25,1%
Equalização de custeio agropecuário	2.117,3	1.125,3	-991,9	-46,8%
Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.292,6	1.598,4	-694,3	-30,3%
Política de preços agrícolas	24,2	406,7	382,5	-
Pronaf	4.234,0	2.900,2	-1.333,9	-31,5%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	128,1	496,6	368,6	287,8%
Alcool	48,6	28,6	-20,0	-41,2%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA	11,0	259,7	248,7	-
Funcafé	71,0	64,0	-7,0	-9,8%
Revitaliza	17,2	9,4	-7,8	-45,5%
Proagro	389,5	102,0	-287,5	-73,8%
Outros	9.140,2	5.988,3	-3.151,9	-34,5%
Proex	415,0	207,2	-207,8	-50,1%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8.337,0	5.100,6	-3.236,4	-38,8%
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
Operações de créd. dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,6	6,7	0,1	1,6%
Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	464,5	557,4	92,9	20,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
Subv. Parc. à Rem. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	49,8	45,4	-4,4	-8,9%
Sudene	0,0	171,8	171,8	-
Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,1	-43,3	-37,2	615,2%
PNAFE	-126,7	-57,5	69,3	-54,7%
PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
Total	18.473,6	12.979,2	-5.494,5	-29,7%

11



Previdência Social

Tabela 1.9 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Arrecadação Líquida	278.439,0	278.049,4	-389,5	-0,1%
Arrecadação Bruta	311.041,1	310.742,6	-298,5	-0,1%
Contribuição Previdenciária	267.802,0	267.809,3	7,3	0,0%
Simples/Nacional/PAES	29.577,7	30.642,7	1.065,0	3,6%
REFIS	148,7	94,5	-54,3	-36,5%
Depósitos Judiciais	1.534,7	1.340,2	-194,5	-12,7%
Compensação RGPS	11.978,0	10.855,8	-1.122,2	-9,4%
(-) Restituição/Devolução	-896,0	-696,1	199,9	-22,3%
(-) Transferências a Terceiros	-31.706,1	-31.997,0	-290,9	0,9%
II. Benefícios Previdenciários	427.023,3	435.373,2	8.349,8	2,0%
III. Resultado Primário	-148.584,3	-157.323,7	-8.739,4	5,9%

Comparando os valores acumulados até setembro de 2018 com o mesmo período de 2017, o déficit da Previdência passou de R\$ 148,6 bilhões para R\$ 157,3 bilhões (5,9%) a preços de setembro de 2018.

Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- aumento de R\$ 8,3 bilhões (2,0%) nos pagamentos de benefícios previdenciários, devido à elevação de 577,9 mil (2,0%) no número de benefícios emitidos, compensado parcialmente pela redução do valor médio real dos benefícios pagos pela Previdência em R\$ 15,48 (1,1%); e
- diminuição real de R\$ 389,5 milhões (0,1%) na arrecadação líquida, associado à redução real (IPCA) da massa salarial (0,3%), referente ao período dezembro-agosto de ambos os anos.

Tabela 1.10 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Jan-Set		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Contribuição	278.439,0	278.049,4	-389,5	-0,1%
Urbano	271.401,4	270.840,9	-560,5	-0,2%
Rural	7.037,6	7.208,5	170,9	2,4%
Benefícios	427.023,3	435.373,2	8.349,8	2,0%
Urbano	334.798,8	343.326,5	8.527,7	2,5%
Rural	92.224,5	92.046,7	-177,8	-0,2%
Resultado Primário	-148.584,3	-157.323,7	-8.739,4	5,9%
Urbano	-63.397,4	-72.485,5	-9.088,1	14,3%
Rural	-85.186,9	-84.838,2	348,8	-0,4%



Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Visão Geral

Tabela 2.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	108.638,4	111.616,8	2.978,3	2,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.970,5	67.411,4	-559,1	-0,8%
I.2 Incentivos Fiscais	-2,3	0,0	2,3	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.484,2	30.019,2	-1.465,0	-4,7%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.186,0	14.186,1	5.000,1	54,4%
II. Transferência por Repartição de Receita	14.861,1	14.956,6	95,5	0,6%
III. Receita Líquida Total (I-II)	93.777,3	96.660,2	2.882,9	3,1%
IV. Despesa Total	117.632,3	119.639,0	2.006,7	1,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	60.903,4	61.491,0	587,6	1,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.683,4	22.497,7	-185,7	-0,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.263,2	13.854,7	591,5	4,5%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.782,3	21.795,6	1.013,3	4,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB ²	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-23.855,0	-22.978,8	876,1	-3,7%
Tesouro Nacional e Banco Central	5.564,2	8.492,9	2.928,7	52,6%
Previdência Social (RGPS)	-29.419,2	-31.471,8	-2.052,6	7,0%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	5.670,4	8.548,2	2.877,8	50,8%
Resultado do Banco Central	-106,2	-55,2	50,9	-48,0%
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-29.419,2	-31.471,8	-2.052,6	7,0%

Fonte: Tesouro Nacional

A preços de setembro de 2018, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 23,9 bilhões em setembro de 2017 para um déficit de R\$ 23,0 bilhões no mesmo mês de 2018. Essa variação decorreu do aumento da receita líquida em R\$ 2,9 bilhões (3,1%) parcialmente compensada pela elevação de R\$ 2,0 bilhões (1,7%) da despesa total.

Sobre a aumento da receita líquida, destaque-se os recebimentos associados ao leilão da 4ª rodada de partilha de pré-sal e ao ganho de arrecadação em Cota-Parte Compensações Financeiras decorrentes da elevação da taxa de câmbio e do preço internacional do petróleo.

Sobre a elevação da despesa, destaque-se a despesa com créditos extraordinários referente, em grande medida, à subvenção econômica à comercialização de óleo diesel (MP nº 838/2018).



Receitas do Governo Central

Tabela 2.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Receita Total	108.638,4	111.616,8	2.978,3	2,7%
I.1 Receita Administrada pela RFB	67.970,5	67.411,4	-559,1	-0,8%
Imposto de Importação	3.050,9	3.529,9	478,9	15,7%
IPI	4.530,4	4.646,8	116,4	2,6%
Imposto de Renda	21.352,0	23.398,4	2.046,3	9,6%
IOF	3.013,9	3.196,5	182,6	6,1%
COFINS	20.291,4	19.988,6	-302,8	-1,5%
PIS/PASEP	5.239,6	5.361,1	121,4	2,3%
CSLL	4.642,8	5.052,9	410,1	8,8%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	546,5	224,7	-321,8	-58,9%
Outras	5.302,9	2.012,6	-3.290,3	-62,0%
I.2 Incentivos Fiscais	-2,3	0,0	2,3	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.484,2	30.019,2	-1.465,0	-4,7%
Urbana	30.586,8	29.633,5	-953,3	-3,1%
Rural	897,4	385,7	-511,7	-57,0%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	9.186,0	14.186,1	5.000,1	54,4%
Concessões e Permissões	187,5	2.907,7	2.720,3	-
Dividendos e Participações	115,9	124,5	8,6	7,4%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.095,0	1.046,6	-48,4	-4,4%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.623,6	2.676,8	1.053,2	64,9%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	940,7	983,9	43,1	4,6%
Contribuição do Salário Educação	1.675,2	2.437,0	761,8	45,5%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	913,1	441,8	-471,3	-51,6%
Operações com Ativos	83,6	84,4	0,8	1,0%
Demais Receitas	2.551,4	3.483,4	932,0	36,5%

Fonte: Tesouro Nacional

A receita total do governo central apresentou aumento real de R\$ 3,0 bilhões (2,7%), passando de R\$ 108,6 bilhões em setembro de 2017 para R\$ 111,6 bilhões em setembro de 2018. Esse comportamento deveu-se ao aumento de R\$ 5,0 bilhões (54,4%) na receita não administrada pela RFB compensado parcialmente pela redução de R\$ 1,5 bilhão (4,7%) na arrecadação líquida para o RGPS e de R\$ 559,1 milhões (0,8%) nas receitas administradas.

Os principais fatores de variação da receita administrada pela RFB foram:

- decréscimo de R\$ 3,3 bilhões (62,0%) em outras receitas administradas, explicado pela arrecadação em setembro de 2017 de parcela referente à entrada nos programas de parcelamento PRT/PERT; e
- elevação de R\$ 2,0 bilhões (9,6%) em Imposto de Renda, influenciado pelo aumento na arrecadação do IRPJ.

A variação das receitas não administradas em R\$ 5,0 bilhões é explicada:

- pela elevação em Concessões e Permissões (R\$ 2,7 bilhões), devido aos recebimentos associados ao leilão da 4ª rodada de partilha de pré-sal.; e
- pelo crescimento de R\$ 1,1 bilhão em Cota-Parte de Compensações Financeiras, explicado pela elevação na taxa de câmbio e no preço internacional do petróleo.



Transferências do Tesouro Nacional

Tabela 2.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	14.861,1	14.956,6	95,5	0,6%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.998,7	11.283,9	-714,8	-6,0%
II.2 Fundos Constitucionais	613,2	696,5	83,3	13,6%
Repasso Total	656,9	671,7	14,8	2,2%
Superávit dos Fundos	43,7	-24,8	-68,5	-
II.3 Contribuição do Salário Educação	993,0	960,9	-32,1	-3,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.169,9	1.910,5	740,6	63,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	86,3	104,8	18,5	21,4%

As transferências por repartição de receita apresentaram elevação de R\$ 95,5 milhões (0,6%), passando de R\$ 14,9 bilhões em setembro de 2017 para R\$ 15,0 bilhões no mesmo mês de 2018. Não obstante a pequena variação do valor agregado, destaque-se o crescimento de R\$ 740,6 milhões em Compensações Financeiras compensado parcialmente pela redução observada nas transferências relativas ao FPM/ FPE / IPI-EE.



Despesas do Governo Central

Tabela 2.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
IV. Despesa Total	117.632,3	119.639,0	2.006,7	1,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	60.903,4	61.491,0	587,6	1,0%
Benefícios Previdenciários - Urbano	49.194,2	49.960,2	766,0	1,6%
Benefícios Previdenciários - Rural	11.709,1	11.530,7	-178,4	-1,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.683,4	22.497,7	-185,7	-0,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.263,2	13.854,7	591,5	4,5%
Abono e Seguro Desemprego	4.496,5	3.891,3	-605,2	-13,5%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.752,6	4.646,8	-105,8	-2,2%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	913,1	441,8	-471,3	-51,6%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	46,4	1.765,2	1.718,8	-
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	1.132,3	985,8	-146,5	-12,9%
FUNDEB (Complem. União)	912,5	963,9	51,4	5,6%
Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	0,0	0,0	-
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	155,5	154,5	-1,0	-0,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	156,3	478,6	322,3	206,2%
FIES	79,5	12,3	-67,2	-84,5%
Demais	618,4	514,4	-104,0	-16,8%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.782,3	21.795,6	1.013,3	4,9%
Discricionárias Executivo	19.818,6	20.781,2	962,6	4,9%
PAC	1.694,3	2.300,4	606,1	35,8%
d/q MCMV	99,7	650,3	550,5	551,9%
Emissões de TDA	0,0	12,7	12,6	-
Demais	18.124,3	18.468,1	343,8	1,9%
Discricionárias LEJU/MPU	963,7	1.014,4	50,7	5,3%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	24.524,5	26.564,3	2.039,7	8,3%
Outras Despesas de Custeio	21.730,2	23.223,7	1.493,5	6,9%
Outras Despesas de Capital	2.794,3	3.340,6	546,3	19,5%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Em setembro de 2018, houve elevação de R\$ 2,0 bilhões (1,7%) na despesa total do governo central em relação ao mesmo mês do ano anterior, passando de R\$ 117,6 bilhões para R\$ 119,6 bilhões. Essa variação se deve, principalmente à elevação de R\$ 1,0 bilhão (4,9%) em Despesas Discricionárias - Todos os Poderes, concentrada nas Despesas Discricionárias do Executivo.

As outras despesas obrigatórias cresceram R\$ 591,5 milhões (4,5%) principalmente devido à despesa com créditos extraordinários, que totalizou R\$ 1,8 bilhão em setembro de 2018, em virtude, principalmente, da subvenção econômica à comercialização de óleo diesel (Medida Provisória nº 838, de 2018).

16



Tabela 2.5 - Demais Despesas Discricionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018 - IPCA

Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
Total	18.124,3	18.455,3	331,1	1,8%
Ministério da Saúde	8.677,4	8.272,6	-404,8	-4,7%
Ministério da Educação	3.052,8	2.858,0	-194,8	-6,4%
Ministério do Desenvolvimento Social	2.796,9	3.046,7	249,8	8,9%
Ministério da Defesa	1.156,8	1.253,3	96,5	8,3%
Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação	280,1	395,5	115,4	41,2%
Demais órgãos do Executivo	2.160,3	2.629,3	469,0	21,7%

Previdência Social

Tabela 2.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018 - IPCA

Discriminação	Setembro		Variação	
	2017	2018	Diferença	% Real
I. Arrecadação Líquida	31.484,2	30.019,2	-1.465,0	-4,7%
Arrecadação Bruta	34.886,5	33.399,5	-1.487,0	-4,3%
Contribuição Previdenciária	29.982,7	28.683,9	-1.298,8	-4,3%
Simples/Nacional/PAES	3.508,6	3.531,5	22,9	0,7%
REFIS	35,8	188,0	152,1	424,8%
Depósitos Judiciais	227,0	10,2	-216,8	-95,5%
Compensação RGPS	1.132,3	985,8	-146,5	-12,9%
(-) Restituição/Devolução	-97,2	-66,4	30,8	-31,7%
(-) Transferências a Terceiros	-3.305,1	-3.313,8	-8,7	0,3%
II. Benefícios Previdenciários	60.903,4	61.491,0	587,6	1,0%
III. Resultado Primário	-29.419,2	-31.471,8	-2.052,6	7,0%

O resultado primário da Previdência Social passou de um déficit de R\$ 29,4 bilhões em setembro de 2017 para déficit de R\$ 31,5 bilhões em setembro de 2018, representando uma diferença de R\$ 2,1 bilhões. Essa variação é explicada pela redução de R\$ 1,5 bilhão (4,7%) na arrecadação líquida, influenciada pela redução real da massa salarial no período, e pela elevação de R\$ 587,6 milhões (1,0%) nos Benefícios Previdenciários, influenciada pelo crescimento de 527,4 mil do número de benefícios emitidos e pela diminuição de R\$ 26,69 (2,1%) do valor médio dos benefícios.



Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Visão Geral

Tabela 3.1 - Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de set/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	agosto	setembro	Diferença	% Real
I. Receita Total	115.500,6	111.616,8	-3.883,9	-3,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	66.101,1	67.411,4	1.310,4	2,0%
I.2 Incentivos Fiscais	-10,6	0,0	10,6	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.478,9	30.019,2	-1.459,7	-4,6%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.931,2	14.186,1	-3.745,1	-20,9%
II. Transferência por Repartição de Receita	22.500,5	14.956,6	-7.543,9	-33,5%
III. Receita Líquida Total (I-II)	93.000,1	96.660,2	3.660,0	3,9%
IV. Despesa Total	112.731,1	119.639,0	6.907,9	6,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.585,1	61.491,0	11.905,9	24,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.602,2	22.497,7	-1.104,5	-4,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.070,1	13.854,7	-1.215,4	-8,1%
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	24.473,7	21.795,6	-2.678,1	-10,9%
V. Fundo Soberano do Brasil - FSB	0,0	0,0	0,0	-
VI. Resultado Primário Governo Central (III - IV + V)	-19.731,0	-22.978,8	-3.247,9	16,5%
Tesouro Nacional e Banco Central	-1.624,8	8.492,9	10.117,7	-
Previdência Social (RGPS)	-18.106,2	-31.471,8	-13.365,6	73,8%
Memorando:				
Resultado do Tesouro Nacional	-1.658,1	8.548,2	10.206,3	-
Resultado do Banco Central	33,3	-55,2	-88,5	-
Resultado da Previdência Social (RGPS)	-18.106,2	-31.471,8	-13.365,6	73,8%

Fonte: Tesouro Nacional

Em setembro de 2018, o resultado primário do Governo Central foi deficitário em R\$ 23,0 bilhões, contra déficit de R\$ 19,8 bilhões em agosto de 2018 a preços constantes de setembro.

A receita líquida do Governo Central em setembro de 2018 foi superior em R\$ 3,7 bilhões (3,9%) à registrada no mês anterior, devido à repartição naquele mês da arrecadação de tributos sazonalmente concentrados em julho.

Houve aumento da despesa total em R\$ 6,9 bilhões (6,1%), decorrente principalmente do pagamento, em setembro, da primeira parcela do 13º salário para a segunda metade dos beneficiários que recebem até um salário mínimo e para aqueles que recebem benefícios superiores a este valor.



Receitas do Governo Central

Tabela 3.2 - Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2017/2018

R\$ milhões - a preços de set/2018 - IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	agosto	setembro	Diferença	% Real
I. Receita Total	115.500,6	111.616,8	-3.883,9	-3,4%
I.1 Receita Administrada pela RFB	66.101,1	67.411,4	1.310,4	2,0%
Imposto de Importação	3.952,1	3.529,9	-422,2	-10,7%
IPI	4.494,8	4.646,8	152,0	3,4%
Imposto de Renda	20.175,7	23.398,4	3.222,7	16,0%
IOF	3.042,3	3.196,5	154,2	5,1%
COFINS	22.847,7	19.988,6	-2.859,1	-12,5%
PIS/PASEP	5.761,7	5.361,1	-400,6	-7,0%
CSLL	5.076,0	5.052,9	-23,1	-0,5%
CPMF	0,0	0,0	0,0	-
CIDE Combustíveis	207,6	224,7	17,1	8,2%
Outras	543,2	2.012,6	1.469,4	270,5%
I.2 Incentivos Fiscais	-10,6	0,0	10,6	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	31.478,9	30.019,2	-1.459,7	-4,6%
Urbana	30.605,9	29.633,5	-972,4	-3,2%
Rural	873,0	385,7	-487,3	-55,8%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.931,2	14.186,1	-3.745,1	-20,9%
Concessões e Permissões	7.214,6	2.907,7	-4.306,9	-59,7%
Dividendos e Participações	615,4	124,5	-490,9	-79,8%
Contr. Plano de Seg. Social do Servidor	1.049,1	1.046,6	-2,5	-0,2%
Cota-Parte de Compensações Financeiras	2.808,3	2.676,8	-131,5	-4,7%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.232,3	983,9	-248,5	-20,2%
Contribuição do Salário Educação	1.608,8	2.437,0	828,2	51,5%
Complemento FGTS (LC nº 110/01)	426,7	441,8	15,1	3,5%
Operações com Ativos	84,8	84,4	-0,4	-0,4%
Demais Receitas	2.891,1	3.483,4	592,3	20,5%

Fonte: Tesouro Nacional

Em valores atualizados de setembro de 2018, a receita total do Governo Central apresentou redução de R\$ 3,9 bilhões (3,4%) em relação ao mês anterior, passando de R\$ 115,5 bilhões em agosto de 2018 para R\$ 111,6 bilhões em setembro de 2018. Esta variação resulta do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- redução de R\$ 3,7 bilhões (20,9%) nas receitas não administradas pela RFB devido, principalmente, à diminuição de R\$ 4,3 bilhões na receita de concessões e permissões explicada pelo pagamento em agosto da 15ª rodada de concessão de petróleo e gás;
- aumento de R\$ 1,3 bilhão (2,0%) nas receitas administradas pela RFB principalmente devido ao acréscimo de R\$ 3,2 bilhões (16,0%) no imposto de renda e arrecadação com o ITR no valor de R\$ 947,0 milhões, explicado pelo pagamento em setembro da 1ª cota ou cota única referente ao ano calendário de 2017. Tais fatores foram parcialmente compensados pelo decréscimo de R\$ 2,9 bilhões na Cofins.

19



Transferências do Tesouro Nacional

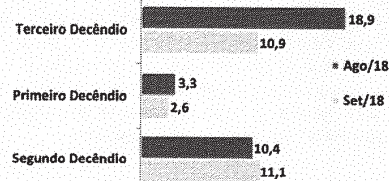
Tabela 3.3 - Transferências por Repartição de Receita - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de set/2018-IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	agosto	setembro	Diferença	% Real
II. Transferência por Repartição de Receita	22.542,2	15.033,4	-7.508,8	-33,3%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	14.884,8	11.283,9	-3.600,9	-24,2%
II.2 Fundos Constitucionais	697,4	773,3	75,9	10,9%
Repasse Total	983,8	671,7	-312,1	-31,7%
Superávit dos Fundos	-286,4	101,6	388,0	-
II.3 Contribuição do Salário Educação	960,7	960,9	0,2	0,0%
II.4 Compensações Financeiras	5.982,0	1.910,5	-4.071,5	-68,1%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	-
II.6 Demais	17,3	104,8	87,5	506,0%

Em setembro de 2018, as transferências por repartição de receita apresentaram decréscimo de R\$ 7,5 bilhões (33,3%), totalizando R\$ 15,0 bilhões, contra R\$ 22,5 bilhões no mês anterior. Esse comportamento decorreu, principalmente, do decréscimo de R\$ 3,6 bilhões no conjunto FPM/FPE/IPI-EE, e do decréscimo de R\$ 4,1 bilhões (68,1%) das compensações financeiras, devido à repartição, em agosto, da arrecadação sazonalmente concentrada em julho dos respectivos tributos.

Gráfico 2. Base de Cálculo Transferências Constitucionais



Despesas do Governo Central

Tabela 3.4 - Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	agosto	setembro	Diferença	% Real
IV. Despesa Total	112.731,1	119.639,0	6.907,9	6,1%
IV.1 Benefícios Previdenciários	49.585,1	61.491,0	11.905,9	24,0%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	37.604,0	49.960,2	12.356,2	32,9%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	11.981,1	11.530,7	-450,3	-3,8%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	23.602,2	22.497,7	-1.104,5	-4,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	15.070,1	13.854,7	-1.215,4	-8,1%
Abono e Seguro Desemprego	5.221,5	3.891,3	-1.330,2	-25,5%
Benefícios de Prest. Continuada LOAS/RMV	4.740,7	4.646,8	-93,9	-2,0%
Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	426,7	441,8	15,1	3,5%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	60,9	1.765,2	1.704,3	-
Desoneração MP 540/11, 563/12 e 582/12	924,3	985,8	61,5	6,7%
FUNDEB (Complem. União)	968,6	963,9	-4,6	-0,5%
Fundo Constitucional DF	133,2	125,0	-8,2	-6,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	133,0	154,5	21,5	16,2%
Subsídios, Subvenções e Proagro	372,4	478,6	106,2	28,5%
FIES	-40,7	12,3	53,0	-
Demais	2.129,5	389,4	-1.740,1	-81,7%
IV.4 Desp. Discricionárias - Todos os Poderes	24.473,7	21.795,6	-2.678,1	-10,9%
Discricionárias Executivo	23.423,7	20.781,2	-2.642,5	-11,3%
PAC	2.701,4	2.300,4	-401,0	-14,8%
d/q MCMV	428,2	650,3	222,1	51,9%
Emissões de TDA	9,6	12,7	3,1	32,5%
Demais	20.712,7	18.468,1	-2.244,6	-10,8%
Discricionárias LEIU/MPU	1.050,0	1.014,4	-35,6	-3,4%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	29.124,2	26.564,3	-2.560,0	-8,8%
Outras Despesas de Custeio	25.375,1	23.223,7	-2.151,4	-8,5%
Outras Despesas de Capital	3.749,1	3.340,6	-408,5	-10,9%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

Em setembro de 2018, a despesa total do Governo Central registrou o valor de R\$ 119,6 bilhões, representando aumento de R\$ 6,9 bilhões (6,1%), em relação a agosto de 2018.

Essa variação é explicada principalmente pelo crescimento de R\$11,9 bilhões (24,0%) em Benefícios Previdenciários. Em agosto, foi paga a primeira parcela do 13º salário para metade dos beneficiários que recebem até um salário mínimo e, em setembro, houve pagamento da primeira parcela do 13º salário para a outra metade dos beneficiários que recebem até um salário mínimo e para aqueles que recebem benefícios superiores.

21



Tabela 3.5 - Demais Despesas Discrecionárias dos Órgãos do Executivo - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	agosto	setembro	Diferença	% Real
Total	20.698,4	18.455,3	-2.243,1	-10,8%
Ministério da Saúde	8.996,3	8.272,6	-723,7	-8,0%
Ministério da Educação	2.985,7	2.858,0	-127,7	-4,3%
Ministério do Desenvolvimento Social	3.274,2	3.046,7	-227,4	-6,9%
Ministério da Defesa	1.463,7	1.253,3	-210,4	-14,4%
Min. da Ciência Tecnologia e Inovação	361,5	395,5	34,0	9,4%
Demais órgãos do Executivo	3.617,1	2.629,3	-987,8	-27,3%

Previdência Social

Tabela 3.6 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2018

R\$ milhões - a preços de set/2018- IPCA

Discriminação	2018		Variação	
	agosto	setembro	Diferença	% Real
I. Arrecadação Líquida	31.478,9	30.019,2	-1.459,7	-4,6%
Arrecadação Bruta	34.785,0	33.399,5	-1.385,6	-4,0%
Contribuição Previdenciária	30.199,9	28.683,9	-1.516,0	-5,0%
Simples/NACIONAL/PAES	3.423,2	3.531,5	108,4	3,2%
Depósitos Judiciais	228,6	188,0	-40,7	-17,8%
Refis	9,1	10,2	1,2	12,9%
Compensação RGPS	924,3	985,8	61,5	6,7%
(-) Restituição/Devolução	-102,3	-66,4	35,9	-35,1%
(-) Transferências a Terceiros	-3.203,8	-3.313,8	-110,0	3,4%
II. Benefícios Previdenciários	49.585,1	61.491,0	11.905,9	24,0%
III. Resultado Primário	-18.106,2	-31.471,8	-13.365,6	73,8%

Em setembro de 2018, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 31,5 bilhões, contra déficit de R\$ 18,1 bilhões no mês anterior.

O aumento do déficit de R\$ 13,4 bilhões (73,8%) se deve ao efeito conjugado do aumento de R\$ 11,9 bilhões nos benefícios previdenciários e pela diminuição de R\$ 1,5 bilhão (4,6%) na arrecadação líquida do RGPS que foi influenciada por alterações na operacionalização da arrecadação da receita previdenciária que passou a ser reclassificada automaticamente a partir deste mês.

A elevação dos benefícios previdenciários é explicada pelo pagamento em setembro da primeira parcela do 13º salário para a segunda metade dos beneficiários que recebem até um salário mínimo e para aqueles que recebem benefícios superiores.



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Setembro	Agosto	Setembro				
I. RECEITA TOTAL	103.934,4	114.948,9	111.616,8	-3.332,2	-2,9%	7.682,4	7,4%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	65.027,4	65.785,3	67.411,4	1.626,1	2,5%	2.384,02	3,7%
I.1.1 Imposto de Importação	2.918,8	3.933,2	3.529,9	-403,3	-10,3%	611,0	20,9%
I.1.2 IPI	4.334,2	4.473,3	4.646,8	173,5	3,9%	312,6	7,2%
I.1.3 Imposto de Renda	20.427,5	20.079,4	23.398,4	3.319,0	16,5%	2.970,9	14,5%
I.1.4 IOF	2.883,4	3.027,8	3.196,5	168,7	5,6%	313,1	10,9%
I.1.5 COFINS	19.412,8	22.738,6	19.988,6	-2.749,9	-12,1%	575,8	3,0%
I.1.6 PIS/PASEP	5.012,8	5.734,1	5.361,1	-373,1	-6,5%	348,3	6,9%
I.1.7 CSLL	4.441,8	5.051,8	5.052,9	1,1	0,0%	611,1	13,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	522,8	206,6	224,7	18,1	8,8%	-298,1	-57,0%
I.1.10 Outras	5.073,3	540,6	2.012,6	1.472,0	272,3%	-3.060,7	-60,3%
I.2 - Incentivos Fiscais	-2,2	-10,5	0,0	10,5	-	2,2	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	30.120,9	31.328,6	30.019,2	-1.309,3	-4,2%	-101,7	-0,3%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.788,3	17.845,6	14.186,1	-3.659,5	-20,5%	5.397,8	61,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	179,4	7.180,2	2.907,7	-4.272,4	-59,5%	2.728,4	-
I.4.2 Dividendos e Participações	110,9	612,5	124,5	-488,0	-79,7%	13,6	12,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.047,6	1.044,1	1.046,6	2,6	0,2%	-1,0	-0,1%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.553,3	2.794,9	2.676,8	-118,1	-4,2%	1.123,5	72,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	900,0	1.226,5	983,9	-242,6	-19,8%	83,9	9,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.602,7	1.601,1	2.437,0	835,9	52,2%	834,3	52,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	873,6	424,7	441,8	17,1	4,0%	-431,8	-49,4%
I.4.8 Operações com Ativos	80,0	84,4	84,4	0,0	0,0%	4,4	5,5%
I.4.9 Demais Receitas	2.440,9	2.877,3	3.483,4	606,1	21,1%	1.042,5	42,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	14.217,6	22.393,0	14.956,6	-7.436,4	-33,2%	739,0	5,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.479,2	14.813,7	11.283,9	-3.529,8	-23,8%	195,24	-1,7%
II.2 Fundos Constitucionais	586,6	652,6	696,5	43,9	6,7%	109,84	18,7%
II.2.1 Repasse Total	628,5	979,1	671,7	-307,4	-0,3	43,2	6,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-41,8	-326,5	24,8	351,3	-	66,6	-
II.3 Contribuição do Salário Educação	950,0	956,1	960,9	4,8	0,5%	10,86	1,1%
II.4 Compensações Financeiras	1.119,2	5.953,4	1.910,5	-4.042,9	-67,9%	791,3	70,7%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-
II.6 Demais	82,6	17,2	104,8	87,6	508,9%	22,22	26,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	89.716,7	92.555,9	96.660,2	4.104,3	4,4%	6.943,4	7,7%
IV. DESPESA TOTAL	112.538,8	112.192,6	119.639,0	7.446,4	6,6%	7.100,2	6,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	58.266,2	49.348,2	61.491,0	12.142,8	24,6%	3.224,74	5,5%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.701,2	23.489,5	22.497,7	-991,8	-4,2%	796,49	3,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	12.688,9	14.998,1	13.854,7	-1.143,4	-7,6%	1.165,8	9,2%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.301,8	5.196,5	3.891,3	-1.305,2	-25,1%	-410,5	-9,5%
IV.3.2 Anistiados	12,6	12,6	12,3	-0,3	-2,5%	-0,3	-2,3%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	48,1	51,1	53,5	2,4	4,6%	5,3	11,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.546,8	4.718,0	4.646,8	-71,2	-1,5%	100,0	2,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	873,6	424,7	441,8	17,1	4,0%	-431,8	-49,4%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	44,4	60,6	1.765,2	1.704,6	-	1.720,8	-
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.083,3	919,9	985,8	66,0	7,2%	-97,5	-9,0%
IV.3.10 Convênios	26,0	0,0	0,0	0,0	-	-26,0	-
IV.3.11 Doações	3,5	0,0	0,0	0,0	-	-3,5	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	110,5	84,6	69,3	-15,3	-18,1%	-41,2	-37,3%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	873,0	963,9	963,9	0,0	0,0%	90,9	10,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	134,7	132,6	125,0	-7,6	-5,7%	-9,7	-7,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	148,8	132,3	154,5	22,2	16,7%	5,8	3,9%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	149,6	370,604	478,6	108,0	29,1%	329,1	220,0%
IV.3.21 Transferências ANA	24,6	27,4	29,5	2,1	7,8%	4,9	19,8%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	69,1	69,2	65,6	-3,6	-5,2%	-3,5	-5,1%
IV.3.23 FIES	76,0	-40,5	12,3	52,8	-	-63,7	-83,8%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	0,0	-1.715,2	-100,0%	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	19.882,4	24.356,8	21.795,6	-2.561,2	-10,5%	1.913,2	9,6%
IV.4.1 PAC	1.620,9	2.688,5	2.300,4	-388,0	-14,4%	679,5	41,9%
d/q MCMV	95,4	426,1	650,3	224,1	52,6%	554,8	581,4%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	9,5	12,7	3,2	33,2%	12,61	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	14,2	12,7	-1,5	-10,5%	12,75	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	17.339,5	20.599,5	18.455,3	-2.144,2	-10,4%	1.115,87	6,4%
IV.4.5 LEIU/MPU	922,0	1.045,0	1.014,4	-30,6	-2,9%	92,44	10,0%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-22.822,1	-19.636,7	-22.978,8	-3.342,1	17,0%	-156,8	0,7%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	189,3	443,3	-	-	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-902,4	-615,2	-	-	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.308,2	-1.041,9	-	-	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-22.226,9	-20.850,5	-	-	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-26.699,2	-49.226,4	-	-	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-48.926,2	-70.076,9	-	-	-	-	-



Tabela 1.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Set/18 - IPCA



Discriminação	2017 Setembro	2018		Diferença Set/18 Ago/18	Variação (%) Set/18 Ago/18	Diferença Set/18 Set/17	Variação (%) Set/18 Set/17
		Agosto	Setembro				
I. RECEITA TOTAL	108.638,4	115.500,6	111.616,8	-3.883,9	-3,4%	2.978,3	2,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	67.970,5	66.101,1	67.411,4	1.310,4	2,0%	-559,1	-0,8%
I.1.1 Imposto de Importação	3.050,9	3.952,1	3.529,9	-422,2	-10,7%	478,9	15,7%
I.1.2 IPI	4.530,4	4.494,8	4.646,8	152,0	3,4%	116,4	2,6%
I.1.3 Imposto de Renda	21.352,0	20.175,7	23.398,4	3.222,7	16,0%	2.046,3	9,6%
I.1.4 IOF	3.013,9	3.042,3	3.196,5	154,2	5,1%	182,6	6,1%
I.1.5 COFINS	20.291,4	22.847,7	19.988,6	-2.859,1	-12,5%	-302,8	-1,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.239,6	5.761,7	5.361,1	-400,6	-7,0%	121,4	2,3%
I.1.7 CSLL	4.642,8	5.076,0	5.052,9	-23,1	-0,5%	410,1	8,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	546,5	207,6	224,7	17,1	8,2%	-321,8	-58,9%
I.1.10 Outras	5.302,9	543,2	2.012,6	1.469,4	270,5%	-3.290,3	-62,0%
I.2 - Incentivos Fiscais	-2,3	-10,6	0,0	10,6	-	2,3	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	31.484,2	31.478,9	30.019,2	-1.459,7	-4,6%	-1.465,0	-4,7%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	9.186,0	17.931,2	14.186,1	-3.745,1	-20,9%	5.000,1	54,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	187,5	7.214,6	2.907,7	-4.306,9	-59,7%	2.720,3	-
I.4.2 Dividendos e Participações	115,9	615,4	124,5	-490,9	-79,8%	8,6	7,4%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.095,0	1.049,1	1.046,6	-2,5	-0,2%	-48,4	-4,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.623,6	2.808,3	2.676,8	-131,5	-4,7%	1.053,2	64,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	940,7	1.232,3	983,9	-248,5	-20,2%	43,1	4,6%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.675,2	1.608,8	2.437,0	828,2	51,5%	761,8	45,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	913,1	426,7	441,8	15,1	3,5%	-471,3	-51,6%
I.4.8 Operações com Ativos	83,6	84,8	84,4	-0,4	-0,4%	0,8	1,0%
I.4.9 Demais Receitas	2.551,4	2.891,1	3.483,4	592,3	20,5%	932,0	36,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	14.861,1	22.500,5	14.956,6	-7.543,9	-33,5%	95,5	0,6%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.998,7	14.884,8	11.283,9	-3.600,9	-24,2%	-714,8	-6,0%
II.2 Fundos Constitucionais	613,2	655,7	696,5	40,8	6,2%	83,3	13,6%
II.2.1 Repasse Total	656,9	983,8	671,7	-312,1	-31,7%	14,8	2,2%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-43,7	-328,1	24,8	352,9	-	68,5	-
II.3 Contribuição do Salário Educação	993,0	960,7	960,9	0,2	0,0%	-32,1	-3,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.169,9	5.982,0	1.910,5	-4.071,5	-68,1%	740,6	63,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais	86,3	17,3	104,8	87,5	506,0%	18,5	21,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	93.777,3	93.000,1	96.660,2	3.660,2	3,9%	2.882,9	3,1%
IV. DESPESA TOTAL	117.632,3	112.731,1	119.639,0	6.907,9	6,1%	2.006,7	1,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	60.903,4	49.585,1	61.491,0	11.905,9	24,0%	587,6	1,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.683,4	23.602,2	22.497,7	-1.104,5	-4,7%	-185,7	-0,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.263,2	15.070,1	13.854,7	-1.215,4	-8,1%	591,5	4,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.496,5	5.221,5	3.891,3	-1.330,2	-25,5%	-605,2	-13,5%
IV.3.2 Anistiados	13,2	12,7	12,3	-0,4	-2,9%	-0,9	-6,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,3	51,3	53,5	2,1	4,1%	3,1	6,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.752,6	4.740,7	4.646,8	-93,9	-2,0%	-105,8	-2,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	913,1	426,7	441,8	15,1	3,5%	-471,3	-51,6%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	46,4	60,9	1.765,2	1.704,3	-	1.718,8	-
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.132,3	924,3	985,8	61,5	6,7%	-146,5	-12,9%
IV.3.10 Convênios	27,1	0,0	0,0	0,0	-	-27,1	-
IV.3.11 Doações	3,6	0,0	0,0	0,0	-	-3,6	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	115,5	85,0	69,3	-15,7	-18,5%	-46,2	-40,0%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	912,5	968,6	963,9	-4,6	-0,5%	51,4	5,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	140,8	133,2	125,0	-8,2	-6,2%	-15,8	-11,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	169,9	159,9	159,2	-0,8	-0,5%	-10,7	-6,3%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	155,5	133,0	154,5	21,5	16,2%	-1,0	-0,6%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	156,3	372,4	478,6	106,2	28,5%	322,3	206,2%
IV.3.21 Transferências ANA	25,8	27,5	29,5	2,0	7,2%	3,8	14,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	72,3	69,5	65,6	-3,9	-5,6%	-6,6	-9,2%
IV.3.23 FIES	79,5	-40,7	12,3	53,0	-	-67,2	-84,5%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.723,5	0,0	-1.723,5	-100,0%	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.782,3	24.473,7	21.795,6	-2.678,1	-10,9%	1.013,3	4,9%
IV.4.1 PAC	1.694,3	2.701,4	2.300,4	-401,0	-14,8%	606,1	35,8%
d/q MCMV	99,7	428,2	650,3	222,1	51,9%	550,5	551,9%
IV.4.2 Emissões de TDA	0,0	9,6	12,7	3,1	32,5%	12,6	-
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	14,3	12,7	-1,6	-10,9%	12,7	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	18.124,3	20.698,4	18.455,3	-2.243,1	-10,8%	331,1	1,8%
IV.4.5 LEIU/MPU	963,7	1.050,0	1.014,4	-35,6	-3,4%	50,7	5,3%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-23.855,0	-19.731,0	-22.978,8	-3.247,9	16,5%	876,1	-3,7%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	197,9	445,5	-	-	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	-943,2	-618,2	-	-	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	1.367,4	-1.046,9	-	-	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-23.232,9	-20.950,6	-	-	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-27.907,6	-49.462,7	-	-	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-51.140,6	-70.413,3	-	-	-	-	-



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Set	Jan-Set		
I. RECEITA TOTAL	986.395,3	1.083.402,0	97.006,7	9,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	611.869,0	673.908,5	62.039,6	10,1%
I.1.1 Imposto de Importação	23.576,8	30.517,9	6.941,1	29,4%
I.1.2 IPI	33.120,7	40.925,9	7.805,3	23,6%
I.1.3 Imposto de Renda	254.423,6	268.100,4	13.676,7	5,4%
I.1.4 IOF	25.733,2	27.184,7	1.451,5	5,6%
I.1.5 COFINS	155.431,4	184.372,8	28.941,5	18,6%
I.1.6 PIS/PASEP	41.716,5	48.901,1	7.184,6	17,2%
I.1.7 CSLL	54.139,7	60.633,8	6.494,2	12,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.362,9	3.214,1	-1.148,8	-26,3%
I.1.10 Outras	19.364,3	10.057,8	-9.306,5	-48,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	-19,6	-12,2	7,5	-38,1%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	264.825,8	273.710,2	8.884,4	3,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	109.720,1	135.795,4	26.075,3	23,8%
I.4.1 Concessões e Permissões	4.962,5	13.144,1	8.181,6	164,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.749,8	6.389,7	1.639,9	34,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	9.445,7	9.564,7	119,0	1,3%
I.4.4 CotaParte de Compensações Financeiras	26.410,1	41.974,2	15.564,1	58,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	9.964,9	10.904,2	939,3	9,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	15.292,2	16.483,6	1.191,4	7,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.952,8	3.854,7	-98,1	-2,5%
I.4.8 Operações com Ativos	778,5	823,6	45,1	5,8%
I.4.9 Demais Receitas	34.163,6	32.656,5	-1.507,1	-4,4%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	168.312,4	186.717,2	18.404,8	10,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	135.016,1	144.360,7	9.344,6	6,9%
II.2 Fundos Constitucionais	5.942,7	6.099,6	157,0	2,6%
II.2.1 Repasse Total	8.555,0	9.218,0	663,0	7,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.612,3	-3.118,4	-506,0	19,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	9.146,0	9.409,2	263,3	2,9%
II.4 Compensações Financeiras	16.514,4	25.243,9	8.729,5	52,9%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.254,5	1.169,2	-85,3	-6,8%
II.6 Demais	438,7	434,5	-4,2	-1,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	818.082,9	896.684,8	78.601,9	9,6%
IV. DESPESA TOTAL	927.649,2	982.297,2	54.648,0	5,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	406.243,8	428.825,2	22.581,5	5,6%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	207.630,3	216.848,9	9.218,5	4,4%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	143.796,7	144.832,8	1.036,1	0,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	41.540,4	40.913,5	-626,9	-1,5%
IV.3.2 Anistiados	136,7	126,6	-10,1	-7,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	431,4	452,8	21,4	5,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	40.271,5	41.982,6	1.711,1	4,2%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.952,8	3.854,7	-98,1	-2,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	574,0	2.029,7	1.455,8	253,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.389,6	10.672,9	-716,7	-6,3%
IV.3.10 Convênios	154,4	0,0	-154,4	-
IV.3.11 Doações	46,2	0,0	-46,2	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	674,1	596,5	-77,6	-11,5%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	10.418,3	10.922,9	504,6	4,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.081,5	1.100,9	19,3	1,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.462,5	1.432,5	-30,0	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.216,9	13.371,8	3.154,8	30,9%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.518,0	12.751,8	-4.766,2	-27,2%
IV.3.21 Transferências ANA	209,4	219,1	9,7	4,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	663,2	641,9	-21,3	-3,2%
IV.3.23 FIES	3.055,8	2.047,3	-1.008,5	-33,0%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	169.978,4	191.790,3	21.811,9	12,8%
IV.4.1 PAC	15.766,6	16.063,4	296,8	1,9%
d/q MCMV	1.968,3	2.429,9	461,6	23,5%
IV.4.2 Emissões de TDA	29,7	37,9	8,2	27,7%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	157,6	157,6	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	146.174,7	166.543,8	20.369,1	13,9%
IV.4.5 LEJU/MPU	8.007,4	8.987,6	980,2	12,2%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	4.021,0	4.021,0	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-109.566,3	-81.591,4	27.974,9	-25,5%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	3.259,1			
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	5.638,9			
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-206,6			
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-100.874,9			
X. JUROS NOMINAIS	-259.157,6			
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-360.032,5			



Tabela 1.2. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Set/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Set	Jan-Set		
I. RECEITA TOTAL	1.037.447,5	1.101.264,8	63.817,3	6,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	643.650,2	685.335,9	41.685,7	6,5%
I.1.1 Imposto de Importação	24.784,9	30.976,3	6.191,4	25,0%
I.1.2 IPI	34.820,0	41.587,2	6.767,2	19,4%
I.1.3 Imposto de Renda	267.761,8	272.912,3	5.150,5	1,9%
I.1.4 IOF	27.059,0	27.609,4	550,4	2,0%
I.1.5 COFINS	163.429,5	187.314,1	23.884,6	14,6%
I.1.6 PIS/PASEP	43.867,5	49.690,9	5.823,5	13,3%
I.1.7 CSLL	57.014,7	61.747,4	4.732,7	8,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.587,1	3.274,5	-1.312,6	-28,6%
I.1.10 Outras	20.325,8	10.223,8	-10.102,0	-49,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	-20,6	-12,2	8,4	-40,7%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	278.439,0	278.049,4	-389,5	-0,1%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	115.379,0	137.891,7	22.512,7	19,5%
I.4.1 Concessões e Permissões	5.211,5	13.224,8	8.013,3	153,8%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.995,8	6.507,4	1.511,7	30,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	9.932,1	9.717,5	-214,6	-2,2%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	27.799,7	42.647,7	14.848,0	53,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	10.478,2	11.073,4	595,3	5,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	16.089,8	16.751,5	661,7	4,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.913,8	-236,9	-5,7%
I.4.8 Operações com Ativos	818,7	836,6	17,9	2,2%
I.4.9 Demais Receitas	35.902,5	33.218,9	-2.683,6	-7,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	177.029,8	189.818,4	12.788,6	7,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	142.013,6	146.789,8	4.776,2	3,4%
II.2 Fundos Constitucionais	6.249,8	6.196,9	-52,9	-0,8%
II.2.1 Repasse Total	8.999,9	9.378,0	378,1	4,2%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.750,1	-3.181,1	-431,0	15,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	9.620,6	9.568,2	-52,4	-0,5%
II.4 Compensações Financeiras	17.361,7	25.628,7	8.267,0	47,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.321,9	1.192,5	-129,4	-9,8%
II.6 Demais	462,2	442,4	-19,8	-4,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	860.417,7	911.446,4	51.028,7	5,9%
IV. DESPESA TOTAL	975.305,5	997.608,6	22.303,0	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	427.023,3	435.373,2	8.349,8	2,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	218.326,2	220.299,1	1.972,9	0,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	151.292,2	147.284,4	-4.007,8	-2,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	43.704,2	41.602,2	-2.102,0	-4,8%
IV.3.2 Anistiados	143,8	128,6	-15,2	-10,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	453,6	459,8	6,2	1,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	42.343,9	42.650,9	307,0	0,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.908,3	-242,4	-5,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	604,0	2.034,1	1.430,1	236,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.978,0	10.855,8	-1.122,2	-9,4%
IV.3.10 Convênios	162,2	0,0	-162,2	-
IV.3.11 Doações	48,5	0,0	-48,5	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	707,5	604,2	-103,4	-14,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	10.969,0	11.127,9	158,9	1,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.137,2	1.117,2	-20,0	-1,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.537,9	1.455,4	-82,5	-5,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.740,3	13.681,6	2.941,3	27,4%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	18.473,6	12.979,2	-5.494,5	-29,7%
IV.3.21 Transferências ANA	220,0	222,5	2,6	1,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	697,3	653,4	-43,9	-6,3%
IV.3.23 FIES	3.220,4	2.080,0	-1.140,4	-35,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.723,5	1.723,5	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	178.663,8	194.651,9	15.988,1	8,9%
IV.4.1 PAC	16.564,7	16.277,5	-287,2	-1,7%
d/q MCMV	2.067,9	2.452,6	384,7	18,6%
IV.4.2 Emissões de TDA	31,2	38,3	7,1	22,8%
IV.4.3 Doações e Convênios	0,0	160,3	160,3	-
IV.4.4 Demais Poder Executivo	153.652,1	169.048,2	15.396,2	10,0%
IV.4.5 LEJU/MPU	8.415,8	9.127,5	711,7	8,5%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL	0,0	4.094,4	4.094,4	-
VI. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL	-114.887,8	-82.067,7	32.820,0	-28,6%
VII.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU	3.425,0	-	-	-
VII.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA	5.977,6	-	-	-
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-221,6	-	-	-
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)	-105.706,8	-	-	-
X. JUROS NOMINAIS	-272.495,3	-	-	-
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)	-378.202,1	-	-	-



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Setembro	Agosto	Setembro				
I. RECEITA TOTAL	103.934,4	114.948,9	111.616,8	-3.332,2	-2,9%	7.682,4	7,4%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	65.027,4	65.785,3	67.411,4	1.626,1	2,5%	2.384,0	3,7%
I.1.1 Imposto de Importação	2.918,8	3.933,2	3.529,9	-403,3	-10,3%	611,0	20,9%
I.1.2 IPI	4.334,2	4.473,3	4.646,8	173,5	3,9%	312,6	7,2%
I.1.2.1 IPI - Fumo	495,4	443,7	436,5	-7,2	-1,6%	-59,0	-11,9%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	234,4	169,0	153,2	-15,8	-9,4%	-81,2	-34,6%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	449,2	531,5	476,0	-55,5	-10,4%	26,9	6,0%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	1.246,4	1.832,5	1.651,8	-180,7	-9,9%	405,4	32,5%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.908,9	1.496,7	1.929,4	432,7	28,9%	20,5	1,1%
I.1.3 Imposto de Renda	20.427,5	20.079,4	23.398,4	3.319,0	16,5%	2.970,9	14,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.492,1	2.654,0	2.755,7	101,8	3,8%	263,7	10,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	5.566,8	2.694,9	7.638,5	4.943,5	183,4%	2.071,7	37,2%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	12.368,6	14.730,5	13.004,2	-1.726,3	-11,7%	635,5	5,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.640,7	6.824,1	6.466,3	-357,8	-5,2%	825,6	14,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.892,6	3.536,2	3.353,5	-182,7	-5,2%	-539,1	-13,8%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.840,9	3.131,5	2.174,0	-957,5	-30,6%	333,1	18,1%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	994,5	1.238,6	1.010,4	-228,2	-18,4%	15,9	1,6%
I.1.4 IOF	2.883,4	3.027,8	3.196,5	168,7	5,6%	313,1	10,9%
I.1.5 Cofins	19.412,8	22.738,6	19.988,6	-2.749,9	-12,1%	575,8	3,0%
I.1.6 PIS/PASEP	5.012,8	5.734,1	5.361,1	-373,1	-6,5%	348,3	6,9%
I.1.7 CSLL	4.441,8	5.051,8	5.052,9	1,1	0,0%	611,1	13,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	522,8	206,6	224,7	18,1	8,8%	-298,1	-57,0%
I.1.10 Outras	5.073,3	540,6	2.012,6	1.472,0	272,3%	-3.060,7	-60,3%
I.2 - Incentivos Fiscais	-2,2	-10,5	0,0	10,5	-	2,2	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	30.120,9	31.328,6	30.019,2	-1.309,3	-4,2%	-101,7	-0,3%
I.3.1 Urbana	29.262,4	30.459,7	29.633,5	-826,2	-2,7%	371,1	1,3%
I.3.2 Rural	858,6	868,9	385,7	-483,1	-55,6%	-472,8	-55,1%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	8.788,3	17.845,6	14.186,1	-3.659,5	-20,5%	5.397,8	61,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	179,4	7.180,2	2.907,7	-4.272,4	-59,5%	2.728,4	-
I.4.2 Dividendos e Participações	110,9	612,5	124,5	-488,0	-79,7%	13,6	12,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.047,6	1.044,1	1.046,6	2,6	0,2%	-1,0	-0,1%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.553,3	2.794,9	2.676,8	-118,1	-4,2%	1.123,5	72,3%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	900,0	1.226,5	983,9	-242,6	-19,8%	83,9	9,3%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.602,7	1.601,1	2.437,0	835,9	52,2%	834,3	52,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	873,6	424,7	441,8	17,1	4,0%	-431,8	-49,4%
I.4.8 Operações com Ativos	80,0	84,4	84,4	0,0	0,0%	4,4	5,5%
I.4.9 Demais Receitas	2.440,9	2.877,3	3.483,4	606,1	21,1%	1.042,5	42,7%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	14.217,6	22.393,0	14.956,6	-7.436,4	-33,2%	739,0	5,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.479,2	14.813,7	11.283,9	-3.529,8	-23,8%	-195,2	-1,7%
II.2 Fundos Constitucionais	586,6	652,6	696,5	43,9	6,7%	109,8	18,7%
II.2.1 Repasse Total	628,5	979,1	671,7	-307,4	-31,4%	43,2	6,9%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-41,8	-326,5	24,8	351,3	-	66,6	-
II.3 Contribuição do Salário Educação	950,0	956,1	960,9	4,8	0,5%	10,9	1,1%
II.4 Compensações Financeiras	1.119,2	5.953,4	1.910,5	-4.042,9	-67,9%	791,3	70,7%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais	82,6	17,2	104,8	87,6	508,9%	22,2	26,9%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	89.716,7	92.555,9	96.660,2	4.104,3	4,4%	6.943,4	7,7%



Tabela 2.1. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Set/18 - IPCA



Discriminação	2017 Setembro	2018		Diferença Set/18 Ago/18	Variação (%) Set/18 Ago/18	Diferença Set/18 Set/17	Variação (%) Set/18 Set/17
		Agosto	Setembro				
I. RECEITA TOTAL	108.638,4	115.500,6	111.616,8	-3.883,9	-3,4%	2.978,3	2,7%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	67.970,5	66.101,1	67.411,4	1.310,4	2,0%	-559,1	-0,8%
I.1.1 Imposto de Importação	3.050,9	3.952,1	3.529,9	-422,2	-10,7%	478,9	15,7%
I.1.2 IPI	4.530,4	4.494,8	4.646,8	152,0	3,4%	116,4	2,6%
I.1.2.1 IPI - Fumo	517,9	445,8	436,5	-9,3	-2,1%	-81,4	-15,7%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	245,0	169,8	153,2	-16,6	-9,8%	-91,8	-37,5%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	469,5	534,0	476,0	-58,0	-10,9%	6,5	1,4%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à Importação	1.302,8	1.841,3	1.651,8	-189,5	-10,3%	349,0	26,8%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.995,3	1.503,9	1.929,4	425,5	28,3%	-65,9	-3,3%
I.1.3 Imposto de Renda	21.352,0	20.175,7	23.398,4	3.222,7	16,0%	2.046,3	9,6%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.604,9	2.666,7	2.755,7	89,1	3,3%	150,9	5,8%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	5.818,7	2.707,9	7.638,5	4.930,6	182,1%	1.819,7	31,3%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	12.928,4	14.801,2	13.004,2	-1.797,0	-12,1%	75,7	0,6%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	5.896,0	6.856,9	6.466,3	-390,6	-5,7%	570,3	9,7%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	4.068,8	3.553,2	3.353,5	-199,7	-5,6%	-715,3	-17,6%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.924,2	3.146,6	2.174,0	-972,6	-30,9%	249,8	13,0%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.039,5	1.244,5	1.010,4	-234,1	-18,8%	-29,1	-2,8%
I.1.4 IOF	3.013,9	3.042,3	3.196,5	154,2	5,1%	182,6	6,1%
I.1.5 Cofins	20.291,4	22.847,7	19.988,6	-2.859,1	-12,5%	-302,8	-1,5%
I.1.6 PIS/PASEP	5.239,6	5.761,7	5.361,1	-400,6	-7,0%	121,4	2,3%
I.1.7 CSLL	4.642,8	5.076,0	5.052,9	-23,1	-0,5%	410,1	8,8%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	546,5	207,6	224,7	17,1	8,2%	-321,8	-58,9%
I.1.10 Outras	5.302,9	543,2	2.012,6	1.469,4	270,5%	-3.290,3	-62,0%
I.2 - Incentivos Fiscais	-2,3	-10,6	0,0	10,6	-	2,3	-
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGP5	31.484,2	31.478,9	30.019,2	-1.459,7	-4,6%	-1.465,0	-4,7%
I.3.1 Urbana	30.586,8	30.605,9	29.633,5	-972,4	-3,2%	-953,3	-3,1%
I.3.2 Rural	897,4	873,0	385,7	-487,3	-55,8%	-511,7	-57,0%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	9.186,0	17.931,2	14.186,1	-3.745,1	-20,9%	5.000,1	54,4%
I.4.1 Concessões e Permissões	187,5	7.214,6	2.907,7	-4.306,9	-59,7%	2.720,3	-
I.4.2 Dividendos e Participações	115,9	615,4	124,5	-490,9	-79,8%	8,6	7,4%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.095,0	1.049,1	1.046,6	-2,5	-0,2%	-48,4	-4,4%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	1.623,6	2.808,3	2.676,8	-131,5	-4,7%	1.053,2	64,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	940,7	1.232,3	983,9	-248,5	-20,2%	43,1	4,6%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.675,2	1.608,8	2.437,0	828,2	51,5%	761,8	45,5%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	913,1	426,7	441,8	15,1	3,5%	-471,3	-51,6%
I.4.8 Operações com Ativos	83,6	84,8	84,4	-0,4	-0,4%	0,8	1,0%
I.4.9 Demais Receitas	2.551,4	2.891,1	3.483,4	592,3	20,5%	932,0	36,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	14.861,1	22.500,5	14.956,6	-7.543,9	-33,5%	95,5	0,6%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.998,7	14.884,8	11.283,9	-3.600,9	-24,2%	-714,8	-6,0%
II.2 Fundos Constitucionais	613,2	655,7	696,5	40,8	6,2%	83,3	13,6%
II.2.1 Repasse Total	656,9	983,8	671,7	-312,1	-31,7%	14,8	2,2%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-43,7	-328,1	24,8	352,9	-	68,5	-
II.3 Contribuição do Salário Educação	993,0	960,7	960,9	0,2	0,0%	-32,1	-3,2%
II.4 Compensações Financeiras	1.169,9	5.982,0	1.910,5	-4.071,5	-68,1%	740,6	63,3%
II.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.6 Demais	86,3	17,3	104,8	87,5	506,0%	18,5	21,4%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	93.777,3	93.000,1	96.660,2	3.660,0	3,9%	2.882,9	3,1%



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Set	Jan-Set	Jan-Set/18 Jan-Set/17	
I. RECEITA TOTAL	986.395,3	1.083.402,0	97.006,7	9,8%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	611.869,0	673.908,5	62.039,6	10,1%
I.1.1 Imposto de Importação	23.576,8	30.517,9	6.941,1	29,4%
I.1.2 IPI	33.120,7	40.925,9	7.805,3	23,6%
I.1.2.1 IPI - Fumo	3.900,7	3.924,5	23,7	0,6%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.030,4	1.821,3	-209,1	-10,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.286,6	3.797,3	510,7	15,5%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	10.004,6	13.314,0	3.309,4	33,1%
I.1.2.5 IPI - Outros	13.898,3	18.068,8	4.170,5	30,0%
I.1.3 Imposto de Renda	254.423,6	268.100,4	13.676,7	5,4%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	26.649,3	28.236,6	1.587,3	6,0%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	89.873,3	97.379,6	7.506,3	8,4%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	137.901,0	142.484,2	4.583,2	3,3%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	69.486,0	73.399,0	3.912,9	5,6%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	41.262,3	36.264,3	-4.997,9	-12,1%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	19.161,0	23.289,2	4.128,2	21,5%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	7.991,7	9.531,7	1.540,0	19,3%
I.1.4 IOF	25.733,2	27.184,7	1.451,5	5,6%
I.1.5 Cofins	155.431,4	184.372,8	28.941,5	18,6%
I.1.6 PIS/PASEP	41.716,5	48.901,1	7.184,6	17,2%
I.1.7 CSLL	54.139,7	60.633,8	6.494,2	12,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.362,9	3.214,1	-1.148,8	-26,3%
I.1.10 Outras	19.364,3	10.057,8	-9.306,5	-48,1%
I.2 - Incentivos Fiscais	-19,6	-12,2	7,5	-38,1%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	264.825,8	273.710,2	8.884,4	3,4%
I.3.1 Urbana	258.129,3	266.619,5	8.490,2	3,3%
I.3.2 Rural	6.696,5	7.090,8	394,3	5,9%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	109.720,1	135.795,4	26.075,3	23,8%
I.4.1 Concessões e Permissões	4.962,5	13.144,1	8.181,6	164,9%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.749,8	6.389,7	1.639,9	34,5%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	9.445,7	9.564,7	119,0	1,3%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	26.410,1	41.974,2	15.564,1	58,9%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	9.964,9	10.904,2	939,3	9,4%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	15.292,2	16.483,6	1.191,4	7,8%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	3.952,8	3.854,7	-98,1	-2,5%
I.4.8 Operações com Ativos	778,5	823,6	45,1	5,8%
I.4.9 Demais Receitas	34.163,6	32.656,5	-1.507,1	-4,4%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	168.312,4	186.717,2	18.404,8	10,9%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	135.016,1	144.360,7	9.344,6	6,9%
II.2 Fundos Constitucionais	5.942,7	6.099,6	157,0	2,6%
II.2.1 Repasse Total	8.555,0	9.218,0	663,0	7,8%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.612,3	-3.118,4	-506,0	19,4%
II.3 Contribuição do Salário Educação	9.146,0	9.409,2	263,3	2,9%
II.4 Compensações Financeiras	16.514,4	25.243,9	8.729,5	52,9%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.254,5	1.169,2	-85,3	-6,8%
II.6 Demais	438,7	434,5	-4,2	-1,0%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	818.082,9	896.684,8	78.601,9	9,6%



Tabela 2.2. Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Set/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Set	2018 Jan-Set	Diferença Jan-Set/18 Jan-Set/17	Variação (%)
I. RECEITA TOTAL	1.037.447,5	1.101.264,8	63.817,3	6,2%
I.1 - Receita Administrada pela RFB	643.650,2	685.335,9	41.685,7	6,5%
I.1.1 Imposto de Importação	24.784,9	30.976,3	6.191,4	25,0%
I.1.2 IPI	34.820,0	41.587,2	6.767,2	19,4%
I.1.2.1 IPI - Fumo	4.099,2	3.989,0	-110,3	-2,7%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.136,2	1.854,0	-282,2	-13,2%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.454,8	3.854,6	399,8	11,6%
I.1.2.4 IPI - Vinculado à importação	10.516,8	13.507,7	2.990,9	28,4%
I.1.2.5 IPI - Outros	14.612,9	18.381,9	3.769,0	25,8%
I.1.3 Imposto de Renda	267.761,8	272.912,3	5.150,5	1,9%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	28.016,9	28.694,9	678,1	2,4%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	94.648,0	99.230,4	4.582,4	4,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	145.096,9	144.987,0	-109,9	-0,1%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	73.130,4	74.808,2	1.677,8	2,3%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	43.402,2	36.829,3	-6.572,9	-15,1%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	20.160,7	23.667,6	3.506,9	17,4%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	8.403,6	9.681,9	1.278,3	15,2%
I.1.4 IOF	27.059,0	27.609,4	550,4	2,0%
I.1.5 Cofins	163.429,5	187.314,1	23.884,6	14,6%
I.1.6 PIS/PASEP	43.867,5	49.690,9	5.823,5	13,3%
I.1.7 CSLL	57.014,7	61.747,4	4.732,7	8,3%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.587,1	3.274,5	-1.312,6	-28,6%
I.1.10 Outras	20.325,8	10.223,8	-10.102,0	-49,7%
I.2 - Incentivos Fiscais	-20,6	-12,2	8,4	-40,7%
I.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	278.439,0	278.049,4	-389,5	-0,1%
I.3.1 Urbana	271.401,4	270.840,9	-560,5	-0,2%
I.3.2 Rural	7.037,6	7.208,5	170,9	2,4%
I.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	115.379,0	137.891,7	22.512,7	19,5%
I.4.1 Concessões e Permissões	5.211,5	13.224,8	8.013,3	153,8%
I.4.2 Dividendos e Participações	4.995,8	6.507,4	1.511,7	30,3%
I.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	9.932,1	9.717,5	-214,6	-2,2%
I.4.4 Cota-Parte de Compensações Financeiras	27.799,7	42.647,7	14.848,0	53,4%
I.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	10.478,2	11.073,4	595,3	5,7%
I.4.6 Contribuição do Salário Educação	16.089,8	16.751,5	661,7	4,1%
I.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.913,8	-236,9	-5,7%
I.4.8 Operações com Ativos	818,7	836,6	17,9	2,2%
I.4.9 Demais Receitas	35.902,5	33.218,9	-2.683,6	-7,5%
II. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	177.029,8	189.818,4	12.788,6	7,2%
II.1 FPM / FPE / IPI-EE	142.013,6	146.789,8	4.776,2	3,4%
II.2 Fundos Constitucionais	6.249,8	6.196,9	-52,9	-0,8%
II.2.1 Repasse Total	8.999,9	9.378,0	378,1	4,2%
II.2.2 Superávit dos Fundos	-2.750,1	-3.181,1	-431,0	15,7%
II.3 Contribuição do Salário Educação	9.620,6	9.568,2	-52,4	-0,5%
II.4 Compensações Financeiras	17.361,7	25.628,7	8.267,0	47,6%
II.5 CIDE - Combustíveis	1.321,9	1.192,5	-129,4	-9,8%
II.6 Demais	462,2	442,4	-19,8	-4,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	860.417,7	911.446,4	51.028,7	5,9%



Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Setembro	Agosto	Setembro	Set/18	Ago/18	Set/18	Set/17
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	110,9	612,5	124,5	-488,0	-79,7%	13,6	12,3%
Banco do Brasil	110,9	392,0	124,3	-267,7	-68,3%	13,4	12,1%
BNB	0,0	29,7	0,0	-29,7	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	187,0	0,0	-187,0	-	0,0	-
Demais	0,0	3,8	0,2	-3,6	-94,1%	0,2	-

Tabela 3.1. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Set/18 - IPCA

Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Setembro	Agosto	Setembro	Set/18	Ago/18	Set/18	Set/17
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	115,9	615,4	124,5	-490,9	-79,8%	8,6	7,4%
Banco do Brasil	115,9	393,8	124,3	-269,6	-68,4%	8,4	7,2%
BNB	0,0	29,8	0,0	-29,8	-	0,0	-
BNDES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Caixa	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Correios	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IRB	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Petrobras	0,0	187,9	0,0	-187,9	-	0,0	-
Demais	0,0	3,8	0,2	-3,6	-94,1%	0,2	-



Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017 Jan-Set	2018 Jan-Set	Diferença Jan-Set/18 Jan-Set/17	Variação (%)
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	4.749,8	6.389,7	1.639,9	34,5%
Banco do Brasil	930,4	1.415,3	484,8	52,1%
BNB	100,9	78,5	-22,4	-22,2%
BNDES	3.412,4	1.500,0	-1.912,4	-56,0%
Caixa	0,0	2.804,3	2.804,3	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	52,6	59,9	7,3	13,8%
Petrobras	0,0	374,0	374,0	-
Demais	253,4	157,7	-95,7	-37,8%

Tabela 3.2. Dividendos e Participações Pagos à União - Brasil - Acumulado no Ano

R\$ Milhões - Valores de Set/18 - IPCA

Discriminação	2017 Jan-Set	2018 Jan-Set	Diferença Jan-Set/18 Jan-Set/17	Variação (%)
DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES	4.995,8	6.507,4	1.511,7	30,3%
Banco do Brasil	975,9	1.436,6	460,7	47,2%
BNB	106,0	79,8	-26,2	-24,7%
BNDES	3.591,6	1.529,9	-2.061,7	-57,4%
Caixa	0,0	2.860,1	2.860,1	-
Correios	0,0	0,0	0,0	-
Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-
IRB	55,4	61,3	5,9	10,7%
Petrobras	0,0	378,7	378,7	-
Demais	266,9	161,0	-105,9	-39,7%



Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Setembro	Agosto	Setembro	Set/18	Ago/18	Set/18	Set/17
IV. DESPESA TOTAL	112.538,8	112.192,6	119.639,0	7.446,4	6,6%	7.100,2	6,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	58.266,2	49.348,2	61.491,0	12.142,8	24,6%	3.224,7	5,5%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	47.064,1	37.424,4	49.960,2	12.535,9	33,5%	2.896,1	6,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	747,7	722,7	855,7	133,0	18,4%	108,0	14,4%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	11.202,1	11.923,8	11.530,7	-393,1	-3,3%	328,6	2,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	178,6	231,5	198,7	-32,8	-14,2%	20,1	11,2%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.701,2	23.489,5	22.497,7	-991,8	-4,2%	796,5	3,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	374,6	1.136,5	156,2	-980,3	-86,3%	-218,3	-58,3%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	12.688,9	14.998,1	13.854,7	-1.143,4	-7,6%	1.165,8	9,2%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.301,8	5.196,5	3.891,3	-1.305,2	-25,1%	-410,5	-9,5%
Abono	1.250,0	2.081,5	1.183,7	-897,8	-43,1%	-66,4	-5,3%
Seguro Desemprego	3.051,8	3.115,1	2.707,6	-407,5	-13,1%	-344,1	-11,3%
d/q Seguro Defeso	28,1	58,4	52,6	-5,8	-10,0%	24,4	86,9%
IV.3.2 Anistiados	12,6	12,6	12,3	-0,3	-2,5%	-0,3	-2,3%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	48,1	51,1	53,5	2,4	4,6%	5,3	11,1%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.546,8	4.718,0	4.646,8	-71,2	-1,5%	100,0	2,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	99,3	81,3	106,0	24,6	30,3%	6,7	6,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	873,6	424,7	441,8	17,1	4,0%	-431,8	-49,4%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	44,4	60,6	1.765,2	1.704,6	-	1.720,8	-
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.083,3	919,9	985,8	66,0	7,2%	-97,5	-9,0%
IV.3.10 Convênios	26,0	0,0	0,0	0,0	-	-26,0	-
IV.3.11 Doações	3,5	0,0	0,0	0,0	-	-3,5	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	110,5	84,6	69,3	-15,3	-18,1%	-41,2	-37,3%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	873,0	963,9	963,9	0,0	0,0%	90,9	10,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	134,7	132,6	125,0	-7,6	-5,7%	-9,7	-7,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	148,8	132,3	154,5	22,2	16,7%	5,8	3,9%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	149,6	370,6	478,6	108,0	29,1%	329,1	220,0%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	149,6	370,6	447,1	76,5	20,6%	297,6	199,0%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	8,9	5,5	8,0	2,5	44,6%	-0,9	-10,4%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	3,3	0,9	0,5	-0,3	-36,2%	-2,8	-83,4%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	76,3	76,7	90,7	14,1	18,3%	14,4	18,9%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	41,9	25,1	24,7	-0,4	-1,7%	-17,2	-41,1%
Garantia à Sustentação de Preços	34,4	51,6	66,0	14,5	28,1%	31,7	92,1%
IV.3.20.1.4 Pronaf	5,0	57,4	31,7	-25,7	-44,7%	26,7	538,2%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	12,0	47,4	36,7	-10,7	-22,7%	24,6	204,8%
Concessão de Financiamento	-7,1	10,0	-5,0	-14,9	-	2,1	-29,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	34,9	21,6	-67,5	-89,1	-	-102,4	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	52,1	85,3	86,9	1,7	1,9%	34,8	66,9%
Concessão de Financiamento	-17,2	-63,7	-154,4	-90,7	142,5%	-137,2	799,2%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	145,7	35,5	-110,2	-75,6%	35,5	-
IV.3.20.1.7 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	12,2	60,1	61,1	1,0	1,6%	48,8	398,5%
IV.3.20.1.12 Funcafé	6,8	3,1	7,1	4,0	129,0%	0,3	4,4%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,2	1,4	1,4	0,0	-2,5%	-0,8	-37,3%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	106,0	106,0	-	106,0	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,8	0,8	-	0,8	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	171,8	171,8	-	171,8	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-1,7	0,0	1,7	-98,6%	0,0	-
IV.3.20.2 Proagro	0,0	0,0	31,5	31,5	-	31,5	-
IV.3.20.3 PNAFE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	24,6	27,4	29,5	2,1	7,8%	4,9	19,8%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	69,1	69,2	65,6	-3,6	-5,2%	-3,5	-5,1%
IV.3.23 FIES	76,0	-40,5	12,3	52,8	-	-63,7	-83,8%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	0,0	-1.715,2	-100,0%	0,0	-
IV.4 Despesas Discrecionárias - Todos os Poderes	19.882,4	24.356,8	21.795,6	-2.561,2	-10,5%	1.913,2	9,6%
IV.4.1 Discrecionárias Executiva	18.960,5	23.311,8	20.781,2	-2.530,6	-10,9%	1.820,7	9,6%
IV.4.1.1 PAC	1.620,9	2.688,5	2.300,4	-388,0	-14,4%	679,5	41,9%
d/q MCMV	95,4	426,1	650,3	224,1	52,6%	554,8	581,4%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	14,2	12,7	-1,5	-10,5%	12,7	-
IV.4.1.3 Demais	17.339,5	20.599,5	18.455,3	-2.144,2	-10,4%	1.115,9	6,4%
Min. da Saúde	8.301,7	8.953,3	8.272,6	-680,7	-7,6%	-29,1	-0,4%
Min. da Des. Social	2.675,8	3.258,5	3.046,7	-211,8	-6,5%	370,9	13,9%
Min. da Educação	2.920,6	2.971,4	2.858,0	-113,4	-3,8%	-62,6	-2,1%
Demais	3.441,4	5.416,3	4.278,0	-1.138,3	-21,0%	836,6	24,3%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	9,5	12,7	3,2	33,2%	12,6	-
IV.4.2 LEIU/MPU	922,0	1.045,0	1.014,4	-30,6	-2,9%	92,4	10,0%
Legislativo	135,1	141,6	123,3	-18,3	-13,0%	-11,8	-8,8%
Judiciário	618,3	726,3	739,2	10,9	1,5%	120,9	19,6%
Demais	168,6	175,1	151,9	-23,2	-13,2%	-16,6	-9,9%



Tabela 4.1. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores de Set/18 - IPCA



Discriminação	2017	2018		Diferença Set/18 Ago/18	Variação (%) Set/18 Ago/18	Diferença Set/18 Set/17	Variação (%) Set/18 Set/17
	Setembro	Agosto	Setembro				
IV. DESPESA TOTAL	117.632,3	112.731,1	119.639,0	6.907,9	6,1%	2.006,7	1,7%
IV.1 Benefícios Previdenciários	60.903,4	49.585,1	61.491,0	11.905,9	24,0%	587,6	1,0%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	49.194,2	37.604,0	49.960,2	12.356,2	32,9%	766,0	1,6%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	781,6	726,1	855,7	129,5	17,8%	74,1	9,5%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	11.709,1	11.981,1	11.530,7	-450,3	-3,8%	-178,4	-1,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	186,7	232,6	198,7	-33,9	-14,6%	12,0	6,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	22.683,4	23.602,2	22.487,7	-1.104,5	-4,7%	-185,7	-0,8%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	391,5	1.141,9	156,2	-985,7	-86,3%	-235,3	-60,1%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.263,2	15.070,1	13.854,7	-1.215,4	-8,1%	591,5	4,5%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	4.496,5	5.221,5	3.891,3	-1.330,2	-25,5%	-605,2	-13,5%
Abono	1.306,6	2.091,4	1.183,7	-907,8	-43,4%	-122,9	-9,4%
Seguro Desemprego	3.189,9	3.130,0	2.707,6	-422,4	-13,5%	-482,2	-15,1%
d/q Seguro Defeso	29,4	58,7	52,6	-6,1	-10,4%	23,2	78,8%
IV.3.2 Anistia	13,2	12,7	12,3	-0,4	-2,9%	-0,9	-6,5%
IV.3.3 Apolo Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	50,3	51,3	53,5	2,1	4,1%	3,1	6,3%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.752,6	4.740,7	4.646,8	-93,9	-2,0%	-105,8	-2,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	103,8	81,7	106,0	24,3	29,7%	2,2	2,1%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	913,1	426,7	441,8	15,1	3,5%	-471,3	-51,6%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	46,4	60,9	1.765,2	1.704,3	-	1.718,8	-
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.132,3	924,3	985,8	61,5	6,7%	-146,5	-12,9%
IV.3.10 Convênios	27,1	0,0	0,0	0,0	-	-27,1	-
IV.3.11 Doações	3,6	0,0	0,0	0,0	-	-3,6	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	115,5	85,0	69,3	-15,7	-18,5%	-46,2	-40,0%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	912,5	968,6	963,9	-4,6	-0,5%	51,4	5,6%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	140,8	133,2	125,0	-8,2	-6,2%	-15,8	-11,2%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	169,9	159,9	159,2	-0,8	-0,5%	-10,7	-6,3%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fosséis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	155,5	133,0	154,5	21,5	16,2%	-1,0	-0,6%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	156,3	372,4	478,6	106,2	28,5%	322,3	206,2%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	156,3	372,4	447,1	74,7	20,1%	290,8	186,0%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	9,3	5,5	8,0	2,4	43,9%	-1,3	-14,3%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	3,5	0,9	0,5	-0,3	-36,5%	-2,9	-84,1%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	79,7	77,0	90,7	13,7	17,8%	11,0	13,8%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização Aquisições do Governo Federal	43,8	25,2	24,7	-0,5	-2,2%	-19,1	-43,6%
Garantia à Sustentação de Preços	35,9	51,8	66,0	14,2	27,5%	30,1	83,7%
IV.3.20.1.4 Pronaf	5,2	57,6	31,7	-25,9	-45,0%	26,5	510,6%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	12,6	47,6	36,7	-11,0	-23,0%	24,1	191,6%
Concessão de Financiamento	-7,4	10,0	-5,0	-15,0	-	2,4	-32,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	36,5	21,7	-67,5	-89,2	-	-104,0	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	54,4	85,7	86,9	1,2	1,5%	32,5	59,7%
Concessão de Financiamento	-17,9	-64,0	-154,4	-90,4	-141,3%	-136,4	-760,2%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	146,4	35,5	-110,9	-75,7%	35,5	-
IV.3.20.1.7 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.8 Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	12,8	60,4	61,1	0,7	1,2%	48,3	377,0%
IV.3.20.1.12 Funcafé	7,1	3,1	7,1	4,0	127,9%	0,0	-0,1%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,3	1,4	1,4	0,0	-3,0%	-0,9	-40,0%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPPO)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	106,0	106,0	-	106,0	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Engea	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,8	0,8	-	0,8	-
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	0,0	171,8	171,8	-	171,8	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-1,7	0,0	1,7	-98,7%	0,0	-
IV.3.20.2 Proagro	0,0	0,0	31,5	31,5	-	31,5	-
IV.3.20.3 PNAFE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	25,8	27,5	29,5	2,0	7,2%	3,8	14,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	72,3	69,5	65,6	-3,9	-5,6%	-6,6	-9,2%
IV.3.23 FIES	79,5	-40,7	12,3	53,0	-	-67,2	-84,5%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.723,5	0,0	-1.723,5	-100,0%	0,0	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	20.782,3	24.473,7	21.795,6	-2.678,1	-10,9%	1.013,3	4,9%
IV.4.1 Discricionárias Executiva	19.818,6	23.423,7	20.781,2	-2.642,5	-11,3%	962,6	4,9%
IV.4.1.1 PAC	1.694,3	2.701,4	2.300,4	-401,0	-14,8%	606,1	35,8%
d/q MCMV	99,7	428,2	650,3	222,1	51,9%	550,5	551,9%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	14,3	12,7	-1,6	-10,9%	12,7	-
IV.4.1.3 Demais	18.124,3	20.698,4	18.455,3	-2.243,1	-10,8%	331,1	1,8%
Min. da Saúde	8.677,4	8.996,3	8.272,6	-723,7	-8,0%	-404,8	-4,7%
Min. da Des. Social	2.796,9	3.274,2	3.046,7	-227,4	-6,9%	249,8	8,9%
Min. da Educação	3.052,8	2.985,7	2.858,0	-127,7	-4,3%	-194,8	-6,4%
Demais	3.597,1	5.442,3	4.278,0	-1.164,3	-21,4%	680,8	18,9%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	0,0	9,6	12,7	3,1	32,5%	12,6	-
IV.4.2 LEJU/MPU	963,7	1.050,0	1.014,4	-35,6	-3,4%	50,7	5,3%
Legislativo	141,2	142,3	123,3	-19,0	-13,4%	-18,0	-12,7%
Judiciário	646,3	731,8	739,2	7,4	1,0%	92,9	14,4%
Demais	176,2	176,0	151,9	-24,0	-13,7%	-24,3	-13,8%



Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - A Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença Jan-Set/18 Jan-Set/17	Variação (%)
	Jan-Set	Jan-Set		
IV. DESPESA TOTAL	927.649,2	982.297,2	54.648,0	5,9%
IV.1 Benefícios Previdenciários	406.243,8	428.825,2	22.581,5	5,6%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	318.511,3	338.171,7	19.660,4	6,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	8.351,8	9.638,5	1.286,6	15,4%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	87.732,5	90.653,6	2.921,1	3,3%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.289,8	2.597,5	307,7	13,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	207.630,3	216.848,9	9.218,5	4,4%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	6.574,5	6.102,9	-471,6	-7,2%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	143.796,7	144.832,8	1.036,1	0,7%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	41.540,4	40.913,5	-626,9	-1,5%
Abono	12.475,9	13.192,5	716,6	5,7%
Seguro Desemprego	29.064,5	27.721,0	-1.343,6	-4,6%
d/q Seguro Defeso	2.113,3	2.369,7	256,3	12,1%
IV.3.2 Anistiados	136,7	126,6	-10,1	-7,4%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	431,4	452,8	21,4	5,0%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	40.271,5	41.982,6	1.711,1	4,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	787,7	808,9	21,1	2,7%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.952,8	3.854,7	-98,1	-2,5%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	574,0	2.029,7	1.455,8	253,6%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.389,6	10.672,9	-716,7	-6,3%
IV.3.10 Convênios	154,4	0,0	-154,4	-
IV.3.11 Doações	46,2	0,0	-46,2	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	674,1	596,5	-77,6	-11,5%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	10.418,3	10.922,9	504,6	4,8%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.081,5	1.100,9	19,3	1,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.462,5	1.432,5	-30,0	-2,1%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.216,9	13.371,8	3.154,8	30,9%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.518,0	12.751,8	-4.766,2	-27,2%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	17.268,5	12.706,7	-4.561,9	-26,4%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	2.007,0	1.104,5	-902,6	-45,0%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.173,5	1.569,7	-603,8	-27,8%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	24,5	401,3	376,9	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	74,0	53,6	-20,5	-27,7%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-154,0	38,4	192,4	-
Garantia à Sustentação de Preços	104,4	309,4	205,0	196,4%
IV.3.20.1.4 Pronaf	4.014,9	2.848,4	-1.166,4	-29,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4.017,7	2.851,0	-1.166,8	-29,0%
Concessão de Financiamento	-2,9	-2,6	0,3	-10,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	393,7	199,2	-194,5	-49,4%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	460,4	582,2	121,7	26,4%
Concessão de Financiamento	-66,7	-383,0	-316,2	-473,8%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	121,6	489,0	367,4	302,1%
IV.3.20.1.7 Alcool	46,0	28,0	-18,0	-39,1%
IV.3.20.1.8 Cacao	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	10,7	258,0	247,4	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	67,5	62,8	-4,6	-6,9%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	16,3	9,2	-7,1	-43,6%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	7.902,6	5.005,8	-2.896,8	-36,7%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,3	6,6	0,3	5,3%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	442,5	550,0	107,5	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	47,2	44,6	-2,6	-5,6%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	171,8	171,8	-
IV.3.20.1.24 Recettas de Recuperação de Subvenções	-5,8	-42,5	-36,7	-
IV.3.20.2 Proagro	369,5	101,5	-268,0	-72,5%
IV.3.20.3 PNAFE	-120,0	-56,3	63,7	-53,1%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	209,4	219,1	9,7	4,6%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	663,2	641,9	-21,3	-3,2%
IV.3.23 FIES	3.055,8	2.047,3	-1.008,5	-33,0%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
IV.4 Despesas Discricionárias - Todos os Poderes	169.978,4	191.790,3	21.811,9	12,8%
IV.4.1 Discricionárias Executiva	161.971,0	182.802,7	20.831,7	12,9%
IV.4.1.1 PAC	15.766,6	16.063,4	296,8	1,9%
d/q MCMV	1.968,3	2.429,9	461,6	23,5%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	157,6	157,6	-
IV.4.1.3 Demais	146.174,7	166.543,8	20.369,1	13,9%
Min. da Saúde	71.724,3	80.086,4	8.362,1	11,7%
Min. do Des. Social	24.251,1	25.954,8	1.703,7	7,0%
Min. da Educação	21.487,9	21.849,3	361,4	1,7%
Demais	28.711,5	38.653,3	9.941,8	34,6%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	29,7	37,9	8,2	27,7%
IV.4.2 LEJU/MPU	8.007,4	8.987,6	980,2	12,2%
Legislativo	1.201,1	1.250,3	49,2	4,1%
Judiciário	5.343,9	6.269,0	925,1	17,3%
Demais	1.462,4	1.468,3	5,9	0,4%

Tabela 4.2. Despesas Primárias do Governo Central - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores de Set/18 - IPCA



Discriminação	2017 Jan-Set	2018 Jan-Set	Diferença Jan-Set/18 Jan-Set/17	Variação (%)
IV. DESPESA TOTAL	975.305,5	997.608,6	22.303,0	2,3%
IV.1 Benefícios Previdenciários	427.023,3	435.373,2	8.349,8	2,0%
IV.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	334.798,8	343.326,5	8.527,7	2,5%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	8.768,3	9.812,9	1.044,5	11,9%
IV.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	92.224,5	92.046,7	-177,8	-0,2%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	2.404,1	2.644,6	240,5	10,0%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	218.326,2	220.299,1	1.972,9	0,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	6.898,7	6.224,1	-674,7	-9,8%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	151.292,2	147.284,4	-4.007,8	-2,6%
IV.3.1 Abono e Seguro Desemprego	43.704,2	41.602,2	-2.102,0	-4,8%
Abono	13.139,8	13.433,1	293,4	2,2%
Seguro Desemprego	30.564,4	28.169,0	-2.395,4	-7,8%
d/q Seguro Defeso	2.227,4	2.418,8	191,4	8,6%
IV.3.2 Anistiados	143,8	128,6	-15,2	-10,5%
IV.3.3 Apoio Fin. EE/MM	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	453,6	459,8	6,2	1,4%
IV.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	42.343,9	42.650,9	307,0	0,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	827,4	821,0	-6,4	-0,8%
IV.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	4.150,7	3.908,3	-242,4	-5,8%
IV.3.8 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	604,0	2.034,1	1.430,1	236,8%
IV.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.978,0	10.855,8	-1.122,2	-9,4%
IV.3.10 Convênios	162,2	0,0	-162,2	-
IV.3.11 Doações	48,5	0,0	-48,5	-
IV.3.12 Fabricação de Cédulas e Moedas	707,5	604,2	-103,4	-14,6%
IV.3.13 FUNDEB (Complem. União)	10.969,0	11.127,9	158,8	1,4%
IV.3.14 Fundo Constitucional DF	1.137,2	1.117,2	-20,0	-1,8%
IV.3.15 FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.16 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.537,9	1.455,4	-82,5	-5,4%
IV.3.17 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.18 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.19 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.740,3	13.681,6	2.941,3	27,4%
IV.3.20 Subsídios, Subvenções e Proagro	18.473,6	12.979,2	-5.494,5	-29,7%
IV.3.20.1 Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	18.210,8	12.934,6	-5.276,2	-29,0%
IV.3.20.1.1 Equalização de custeio agropecuário	2.117,3	1.125,3	-991,9	-46,8%
IV.3.20.1.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.292,6	1.598,4	-694,3	-30,3%
IV.3.20.1.3 Política de preços agrícolas	24,2	406,7	382,5	-
Equalização Empréstimo do Governo Federal	78,1	54,8	-23,4	-29,9%
Equalização Aquisições do Governo Federal	-163,4	38,8	202,2	-
Garantia à Sustentação de Preços	109,4	313,1	203,6	186,1%
IV.3.20.1.4 Pronaf	4.234,0	2.900,2	-1.333,9	-31,5%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	4.236,9	2.902,6	-1.334,3	-31,5%
Concessão de Financiamento	-2,9	-2,5	0,4	-14,9%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.5 Proex	415,0	207,2	-207,8	-50,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	484,0	591,0	107,0	22,1%
Concessão de Financiamento	-69,0	-383,8	-314,8	-456,4%
IV.3.20.1.6 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	128,1	496,6	368,6	287,8%
IV.3.20.1.7 Alcool	48,6	28,6	-20,0	-41,2%
IV.3.20.1.8 Cacao	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.9 Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.10 Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.11 Fundo da terra/ INCRA	11,0	259,7	248,7	-
IV.3.20.1.12 Funcafé	71,0	64,0	-7,0	-9,8%
IV.3.20.1.13 Revitaliza	17,2	9,4	-7,8	-45,5%
IV.3.20.1.14 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	8.337,0	5.100,6	-3.236,4	-38,8%
IV.3.20.1.15 Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPDO)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.16 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,6	6,7	0,1	1,6%
IV.3.20.1.17 Fundo nacional de desenvolvimento (FND)	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.18 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	464,5	557,4	92,9	-
IV.3.20.1.19 Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.20 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.21 Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.20.1.22 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	49,8	45,4	-4,4	-8,9%
IV.3.20.1.23 Sudene	0,0	171,8	171,8	-
IV.3.20.1.24 Receitas de Recuperação de Subvenções	-6,1	-43,3	-37,2	-
IV.3.20.2 Proagro	389,5	102,0	-287,5	-73,8%
IV.3.20.3 PNAFE	-126,7	-57,5	69,3	-54,7%
IV.3.20.4 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
IV.3.21 Transferências ANA	220,0	222,5	2,6	1,2%
IV.3.22 Transferências Multas ANEEL	697,3	653,4	-43,9	-6,3%
IV.3.23 FIES	3.220,4	2.080,0	-1.140,4	-35,4%
IV.3.24 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.723,5	1.723,5	-
IV.4 Despesas Discrecionárias - Todos os Poderes	178.663,8	194.651,9	15.988,1	8,9%
IV.4.1 Discrecionárias Executiva	170.248,0	185.524,4	15.276,4	9,0%
IV.4.1.1 PAC	16.564,7	16.277,5	-287,2	-1,7%
d/q MCMV	2.067,9	2.452,6	384,7	18,6%
IV.4.1.2 Doações e Convênios	0,0	160,3	160,3	-
IV.4.1.3 Demais	153.652,1	169.048,2	15.396,2	10,0%
Min. da Saúde	75.393,7	81.325,6	5.931,9	7,9%
Min. da Des. Social	25.500,8	26.355,3	854,4	3,4%
Min. da Educação	22.584,9	22.165,7	-419,1	-1,9%
Demais	30.172,7	39.201,7	9.029,0	29,9%
IV.4.1.4 Emissões de TDA	31,2	38,3	7,1	22,8%
IV.4.2 LEIU/MPU	8.415,8	9.127,5	711,7	8,5%
Legislativo	1.262,2	1.270,7	8,5	0,7%
Judiciário	5.616,5	6.366,3	749,7	13,3%
Demais	1.537,1	1.490,5	-46,6	-3,0%



Tabela 3.1. Investimento do Governo Federal por Órgão ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Frazes Correntes

Descrição	Jan-Jun/2017						Jan-Jun/2018					
	Despesa autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ^{2/}			Despesa autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ^{2/}		
				Valor pago do exercício	Pagos a pagar	Total				Valor pago do exercício	Pagos a pagar	Total
INVESTIMENTO TOTAL	66.028,3	77.691,9	10.485,7	11.192,4	14.254,7	25.447,1	51.352,6	35.725,8	14.510,4	14.096,9	17.815,0	31.841,9
Câmara dos Deputados	130,3	10,5	4,2	4,2	12,7	16,9	116,7	20,1	15,1	13,8	8,6	22,4
Senado Federal	61,6	27,6	6,6	6,6	5,1	11,7	49,9	11,8	4,5	6,0	6,2	14,1
Tribunal de Contas da União	61,6	7,5	4,1	4,0	41,0	45,0	34,4	21,5	4,8	3,5	6,6	10,2
Supremo Tribunal Federal	26,5	5,0	2,7	2,7	0,5	3,2	48,8	8,7	2,7	2,7	10,1	12,8
Superior Tribunal de Justiça	14,2	3,3	1,5	1,5	18,2	19,7	33,1	6,0	5,7	5,7	9,4	15,1
Justiça Federal	154,6	1.018,1	948,9	948,9	85,1	1.034,0	309,0	893,0	844,0	843,1	135,0	978,1
Justiça Militar	6,8	0,8	0,3	0,3	4,6	5,8	11,9	3,7	0,8	0,8	1,1	1,9
Justiça Eleitoral	577,3	57,0	11,2	10,7	48,3	59,0	481,4	173,9	72,6	71,1	50,6	121,7
Justiça do Trabalho	686,0	161,3	51,5	50,8	76,6	128,4	790,5	366,5	251,7	246,2	203,9	450,1
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	127,7	16,3	0,4	0,3	12,5	12,6	25,5	7,9	1,6	1,6	22,8	24,4
Conselho Nacional de Justiça	49,2	2,1	0,3	0,3	1,2	1,4	49,9	0,8	0,5	0,5	0,1	0,6
Presidência da República ^{3/}	1.219,3	169,3	13,4	13,6	159,4	290,9	1.901,7	311,1	89,5	63,5	294,5	355,1
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	1.204,0	213,8	156,8	156,8	110,6	267,4	637,0	115,8	280,3	280,3	89,4	369,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.017,5	422,5	4,8	3,3	238,9	241,2	1.077,2	835,2	26,6	19,4	462,0	481,4
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.295,2	341,9	263,9	215,4	228,7	444,1	798,0	467,3	366,9	342,8	216,0	560,9
Ministério da Fazenda	1.718,5	315,7	128,9	128,5	307,6	436,1	1.140,0	1.032,5	889,1	889,0	389,6	1.178,6
Ministério da Educação	6.434,0	1.269,8	509,5	450,1	2.332,7	2.782,0	4.439,9	1.932,7	757,9	688,5	2.281,8	2.970,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	104,5	11,3	3,3	3,3	12,0	15,3	54,8	71,0	5,3	5,3	19,6	24,9
Defensoria Pública da União	27,2	6,2	4,8	4,8	6,1	10,9	7,0	3,4	1,1	1,1	5,2	6,2
Ministério da Justiça	1.481,0	104,0	38,9	39,4	736,3	775,6	1.257,9	186,3	54,5	46,7	417,0	483,7
Ministério de Minas e Energia	73,3	9,3	4,0	4,0	17,3	21,3	87,3	23,1	9,2	9,1	22,2	31,3
Ministério da Previdência Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério Público da União	263,9	82,8	31,4	31,3	96,2	127,5	121,2	67,5	33,6	33,5	77,8	111,3
Ministério dos Relações Exteriores	19,2	4,8	4,3	4,3	23,3	27,7	46,0	21,4	14,3	14,3	27,6	42,0
Ministério da Saúde	7.496,1	2.042,8	570,6	559,2	1.893,3	2.352,5	5.474,7	2.931,7	961,3	952,4	1.517,1	4.450,5
Ministério da Transparência, Fiscalização e CGU	14,4	0,5	0,2	0,2	4,3	4,5	13,4	1,0	0,0	0,0	5,1	1,1
Ministério do Trabalho e Emprego	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério dos Transportes	14.078,8	8.110,8	4.396,3	3.597,7	3.089,0	6.686,7	9.990,8	7.961,7	3.801,1	3.636,8	3.360,2	6.897,0
Ministério do Trabalho e Previdência Social	112,6	35,8	0,3	0,3	22,0	22,2	56,1	15,3	1,5	1,4	46,0	47,4
Ministério das Comunicações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Cultura	344,4	80,6	36,4	33,7	39,9	73,6	337,5	100,3	34,2	33,8	76,2	109,1
Ministério do Meio Ambiente	377,8	36,5	12,8	13,7	37,5	50,2	102,3	42,6	21,0	21,0	34,8	59,9
Ministério do Desenvolvimento Agrário	0,0	0,0	0,0	0,0	15,7	15,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério do Esporte	761,3	397,8	9,4	9,4	159,0	188,4	740,4	651,8	35,7	35,9	224,7	260,2
Ministério da Defesa	9.819,2	6.329,0	2.563,3	2.332,8	1.901,6	4.234,2	9.741,3	8.016,3	3.634,1	3584,2	2.406,8	5.993,0
Ministério da Integração Nacional	5.171,5	1.913,1	920,2	898,7	1.116,4	1.410,2	4.869,8	2.826,4	356,4	481,1	1.499,3	1.980,3
Ministério do Turismo	465,0	239,2	0,1	0,1	206,5	206,6	867,3	791,6	0,4	0,4	296,4	296,9
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	397,0	61,6	2,8	2,4	125,2	127,6	316,7	289,9	70,5	70,3	115,2	185,5
Ministério das Cidades	9.793,9	4.329,5	2.151,1	2.038,0	1.152,0	3.190,0	6.050,1	5.483,7	1.656,9	1.655,7	1.190,3	2.846,0
Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ministério da Pesca e Aquicultura	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conselho Nacional do Ministério Público	4,8	0,7	0,4	0,4	2,2	2,6	5,1	0,7	0,3	0,3	1,1	1,4
Advocacia Geral da União	20,8	2,4	0,5	0,4	3,4	3,8	15,1	6,8	0,1	0,1	20,3	20,4
Ministério dos Direitos Humanos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

^{1/} Inclui fontes e atenção.

^{2/} Corresponde ao investimento das despesas fixas, operacionais e de capital, compreendendo grupo de despesas investimento (GND 4) e despesas transcorrentes (GND 5), com exceção das despesas fixas, incluídas apenas em 1º mês de implementação financeira - FAF, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV, conforme MP nº 514/2012.

^{3/} Despesas pagas correspondem aos valores das despesas autorizadas no Diário da República e liquidadas das despesas pagas, de acordo com a informação do Sistema S, porque estas últimas correspondem ao valor da despesa efetuada no curso do ano.

^{4/} Inclui Despesas Recorrer do Orçamento da União, com impacto no curso do ano da referência. Exclui Despesas Recorrer do Orçamento da União do mês de referência, com impacto no curso do período seguinte.

^{5/} Inclui as despesas de pessoal da Unidade Executora nº 20022 em 31 de dezembro de 2018.

^{6/} Inclui Despesas da Presidência, Vice-Governador da Presidência e Ministério Geral da União.



Tabela 6.1. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	
	Setembro	Agosto	Setembro	Set/18	Ago/18	Set/18	Set/17
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	26.405,4	27.810,7	202.608,1	174.797,3		-5,1%	176.202,7
Emissão de Títulos	5.776,0	18.213,0	24.809,5	6.596,5		36,2%	19.033,5
Remuneração das Disponibilidades	7.984,5	8.507,4	7.775,4	-732,0		-8,6%	-209,1
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	1.167,2	1.090,4	766,8	-323,6		-29,7%	-400,4
Resultado do Banco Central	11.477,6	0,0	169.256,4	169.256,4		-	157.778,8
2. DESPESAS NO BACEN	0,0	38.500,0	10.000,0	-28.500,0		-74,0%	10.000,0
Resgate de Títulos	0,0	33.029,5	10.000,0	-23.029,5		-	10.000,0
Encargos da DPMF	0,0	5.470,5	0,0	-5.470,5		-	0,0
3. RESULTADO (1 - 2)	26.405,4	-10.689,3	192.608,1	203.297,3		-	166.202,7
							629,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação, pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.



Tabela 6.2. Relacionamento Tesouro Nacional e Banco Central ^{1/} - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença		Variação (%)
	Jan-Set	Jan-Set	Jan-Set/18	Jan-Set/17	
1. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	192.962,7	430.221,7	237.259,0		123,0%
Emissão de Títulos	88.211,4	163.502,1	75.290,7		-
Remuneração das Disponibilidades	74.046,3	74.506,9	460,7		0,6%
Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	11.278,3	8.000,5	-3.277,7		-29,1%
Resultado do Banco Central	19.426,8	184.212,2	164.785,4		-
2. DESPESAS NO BACEN	196.660,0	224.455,8	27.795,8		14,1%
Resgate de Títulos	152.247,3	154.985,4	2.738,1		1,8%
Encargos da DPMF	44.412,7	69.470,5	25.057,7		56,4%
3. RESULTADO (1 - 2)	-3.697,3	205.765,9	209.463,2		-5665,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's.



Tabela 7.1. Dívida Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - a Preços Correntes



Discriminação	2017 Setembro	2018		Diferença Set/18 Ago/18	Variação (%) Set/18 Ago/18	Diferença Set/18 Set/17	Variação (%) Set/18 Set/17
		Agosto	Setembro				
1. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	2.202.221,0	2.549.196,6	2.496.189,6	-53.007,0	-2,1%	293.968,6	13,3%
Dívida Interna	4.929.760,4	5.344.573,2	5.380.224,3	35.651,1	0,7%	450.463,9	9,1%
<i>DPMFi em Poder do Público 1/</i>	<i>3.311.949,0</i>	<i>3.630.912,1</i>	<i>3.628.359,5</i>	<i>-2.552,6</i>	<i>-0,1%</i>	<i>316.410,5</i>	<i>9,6%</i>
LFT	1.056.142,5	1.316.197,7	1.281.207,5	-34.990,2	-2,7%	225.064,9	21,3%
LTN	847.958,0	865.981,0	885.979,3	19.998,3	2,3%	38.021,3	4,5%
NTN-B	923.228,4	937.668,8	946.159,5	8.490,7	0,9%	22.931,0	2,5%
NTN-C	72.019,9	78.026,3	79.799,7	1.773,4	2,3%	7.779,8	10,8%
NTN-F	364.754,8	380.048,4	383.780,0	3.731,6	1,0%	19.025,2	5,2%
Dívida Securitizada	7.810,0	5.142,3	5.102,7	-39,7	-0,8%	-2.707,3	-34,7%
Demais Títulos em Poder do Público	40.035,4	47.847,6	46.330,8	-1.516,7	-3,2%	-	15,7%
<i>DPMFi em Poder do Banco Central</i>	<i>1.650.435,6</i>	<i>1.744.896,3</i>	<i>1.781.949,9</i>	<i>37.053,6</i>	<i>2,1%</i>	<i>131.514,3</i>	<i>8,0%</i>
LFT	521.015,4	607.539,8	620.269,6	12.729,8	2,1%	99.254,2	19,1%
LTN	417.571,6	418.225,2	421.798,0	3.572,9	0,9%	4.226,4	1,0%
Demais Títulos na Carteira do BCB	711.848,6	719.131,3	739.882,3	20.751,0	2,9%	28.033,7	3,9%
<i>(-) Aplicações em Títulos Públicos</i>	<i>-39.823,6</i>	<i>-35.720,4</i>	<i>-34.562,0</i>	<i>1.158,5</i>	<i>-3,2%</i>	<i>5.261,6</i>	<i>-13,2%</i>
<i>Demais Obrigações Internas</i>	<i>7.199,4</i>	<i>4.485,3</i>	<i>4.476,9</i>	<i>-8,4</i>	<i>-0,2%</i>	<i>-2.722,5</i>	<i>-37,8%</i>
Haveres Internos	2.727.539,4	2.795.376,6	2.884.034,7	88.658,1	3,2%	156.495,3	5,7%
<i>Disponibilidades Internas</i>	<i>1.045.824,2</i>	<i>1.130.022,3</i>	<i>1.283.682,6</i>	<i>153.660,4</i>	<i>13,6%</i>	<i>237.858,4</i>	<i>22,7%</i>
<i>Haveres junto aos Governos Regionais</i>	<i>559.715,0</i>	<i>594.753,9</i>	<i>597.125,9</i>	<i>2.371,9</i>	<i>0,4%</i>	<i>37.412,8</i>	<i>6,7%</i>
Bônus Renegociados	4.897,4	6.373,9	6.176,5	-197,4	-3,1%	1.279,1	26,1%
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	566,5	468,0	481,5	13,5	2,9%	85,0	15,0%
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	16.112,9	18.507,7	18.744,2	236,5	1,3%	2.631,2	16,3%
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	9.858,0	7.982,3	7.969,2	-13,0	-0,2%	-1.888,7	-19,2%
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	493.836,2	528.461,3	530.607,4	2.146,1	0,4%	36.771,2	7,4%
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	32.188,4	31.665,8	31.875,6	209,9	0,7%	-312,8	-1,0%
Antecipação de Royalties	2.240,0	1.262,2	1.259,1	-3,1	-0,2%	-980,9	-43,8%
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	13,7	12,9	12,4	-0,5	-3,6%	-1,3	-9,6%
<i>Haveres da Administração Indireta</i>	<i>529.303,0</i>	<i>561.549,1</i>	<i>562.244,9</i>	<i>695,7</i>	<i>0,1%</i>	<i>32.941,9</i>	<i>6,2%</i>
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	237.984,6	259.247,1	260.730,5	1.483,4	0,6%	22.745,9	9,6%
Fundos Constitucionais Regionais	124.712,2	136.813,8	137.515,3	701,5	0,5%	12.803,0	10,3%
Fundos Diversos	166.606,1	165.488,3	163.999,1	-1.489,2	-0,9%	-2.607,1	-1,6%
<i>Haveres Administrados pela STN</i>	<i>592.699,1</i>	<i>509.051,2</i>	<i>440.981,3</i>	<i>-68.069,9</i>	<i>-13,4%</i>	<i>-151.717,8</i>	<i>-25,6%</i>
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	198,4	19,0	19,1	0,1	0,4%	-179,3	-90,4%
Haveres de Operações Estruturadas	18.940,6	16.542,5	17.199,0	656,5	4,0%	-1.741,5	-9,2%
Haveres Originários de Privatizações	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Haveres de Legislação Específica	550.774,8	469.689,9	401.905,5	-67.784,3	-14,4%	-148.869,3	-27,0%
Demais Haveres Administrados pela STN	22.785,3	22.799,9	21.857,7	-942,2	-4,1%	-927,6	-4,1%
2. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	117.767,4	153.830,4	150.186,8	-3.643,6	-2,4%	32.419,4	27,5%
Dívida Externa	118.822,2	154.747,4	151.124,6	-3.622,8	-2,3%	32.242,5	27,1%
<i>Dívida Mobiliária</i>	<i>107.121,4</i>	<i>140.251,5</i>	<i>136.708,0</i>	<i>-3.543,6</i>	<i>-2,6%</i>	<i>29.586,6</i>	<i>27,6%</i>
Euro	3.785,7	4.842,9	4.711,2	-131,7	-2,7%	925,5	24,4%
Global US\$	92.777,5	124.986,8	121.450,3	-3.536,4	-2,8%	28.672,8	30,9%
Global BRL	10.558,3	10.462,0	10.546,5	84,5	0,8%	-11,8	-0,1%
Demais Títulos Externos	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
<i>Dívida Contratual</i>	<i>11.760,7</i>	<i>14.455,8</i>	<i>14.416,6</i>	<i>-39,1</i>	<i>-0,3%</i>	<i>2.655,9</i>	<i>22,6%</i>
Organismos Multilaterais	3.439,9	4.010,9	3.895,1	-115,8	-2,9%	455,2	13,2%
Credores Privados e Ag. Governamentais	8.320,8	10.444,9	10.521,5	76,6	0,7%	2.200,6	26,4%
Haveres Externos	1.114,8	917,0	937,8	20,8	2,3%	-176,9	-15,9%
<i>Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>1.114,8</i>	<i>917,0</i>	<i>937,8</i>	<i>20,8</i>	<i>2,3%</i>	<i>-176,9</i>	<i>-15,9%</i>
3. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL (1+2)	2.319.988,4	2.703.027,0	2.646.376,4	-56.650,6	-2,1%	326.388,0	14,1%
4. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOUREIRO NACIONAL/PIB 2/	35,8%	40,0%	39,0%	-1,1%	-2,6%	3,20%	9,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1/ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

2/ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Tabela 8.1. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença Set/18 Ago/18	Variação (%) Set/18 Ago/18	Diferença Set/18 Set/17	Variação (%) Set/18 Set/17
	Setembro	Agosto	Setembro				
I.1 - Receita Administrada pela RFB	68.892,6	70.808,8	72.410,8	1.602,0	2,3%	3.518,2	5,1%
I.1.1 Imposto de Importação	2.921,3	3.931,2	3.532,0	-399,2	-10,2%	610,7	20,9%
I.1.2 IPI	4.369,8	4.558,4	4.698,3	139,9	3,1%	328,5	7,5%
I.1.2.1 IPI - Fumo	495,4	434,3	420,6	-13,7	-3,2%	-74,8	-15,1%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	236,4	149,9	145,9	-4,1	-2,7%	-90,5	-38,3%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	429,7	289,9	386,5	96,6	33,3%	-43,2	-10,1%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	1.249,9	1.834,0	1.662,7	-171,3	-9,3%	412,8	33,0%
I.1.2.5 IPI - Outros	1.958,3	1.850,3	2.082,5	232,3	12,6%	124,2	6,3%
I.1.3 Imposto de Renda	24.412,8	26.780,1	27.230,5	450,4	1,7%	2.817,8	11,5%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	2.443,4	2.531,9	2.662,1	0,0	5,1%	218,7	8,9%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	7.335,3	9.261,9	9.671,1	409,2	4,4%	2.335,9	31,8%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	14.634,1	14.986,3	14.897,3	-89,0	-0,6%	263,2	1,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	8.436,4	8.844,1	8.843,5	-0,6	0,0%	407,1	4,8%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.558,5	2.983,2	3.197,1	214,0	7,2%	-361,3	-10,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	1.687,0	2.104,0	1.897,7	-206,3	-9,8%	210,7	12,5%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	952,2	1.055,1	959,0	-96,0	-9,1%	6,8	0,7%
I.1.4 IOF	2.877,9	2.916,9	3.093,7	176,8	6,1%	215,9	7,5%
I.1.5 COFINS	19.314,7	19.728,5	20.145,7	417,2	2,1%	831,0	4,3%
I.1.6 PIS/PASEP	5.017,0	5.205,4	5.313,1	107,7	2,1%	296,1	5,9%
I.1.7 CSLL	4.382,3	5.376,9	5.190,3	-186,6	-3,5%	808,1	18,4%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	514,9	196,5	214,8	18,3	9,3%	-300,1	-58,3%
I.1.10 Outras	5.082,1	2.114,7	2.992,4	877,7	41,5%	-2.089,7	-41,1%



Tabela 8.2. Receita Administrada pela RFB - Valores Brutos - Brasil - Acumulado no Ano
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Variação (%)
	Jan-Set	Jan-Set	Jan-Set/18 Jan-Set/17	
I.1 - Receita Administrada pela RFB	633.293,4	703.210,1	69.916,7	11,0%
I.1.1 Imposto de Importação	23.715,5	30.520,7	6.805,3	28,7%
I.1.2 IPI	34.793,3	39.943,2	5.149,9	14,8%
I.1.2.1 IPI - Fumo	3.817,5	3.899,3	81,8	2,1%
I.1.2.2 IPI - Bebidas	2.003,7	1.754,6	-249,1	-12,4%
I.1.2.3 IPI - Automóveis	3.129,3	3.265,2	135,9	4,3%
I.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	10.041,2	13.326,9	3.285,8	32,7%
I.1.2.5 IPI - Outros	15.801,7	17.697,2	1.895,5	12,0%
I.1.3 Imposto de Renda	266.903,8	286.044,9	19.141,2	7,2%
I.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	26.387,4	27.346,3	959,0	3,6%
I.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	91.807,7	105.764,6	13.956,9	15,2%
I.1.3.3 I.R. - Retido na Fonte	148.708,7	152.934,0	4.225,3	2,8%
I.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	81.474,8	87.146,4	5.671,5	7,0%
I.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	40.595,8	35.240,6	-5.355,2	-13,2%
I.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	18.560,8	21.702,2	3.141,4	16,9%
I.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	8.077,2	8.844,9	767,7	9,5%
I.1.4 IOF	25.729,8	26.745,2	1.015,4	3,9%
I.1.5 COFINS	158.037,8	180.022,7	21.985,0	13,9%
I.1.6 PIS/PASEP	42.556,8	48.010,2	5.453,4	12,8%
I.1.7 CSLL	53.648,7	59.533,6	5.884,9	11,0%
I.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-
I.1.9 CIDE Combustíveis	4.349,9	3.163,7	-1.186,3	-27,3%
I.1.10 Outras	23.557,8	29.225,9	5.668,0	24,1%



Tabela 9.1. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017	2018		Diferença	Variação (%)	Diferença	Variação (%)
	Setembro	Agosto	Setembro				
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	13.646,0	21.790,0	15.173,3	-6.616,7	-30,4%	1.527,3	11,2%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.479,2	14.813,7	11.283,9	-3.529,8	-23,8%	-195,2	-1,7%
I.2 Fundos Constitucionais	499,2	151,5	811,4	659,9	435,7%	312,2	62,5%
I.2.1 Repasse Total	541,0	436,5	786,5	350,1	80,2%	245,5	45,4%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-41,8	-285,0	24,8	309,8	-	66,6	-
I.3 Contribuição do Salário Educação	950,0	956,1	960,9	4,8	0,5%	10,9	1,1%
I.4 Compensações Financeiras	635,1	5.851,6	2.012,4	-3.839,2	-65,6%	1.377,3	216,9%
I.5 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
I.6 Demais	82,6	17,2	104,8	87,6	508,9%	22,2	26,9%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,7	0,0	-0,7	-	-	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	10,7	1,0	0,0	-1,0	-	-10,7	-
I.6.3 IOF Ouro	1,6	1,4	1,8	0,4	28,9%	0,2	13,4%
I.6.4 ITR	70,3	14,1	103,0	88,9	630,8%	32,7	46,5%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II. DESPESA TOTAL	105.488,3	120.214,2	111.194,2	-9.020,0	-7,5%	5.705,9	5,4%
II.1 Benefícios Previdenciários	51.201,6	57.136,8	53.393,8	-3.743,0	-6,6%	2.192,2	4,3%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	40.172,6	43.503,2	42.059,3	-1.443,9	-3,3%	1.888,8	4,7%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.090,1	12.679,3	10.276,5	-2.402,8	-19,0%	186,4	1,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	939,0	954,2	1.057,9	103,7	10,9%	119,0	12,7%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	21.739,3	23.634,6	22.403,6	-1.230,9	-5,2%	664,3	3,1%
II.2.1 Ativo Civil	9.800,8	10.148,9	9.970,6	-178,3	-1,8%	167,7	1,7%
II.2.2 Ativo Militar	1.886,8	2.162,5	2.127,2	-35,3	-1,6%	240,4	12,7%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.238,0	6.500,8	6.415,7	-85,2	-1,3%	177,7	2,8%
II.2.4 Reformas e pensões militares	3.477,5	3.718,1	3.745,0	26,9	0,7%	267,5	7,7%
II.2.5 Outros	336,2	1.104,2	145,3	-959,0	-86,8%	-190,9	-56,8%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	13.665,7	16.060,7	14.704,7	-1.356,0	-8,4%	1.039,0	7,6%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	4.301,8	5.136,5	3.891,3	-1.305,2	-25,1%	-410,5	-9,5%
II.3.2 Anistiados	13,3	12,5	12,1	-0,4	-2,9%	-1,2	-8,7%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	46,9	53,8	53,0	-0,8	-1,5%	6,1	12,9%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	4.570,0	4.723,2	4.617,0	-106,2	-2,2%	47,0	1,0%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	873,6	424,7	441,8	17,1	4,0%	-431,8	-49,4%
II.3.8 Créditos Extraordinários	70,3	59,0	1.694,2	1.635,2	-	1.623,8	-
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	1.083,3	919,9	985,8	66,0	7,2%	-97,5	-9,0%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	30,4	17,3	11,3	-6,0	-34,8%	-19,1	-62,9%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	110,5	84,6	69,3	-15,3	-18,1%	-41,2	-37,4%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	873,0	963,9	963,9	0,0	0,0%	90,9	10,4%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	133,0	134,4	121,6	-12,9	-9,6%	-11,5	-8,6%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	931,5	1.042,6	1.052,3	9,6	0,9%	120,7	13,0%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	162,5	159,2	159,2	0,0	0,0%	-3,3	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	147,3	130,9	152,6	21,7	16,6%	5,3	3,6%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	149,6	368,2	372,3	4,2	1,1%	222,8	149,0%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	8,9	5,5	8,0	2,5	44,6%	-0,9	-10,4%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	3,3	0,9	0,5	-0,3	-36,2%	-2,8	-83,4%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	41,9	25,1	24,7	-0,4	-1,7%	-17,2	-41,1%
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	34,4	51,6	66,0	14,5	28,1%	31,7	92,1%
II.3.19.6 Pronaf	5,0	57,4	31,7	-25,7	-44,7%	26,7	538,2%
II.3.19.7 Proex	34,9	21,6	-67,5	-89,1	-	-102,4	-
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	0,0	145,7	35,5	-110,2	-75,6%	35,5	-
II.3.19.9 Alcool	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	12,2	57,9	60,8	2,9	5,0%	48,6	396,4%
II.3.19.11 Funcafé	6,8	2,8	7,1	4,2	150,6%	0,3	4,4%
II.3.19.12 Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	2,2	1,4	1,4	0,0	-2,9%	-0,8	-37,3%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,8	0,8	-	0,8	-
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	0,0	-1,7	0,0	1,7	-98,6%	0,0	-
II.3.19.19 Proagro	0,0	0,0	31,5	31,5	-	31,5	-
II.3.19.20 PNAFE	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	23,6	26,1	29,2	3,0	11,6%	5,6	23,7%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	69,1	69,2	65,6	-3,6	-5,2%	-3,5	-5,1%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	76,0	-40,5	12,3	52,8	-	-63,7	-83,8%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	0,0	-1.715,2	-	0,0	-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	18.881,6	23.382,2	20.692,1	-2.690,1	-11,5%	1.810,5	9,6%
II.4.1 Obrigatórias	10.638,1	13.684,8	11.257,9	-2.426,9	-17,7%	619,9	5,8%
II.4.2 Discrecionárias	8.243,6	9.697,3	9.434,2	-263,2	-2,7%	1.190,6	14,4%
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	119.134,3	142.004,2	126.367,6	-15.636,6	-11,0%	7.233,3	6,1%
IV. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	15.314,1	23.794,0	18.184,9	-5.609,2	-23,8%	2.870,8	18,7%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	15.221,5	23.643,8	16.359,8	-7.284,0	-30,8%	1.138,3	7,5%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	11.479,2	14.813,7	11.283,9	-3.529,8	-23,8%	-195,2	-1,7%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	950,0	956,1	960,9	4,8	0,5%	10,9	1,1%
IV.1.3 Compensações Financeiras	635,1	5.851,6	2.012,4	-3.839,2	-65,6%	1.377,3	216,9%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.1.5 Demais	2.157,2	2.022,4	2.102,6	80,2	4,0%	-54,6	-2,5%
IOF Ouro	1,6	1,4	1,8	0,4	28,9%	0,2	13,4%
ITR	70,3	14,1	103,0	88,9	630,8%	32,7	46,5%
FUNDEB (Complem. União)	873,0	963,9	963,9	0,0	0,0%	90,9	10,4%
Fundo Constitucional DF - FCFD	1.212,3	1.043,0	1.033,9	-9,1	-0,9%	-178,4	-14,7%
FCFD - OCC	133,0	134,4	121,6	-12,9	-9,6%	-11,5	-8,6%
FCFD - Pessoal	1.079,3	908,6	912,4	3,8	0,4%	-166,9	-15,5%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	70,3	59,0	1.694,2	1.635,2	-	1.623,8	-
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	13,0	41,3	110,0	68,7	166,4%	97,0	749,0%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	11,1	40,0	90,3	50,3	125,8%	79,2	710,3%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	1,8	1,3	19,7	18,4	-	17,9	987,2%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	9,3	50,0	20,9	-29,1	-58,2%	11,5	123,6%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	103.820,2	118.210,2	108.182,7	-10.027,4	-8,5%	4.362,5	4,2%



Tabela 9.2. Transferências e despesas primárias do Governo Central apuradas pelo critério de "valor pago" - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018	Diferença	Varição (%)
	Jan-Set	Jan-Set	Set/18 Ago/18	
I. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	167.744,5	186.678,4	18.933,9	11,3%
I.1 FPM / FPE / IPI-EE	135.016,1	144.360,7	9.344,6	6,9%
I.2 Fundos Constitucionais	5.855,2	6.060,2	205,0	3,5%
I.2.1 Repasse Total	8.467,5	9.137,1	669,5	7,9%
I.2.2 Superávit dos Fundos	-2.612,3	-3.076,9	-464,5	17,8%
I.3 Contribuição do Salário Educação	9.149,7	9.409,9	260,2	2,8%
I.4 Compensações Financeiras	16.030,3	25.243,9	9.213,7	57,5%
I.5 CIDE - Combustíveis	1.254,5	1.169,2	-85,3	-6,8%
I.6 Demais	438,7	434,5	-4,2	-1,0%
I.6.1 Concessão de Recursos Florestais	0,0	0,7	0,7	-
I.6.2 Concurso de Prognóstico	98,6	73,1	-25,6	-25,9%
I.6.3 IOF Ouro	12,4	10,6	-1,9	-15,0%
I.6.4 ITR	235,1	260,2	25,1	10,7%
I.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	92,6	90,0	-2,6	-2,8%
II. DESPESA TOTAL	926.442,9	979.556,3	53.113,4	5,7%
II.1 Benefícios Previdenciários	407.487,5	429.446,3	21.958,8	5,4%
II.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	311.250,2	329.217,4	17.967,2	5,8%
II.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	85.577,7	87.988,6	2.410,9	2,8%
II.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	10.659,7	12.240,3	1.580,6	14,8%
II.2 Pessoal e Encargos Sociais	205.139,4	214.074,5	8.935,1	4,4%
II.2.1 Ativo Civil	90.535,4	93.221,7	2.686,3	3,0%
II.2.2 Ativo Militar	19.008,0	20.142,9	1.134,9	6,0%
II.2.3 Aposentadorias e pensões civis	57.529,5	59.814,2	2.284,7	4,0%
II.2.4 Reformas e pensões militares	31.874,5	35.008,1	3.133,6	9,8%
II.2.5 Outros	6.192,0	5.887,5	-304,5	-4,9%
II.3 Outras Despesas Obrigatórias	152.155,1	153.700,3	1.545,2	1,0%
II.3.1 Abono e seguro desemprego	41.539,7	40.913,5	-626,2	-1,5%
II.3.2 Anistiados	137,0	126,4	-10,6	-7,7%
II.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	-
II.3.4 Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-
II.3.5 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	435,1	467,1	32,0	7,3%
II.3.6 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	40.358,7	42.020,7	1.662,0	4,1%
II.3.7 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	3.952,8	3.854,7	-98,1	-2,5%
II.3.8 Créditos Extraordinários	753,9	1.997,6	1.243,7	165,0%
II.3.9 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	11.389,6	10.672,9	-716,7	-6,3%
II.3.10 Despesas custeadas com Convênios/Doações	291,5	162,4	-129,1	-44,3%
II.3.11 Fabricação de Cédulas e Moedas	674,1	596,5	-77,6	-11,5%
II.3.12 FUNDEB (Complem. União)	10.418,3	10.922,9	504,6	4,8%
II.3.13 Fundo Constitucional DF	998,1	1.099,6	101,4	10,2%
II.3.14 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	7.987,0	8.971,7	984,7	12,3%
II.3.15 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00)	1.462,5	1.432,5	-30,0	-2,1%
II.3.16 Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-
II.3.17 Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-
II.3.18 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.206,6	13.343,5	3.136,9	30,7%
II.3.19 Subsídios, Subvenções e Proagro	17.623,0	12.531,0	-5.092,0	-28,9%
II.3.19.1 Equalização de custeio agropecuário	2.007,0	1.104,5	-902,6	-45,0%
II.3.19.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	2.173,5	1.569,7	-603,8	-27,8%
II.3.19.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	74,0	53,6	-20,5	-27,7%
II.3.19.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	-154,0	38,4	192,4	-
II.3.19.5 Garantia à Sustentação de Preços	104,4	309,4	205,0	196,4%
II.3.19.6 Pronaf	4.014,9	2.848,4	-1.166,4	-29,1%
II.3.19.7 Proex	393,7	199,2	-194,5	-49,4%
II.3.19.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	121,6	489,0	367,4	302,1%
II.3.19.9 Alcool	46,0	28,0	-18,0	-39,1%
II.3.19.10 Fundo da terra/ INCRA	10,7	247,3	236,7	-
II.3.19.11 Funcafé	66,4	62,8	-3,6	-5,4%
II.3.19.12 Revitaliza	12,8	9,2	-3,7	-28,4%
II.3.19.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	7.902,6	5.005,8	-2.896,8	-36,7%
II.3.19.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	6,3	6,6	0,3	5,3%
II.3.19.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	552,0	339,9	-212,1	-38,4%
II.3.19.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-
II.3.19.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	47,2	44,6	-2,6	-5,6%
II.3.19.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-5,8	-42,5	-36,7	636,0%
II.3.19.19 Proagro	369,5	101,5	-268,0	-72,5%
II.3.19.20 PNAFE	-120,0	-56,3	63,7	-53,1%
II.3.19.21 PRODECER	0,0	0,0	0,0	-
II.3.20 Transferências ANA	208,2	218,5	10,3	5,0%
II.3.21 Transferências Multas ANEEL	663,2	606,1	-57,0	-8,6%
II.3.22 Impacto Primário do FIES	3.055,8	2.047,3	-1.008,5	-33,0%
II.3.23 Financiamento de Campanha Eleitoral	0,0	1.715,2	1.715,2	-
II.4 Despesas com Controle de Fluxo do Poder Executivo	161.660,9	182.335,2	20.674,3	12,8%
II.4.1 Obrigatórias	91.477,6	98.811,7	7.334,1	8,0%
II.4.2 Discricionárias	70.183,3	83.523,5	13.340,2	19,0%
Memorando:				
III. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (I+II)	1.094.187,4	1.166.234,7	72.047,3	6,6%
IV. DESPESAS NÃO INCLuíDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	183.865,2	205.782,9	21.917,7	11,9%
IV.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	181.855,8	200.976,3	19.120,6	10,5%
IV.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	135.016,1	144.360,7	9.344,6	6,9%
IV.1.2 Contribuição do Salário Educação	9.149,7	9.409,9	260,2	2,8%
IV.1.3 Compensações Financeiras	16.030,3	25.243,9	9.213,7	57,5%
IV.1.4 CIDE - Combustíveis	1.254,5	1.169,2	-85,3	-6,8%
IV.1.5 Demais	20.405,2	20.792,6	387,4	1,9%
IOF Ouro	12,4	10,6	-1,9	-15,0%
ITR	235,1	260,2	25,1	10,7%
FUNDEB (Complem. União)	10.418,3	10.922,9	504,6	4,8%
Fundo Constitucional DF - FCDF	9.739,4	9.598,9	-140,5	-1,4%
FCDF - OCC	998,1	1.099,6	101,4	10,2%
FCDF - Pessoal	8.741,2	8.499,3	-241,9	-2,8%
IV.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	753,9	1.997,6	1.243,7	165,0%
d/q Impacto Primário do FIES	0,0	0,0	0,0	8,4%
IV.3 Despesas não recorrentes da Justiça eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	115,0	228,7	113,7	98,9%
IV.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	100,0	202,0	101,9	101,9%
IV.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	15,0	26,8	11,8	78,7%
IV.4 Despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes (Inciso IV do § 6º)	1.140,5	2.580,2	1.439,7	126,2%
V. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	910.322,1	960.451,8	50.129,6	5,5%



Tabela 9.3. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Mensal
R\$ Milhões - Valores Correntes



Discriminação	2017	2018		Diferença		Variação (%)	Diferença		Variação (%)
	Setembro	Agosto	Setembro	Set/18	Set/18	Ago/18	Set/18	Set/17	
I. DESPESA TOTAL	119.134,3	142.004,2	126.367,6	-15.636,6	-11,0%		7.233,3		6,1%
I.1 Poder Executivo	114.872,7	137.468,8	121.811,0	-15.657,9	-11,4%		6.938,3		6,0%
I.2 Poder Legislativo	838,8	854,1	834,9	-19,1	-2,2%		-3,8		-0,5%
I.2.1 Câmara dos Deputados	402,2	410,9	390,5	-20,3	-5,0%		-11,7		-2,9%
I.2.2 Senado Federal	297,2	300,7	302,1	1,4	0,5%		4,8		1,6%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	139,3	142,5	142,4	-0,2	-0,1%		3,0		2,2%
I.3 Poder Judiciário	2.924,3	3.167,7	3.221,3	53,6	1,7%		297,0		10,2%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	43,1	45,3	45,3	-0,1	-0,1%		2,1		4,9%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	97,8	102,4	100,6	-1,8	-1,7%		2,9		2,9%
I.3.3 Justiça Federal	747,2	797,4	785,4	-11,9	-1,5%		-		5,1%
I.3.4 Justiça Militar da União	34,0	37,7	42,8	5,1	13,6%		8,8		25,7%
I.3.5 Justiça Eleitoral	490,7	584,9	674,5	89,5	15,3%		183,7		37,4%
I.3.6 Justiça do Trabalho	1.329,6	1.407,9	1.379,9	-28,0	-2,0%		50,3		3,8%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	173,4	180,9	182,4	1,5	0,9%		9,1		5,2%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	8,5	11,2	10,4	-0,8	-7,3%		1,8		21,6%
I.4. Defensoria Pública da União	40,2	40,2	44,0	3,8	9,4%		3,9		9,7%
I.5 Ministério Público da União	458,4	473,4	456,4	-17,0	-3,6%		-2,1		-0,5%
I.5.1 Ministério Público da União	452,8	467,2	450,4	-16,8	-3,6%		-2,4		-0,5%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,6	6,2	5,9	-0,2	-3,8%		0,3		6,2%
Memorando:									
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	103.820,2	118.210,2	108.182,7	-10.027,4	-8,5%		4.362,5		4,2%
II.1 Poder Executivo	99.574,4	113.716,1	103.736,1	-9.980,0	-8,8%		4.161,7		4,2%
II.2 Poder Legislativo	838,8	854,1	834,9	-19,1	-2,2%		-3,8		-0,5%
II.2.1 Câmara dos Deputados	402,2	410,9	390,5	-20,3	-5,0%		-11,7		-2,9%
II.2.2 Senado Federal	297,2	300,7	302,1	1,4	0,5%		4,8		1,6%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	139,3	142,5	142,4	-0,2	-0,1%		3,0		2,2%
II.3 Poder Judiciário	2.908,5	3.126,4	3.111,3	-15,1	-0,5%		202,8		7,0%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	43,1	45,3	45,3	-0,1	-0,1%		2,1		4,9%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	97,3	102,4	0,0	-102,4	-		-97,3		-
II.3.3 Justiça Federal	747,2	797,4	785,4	-11,9	-1,5%		38,2		5,1%
II.3.4 Justiça Militar da União	33,9	37,7	0,0	-37,7	-		-33,9		-
II.3.5 Justiça Eleitoral	477,7	543,6	564,5	20,8	3,8%		86,7		18,2%
II.3.6 Justiça do Trabalho	1.327,3	1.407,9	1.379,9	-28,0	-2,0%		52,6		4,0%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	173,4	180,9	182,4	1,5	0,9%		9,1		5,2%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	8,5	11,2	10,4	-0,8	-7,3%		1,8		21,6%
II.4. Defensoria Pública da União	40,2	40,2	44,0	3,8	9,4%		3,9		9,7%
II.5 Ministério Público da União	458,4	473,4	456,4	-17,0	-3,6%		-2,1		-0,5%
II.5.1 Ministério Público da União	452,8	467,2	450,4	-16,8	-3,6%		-2,4		-0,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	5,6	6,2	5,9	-0,2	-3,8%		0,3		6,2%



Tabela 9.4. Transferências e despesas primárias do Governo Central, por poder, apuradas pelo critério de "valor pago" ^{1/} - Brasil - Acumulado no ano
R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	2017 Jan-Set	2018 Jan-Set	Diferença Jan-Set/18 Jan-Set/17	Variação (%)
I. DESPESA TOTAL	1.094.187,4	1.166.234,7	72.047,3	6,6%
I.1 Poder Executivo	1.054.813,0	1.124.219,3	69.406,3	6,6%
I.2 Poder Legislativo	7.831,6	7.997,8	166,2	2,1%
I.2.1 Câmara dos Deputados	3.680,8	3.787,0	106,2	2,9%
I.2.2 Senado Federal	2.821,4	2.868,6	47,2	1,7%
I.2.3 Tribunal de Contas da União	1.329,5	1.342,2	12,7	1,0%
I.3 Poder Judiciário	27.035,0	29.287,6	2.252,5	8,3%
I.3.1 Supremo Tribunal Federal	399,5	424,6	25,1	6,3%
I.3.2 Superior Tribunal de Justiça	882,9	958,4	75,5	8,5%
I.3.3 Justiça Federal	7.044,1	7.525,2	481,0	6,8%
I.3.4 Justiça Militar da União	326,3	349,2	22,9	7,0%
I.3.5 Justiça Eleitoral	4.437,8	5.017,6	579,8	13,1%
I.3.6 Justiça do Trabalho	12.207,2	13.161,9	954,6	7,8%
I.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.653,5	1.760,8	107,4	6,5%
I.3.8 Conselho Nacional de Justiça	83,6	89,9	6,3	7,6%
I.4. Defensoria Pública da União	391,7	388,3	-3,4	-0,9%
I.5 Ministério Público da União	4.116,0	4.341,8	225,7	5,5%
I.5.1 Ministério Público da União	4.064,5	4.290,0	225,5	5,5%
I.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	51,5	51,8	0,2	0,5%
Memorando:				
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	910.322,1	960.451,8	50.129,6	5,5%
II.1 Poder Executivo	871.118,0	918.666,2	47.548,3	5,5%
II.2 Poder Legislativo	7.821,0	7.997,8	176,8	2,3%
II.2.1 Câmara dos Deputados	3.670,1	3.787,0	116,9	3,2%
II.2.2 Senado Federal	2.821,4	2.868,6	47,2	1,7%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.329,5	1.342,2	12,7	1,0%
II.3 Poder Judiciário	26.875,5	29.057,6	2.182,1	8,1%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	399,5	424,6	25,1	6,3%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	879,2	957,9	78,7	9,0%
II.3.3 Justiça Federal	7.040,0	7.525,0	485,1	6,9%
II.3.4 Justiça Militar da União	325,6	349,2	23,5	7,2%
II.3.5 Justiça Eleitoral	4.319,4	4.788,8	469,4	10,9%
II.3.6 Justiça do Trabalho	12.175,3	13.161,4	986,1	8,1%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	1.652,9	1.760,8	107,9	6,5%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	83,6	89,9	6,3	7,6%
II.4. Defensoria Pública da União	391,7	388,3	-3,4	-0,9%
II.5 Ministério Público da União	4.116,0	4.341,8	225,8	5,5%
II.5.1 Ministério Público da União	4.064,5	4.290,0	225,5	5,5%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público	51,5	51,8	0,2	0,5%





Boletim

FPM / FPE / IPI-Exportação

Em setembro de 2018 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal do Brasil apresentaram decréscimo de -24,6% quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 8,7 bilhões, ante R\$ 11,5 bilhões no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta no portal da Secretaria do Tesouro Nacional – STN (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza na internet os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>, e em 2-Liberações clique no link “Banco do Brasil”.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ milhões								
	2017			2018			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Até Setembro	Agosto	Setembro	Até Setembro	Set/18 Ago/18	Set/18 Set/17	Até Set/18 Set/17
FPM	5.401,7	4.535,6	56.259,8	5.874,6	4.430,6	59.760,6	-24,6%	-2,3%	6,2%
FPE	5.161,6	4.334,0	49.936,9	5.613,5	4.233,7	53.232,8	-24,6%	-2,3%	6,6%
IPI - Exp	293,7	313,7	2.616,1	362,9	362,9	3.305,5	-0,0%	15,7%	26,4%

Obs.: valores já descontados da parcela referente ao Fundeb (20%). Os valores de dezembro incluem o FPM 1%

Previsto X Realizado

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Setembro	-28,1%	-24,6%	-28,1%	-24,6%	-0,6%	-0,0%

Obs.: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Estimativa Trimestral

FUNDOS	Outubro	Novembro	Dezembro
FPM	12,6%	12,0%	31,0%
FPE	12,6%	12,0%	31,0%
IPI - EXP	1,4%	2,0%	24,0%

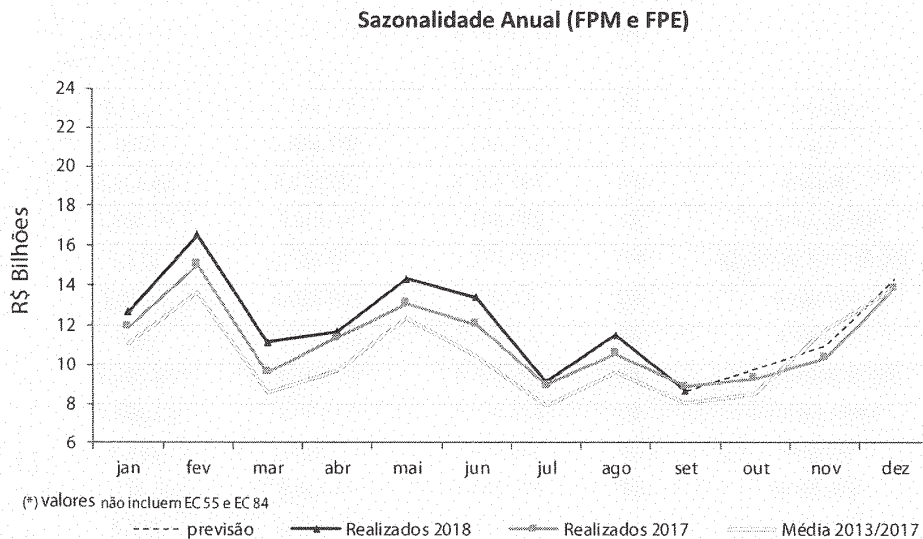
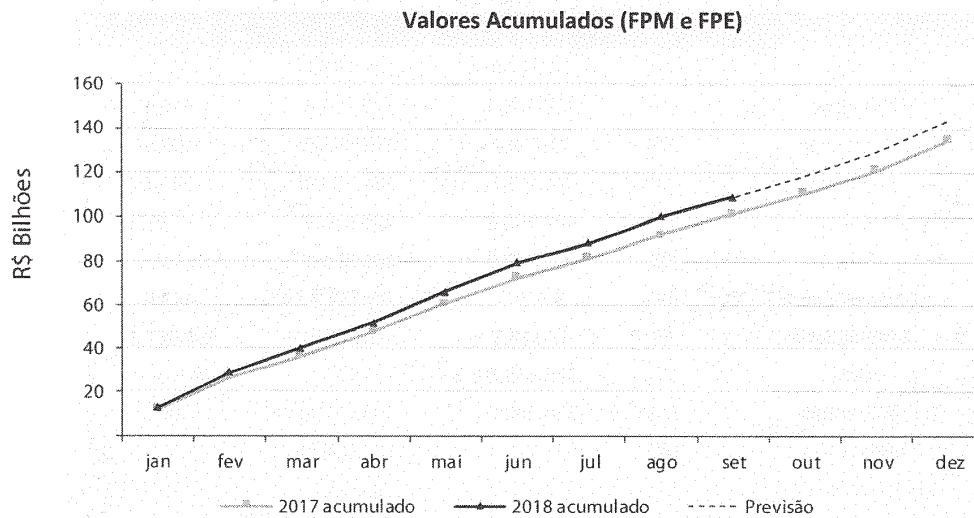
Obs. 1: Os percentuais se referem à variação em relação ao mês anterior.

Obs. 2: O percentual estimado do FPM para dezembro não considera o repasse relativo ao FPM 1% (EC 55/2007).





Gráficos



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/08/2018 a 20/09/2018, conforme demonstrativo abaixo:

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida - R\$ Milhões			Data do Crédito	Transferências - R\$ Milhões			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-Exp	TOTAL
AGO/3º DEC	2.742,9	8.113,4	10.856,4	SET/1º DEC	1.867,3	1.954,1	219,4	4.040,9
SET/1º DEC	833,2	1.797,5	2.630,7	SET/2º DEC	452,5	473,5	66,7	992,7
SET/2º DEC	959,6	10.167,8	11.127,4	SET/3º DEC	1.913,9	2.002,9	76,8	3.993,6
TOTAL	4.535,7	20.078,7	24.614,4	TOTAL	4.233,7	4.430,6	362,9	9.027,1

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Não ocorrência de Classificação por Estimativa. Não ocorrência de Depósitos Judiciais.





Distribuição de Fundos

R\$ Mil

ESTADOS	UF	FPM	FPE	IPI-Exp
Acre	AC	23.812,0	146.067,5	27,3
Alagoas	AL	100.705,1	177.466,4	816,1
Amazonas	AM	71.719,1	122.345,9	1.695,4
Amapá	AP	17.545,7	144.759,9	591,1
Bahia	BA	407.290,6	395.530,9	15.595,3
Ceará	CE	220.447,6	308.559,1	3.425,2
Distrito Federal	DF	7.635,7	29.132,2	463,0
Espírito Santo	ES	79.177,5	65.578,9	14.697,2
Goiás	GO	162.629,0	121.225,1	8.515,2
Maranhão	MA	186.360,8	304.227,6	4.187,2
Minas Gerais	MG	581.979,1	189.858,5	45.065,8
Mato Grosso do Sul	MS	65.061,8	56.854,1	6.615,5
Mato Grosso	MT	80.917,1	97.732,1	5.067,0
Pará	PA	155.787,5	259.345,4	21.748,2
Paraíba	PB	139.221,6	201.901,4	311,2
Pernambuco	PE	218.167,0	290.481,6	5.111,9
Piauí	PI	117.885,6	182.888,3	96,0
Paraná	PR	299.427,4	121.061,5	34.423,9
Rio de Janeiro	RJ	130.481,5	67.330,0	64.989,4
Rio Grande do Norte	RN	109.872,4	175.683,5	313,2
Rondônia	RO	39.262,4	120.580,8	1.075,1
Roraima	RR	22.346,9	104.930,3	16,0
Rio Grande do Sul	RS	299.806,4	97.437,1	33.200,7
Santa Catarina	SC	172.904,7	54.586,4	21.664,2
Sergipe	SE	66.325,4	174.542,1	234,4
São Paulo	SP	590.681,7	41.536,6	72.571,5
Tocantins	TO	63.149,3	182.042,2	340,3
TOTAL		4.430.601,0	4.233.685,3	362.857,3

Obs.: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%).

No Diário Oficial da União do dia 5 de dezembro de 2017, foi publicada a Portaria STN nº 999, de 29 de novembro de 2017, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2018, disponível no endereço:

<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/transferencias-constitucionais-e-legais>

Coordenação-Geral de Análise, Informações e Execução das Transferências Financeiras Intergovernamentais - COINT
Gerência de Relacionamento e Divulgação de Dados de Estados e Municípios—GERED

Fones: (61) 3412-3051, (61) 3412-1588

Email: coint.df.stn@fazenda.gov.br ou transferencias.stn@fazenda.gov.br



Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by BRUNO COVAS LOPES;22037584814
Date: 2018.11.05 16:14:28 BRST
Perfil: Chefe de Ente
Instituição: São Paulo
Cargo: Prefeito

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.107542/2018-92****Dados básicos****Tipo de Interessado:** Município**Interessado:** São Paulo**UF:** SP**Número do PVL:** PVL02.001467/2018-94**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 25/10/2018**Data Limite de Conclusão:** 08/11/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Saúde**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 100.000.000,00**Analista Responsável:** Daniel Maniezo Barboza**Vínculos****PVL:** PVL02.001467/2018-94**Processo:** 17944.107542/2018-92**Situação da Dívida:****Data Base:**

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Checklist**Legenda:** AD Adequado (29) - IN Inadequado (5) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (2)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	
AD	Recomendação da COFIEIX	Indeterminada	
AD	Aba "Cronograma Financeiro"	-	
IN	Aba "Operações não contratadas"	-	
IN	Aba "Operações contratadas"	-	
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	
IN	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	
AD	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	
AD	Autorização legislativa	-	
AD	Parecer do Órgão Jurídico	-	
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	
AD	Certidão do Tribunal de Contas	Indeterminada	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	-	
AD	Adimplemento com a União - consulta SAHEM	-	
AD	Aba "Informações Contábeis"	-	
AD	Demonstrativo de PPP	-	
IN	Análise de suficiência de contragarantias (COAFI)	-	
AD	Análise da capacidade de pagamento (COREM)	-	
AD	Manifestação da CODIP sobre o custo	-	
AD	Relatórios de honras e atrasos	-	
AD	Recomendação do Comitê de Garantias	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	-	
AD	Versão das normas gerais contratuais aplicáveis (operação externa)	-	
DN	Risco de adesão ao RRF de que trata a LC nº 159/2017 (só para Estados e DF)	-	
AD	RGF da União - montante de garantias concedidas	-	



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Limites da RSF nº 43/2001	-	
AD	Taxas de câmbio na aba Resumo	-	
AD	Módulo do ROF	-	
AD	Resolução da COFIEIX	-	
DN	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	
IN	Violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União	Não informada	
AD	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	

Observações sobre o PVL

Informações sobre o interessado


SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Outros lançamentos

COFLEX

Nº da Recomendação:

Data da Recomendação:

Data da homologação da Recomendação:

Validade da Recomendação:

Valor autorizado (US\$):

Contrapartida mínima (US\$):

Registro de Operações Financeiras ROF

Nº do ROF:

PAF e refinanciamentos

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Garantia da União**Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:**Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:****Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?****Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento:****Capacidade de Pagamento:****Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Dados Complementares**Nome do projeto/programa:** Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** Destina-se ao financiamento do projeto "Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP", conforme autorização expedida pela Comissão de Financiamentos Externos - COFLEX por meio da Resolução nº 15/0129, de 18 de janeiro de 2018 (documento anexo ao presente PVL).**Taxa de Juros:**

Taxa de juros anual equivalente à Libor Trimestral acrescida de margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco.

Demais encargos e comissões (discriminar): 1. Comissão de Crédito: Até 0,75% ao ano, sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo.
Indexador: 2. Despesas de Inspeção e Supervisão: Até 1,00% do valor do Empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos, por semestre.

Variação cambial

Prazo de carência (meses): 90**Prazo de amortização (meses):** 114**Prazo total (meses):** 204**Ano de início da Operação:** 2019**Ano de término da Operação:** 2036

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	42.122.222,22	28.784.143,18	0,00	1.380.647,41	1.380.647,41
2020	37.114.141,41	42.206.190,73	0,00	2.929.461,17	2.929.461,17
2021	3.558.859,26	15.774.747,65	0,00	3.435.859,19	3.435.859,19
2022	9.811.206,06	8.474.336,28	0,00	3.671.176,56	3.671.176,56
2023	7.393.571,05	4.760.582,16	0,00	3.798.456,74	3.798.456,74
2024	0,00	0,00	0,00	3.798.045,22	3.798.045,22
2025	0,00	0,00	0,00	3.824.207,55	3.824.207,55
2026	0,00	0,00	5.000.000,00	3.854.997,10	8.854.997,10
2027	0,00	0,00	10.000.000,00	3.600.052,41	13.600.052,41
2028	0,00	0,00	10.000.000,00	3.226.518,36	13.226.518,36
2029	0,00	0,00	10.000.000,00	2.816.401,57	12.816.401,57
2030	0,00	0,00	10.000.000,00	2.436.295,13	12.436.295,13
2031	0,00	0,00	10.000.000,00	2.053.639,77	12.053.639,77
2032	0,00	0,00	10.000.000,00	1.668.364,75	11.668.364,75
2033	0,00	0,00	10.000.000,00	1.276.298,00	11.276.298,00
2034	0,00	0,00	10.000.000,00	861.419,61	10.861.419,61
2035	0,00	0,00	10.000.000,00	478.409,72	10.478.409,72
2036	0,00	0,00	5.000.000,00	95.655,90	5.095.655,90
Total:	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	45.205.908,16	145.205.908,16



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Operações não Contratadas

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

17944.109481/2018-06

Dados da Operação de Crédito**Tipo de operação:** Operação Contratual Interna (com garantia da União)**Finalidade:** Saneamento para Todos**Credor:** Caixa Econômica Federal**Moeda:** Real**Valor:** 200.000.000,00**Status:** Em análise

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	883.333,33	16.666.666,67	0,00	0,00	0,00
2019	9.716.666,67	183.333.333,33	432.862,12	10.259.722,22	10.692.584,34
2020	0,00	0,00	5.366.295,63	16.362.135,22	21.728.430,85
2021	0,00	0,00	5.697.277,00	15.904.277,95	21.601.554,95
2022	0,00	0,00	6.048.672,58	15.418.180,74	21.466.853,32
2023	0,00	0,00	6.421.741,47	14.902.102,11	21.323.843,58
2024	0,00	0,00	6.817.820,43	14.354.192,87	21.172.013,30
2025	0,00	0,00	7.238.328,68	13.772.489,80	21.010.818,48
2026	0,00	0,00	7.684.772,95	13.154.908,55	20.839.681,50
2027	0,00	0,00	8.158.752,94	12.499.236,25	20.657.989,19
2028	0,00	0,00	8.661.966,96	11.803.123,51	20.465.090,47
2029	0,00	0,00	9.196.218,13	11.064.076,06	20.260.294,19



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2030	0,00	0,00	9.763.420,74	10.279.445,78	20.042.866,52
2031	0,00	0,00	10.365.607,17	9.446.421,22	19.812.028,39
2032	0,00	0,00	11.004.935,14	8.562.017,53	19.566.952,67
2033	0,00	0,00	11.683.695,46	7.623.065,75	19.306.761,21
2034	0,00	0,00	12.404.320,23	6.626.201,49	19.030.521,72
2035	0,00	0,00	13.169.391,56	5.567.852,82	18.737.244,38
2036	0,00	0,00	13.981.650,82	4.444.227,51	18.425.878,33
2037	0,00	0,00	14.844.008,44	3.251.299,46	18.095.307,90
2038	0,00	0,00	15.759.554,40	1.984.794,22	17.744.348,62
2039	0,00	0,00	15.298.707,15	640.173,99	15.938.881,14
Total:	10.800.000,00	200.000.000,00	200.000.000,00	207.919.945,05	407.919.945,05



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	202.302.226,96	0,00	0,00	202.302.226,96
2019	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00
Total:	302.302.226,96	0,00	0,00	302.302.226,96

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	3.500.207.226,96	1.665.328.909,19	1.062.455,28	7.890.584,18	3.501.269.682,24	1.673.219.493,37
2019	3.594.012.452,43	1.643.969.169,96	15.670.878,52	24.580.545,43	3.609.683.330,95	1.668.549.715,39
2020	3.747.386.300,64	1.627.807.880,37	36.337.545,16	21.657.453,93	3.783.723.845,80	1.649.465.334,30
2021	3.924.242.841,36	1.603.512.420,58	36.337.545,16	18.152.576,54	3.960.580.386,52	1.621.664.997,12
2022	4.361.346.083,95	1.650.339.435,33	36.337.545,16	15.093.180,93	4.397.683.629,11	1.665.432.616,26
2023	4.312.965.332,54	1.539.688.606,39	34.468.538,21	11.867.509,28	4.347.433.870,75	1.551.556.115,67
2024	5.741.224.905,71	1.517.090.578,96	31.578.947,33	9.064.391,78	5.772.803.853,04	1.526.154.970,74
2025	2.448.761.131,43	1.466.059.641,43	27.578.947,33	6.573.839,26	2.476.340.078,76	1.472.633.480,69
2026	2.642.746.281,34	1.418.134.388,60	27.578.947,33	4.198.217,70	2.670.325.228,67	1.422.332.606,30



Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2027	2.852.249.252,09	1.360.208.482,51	19.245.614,33	1.969.651,28	2.871.494.866,42	1.362.178.133,79
2028	3.078.512.329,71	1.291.252.025,69	2.578.947,37	1.329.844,89	3.081.091.277,08	1.292.581.870,58
2029	3.315.735.358,81	1.207.943.503,37	2.578.947,37	1.229.216,96	3.318.314.306,18	1.209.172.720,33
2030	1.455.623.811,30	479.265.251,38	2.578.947,37	1.132.296,90	1.458.202.758,67	480.397.548,28
2031	4.294.772,44	8.556.291,88	2.578.947,37	1.035.376,83	6.873.719,81	9.591.668,71
2032	4.294.772,44	8.989.262,99	2.578.947,37	941.100,18	6.873.719,81	9.930.363,17
2033	3.468.726,85	7.321.417,79	2.578.947,37	841.536,69	6.047.674,22	8.162.954,48
2034	385.377,17	762.424,64	2.578.947,37	744.616,63	2.964.324,54	1.507.041,27
2035	0,00	0,00	2.578.947,37	647.696,56	2.578.947,37	647.696,56
2036	0,00	0,00	2.578.947,37	552.335,48	2.578.947,37	552.335,48
Restante a pagar	0,00	0,00	12.894.736,82	1.300.596,00	12.894.736,82	1.300.596,00
Total:	44.987.456.957,17	18.496.229.691,06	302.302.226,96	130.802.567,43	45.289.759.184,13	18.627.032.258,49

Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13530	31/08/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.107542/2018-92****Informações Contábeis****Balanco Orçamentário do último RREO do exercício anterior****Demonstrativo:** Balanço Orçamentário**Relatório:** RREO publicado**Exercício:** 2017**Período:** 6º Bimestre**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 44.420.661,72**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 4.068.184.509,24**Balanço Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso****Demonstrativo:** Balanço Orçamentário**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 4º Bimestre**Despesas de capital (dotação atualizada):** 7.224.516.894,78**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)****Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 4º Bimestre**Receita corrente líquida (RCL):** 49.801.405.650,61

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2018**Período:** 2º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 43.884.380.598,12**Deduções:** 10.097.314.897,56**Dívida consolidada líquida (DCL):** 33.787.065.700,56**Receita corrente líquida (RCL):** 49.801.405.650,61**% DCL/RCL:** 67,84

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.107542/2018-92****Declaração do chefe do poder executivo**

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação?

Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

Operações do Reluz

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.107542/2018-92**

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Municípios que tiveram garantia concedida pelo Estado

Em observância ao § 4º do art. 18 da RSF nº 43/2001, o Município teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas?

Não

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas "Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidas se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2018

2º Quadrimestre

DESPESA COM PESSOAL	PODER LEGISLATIVO		
	PODER EXECUTIVO	CÂMARA	TRIBUNAL DE CONTAS
Despesa bruta com pessoal	20.175.357.398,32	459.072.707,69	224.516.119,01



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

DESPESA COM PESSOAL	PODER LEGISLATIVO		
	PODER EXECUTIVO	CÂMARA	TRIBUNAL DE CONTAS
Despesas não computadas	4.562.024.753,28	20.326.856,33	12.876.209,60
Repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social Contribuições patronais	1.917.512.850,84	25.973.839,40	22.069.804,57
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00	0,00
Inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	17.530.845.495,88	464.719.690,76	233.709.713,98
Receita Corrente Líquida (RCL)	49.801.405.650,61	49.801.405.650,61	49.801.405.650,61
TDP/RCL	35,20	0,93	0,47
Limite máximo	54,00	4,25	1,75

Declarção sobre o orçamento

Constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.107542/2018-92**

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já está em andamento na Casa Legislativa local?

Sim

Número do PLOA

536/2018

Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

16773

Data da Lei do PPA

27/12/2017

Ano de início do PPA

2018

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
3003-Ações e serviços da saúde	9204 - Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Sim

Declaro que as despesas com Parcerias Público-Privadas (PPP), publicadas no "Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas" do último RREO exigível, situam-se dentro do limite estabelecido no art. 28 da Lei 11.079/2004."

Sim

Repasse de recursos para o setor privado

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Notas Explicativas**Observação:**

*** Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.**

Nota 9 - Inserida por Enzo Lucio Ondei | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 05/11/2018 17:41:22

Em atendimento à exigência constante do Ofício SEI nº 1399/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, informamos que anexamos na aba "Documentos" do presente o Anexo 13 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária RREO, qual seja o Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas.

Nota 8 - Inserida por Enzo Lucio Ondei | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 05/11/2018 17:26:04

Tendo em vista a orientação dada pela Errata do MDF 8ª Edição, versão 18/06/2018, atualizamos os valores constantes da Nota Explicativa nº 1 abaixo, passando a predita nota a apresentar os seguintes termos:

Na aba Operações Contratadas, especificamente no cronograma de pagamentos, consideramos os seguintes valores referentes aos precatórios judiciais emitidos e não pagos a partir de 5 de maio de 2000, publicados no RGF do 3º Quadrimestre de 2017, para fins de apuração do limite de que trata o inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, conforme consta do Parecer

PGFN/CAF nº 1327/2017:

2018: 1.875.831.682,45

2019: 1.909.387.680,37

2020: 1.978.859.819,86

2021: 2.051.552.244,24

2022: 2.126.909.008,56

2023: 2.205.035.008,09

2024: 3.434.498.291,74

Restante a pagar: 0,00

Total: 15.582.073.735,30

Nota 7 - Inserida por Enzo Lucio Ondei | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 05/11/2018 17:02:49

A operação de crédito interno do PNAFM III, cujo PVL tramitou no Processo nº 17944.107748/2018-12 com a numeração PVL02.001434/2018-44, foi recentemente celebrada perante a Caixa Econômica Federal (29/10/2018), de forma que seus correspondentes valores foram inseridos na aba "Operações Contratadas" do presente PVL.

Nota 6 - Inserida por Enzo Lucio Ondei | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 25/10/2018 15:15:49

Em atenção ao item 9 do anexo "Documentos/Informações Necessários" do Ofício SEI nº 1276/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, conforme informações prestadas pelo Departamento de Contadoria e Gabinete da Subsecretaria do Tesouro Municipal, ponderamos que o Anexo - 13, do Demonstrativo das Parcerias Público Privadas - PPP, foi preenchido respeitando as diretrizes contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 8ª Edição (Portaria STN nº 495, de 06 de Junho de 2017), entretanto, tal demonstrativo foi homologado no SICONFI com valores zerados, exceto na linha da Receita Corrente Líquida, fato este motivado pela suspensão, determinada pela 13ª vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital (processo nº 1015273-13.2018.8.26.0053, e agravos de instrumento nºs 2074935-50.2018.8.26.0000 e 2072848-24.2018.8.26.0000), da execução do contrato de PPP na área de iluminação. Corroborando com o nosso entendimento de disponibilização do Anexo - 13 com valores zerados, salientamos que houve acesso apenas aos empenhos efetuados em favor do Consórcio ganhador, entretanto, até o presente momento, nenhuma despesa foi executada daqueles empenhos, fato este que reforça ainda mais nossa posição pela não existência de valores a serem destacados no referido anexo.

Nota 5 - Inserida por Enzo Lucio Ondei | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 25/10/2018 13:08:45

Informamos que a presente operação de crédito externo foi cadastrada no módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Registro Declaratório Eletrônico do Banco Central do Brasil sob o número TA837204.

Nota 4 - Inserida por Enzo Lucio Ondei | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 25/10/2018 13:05:51

Ressaltamos que as abas "Outros Lançamentos" e "Garantia da União" do PVL não foram preenchidas pois as mesmas se encontram inabilitadas para preenchimento.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92**Nota 3 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 25/10/2018 13:04:13**

Reafirmamos que, em que pese existirem diferenças nos percentuais de gastos com educação e saúde (artigos 198 e 212 da Constituição Federal) constantes da Certidão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCM e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, diferença esta em razão de metodologias de apuração diversas aplicadas pelo TCM e pela Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os gastos com educação e saúde observam o mínimo constitucional em ambas metodologias. De qualquer forma, o TCM e a PMSP formaram grupos de trabalho com vistas à convergência dessas metodologias de forma a uniformizar os percentuais apurados desses gastos.

Nota 2 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 28/08/2018 13:16:15

Em que pese existirem diferenças nos percentuais de gastos com educação e saúde (artigos 198 e 212 da Constituição Federal) constantes da Certidão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCM e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, diferença esta em razão de metodologias de apuração diversas aplicadas pelo TCM e pela Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os gastos com educação e saúde observam o mínimo constitucional em ambas metodologias. De qualquer forma, o TCM e a PMSP formaram grupos de trabalho com vistas à convergência dessas metodologias de forma a uniformizar os percentuais apurados desses gastos.

Nota 1 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 27/08/2018 17:23:38

Na aba Operações Contratadas, especificamente no cronograma de pagamentos, consideramos os seguintes valores referentes aos precatórios judiciais emitidos e não pagos a partir de 5 de maio de 2000, publicados no RGF do 3º Quadrimestre de 2017, para fins de apuração do limite de que trata o inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, conforme consta do Parecer

PGFN/CAF n 1327/2017:

2018: 1.788.290.000,00

2019: 1.820.280.000,00

2020: 1.886.510.000,00

2021: 1.955.810.000,00

2022: 2.027.650.000,00

2023: 2.102.130.000,00

2024: 3.274.216.448,95

Restante a pagar: 0,00

Total: 14.854.886.448,95



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Documentos anexos

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	16757	14/11/2017	Dólar dos EUA	100.000.000,00	24/08/2018	DOC00.031497/2018-45

Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do Tribunal de Contas	19/10/2018	23/10/2018	DOC00.035055/2018-78
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do Tribunal de Contas	28/08/2018	28/08/2018	DOC00.031632/2018-52
Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	Protocolo Ofício 12-2018 DECON	20/04/2018	24/08/2018	DOC00.031496/2018-09
Documentação adicional	Anexo 13 RREO - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas	05/11/2018	05/11/2018	DOC00.036070/2018-33
Documentação adicional	Declaração de Regularidade quanto ao Pgto de Precatórios	08/10/2018	25/10/2018	DOC00.035248/2018-29
Documentação adicional	Declaração de Regularidade quanto ao pgto de precatórios	06/08/2018	24/08/2018	DOC00.031499/2018-34
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico	25/10/2018	25/10/2018	DOC00.035243/2018-04
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico	24/08/2018	24/08/2018	DOC00.031498/2018-90
Parecer do Órgão Técnico	Parecer do Órgão Técnico	08/10/2018	25/10/2018	DOC00.035247/2018-84
Parecer do Órgão Técnico	Parecer do Órgão Técnico	22/08/2018	27/08/2018	DOC00.031578/2018-45
Recomendação da COFIEIX	Resolução 15/0129	18/01/2018	24/08/2018	DOC00.031500/2018-21

Minutas

Não há tramitações de documentos.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 05/11/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1399	01/11/2018

Em retificação pelo interessado - 15/10/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1276	11/10/2018

Processo pendente de distribuição - 09/10/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	124	05/10/2018

Encaminhado para agendamento da negociação - 30/08/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	109	29/08/2018
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	1117	30/08/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13530	31/08/2018

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	0,00	218.968.893,63	218.968.893,63
2019	119.031.067,29	283.333.333,33	402.364.400,62
2020	174.535.260,53	0,00	174.535.260,53
2021	65.233.313,96	0,00	65.233.313,96
2022	35.043.922,82	0,00	35.043.922,82
2023	19.686.435,41	0,00	19.686.435,41
2024	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2034	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	0,00	5.174.489.175,61	5.174.489.175,61
2019	5.709.391,23	5.288.925.630,68	5.294.635.021,91
2020	12.114.200,78	5.454.917.610,95	5.467.031.811,73
2021	14.208.308,51	5.603.846.938,59	5.618.055.247,10
2022	15.181.416,43	6.084.583.098,69	6.099.764.515,12
2023	15.707.758,16	5.920.313.830,00	5.936.021.588,16
2024	15.706.056,40	7.320.130.837,08	7.335.836.893,48
2025	15.814.245,48	3.969.984.377,93	3.985.798.623,41
2026	36.618.069,51	4.113.497.516,47	4.150.115.585,98
2027	56.240.296,73	4.254.330.989,40	4.310.571.286,13
2028	54.695.621,37	4.394.138.238,13	4.448.833.859,50
2029	52.999.665,41	4.547.747.320,70	4.600.746.986,11
2030	51.427.811,25	1.958.643.173,47	2.010.070.984,72
2031	49.845.416,54	36.277.416,91	86.122.833,45
2032	48.252.188,75	36.371.035,65	84.623.224,40
2033	46.630.875,12	33.517.389,91	80.148.265,03
2034	44.915.228,51	23.501.887,53	68.417.116,04



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2035	43.331.367,72	21.963.888,31	65.295.256,03
2036	21.072.065,84	21.557.161,18	42.629.227,02
Restante a pagar	0,00	65.973.870,48	65.973.870,48

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001**Exercício anterior****Despesas de capital executadas do exercício anterior 4.068.184.509,24**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada 4.068.184.509,24

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 44.420.661,72

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada 44.420.661,72

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Exercício corrente**Despesas de capital previstas no orçamento****7.224.516.894,78**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesa de capital do exercício ajustadas**7.224.516.894,78**

Liberações de crédito já programadas 218.968.893,63

Liberação da operação pleiteada 0,00

Liberações ajustadas**218.968.893,63**

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	0,00	218.968.893,63	50.017.020.871,51	0,44	2,74
2019	119.031.067,29	283.333.333,33	50.669.483.755,66	0,79	4,96
2020	174.535.260,53	0,00	51.330.457.898,74	0,34	2,13
2021	65.233.313,96	0,00	52.000.054.328,55	0,13	0,78
2022	35.043.922,82	0,00	52.678.385.521,26	0,07	0,42
2023	19.686.435,41	0,00	53.365.565.420,24	0,04	0,23
2024	0,00	0,00	54.061.709.455,25	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	54.766.934.561,80	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	55.481.359.200,81	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	56.205.103.378,49	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	56.938.288.666,53	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	57.681.038.222,48	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	58.433.476.810,46	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	59.195.730.822,13	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2032	0,00	0,00	59.967.928.297,88	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	60.750.198.948,40	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	61.542.674.176,39	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	62.345.487.098,72	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	63.158.772.568,69	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	63.982.667.198,80	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	64.817.309.383,58	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	65.662.839.322,92	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	0,00	5.174.489.175,61	50.017.020.871,51	10,35
2019	5.709.391,23	5.288.925.630,68	50.669.483.755,66	10,45
2020	12.114.200,78	5.454.917.610,95	51.330.457.898,74	10,65
2021	14.208.308,51	5.603.846.938,59	52.000.054.328,55	10,80
2022	15.181.416,43	6.084.583.098,69	52.678.385.521,26	11,58
2023	15.707.758,16	5.920.313.830,00	53.365.565.420,24	11,12
2024	15.706.056,40	7.320.130.837,08	54.061.709.455,25	13,57
2025	15.814.245,48	3.969.984.377,93	54.766.934.561,80	7,28
2026	36.618.069,51	4.113.497.516,47	55.481.359.200,81	7,48
2027	56.240.296,73	4.254.330.989,40	56.205.103.378,49	7,67
2028	54.695.621,37	4.394.138.238,13	56.938.288.666,53	7,81
2029	52.999.665,41	4.547.747.320,70	57.681.038.222,48	7,98
2030	51.427.811,25	1.958.643.173,47	58.433.476.810,46	3,44
2031	49.845.416,54	36.277.416,91	59.195.730.822,13	0,15
2032	48.252.188,75	36.371.035,65	59.967.928.297,88	0,14



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2033	46.630.875,12	33.517.389,91	60.750.198.948,40	0,13
2034	44.915.228,51	23.501.887,53	61.542.674.176,39	0,11
2035	43.331.367,72	21.963.888,31	62.345.487.098,72	0,10
2036	21.072.065,84	21.557.161,18	63.158.772.568,69	0,07
Média até 2027:				10,09
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				87,78
Média até o término da operação:				6,36
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				55,32

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Receita Corrente Líquida (RCL)	49.801.405.650,61
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	33.787.065.700,56
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	502.302.226,96
Valor da operação pleiteada	413.530.000,00

Saldo total da dívida líquida	34.702.897.927,52
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,70
Limite da DCL/RCL	1,20

Percentual do limite de endividamento	58,07%
---------------------------------------	--------

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 05/11/2018

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Data da Consulta: 05/11/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	26/04/2018 11:45:50



Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by BRUNO COVAS LOPES:22037584814 Date: 2018.10.25 17:18:28 BRT Perfil: Chefe de Ente Instituição: São Paulo Cargo: Prefeito

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.107542/2018-92****Dados básicos****Tipo de Interessado:** Município**Interessado:** São Paulo**UF:** SP**Número do PVL:** PVL02.001467/2018-94**Status:** Em retificação pelo interessado**Data de Protocolo:** 28/08/2018**Data Limite de Conclusão:** 11/09/2018**Tipo de Operação:** Operação Contratual Externa (com garantia da União)**Finalidade:** Saúde**Tipo de Credor:** Instituição Financeira Internacional**Credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento**Moeda:** Dólar dos EUA**Valor:** 100.000.000,00**Analista Responsável:** Helena Cristina Dill**Vínculos****PVL:** PVL02.001467/2018-94**Processo:** 17944.107542/2018-92**Situação da Dívida:****Data Base:**

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

Checklist**Legenda:** AD Adequado (18) - IN Inadequado (16) - NE Não enviado (0) - DN Desnecessário (2)

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
IN	Dados Básicos e aba "Dados Complementares"	Indeterminada	
IN	Recomendação da COFIE X	Não informada	
AD	Aba "Cronograma Financeiro"	-	
IN	Aba "Operações não contratadas"	-	
IN	Aba "Operações contratadas"	-	
AD	Relatórios contábeis do Siconfi	-	
IN	Aba "Declaração do Chefe do Poder Executivo"	-	
IN	Cadastro da Dívida Pública (CDP)	-	
AD	Autorização legislativa	-	
IN	Parecer do Órgão Jurídico	-	
AD	Parecer do Órgão Técnico	-	
IN	Certidão do Tribunal de Contas	30/09/2018	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União	-	
AD	Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	-	
AD	Adimplemento com a União - consulta SAHEM	-	
IN	Aba "Informações Contábeis"	-	
IN	Demonstrativo de PPP	-	
IN	Análise de suficiência de contragarantias (COAFI)	-	
AD	Análise da capacidade de pagamento (COREM)	-	
IN	Manifestação da CODIP sobre o custo	-	
AD	Relatórios de honras e atrasos	-	
AD	Recomendação do Comitê de Garantias	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo negociada (operação externa)	-	
AD	Versão das normas gerais contratuais aplicáveis (operação externa)	-	
DN	Risco de adesão ao RRF de que trata a LC nº 159/2017 (só para Estados e DF)	-	
AD	RGF da União - montante de garantias concedidas	-	



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

STATUS	DOCUMENTO	VALIDADE	PÁGINAS
AD	Limites da RSF nº 43/2001	-	
IN	Taxas de câmbio na aba Resumo	-	
IN	Módulo do ROF	-	
AD	Resolução da COFIEIX	-	
DN	Anexo nº 1 da Lei nº 4.320/1964 - Lei Orçamentária do Exercício em Curso	-	
IN	Violação dos acordos de refinanciamento firmados com a União	Não informada	
IN	Módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF)	-	
AD	Minuta do contrato de empréstimo (operação externa)	-	
AD	Minuta do contrato de garantia (operação externa)	-	
AD	Aba "Notas Explicativas"	-	

Observações sobre o PVL-----
Informações sobre o interessado

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Outros lançamentos**COFIEX****Nº da Recomendação:****Data da Recomendação:****Data da homologação da Recomendação:****Validade da Recomendação:****Valor autorizado (US\$):****Contrapartida mínima (US\$):****Registro de Operações Financeiras ROF****Nº do ROF:****PAF e refinanciamentos**

O interessado possui PAF ou refinanciamentos?

Documentos acessórios

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Garantia da União**Condições financeiras**

Informe as condições financeiras da operação

Modalidade:**Desembolso:****Amortização:****Juros:****Juros de mora:****Outras despesas:****Outras informações:****Taxa interna de retorno - TIR(%a.a.):****Financiamento de políticas públicas:****Operação de crédito****Número do parecer da operação de crédito:****Data do parecer da operação de crédito:****Validade do parecer da operação de crédito (dias):****Validade do parecer da operação de crédito (data):****Contrato da operação de crédito já foi assinado?****Capacidade de pagamento****Dispensa análise da capacidade de pagamento:****Capacidade de Pagamento:****Documentos acessórios**

Não existem documentos gerados.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Dados Complementares**Nome do projeto/programa:** Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP**Destinação dos recursos conforme autorização legislativa:** Destina-se ao financiamento do projeto "Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP", conforme autorização expedida pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX por meio da Resolução nº 15/0129, de 18 de janeiro de 2018 (documento anexo ao presente PVL).**Taxa de Juros:** Taxa de juros anual equivalente à Libor Trimestral acrescida de margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do Banco.**Demais encargos e comissões (discriminar):** 1. Comissão de Crédito: Até 0,75% ao ano, sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo.**Indexador:** 2. Despesas de Inspeção e Supervisão: Até 1,00% do valor do Empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no Prazo Original de Desembolsos, por semestre.

Variação cambial

Prazo de carência (meses): 90**Prazo de amortização (meses):** 114**Prazo total (meses):** 204**Ano de início da Operação:** 2019**Ano de término da Operação:** 2036

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Cronograma Financeiro

O total de amortizações é diferente do valor da operação?

Não

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2019	42.122.222,22	28.784.143,18	0,00	1.380.647,41	1.380.647,41
2020	37.114.141,41	42.206.190,73	0,00	2.929.461,17	2.929.461,17
2021	3.558.859,26	15.774.747,65	0,00	3.435.859,19	3.435.859,19
2022	9.811.206,06	8.474.336,28	0,00	3.671.176,56	3.671.176,56
2023	7.393.571,05	4.760.582,16	0,00	3.798.456,74	3.798.456,74
2024	0,00	0,00	0,00	3.798.045,22	3.798.045,22
2025	0,00	0,00	0,00	3.824.207,55	3.824.207,55
2026	0,00	0,00	5.000.000,00	3.854.997,10	8.854.997,10
2027	0,00	0,00	10.000.000,00	3.600.052,41	13.600.052,41
2028	0,00	0,00	10.000.000,00	3.226.518,36	13.226.518,36
2029	0,00	0,00	10.000.000,00	2.816.401,57	12.816.401,57
2030	0,00	0,00	10.000.000,00	2.436.295,13	12.436.295,13
2031	0,00	0,00	10.000.000,00	2.053.639,77	12.053.639,77
2032	0,00	0,00	10.000.000,00	1.668.364,75	11.668.364,75
2033	0,00	0,00	10.000.000,00	1.276.298,00	11.276.298,00
2034	0,00	0,00	10.000.000,00	861.419,61	10.861.419,61
2035	0,00	0,00	10.000.000,00	478.409,72	10.478.409,72
2036	0,00	0,00	5.000.000,00	95.655,90	5.095.655,90
Total:	100.000.000,00	100.000.000,00	100.000.000,00	45.205.906,16	145.205.906,16



Processo nº 17944.107542/2018-92

Operações não Contratadas

Informações de operações de crédito em tramitação na STN ou no Senado Federal e operações de crédito autorizadas e ainda não contratadas.

17944.107748/2018-12

Dados da Operação de Crédito

Tipo de operação: Operação Contratual Interna

Finalidade: PNAFM

Credor: Caixa Econômica Federal

Moeda: Real

Valor: 49.000.000,00

Status: Deferido

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2018	5.444.444,44	49.000.000,00	0,00	648.179,65	648.179,65
2019	0,00	0,00	0,00	1.941.073,79	1.941.073,79
2020	0,00	0,00	0,00	1.946.407,07	1.946.407,07
2021	0,00	0,00	0,00	1.941.073,79	1.941.073,79
2022	0,00	0,00	0,00	1.941.073,79	1.941.073,79
2023	0,00	0,00	2.578.947,37	1.859.109,07	4.438.056,44
2024	0,00	0,00	2.578.947,37	1.718.589,59	4.297.536,96
2025	0,00	0,00	2.578.947,37	1.616.897,23	4.195.844,60
2026	0,00	0,00	2.578.947,37	1.519.977,17	4.098.924,54
2027	0,00	0,00	2.578.947,37	1.423.057,10	4.002.004,47
2028	0,00	0,00	2.578.947,37	1.329.844,89	3.908.792,26
2029	0,00	0,00	2.578.947,37	1.229.216,96	3.808.164,33



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	CONTRAPART.	LIBERAÇÕES	AMORTIZAÇÃO	ENCARGOS	TOT. REEMB.
2030	0,00	0,00	2.578.947,37	1.132.296,90	3.711.244,27
2031	0,00	0,00	2.578.947,37	1.035.376,83	3.614.324,20
2032	0,00	0,00	2.578.947,37	941.100,18	3.520.047,55
2033	0,00	0,00	2.578.947,37	841.536,69	3.420.484,06
2034	0,00	0,00	2.578.947,37	744.616,63	3.323.564,00
2035	0,00	0,00	2.578.947,37	647.696,56	3.226.643,93
2036	0,00	0,00	2.578.947,37	552.335,48	3.131.282,85
2037	0,00	0,00	2.578.947,37	453.856,42	3.032.803,79
2038	0,00	0,00	2.578.947,37	356.936,36	2.935.883,73
2039	0,00	0,00	2.578.947,37	260.016,29	2.838.963,66
2040	0,00	0,00	2.578.947,37	163.610,78	2.742.558,15
2041	0,00	0,00	2.578.947,34	66.176,15	2.645.123,49
Total:	5.444.444,44	49.000.000,00	49.000.000,00	26.310.055,37	75.310.055,37



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Operações Contratadas

O interessado possui liberações previstas de operações já contratadas?

Sim

Cronograma de liberações

Neste cronograma NÃO estão incluídas as liberações previstas para a operação pleiteada.

Os valores deste Cronograma de Liberações estão consolidados, contendo, dessa forma, as liberações referentes à administração direta, aos fundos, às autarquias, às fundações e às empresas estatais dependentes.

Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	OPER. CONT. SFN	OPER. ARO	DEMAIS	TOTAL
2018	153.302.226,96	0,00	0,00	153.302.226,96
2019	100.000.000,00	0,00	0,00	100.000.000,00
Total:	253.302.226,96	0,00	0,00	253.302.226,96

Cronograma de pagamentos

Neste cronograma NÃO estão incluídos os dispêndios da operação pleiteada.

O total das amortizações da "Dívida Consolidada" deve ser compatível com o saldo da "Dívida Consolidada" do final do exercício anterior, informado no "Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida". Os valores deste cronograma estão expressos em reais (R\$).

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2018	3.409.254.845,89	1.665.328.909,19	1.062.455,28	7.242.404,53	3.410.317.301,17	1.672.571.313,72
2019	3.501.401.887,38	1.643.969.169,96	15.670.878,52	22.639.471,64	3.517.072.765,90	1.666.608.641,60
2020	3.651.383.550,92	1.627.807.880,37	36.337.545,16	19.711.046,86	3.687.721.096,08	1.647.518.927,23
2021	3.824.674.303,12	1.603.512.420,58	36.337.545,16	16.211.502,75	3.861.011.848,28	1.619.723.923,33
2022	4.257.827.444,81	1.650.339.435,33	36.337.545,16	13.152.107,14	4.294.164.989,97	1.663.491.542,47
2023	4.205.852.690,63	1.539.688.606,39	31.889.590,84	10.008.400,21	4.237.742.281,47	1.549.697.006,60
2024	5.575.365.336,49	1.517.090.578,96	28.999.999,96	7.345.802,19	5.604.365.336,45	1.524.436.381,15
2025	2.446.313.761,67	1.466.059.641,43	24.999.999,96	4.956.942,03	2.471.313.781,63	1.471.016.583,46
2026	2.640.105.058,23	1.418.134.388,60	24.999.999,96	2.678.240,53	2.665.105.058,19	1.420.812.629,13





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	DÍVIDA CONSOLIDADA		OP. CONTRATADAS		TOTAL	
	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS	AMORTIZ.	ENCARGOS
2027	2.849.398.646,76	1.360.208.482,51	16.666.666,96	546.594,18	2.866.065.313,72	1.360.755.076,69
2028	3.075.435.591,71	1.291.252.025,69	0,00	0,00	3.075.435.591,71	1.291.252.025,69
2029	3.312.421.534,51	1.207.943.503,37	0,00	0,00	3.312.421.534,51	1.207.943.503,37
2030	1.454.169.026,45	479.265.251,38	0,00	0,00	1.454.169.026,45	479.265.251,38
2031	4.290.480,14	8.556.291,88	0,00	0,00	4.290.480,14	8.556.291,88
2032	4.290.480,14	8.989.262,99	0,00	0,00	4.290.480,14	8.989.262,99
2033	3.465.260,12	7.321.417,79	0,00	0,00	3.465.260,12	7.321.417,79
2034	384.992,01	762.424,64	0,00	0,00	384.992,01	762.424,64
2035	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restante a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	44.216.034.910,98	18.496.229.691,06	253.302.228,96	104.492.512,06	44.469.337.137,94	18.600.722.203,12

Taxas de câmbio

Alguma das dívidas foi contratada em moeda estrangeira?

Sim

Informe na tabela abaixo as moedas estrangeiras e suas respectivas cotações e datas de cotações.

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13530	31/08/2018



SADIPEM

TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

Processo nº 17944.107542/2018-92

Informações Contábeis**Balanço Orçamentário do último RREO do exercício anterior****Demonstrativo:** Balanço Orçamentário**Relatório:** RREO publicado**Exercício:** 2017**Período:** 6º Bimestre**Receita de operações de crédito (realizadas até o bimestre):** 44.420.661,72**Despesas de capital executadas (liquidadas até o bimestre + inscritas em restos a pagar não processados):** 4.068.184.509,24**Balanço Orçamentário do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente) ou Anexo 1 da Lei 4320/1964 publicado junto à LOA do exercício em curso****Demonstrativo:** Balanço Orçamentário**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 4º Bimestre**Despesas de capital (dotação atualizada):** 7.224.516.894,78**Demonstrativo da Receita Corrente Líquida do último RREO exigível (ou disponível, se mais recente)****Demonstrativo:** Demonstrativo da Receita Corrente Líquida**Relatório:** RREO**Exercício:** 2018**Período:** 4º Bimestre**Receita corrente líquida (RCL):** 49.801.405.650,61

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida do último RGF exigível (ou disponível, se mais recente)**Demonstrativo:** Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida**Relatório:** RGF**Exercício:** 2018**Período:** 2º Quadrimestre**Dívida Consolidada (DC):** 43.884.380.598,12**Deduções:** 10.097.314.897,56**Dívida consolidada líquida (DCL):** 33.787.065.700,56**Receita corrente líquida (RCL):** 49.801.405.650,61**% DCL/RCL:** 67,84

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Declaração do chefe do poder executivo

Declaro, sob as penas da Lei, que as informações prestadas neste Pedido de Verificação de Limites e Condições são verdadeiras.

Operações vedadas no âmbito do art. 37 da LRF e operações irregulares

Todos os parcelamentos de débitos e operações de crédito, inclusive as equiparadas nos termos do art. 29, § 1º e art. 37 da LRF, contratadas com instituições financeiras e não financeiras foram objeto de análise da STN e devidamente regularizadas?

Sim

Operações vedadas no âmbito do art. 35 da LRF

O Ente, em relação ao art. 35 da Lei Complementar nº 101/2000, realizou operação de crédito junto a outro Ente da Federação?

Não

Ações vedadas no âmbito do art. 5º da RSF nº 43/2001

O Ente praticou alguma das ações vedadas pelo art. 5º da RSF nº 43/2001?

Não

Operações do Reluz

O ente contratou, sem a verificação prévia pela STN do cumprimento dos limites e condições necessários à contratação, operação no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz), estabelecido pela Lei nº 9.991, de 24/07/2000?

Não





Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Cumprimento da obrigação de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 21 da RSF nº 43/2001

O Ente, em relação às contas dos exercícios ainda não analisados pelo Tribunal de Contas, inclusive o em curso, cumpre o disposto:

a) No art. 23 da LRF (limites de pessoal)?

Sim

b) No art. 33 da LRF (não contratação de operação de crédito realizada com infração do disposto na LRF)?

Sim

c) No art. 37 da LRF (não realização de operações vedadas)?

Sim

d) No art. 52 da LRF (publicação do relatório resumido da execução orçamentária - RREO)?

Sim

e) No §2º do art. 55 da LRF (publicação do relatório de gestão fiscal - RGF)?

Sim

f) No inciso III do art. 167 da Constituição (limite das operações de crédito em relação às despesas de capital)?

Sim

Cálculo dos limites de endividamento

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO) contratadas e não pagas?

Não

Com relação ao EXERCÍCIO ANTERIOR, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.107542/2018-92**

Com relação ao EXERCÍCIO CORRENTE, existem despesas de capital a serem deduzidas do cálculo do montante de despesas de capital para a verificação do limite a que se refere o inciso III do art. 167 da Constituição Federal?

Não

Demais limites e condições estabelecidos na LRF e nas RSF nº 40/2001 e 43/2001

O Ente cumpre os demais limites e condições fixadas pelo Senado Federal e observa as demais restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF?

Sim

Municípios que tiveram garantia concedida pelo Estado

Em observância ao § 4º do art. 18 da RSF nº 43/2001, o Município teve dívida honrada pelo Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, relativamente a dívidas ainda não liquidadas?

Não

Limites da despesa com pessoal

O Ente, relativamente ao art. 23 da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta no quadro abaixo os seguintes valores das despesas com pessoal.

As linhas "Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)" e "Inativos e pensionistas" só devem ser preenchidas se os seus valores não tiverem sido considerados na linha "Despesa bruta com pessoal"

Exercício:

Período:

2018

2º Quadrimestre

DESPESA COM PESSOAL	PODER LEGISLATIVO		
	PODER EXECUTIVO	CÂMARA	TRIBUNAL DE CONTAS
Despesa bruta com pessoal	20.175.357.398,32	459.072.707,69	224.516.119,01



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

DESPESA COM PESSOAL	PODER LEGISLATIVO		
	PODER EXECUTIVO	CÂMARA	TRIBUNAL DE CONTAS
Despesas não computadas	4.562.024.753,28	20.326.856,33	12.876.209,60
Repasses previdenciários ao Regime Próprio de Previdência Social Contribuições patronais	1.917.512.850,84	25.973.839,40	22.069.804,57
Imposto de renda retido na fonte - IRRF (ativos, inativos e pensionistas)	0,00	0,00	0,00
Inativos e pensionistas	0,00	0,00	0,00
Total de despesas com pessoal para fins de apuração do limite (TDP)	17.530.845.495,88	464.719.690,76	233.709.713,98
Receita Corrente Líquida (RCL)	49.801.405.650,61	49.801.405.650,61	49.801.405.650,61
TDP/RCL	35,20	0,93	0,47
Limite máximo	54,00	4,25	1,75

Declaração sobre o orçamento

Constam do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019 dotações necessárias e suficientes à execução do Programa/Projeto, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

**Processo nº 17944.107542/2018-92**

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) já está em andamento na Casa Legislativa local?

Sim

Número do PLOA

536/2018

Declaração sobre o Plano Plurianual (PPA)

O Programa/Projeto está inserido no Plano Plurianual (PPA) do Ente?

Sim

Número da Lei do PPA

16773

Data da Lei do PPA

27/12/2017

Ano de início do PPA

2018

Informe os programas e ações do PPA relativos à operação de crédito

PROGRAMA	AÇÃO
3003-Ações e serviços da saúde	9204 - Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP

Exercício anterior não analisado pelo Tribunal de Contas

O exercício de 2017 foi analisado pelo Tribunal de Contas?

Sim



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Parcerias Público-Privadas (PPP)

O ente assinou contrato na modalidade Parceria Público-Privada (PPP)?

Sim

Declaro que as despesas com Parcerias Público-Privadas (PPP), publicadas no "Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas" do último RREO exigível, situam-se dentro do limite estabelecido no art. 28 da Lei 11.079/2004."

Sim

Repasse de recursos para o setor privado

Em observância ao disposto no art. 26 da LRF, declaro que havendo previsão de repasse de recursos públicos para o setor privado, tais repasses serão autorizados por lei específica, atenderão às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e constarão da lei orçamentária do exercício em que ocorrerem.

Sim

Conformidade da lista CNPJ da Administração Direta do ente com o CAUC

Estão incluídos no Serviço Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias (CAUC) todos os CNPJs da Administração Direta do ente?

Sim





TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios



Processo nº 17944.107542/2018-92

Notas Explicativas

Observação:

* Uma vez inseridas, as notas explicativas não podem ser editadas ou excluídas.

Nota 6 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 25/10/2018 15:15:49

Em atenção ao item 9 do anexo "Documentos/Informações Necessários" do Ofício SEI nº 1276/2018/COPEM/SURIN/STN-MF, conforme informações prestadas pelo Departamento de Contadoria e Gabinete da Subsecretaria do Tesouro Municipal, ponderamos que o Anexo - 13, do Demonstrativo das Parcerias Público Privadas - PPP, foi preenchido respeitando as diretrizes contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF 8ª Edição (Portaria STN nº 495, de 06 de Junho de 2017), entretanto, tal demonstrativo foi homologado no SICONFI com valores zerados, exceto na linha da Receita Corrente Líquida, fato este motivado pela suspensão, determinada pela 13ª vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital (processo nº 1015273-13.2018.8.26.0053, e agravos de instrumento nºs 2074935-50.2018.8.26.0000 e 2072848-24.2018.8.26.0000), da execução do contrato de PPP na área de iluminação. Corroborando com o nosso entendimento de disponibilização do Anexo - 13 com valores zerados, salientamos que houve acesso apenas aos empenhos efetuados em favor do Consórcio ganhador, entretanto, até o presente momento, nenhuma despesa foi executada daqueles empenhos, fato este que reforça ainda mais nossa posição pela não existência de valores a serem destacados no referido anexo.

Nota 5 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 25/10/2018 13:08:45

Informamos que a presente operação de crédito externo foi cadastrada no módulo de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Registro Declaratório Eletrônico do Banco Central do Brasil sob o número TA837204.

Nota 4 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 25/10/2018 13:05:51

Ressaltamos que as abas "Outros Lançamentos" e "Garantia da União" do PVL não foram preenchidas pois as mesmas se encontram inabilitadas para preenchimento.

Nota 3 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 25/10/2018 13:04:13

Reafirmamos que, em que pese existirem diferenças nos percentuais de gastos com educação e saúde (artigos 198 e 212 da Constituição Federal) constantes da Certidão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCM e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, diferença esta em razão de metodologias de apuração diversas aplicadas pelo TCM e pela Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os gastos com educação e saúde observam o mínimo constitucional em ambas metodologias. De qualquer forma, o TCM e a PMSP formaram grupos de trabalho com vistas à convergência dessas metodologias de forma a uniformizar os percentuais apurados desses gastos.

Nota 2 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 28/08/2018 13:16:15

Em que pese existirem diferenças nos percentuais de gastos com educação e saúde (artigos 198 e 212 da Constituição Federal) constantes da Certidão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - TCM e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, diferença esta em razão de metodologias de apuração diversas aplicadas pelo TCM e pela Prefeitura do Município de São Paulo - PMSP, os gastos com educação e saúde observam o mínimo constitucional em ambas metodologias. De qualquer forma, o TCM e a PMSP formaram grupos de trabalho com vistas à convergência dessas metodologias de forma a uniformizar os percentuais apurados desses gastos.

Nota 1 - Inserida por Enzo Lucio Ondeí | CPF 25541140803 | Perfil Operador de Ente | Data 27/08/2018 17:23:38

Na aba Operações Contratadas, especificamente no cronograma de pagamentos, consideramos os seguintes valores referentes aos precatórios judiciais emitidos e não pagos a partir de 5 de maio de 2000, publicados no RGF do 3º Quadrimestre de 2017, para fins de apuração do limite de que trata o inciso II do art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, conforme consta do Parecer PGFN/CAF nº 1327/2017:

2018: 1.788.290.000,00
2019: 1.820.280.000,00
2020: 1.886.510.000,00
2021: 1.955.810.000,00
2022: 2.027.650.000,00
2023: 2.102.130.000,00



SADIPEM

TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios**Processo nº 17944.107542/2018-92**

2024: 3.274.216.448,95
Restante a pagar: 0,00
Total: 14.854.886.448,95



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL
Processo nº 17944.107542/2018-92**Documentos anexos**

Os usuários que anexaram os documentos elencados a seguir atestaram, sob as penas da lei, que o documento anexado foi assinado digitalmente ou é cópia fiel do documento original.

Autorização legislativa

TIPO DE NORMA	NÚMERO	DATA DA NORMA	MOEDA	VALOR AUTORIZADO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Lei	16757	14/11/2017	Dólar dos EUA	100.000.000,00	24/08/2018	DOC00.031497/2018-45

Demais documentos

TIPO DE DOCUMENTO	DESCRIÇÃO	DATA DO DOCUMENTO	DATA DE ENVIO	CÓDIGO DO ARQUIVO
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do Tribunal de Contas	19/10/2018	23/10/2018	DOC00.035055/2018-78
Certidão do Tribunal de Contas	Certidão do Tribunal de Contas	28/08/2018	28/08/2018	DOC00.031632/2018-52
Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado	Protocolo Ofício 12-2018 DECON	20/04/2018	24/08/2018	DOC00.031496/2018-09
Documentação adicional	Declaração de Regularidade quanto ao Pqto de Precatórios	08/10/2018	25/10/2018	DOC00.035248/2018-29
Documentação adicional	Declaração de Regularidade quanto ao pqto de precatórios	06/08/2018	24/08/2018	DOC00.031499/2018-34
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico	25/10/2018	25/10/2018	DOC00.035243/2018-04
Parecer do Órgão Jurídico	Parecer Jurídico	24/08/2018	24/08/2018	DOC00.031498/2018-90
Parecer do Órgão Técnico	Parecer do Órgão Técnico	08/10/2018	25/10/2018	DOC00.035247/2018-84
Parecer do Órgão Técnico	Parecer do Órgão Técnico	22/08/2018	27/08/2018	DOC00.031578/2018-45
Recomendação da COFIEIX	Resolução 15/0129	18/01/2018	24/08/2018	DOC00.031500/2018-21

Minutas

Não há tramitações de documentos.



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Documentos expedidos

Em retificação pelo interessado - 15/10/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Ofício de Exigência (Operações com Garantia) ao Interessado	1276	11/10/2018

Processo pendente de distribuição - 09/10/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pós-negociação	124	05/10/2018

Encaminhado para agendamento da negociação - 30/08/2018

DOCUMENTO	NÚMERO	DATA
Nota técnica pré-negociação	109	29/08/2018
Ofício de Encaminhamento à SEAIN ao Ministério	1117	30/08/2018



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Resumo

Com base nas informações declaradas, e considerando os dispositivos legais que regulam a contratação de operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, foram realizadas as verificações preliminares a seguir

Taxas de câmbio

Foram identificadas as seguintes moedas estrangeiras. As taxas de câmbio serão utilizadas para a conversão das operações para reais (R\$).

MOEDA	TAXA DE CÂMBIO	DATA DO CÂMBIO
Dólar dos EUA	4,13530	31/08/2018

Cronograma de liberações

O cronograma de liberações abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2018	0,00	202.302.226,96	202.302.226,96
2019	119.031.067,29	100.000.000,00	219.031.067,29
2020	174.535.260,53	0,00	174.535.260,53
2021	65.233.313,96	0,00	65.233.313,96
2022	35.043.922,82	0,00	35.043.922,82
2023	19.686.435,41	0,00	19.686.435,41
2024	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	LIBERAÇÕES PROGR.	TOTAL DE LIBERAÇÕES
2034	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00

Cronograma de pagamentos

O cronograma de pagamentos abaixo foi obtido a partir das informações preenchidas nas abas "Cronograma financeiro", "Operações não contratadas" e "Operações contratadas".

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2018	0,00	5.083.536.794,54	5.083.536.794,54
2019	5.709.391,23	5.185.622.481,29	5.191.331.872,52
2020	12.114.200,78	5.337.186.430,38	5.349.300.631,16
2021	14.208.308,51	5.482.676.845,40	5.496.885.153,91
2022	15.181.416,43	5.959.597.606,23	5.974.779.022,66
2023	15.707.758,16	5.791.877.344,51	5.807.585.102,67
2024	15.706.056,40	7.133.099.254,56	7.148.805.310,96
2025	15.814.245,48	3.946.526.209,69	3.962.340.455,17
2026	36.618.069,51	4.090.016.611,86	4.126.634.681,37
2027	56.240.296,73	4.230.822.394,88	4.287.062.691,61
2028	54.695.621,37	4.370.596.409,66	4.425.292.031,03
2029	52.999.665,41	4.524.173.202,21	4.577.172.867,62
2030	51.427.811,25	1.937.145.522,10	1.988.573.333,35
2031	49.845.416,54	16.461.096,22	66.306.512,76
2032	48.252.188,75	16.799.790,68	65.051.979,43



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS			
ANO	OPERAÇÃO PLEITEADA	DEMAIS OPERAÇÕES	TOTAL
2033	46.630.875,12	14.207.161,97	60.838.037,09
2034	44.915.228,51	4.470.980,65	49.386.209,16
2035	43.331.367,72	3.226.643,93	46.558.011,65
2036	21.072.065,84	3.131.282,85	24.203.348,69
Restante a pagar	0,00	14.195.332,82	14.195.332,82

Art. 6º, § 1º, inciso I da RSF nº 43/2001
Exercício anterior
Despesas de capital executas do exercício anterior **4.068.184.509,24**

"Inciso I - Despesas realizadas (dedução relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas realizadas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesas de capital executadas do exercício anterior ajustada **4.068.184.509,24**

Receitas de operações de crédito do exercício anterior 44.420.661,72

Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), contratada e não paga, do exercício anterior 0,00

Receitas de operações de crédito do exercício anterior ajustada **44.420.661,72**

Art. 6º, § 1º, inciso II da RSF nº 43/2001


SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

Exercício corrente**Despesas de capital previstas no orçamento****7.224.516.894,78**

"Inciso I - Despesas previstas (reserva relativa ao art. 33 da LRF - operações de crédito nulas)" 0,00

"Inciso II - Despesas previstas para empréstimo ou financiamento (incentivo fiscal) a contribuinte" 0,00

"Inciso III - Inversões financeiras na forma de participação acionária em empresas não controladas" 0,00

Despesa de capital do exercício ajustadas**7.224.516.894,78**

Liberações de crédito já programadas 202.302.226,96

Liberação da operação pleiteada 0,00

Liberações ajustadas**202.302.226,96**

Art. 7º, inciso I da RSF nº 43/2001

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGARCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2018	0,00	202.302.226,96	50.017.020.871,51	0,40	2,53
2019	119.031.067,29	100.000.000,00	50.669.483.755,66	0,43	2,70
2020	174.535.260,53	0,00	51.330.457.898,74	0,34	2,13
2021	65.233.313,96	0,00	52.000.054.328,55	0,13	0,78
2022	35.043.922,82	0,00	52.678.385.521,26	0,07	0,42
2023	19.686.435,41	0,00	53.365.565.420,24	0,04	0,23
2024	0,00	0,00	54.061.709.455,25	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	54.766.934.561,80	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	55.481.359.200,81	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	56.205.103.378,49	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	56.938.288.666,53	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	57.681.038.222,48	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	58.433.476.810,46	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	59.195.730.822,13	0,00	0,00



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL


TESOURO NACIONAL

Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	DESEMBOLSO ANUAL (R\$)		RCL (R\$)	MGA/RCL (%)	LIM. END. (%)
	OPER. PLEIT.	LIBER. PROGR.			
2032	0,00	0,00	59.967.928.297,88	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	60.750.198.948,40	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	61.542.674.176,39	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	62.345.487.098,72	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	63.158.772.568,69	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	63.982.667.198,80	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	64.817.309.383,58	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	65.662.839.322,92	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	66.519.399.045,59	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	67.387.132.433,09	0,00	0,00

Art. 7º, inciso II da RSF nº 43/2001

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2018	0,00	5.083.536.794,54	50.017.020.871,51	10,16
2019	5.709.391,23	5.185.622.481,29	50.669.483.755,66	10,25
2020	12.114.200,78	5.337.186.430,38	51.330.457.898,74	10,42
2021	14.208.308,51	5.482.676.845,40	52.000.054.328,55	10,57
2022	15.181.416,43	5.959.597.606,23	52.678.385.521,26	11,34
2023	15.707.758,16	5.791.877.344,51	53.365.565.420,24	10,88
2024	15.706.056,40	7.133.099.254,56	54.061.709.455,25	13,22
2025	15.814.245,48	3.946.526.209,69	54.766.934.561,80	7,23
2026	36.618.069,51	4.090.016.611,86	55.481.359.200,81	7,44
2027	56.240.296,73	4.230.822.394,88	56.205.103.378,49	7,63
2028	54.695.621,37	4.370.596.409,66	56.938.288.666,53	7,77
2029	52.999.665,41	4.524.173.202,21	57.681.038.222,48	7,94
2030	51.427.811,25	1.937.145.522,10	58.433.476.810,46	3,40



SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



Processo nº 17944.107542/2018-92

ANO	COMPROMETIMENTO ANUAL (R\$)		PROJ. RCL (R\$)	CAED/RCL (%)
	OPER. PLEIT.	DEMAIS OPER.		
2031	49.845.416,54	16.461.096,22	59.195.730.822,13	0,11
2032	48.252.188,75	16.799.790,68	59.967.928.297,88	0,11
2033	46.630.875,12	14.207.161,97	60.750.198.948,40	0,10
2034	44.915.228,51	4.470.980,65	61.542.674.176,39	0,08
2035	43.331.367,72	3.226.643,93	62.345.487.098,72	0,07
2036	21.072.065,84	3.131.282,85	63.158.772.568,69	0,04
Média até 2027:				9,91
Percentual do Limite de Endividamento até 2027:				86,22
Média até o término da operação:				6,25
Percentual do Limite de Endividamento até o término da operação:				54,36

Art. 7º, inciso III da RSF nº 43/2001

Receita Corrente Líquida (RCL)	49.801.405.650,61
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	33.787.065.700,56
Operações de crédito contratadas autorizadas e em tramitação	302.302.226,96
Valor da operação pleiteada	413.530.000,00

Saldo total da dívida líquida	34.502.897.927,52
Saldo total da dívida líquida/RCL	0,69
Limite da DCL/RCL	1,20

Percentual do limite de endividamento	57,73%
--	---------------

Operações de crédito pendentes de regularização

Data da Consulta: 25/10/2018



SADIPEM

TESOURO NACIONAL

Sistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

Processo nº 17944.107542/2018-92

Cadastro da Dívida Pública (CDP)

Data da Consulta: 25/10/2018

Exercício/Período	Status	Data do Status
31/12/2017	Atualizado e homologado	26/04/2018 11:45:50



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
SF/COJUR - Coordenadoria Jurídica

Viaduto do Chá, 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01020-900

Telefone:

Parecer SF/COJUR Nº 012579038

SF/COJUR

Sr. Coordenador

Consoante Encaminhamento SF/SUTEM/DEDIP/DICRE 012440075, o presente administrativo retornou a esta COJUR “para que seja providenciada a elaboração de Parecer Jurídico acerca dos termos contratuais negociados pelo Município de São Paulo, BID e União Federal”, com vistas à contratação de operação de crédito junto ao referido Banco no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), com garantia da União.

Para fins de instrução, foram anexados ao processo os seguintes documentos:

- a) Parecer SEI nº 453/2018/COPEM/SURIN/STN-MF (012438498);
- b) Ata de Negociação Avança Saúde (012438654);
- c) Minuta do Contrato de Empréstimo (012438902);
- d) Certidão do Tribunal de Contas (012439126);
- e) Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado (012439210);
- f) Anexo 13 RREO – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (012439305);
- g) Declaração de Regularidade quanto ao Pagamento de Precatórios (012439378);
- h) Parecer Jurídico (012439414);
- i) Parecer Técnico (012439445);
- j) Resolução 15/0129 – Recomendação da COFIEIX (012439498);
- k) Lei Municipal nº 16.757/2018 – Lei que autoriza a contratação de operações de crédito (012439546).

É a síntese do necessário.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

De proêmio, cumpre assentar que, como órgão de assessoramento jurídico, os pronunciamentos advindos desta COJUR limitam-se a questões exclusivamente jurídicas, não abrangendo aspectos técnicos relacionados às contratações e aditamentos promovidos pela Pasta, tampouco avaliação da necessidade, conveniência e oportunidade de sua realização.

Nesses termos, a presente manifestação diz respeito tão somente à verificação da conformidade da minuta proposta com as disposições constitucionais e legais pertinentes, não envolvendo o exame de mérito das cláusulas previstas no instrumento contratual, a exemplo das disposições sobre desenvolvimento do projeto, juros pactuados e condições de pagamento do financiamento, haja vista consubstanciarem opções discricionárias da Administração.

Destaca-se, adicionalmente, que a apresentação deste Parecer, muito embora prevista como condição prévia ao primeiro desembolso do empréstimo em referência (ARTIGO 4.01, "a", das NORMAS GERAIS do BID), mostra-se necessária para que seja possível a assinatura do contrato, conforme acordado em reunião de negociação ocorrida em Brasília (vide Ata conatante do doc. SEI nº 012438654, item 5 - "O cumprimento substancial das condições especiais prévias ao primeiro desembolso constitui exigência do Fiador para assinatura do Contrato de Empréstimo").

Pois bem.

Insta destacar, previamente à análise da minuta contratual, que a tramitação a que foi submetida este processo, o qual veicula pleito da Secretaria Municipal da Saúde para contratação de operação de crédito com o fim de financiar o projeto "Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP", mostra-se em conformidade com o quanto disposto no Decreto Municipal nº 57.647, de 05 de abril de 2017, tendo sido a ele encartado os documentos pertinentes ao projeto que se pretende financiar (docs. 3347379), documento de verificação dos limites de endividamento (doc. nº 3351613) e cópia da ata da reunião realizada pela Junta Orçamentário-Financeira em 09/06/2017, na qual foi autorizado o prosseguimento do pleito em comento (doc. nº 3391776).

Ademais disso, afigura-se demonstrada a diligência da Administração Pública Municipal no tocante à identificação do financiamento mais vantajoso para o projeto, vez que, sem prejuízo da realização de Chamada Pública com esse desiderato ("CHAMADA PÚBLICA SF/OPCRED Nº 01/2017"), buscou-se junto a organismos multilaterais linha de crédito menos onerosa, ocasião em que, havendo a constatação de que os encargos cobrados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID eram os mais vantajosos (doc. nº 3780607), foi apresentado "pleito de apoio externo de natureza financeira" à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEF, conforme previsto no Manual de Financiamentos Externos, a qual autorizou, com ressalvas, a preparação do Projeto em comento para fins de obtenção do financiamento ("RESOLUÇÃO Nº 15/0129, de 18 de janeiro de 2018").

No âmbito da Administração Municipal, a obtenção do predito financiamento externo foi aprovada pela Junta Orçamentário-Financeira em 30/06/2017, consoante registrado na ata constante do doc. SEI nº 3780505.



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

Nessa senda, a tramitação do feito até o presente momento se apresenta em sintonia com os princípios que regem a Administração Pública, em especial o da legalidade, igualdade, impessoalidade, moralidade e eficiência.

Dito isso, passa-se ao pronunciamento quanto à juridicidade da minuta contratual.

II. DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO^[1]

II.1 DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação de operações de crédito externo pelos Municípios encontra fundamento constitucional, estando prevista no artigo 52, inciso V, da Carta Fundamental, o qual confere ao Senado Federal a competência para “autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios” (grifou-se).

No âmbito infraconstitucional, a Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e as Resoluções nº 40 e 43, ambas de 2001, do Senado Federal disciplinam o regime jurídico a ser observado no tocante à contratação das referidas operações, estabelecendo os requisitos, o procedimento e os limites de endividamento dos entes federativos (Estados, Distrito Federal e Municípios).

Na situação em apreço, foi consignada a observância das normas supracitadas pelo Município de São Paulo, conforme “Parecer do Órgão Jurídico” consoante do doc. SEI nº 012439414, no bojo do qual o Secretário desta Pasta, o senhor doutor Procurador Geral do Município e o Chefe do Executivo apresentaram declaração de que a municipalidade atende às seguintes condições:

“a) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, em lei específica, qual seja a Lei Municipal nº 16.757/2017, publicada em 15/11/2017 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Mural do Gabinete do Prefeito;

b) inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada, devidamente previstos no Projeto de Lei Orçamentária nº 536/2018 atualmente tramitando na Câmara Municipal de São Paulo;

c) atendimento ao disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos do §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e

d) observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal”.



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im..

Foi destacado, ademais, que o supradito Parecer “atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal”.

A esse respeito, confirmando as declarações supra, a Secretaria do Tesouro Nacional concluiu, no bojo do Parecer SEI nº 453/2018/COPEM/SURIN/STN-MF (012438498), que o Município cumpre os requisitos prévios à contratação da operação de crédito pretendida, bem como os requisitos legais e normativos “necessários para a obtenção da garantia da União, que fica condicionada: a. ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso; b. à verificação, pelo Ministério da Fazenda, do disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e c. à formalização do respectivo contrato de contragarantia”.

Nessa esteira, reputa-se amparada pelo ordenamento jurídico, e em conformidade com as normas constitucionais e legais aplicáveis, a contratação que se pretende formalizar.

II.2 DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

A minuta do instrumento contratual e respectivo anexo, submetida à apreciação desta Coordenadoria Jurídica, consta do doc. SEI nº 012438902 e corresponde à minuta negociada por representantes do Município de São Paulo (servidores das Secretarias Municipais da Fazenda e de Saúde – órgãos técnicos, jurídicos, e respectivos Gabinetes), da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), e do Banco Interamericano de Desenvolvimento em reunião ocorrida em Brasília, na sede do Banco.

Registre-se que não foi anexada ao processo a página 11 do mencionado instrumento contratual, sendo necessário que essa seja carreada ao feito oportunamente. De qualquer sorte, tendo o subscritor desta manifestação participado da reunião em que foi negociada a referida minuta (vide “Ata de Negociação” no doc. nº 012438902), e ciente da inexistência de alteração em relação aos termos constantes da referida página (CLÁUSULA 6.03 e 6.04, as quais tratam da “Cláusula Compromissória” e das “Práticas Proibidas”), tem-se em vista, para fins de elaboração desta opinião jurídica, a redação constante da minuta anexada ao SEI sob o nº 011043650 (especificamente em relação à referida página).

Em geral, as cláusulas previstas no contrato em referência traduzem disposições-padrão preestabelecidas pelo Banco, estando em conformidade com as normas internacionais a que se submete aquela organização multilateral (da qual faz parte a República Federativa do Brasil), cabendo ao pretenso mutuário a elas apenas aderir, caso as reputar consentâneas com o respectivo ordenamento jurídico.

A título de exemplo, citem-se as denominadas “Normas Gerais” (datadas de maio de 2016), definidas



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

como “o conjunto de artigos que compõem” o Contrato e que “refletem políticas do Banco aplicáveis uniformemente a seus contratos de empréstimo”.

Partindo dessa premissa, a análise desenvolvida por esta Coordenadoria Jurídica limitou-se à verificação da conformidade da predita minuta com o ordenamento jurídico pátrio, e da existência de eventuais cláusulas abusivas, ou mesmo da existência de renúncia indevida de direitos por parte da municipalidade.

Neste aspecto, a conclusão a que se chega é que se mostram resguardadas as normas constitucionais e legais aplicáveis ao caso, haja vista não terem sido identificadas quaisquer disposições com elas colidentes, tampouco ofensivas às normas de ordem pública.

A despeito do entendimento ora esposado, dada a importância e o caráter não usual de alguns dispositivos (v.g, cláusulas que disciplinam o objeto contratual; a convenção de arbitragem e a utilização, nas contratações realizadas com recursos oriundos do financiamento, de política expedida pelo BID), afigura-se salutar abordá-los de forma isolada.

No atinente ao objeto contratual, a “CLÁUSULA 1.01” dispõe que esse consiste em “acordar os termos e condições em que o Banco concede um empréstimo ao Mutuário para contribuir ao financiamento e execução do ‘Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo – Avançar Saúde SP’”, empréstimo este no montante de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de Dólares), a teor do que dispõe a “CLÁUSULA 2.01”.

Consoante aduzido anteriormente, a obtenção de financiamento externo para o projeto em questão foi autorizada pela Lei Municipal nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, que assim dispôs:

“Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito com instituições financeiras, organismos e entidades de crédito nacionais e internacionais, públicas e privadas, cujos recursos serão destinados à execução dos seguintes programas e projetos de investimento, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como das Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e 43/2001:

I - Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo – Avançar Saúde SP, objetivando reestruturar a rede de atendimento municipal de saúde, mediante a contratação de operações de crédito externo no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos)”.

Cotejando ambos os dispositivos (contratual e legal), nota-se perfeita adequação entre o objeto contratual e a autorização conferida pela Lei, seja no tocante ao projeto financiado - Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo – Avançar Saúde SP –, seja no tocante ao valor do financiamento (US\$ 100.000.000,00), donde se infere a legalidade da contratação neste aspecto.



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im..

No que se refere à estipulação constante das CLÁUSULAS 4.03 e 4.04 da minuta contratual, e do ARTIGO 6.04 das NORMAS GERAIS, que prevê a adoção, pela Administração Pública Municipal, das normas e procedimentos editados pelo Banco para realização de contratações com recursos oriundos do financiamento (*guidelines*), entende-se que o artigo 42, § 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, autoriza sua pactuação. O mencionado parágrafo assim dispõe:

“Art. 41. A Administração Pública não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. [...]”

§ 5º Para realização de obras, prestação de serviços e aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior”.

Vislumbra-se presentes, na situação em apreço, os requisitos legais aptos a conferirem validade ao enunciado contratual em comento, uma vez que o contrato que se pretende formalizar tem como objeto o empréstimo de recursos de organismo multilateral do qual faz parte o Brasil, que será utilizado na consecução do Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo – Avança Saúde SP” (o que envolverá a aquisição de bens, contratação de prestadores de serviço e realização de obras), e em vista do fato de o predito enunciado se apresentar como condição para celebração da avença.

Sobre a incidência do dispositivo legal supracitado às contratações realizadas com recursos obtidos junto ao BID, convém transcrever o entendimento de RAFAEL WALLBACH SCHWIND^[2]:

“É o que ocorre, por exemplo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, cujo Convênio Constitutivo foi concluído em Washington em 8 de abril de 1959. Depois, foi editado o Decreto Legislativo nº 18, em 7 de dezembro de 1959, tendo sido o Instrumento de ratificação depositado pelo Brasil junto à Organização dos Estados Americanos em 30 de dezembro de 1959. Assim, o convênio em questão passou a fazer parte da ordem jurídica interna. Entretanto, as normas editadas pelo BID para a regência de licitações e contratações com recursos financiados pelo Banco não integram propriamente o ordenamento jurídico nacional. [...] Para essa situação, aplica-se a segunda parte do § 5º do artigo 42 da Lei nº 8.666, ou seja, as regras editadas pelo BID podem ser aplicadas tal como autorizado por esse dispositivo legal, desde que observados os pressupostos nele previstos”.



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

É de se destacar, a teor do que dispõe a parte final do § 5º do artigo 42 da Lei 8.666/93, que os pressupostos para adoção das normas e procedimentos editados pelo BID devem estar presentes e serem atestados em cada um dos procedimentos licitatórios a serem realizados, com a necessária autorização da autoridade competente.

A esse respeito, recorre-se novamente à lição de SCHWIND^[3]:

“É imperioso que haja a comprovação de que esses dois pressupostos estão efetivamente presentes no caso concreto, inclusive por despacho motivado do órgão executor do contrato, a fim de que a ‘autoridade superior do órgão tome conhecimentos sobre o modelo de contratação proposta e assuma a responsabilidade pelas mesma’

Quanto à questão de haver aplicação de recursos provenientes de fontes internacionais, trata-se de pressuposto facilmente constatável. Os editais das licitações indicam as fontes dos recursos e qualquer interessado deve ter a possibilidade de confirmar essa informação e possivelmente consultar o contrato de mútuo firmado entre a Administração brasileira e o organismo internacional

No que concerne ao segundo pressuposto, se a exigência de afastamento da Lei nº 8.666 não constar de uma manifestação formal do organismo internacional (por exemplo, por meio da inclusão de uma cláusula no contrato de financiamento firmado com a Administração brasileira), deve ao menos haver a comprovação da obrigatoriedade de adoção de procedimentos ou regras diversos daqueles previstos na lei brasileira. O fato é que, em geral, as diretrizes editadas pelos organismos internacionais já preveem que a outorga de financiamento é condicionada à observância de tais regras. É o que ocorre, por exemplo, nas Políticas editadas pelo BID e pelo BIRD, em que se estabelece que as regras lá previstas aplicam-se a todos os contratos de bens e obras financiados total ou parcialmente por empréstimos desses bancos”.

Por certo, necessário ter em vista que a adoção das *guidelines* do Banco financiador não tem o condão de afastar o dever de a Administração Pública observar o regime jurídico que lhe é próprio, não sendo possível, *v.g.*, a aplicação de dispositivo editado pelo organismo multilateral que contrarie normas constitucionais, que conflite com o princípio do julgamento objetivo, ou afaste o direito dos licitantes ao devido processo legal (p. ex., ampla defesa e contraditório).

Nesse aspecto, cumprirá ao órgão executor do projeto adotar todas as cautelas necessárias à observância do que dispõe o contrato, sem prejuízo do fiel cumprimento das normas legais e constitucionais aplicáveis a Administração Pública. Sugere-se, por esse motivo, que a Secretaria Municipal da Saúde, por meio da respectiva Coordenadoria Jurídica, seja cientificada acerca da minuta contratual ora apreciada (caso vislumbre algum óbice, poderá apresentar as considerações pertinentes).

Relativamente à CLÁUSULA 6.03, que dispõe sobre a convenção de arbitragem – cláusula compromissória



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

("para a solução de toda controvérsia derivada ou relacionada ao presente Contrato e que não se resolva por acordo entre as Partes, estas se submetem incondicional e irrevogavelmente ao procedimento e sentença do tribunal de arbitragem a que se refere o Capítulo XII das Normas Gerais"), opina-se no sentido de que essa se afigura consentânea com o ordenamento jurídico pátrio.

A análise sobre a validade jurídica da referida cláusula passa pela verificação, na situação em apreço, da existência das denominadas "arbitrabilidade subjetiva" (viabilidade de a administração Pública Municipal se submeter à arbitragem) e "arbitrabilidade objetiva" (se as questões controvertidas que envolvam o objeto contratual podem ser decididas por Tribunal Arbitral), as quais, conforme se verá adiante, se afiguram presentes.

Muito embora a utilização da arbitragem pelos entes públicos tenha sido objeto de debate por muito tempo no Brasil, o fato é que a Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015, autorizou expressamente a Administração Pública a valer-se do procedimento arbitral, dirimindo quaisquer dúvidas no tocante à arbitrabilidade subjetiva. Dúvidas não restam, destarte, no tocante a esse aspecto.

Quanto à arbitrabilidade objetiva, a redação conferida pela supradita Lei ao § 1º do artigo 1º da Lei de Arbitragem^[4] define o critério para sua identificação, ao dispor que apenas controvérsias relativas a direitos patrimoniais disponíveis podem ser dirimidas por meio do procedimento arbitral.

À primeira vista, o princípio da indisponibilidade do interesse público poderia sugerir a inexistência, no âmbito da Administração Pública, de "direitos patrimoniais disponíveis" aptos à discussão no bojo de um procedimento arbitral.

Sobre o referido princípio, valiosas as palavras de CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELLO^[5]:

"[...] sendo interesses qualificados como próprios da coletividade – internos ao setor público –, não se encontram à livre disposição de quem que seja, por inapropriáveis. O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los – o que é também um dever na estrita conformidade do que dispuser a intentio legis".

No entanto, a observância do referido princípio não tem o condão, por si só, de tornar indisponíveis todos os direitos titularizados pelos entes públicos, vez que, no tocante aos denominados interesses públicos secundários, reconhece-se hodiernamente a possibilidade de serem submetidos ao procedimento arbitral.

Nesse sentido, transcreve-se opinião de MUNIZ e SILVA^[6]:

"Todavia, a aparente incompatibilidade entre a disponibilidade do direito e a indisponibilidade do interesse público tem sido suavizada, eis que passou a reconhecer a



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

distinção entre interesses públicos primários (os interesses públicos propriamente ditos), e secundários (os interesses próprios dos entes públicos). Estes possuem natureza instrumental e podem ser submetidos à arbitragem, ao contrário daqueles.

O saudoso Prof. Diogo de Figueiredo Moreira Neto leciona que:

‘Está-se diante de duas categorias de interesses públicos, os primários e os secundários (ou derivados), sendo que os primeiros são indisponíveis e o regime público é indispensável, ao passo que os segundos têm natureza instrumental, exigindo para que os primeiros sejam satisfeitos, e resolvem-se em relações patrimoniais e, por isso, tornaram-se disponíveis na forma da lei, não importando sob que regime. (...) São disponíveis, nesta linha, todos os interesses e os direitos deles derivados que tenham expressão patrimonial, ou seja, que possam ser quantificados monetariamente, e estejam no comércio, e que são, por esse motivo e normalmente, objeto de contratação que vise a dotar a Administração e seus delegados, dos meios instrumentais de modo a que estejam em condições de satisfazer os interesses finalísticos que justificam o próprio Estado’.

Tratando o contrato em apreço de financiamento a projeto destinado à melhoria da prestação dos serviços públicos na área da saúde, reputa-se evidenciado o caráter patrimonial e instrumental de seu objeto e, por consequência, das controvérsias que dele possam surgir, razão pela qual se afigura configurada sua arbitrabilidade objetiva.

Insta ressaltar, ainda sobre a cláusula compromissória em comento, que a constituição do Tribunal Arbitral Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, prevista no ARTIGO 12.03 das NORMAS GERAIS, mostra-se possível, vez que, aliado ao fato de consubstanciar cláusula rígida preestabelecida pelo organismo multilateral, a Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, ao autorizar a utilização da arbitragem pela Administração Pública, não restringe ao território nacional o local de constituição do referido Tribunal (embora leis específicas que assim o façam), prevendo, ao revés, procedimento para o reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.

Nesse sentido, cita-se entendimento de FICHTNER, MANNHEIMER e MONTEIRO^[7]:

“Diga-se, anda, que na ausência de disposição legal impondo que a sede da arbitragem seja o Brasil, as partes estão livres para convencionar que a sede da arbitragem seja em qualquer outro local que entenderem conveniente. Na ausência de disposição legal e de consenso entre as partes, os árbitros igualmente possuem liberdade para fixar a sede da arbitragem no país e cidade que melhor entenderem adequado, mesmo em se tratando de processo arbitral envolvendo a Administração Pública”.

Oportuno destacar que a d. Procuradoria Geral do Município já admitiu, mesmo antes da edição da Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015, a celebração de cláusula compromissória pelo Município com organismo das Nações Unidas, consoante Parecer nº 11.654, cuja ementa foi lavrada nos seguintes termos: “É



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

possível a inserção de cláusula compromissória nos ajustes celebrados pela Administração Pública, para a resolução de controvérsias de ordem patrimonial por juízo arbitral, desde que plenamente justificada a sua conveniência. Neste caso, deve o ente interessado buscar prever, no ajuste, condições que atendam, minimamente, os interesses da Administração".

Releva notar, outrossim, que os contratos de empréstimo celebrados entre o Município de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento em outras oportunidades ("Contrato de Empréstimo nº 849/OC-BR", de 1995; "Contrato de Empréstimo nº 938/OC-BR", de 1996; e "Contrato de Empréstimo nº 1479/OC-BR", de 2004) também previam a referida cláusula compromissória, o que demonstra não se tratar de convenção inédita no âmbito da Administração Pública Municipal.

Em vista disso, não se vislumbram óbices à cláusula compromissória em referência.

De mais a mais, no atinente às cláusulas contratuais que disciplinam, *v.g.*, as condições financeiras do empréstimo, as condições de amortização da dívida, o modo de desenvolvimento do Projeto financiado, e o sistema de gestão físico-financeira, por representarem opções exercidas pela Administração no âmbito do poder discricionário, reitera-se a impossibilidade desta COJUR manifestar-se sobre adequação e pertinência do quanto pactuado, sendo cabível, a esse respeito, tão somente a verificação de eventual incompatibilidade das opções realizadas com o ordenamento jurídico, o que não foi identificado.

Por derradeiro, cumpre destacar que, a teor do que dispõe o art. 2º, VIII, do Decreto Municipal nº 58.030, de 12 de dezembro de 2018^[8], compete a esta Pasta a representação do Município na avença, e, por conseguinte, a celebração da convenção de arbitragem (cláusula compromissória) prevista no contrato, conforme disposto no artigo 1º, § 2º, da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 ("§ 2º A autoridade ou o órgão competente da administração pública direta para a celebração de convenção de arbitragem é a mesma para a realização de acordos ou transações"), apresentando-se regular a representação do Município no contrato.

III. CONCLUSÃO

Em vista do exposto, não se vislumbram óbices à celebração do contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, haja vista o interesse público consignado neste administrativo e a inexistência de cláusulas contratuais atentatórias à Carta Fundamental, à legislação infraconstitucional e à ordem pública, as quais reputam-se válidas e exigíveis.

É o parecer, *sub censura*. À consideração superior

SF/COJUR, 13 de novembro de 2018.



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...**CHRYSTIAN USKI**

Assessor Jurídico

OAB/SP nº 303.136

SF - Coordenadoria Jurídica

SMS/COJUR**Sr. Coordenador**

Em vista da solicitação da Subsecretaria do Tesouro Municipal no doc. SEI nº 012471479, e considerando as considerações apresentadas no Parecer Jurídico supra, que acolho, encaminhamos o presente para ciência dessa d. Coordenadoria Jurídica acerca da minuta do Contrato de Empréstimo que se pretende formalizar com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doc. SEI nº 012438902), com vistas à obtenção de financiamento para execução do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo – Avança Saúde SP”, no montante de U\$ 100.000.000,00 (cem milhões de Dólares).

Destacamos que a referida minuta foi objeto de negociação em reunião ocorrida na cidade de Brasília, a qual contou com a participação de representantes do Município de São Paulo (servidores das Secretarias Municipais da Fazenda e de Saúde – órgãos técnicos, jurídicos, e respectivos Gabinetes), da União (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão), e representantes do BID.

Em razão da previsão, na predita minuta, de obrigações que dizem respeito diretamente ao órgão executor do mencionado Projeto, em especial a obrigatoriedade de utilização de normas e procedimentos do BID para realização de contratações que envolvam aquisição de bens, prestação de serviços e realização de obras, com recursos oriundos do financiamento, a despeito de competir a esta Pasta a celebração da avença, conforme art. 2º, VIII, do Decreto Municipal nº 58.030, de 12 de dezembro de 2018, o que implica a suficiência do Parecer Jurídico exarado por esta COJUR para tanto, consideramos salutar avaliação de Vossa Senhoria acerca da minuta em comento.

SF/COJUR, 13 de novembro de 2018.

LUIZ FERNANDO CAETANO

Coordenador

OAB/SP nº 207.856

SF - Coordenadoria Jurídica



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

[1] Muito embora tenham sido identificadas divergências doutrinárias acerca da natureza jurídica dos financiamentos internacionais concedidos por organismos multilaterais de crédito, havendo quem defenda sua natureza de tratado em sentido estrito (GARCIA, Gabriel. *Understanding IMF Stand-By Arrangements from the Perspective of International and Domestic Law: The Experience of Venezuela in the 1990s*), ato unilateral (MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Natureza Jurídica e Eficácia dos Acordos Stand-by com o FMI*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005), ou tratado em sentido lato/ato jurídico internacional contratual (COSTA, Carlos J. Sampaio. *A Natureza Jurídica dos Contratos de Empréstimo e Garantia Celebrados com as Instituições Financeiras Multilaterais*), filia-se ao entendimento esposado por este último autor, presumindo-se a natureza contratual da avença que se pretende celebrar (que também aparenta ser o entendimento do Banco financiador, dada a denominação por ele conferida ao instrumento que ora se avalia), a qual, por envolver sujeitos de Direito Internacional (República Federativa do Brasil e BID), submete-se às normas de Direito Internacional Público (resguardados, por certo, os princípios consagrados na Constituição Federal).

[2] SCHWIND, Rafael Wallbach. *Licitações internacionais: participação de estrangeiros e licitações realizadas com financiamento externo*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017, pág. 121.

[3] SCHWIND, Rafael Wallbach. *Licitações internacionais: participação de estrangeiros e licitações realizadas com financiamento externo*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017, pág. 154-155.

[4] “Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis. § 1º A administração pública direta e indireta poderá utilizar-se da arbitragem para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis”.

[5] MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2012, pág. 76.

[6] MUNIZ, Joaquim Paiva; SILVA, João Marçal Rodrigues Martins da. *Arbitragem com entes públicos: questões controvertidas* in *Arbitragem e Administração Pública: Temas Polêmicos*. Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2018, pág. 152-153.

[7] FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson; MONTEIRO, André Luís. *Requisitos especiais na arbitragem contra a administração pública: direito aplicável, idioma e sede da arbitragem* in *Arbitragem e Administração Pública: Temas Polêmicos*. Ribeirão Preto, SP: Migalhas, 2018, pág. 481.

[8] “Art. 2º A Secretaria Municipal da Fazenda – SF, órgão da Administração Municipal Direta, tem as seguintes atribuições: [...]VIII - representar a Prefeitura em todos os contratos de empréstimos ou financiamentos, internos ou externos, quer como tomadora, quer como avalista de qualquer entidade da Administração Municipal Indireta, assinando, para tanto, os respectivos instrumentos, bem como quaisquer documentos a eles anexos, inclusive títulos de crédito”.



Documento assinado eletronicamente por **Chrystian Uski, Assessor Jurídico**, em 14/11/2018, às 14:07, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Caetano, Assessor Jurídico**, em 14/11/2018, às 14:09, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015



SEI/PMSP - 012579038 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **012579038** e o código CRC **7ADC42C2**.

Referência: Processo nº 6017.2017/0022159-0

SEI nº 012579038



SEI/PMSP - 012668104 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im...**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO****SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE****SMS/AJ - Assessoria Jurídica**

Viaduto do Chá, 15, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01020-900

Telefone:

Parecer SMS/AJ Nº 012668104

São Paulo, 21 de novembro de 2018

SF/COJUR

Cuida o presente de consulta com vistas à contratação de operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), com garantia da União, para financiar o projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da cidade de São Paulo - AVANÇA SAÚDE SP.

O presente processo foi instruído com os seguintes documentos: Parecer SEI nº 453/2018 /COPEM/SURIN/STN-MF (012438498); Ata de Negociação Avança Saúde (012438654); Minuta do Contrato de Empréstimo (012438902); Certidão do Tribunal de Contas (012439126); Comprovação de encaminhamento das contas ao Poder Executivo do Estado (012439210); Anexo 13 RREO – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas (012439305); Declaração de Regularidade quanto ao Pagamento de Precatórios (012439378); Parecer Jurídico (012439414); Parecer Técnico (012439445); Resolução 15/0129 – Recomendação da COFIEIX (012439498); Lei Municipal nº 16.757/2018 – Lei que autoriza a contratação de operações de crédito (012439546).

Posteriormente, a Coordenadoria Jurídica da Secretaria de Finanças elaborou parecer jurídico sobre a contratação em análise, conforme se verifica em documento SEI Nº 012668104.

É o breve relatório.

Cumpra salientar, por oportuno, que ao órgão jurídico cabe apenas a análise dos aspectos jurídico-formais do procedimento, não lhe competindo imergir nos aspectos de conveniência e oportunidade, que constituem o mérito do ato administrativo, e tampouco adentrar nas questões de natureza técnica, econômica e orçamentária do presente.

Nesta senda, considerando as razões de opinar devidamente fundamentadas e apresentadas pelo r. Parecer da Coordenadoria Jurídica da Secretaria de Finanças (SEI 012579038), reiteramos os apontamentos realizados que corroboram com o entendimento da Coordenadoria Jurídica desta Pasta (motivação aliunde).

Insta enfatizar, apenas, o que também já mencionado no Parecer supramencionado, que a realização de procedimentos diferenciados de licitação, adotando-se as normas e procedimentos da organização financiadora, encontra amparo no artigo 42, §5º da Lei 8666/93, a seguir elucidado:

"Art. 42. Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

§ 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou



SEI/PMSP - 012668104 - Parecer

https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_im.

organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior."

Diante do exposto, não se vislumbram obstáculos de natureza jurídico-formal à seleção futuras contratadas por meio de procedimentos diferenciados dos meios ordinários previstos na Lei nº 8.666/93, havendo embasamento legal para tanto.



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Augusto Galvani Fraga Moreira, Procurador Chefe**, em 22/11/2018, às 11:38, conforme art. 49 da Lei Municipal 14.141/2006 e art. 8º, inciso I do Decreto 55.838/2015

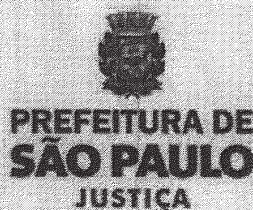


A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.prefeitura.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **012668104** e o código CRC **A4F444BB**.

Referência: Processo nº 6017.2017/0022159-0

SEI nº 012668104



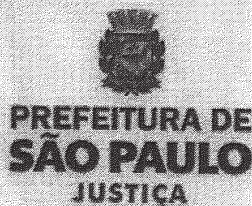


PARECER DO ÓRGÃO JURÍDICO

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do Município de São Paulo para realizar contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- a) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, em lei específica, qual seja a Lei Municipal nº 16.757/2017, publicada em 15/11/2017 no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Mural do Gabinete do Prefeito;
- b) inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada, devidamente previstos no Projeto de Lei Orçamentária nº 536/2018 atualmente tramitando na Câmara Municipal de São Paulo;
- c) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.





CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

São Paulo, 25 de OUTUBRO de 2018.

GUILHERME BUENO DE CAMARGO

Procurador Geral do Município

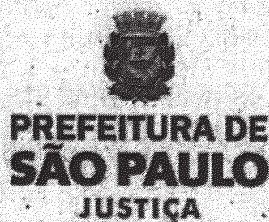
CAIO MEGALE

Secretário Municipal da Fazenda

BRUNO COVAS

Prefeito do Município de São Paulo



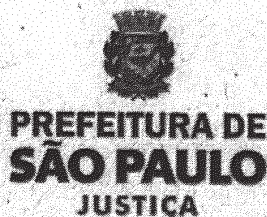


PARECER DO ÓRGÃO JURÍDICO

Em atendimento ao disposto no § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, no âmbito de pleito do Município de São Paulo para realizar contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinada ao financiamento do Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP, declaro que este ente federativo atende às seguintes condições:

- a) existência de prévia e expressa autorização para a contratação da operação em análise, em lei específica, qual seja a Lei Municipal nº 16.757/2017;
- b) inclusão no orçamento dos recursos provenientes da operação de crédito mencionada, devidamente prevista na Lei Municipal nº 16.772, de 27 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual do exercício de 2018;
- c) atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, nos termos dos §§ 1º, inciso V, e 3º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000; e
- d) observância das demais disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

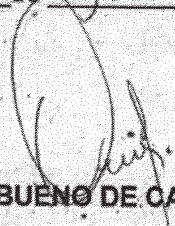




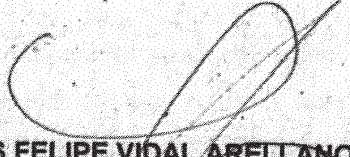
CONCLUSÃO

Entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I do art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, e do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, demonstrando o cumprimento dos limites e condições estabelecidos na legislação vigente, em especial na Lei Complementar nº 101, de 2000, e nas Resoluções nº 40 e nº 43, ambas de 2001, do Senado Federal.

São Paulo, 24 de Agosto de 2018.



GUILHERME BUENO DE CAMARGO
Procurador Geral do Município



LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO
Secretário Municipal da Fazenda – Substituto



BRUNO COVAS
Prefeito do Município de São Paulo





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de São Paulo/SP de operação de crédito, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinado ao financiamento do programa "AVANÇA SAÚDE SP", de que trata o Art. 14, do inciso I, da Lei Municipal 16.757 de 14/11/2017.

I- RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

O objetivo do Programa é ampliar a oferta, melhorar as condições de acesso e aprimorar a qualidade de serviços municipais de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Dessa forma, espera-se como resultados do Programa: i) redução da desigualdade de acesso e de diferença de qualidade dos serviços de saúde entre as regiões do município; e ii) otimização da utilização de recursos, desenvolvimento de capacidades institucionais e melhora da relação custo-efetividade dos serviços.

O programa prevê a qualificação das redes assistenciais da Cidade de São Paulo através da implantação de novas tecnologias e sistemas informatizados, com a integração das bases de dados existentes dos serviços de saúde; construções, reformas e aquisições de equipamentos para Hospital, UPA's e UBS's, com ênfase nas áreas reconhecidas como "vazios assistenciais"; no desenvolvimento e maior integração da Rede de Urgência e Emergência com outros serviços e modalidades de cuidado capazes de ampliar a efetividade da rede existente e o fortalecimento das capacidades institucionais e mecanismo de gestão, com a capacitação de servidores públicos municipais diretos e indiretos e a formação técnica de novos gestores.

Como é sabido, o Município de São Paulo passou a se integrar e se organizar no SUS (Sistema Único de Saúde) apenas a partir de 2001. Em 2003 a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS/SP) é habilitada na Gestão Plena do SUS, uma defasagem de aproximadamente 10 anos em relação ao conjunto dos municípios brasileiros. Esse processo, marcado por uma menor maturidade institucional, ainda se expressa na fragilidade e fragmentação dos mecanismos de qualificação, organização e gerenciamento do sistema e dos serviços de saúde. Inclusive áreas estratégicas como regulação, informação, logística de insumos, gestão de redes, capacitações técnicas, entre outras, foram enormemente afetadas. Um dos resultados concretos foi a estruturação de um modelo técnico-assistencial com baixa integração dos pontos de atenção, centrado na "queixa-conduta" e no pronto-atendimento.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A municipalidade possui uma rede de saúde complexa, potente e de densidades tecnológicas diversificadas, mesmo considerando que parte dos serviços de média e de alta complexidade encontra-se sob gestão estadual. Por outro lado, evidencia-se a presença significativa do setor suplementar de saúde, girando em torno de 35% de beneficiários. Nesse cenário, temos 70% da população paulistana e um grande número de habitantes de municípios vizinhos atendidos pela rede pública municipal, com 40% de cobertura da Atenção Básica, principalmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Na megalópole que é São Paulo e sua região metropolitana, a articulação interfederativa e interinstitucional é primordial para os ganhos de eficiência, integrando ações e informações. Nesta linha, as parcerias pioneiras com a sociedade civil elevam consideravelmente os ganhos assistências.

O Investimento total do programa é de US\$ 200,0 milhões de dólares, sendo pretendido pelo financiamento externo US\$ 100,0 milhões de dólares e a contrapartida do tesouro municipal em mais US\$ 100,0 milhões de dólares. O programa prevê 04 (quatro) componentes em sua estrutura de implantação, a saber (cronograma anual apresentado na Tabela 1):



Página 260 de 307
Parte integrante do Aviso da MSF nº 113 de 2018.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Tabela 1 – Cronograma anual estimado de execução do Programa (valores em US\$ – dólares)

Indicadores	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Montantes	
Componente 1. Apoio à organização e integração das redes de atenção à saúde							BID	Contrapartida
Unidades de Pronto Atendimento a construir		4.945.454,55	9.890.909,09				14.836.363,64	
Unidades Básicas de Saúde a construir		3.296.969,70	1.648.484,85				4.945.454,55	
Equipamentos de saúde a reformar		6.425.454,54	17.434.848,48	4.294.242,42	909.090,91		29.063.636,36	
Projetos Arquitetônicos e Executivos de unidades a construir		909.090,91	500.000,00					1.409.090,91
Equipamentos e mobiliários para as unidades requalificadas		636.363,64	8.613.517,75	1.783.912,99	886.245,02	454.545,45	12.374.584,85	
Hospital construído (Contrapartida)	10.101.010,10	24.242.424,24	14.141.414,14					48.484.848,48
Equipamentos e mobiliários para o Hospital e UPAS (Contrapartida)			21.818.181,82			606.060,61		22.424.242,42
Unidades de Pronto Atendimento em andamento e a construir (Contrapartida)	1.818.181,82	4.945.454,55	654.545,45		1.236.363,64	1.236.363,64		9.890.909,09
Unidades de Pronto Atendimento a serem reformadas e ampliadas (Contrapartida)					1.236.363,64	1.236.363,64		2.472.727,27
Unidades Básicas de Saúde a serem construídas (contrapartida)				3.023.695,62	680.3315,15	3.779.619,53		13.806.630,30
Painéis Fotovoltaicos em UPAs selecionadas		181.818,18	363.636,36	363.636,36		181.818,18	1.090.909,09	
Total Componente 1	11.919.191,92	45.583.030,30	75.065.537,95	9.465.487,40	11.071.378,36	7.494.771,04	62.310.948,48	99.288.448,48





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Componente 2A: Instrumentos para ampliar as capacidades institucionais da SMS/PMSP							BID	Contrapartida
Serviços de consultoria para desenvolvimento institucional		900.000,00	600.000,00				1.500.000,00	
Soluções tecnológicas e metodologias de planejamento, análise e controle da aquisição e distribuição de suprimentos, integração do fluxo de compras, (almoxarifado, atualização tecnológica do SIGA*, demanda médica, insumos hospitalares)		1.545.454,55	727.272,73				2.272.727,27	
Sistema de gerenciamento de custos (diagnóstico e implementação)		686.666,67	686.666,67	242.424,24	2.251.751,52		3.867.509,09	
Aquisição de solução para o Gerenciamento de Convênios e Contratos		532.264,39	474.955,87	171.925,57	171.925,57	171.925,57	1.522.996,97	
Análise e implementação de novas linhas de cuidados (qualificação de acesso e otimização de oferta)		500.000,00	500.000,00				1.000.000,00	
Formação de capacitação de gestores e profissionais da rede		833.757,58	833.757,58	833.757,58	833.757,58	833.757,58	4.168.787,88	
Total Componente 2 A		4.998.143,18	3.822.652,84	1.249.107,39	3.257.434,66	1.005.683,14	14.332.021,21	
Componente 2B: Melhoria da produtividade interna e qualidade do setor saúde							BID	Contrapartida
Integração e ferramentas gerenciais de regulação da Rede de Urgência e Emergência		2.956.484,85	1.776.626,20	1.275.919,20	775.212,15	775.212,15	7.559.454,55	
Certificação de unidades de saúde		195.272,73	257.636,36	178.424,24	178.424,24	178.424,24	892.121,21	106.060,61
Auditoria (externa e interna) de unidades de saúde certificadas			348.484,85	883.648,48	883.648,48	535.163,64	1.045.454,55	1.605.490,91
Total Componente 2 B		3.151.757,58	2.382.747,41	233.7991,93	1.837.284,88	1.488.800,03	9.497.030,31	1.711.551,52
Componente 3: Fortalecimento da gestão da informação							BID	Contrapartida
Sistema para consolidação e compartilhamento de dados clínicos e prontuário eletrônico		2.082.500,00	2.975.000,00	892.500,00			5.950.000,00	



Página 262 de 307
Parte integrante do Aviso de MSF nº 113 de 2018.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Equipe de apoio para a implantação do sistema de consolidação e compartilhamento de dados clínicos e prontuário eletrônico		255.000,00	425.000,00	170.000,00			850.000,00	
Consultoria a modelos tecnológicos digitais		300.000,00	300.000,00				600.000,00	
Total Componente 3		2.637.600,00	3.700.000,00	1.062.500,00			7.400.000,00	
Componente 4: Administração e avaliação do Programa							BID	Contrapartida
Gerenciadora		1.210.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	5.210.000,00	
Contratação de Auditoria		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	250.000,00	
Análise de Impacto		350.000,00				350.000,00	700.000,00	
Avaliações Intermediárias e final				150.000,00		150.000,00	300.000,00	
Total Componente 4		1.610.000,00	1.050.000,00	1.200.000,00	1.050.000,00	1.550.000,00	6.460.000,00	
Total Geral do Programa		11.919.191,92	57.980.431,06	86.030.938,20	15.314.088,71	17.218.097,89	11.639.254,22	100.000.000,00
							200.000.000,00	

*SIGA: Sistema Integrado de Gestão e Assistência da Secretaria Municipal de Saúde.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

No pleito, destacam-se os seguintes itens de projetos que se alinham aos componentes e produtos descritos na carta consulta, a saber:

Tabela 2 - Itens do Programa (valores em US\$ – dólares)

ITENS DO PROJETO	FINANCIAMENTO	CONTRAPARTIDA (PMSP)	TOTAL
OBRAS E EQUIPAMENTOS	62.310.948,49	98.288.448,48	160.599.396,97
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	6.531.660,60		16.531.660,60
MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO	7.126.936,36		7.126.936,36
CONSULTORIA E ASSESSORIA	8.566.212,12	106.060,61	8.672.272,73
CAPACITAÇÃO	4.168.787,88		4.168.787,88
AUDITORIA	1.295.454,55	1.605.490,91	2.900.945,46
TOTAL GERAL	100.000.000,00	100.000.000,00	200.000.000,00

Considerando a natureza dos investimentos, *nem todos os benefícios resultantes da execução do programa são mensuráveis financeiramente, pois sua grande aplicação estará na qualidade dos serviços prestados. Sem embargo, o programa prevê avaliações intermediárias e uma avaliação final dos resultados qualitativos esperados, bem como a análise de impacto do programa, a serem realizadas por agentes externos qualificados e contratados segundo as diretrizes do BID.*

Item do Programa: OBRAS E EQUIPAMENTOS

As obras no município têm um investimento total estimado em cerca de US\$ 160,6 milhões de dólares, que representarão uma ampliação significativa dos pontos de atendimento com a construção de um hospital na região de Brasilândia com 250 (duzentos e cinquenta) novos leitos para região Norte do Município, bem como a construção de novas Unidades de Pronto Atendimento 24 horas – UPA em todo o município e de novas Unidades Básicas de Saúde. Além da construção de novos equipamentos de saúde, o programa prevê também reformas e ampliações de unidades de saúde já existentes, com o objetivo de qualificar o acesso e modernizar a infraestrutura ofertada pela rede de saúde.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Foram analisados os projetos quanto a seus impactos, sendo verificados que do ponto vista ambiental, possui aspectos negativos localizados e de curto prazo e com impactos sociais associados, e para os quais se dispõe de efetivas medidas de mitigação.

O risco de desastres naturais para o Programa tem classificação baixa (Tipo 1), pela localização exposta à inundações do Município de São Paulo. Entretanto, de acordo com a análise da localização das obras selecionadas para execução, nenhuma delas estará exposta a este risco.

As questões de Gênero foram consideradas desde os estudos realizados para o Programa, incluindo a participação de grupos vulneráveis entre os beneficiários do Programa, a não restrição à participação de mulheres nos trabalhos durante a execução e a operação de cada tipo de obra e a participação livre de mulheres nas consultas, em conformidade com os preceitos do Sistema Único de Saúde e em cumprimento das normas legais aplicáveis.

Nenhuma das obras gerará reassentamento involuntário de pessoas ou desapropriações de terrenos. Todas as obras serão realizadas em áreas e terrenos livres de reassentamentos e em propriedade pública.

As obras estão localizadas em zonas urbanas e onde não existem comunidades indígenas. Para o Programa, os riscos e impactos negativos socioambientais principais estão relacionados na fase de construção, tais como a geração de resíduos e escombros por conta de demolições e construções, na fase de operação a geração de fluxos de água residuais hospitalares, dejetos sólidos hospitalares e exposição a infecções de pacientes, trabalhadores e visitantes; as medidas de mitigação foram definidas na avaliação socioambiental do Programa (PGAS) e serão executadas durante a fase de implementação.

Haverá supervisionamento ao cumprimento com salvaguardas ambientais e sociais durante a vida do Programa, que será executado de acordo com as condições estabelecidas no Anexo B do PGAS.

A operação contempla a construção, ampliação e renovação de unidades de atendimento à saúde e, devido à reduzida escala das edificações, além da sua localização eminentemente urbana, pode-se considerar que os impactos socioambientais potenciais são de pequena intensidade, localizados, de curto prazo, restritos à fase de obras e típicos da construção civil de pequenas dimensões e, portanto, de fácil controle e mitigação por meio de procedimentos de obras específicos.

7





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item do Programa: SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE CONSOLIDAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS CLÍNICOS, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO e SISTEMAS DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Para a implantação e integração dos sistemas de informática deverão ser aplicados cerca de US\$ 16,5 milhões de dólares da fonte de financiamento com os serviços de desenvolvimento, implantação e integração de novas ferramentas tecnológicas através de sistemas integrados assistenciais, gerenciais, de controle e acompanhamento. Dentre os sistemas, destacam-se:

- i) Consolidação e compartilhamento de dados clínicos;
- ii) Criação de prontuário eletrônico;
- iii) Planejamento e execução logística de aquisição, distribuição e dispensação de medicamentos e de materiais médico-hospitalares;
- iv) Gestão de Contratos e Convênios;
- v) Gerenciamento integrado de classificação de riscos e articulação de rede
- vi) Atualização do SIGA: Sistema Integrado de Gestão e Assistência da Secretaria Municipal de Saúde.

1- Sistema de gerenciamento de Custos.

Trata-se de um Sistema informatizado para a gestão de custos da Secretaria de Saúde, incluindo o módulo de Contrato de Gestão e Convênios no acompanhamento dos dados do atendimento assistencial e financeiro.

A relação com as Organizações Sociais e Filantrópicas no Município são efetuadas através dos Contratos de Gestão e Convênios que demandam um repasse financeiro na ordem de R\$ 4,5 bilhões de reais anualmente, ou seja, 50% de todo o orçamento municipal para a Secretaria de Saúde. Estes Contratos já possuem sistema informatizado de controle e prestação de contas e deverá ser modernizado e integrado a um sistema maior de gerenciamento dos custos, envolvendo também as unidades de saúde administrada diretamente pela administração pública.

Esse projeto específico envolve: i) um novo sistema para gerenciamento de custos para a Secretaria de Saúde; e ii) solução para o Gerenciamento de Contratos de Gestão.

A avaliação preliminar é que esse novo sistema, integrado aos controles já existentes, ampliará as capacidades de gestão interna do núcleo de acompanhamento e fiscalização e os contratados e conveniados, aumentando





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

a eficácia do monitoramento e avaliação, bem como a melhoria das informações prestadas aos órgãos de controle e transparência na relação com o terceiro setor.

2- Sistema de Gerenciamento integrado de classificação de riscos e articulação de rede.

A regulação do acesso aos recursos de urgência e emergência no Município de São Paulo é realizada envolvendo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria de Estado da Saúde (SES), por intermédio das Centrais de Urgências e Emergências do Complexo Regulador Municipal (CRUE) da SMS, e a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS), as quais atuarão de forma articulada e integrada.

Os processos relacionados ao acesso às urgências e emergências são acompanhados nos espaços já constituídos pela Coordenação Municipal de Regulação Assistencial, pela Coordenação do Sistema Municipal de Atenção às Urgências e Emergências (COMURGE), ambas por parte da SMS, pelo Grupo Técnico de Regulação da Coordenadoria de Regiões de Saúde, pela CROSS, vinculados à SES-SP, bem como o Grupo Condutor Regional da Rede de Urgência e Emergência (RUE) e Grupo Condutor de Urgências Bipartite do Estado de São Paulo.

O objetivo da Regulação de Urgência e Emergência é garantir o acesso de usuários em situação de urgência quando atendidos em um estabelecimento de saúde onde a capacidade resolutiva seja insuficiente para atendimento integral e oportuno.

Ambas as Centrais utilizam atualmente o módulo de regulação Pré-Hospitalar do Sistema Informatizado de Regulação da CROSS da SES-SP, como instrumento norteador do processo de regulação e encaminhamento de suas demandas.

O objetivo é proporcionar ações dinâmicas, executadas de forma equânime, ordenada, oportuna e racional, permitindo o processo de regulação do acesso às urgências pré-hospitalares de forma ajustada à oferta assistencial disponível.

Para tanto, foram dimensionados as ações de i) Sistema para gerenciamento integrado de classificação de riscos e articulação e ii) Sistema e integração dos centros de regulação SAMU e Urgência e Emergência.

Ass.

9

[Handwritten signature]





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Item do Programa: MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO

O programa também prevê a aplicação de US\$ 7,1 milhões de dólares para o período dos 5 (cinco) anos de implantação do programa para o seu gerenciamento e monitoramento.

Destaca-se neste modulo, *i)* a contratação de empresa gerenciadora; *ii)* a Análise Externa dos Impactos na implementação do Programa e as Avaliações Intermediária e Final das ações.

O gerenciamento valerá de ferramentas padronizadas de gestão de projetos para a organização das ações em todas as etapas, facilitando e padronizando as ações e cronogramas.

Item do Programa: CONSULTORIA E ASSESSORIA

O programa também prevê a contratação de consultoria e assessoria a fim de suprir as demandas dos novos modelos assistenciais, tecnológicas e financeiras. As organizações públicas necessitam constantemente da prestação de serviços de profissionais especializados para resolverem problemas de natureza técnica ou gerencial em determinados temas utilizando-se de metodologias para atingir seus objetivos. Esse item tem um valor estimado total de US\$ 8,6 milhões de dólares, distribuído entre o financiamento e recursos próprios do município.

Estão previstos no programa o uso das consultorias e assessorias para: *i)* Consultoria para implantação de um novo modelo de planejamento e controle de distribuição; *ii)* Consultoria para análise e implementação das linhas de cuidados através da qualificação do acesso e otimizando os recursos ofertados; *iii)* Consultoria para elaboração e validação da Certificação de Unidades de Saúde; *iv)* Assessoria para diagnóstico, elaboração e implementação de planos de ação para a Certificação de Unidades de Saúde; *v)* Assessoria para implantação do plano de ação para a certificação de Unidades de Saúde; *vi)* Equipe de apoio para a implantação do sistema de consolidação de dados clínicos no município; e *vii)* Consultoria a modelos tecnológicos digitais.

Item do Programa: CAPACITAÇÃO

10





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Outro componente importante em todo o processo é o de Capacitação dos Servidores Diretos e Indiretos, com ênfase ao conhecimento da nova estruturação da rede, aos novos sistemas a serem implantados, as estratégias da classificação de riscos, além da formação de novos gestores em saúde.

Com recursos de US\$ 4,1 milhões de dólares da fonte de financiamento, a capacitação se dará em dois modelos: i) formação e capacitação de gestores e profissionais da rede e ii) formação de líderes gestores e gerentes em Saúde.

Serão 3.625 servidores a serem capacitados, dos quais: 3.500 profissionais da rede e 125 gestores. Estes servidores serão os multiplicadores para os mais de 60 mil servidores e funcionários da rede indireta (privada e filantrópica), permitindo aos profissionais o conhecimento da estruturação, organização e integração das redes locais de atenção à saúde, bem como dos novos sistemas de informática.

Os resultados esperados são i) qualificação do corpo técnico e desenvolvimento de capacidades administrativas em saúde voltadas para maior eficácia e efetividade e equidade do sistema municipal de saúde ii) desenvolvimento de capacidades institucionais, através da internalização de conhecimentos formais e habilidades pessoais voltadas para a qualidade da atenção.

Item do Programa: AUDITORIA

Outro componente importante em todo o processo é o de Auditoria. Ela agirá de forma a averiguar todos os procedimentos internos e políticas definidas pela empresa, tornando possível perceber se os sistemas contábeis e de controles internos estão sendo efetivos e realizados dentro de critérios estabelecidos e Leis Vigentes.

O auditor externo trabalhará de forma independente, sem vínculo empregatício, e sua atenção está voltada para a confiabilidade dos registros contábeis.

Serão utilizados US\$ 2,9 milhões de reais para a contratação das auditorias que envolverá: i) Auditoria externa para a Certificação de Unidades de Saúde e de manutenção; ii) Auditoria interna de manutenção das Unidades de Saúde Certificadas; e iii) Contratação de Auditoria para a análises de processos e anotações contábeis.

11





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

II- INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

Considerando a complexidade do processo de consolidação das Redes de Atenção à Saúde no município, o programa empreende ações para o fortalecimento e institucionalização das propostas de organização das Redes de Saúde por território.

A primeira iniciativa é o aporte de ferramentas de gestão de projetos para a organização das propostas locais. Entende-se que o uso de ferramentas padronizadas colabora na compreensão da proposta apresentada; permite a comparabilidade dos projetos elaborados; apoia a detecção de potencialidades e lacunas; facilita a comunicação com agentes internos e externos, entre outros benefícios. Além disso, essa ação provoca a reflexão sobre o processo de formulação, planejamento e execução nas equipes, apontando a importância do registro histórico e institucional das ações empreendidas no âmbito da administração pública.

O monitoramento e avaliação são etapas essenciais para o desenvolvimento da política de organização e desenvolvimento da rede de atenção à saúde.

É imperiosa a reflexão sobre a sustentabilidade dos sistemas de saúde universais, sua organização, oferta de cuidado à população e financiamento. O fortalecimento dos sistemas de saúde tem sido discutido em âmbito internacional e esse debate levanta diversos desafios relacionados às mudanças sociais, a transição epidemiológica, os avanços tecnológicos e a compreensão dos processos saúde – doença no mundo contemporâneo.

Em sua proposta, o município de São Paulo contempla o ganho qualitativo e quantitativo do atendimento ao cidadão usuário do sistema único de saúde (SUS), através da qualificação e modernização de suas redes assistenciais.

As novas unidades e aquelas requalificadas permitirão uma maior homogeneidade na Atenção à Saúde ofertada, com preenchimento de "vazios assistenciais" e diminuição das contradições como os IDH's encontrados na cidade, elevados em algumas regiões e baixo em outro.

Reitere-se ainda a urgência do programa, uma vez que o envelhecimento da população é crescente e desigual.

12





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Considerando o conjunto de ferramentas tecnológicas a serem desenvolvidas, particularmente seus impactos na qualificação do controle e do monitoramento sobre as despesas e a logística que se devem se aplicar em uma megalópole com São Paulo, pode-se afirmar que *um programa dessa natureza trará inevitavelmente benefícios indiretos, porque amplia o acesso de maneira eficiente, por meio de Rede de Assistência à Saúde organizada e com ações de prevenção e promoção à saúde o que resultará em maior qualidade à saúde do município e consequente diminuição dos agravos indesejáveis.*

Além disso, o aprimoramento do arranjo institucional e da atuação do corpo técnico envolvido na assistência e na gestão propiciará melhorias nos resultados apresentados pelo Sistema de Saúde instalado no município.

Diante dos baixos riscos envolvidos no programa e os resultados e impacto esperado, considera-se que a iniciativa trará inegáveis benefícios à atenção em saúde do município.

III- ANÁLISE DAS FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

Em 20/06/2017, o Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, publicou a Chamada Pública SF/OPCRED nº 01/2017 visando à obtenção de propostas para o financiamento do projeto "AVANÇA SAÚDE SP", de que trata o Art.14, do inciso I, da Lei Municipal 16.757 de 14/11/2017.

Findo o prazo para encaminhamento de propostas, foram formalizadas intenções de financiamento pelas instituições financeiras Banco Santander e Banco Credit Suisse.

A proposta que apresentou a condição de financiamento mais vantajosa foi a encaminhada pelo Banco Santander.

Entretanto, em atenção ao princípio da eficiência administrativa e buscando a realização de operação mais vantajosa para o Município de São Paulo, observou-se que as propostas recebidas são financeiramente menos vantajosas que as políticas de encargos financeiros de organismos multilaterais.

13





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Diante deste fato, a Prefeitura do Município de São Paulo, no uso de suas prerrogativas discricionárias, declarou a chamada pública sem a contratação de qualquer uma das proponentes.

Em 29/06/17, foi realizado estudo comparativo das Taxas Internas de Retorno com as condições financeiras das propostas em sede da chamada pública em questão (Santander e Credit Suisse), bem como as condições praticadas pelo BID e Banco Mundial. Como resultado concluiu-se que o BID foi a instituição financeira com a proposta mais vantajosa para o Município, apresentando uma TIR de 1,2786% ao semestre, notoriamente mais vantajosa, conforme demonstrado em fls. 16.

A decisão pela linha de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) decorre também do reconhecimento da expertise do Banco em financiar grandes projetos na área de saúde, tanto no Brasil quanto nos demais países membros, o que agrega ainda mais valor a essa parceria por meio de assessoria a ser prestada pelo Banco no desenvolvimento e execução do projeto, seguindo linhas modernas e eficientes de atuação.

Atualmente, o BID é a principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe e para a integração regional, financiando a área de políticas integradas de saúde na execução de 50 projetos.

Além disso, o Governo paulistano compartilha do entendimento do BID de que as ações de cooperação técnica, consultoria, financiamentos, assistência técnica e pesquisas devem ser realizadas de forma sustentável. Considera, ainda, que essas ações estão relacionadas a um amplo leque de possibilidade que, se integradas, potencializam o alcance dos objetivos propostos.

IV- CONDIÇÕES FINANCEIRAS PREVISTAS PARA A OPERAÇÃO

As atuais condições financeiras da operação de crédito ora pleiteada consistem nos seguintes encargos:

- LIBOR 3 months + spread 0,90% (atualmente em 3,25%)
- Commitment Fee: 0,50%
- Prazo de Carência: 07 anos
- Prazo de Amortização: 10 anos
- TIR: 3,311% a.a. (1,642% ao semestre), conforme fls. 17.

14



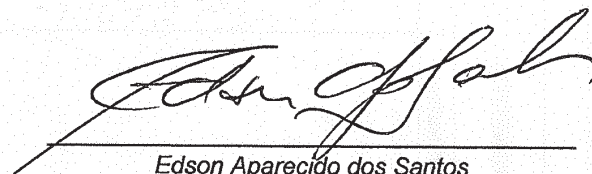


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

V- CONCLUSÃO

Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

São Paulo, 22 de agosto de 2018.

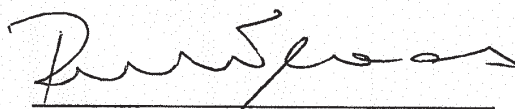


Edson Aparecido dos Santos
Secretário Municipal de Saúde



Caio Megale
Secretário Municipal da Fazenda

De acordo



Bruno Covas
Prefeito do Município de São Paulo

15



Página 273 de 307

Parte integrante do Aviso da MSF nº 113 de 2018.

Chamada Pública SF/OPCRED nº 01/2017**Titular do Projeto de Investimento:** SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**Valor Total do Projeto:** USD 200 Milhões (50% de contrapartida)**Condições de Financiamento / Taxa Interna de Retorno (TIR)**

		PROponentes			ORGANISMOS MULTILATERAIS CONSULTADOS	
		Santander	Credit Suisse	Credit Suisse	BID	Banco Mundial
Spread (%a.a.)		1,25%	2,45%	2,53%	0,93%	1,30%
LIBOR		6months	6months	6months	3months	6months
Commitment Fee / Standby Fee / Comissão		0,50%	2,45%	2,45%	0,50%	0,25%
Commitment Fee (gratuidade - meses)		0	0	0	2	2
Front-End Fee / Comissão de Estruturação		USD 450.000	1,45%	1,45%	0,125%	0,25%
Demais Despesas		USD 190.000	0	0	0	0
Pzo Carencia		5	5	5	5	5
Pzo Amortização		10	10	10	10	10
MIGA	Prêmio MIGA	1,90%	1,90%	1,90%	0	0
	Commitment Fee / Standby Fee /	0,57%	0,57%	0,57%	0	0
	Comissão de Crédito					
	Comissão Solicitação					
Comissão de Análise		USD 110.000	USD 90.000	USD 90.000	0	0
TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR		2,7880%	4,1440%	4,1632%	1,2786%	1,5299%



CONDIÇÕES FINANCEIRAS PREVISTAS PARA A OPERAÇÃO

(posição 03/08/2018)

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID

- LIBOR 3 months + spread 0,90% (atualmente em 3,25%)
- Commitment Fee: 0,50%
- Prazo de Carência: 07 anos (84 meses)
- Prazo de Amortização: 10 anos (120 meses)
- Prazo de Total: 17 anos (204 meses)

TIR	0,278%	a.m.
	1,678%	a.s.
	3,385%	a.a.

Mês	Liberação	Amortização	Juros	Commitment Fee	Pagamentos	Saldo Devedor	FC
0	10.000.000,00	-	-	224.719,45	224.719,45	10.000.000,00	9.775.280,55
6	10.000.000,00	-	161.200,72	199.750,62	360.951,34	20.000.000,00	9.639.048,66
12	10.000.000,00	-	322.401,43	174.781,80	497.183,23	30.000.000,00	9.502.816,77
18	10.000.000,00	-	483.602,15	149.812,97	633.415,12	40.000.000,00	9.366.584,88
24	10.000.000,00	-	644.802,87	124.844,14	769.647,01	50.000.000,00	9.230.352,99
30	10.000.000,00	-	806.003,58	99.875,31	905.878,89	60.000.000,00	9.094.121,11
36	10.000.000,00	-	967.204,30	74.906,48	1.042.110,78	70.000.000,00	8.957.889,22
42	10.000.000,00	-	1.128.405,02	49.937,66	1.178.342,67	80.000.000,00	8.821.657,33
48	10.000.000,00	-	1.289.605,73	24.968,83	1.314.574,56	90.000.000,00	8.685.425,44
54	10.000.000,00	-	1.450.806,45	-	1.450.806,45	100.000.000,00	8.549.193,55
60	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
66	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
72	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
78	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
84	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
90	-	5.000.000,00	1.612.007,16	-	6.612.007,16	95.000.000,00	- 6.612.007,16
96	-	5.000.000,00	1.531.406,81	-	6.531.406,81	90.000.000,00	- 6.531.406,81
102	-	5.000.000,00	1.450.806,45	-	6.450.806,45	85.000.000,00	- 6.450.806,45
108	-	5.000.000,00	1.370.206,09	-	6.370.206,09	80.000.000,00	- 6.370.206,09
114	-	5.000.000,00	1.289.605,73	-	6.289.605,73	75.000.000,00	- 6.289.605,73
120	-	5.000.000,00	1.209.005,37	-	6.209.005,37	70.000.000,00	- 6.209.005,37
126	-	5.000.000,00	1.128.405,02	-	6.128.405,02	65.000.000,00	- 6.128.405,02
132	-	5.000.000,00	1.047.804,66	-	6.047.804,66	60.000.000,00	- 6.047.804,66
138	-	5.000.000,00	967.204,30	-	5.967.204,30	55.000.000,00	- 5.967.204,30
144	-	5.000.000,00	886.603,94	-	5.886.603,94	50.000.000,00	- 5.886.603,94
150	-	5.000.000,00	806.003,58	-	5.806.003,58	45.000.000,00	- 5.806.003,58
156	-	5.000.000,00	725.403,22	-	5.725.403,22	40.000.000,00	- 5.725.403,22
162	-	5.000.000,00	644.802,87	-	5.644.802,87	35.000.000,00	- 5.644.802,87
168	-	5.000.000,00	564.202,51	-	5.564.202,51	30.000.000,00	- 5.564.202,51
174	-	5.000.000,00	483.602,15	-	5.483.602,15	25.000.000,00	- 5.483.602,15
180	-	5.000.000,00	403.001,79	-	5.403.001,79	20.000.000,00	- 5.403.001,79
186	-	5.000.000,00	322.401,43	-	5.322.401,43	15.000.000,00	- 5.322.401,43
192	-	5.000.000,00	241.801,07	-	5.241.801,07	10.000.000,00	- 5.241.801,07
198	-	5.000.000,00	161.200,72	-	5.161.200,72	5.000.000,00	- 5.161.200,72
204	-	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00	-	- 5.000.000,00





PARECER DO ÓRGÃO TÉCNICO

Em atendimento ao disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e ao disposto no § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, trata o presente Parecer de contratação, pelo Município de São Paulo/SP de operação de crédito, no valor de US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, destinado ao financiamento do projeto "**AVANÇA SAÚDE SP**", de que trata o Art.14, do inciso I, da Lei Municipal 16.757 de 14/11/2017.

I- RELAÇÃO CUSTO-BENEFÍCIO

O objetivo do Projeto é ampliar a oferta, melhorar as condições de acesso e aprimorar a qualidade de serviços municipais de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. Dessa forma, espera-se como resultados do Projeto: *i)* redução da desigualdade de acesso e de diferença de qualidade dos serviços de saúde entre as regiões do município; e *ii)* otimização da utilização de recursos, desenvolvimento de capacidades institucionais e melhora da relação custo-efetividade dos serviços.

O projeto prevê a qualificação das redes assistenciais da Cidade de São Paulo através da implantação de novas tecnologias e sistemas informatizados, com a integração das bases de dados existentes dos serviços de saúde; construções, reformas e aquisições de equipamentos para Hospital, UPA's e UBS's, com ênfase nas áreas reconhecidas como "vazios assistenciais"; no desenvolvimento e maior integração da Rede de Urgência e Emergência com outros serviços e modalidades de cuidado capazes de ampliar a efetividade da rede existente e o fortalecimento das capacidades institucionais e mecanismo de gestão, com a capacitação de servidores públicos municipais diretos e indiretos e a formação técnica de novos gestores.

Como é sabido, o Município de São Paulo passou a se integrar e se organizar no SUS (Sistema Único de Saúde) apenas a partir de 2001. Em 2003 a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS/SP) é habilitada na Gestão Plena do SUS, uma defasagem de aproximadamente 10 anos em relação ao conjunto dos municípios brasileiros. Esse processo, marcado por uma menor maturidade institucional, ainda se expressa na fragilidade e fragmentação dos mecanismos de qualificação, organização e gerenciamento do sistema e dos serviços de saúde. Inclusive áreas estratégicas como regulação, informação, logística de insumos, gestão de redes, capacitações técnicas, entre outras, foram enormemente afetadas. Um dos resultados concretos foi a estruturação de um modelo técnico-assistencial com baixa integração dos pontos de atenção, centrado na "queixa-conduta" e no pronto-atendimento.





A municipalidade possui uma rede de saúde complexa, potente e de densidades tecnológicas diversificadas, mesmo considerando que parte dos serviços de média e de alta complexidade encontra-se sob gestão estadual. Por outro lado, evidencia-se a presença significativa do setor suplementar de saúde, girando em torno de 35% de beneficiários. Nesse cenário, temos 70% da população paulistana e um grande número de habitantes de municípios vizinhos atendidos pela rede pública municipal, com 40% de cobertura da Atenção Básica, principalmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF).

Na megalópole que é São Paulo e sua região metropolitana, a articulação interfederativa e interinstitucional é primordial para os ganhos de eficiência, integrando ações e informações. Nesta linha, as parcerias pioneiras com a sociedade civil elevam consideravelmente os ganhos assistências.

O Investimento total do projeto é de US\$ 200,0 milhões de dólares, sendo pretendido pelo financiamento externo US\$ 100,0 milhões de dólares e a contrapartida do tesouro municipal em mais US\$ 100,0 milhões de dólares. O projeto prevê 04 (quatro) componentes em sua estrutura de implantação, a saber (cronograma anual apresentado na Tabela 1):



Página 277 de 307

Parte integrante do Aviso da MSF nº 113 de 2018.



Tabela 1 – Cronograma anual estimado de execução do Projeto (valores em US\$ – dólares)

Indicadores	Ano 0	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Montantes	
Componente 1. Apoio à reestruturação, reorganização e integração das redes de atenção à saúde							BID	Contrapartida
Unidades de Pronto Atendimento a construir		4.945.454,55	9.890.909,09				14.836.363,64	
Unidades Básicas de Saúde a construir		3.289.989,70	1.648.484,85				4.945.454,55	
Equipamentos de saúde a reformar		6.425.454,54	17.434.848,48	4.294.242,42	909.090,91		29.083.638,35	
Projetos Arquitetônicos e Executivos de unidades a construir		909.090,91	500.000,00					1.409.090,91
Equipamentos e mobiliários para as unidades requalificadas		636.363,64	8.613.517,75	1.783.912,98	886.245,02	454.545,45	12.374.584,85	
Hospital construído (Contrapartida)	10.101.010,10	24.242.424,24	14.141.414,14					48.484.848,48
Equipamentos e mobiliários para o Hospital e UPAS (Contrapartida)			21.818.181,82			606.060,61		22.424.242,43
Unidades de Pronto Atendimento em andamento e a construir (Contrapartida)	1.818.181,82	4.945.454,55	654.545,45		1.236.363,64	1.236.363,64		9.890.909,10
Unidades de Pronto Atendimento a serem reformadas e ampliadas (Contrapartida)					1.236.363,64	1.236.363,64		2.472.727,28
Unidades Básicas de Saúde a serem construídas (contrapartida)				3.023.895,02	6.803.315,15	3.779.618,53		13.606.630,30
Painéis Fotovoltaicos em UPAs selecionadas		181.818,18	363.636,36	363.636,36		181.818,18	1.080.909,08	
Serviços de consultoria para desenvolvimento institucional		900.000,00	600.000,00				1.500.051,53	
Total Componente 1	11.919.191,92	45.583.030,30	75.086.537,95	9.485.487,40	11.071.378,36	7.484.771,04	63.811.000,00	98.288.448,48



Página 278 de 307

Parte integrante do Aviso da MSF nº 113 de 2018.



Componente 2. Melhoria da eficiência e da qualidade do sistema de saúde							
Componente 2A. Instrumentos para ampliar as capacidades institucionais da SMS							BID
							Contrapartida
Soluções tecnológicas e metodologias de planejamento, análise e controle da aquisição e distribuição de suprimentos, integração do fluxo de compras, (almoxnafado, atualização tecnológica do SIGA*, demanda médica, insumos hospitalares)		1.545.454,55	727.272,73				2.272.727,27
Sistema de gerenciamento de custos (diagnóstico e implementação)		686.666,67	686.666,67	242.424,24	2.251.751,52		3.867.509,09
Aquisição de solução para o Gerenciamento de Convênios e Contratos		532.264,39	474.955,97	171.925,57	171.925,57	171.925,57	1.622.975,76
Análise e implementação de novas linhas de cuidados (qualificação de acesso e otimização de cliente)		500.000,00	500.000,00				1.000.000,00
Formação de capacitação de gestores e profissionais da rede		833.757,58	833.757,58	833.757,58	833.757,58	833.757,58	4.168.787,88
Total Componente 2 A		4.998.143,18	3.822.652,84	1.248.107,39	3.267.434,68	1.005.663,14	12.832.000,08
Componente 2B. Melhoria contínua da produtividade interna e da qualidade do setor saúde							BID
							Contrapartida
Integração e ferramentas gerenciais de regulação da Rede de Urgência e Emergência		2.956.484,85	1.776.626,20	1.275.919,20	775.212,15	775.212,15	7.569.424,24
Certificação de unidades de saúde		195.272,73	287.636,36	178.424,24	178.424,24	178.424,24	892.121,21
Auditoria (externa e interna) de unidades de saúde certificadas			348.484,85	883.648,48	883.648,48	535.163,64	1.045.454,55
Total Componente 2 B		3.151.757,58	2.392.747,41	2.337.991,93	1.837.284,88	1.488.800,03	8.497.000,08
							1.711.551,62
Componente 3. Fortalecimento da gestão da informação e incentivo à inovação e ao uso de novas tecnologias em saúde							BID
							Contrapartida
Sistema para consolidação e compartilhamento de dados clínicos e prontuário eletrônico		2.082.500,00	2.975.000,00	892.500,00			5.950.000,00



Página 279 de 307

Parte integrante do Aviso da MSF nº 113 de 2018.



Equipe de apoio para a implantação do sistema de consolidação e compartilhamento de dados clínicos e prontuário eletrônico		255.000,00	425.000,00	170.000,00			850.000,00	
Consultoria a modelos tecnológicos digitais		300.000,00	300.000,00				600.000,00	
Total Componente 3		2.637.600,00	3.700.000,00	1.062.500,00			7.400.000,00	
Componente 4: Administração e avaliação do Projeto							BID	Contrapartida
Gerenciadora		1.210.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	6.210.000,00	
Contratação de Auditoria		50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	250.000,00	
Análise de Impacto		350.000,00				350.000,00	700.000,00	
Avaliações Intermediárias e final				150.000,00		150.000,00	300.000,00	
Total Componente 4		1.610.000,00	1.050.000,00	1.200.000,00	1.050.000,00	1.550.000,00	6.460.000,00	
Total Geral do Projeto	11.919.191,92	57.990.431,06	86.030.938,20	15.314.086,71	17.216.097,89	11.539.254,22	100.000.000,00	100.000.000,00
							200.000.000,00	

*SIGA: Sistema Integrado de Gestão e Assistência da Secretaria Municipal de Saúde.





No pleito, destacam-se os seguintes itens de projetos que se alinham aos componentes e produtos descritos na carta consulta, a saber:

Tabela 2 - Itens do Projeto (valores em US\$ – dólares)

ITENS DO PROJETO	FINANCIAMENTO	CONTRAPARTIDA (PMSP)	TOTAL
OBRAS E EQUIPAMENTOS	62.310.948,49	98.288.448,48	160.599.396,97
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	6.531.660,60		16.531.660,60
MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO	7.126.936,36		7.126.936,36
CONSULTORIA E ASSESSORIA	8.566.212,12	106.060,61	8.672.272,73
CAPACITAÇÃO	4.168.787,88		4.168.787,88
AUDITORIA	1.295.454,55	1.605.490,91	2.900.945,46
TOTAL GERAL	100.000.000,00	100.000.000,00	200.000.000,00

Considerando a natureza dos investimentos, *nem todos os benefícios resultantes da execução do projeto são mensuráveis financeiramente, pois sua grande aplicação estará na qualidade dos serviços prestados. Sem embargo, o projeto prevê avaliações intermediárias e uma avaliação final dos resultados qualitativos esperados, bem como a análise de impacto do projeto, a serem realizadas por agentes externos qualificados e contratados segundo as diretrizes do BID.*

Item do Projeto: OBRAS E EQUIPAMENTOS

As obras no município têm um investimento total estimado em cerca de US\$ 160,6 milhões de dólares, que representarão uma ampliação significativa dos pontos de atendimento com a construção de um hospital na região de Brasilândia com 250 (duzentos e cinquenta) novos leitos para região Norte do Município, bem como a construção de novas Unidades de Pronto Atendimento 24 horas – UPA em todo o município e de novas Unidades Básicas de Saúde. Além da construção de novos equipamentos de saúde, o projeto prevê também reformas e ampliações de unidades de saúde já existentes, com o objetivo de qualificar o acesso e modernizar a infraestrutura ofertada pela rede de saúde.





Foram analisados os projetos quanto a seus impactos, sendo verificados que do ponto vista ambiental, possui aspectos negativos localizados e de curto prazo e com impactos sociais associados, e para os quais se dispõe de efetivas medidas de mitigação.

O risco de desastres naturais para o Projeto tem classificação baixa (Tipo 1), pela localização exposta à inundações do Município de São Paulo. Entretanto, de acordo com a análise da localização das obras selecionadas para execução, nenhuma delas estará exposta a este risco.

As questões de Gênero foram consideradas desde os estudos realizados para o Projeto, incluindo a participação de grupos vulneráveis entre os beneficiários do Projeto, a não restrição à participação de mulheres nos trabalhos durante a execução e a operação de cada tipo de obra e a participação livre de mulheres nas consultas, em conformidade com os preceitos do Sistema Único de Saúde e em cumprimento das normas legais aplicáveis.

Nenhuma das obras gerará reassentamento involuntário de pessoas ou desapropriações de terrenos. Todas as obras serão realizadas em áreas e terrenos livres de reassentamentos e em propriedade pública.

As obras estão localizadas em zonas urbanas e onde não existem comunidades indígenas. Para o Projeto, os riscos e impactos negativos socioambientais principais estão relacionados na fase de construção, tais como a geração de resíduos e escombros por conta de demolições e construções, na fase de operação a geração de fluxos de água residuais hospitalares, dejetos sólidos hospitalares e exposição a infecções de pacientes, trabalhadores e visitantes; as medidas de mitigação foram definidas na avaliação socioambiental do Projeto (PGAS) e serão executadas durante a fase de implementação. Haverá supervisionamento ao cumprimento com salvaguardas ambientais e sociais durante a vida do Projeto, que será executado de acordo com as condições estabelecidas no Anexo B do PGAS.

A operação contempla a construção, ampliação e renovação de unidades de atendimento à saúde e, devido à reduzida escala das edificações, além da sua localização eminentemente urbana, pode-se considerar que os impactos socioambientais potenciais são de pequena intensidade, localizados, de curto prazo, restritos à fase de obras e típicos da construção civil de pequenas dimensões e, portanto, de fácil controle e mitigação por meio de procedimentos de obras específicos.





Item do Projeto: SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DE CONSOLIDAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE DADOS CLÍNICOS, PRONTUÁRIO ELETRÔNICO e SISTEMAS DE FORTALECIMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Para a implantação e integração dos sistemas de informática deverão ser aplicados cerca de US\$ 16,5 milhões de dólares da fonte de financiamento com os serviços de desenvolvimento, implantação e integração de novas ferramentas tecnológicas através de sistemas integrados assistenciais, gerenciais, de controle e acompanhamento. Dentre os sistemas, destacam-se:

- i) Consolidação e compartilhamento de dados clínicos;
- ii) Criação de prontuário eletrônico;
- iii) Planejamento e execução logística de aquisição, distribuição e dispensação de medicamentos e de materiais médico-hospitalares;
- iv) Gestão de Contratos e Convênios;
- v) Gerenciamento integrado de classificação de riscos e articulação de rede
- vi) Atualização do SIGA: Sistema Integrado de Gestão e Assistência da Secretaria Municipal de Saúde.

1- Sistema de gerenciamento de Custos.

Trata-se de um Sistema informatizado para a gestão de custos da Secretaria de Saúde, incluindo o módulo de Contrato de Gestão e Convênios no acompanhamento dos dados do atendimento assistencial e financeiro.

A relação com as Organizações Sociais e Filantrópicas no Município são efetuadas através dos Contratos de Gestão e Convênios que demandam um repasse financeiro na ordem de R\$ 4,5 bilhões de reais anualmente, ou seja, 50% de todo o orçamento municipal para a Secretaria de Saúde. Estes Contratos já possuem sistema informatizado de controle e prestação de contas e deverá ser modernizado e integrado a um sistema maior de gerenciamento dos custos, envolvendo também as unidades de saúde administrada diretamente pela administração pública.

Esse projeto específico envolve: i) um novo sistema para gerenciamento de custos para a Secretaria de Saúde; e ii) solução para o Gerenciamento de Contratos de Gestão.

A avaliação preliminar é que esse novo sistema, integrado aos controles já existentes, ampliará as capacidades de gestão interna do núcleo de acompanhamento e fiscalização e os contratados e conveniados, aumentando





a eficácia do monitoramento e avaliação; bem como a melhoria das informações prestadas aos órgãos de controle e transparência na relação com o terceiro setor.

2- Sistema de Gerenciamento integrado de classificação de riscos e articulação de rede.

A regulação do acesso aos recursos de urgência e emergência no Município de São Paulo é realizada envolvendo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e a Secretaria de Estado da Saúde (SES), por intermédio das Centrais de Urgências e Emergências do Complexo Regulador Municipal (CRUE) da SMS, e a Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS), as quais atuarão de forma articulada e integrada.

Os processos relacionados ao acesso às urgências e emergências são acompanhados nos espaços já constituídos pela Coordenação Municipal de Regulação Assistencial, pela Coordenação do Sistema Municipal de Atenção às Urgências e Emergências (COMURGE), ambas por parte da SMS, pelo Grupo Técnico de Regulação da Coordenadoria de Regiões de Saúde, pela CROSS, vinculados à SES-SP, bem como o Grupo Condutor Regional da Rede de Urgência e Emergência (RUE) e Grupo Condutor de Urgências Bipartite do Estado de São Paulo.

O objetivo da Regulação de Urgência e Emergência é garantir o acesso de usuários em situação de urgência quando atendidos em um estabelecimento de saúde onde a capacidade resolutiva seja insuficiente para atendimento integral e oportuno.

Ambas as Centrais utilizam atualmente o módulo de regulação Pré-Hospitalar do Sistema Informatizado de Regulação da CROSS da SES-SP, como instrumento norteador do processo de regulação e encaminhamento de suas demandas.

O objetivo é proporcionar ações dinâmicas, executadas de forma equânime, ordenada, oportuna e racional, permitindo o processo de regulação do acesso às urgências pré-hospitalares de forma ajustada à oferta assistencial disponível.

Para tanto, foram dimensionados as ações de i) Sistema para gerenciamento integrado de classificação de riscos e articulação e ii) Sistema e integração dos centros de regulação SAMU e Urgência e Emergência.



**Item do Projeto: MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO**

O projeto também prevê a aplicação de US\$ 7,1 milhões de dólares para o período dos 5 (cinco) anos de implantação do projeto para o seu gerenciamento e monitoramento.

Destaca-se neste módulo, *i)* a contratação de empresa gerenciadora; *ii)* a Análise Externa dos Impactos na implementação do Projeto e as Avaliações Intermediária e Final das ações.

O gerenciamento valerá de ferramentas padronizadas de gestão de projetos para a organização das ações em todas as etapas, facilitando e padronizando as ações e cronogramas.

Item do Projeto: CONSULTORIA E ASSESSORIA

O projeto também prevê a contratação de consultoria e assessoria a fim de suprir as demandas dos novos modelos assistenciais, tecnológicas e financeiras. As organizações públicas necessitam constantemente da prestação de serviços de profissionais especializados para resolverem problemas de natureza técnica ou gerencial em determinados temas utilizando-se de metodologias para atingir seus objetivos. Esse item tem um valor estimado total de US\$ 8,6 milhões de dólares, distribuído entre o financiamento e recursos próprios do município.

Estão previstos no projeto o uso das consultorias e assessorias para: *i)* Consultoria para implantação de um novo modelo de planejamento e controle de distribuição; *ii)* Consultoria para análise e implementação das linhas de cuidados através da qualificação do acesso e otimizando os recursos ofertados; *iii)* Consultoria para elaboração e validação da Certificação de Unidades de Saúde; *iv)* Assessoria para diagnóstico, elaboração e implementação de planos de ação para a Certificação de Unidades de Saúde; *v)* Assessoria para implantação do plano de ação para a certificação de Unidades de Saúde; *vi)* Equipe de apoio para a implantação do sistema de consolidação de dados clínicos no município; e *vii)* Consultoria a modelos tecnológicos digitais.





Item do Projeto: CAPACITAÇÃO

Outro componente importante em todo o processo é o de Capacitação dos Servidores Diretos e Indiretos, com ênfase ao conhecimento da nova estruturação da rede, aos novos sistemas a serem implantados, as estratégias da classificação de riscos, além da formação de novos gestores em saúde.

Com recursos de US\$ 4,1 milhões de dólares da fonte de financiamento, a capacitação se dará em dois modelos: i) formação e capacitação de gestores e profissionais da rede e ii) formação de líderes gestores e gerentes em Saúde.

Serão 3.625 servidores a serem capacitados, dos quais: 3.500 profissionais da rede e 125 gestores. Estes servidores serão os multiplicadores para os mais de 60 mil servidores e funcionários da rede indireta (privada e filantrópica), permitindo aos profissionais o conhecimento da estruturação, organização e integração das redes locais de atenção à saúde, bem como dos novos sistemas de informática.

Os resultados esperados são i) qualificação do corpo técnico e desenvolvimento de capacidades administrativas em saúde voltadas para maior eficácia e efetividade e equidade do sistema municipal de saúde ii) desenvolvimento de capacidades institucionais, através da internalização de conhecimentos formais e habilidades pessoais voltadas para a qualidade da atenção.

Item do Projeto: AUDITORIA

Outro componente importante em todo o processo é o de Auditoria. Ela agirá de forma a averiguar todos os procedimentos internos e políticas definidas pela empresa, tornando possível perceber se os sistemas contábeis e de controles internos estão sendo efetivos e realizados dentro de critérios estabelecidos e Leis Vigentes.

O auditor externo trabalhará de forma independente, sem vínculo empregatício, e sua atenção está voltada para a confiabilidade dos registros contábeis.

Serão utilizados US\$ 2,9 milhões de reais para a contratação das auditorias que envolverá: i) Auditoria externa para a Certificação de





Unidades de Saúde e de manutenção; ii) Auditoria interna de manutenção das Unidades de Saúde Certificadas; e iii) Contratação de Auditoria para a análises de processos e anotações contábeis.

II- INTERESSE ECONÔMICO E SOCIAL DA OPERAÇÃO

Considerando a complexidade do processo de consolidação das Redes de Atenção à Saúde no município, o projeto empreende ações para o fortalecimento e institucionalização das propostas de organização das Redes de Saúde por território.

A primeira iniciativa é o aporte de ferramentas de gestão de projetos para a organização das propostas locais. Entende-se que o uso de ferramentas padronizadas colabora na compreensão da proposta apresentada; permite a comparabilidade dos projetos elaborados; apoia a detecção de potencialidades e lacunas; facilita a comunicação com agentes internos e externos, entre outros benefícios. Além disso, essa ação provoca a reflexão sobre o processo de formulação, planejamento e execução nas equipes, apontando a importância do registro histórico e institucional das ações empreendidas no âmbito da administração pública.

O monitoramento e avaliação são etapas essenciais para o desenvolvimento da política de organização e desenvolvimento da rede de atenção à saúde.

É imperiosa a reflexão sobre a sustentabilidade dos sistemas de saúde universais, sua organização, oferta de cuidado à população e financiamento. O fortalecimento dos sistemas de saúde tem sido discutido em âmbito internacional e esse debate levanta diversos desafios relacionados às mudanças sociais, a transição epidemiológica, os avanços tecnológicos e a compreensão dos processos saúde – doença no mundo contemporâneo.

Em sua proposta, o município de São Paulo contempla o ganho qualitativo e quantitativo do atendimento ao cidadão usuário do sistema único de saúde (SUS), através da qualificação e modernização de suas redes assistências.

As novas unidades e aquelas requalificadas permitirão uma maior homogeneidade na Atenção à Saúde ofertada, com preenchimento de "vazios assistenciais" e diminuição das contradições como os IDH's encontrados na cidade, elevados em algumas regiões e baixo em outro.





Reitere-se ainda a urgência do projeto, uma vez que o envelhecimento da população é crescente e desigual.

Considerando o conjunto de ferramentas tecnológicas a serem desenvolvidas, particularmente seus impactos na qualificação do controle e do monitoramento sobre as despesas e a logística que se devem se aplicar em uma megalópole com São Paulo, pode-se afirmar que *um projeto dessa natureza trará inevitavelmente benefícios indiretos, porque amplia o acesso de maneira eficiente, por meio de Rede de Assistência à Saúde organizada e com ações de prevenção e promoção à saúde o que resultará em maior qualidade à saúde do município e consequente diminuição dos agravos indesejáveis.*

Além disso, o aprimoramento do arranjo institucional e da atuação do corpo técnico envolvido na assistência e na gestão propiciarão melhorias nos resultados apresentados pelo Sistema de Saúde instalado no município.

Diante dos baixos riscos envolvidos no projeto e os resultados e impacto esperado, considera-se que a iniciativa trará inegáveis benefícios à atenção em saúde do município.

III- ANÁLISE DAS FONTES ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO

Em 20/06/2017, o Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal da Fazenda, publicou a Chamada Pública SF/OPCRED nº 01/2017 visando à obtenção de propostas para o financiamento do projeto "AVANÇA SAÚDE SP", de que trata o Art.14, do inciso I, da Lei Municipal 16.757 de 14/11/2017.

Findo o prazo para encaminhamento de propostas, foram formalizadas intenções de financiamento pelas instituições financeiras Banco Santander e Banco Credit Suisse.

A proposta que apresentou a condição de financiamento mais vantajosa foi a encaminhada pelo Banco Santander. Entretanto, em atenção ao princípio da eficiência administrativa e buscando a realização de operação mais vantajosa para o Município de São Paulo, observou-se que as propostas recebidas são financeiramente menos vantajosas que as políticas de encargos financeiros de organismos multilaterais.





Diante deste fato, a Prefeitura do Município de São Paulo, no uso de suas prerrogativas discricionárias, declarou a chamada pública sem a contratação de qualquer uma das proponentes.

Em 29/06/17, foi realizado estudo comparativo das Taxas Internas de Retorno com as condições financeiras das propostas em sede da chamada pública em questão (Santander e Credit Suisse), bem como as condições praticadas pelo BID e Banco Mundial. Como resultado concluiu-se que o BID foi a instituição financeira com a proposta mais vantajosa para o Município, apresentando uma TIR de 1,2786% ao semestre, notoriamente mais vantajosa, conforme demonstrado em fls. 16.

A decisão pela linha de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) decorre também do reconhecimento da expertise do Banco em financiar grandes projetos na área de saúde, tanto no Brasil quanto nos demais países membros, o que agrega ainda mais valor a essa parceria por meio de assessoria a ser prestada pelo Banco no desenvolvimento e execução do projeto, seguindo linhas modernas e eficientes de atuação.

Atualmente, o BID é a principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe e para a integração regional, financiando a área de políticas integradas de saúde na execução de 50 projetos.

Além disso, o Governo paulistano compartilha do entendimento do BID de que as ações de cooperação técnica, consultoria, financiamentos, assistência técnica e pesquisas devem ser realizadas de forma sustentável. Considera, ainda, que essas ações estão relacionadas a um amplo leque de possibilidade que, se integradas, potencializam o alcance dos objetivos propostos.

IV- CONDIÇÕES FINANCEIRAS PREVISTAS PARA A OPERAÇÃO

As atuais condições financeiras da operação de crédito ora pleiteada consistem nos seguintes encargos:

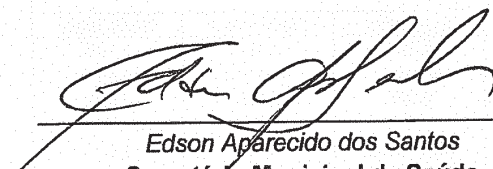
- LIBOR 3 months + spread 0,90% (atualmente em 3,25%)
- Commitment Fee: 0,50%
- Prazo de Carência: 07 anos
- Prazo de Amortização: 10 anos
- TIR: 3,311% a.a. (1,642% ao semestre), conforme fls. 17.



**V- CONCLUSÃO**

Conforme demonstrado, entendo que este Parecer atesta o cumprimento do disposto no inciso I, do art. 21, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, e do § 1º, do art. 32, da Lei Complementar 101/2000, demonstrando a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação.

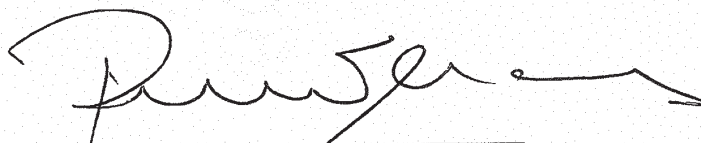
São Paulo, 08 de outubro de 2018.



Edson Aparecido dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

Gaio Megale
Secretário Municipal da Fazenda

De acordo



Bruno Covas
Prefeito do Município de São Paulo

Chamada Pública SF/OPCRED nº 01/2017**Titular do Projeto de Investimento:** SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**Valor Total do Projeto:** USD 200 Milhões (50% de contrapartida)**Condições de Financiamento / Taxa Interna de Retorno (TIR)**

	PROPONENTES			ORGANISMOS MULTILATERAIS CONSULTADOS	
	Santander	Credit Suisse	Credit Suisse	BID	Banco Mundial
Spread (%a.a.)	1,25%	2,45%	2,53%	0,93%	1,30%
LIBOR	6months	6months	6months	3months	6months
Commitment Fee / Standby Fee / Comissão	0,50%	2,45%	2,45%	0,50%	0,25%
Commitment Fee (gratuidade - meses)	0	0	0	2	2
Front-End Fee / Comissão de Estruturação	USD 450.000	1,45%	1,45%	0,125%	0,25%
Demais Despesas	USD 190.000	0	0	0	0
Pzo Carencia	5	5	5	5	5
Pzo Amortização	10	10	10	10	10
MIGA	Prêmio MIGA	1,90%	1,90%	0	0
	Commitment Fee / Standby Fee /	0,57%	0,57%	0	0
	Comissão de Crédito			0	0
	Comissão Solicitação			0	0
	Comissão de Análise	USD 110.000	USD 90.000	USD 90.000	
TAXA INTERNA DE RETORNO - TIR		2,7880%	4,1440%	4,1632%	
				1,2786%	1,5299%



CONDIÇÕES FINANCEIRAS PREVISTAS PARA A OPERAÇÃO**(posição 03/08/2018)****BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID**

- LIBOR 3 months + spread 0,90% (atualmente em 3,25%)
- Commitment Fee: 0,50%
- Prazo de Carência: 07 anos (84 meses)
- Prazo de Amortização: 10 anos (120 meses)
- Prazo de Total: 17 anos (204 meses)

TIR	0,278%	a.m.
	1,678%	a.s.
	3,385%	a.a.

Mês	Liberação	Amortização	Juros	Commitment Fee	Pagamentos	Saldo Devedor	FC
0	10.000.000,00	-	-	224.719,45	224.719,45	10.000.000,00	9.775.280,55
6	10.000.000,00	-	161.200,72	199.750,62	360.951,34	20.000.000,00	9.639.048,66
12	10.000.000,00	-	322.401,43	174.781,80	497.183,23	30.000.000,00	9.502.816,77
18	10.000.000,00	-	483.602,15	149.812,97	633.415,12	40.000.000,00	9.366.584,88
24	10.000.000,00	-	644.802,87	124.844,14	769.647,01	50.000.000,00	9.230.352,99
30	10.000.000,00	-	806.003,58	99.875,31	905.878,89	60.000.000,00	9.094.121,11
36	10.000.000,00	-	967.204,30	74.906,48	1.042.110,78	70.000.000,00	8.957.889,22
42	10.000.000,00	-	1.128.405,02	49.937,66	1.178.342,67	80.000.000,00	8.821.657,33
48	10.000.000,00	-	1.289.605,73	24.968,83	1.314.574,56	90.000.000,00	8.685.425,44
54	10.000.000,00	-	1.450.806,45	-	1.450.806,45	100.000.000,00	8.549.193,55
60	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
66	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
72	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
78	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
84	-	-	1.612.007,16	-	1.612.007,16	100.000.000,00	- 1.612.007,16
90	-	5.000.000,00	1.612.007,16	-	6.612.007,16	95.000.000,00	- 6.612.007,16
96	-	5.000.000,00	1.531.406,81	-	6.531.406,81	90.000.000,00	- 6.531.406,81
102	-	5.000.000,00	1.450.806,45	-	6.450.806,45	85.000.000,00	- 6.450.806,45
108	-	5.000.000,00	1.370.206,09	-	6.370.206,09	80.000.000,00	- 6.370.206,09
114	-	5.000.000,00	1.289.605,73	-	6.289.605,73	75.000.000,00	- 6.289.605,73
120	-	5.000.000,00	1.209.005,37	-	6.209.005,37	70.000.000,00	- 6.209.005,37
126	-	5.000.000,00	1.128.405,02	-	6.128.405,02	65.000.000,00	- 6.128.405,02
132	-	5.000.000,00	1.047.804,66	-	6.047.804,66	60.000.000,00	- 6.047.804,66
138	-	5.000.000,00	967.204,30	-	5.967.204,30	55.000.000,00	- 5.967.204,30
144	-	5.000.000,00	886.603,94	-	5.886.603,94	50.000.000,00	- 5.886.603,94
150	-	5.000.000,00	806.003,58	-	5.806.003,58	45.000.000,00	- 5.806.003,58
156	-	5.000.000,00	725.403,22	-	5.725.403,22	40.000.000,00	- 5.725.403,22
162	-	5.000.000,00	644.802,87	-	5.644.802,87	35.000.000,00	- 5.644.802,87
168	-	5.000.000,00	564.202,51	-	5.564.202,51	30.000.000,00	- 5.564.202,51
174	-	5.000.000,00	483.602,15	-	5.483.602,15	25.000.000,00	- 5.483.602,15
180	-	5.000.000,00	403.001,79	-	5.403.001,79	20.000.000,00	- 5.403.001,79
186	-	5.000.000,00	322.401,43	-	5.322.401,43	15.000.000,00	- 5.322.401,43
192	-	5.000.000,00	241.801,07	-	5.241.801,07	10.000.000,00	- 5.241.801,07
198	-	5.000.000,00	161.200,72	-	5.161.200,72	5.000.000,00	- 5.161.200,72
204	-	5.000.000,00	-	-	5.000.000,00	-	- 5.000.000,00



01/02/2018

SEI/MP - 5364042 - Resolução/Recomendações

**MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS - C O F I E X****129ª REUNIÃO****RESOLUÇÃO Nº 15/0129, de 18 de janeiro de 2018.**

O Presidente da COFIEIX, no uso de suas atribuições conferidas pelo Parágrafo Único do art. 7º do Decreto nº 9.075, de 6 de junho de 2017,

RESOLVE,

Autorizar, com as ressalvas estipuladas, a preparação do Projeto, nos seguintes termos:

- | | |
|-----------------------------------|--|
| 1. Nome: | Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP |
| 2. Mutuário: | Município de São Paulo - SP |
| 3. Garantidor: | República Federativa do Brasil |
| 4. Entidade Financiadora: | Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID |
| 5. Valor do Empréstimo: | pelo equivalente a até US\$ 100.000.000,00 |
| 6. Valor da Contrapartida: | no mínimo de US\$ 100.000.000,00 |

Ressalvas:

a) A contratação da operação de crédito externo e a concessão de garantia da União estão condicionadas à apresentação, por parte do Mutuário, de pleito ao Ministério da Fazenda para análise de sua capacidade de pagamento e oferecimento de contragarantia suficiente, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Fazenda, além de demonstração do cumprimento dos requisitos da Constituição, da Lei de Responsabilidade Fiscal, das Resoluções do Senado e demais normas aplicáveis à operação de crédito e concessão de garantia da União, visando às autorizações do Senado Federal e do Ministro da Fazenda; e

b) A contrapartida à operação de crédito externo deverá ser assegurada pelo Mutuário.

Jorge Saba Arbache Filho
Secretário-Executivo

Esteves Pedro Colnago Júnior
Presidente

Nota: A autorização concedida por esta Resolução perderá eficácia depois de decorridos vinte e quatro meses, contados a partir da data de publicação desta no Diário Oficial da União.

Documento assinado eletronicamente por **JORGE SABA ARBACHE FILHO, Secretário-**

Página 292 de 307

Parte integrante do Avulso da MSF nº 113 de 2018.

http://semp.planejamento.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar_documento&codigo_documento=61006101112



01/02/2018

SEI/MP - 5364042 - Resolução/Recomendações



Executivo da COFIEIX, em 24/01/2018, às 11:29.

Documento assinado eletronicamente por **ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR**, Presidente da COFIEIX, em 01/02/2018, às 14:27.A autenticidade do documento pode ser conferida no site [<https://seimp.planejamento.gov.br/conferir>], informando o código verificador **5364042** e o código CRC **91FE4CEF**.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

LEI Nº 16.757, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

(Projeto de Lei nº 555/15, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

Institui o Programa de Incentivos Fiscais para a Zona Sul; introduz modificações nas Leis nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, nº 14.097, de 8 de dezembro de 2005, nº 14.910, de 27 de fevereiro de 2009, nº 15.928, de 19 de dezembro de 2013, nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, nº 16.097, de 29 de dezembro de 2014, nº 16.127, de 12 de março de 2015, nº 13.476, de 30 de dezembro de 2002, e nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005; autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito para financiar projetos de investimentos; institui o Programa de Incentivos aos Eixos de Desenvolvimento Noroeste e Fernão Dias; autoriza o Poder Executivo a ceder direitos creditórios das receitas de que trata a Lei nº 14.488, de 19 de julho de 2007, nas condições que especifica; introduz alterações na Lei nº 14.668, de 14 de janeiro de 2008.

JOÃO DORIA, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 14 de novembro de 2017, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA

Seção I
Das Disposições Iniciais

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços e estabelecimentos comerciais instalados ou que vierem a se instalar no denominado Polo de Ecoturismo, criado pela Lei nº 15.953, de 7 de janeiro de 2014, com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento econômico adequado dessa área, garantindo a preservação das Áreas de Proteção Ambiental e a geração de empregos na região.

§ 1º A área incentivada abarca a totalidade dos Distritos de Parelheiros e Marsilac, definidos pela Lei nº 11.220, de 20 de maio de 1992, e parcialmente o Distrito de Grajaú, na totalidade da APA Bororé-Colônia, criada pela Lei nº 14.162, de 24 de maio de 2006.

§ 2º O Programa de Incentivos Fiscais terá a duração de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da publicação do decreto regulamentar desta lei.

§ 3º A adesão ao Programa deverá ser efetivada no prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da publicação do decreto regulamentar desta lei.



Seção II

Das Atividades Incentivadas

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos fiscais aos prestadores de serviços e estabelecimentos comerciais instalados ou que vierem a se instalar na região incentivada que desenvolverem as seguintes atividades:

I - hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flats, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres e ocupação por temporada com fornecimento de serviço, descritos no subitem 9.01 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003;

II - restaurantes e outras atividades relacionadas ao comércio de alimentação e bebidas enquadradas na subclasse 5611-2/01 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.2;

III - parques de diversões, centros de lazer e congêneres, descritos no subitem 12.05 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003.

Parágrafo único. Os incentivos fiscais referidos neste artigo poderão ser usufruídos com o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional de que trata o Capítulo IV da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, nos termos que dispuser o regulamento.

Seção III

Dos Incentivos Fiscais

Art. 3º Os incentivos fiscais referidos no art. 2º desta lei poderão recair sobre os seguintes tributos:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente ao imóvel ocupado pelo contribuinte incentivado;

II - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI-IV na aquisição de imóvel pelo contribuinte incentivado;

III - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços de construção civil, descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.15 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 2003, quando vinculados à execução da construção ou reforma de imóvel de propriedade do contribuinte incentivado.

Art. 4º O Programa de Incentivos Fiscais será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

Art. 5º Os arts. 1º, 3º, 9º, 9º-A, 13, 14 e 16 da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, com as modificações posteriores, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º

1 -



1.03 - Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

1.09 - Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

6 -

6.06 - Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

7 -

7.14 - Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11 -

11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13 -

13.04 - Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichêria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14 -

14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

14.14 - Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

16 -

16.01 - Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal.

17 -

17.24 - Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

25 -

Câmara Municipal de São Paulo

Secretaria de Documentação

Disponibilizado pela Equipe de Documentação do Legislativo

Lei 16.757 de 14/11/2017

Página 3 de 14



25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

25.05 - Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

..... " (NR)

"Art. 3º

X - do florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista do "caput" do art. 1º;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista do "caput" do art. 1º;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista do "caput" do art. 1º;

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09 da lista do "caput" do art. 1º;

XXII - do domicílio do tomador dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01 da lista do "caput" do art. 1º;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09 da lista do "caput" do art. 1º.

§ 4º Na hipótese de o prestador de serviços estar situado em município que não esteja cumprindo o disposto no art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, o imposto será devido para o Município de São Paulo, caso o estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, o domicílio do tomador, esteja aqui localizado.

§ 5º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09 da lista do "caput" do art. 1º, o valor do imposto será devido para o Município de São Paulo, caso a pessoa física ou jurídica tomadora ou intermediária desses serviços o tenha declarado como sendo o seu domicílio tributário.

§ 6º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01 da lista do "caput" do art. 1º, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no Município de São Paulo, caso o tomador ou intermediário desses serviços esteja aqui domiciliado." (NR)

"Art. 9º

II -

b) descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05, 7.11, 7.15, 7.17, 16.01, 16.02 e 17.09 da lista do "caput" do art. 1º, a eles prestados dentro do território do Município de São Paulo por prestadores de serviços estabelecidos fora do Município de São Paulo;

XIV - as pessoas jurídicas, tomadoras ou intermediárias de serviços, ainda que imunes ou isentas, e os condomínios edifícios residenciais ou comerciais, na hipótese prevista no § 4º do art. 3º desta lei.

..... " (NR)

"Art. 9º-A. O prestador de serviços que emitir nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente autorizado por outro município ou pelo Distrito Federal, para tomador estabelecido

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Disponibilizado pela Equipe de Documentação do Legislativo

Lei 16.757 de 14/11/2017
Página 4 de 14



no Município de São Paulo, referente aos serviços descritos nos itens 1, 2, 3 (exceto o subitem 3.04), 4 (exceto os subitens 4.22 e 4.23), 5 (exceto o subitem 5.09) e 6, 8 a 10 (exceto o subitem 10.04), 13 a 15 (exceto os subitens 15.01 e 15.09), 17 (exceto os subitens 17.05 e 17.09), 18, 19 e 21 a 40, bem como nos subitens 7.01, 7.03, 7.06, 7.07, 7.08, 7.13, 7.18, 7.19, 7.20, 11.03 e 12.13, todos constantes da lista do "caput" do art. 1º, fica obrigado a proceder à sua inscrição em cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme dispuser o regulamento.

§ 6º Em relação aos serviços a que se referem os itens 10 (exceto o subitem 10.04) e 15 (exceto os subitens 15.01 e 15.09) da lista do "caput" do art. 1º, deverá ser exigida a inscrição no cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda, mesmo quando os prestadores de serviços estiverem dispensados da emissão de nota fiscal ou outro documento fiscal equivalente autorizado por outro município ou pelo Distrito Federal, conforme dispuser o regulamento." (NR)

"Art. 13.

I - o detentor da propriedade, domínio útil ou posse do bem imóvel onde se realizou a obra, em relação aos serviços constantes dos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.15 da lista do "caput" do art. 1º, quando os serviços forem prestados sem a documentação fiscal correspondente ou sem a prova do pagamento do imposto pelo prestador, observado o disposto no § 3º do art. 14 desta lei;

IV - o escritório virtual, business center, centro de negócios, escritório inteligente, centro de apoio, escritório terceirizado ou congêneres, relativamente às empresas que utilizem seus espaços ou estruturas, quando essas empresas não estiverem regularmente cadastradas no Cadastro de Contribuintes Mobiliários - CCM do Município de São Paulo;

V - o detentor da propriedade, domínio útil ou posse do bem imóvel onde se realizou o evento de diversão pública, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista do "caput" do art. 1º, quando os serviços forem executados por prestador de serviço estabelecido fora do Município de São Paulo." (NR)

"Art. 14.

§ 7º Quando forem prestados os serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.15 da lista do "caput" do art. 1º, o imposto será calculado sobre o preço do serviço deduzido das parcelas correspondentes:

II - ao valor das subempreitadas já tributadas referentes aos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.15, todos da lista do "caput" do art. 1º, exceto quando os serviços referentes às subempreitadas forem prestados por profissional autônomo.

§ 8º (Revogado)

..... " (NR)

"Art. 16.

I -

a) nos itens 4 e 5 e nos subitens 2.01, 6.04, 8.01, 11.02, 11.03, 12.01, 12.03, 12.05, 13.04, 15.09, 15.14, 16.01 e 17.05 da lista do "caput" do art. 1º;

f) no subitem 16.02 da lista do "caput" do art. 1º relacionados ao transporte de escolares e transporte por táxi (inclusive frota);

Câmara Municipal de São Paulo

Secretaria de Documentação

Disponibilizado pela Equipe de Documentação do Legislativo

Lei 16.757 de 14/11/2017

Página 5 de 14



l) no subitem 17.11 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados a fornecimento e administração de vales-refeição, vales-alimentação, vales-transporte e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou magnéticos, ou outros oriundos de tecnologia adequada, bem como a administração de benefícios relativos a planos de assistência à saúde;

n) no subitem 9.02 da lista do "caput" do art. 1º, relacionados à organização, promoção e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres;

III - 2,9% (dois inteiros e nove décimos por cento) para os serviços previstos no item 1 e no subitem 17.24 da lista do "caput" do art. 1º;

..... " (NR)

Art. 6º A Lei nº 14.097, de 8 de dezembro de 2005, com as modificações posteriores, passa a vigorar acrescida do art. 3º-G, com a seguinte redação:

"Art. 3º-G. O prestador de serviços deverá exibir, em local público e visível, material informativo a respeito da obrigatoriedade de emissão de NFS-e, na forma prevista pela Secretaria Municipal da Fazenda." (NR)

Art. 7º O art. 1º da Lei nº 14.910, de 27 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica isenta do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS a prestação, por entidades sem fins lucrativos, de serviços de diversões, lazer e entretenimento que se relacionem a desfiles de escolas de samba, blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres, realizados durante o carnaval no Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo (Sambódromo de São Paulo).

Parágrafo único. Os prestadores dos serviços de produção artística dos desfiles a que se refere o "caput" deste artigo farão jus à isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS incidente sobre tais serviços, observada, em cada período de competência, a alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento)." (NR)

Art. 8º Os arts. 8º e 14 da Lei nº 15.928, de 19 de dezembro de 2013, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º

§ 1º O incentivo fiscal de que trata o "caput" deste artigo não poderá resultar, direta ou indiretamente, na redução, em cada período de competência do ISS, da alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento).

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica aos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003." (NR)

"Art. 14.

Parágrafo único. O incentivo fiscal de que trata o inciso I do "caput" deste artigo não poderá resultar, direta ou indiretamente, na redução, em cada período de competência do ISS, da alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento)." (NR)

Art. 9º O art. 6º da Lei nº 15.948, de 26 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º

§ 1º O incentivo fiscal de que trata o inciso I do "caput" deste artigo não poderá resultar, direta ou indiretamente, na redução, em cada período de competência do ISS, da alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento).



§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não se aplica aos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003." (NR)

Art. 10. O art. 14 da Lei nº 16.097, de 29 de dezembro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Ficam isentas do pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, a partir de 1º de janeiro de 2015, as cooperativas cujos cooperados se dediquem às atividades culturais, quando prestarem os serviços descritos nos subitens 12.01, 12.02, 12.03, 12.07, 12.12 e 12.15 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, com as alterações posteriores.

§ 1º Quando as cooperativas a que se refere o "caput" deste artigo prestarem os serviços previstos nos subitens 8.02 e 12.13 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 2003, farão jus à isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS devido, observada, em cada período de competência, a alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento).

§ 2º A isenção de que trata o "caput" deste artigo não exime as cooperativas do cumprimento das demais obrigações acessórias previstas na legislação municipal." (NR)

Art. 11. Os arts. 1º e 3º da Lei nº 16.127, de 12 de março de 2015, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º As Sociedades de Propósito Específico - SPE, com sede e administração no Município de São Paulo, que celebrem, com a Administração Pública Direta e autarquias da União, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, contrato de concessão de parceria público-privada nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, farão jus às seguintes isenções:

I - isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido quando prestados os serviços e realizadas obras relacionadas às áreas de transporte público metropolitano e habitação de interesse social, previstas respectivamente nas alíneas "a" e "d" do inciso I do § 1º deste artigo;

II - isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS devido quando prestados os serviços e realizadas obras relacionadas às áreas de saúde, educação e iluminação pública, previstas respectivamente nas alíneas "b", "c" e "e" do inciso I do § 1º deste artigo, observada, em cada período de competência, a alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento).

....." (NR)

"Art. 3º Farão jus à isenção de 60% (sessenta por cento) do ISS devido, observada, em cada período de competência, a alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento), as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais, estabelecidas no Município de São Paulo, que celebrem, com a Administração Pública Direta e autarquias da União, do Estado de São Paulo e do Município de São Paulo, contrato de gestão com vistas à formação de parceria entre as partes para o fomento e execução de atividades dirigidas às áreas de:

....." (NR)

Art. 12. Os arts. 14 e 27 da Lei nº 13.476, de 30 de dezembro de 2002, com as modificações posteriores, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 14.

V -

a) multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto exigível e não recolhido, observada a imposição mínima de R\$ 1.606,51 (mil seiscentos e seis reais e cinquenta e um centavos), aos que emitirem com dados inexatos nota fiscal de serviços eletrônica ou outro documento previsto em regulamento;

.....

i) multa de R\$ 110,74 (cento e dez reais e setenta e quatro centavos), por documento, aos prestadores de serviços que, não estando obrigados ao recolhimento do ISS, deixarem de emitir nota fiscal de serviços eletrônica ou outro documento previsto em regulamento;

Câmara Municipal de São Paulo

Secretaria de Documentação

Disponibilizado pela Equipe de Documentação do Legislativo

Lei 16.757 de 14/11/2017

Página 7 de 14



j) multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do imposto devido, observada a imposição mínima de R\$ 321,29 (trezentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos), aos prestadores de serviços que, tendo efetuado o pagamento do imposto correspondente, deixarem de emitir nota fiscal de serviços eletrônica ou outro documento previsto em regulamento;

.....
XII -

a) aos prestadores de serviços que substituam RPS por NFS-e após o prazo regulamentar, mesmo não havendo imposto a ser recolhido:

1. multa de R\$ 142,04 (cento e quarenta e dois reais e quatro centavos) por mês, nos casos em que o número de RPS substituídos fora do prazo for igual ou inferior a 10 (dez);

2. multa de R\$ 284,08 (duzentos e oitenta e quatro reais e oito centavos) por mês, nos casos em que o número de RPS substituídos fora do prazo for superior a 10 (dez) e igual ou inferior a 50 (cinquenta);

3. multa de R\$ 568,16 (quinhentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) por mês, nos casos em que o número de RPS substituídos fora do prazo for superior a 50 (cinquenta) e igual ou inferior a 300 (trezentos);

4. multa de R\$ 1.136,32 (mil cento e trinta e seis reais e trinta e dois centavos) por mês, nos casos em que o número de RPS substituídos fora do prazo for superior a 300 (trezentos);

.....
e) multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) aos prestadores de serviços que deixarem de exibir o material previsto no art. 3º-G da Lei nº 14.097, de 2005;

.....
§ 4º Para fins de quantificação da base de cálculo das multas, o valor do imposto devido corresponde ao valor total da obrigação principal, independentemente da exigibilidade ou do recolhimento, total ou parcial, do imposto." (NR)

"Art. 27.

§ 3º O desconto de que trata o "caput" deste artigo não poderá resultar, direta ou indiretamente, na redução, em cada período de competência do ISS, da alíquota efetiva mínima de 2% (dois por cento)." (NR)

CAPÍTULO III

DA CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 13. O art. 4º da Lei nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 4º

§ 8º A responsabilidade tributária prevista no "caput" deste artigo também se aplica aos serviços de fornecimento de energia elétrica pelo sistema de pré-venda (sistema "cashpower" ou equivalente)." (NR)

CAPÍTULO IV

DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO PARA INVESTIMENTOS NAS ÁREAS DA SAÚDE, HABITAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operações de crédito com instituições financeiras, organismos e entidades de crédito nacionais e internacionais, públicas e privadas, cujos recursos serão destinados à execução dos seguintes programas e projetos de investimento, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, bem como das Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e 43/2001:

I - Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP, objetivando reestruturar a rede de atendimento municipal de saúde, mediante a contratação de operações de crédito externo no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares americanos);

II - Programa Habitacional Casa da Família do Município de São Paulo, com o fim de viabilizar a construção de habitação de interesse social, mediante a contratação de operações de crédito interno no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

III - Projeto Asfalto Novo, com vistas ao recapeamento de vias, mediante a contratação de operações de crédito interno no valor de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

IV - intervenções na área de mobilidade urbana, prioritariamente por meio dos Projetos Sistemas Viários e Asfalto Novo, objetivando promover melhorias nas condições de funcionamento de corredores e vias urbanas, mediante a contratação de operações de crédito interno no valor de até R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

V - intervenções no sistema de drenagem, visando à regularização da vazão de águas drenadas e eliminação de enchentes, mediante a contratação de operações de crédito interno no valor de até R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

VI - intervenções na área de Educação, visando especialmente ações em unidades de educação infantil e implantação e modernização de tecnologia nas escolas, mediante a contratação de operações de crédito interno no valor de até R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).

§ 1º As taxas de juros, os prazos, as comissões e os demais encargos serão os vigentes à época das contratações e das eventuais repactuações dos respectivos empréstimos, admitidos pelo Banco Central do Brasil, para registro de operações da espécie, obedecidas as demais prescrições e normas aplicáveis à matéria.

§ 2º Os prazos de carência e amortização poderão ser contratualmente repactuados perante a instituição financeira por iniciativa do Poder Executivo.

Art. 15. Os recursos provenientes das operações de crédito a que se refere esta lei serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e dos arts. 42 e 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficando a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Municipal - SUPOM, da Secretaria Municipal da Fazenda, autorizada a adotar as providências que se façam necessárias.

Art. 16. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar, anualmente, as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos relativos às operações de crédito previstas no art. 14 desta lei.

Art. 17. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes das operações de crédito autorizadas por esta lei, bem como aos pagamentos de despesas custeadas com os recursos obtidos por meio das operações de crédito contratadas.

Art. 18. Para assegurar o pagamento integral das operações de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a constituir as garantias admitidas em direito, bem como a pleitear, perante a Secretaria do Tesouro Nacional, garantias da União Federal para o mesmo fim.

§ 1º Para a obtenção de garantias da União Federal, fica o Poder Executivo autorizado a prestar contragarantias ao Tesouro Nacional.

§ 2º As contragarantias de que trata o § 1º deste artigo compreendem os direitos e créditos, relativos ou resultantes das repartições tributárias constitucionais, previstos nos arts.



158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas próprias do Município, previstas no art. 156, todos da Constituição Federal, nos termos do § 4º de seu art. 167.

Art. 19. A cessão ou vinculação de direitos ou créditos para fins de constituição de garantia atenderá às seguintes prescrições:

I - caráter irrevogável e irretratável;

II - cessão dos direitos e créditos a título "pro solvendo", ficando a quitação condicionada ao efetivo recebimento dos valores cedidos pelo credor;

III - outorga de poderes ao credor para cobrar e receber diretamente do devedor os direitos e créditos dados em garantia, até o montante necessário ao pagamento integral das parcelas da dívida vencidas e não pagas, incluindo os respectivos acessórios, no caso de inadimplemento do Município;

IV - outorga de poderes ao credor para cobrar e receber diretamente do devedor os direitos e créditos que tenham sido objeto de cessão, na data de vencimento das parcelas da dívida de responsabilidade do Município, até o limite do valor devido, incluindo os respectivos acessórios.

CAPÍTULO V

DO PROGRAMA DE INCENTIVOS AOS EIXOS DE DESENVOLVIMENTO NOROESTE E FERNÃO DIAS

Art. 20. Fica instituído o Programa de Incentivos Fiscais para prestadores de serviços e estabelecimentos comerciais instalados ou que vierem a se instalar nos perímetros dos Eixos de Desenvolvimento denominados Noroeste e Fernão Dias, definidos pelas alíneas "c" e "d" do inciso II do art. 12 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 - Plano Diretor Estratégico - e delimitados no Mapa 2A da referida lei com os objetivos de:

I - promover transformações estruturais orientadas para o maior aproveitamento da terra urbana com o objetivo de ampliar a geração de empregos e renda e intensificar as atividades econômicas;

II - recuperação da qualidade dos sistemas ambientais existentes, especialmente dos rios, córregos e áreas vegetadas, articulando-os adequadamente com os sistemas urbanos, principalmente de drenagem, saneamento básico e mobilidade;

III - estímulo à provisão habitacional de interesse social, promoção da urbanização e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares ocupados pela população de baixa renda com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas;

IV - incremento e qualificação da oferta de diferentes sistemas de transporte coletivo, articulando-os aos modos não motorizados de transporte e promovendo melhorias na qualidade urbana e ambiental do entorno;

V - implantação de atividades não residenciais capazes de gerar emprego e renda;

VI - redefinição dos parâmetros de uso e ocupação do solo para qualificação dos espaços públicos e da paisagem urbana;

VII - minimização dos problemas das áreas com riscos geológico-geotécnicos e de inundações e solos contaminados, acompanhada da prevenção do surgimento de novas situações de vulnerabilidade, em especial no que se refere à implantação de atividades em áreas de ocorrência de solos e rochas sujeitos a colapsos estruturais e subsidência, mapeados na Carta Geotécnica do Município de São Paulo;

VIII - incentivo à atividade econômica e industrial de escala metropolitana.

§ 1º O Programa de Incentivos Fiscais, a ser administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda, terá a duração de 25 (vinte e cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da publicação do regulamento desta lei.



§ 2º A adesão ao Programa deverá ser efetivada no prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da publicação do regulamento desta lei.

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder incentivos fiscais aos prestadores de serviços, estabelecimentos comerciais e industriais e associações de defesa de direitos sociais, sem fins lucrativos, que promovam programas de habitação de interesse social, instalados ou que vierem a se instalar na região incentivada prevista no "caput" do art. 20 desta lei.

Art. 22. Os incentivos fiscais referidos no art. 20 desta lei poderão recair sobre os seguintes tributos:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente ao imóvel ocupado pelo contribuinte incentivado, pelo prazo de 20 (vinte) anos ou até o final do período de que trata o § 1º do art. 20 desta lei, o que ocorrer primeiro;

II - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI-IV na aquisição de imóvel pelo contribuinte incentivado, ocorrida após a efetivação da adesão ao Programa;

III - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços de construção civil, descritos nos subitens 7.02, 7.04, 7.05 e 7.15 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 2003, quando vinculados à execução da construção ou reforma de imóvel de propriedade do contribuinte incentivado, para obras iniciadas a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da efetivação da adesão ao Programa.

Art. 23. Nos termos da Lei nº 14.094, de 6 de dezembro de 2005, não serão concedidos incentivos fiscais aos contribuintes ou aos imóveis com registro no Cadastro Informativo Municipal - Cadin Municipal, conforme dispuser o regulamento.

Parágrafo único. A regularidade no Cadin Municipal deverá ser verificada por ocasião da concessão do incentivo e a cada declaração periódica.

Art. 24. Lei específica de iniciativa do Poder Executivo poderá ampliar os incentivos fiscais previstos para os Eixos de Desenvolvimento Noroeste e Fernão Dias, estabelecendo incentivos urbanísticos e fiscais para a instalação de usos não residenciais com a finalidade de geração de renda e emprego na região prevista, respectivamente, pelos arts. 365 e 366 da Lei nº 16.050, de 2014 - Plano Diretor Estratégico.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a ceder os direitos creditórios relativos à arrecadação das receitas de que trata o art. 3º da Lei nº 14.488, de 19 de julho de 2007, diretamente a empresa municipal ou a companhia securitizadora, para fins exclusivos de securitização do fluxo financeiro de tais receitas.

§ 1º Os direitos creditórios a serem cedidos contemplarão apenas os relativos à arrecadação a ser realizada em até 6 (seis) anos da publicação da presente lei.

§ 2º Os recursos auferidos por meio da securitização dos direitos creditórios mencionados no "caput" serão aplicados exclusivamente em investimentos na área de mobilidade urbana, diretamente pelo Município ou por sociedade por ele controlada, respeitando-se ainda o art. 2º da Lei nº 14.448, de 2007.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a destinar parcela das receitas municipais mencionadas no "caput" e no § 1º deste artigo ao cumprimento da obrigação de repasse da arrecadação decorrente da securitização dos fluxos financeiros.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir sociedade de propósito específico, sob a forma de sociedade por ações, vinculada à Secretaria Municipal da Fazenda, com o objetivo de promover a estruturação e a implementação das operações de que trata o presente artigo.



Art. 26. Os arts. 2º, 3º, 6º, 11 e 12 da Lei nº 14.668, de 14 de janeiro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se como Política Municipal de Inclusão Digital o conjunto de ações e políticas públicas que promovam a inclusão social, na busca pelos direitos e exercício de saberes coletivos e no desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao cotidiano a partir do uso dos centros de democratização de acesso à rede mundial de computadores e da rede pública de ensino, bem como fomentar iniciativas que visem produzir ferramentas de inovação tecnológica que ampliem a eficiência dos serviços públicos e avaliem a qualidade e o atendimento aos direitos dos usuários desses serviços." (NR)

"Art. 3º A Política Municipal de Inclusão Digital tem por objetivo proporcionar aos usuários e aos alunos da rede pública municipal de ensino o acesso e capacitação na área de informática, tendo como premissas o respeito à dignidade do cidadão paulistano, a garantia de atendimento aos direitos dos usuários de serviços públicos e a avaliação de desempenho desses serviços."

"Art. 6º

.....

XIII - oferecer serviços de wi-fi gratuito em praças e outras áreas públicas de lazer;

XIV - oferecer serviços de wi-fi gratuito em escolas da rede municipal de ensino e CEUs;

XV - financiar projetos de inovação tecnológica voltados a ampliar a eficiência de serviços públicos ou voltados para o interesse público;

XVI - incubar por período de até 2 (dois) anos projetos selecionados que visem atender o inciso XV do "caput" deste artigo, na forma do regulamento;

XVII - financiar projetos que visem estabelecer mecanismos de avaliação pelos usuários dos serviços públicos a eles prestados, visando atender a Lei nº 14.173, de 26 de junho de 2006, e verificar o atendimento aos direitos assegurados na Lei nº 14.029, de 13 de julho de 2005."

"Art. 11. Fica instituído o Fundo Municipal de Inclusão Digital, que tem por objetivo garantir recurso orçamentário e financeiro para a consecução da Política Municipal de Inclusão Digital, bem como o financiamento de inovações tecnológicas de interesse público, notadamente as ações que visem ampliar a eficiência do serviço público.

Parágrafo único. O fomento ao desenvolvimento de ferramentas tecnológicas será realizado através de edital de chamamento, na forma definida em regulamento."

"Art. 12. Os prestadores de serviços que contribuírem ao Fundo Municipal de Inclusão Digital poderão descontar do valor mensal devido a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, incidente sobre os serviços descritos no item 1 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, o equivalente ao valor doado ao referido fundo, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do imposto devido.

....." (NR)

Art. 27. Ficam remetidos os créditos tributários constituídos por Auto de Infração, inscritos ou não em Dívida Ativa, relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, bem como anistadas as infrações relacionadas à falta de recolhimento do imposto, incidente sobre os serviços descritos no subitem 27.01 do art. 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, prestados ao Município de São Paulo por entidades sem fins lucrativos conveniadas com a Prefeitura de São Paulo, vedada a restituição de valores recolhidos a esse título.

§ 1º Os créditos tributários e as infrações previstas neste artigo referem-se exclusivamente àqueles constantes de Auto de Infração lavrado pela autoridade fiscal em data anterior à da publicação desta lei.

§ 2º A remissão e a anistia de que trata o "caput" deste artigo somente abrangem as entidades que sejam efetivamente conveniadas com a Prefeitura de São Paulo na data da

Câmara Municipal de São Paulo
Secretaria de Documentação
Disponibilizado pela Equipe de Documentação do Legislativo

Lei 16.757 de 14/11/2017
Página 12 de 14



publicação desta lei e que, cumulativamente, eram conveniadas no momento da prestação dos serviços ou da prática das infrações a que se referem.

§ 3º Para fazerem jus aos benefícios, as entidades de que trata o "caput" deste artigo deverão apresentar cópia de seu estatuto social, bem como Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, nos termos da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, ou certificado emitido pelo Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS.

§ 4º Havendo questionamento judicial sobre os créditos referidos no "caput" deste artigo, a remissão e a anistia ficam condicionadas à renúncia, por parte do contribuinte, do direito em que se funda a respectiva ação e, pelo advogado e pela parte, dos ônus de sucumbência.

Art. 28. (VETADO)

Art. 29. Ficam revogados:

I - a alínea "b" do inciso XII do art. 14 da Lei nº 13.476, de 30 de dezembro de 2002;

II - o art. 6º da Lei nº 15.891, de 7 de novembro de 2013;

III - (VETADO)

IV - o § 8º do art. 14 da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos relativamente:

I - ao § 4º do art. 3º e ao inciso XIV do art. 9º da Lei nº 13.701, de 2003, a partir de 30 de dezembro de 2017;

II - ao inciso I do art. 16 da Lei nº 13.701, de 2003, noventa dias após a publicação desta lei para a alteração da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente sobre os serviços descritos no subitem 17.11 da lista do "caput" do art. 1º da Lei nº 13.701, de 2003, relacionados à administração de benefícios relativos a planos de assistência à saúde;

III - ao inciso III do art. 16 da Lei nº 13.701, de 2003, noventa dias após a publicação desta lei para a alteração da alíquota do ISS incidente sobre os serviços descritos nos subitens 1.01, 1.02, 1.04, 1.05, 1.06, 1.07 e 1.08, bem como no subitem 1.03, relacionados a processamento de dados;

IV - ao § 8º do art. 4º da Lei nº 14.125, de 29 de dezembro de 2005, noventa dias após a publicação desta lei;

V - (VETADO)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, aos 14 de novembro de 2017, 464º da fundação de São Paulo.

JOÃO DORIA, PREFEITO

ANDERSON POMINI, Secretário Municipal de Justiça

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO, Secretário do Governo Municipal

BRUNO COVAS, Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Casa Civil, em 14 de novembro de 2017.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 15/11/2017, p. 1, 3 c. todas, 1-3

Para informações sobre revogações ou alterações a esta norma, visite o site www.camara.sp.gov.br.



RETIFICAÇÃO**RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2017****LEI Nº 16.757, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017**

No artigo 5º, que introduziu alterações no artigo 1º da Lei nº 13.701, de 24 de dezembro de 2003, entre os subitens "25.02" e "25.05", leia-se como segue e não como constou:

25.02 - Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

.....
25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 18/11/2017, p. 1 c. 3

Para informações sobre revogações ou alterações a esta norma, visite o site www.camara.sp.gov.br.



Ofícios do Supremo Tribunal Federal



00200.014868/2016-51 (VOLUME 1) - 00100.037803/2018-76 (VIA 001)

*A publicação
junte-se ao
processo do PL C
75/15.*

Em 04/12/18



Ofício nº 4848/2018

Brasília, 19 de março de 2018.

27 MAR 2018

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5617

REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO - ABRADEP
ADV.(A/S)	: POLIANNA PEREIRA DOS SANTOS (121907/MG)
AM. CURIAE.	: CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO & CEPIA
ADV.(A/S)	: LÍGIA FABRIS CAMPOS (128158/RJ)

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão realizada em 15 de março de 2018, proferiu, nos autos em epígrafe, julgamento colegiado nos termos da certidão de cópia anexa.

Atenciosamente,

Ministra CÁRMEN LÚCIA
Presidente
Documento assinado digitalmente

Presidência do Senado Federal
Recebi o Original
Em: 27/03/18 às 10:20
- Kivânia
Via Correios.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/> sob o número 14532396



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B3E83DAD00000000.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C8479B0029AA45.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

00200.014869/2016-51 (VOLUME 1) - 00100.037603/2018-76 (VIA 001)

PLENÁRIO**CERTIDÃO DE JULGAMENTO****AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.617**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GEPEL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GEPEL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLITICO
- ABRADPE

ADV.(A/S) : POLIANNIA PEREIRA DOS SANTOS (121907/MG)

AM. CURIAE. : CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO ;
CEPIA

ADV.(A/S) : LIGIA FABRIS CAMPOS (128158/RJ)

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta para: i) declarar a inconstitucionalidade da expressão "três", contida no art. 9º da Lei 13.165/2015, eliminando o limite temporal até agora fixado; ii) dar interpretação conforme a Constituição ao art. 9º da Lei 13.165/2015 de modo a (a) equiparar o patamar legal mínimo de candidaturas femininas (hoje o do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997, isto é, ao menos 30% de cidadãs), ao mínimo de recursos do Fundo Partidário a lhes serem destinados, que deve ser interpretado como também de 30% do montante do Fundo alocado a cada partido, para as eleições majoritárias e proporcionais, e (b) fixar que, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos globais do partido destinados a campanhas lhe seja alocado na mesma proporção; iii) declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, do § 5º-A e do § 7º do art. 44 da Lei 9.096/1995. Vencidos, em parte, os Ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes, por terem julgado parcialmente procedente a ação, e o Ministro Ricardo Lewandowski, por tê-la julgado procedente em maior extensão. Falaram: pela Procuradoria-Geral da República - PGR, o Dr. Luciano Mariz Maia, Vice-Procurador-Geral da República; pelo *amicus curiae* Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADPE, a Dra. Polianna Pereira dos Santos; e, pelo *amicus curiae* Cidadania Estudo Pesquisa Informação e Ação - CEPIA, a Dra. Lígia Fabris Campos. Ausente, justificadamente, o Ministro Celso de Mello. Presidiu o julgamento a Ministra Carmen Lucia. Plenário, 15.3.2018.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 14526264



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B3E83DAD00000000.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C8479B0029AAA5.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

00200.014869/2016-51 (VOLUME 1) - 00100.037603/2018-76 (VIA 001)

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Vice-Procurador-Geral da República, Dr. Luciano Mariz Maia.

p/ Doralúcia das Neves Santos
Assessora-Chefe do Plenário

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o número 14526264



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B3E83DAD00000000.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 13C8479B0029AAA5.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

00200.016833/2018-73 (VOLUME/1) - 00100.133706/2018-66 (VIA 001)

*A publicação
guarde-se ao Proa-
sado do PLC 75/15
Em 04/12/18*



Supremo Tribunal Federal

Ofício nº 18369/2018

Brasília, 4 de outubro de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO LOPES DE OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Emb.decl. na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5617

EMBT.(S)	: CAMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	: ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO - ABRADEP
ADV.(A/S)	: POLIANNA PEREIRA DOS SANTOS (121907/MG)
AM. CURIAE.	: CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO & CEPIA
ADV.(A/S)	: LÍGIA FABRIS CAMPOS (128158/RJ)

(Seção de Processos do Controle Concentrado e Reclamações)

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão realizada em 3 de outubro de 2018, proferiu, nos autos em epígrafe, julgamento colegiado nos termos da certidão de cópia anexa.

Atenciosamente,

Ministro DIAS TOFFOLI

Presidente

Documento assinado digitalmente

Presidência do Senado Federal
Recebido Original
Em 10/10/18 R. 12.56
Jaqueline
Em mãos

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001. O documento pode ser acessado pelo endereço
<http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp> sob o código 56BC-E98D-12F4-FE4C e senha F194-D813-1E29-85AC



00200.016833/2018-73 (VOLUME 1) - 00100.133706/2018-66 (VIA 001)

PLENÁRIO**CERTIDÃO DE JULGAMENTO****EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.617**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. EDSON FACHIN

EMBTE.(S) : CAMARA DOS DEPUTADOS

PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMBDO.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPUBLICA

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : ACADEMIA BRASILEIRA DE DIREITO ELEITORAL E POLÍTICO
- ABRADEP

ADV.(A/S) : POLIANNA PEREIRA DOS SANTOS (121907/MG)

AM. CURIAE. : CIDADANIA, ESTUDO, PESQUISA, INFORMAÇÃO E AÇÃO ;
CEPIA

ADV.(A/S) : LÍGIA FABRIS CAMPOS (128158/RJ)

CERTIFICO que o **PLENÁRIO**, ao apreciar o processo em epígrafe, em sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu dos embargos de declaração, mas admitiu a análise da modulação de efeitos, vencidos os Ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio, que conheciam do recurso. Em seguida, após os votos dos Ministros Edson Fachin, Relator, Alexandre de Moraes, Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux, Carmen Lúcia e Dias Toffoli, Presidente, que modulavam os efeitos temporais da decisão para, exclusivamente em relação à declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do § 5º-A e do § 7º do art. 44 da Lei 9.096, acrescidos pela Lei 13.165, assegurar que, sem que haja a redução de 30% do montante do fundo alocado a cada partido para as candidaturas femininas, os recursos financeiros de anos anteriores acumulados nas contas específicas de que cuidam esses dispositivos sejam adicionalmente transferidos para as contas individuais das candidatas no financiamento de suas campanhas eleitorais no pleito geral de 2018; e os votos do Ministro Ricardo Lewandowski, rejeitando a modulação de efeitos e propondo uma explicitação, e do Ministro Marco Aurélio, contrário à deliberação da modulação dos efeitos, o julgamento foi suspenso para colher, em assentada posterior, os votos dos Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes, ausentes, justificadamente (art. 173, parágrafo único, do RISTF). Plenário, 27.9.2018.

Decisão: O Tribunal, por maioria, modulou os efeitos temporais da decisão para, exclusivamente em relação à declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do § 5º-A e do § 7º do art.



00200.016833/2018-73 (VOLUME 1) - 00100.133706/2018-66 (VIA 001)

44 da Lei 9.096, acrescidos pela Lei 13.165, assegurar que, sem que haja a redução de 30% do montante do fundo alocado a cada partido para as candidaturas femininas, os recursos financeiros de anos anteriores acumulados nas contas específicas de que cuidam esses dispositivos sejam adicionalmente transferidos para as contas individuais das candidatas no financiamento de suas campanhas eleitorais no pleito geral de 2018, nos termos do voto do Relator, vencidos o Ministro Ricardo Lewandowski, que rejeitou a modulação de efeitos, mas propôs uma explicitação; e o Ministro Marco Aurélio, que votou em sentido contrário à deliberação da modulação dos efeitos. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Ricardo Lewandowski, que já havia votado em assentada anterior. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 3.10.2018.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Rosa Weber, Roberto Barroso, Edson Fachin e Alexandre de Moraes.

Procuradora-Geral da República, Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Assessora-Chefe do Plenário



Projeto de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 140, DE 2018

Susta dispositivos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental.

DESPACHO: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

AUTORIA: Senador José Medeiros (PODE/MT)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2018

Susta dispositivos do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que *dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências*, e a Instrução Normativa IBAMA nº 3, de 23 de janeiro de 2018, que estabelece os procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos do art. 49, inciso V, da Constituição Federal:

I – o inciso V do art. 101, o art. 111 e os incisos IV e V do art. 134 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;

II – a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2018, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os artigos 101, inciso V, 111 e 134, incisos IV e V, do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que regulamenta a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais – LCA), no que concerne às sanções administrativas, autorizam a destruição em campo dos instrumentos utilizados na prática da infração ambiental.



Essas regras do Decreto violam o princípio da legalidade administrativa. Isso porque o Decreto nº 6.514, de 2008, nesse particular, exorbitou do poder regulamentar, ao prever hipóteses de medidas administrativas cautelares e de destinação de bens apreendidos não contempladas na LCA. Há conflito de legalidade entre o Decreto e a Lei.

O art. 25 da Lei nº 9.605, de 1998, prevê a apreensão dos bens relacionados à prática da infração (*caput*), a libertação e depósito de animais (§ 1º), a doação de materiais perecíveis ou madeiras (§ 3º), a destruição e doação de produtos da fauna não perecíveis (§ 4º) e a venda de instrumentos utilizados na prática da infração (§ 5º). Ou seja, além de apreensão, o dispositivo prevê medidas de destinação dos bens apreendidos, o que é uma consequência natural da apreensão.

Entre as medidas positivadas no art. 25 há algumas que podemos classificar como medidas cautelares, pois são dotadas de autoexecutoriedade e se prestam a situações em que não se pode esperar o deslinde do processo penal ou administrativo, pois visam a tratar de situações urgentes, como o impedimento da manutenção da conduta ilícita e, conseqüentemente, do agravamento do dano ambiental, bem como a destinação de seres vivos e de produtos perecíveis. São medidas cautelares previstas no art. 25 a apreensão de produtos e instrumentos (*caput*), a libertação e o depósito de animais (§ 1º) e a doação de materiais perecíveis (§ 3º).

As sanções administrativas estão previstas em um rol exaustivo no art. 72 da LCA, e podem ser usadas para a punição de infratores. Essas sanções só podem ser aplicadas após o julgamento do auto de infração, de modo que se garanta ao autuado o contraditório e a ampla defesa. Portanto, o auto de infração indica a sanção, consignando prazo para a defesa do autuado. A sanção será confirmada ou não apenas após o julgamento do auto, por autoridade competente, no âmbito do processo administrativo. Em caso de não confirmação da sanção quando já tiver ocorrido o pagamento antecipado de multa, o autuado fará jus a ressarcimento.

Ao contrário das sanções administrativas, as medidas administrativas cautelares são imediatamente aplicadas quando constatada a suposta infração. A aplicação de medida cautelar pode se dar, ou não, por meio do mesmo auto de infração que descreve a conduta infracional e indica a sanção. Caso, no curso do processo administrativo, o julgamento seja pelo não cometimento de infração, as medidas cautelares podem ser revertidas, quando possível, ou pode haver indenização ao autuado.



SF/18272.05328-49



A destruição de bens associados à infração está prevista no art. 25, § 4º, e no art. 72, inciso V do *caput* e § 6º. Numa interpretação literal e, portanto, mais restritiva, a destruição só seria possível no caso de produtos e subprodutos da fauna não perecíveis, dado que a sanção de destruição deve obedecer ao disposto no art. 25, conforme inteligência do § 6º do art. 72. Em interpretação mais ampla, a sanção de destruição ficaria a critério da autoridade julgadora quando do julgamento do auto, sendo obrigatória no caso de produtos e subprodutos da fauna não perecíveis quando estes não puderem ser doados a instituições científicas, culturais ou educacionais. A interpretação mais ampla parece mais razoável, pois não faria sentido impedir a destruição de bens inservíveis ou daqueles para os quais não existe uso lícito, como, por exemplo, redes de malha muito fina, armadilhas que causem sofrimento aos animais capturados, produtos perigosos proibidos, produto de caça, pescado estragado, etc.

Em qualquer situação, a destruição é possível apenas como sanção administrativa e jamais como medida cautelar, por falta de previsão legal. Portanto, não há amparo legal para que os equipamentos utilizados na prática infracional sejam destruídos antes do julgamento do auto de infração. Ademais, mesmo quando aplicada como sanção administrativa, a destruição pode incidir apenas sobre os produtos da infração, e não sobre os instrumentos, equipamentos e veículos utilizados na prática infracional que possam ter utilização lícita, pois o inciso V do art. 72 da LCA, que estabeleceu a destruição como sanção administrativa, restringiu essa medida punitiva aos produtos da infração. Assim, a regulamentação da LCA, nesse aspecto, inovou o ordenamento jurídico, exorbitando do poder regulamentar.

A destruição de bens, especialmente aqueles de alto valor monetário e aos quais haja utilização lícita possível é medida bastante agressiva e onerosa ao administrado. Naturalmente que o direito constitucional difuso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é preponderante sobre o direito patrimonial privado, entretanto, a aplicação de medida tão gravosa deve estar prevista em lei. Ademais, o legislador ordinário estabeleceu, na LCA, um conjunto exaustivo de sanções e medidas cautelares que não podem ser ampliadas por decreto, dado que são medidas que restringem direitos.

Da mesma forma que os dispositivos do Decreto nº 6.514, de 2008, já mencionados, a Instrução Normativa nº 3, de 23 de janeiro de 2018, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) também exorbita do poder regulamentar, pois, a pretexto de estabelecer procedimentos para o cumprimento do que dispõe o decreto, cuja exorbitância foi demonstrada, permite a destruição de



SF/18272.05328-49



instrumentos e equipamentos como medida cautelar, antes do julgamento do auto de infração, medida de grande impacto para o administrado e sem amparo legal.

Muitos bens que poderiam ser destinados a prefeituras ou outros órgãos públicos que atendem a população acabam sendo consumidos em chamás, em prejuízo até mesmo do meio ambiente que os fiscais deveriam proteger, pois a queima desses equipamentos polui a atmosfera e deixa resíduos contaminantes no solo. Diante do cenário de escassez de recursos que se abate sobre a administração pública, causa revolta saber que tantos equipamentos extremamente necessários para mitigar mazelas que afligem comunidades pelo Brasil afora estão sendo sumariamente destruídos, e, o que é pior, sem que a lei assim autorize.

Tal tipo de destruição se perpetra antes mesmo da confirmação do suposto delito, que se dá apenas após o trânsito em julgado do processo administrativo ou penal que vise à apuração da prática infracional. Esse abuso se configura em cerceamento do direito à ampla defesa e ao contraditório, elemento fundamental no estado democrático de direito. Os fiscais ambientais queimam os equipamentos no ato da fiscalização, antes que haja tempo hábil para apresentação de defesa ou impugnação contra o auto de infração. Caso não seja confirmada a autoria ou a materialidade da infração, o cidadão, cujo deslinde do processo aponte sua inocência, já foi prévia e gravemente punido com a destruição de seus bens, arcando com enorme e injusto prejuízo.

Não se pode tolerar que essa nefasta prática continue acontecendo. Nesse sentido, é que apresento esta proposição.

Convicto da importância da presente iniciativa, espero a acolhida do projeto de decreto legislativo pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS
PODE - MT



SF/18272.05328-49



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988](https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988)
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - inciso V do artigo 49
- Decreto nº 6.514, de 22 de Julho de 2008 - DEC-6514-2008-07-22 - 6514/08
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2008;6514>
 - inciso V do artigo 101
 - artigo 111
 - inciso IV do artigo 134
 - inciso V do artigo 134
- Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Lei da Natureza; Lei dos Crimes contra o Meio Ambiente - 9605/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9605>
 - artigo 25



O Projeto de Decreto Legislativo (SF) nº 140, de 2018, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, DE 2018

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer revisão anual dos valores para a remuneração de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para estabelecer revisão anual dos valores para a remuneração de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS).



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“**Art. 26.**

.....
§ 5º Os valores para a remuneração de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde (SUS) deverão ser revistos anualmente, de modo a cobrir os custos e assegurar a qualidade dos procedimentos.”
(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (Tabela SUS) foi instituída pela Portaria nº 321, de 8 de fevereiro de 2007, posteriormente incorporada à Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017 – Consolidação das normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde –, ambas do Gabinete do Ministério da Saúde, em substituição às antigas tabelas de procedimentos hospitalares e ambulatoriais. A edição dessa tabela pelo Ministério da Saúde encontra fundamento no art. 26 da Lei Orgânica da Saúde (LOS) – Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Segundo a norma, a coordenação técnica e o gerenciamento da Tabela SUS, no que respeita às alterações, inclusões ou exclusões de procedimentos e aos respectivos atributos é de responsabilidade exclusiva da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS), por intermédio do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (DRAC). Por sua vez, a inclusão de procedimentos deverá estar amparada por critérios técnicos baseados em evidências científicas e diretrizes clínicas, bem como de estudo de custo, ficando tais informações sob a responsabilidade de cada área técnica proponente do Ministério da Saúde. Ainda, a inclusão ou alteração de valor de procedimento será precedida da análise de impacto e viabilidade orçamentário-financeira, a ser efetuada pelo DRAC, da SAS.



SF/18290.08900-50

A Tabela SUS, de acordo com a Portaria nº 2.567, de 25 de novembro de 2016, que *dispõe sobre a participação complementar da iniciativa privada na execução de ações e serviços de saúde e o credenciamento de prestadores de serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS)*, também posteriormente incorporada à Portaria de Consolidação nº 1, de 2017, ambas do Gabinete do Ministério da Saúde, é a referência para que o Poder Público remunere os contratados como prestadores de serviços no âmbito do SUS, que abrangem as entidades filantrópicas e os serviços de saúde privados, como hospitais, clínicas, laboratórios etc. A Tabela SUS constitui também o parâmetro para a transferência de recursos entre os entes federados, mormente da União para Estados e Municípios, para fins de remuneração a título de incentivos financeiros ou pagamento por serviços executados.

Apesar da extensa normatização legal e infralegal, a Tabela SUS não cumpre a sua função de servir de parâmetro realista para a remuneração dos prestadores de serviços de saúde, a exemplo das Santas Casa de Misericórdia e demais entidades filantrópicas que prestam serviços ao SUS. Com efeito, a defasagem dos valores da Tabela SUS é a principal causa do endividamento em que se encontram essas entidades.

No entanto, a defasagem da Tabela SUS não afeta apenas o setor privado, que atua complementarmente ao SUS. Como essa mesma tabela é referência para as transferências intergovernamentais de recursos, os entes subnacionais acabam sendo subfinanciados quando executam ações de saúde pagas com recursos federais, forçando-as a comprometer, ainda mais, os seus orçamentos a fim de manter o atendimento à população.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

O Conselho Federal de Medicina (CFM) também tem reiteradamente criticado a falta de uma política de reajuste de preços da Tabela SUS. Segundo a entidade, “mais de 1.500 procedimentos hospitalares incluídos na Tabela SUS (...) estão defasados”. A lista poderia ser ainda maior se considerados os atendimentos ambulatoriais, não contemplados no levantamento realizado pelo CFM, sobre a perda acumulada no período de 2008 a 2014, com base em dados do Ministério da Saúde. Nesse período, a perda acumulada nos honorários médicos chegou a quase 1.300% em alguns procedimentos, de acordo com a autarquia.

Diante dessa grave situação, decorrente da inércia do Poder Executivo em atualizar periodicamente a Tabela SUS, cabe propor medida legislativa para garantir a recomposição anual dos valores dos procedimentos. É o mínimo que se pode fazer para manter a regularidade da assistência à saúde da população.

Espera-se, também, que a medida que ora propomos tenha o mérito de estancar o progressivo desfinanciamento da saúde por parte da União, aliviando o orçamento de Estados e Municípios.

Considerando a relevância do tema, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES



SF/18290.08900-50



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde - 8080/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>

- artigo 26



O Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2018, vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 469, DE 2018

Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para estabelecer uma única faixa para os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, para estabelecer uma única faixa para os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica e dá outras providências.



SF/18665.63383-93

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 1º** A Tarifa Social de Energia Elétrica, criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para os consumidores enquadrados na Subclasse Residencial Baixa Renda, caracteriza-se pelo direito à redução de 100% (cem por cento) sobre a tarifa aplicável à classe residencial das distribuidoras de energia elétrica para a parcela de consumo de até 70 (setenta) kWh/mês, e será custeada pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), conforme regulamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado);

IV – (revogado).

.....” (NR)

“**Art. 2º**

§ 2º A Tarifa Social de Energia Elétrica será aplicada somente a uma única unidade consumidora vinculada a um único número de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) por família de baixa renda.

§ 2º-A A unidade consumidora de que trata o § 2º deste artigo passará a ser vinculada à Identificação Civil Nacional (ICN), de que trata a Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, quando amplamente disponível em todo o País.

.....”(NR)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Este projeto de lei tem como objetivo determinar a fixação de uma única faixa de consumo para os beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE.

Para nós, não havendo maiores razões para a sistemática atual de descontos, as diversas faixas atualmente existentes se afiguram desnecessariamente complexas e poderiam ser consideravelmente simplificadas.

A partir dos recursos atualmente gastos com a TSEE, poderia ser definido um único percentual de descontos e a sua correspondente faixa de aplicação, de modo que sejam observadas as premissas de não acarretar maiores impactos nas contas públicas e de ser vantajosa para a maioria dos atuais beneficiados.

Uma primeira alternativa seria o valor de 50 kWh, o qual coincide com o consumo gratuito atualmente conferido para indígenas e quilombolas.

Uma segunda alternativa seria um consumo gratuito de 60 kWh e, neste caso, todos os consumidores estariam em uma situação praticamente igual a atual.

No sentido de avançar para uma proposta de solução que configure maior segurança energética de famílias carentes, aumentando o bem-estar de milhões de famílias, sem acarretar em maiores custos tanto para a CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, como para os contribuintes e demais consumidores, propomos que seja fixada uma única parcela de consumo de 70 (setenta) kWh/mês.

Desta forma, entendemos que significará também uma maior racionalidade na alocação de recursos que já são dispendidos com esses mesmos consumidores por meio da TSEE.



SF/18665.63383-93





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues

Ademais, a alteração sugerida com a aplicação de um único corte social auxiliará, na nossa avaliação, na diminuição do inadimplemento e das práticas irregulares, cujos custos para se combatê-las e realizar os serviços de corte e religação são bem mais substanciais.

Por fim, as alterações no art. 2º da Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, visam conferir maior segurança na identificação da unidade consumidora da família de baixa renda beneficiada, determinando a utilização do CPF – Cadastro de Pessoa Física da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da nova Identificação Civil Nacional (ICN), estabelecida pela Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017.

Entendemos que, ao aprovar essa iniciativa, nossos Pares estarão contribuindo significativamente para a melhoria do conforto energético e do bem-estar das famílias brasileiras carentes.

Sala das Sessões,

Senador RANDOLFE RODRIGUES
REDE-AP



SF/18665.63383-93



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.438, de 26 de Abril de 2002 - Lei do Setor Elétrico - 10438/02
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10438>
- Lei nº 12.212, de 20 de Janeiro de 2010 - LEI-12212-2010-01-20 - 12212/10
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12212>
- artigo 2º
- Lei nº 13.444, de 11 de Maio de 2017 - LEI-13444-2017-05-11 - 13444/17
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2017;13444>



O Projeto de Lei do Senado nº 469, de 2018, vai às Comissões de Assuntos Econômicos; de Assuntos Sociais; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última decisão terminativa.



Projetos de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 56, DE 2018

Dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento e das contragarantias para a concessão de aval ou garantia da União nas operações de crédito externo e interno.

AUTORIA: Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LÍDICE DA MATA

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Dispõe sobre a análise da capacidade de pagamento e das contragarantias para a concessão de aval ou garantia da União nas operações de crédito externo e interno.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A análise da capacidade de pagamento e das contragarantias para a concessão de aval ou garantia pela União, nas operações de crédito externo e interno, dos Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, será realizada pelo Ministério da Fazenda, mediante adoção dos critérios e metodologia estabelecidos nesta Resolução.

Parágrafo único. A análise referida no *caput* indicará a classificação da situação fiscal do pleiteante e terá por finalidade subsidiar a concessão de aval ou garantia pela União, nas operações de crédito externo e interno, de interesse dos Estado, do Distrito Federal e dos Municípios.

CAPÍTULO I DA METODOLOGIA DA ANÁLISE DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Art. 2º A metodologia da análise da capacidade de pagamento dos Estado, do Distrito Federal e dos Municípios será estruturada em duas etapas:

I – 1ª Etapa - classificação da situação fiscal associada ao risco de crédito, tendo como parâmetros indicadores econômico-financeiros; e

II – 2ª Etapa - enquadramento da operação pleiteada em sua correspondente situação fiscal, tendo como parâmetros o indicador de endividamento e o indicador de serviço da dívida.



CAPÍTULO II DA CLASSIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL

Art. 3º A situação fiscal do Estado, do Distrito Federal e do Município será determinada pela pontuação resultante da média ponderada explicitada pela seguinte fórmula:

$$\text{Pontuação} = \frac{\sum_{i=1}^8 p_i \overline{NA}_i}{\sum_{i=1}^8 p_i}$$

onde: Pontuação - resultado das notas médias atribuídas aos indicadores econômico-financeiros ponderados pelo peso do correspondente indicador; \overline{NA}_i - nota atribuída ao i-ésimo indicador econômico-financeiro; p_i - corresponde ao peso de cada indicador econômico-financeiro; e i - corresponde a cada um dos oito indicadores econômico-financeiros.

§ 1º A nota média atribuída ao i-ésimo indicador econômico-financeiro, disposto no *caput*, será determinada pela seguinte fórmula:

$$\overline{NA}_i = \sum_{t=1}^3 b_t NA_{i,t}$$

onde: $NA_{i,t}$ - corresponde à nota atribuída ao resultado do i-ésimo indicador econômico-financeiro em cada exercício; b_t - corresponde ao peso atribuído a cada exercício; t - corresponde a cada um dos três últimos anos de balanços publicados, sendo $t=1$ o ano do balanço mais recente; e i - corresponde a cada um dos oito indicadores econômico-financeiros.

§ 2º A estrutura de pesos dos balanços publicados nos exercícios, referenciados no § 1º, terá a seguinte disposição:

T	t:1	t:2	t:3	Total
Peso	0,50	0,30	0,20	1,00

§ 3º O valor de cada um dos indicadores econômico-financeiros, nos três exercícios relativos aos balanços publicados, será obtido conforme especificado a seguir:

je2018-07782



I – Endividamento (End):

$$\text{End} = \frac{\text{Dívida Pública Consolidada}}{\text{Receita Corrente Líquida}}$$

II – Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida (SDrcl):

$$\text{SDrcl} = \frac{\text{Serviço da Dívida}}{\text{Receita Corrente Líquida}} \cdot 100$$

III – Resultado Primário Servindo a Dívida (RPsd):

$$\text{RPsd} = \frac{\text{Resultado Primário}}{\text{Serviço da Dívida}}$$

IV – Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida (DPrcl):

$$\text{DPrcl} = \frac{\text{Despesa com Pessoal e Encargos Sociais}}{\text{Receita Corrente Líquida}} \cdot 100$$

V – Capacidade de Geração de Poupança Própria (CGPP):

$$\text{CGPP} = \frac{\text{Receitas Correntes} - \text{Despesas Correntes}}{\text{Receitas Correntes}} \cdot 100$$

VI – Participação dos Investimentos na Despesa Total (PIdt):

$$\text{PIdt} = \frac{\text{Investimentos}}{\text{Despesa Total}} \cdot 100$$

VII – Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias (PCRdp):

$$\text{PCRdp} = \frac{\text{Contribuições + Remunerações do RPPS}}{\text{Despesas Previdenciárias}} \cdot 100$$



SF/18873.06663-05

je2018-07782



VIII – Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio (RTdc):

$$RTdc = \frac{\text{Receitas Tributárias}}{\text{Despesas de Custeio}} \cdot 100$$

§ 4º O intervalo relativo à nota a ser atribuída a cada indicador econômico-financeiro variará de 0 (zero) a 6 (seis) e corresponderá ao respectivo campo de variação (extremo lado direito e extremo lado esquerdo) de cada indicador, que poderá ser crescente ou decrescente, conforme apresentado a seguir.

INDICADORES		EXTREMOS		Sentido do Indicador e da Nota
Nomenclatura	Sigla	Lado esquerdo	Lado direito	
Endividamento	End	0,5	1,3	Crescente
Serviço da Dívida na Receita Corrente Líquida	SDacl	8,0%	15,0%	Crescente
Resultado Primário Servindo a Dívida	RPad	1,0	0,0	Decrescente
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida	DPacl	40,0%	70,0%	Crescente
Capacidade de Geração de Poupança Própria	CGPP	25%	5%	Decrescente
Participação dos Investimentos na Despesa Total	PIdt	20,0%	5,0%	Crescente
Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	PCRdp	90,0%	40,0%	Decrescente
Receitas Tributárias nas Despesas de Custeio	RTdc	80,0%	30,0%	Decrescente
Nota Atribuída		0,0	6,0	

§ 5º Na atribuição da nota para resultados obtidos entre os extremos lados direito e esquerdo, deverão ser observadas as regras de proporcionalidade apresentadas a seguir:

I – para os indicadores que seguem intervalos decrescentes:



$$NA_{i,t} = NA_{LD} - \frac{\Delta NA_{LDLE} \cdot \Delta x_{LD}}{\Delta EXT_{LELD}}$$

onde:

$NA_{i,t}$ - corresponde à nota atribuída ao resultado do i-ésimo indicador econômico-financeiro em cada exercício;

NA_{LD} - corresponde ao valor do lado direito do campo

"Nota Atribuída", que é igual a 6,0 (seis);

ΔNA_{LDLE} - corresponde ao valor do

intervalo do campo "Nota Atribuída", ou seja,

$\Delta NA_{LDLE} = 6,0 - 0,0 = 6,0$ (seis);

Δx_{LD} - é igual à diferença entre o seu valor calculado, de acordo com o § 3º deste artigo, e o valor do extremo do lado direito do campo de variação desse indicador e ao; e

ΔEXT_{LELD} - corresponde ao intervalo do campo extremo de variação desse indicador, ou seja, decorre da diferença entre $EXT_{LE} - EXT_{LD}$ desse indicador.

II - Para os indicadores que seguem intervalos crescentes:

$$NA_{i,t} = NA_{LE} + \frac{\Delta NA_{LDLE} \cdot \Delta x_{LE}}{\Delta EXT_{LDLE}}$$

onde:

$NA_{i,t}$ - corresponde à nota atribuída ao resultado do i-ésimo indicador econômico-financeiro em cada exercício;

NA_{LE} - corresponde ao valor do lado esquerdo do campo

"Nota Atribuída", que é igual a 0,0 (zero);

ΔNA_{LDLE} - corresponde ao valor do intervalo do campo "Nota Atribuída", ou seja,

$\Delta NA_{LDLE} = 6,0 - 0,0 = 6,0$ (seis);

Δx_{LE} - é igual à diferença entre o valor calculado, de acordo com o item § 3º deste artigo, e o valor do extremo do lado esquerdo do campo de variação desse correspondente indicador; e

ΔEXT_{LDLE} - corresponde ao intervalo do campo extremo de variação desse indicador, ou seja, decorre da diferença entre $EXT_{LD} - EXT_{LE}$ desse indicador.

III - Caso o valor calculado do indicador econômico-financeiro fique fora de seu intervalo, este assume o valor extremo do Lado Direito ou do Lado Esquerdo mais próximo, determinando-se, conseqüentemente, a Nota Atribuída ($NA_{i,t}$).

§ 6º Para cada indicador econômico-financeiro será atribuído um peso, conforme apresentado a seguir:

INDICADORES		PESOS
Normandatura	Sigla	
Endividamento	End	10
Serviço de Dívida na Receita Corrente Líquida	SDcl	9
Resultado Primário Serviço de Dívida	RDcl	8
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais na Receita Corrente Líquida	DEPcl	7
Capacidade de Geração de Provisão Própria	CGPP	4
Participação dos Investimentos na Despesa Total	PIcl	3
Participação das Contribuições e Remunerações do RPPS nas Despesas Previdenciárias	PCRpp	2
Receitas Tributárias nas Despesas de Capital	RTdc	1

Art. 4º A pontuação, obtida pela aplicação da fórmula apresentada no art. 3º, possibilitará a classificação da situação fiscal associada ao risco de

je2018-07782



crédito do Estado, do Distrito Federal e do Municípios, tendo por base o quadro apresentado a seguir:

Classificação	Intervalo	Situação Fiscal e Risco de Crédito
A+	0,00<Pontuação≤0,50	Situação Fiscal é excelente - risco de crédito é quase nulo
A	0,50<Pontuação≤1,00	Situação Fiscal é muito forte - risco de crédito é muito baixo
A-	1,00<Pontuação≤1,50	
B+	1,50<Pontuação≤2,00	Situação Fiscal é forte - risco de crédito é baixo
B	2,00<Pontuação≤2,50	
B-	2,50<Pontuação≤3,00	Situação Fiscal é boa - risco de crédito é médio
C+	3,00<Pontuação≤3,50	Situação Fiscal é fraca - risco de crédito é relevante
C	3,50<Pontuação≤4,00	Situação Fiscal é muito fraca - risco de crédito é muito alto
C-	4,00<Pontuação≤4,50	
D+	4,50<Pontuação≤5,00	Situação de Desequilíbrio Fiscal
D	5,00<Pontuação≤5,50	
D-	5,50<Pontuação≤6,00	



CAPÍTULO III DO ENQUADRAMENTO DE NOVA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Art. 5º O enquadramento de nova operação de crédito terá os seguintes parâmetros:

I – indicador de endividamento; e

II – indicador de serviço da dívida.

Art. 6º O enquadramento de nova operação de crédito, tendo por base o indicador de endividamento, será determinado conforme especificado a seguir:

$$\text{End}_{OC_t} \leq (1 - \text{MédiaEnd}_t) \cdot \text{FP}$$

sendo:

End_{OC_t} - corresponde à média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação saldo devedor da operação de crédito pleiteada e receita corrente líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano;

MédiaEnd_t - corresponde à média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação saldo devedor da dívida pública consolidada e receita corrente líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano; e

FP - representa o fator de ponderação, que corresponde a um valor percentual associado à situação fiscal de Estado, do Distrito Federal e de Município.

je2018-07782



Parágrafo único. O fator de ponderação, especificado no *caput*, assume os seguintes percentuais:

Classificação Fiscal	Fator de Ponderação
A+	100%
A	85%
A-	70%
B+	55%
B	40%
B-	25%

Art. 7º O enquadramento de nova operação de crédito, tendo por base o indicador de serviço da dívida, será determinado conforme especificado a seguir:

$$SD_{OC_t} \leq (10,0\% - MédiaSD_t).FP$$

sendo:

SD_{OC_t} - corresponde à média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação serviço da dívida da operação de crédito pleiteada e receita corrente líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano;

$MédiaSD_t$ - corresponde à média aritmética, dos primeiros cinco exercícios, da relação serviço da dívida pública consolidada e receita corrente líquida projetados, posicionados no mês de dezembro de cada ano; e

FP - representa o fator de ponderação, que corresponde a um valor percentual associado à situação fiscal de Estado, do Distrito Federal e de Município.

Parágrafo único. O fator de ponderação, disposto no *caput*, correspondente aos percentuais especificados no parágrafo único do art. 6º.

CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Art. 8º O Estado, o Distrito Federal ou o Município terá sua capacidade de pagamento atestada pela unidade do Ministério da Fazenda a que compete essa avaliação, se atender aos seguintes requisitos concomitantemente:

I – A classificação da situação fiscal, disposta no art. 4º, for uma das seguintes:

- a) A+ situação fiscal é excelente - risco de crédito é quase nulo;
- b) A situação fiscal é muito forte - risco de crédito é muito baixo;

je2018-07782

SF/18873.06663-05



- c) A- situação fiscal é muito forte - risco de crédito é muito baixo;
- d) B+ situação fiscal é forte - risco de crédito é baixo;
- e) B situação fiscal é forte - risco de crédito é baixo;
- f) B- situação fiscal é boa - risco de crédito é médio;

II – o cronograma de desembolso de recursos da nova operação de crédito atender ao disposto no art. 6º; e

III – o cronograma de pagamento do serviço da dívida da nova operação atender ao disposto no art. 7º.

Parágrafo único. O Estado, o Distrito Federal ou o Município que atender ao item "I" apresentado no *caput*, mas não atender ao item "II" ou ao item "III", ou a ambos, será classificado como C*, e terá seguintes denominações:

- I - **C₁** - não atende ao indicador de Endividamento, ou seja, não atende ao item "II" do *caput*;
- II - **C₂** - não atende ao indicador de Serviço da Dívida, ou seja, não atende ao item "III" do *caput*;
- III - **C₃** - não atende ao indicador de Endividamento e ao indicador de Serviço da Dívida, ou seja, não atende concomitantemente aos itens "II" e "III" do *caput*.

Art. 9º O Estado, o Distrito Federal ou o Município que se enquadrar no parágrafo único do art. 8º terá a manifestação acerca de sua capacidade de pagamento condicionada ao pronunciamento favorável da unidade do Ministério da Fazenda a que compete essa avaliação.

CAPÍTULO V DA CONCESSÃO DE GARANTIAS DA UNIÃO

Art. 10. São elegíveis, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia pela União, a operação de crédito pleiteada por Unidade da Federação que atender a pelo menos um dos seguintes requisitos:

- I – enquadre-se no disposto nos arts. 8º ou 9º;

je2018-07782



II – seja contratada junto a organismos multilaterais de crédito ou instituições oficiais federais de crédito ou de fomento com a finalidade de financiar projetos de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo Federal; e

III – destine-se à reestruturação e recomposição do principal de dívidas.

Art. 11. A exclusivo critério do Ministro da Fazenda, e em caráter excepcional, poderão ser consideradas elegíveis para a concessão de garantia da União, operações de crédito que observem, cumulativamente, as seguintes condições:

I – contem com contragarantias do tomador, consideradas suficientes e idôneas pela União;

II – os recursos correspondentes sejam destinados a projeto considerado relevante para o Governo Federal; e

III – contem com recursos suficientes do tomador, devidamente demonstrados, compatíveis com sua situação fiscal, para o atendimento das contrapartidas a seu cargo.

CAPÍTULO VI DAS CONTRAGARANTIAS

Art. 12. As contragarantias a serem oferecidas à União devem ser suficientes para atender ao serviço da dívida da nova operação, assim como daquelas já contratadas, e consistirão em:

I – no caso dos Estados:

a) receitas próprias a que se refere o art. 155 da Constituição;

b) recursos a que se refere o art. 157 da Constituição;

c) recursos a que se referem os incisos I, "a", e II do art. 159 da Constituição.

je2018-07782



II – no caso dos Municípios:

- a) receitas próprias a que se refere o art. 156 da Constituição;
- b) recursos a que se refere o art. 158 da Constituição Federal;
- c) recursos a que se referem o inciso I, "b", e o § 3º do art. 159 da Constituição.

§ 1º A critério do Ministério da Fazenda poderão ainda ser exigidas garantias complementares, em direito admitidas.

§ 2º Não será aceita a contragarantia consistente em fiança prestada por instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, por Estado, Distrito Federal ou Município.

§ 3º Caberá ao ente que pleiteia a concessão de garantia por parte da União comprovar, perante o Ministério da Fazenda, que possui a autorização legislativa necessária para prestar a contragarantia correspondente.

§ 4º O contrato de contragarantia conterá, entre outras, cláusula pela qual o contragarantidor autorize o banco depositário das receitas referidas no *caput*, a reter e transferir à União, a título "pro solvendo", os recursos necessários à liquidação dos montantes eventualmente devidos e não pagos.

Art. 13. Serão consideradas suficientes as contragarantias oferecidas que atendam, para todo o período indicado no § 2º, ao seguinte critério:

$$\left(\sum_{k=1}^t RP_k + \sum_{l=1}^t RT_l \right) \geq \sum_{j=1}^t SD_j$$

onde:

$$\sum_{j=1}^t SD_j$$

- corresponde ao somatório das despesas com o serviço das dívidas da administração direta e indireta, contratadas e a contratar, que contem ou que contarão, com aval da União;

$$\sum_{k=1}^t RP_k$$

- corresponde ao somatório das receitas próprias dos Estados, Distrito Federal ou Municípios consideradas no cálculo:

je2018-07782



I – no caso dos Estados:

a) ITCD - imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação, de quaisquer bens ou direitos;

b) ICMS - imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; e

c) IPVA - imposto sobre a propriedade de veículos automotores;

II – no caso dos Municípios:

a) IPTU - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana;

b) ITBI - imposto sobre a transmissão "inter vivos" de bens imóveis;

e

c) ISSQN - imposto sobre serviços de qualquer natureza;

$\sum_{i=1}^t RT_i$ - corresponde ao somatório das receitas de transferências constitucionais destinadas a Estados, Distrito Federal e Municípios consideradas no cálculo;

III – no caso dos Estados:

a) FPE - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) IPI Exportação - participação no rateio do Imposto sobre Produtos Industrializados a que se refere o inciso II do art. 159 da Constituição; e

c) IRRF - arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Estados, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

IV – no caso dos Municípios:

je2018-07782



a) IRRF - arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

b) ITR - participação na arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural;

c) IPVA - participação na arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores;

d) ICMS - participação na arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

e) IPI Exportação - participação no rateio do Imposto sobre Produtos Industrializados a que se refere o § 3º do art. 159 da Constituição Federal; e

f) FPM - Fundo de Participação dos Municípios.

§ 1º Nas análises envolvendo o Distrito Federal serão consideradas as receitas tributárias e os recursos que lhe couberem.

§ 2º O critério referido no *caput* será apurado para 11 (onze) exercícios, sendo o primeiro ano correspondente ao último exercício com balanço publicado, e os demais projetados para os exercícios seguintes.

§ 3º Os valores de RPK e RTi serão projetados em termos reais, sem correção por estimativas de índices de preços, à taxa de 3% (três por cento) ao ano, aplicada a partir do último exercício encerrado, podendo ser empregada, em caso de inadequação desta, taxa alternativa, cuja escolha deverá ser devidamente justificada.

§ 4º Serão utilizadas na análise do critério referido no *caput* as informações disponíveis, cabendo ao Estado, Distrito Federal ou Município, a qualquer tempo, mediante solicitação, fornecer informações faltantes.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

je2018-07782

Página 13 de 18

Parte integrante do Avulso do PRS nº 56 de 2018.



Art. 14. O Ministério da Fazenda definirá os conceitos das variáveis utilizadas nesta Resolução, como também estabelecerá os procedimentos a serem adotados na apuração de seus respectivos valores.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. O inciso III do art. 9º-A da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 9º-A

.....
 III – A capacidade de pagamento dos entes da Federação, conforme metodologia definida em Portaria do Ministério da fazenda, em conformidade com os parâmetros fixados pelo Senado Federal.

.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Os incisos VII e VIII do artigo 52 da Constituição Federal atribuem ao Senado Federal, de maneira privativa, a competência para dispor sobre limites e condições para as operações de crédito dos entes federados e concessão de garantia da União a operações de crédito externo e interno:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
 VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

Cumprе recordar que a razão de tal competência, como outras que concernem mais diretamente aos interesses públicos cometidos aos Estados-membros, ser atribuída ao Senado Federal deriva de se constituir como casa de

je2018-07782



representação dos Estados, em igualdade de condições, pela igualdade do número de representantes.

Nesse sentido, as deliberações do Senado Federal estão usualmente pautadas no princípio federativo e no equilíbrio da Federação, além de viabilizar a efetiva participação dos Estados em decisões que interferem e repercutem em sua esfera de atribuições, direitos, encargos e ônus.

Nada obstante, por meio do inciso III do artigo 9º-A da Resolução nº 48, de 2007, o Senado Federal delegou esta competência ao Ministério da Fazenda. Entretanto, as matérias de competência privativa do Senado Federal previstas na Constituição Federal são indelegáveis, cabendo, com exclusividade, ao Senado dispor sobre as mesmas.

Como se sabe, a Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que dispõe sobre a gestão fiscal da União, Estados e Municípios, prevê, a partir do artigo 29, uma série de normas a respeito da dívida, do endividamento, dos limites e das operações de crédito dos entes públicos.

A propósito do tema em análise, o art. 32 da LRF atribui ao Ministério da Fazenda apenas a atribuição de verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, mas não a competência para criar regras sobre a matéria e muito menos critérios e condições impeditivas das operações, obstando o exercício da competência conferida constitucionalmente ao Senado Federal.

je2018-07782



SF/18873.06663-05



Outrossim, o artigo 40 da LRF, que trata das garantias dos entes em operações de crédito, faz remissão, no caso da União, aos limites e condições estabelecidos pelo Senado Federal, *verbis*:

Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os **limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal**. (grifo nosso)

Ainda sobre operações de crédito e concessões de garantia, a Lei Federal nº 10.552, de 13 de novembro de 2002, em seu art. 1º, inciso II, autorizou o Poder Executivo a conceder garantia da União aos Estados e Municípios, desde que fosse observada a competência do Senado Federal constante do art. 52, incisos VI e VIII, da Constituição e os requisitos, limites e condições dos artigos 29 a 40 da LRF.

Cumpre esclarecer que, a respeito do tema, exercendo sua competência Constitucional, o Senado Federal editou a Resolução nº 43, de 2001, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização.

O objetivo do presente projeto de resolução é, portanto, resgatar para o Senado Federal sua competência constitucional, que jamais deveria ter sido delegada, e estabelecer os parâmetros que devem ser observados pelo Ministério da Fazenda na sua importante função de verificar o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação e concessão de garantias da União a operações de crédito externo e interno.

je2018-07782

Página 16 de 18

Parte integrante do Avulso do PRS nº 56 de 2018.

SF/18873.06663-05



Portanto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões,

Lídice da Mata
Senadora



je2018-07782

Página 17 de 18

Parte integrante do Avulso do PRS nº 56 de 2018.



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso VI do artigo 52

- inciso VII do artigo 52

- inciso VIII do artigo 52

- artigo 155

- artigo 156

- artigo 157

- artigo 158

- artigo 159

- inciso II do artigo 159

- parágrafo 3º do artigo 159

- Lei Complementar nº 101, de 4 de Maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - 101/00

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;101>

- Lei nº 10.552, de 13 de Novembro de 2002 - LEI-10552-2002-11-13 - 10552/02

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10552>

- urn:lex:br:federal:resolucao:2001;43

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2001;43>

- urn:lex:br:federal:resolucao:2007;48

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2007;48>

- inciso III do artigo 9º-



O Projeto de Resolução do Senado nº 56, de 2018, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 57, DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).



SF/1811051274-24

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação expressa no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II – PA”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Pará;



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: o prazo original de desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolsos deverá contar com a anuência do garantidor;

VI – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 4.971.670,48 (quatro milhões, novecentos e setenta e um mil e seiscentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e oito centavos) em 2018, US\$ 7.254.799,65 (sete milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e noventa e nove dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos) em 2019, US\$ 11.076.075,01 (onze milhões, setenta e seis mil e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e um centavo) em 2020, US\$ 8.645.615,73 (oito milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e três centavos) em 2021 e US\$ 3.151.839,13 (três milhões, cento e cinquenta e um mil e oitocentos e trinta e nove dólares dos Estados Unidos da América e treze centavos) em 2022.

VII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

VIII – juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na *Libor* para cada trimestre mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

IX – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

X – comissão de crédito: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;

XI – despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.



SF/1811051274-24



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Estado do Pará e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Senador TASSO JEREISSATI, Presidente

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO, Relator



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho****PARECER Nº 111, DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 108, de 2018, da Presidência da República (nº 628, de 12 de novembro de 2018, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II – PA”.

**RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO****I – RELATÓRIO**

A Mensagem nº 108, de 2018, da Presidência da República (nº 628, de 12 de novembro de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Estado do Pará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II – PA”.

O Programa objetiva contribuir para o fortalecimento da governança fazendária e da transparência fiscal, a melhora da administração tributária e da gestão do crédito tributário e o aprimoramento da administração financeira e da qualidade do gasto público. Com isso, espera-se que a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará cumpra melhor a sua missão, que é *realizar a gestão fazendária com justiça fiscal, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas, a promoção da cidadania e o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará*.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), na forma da Recomendação nº 07/0121, de 28 de abril de 2017, homologada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 24 de maio de 2017. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA821599 em 2 de fevereiro de 2018.

II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 286, de 6 de julho de 2018, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (COPEM) da STN informa que o “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II –

SF/1811051274-24



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

PA” contará com contrapartida de até US\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

A COPEM declara que o Estado do Pará atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2017 e 2018, nos termos dos incisos I e II do § 1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a COPEM atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Ainda de acordo com a COPEM, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado do Pará, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 (Lei estadual nº 8.335, de 29 de dezembro de 2015), bem como conta com dotações necessárias e suficientes na Lei Orçamentária para o exercício de 2018 (Lei estadual nº 8.587, de 28 de dezembro de 2017) quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

Em relação à adimplência, a COPEM afirma que o Estado do Pará está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas, além de entender que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Além do mais, a COPEM cita documentos do Poder Executivo estadual e do tribunal de contas competente que atestam a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação e do pleno exercício da competência tributária.

Cabe destacar, entretanto, que o atendimento dos limites impostos às despesas com pessoal pela Lei de Responsabilidade (LRF) se encontra amparado em liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que o Estado



SF/1811051274-24



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

descumpre os valores máximos fixados para essa despesa no tocante à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas dos Municípios. De acordo com apurações efetuadas pelo próprio Estado, e disponibilizadas à STN em Declaração do Chefe do Poder Executivo, fica evidenciado que esses dois órgãos descumpriram o limite máximo dessa despesa nos seis quadrimestres apresentados, que abrangem o 2º quadrimestre de 2016 até o 1º quadrimestre de 2018.

Em princípio, isso impediria o Estado do Pará de ser autorizado a contratar operação de crédito e a obter garantia da União, conforme determinação expressa nos §§ 3º e 4º do art. 23 da LRF. Ocorre que, por força da tutela provisória obtida junto ao STF na Ação Cível Originária (ACO) nº 3.133, em 21 de junho de 2018, por intermédio do relator Ministro Gilmar Mendes, o descumprimento dos referidos preceitos legais não configura empecilho à realização da operação de crédito em exame, que foi listada na petição inicial do ente.

A COPEM revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 1º quadrimestre de 2018, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 38,26% (trinta e oito inteiros e vinte e seis centésimos por cento) de sua RCL, logo, abaixo do limite de 60% (sessenta por cento) estabelecido pelo art. 9º da RSF nº 48, de 2007. Adicionalmente, a COPEM relata que, por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, o ente declara que não firmou contrato na modalidade de Parceria Público-Privada.

Ademais, a COPEM cita o Memorando SEI nº 69, de 26 de junho de 2018, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) da STN. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa *Libor* de três meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo BID, está situado em 4,20% (quatro inteiros e dois décimos por cento) ao ano para uma *duration* de 11,79 anos, que é inferior ao custo estimado das emissões da União na mesma moeda, o qual se situa em 6,51% (seis inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) ao ano para a mesma *duration*. Portanto, é desnecessária a inclusão de cláusula no contrato proibindo a securitização da operação de crédito.



SF/1811051274-24



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Estado do Pará oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela estadual da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 157 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias estaduais a que se refere o art. 155 também da Carta Magna, bem de como outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias, previstas na Lei estadual nº 8.553, de 20 de novembro de 2017, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta honre compromisso na qualidade de garantidora da operação junto ao BID, segundo o Memorando SEI nº 41, de 5 de julho de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) da STN.



De mais a mais, a COPEM expõe que a operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia da União, visto que se trata, nos termos do inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501, de 2017, de financiamento a ser contratado junto a organismo multilateral de crédito, com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo federal. Por fim, a COPEM científica que o ente alega que observará a restrição da LRF sobre restos a pagar nos dois últimos quadrimestres do mandato de titular de Poder ou órgão.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio do Parecer SEI nº 92, de 2 de agosto de 2018, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

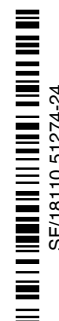
III – VOTO

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 108, de 2018, nos termos do seguinte:



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018**

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação expressa no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II – PA”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Pará;



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: o prazo original de desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolsos deverá contar com a anuência do garantidor;

VI – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 4.971.670,48 (quatro milhões, novecentos e setenta e um mil e seiscentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e oito centavos) em 2018, US\$ 7.254.799,65 (sete milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e noventa e nove dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos) em 2019, US\$ 11.076.075,01 (onze milhões, setenta e seis mil e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e um centavo) em 2020, US\$ 8.645.615,73 (oito milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e três centavos) em 2021 e US\$ 3.151.839,13 (três milhões, cento e cinquenta e um mil e oitocentos e trinta e nove dólares dos Estados Unidos da América e treze centavos) em 2022.

VII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;



SF/18110.51274-24





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

VIII – juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na *Libor* para cada trimestre mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

IX – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

X – comissão de crédito: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;

XI – despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

SF/18110.51274-24



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Estado do Pará e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

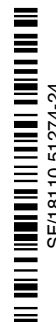
Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Senador TASSO JEREISSATI, Presidente

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO, Relator



SF/18110.51274-24





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 108/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 58, DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo Único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação financeira referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Credor: Corporação Andina de Fomento - CAF;

II – Devedor: Estado do Pará;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor da Operação: US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: Taxa Libor Semestral acrescido de spread a ser definido na data da assinatura do contrato, podendo nos primeiros 8 anos de vigência do contrato, a CAF financiar 0,10% a.a. da taxa de juros;

VI – Atualização monetária: Variação cambial;

VII – Prazo total: 192 (cento e noventa e dois) meses;

VIII – Prazo de carência: 54 (cinquenta e quatro) meses;

IX – Prazo de amortização: 138 (cento e trinta e oito) meses;

X – Demais encargos e comissões: Comissão de Compromisso de 0,35% a.a. sobre o saldo não desembolsado do empréstimo; Comissão de Financiamento de 0,85% a.a. sobre o montante total contratado, pago no mais tardar no primeiro desembolso; Gastos de avaliação de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pago no mais tardar no primeiro



desembolso; e Juros de mora de 2,0% a.a. acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo negociado.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará:

a) a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

b) o atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

c) o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e

d) a manutenção da decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cível Ordinária nº 3.133 em favor do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Senador TASSO JEREISSATI, Presidente

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO, Relator



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho****PARECER Nº 114, DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem nº 109, de 2018 (nº 629, de 12 de novembro de 2018, na origem), da Presidência da República, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará".*



SF/18812.31961-47

Relator: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**I – RELATÓRIO**

Com a Mensagem nº 109, de 2018, o Presidente da República solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao financiamento parcial do Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará – componente Saneamento Básico, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura Física e Logística de Comunicação.

Dentre a documentação que acompanha a Mensagem, destacam-se a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda nº 116, de 25 de setembro de 2018; o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nº 119/COF, de 27 de agosto de 2018; e o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 336/COPEM/SURIN, de 23 de agosto de 2018.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA834612.

II – ANÁLISE

Em conformidade com o disposto no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, e dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive para a concessão de garantia por parte da União.

A matéria está regulamentada pelas Resoluções do Senado Federal nº 48, de 2007, que trata das operações de crédito e da concessão de garantia da União, e nº 43, de 2001, relativa às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em seu parecer nº 119/COF, de 2018, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), constata o cumprimento de todas as exigências legais pertinentes ao atendimento do pleito, especialmente o observado no parecer nº 366/COPEM/SURIN, de 23 de agosto de 2018, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente aos limites e demais condições de endividamento, concluindo por manifestação favorável à concessão da garantia da União.

Destaca-se que, com relação às despesas com pessoal, conforme previsto no art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a PGFN salienta que a STN esclareceu que o estado se encontra amparado por decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Cível Ordinária (ACO) nº 3.133, em que o Ministro Relator Gilmar Mendes deferiu nos seguintes termos:

“(...) defiro a tutela provisória, tão somente para que o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange aos limites de gastos com pessoal, por parte da Assembleia Legislativa e do



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, não configure empecilho à realização de operações de crédito que envolva o Estado do Pará”.

Salienta a PGFN que previamente à formalização da garantia da União, deve-se verificar a manutenção desta liminar.

Destacada a decisão do STF e verificando que se encontram cumpridas as demais exigências de praxe, entendemos ser passível a concessão da autorização necessária para a celebração da operação de crédito em análise.



SF/18812.31961-47

III – VOTO

Diante do exposto, considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Ordinário nº 3.133, e que o pleito do Estado do Pará cumpre os demais requisitos necessários à celebração de operação de crédito, bem como quanto à concessão de garantia por parte da União, manifestamos voto favorável à matéria, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo Único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação financeira referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Credor: Corporação Andina de Fomento - CAF;

II – Devedor: Estado do Pará;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor da Operação: US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: Taxa Libor Semestral acrescido de spread a ser definido na data da assinatura do contrato, podendo nos primeiros 8 anos de vigência do contrato, a CAF financiar 0,10% a.a. da taxa de juros;

VI – Atualização monetária: Variação cambial;

VII – Prazo total: 192 (cento e noventa e dois) meses;

VIII – Prazo de carência: 54 (cinquenta e quatro) meses;

IX – Prazo de amortização: 138 (cento e trinta e oito) meses;

X – Demais encargos e comissões: Comissão de Compromisso de 0,35% a.a. sobre o saldo não desembolsado do empréstimo; Comissão de Financiamento de 0,85% a.a. sobre o montante total contratado, pago no mais tardar no primeiro desembolso; Gastos de avaliação de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pago no mais tardar no primeiro



SF/18812.31961-47



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

desembolso; e Juros de mora de 2,0% a.a. acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo negociado.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará:

a) a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

b) o atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

c) o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e

d) a manutenção da decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cível Ordinária nº 3.133 em favor do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.



SF/18812.31961-47



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 109/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 59, DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o New Development Bank – NDB, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o *New Development Bank – NDB*, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o *New Development Bank – NDB*, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação determinada no art. 15 da Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Estado do Pará;

II – Credor: *New Development Bank – NDB*;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa *LIBOR* relativa ao dólar dos Estados Unidos da América de 6 (seis) meses mais taxa fixa de 1,1% (um inteiro e um décimo por cento) ao ano;



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 10.000.000,00,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020 e US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) anual, sendo que 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo esse percentual será aplicado sobre o valor de 15% (quinze por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado, 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo será aplicado sobre o valor de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado, 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo será aplicado sobre o valor de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado e 48 (quarenta e oito) meses e depois disso será aplicado sobre o valor total do empréstimo não desembolsado;

IX – Comissão de Financiamento: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo;

X – Prazo de Amortização: 138 (cento e trinta e oito) meses, após carência de 54 (cinquenta e quatro) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e quanto aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18157.26084-90



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho****PARECER Nº 116 , DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 110, de 2018, da Presidência da República (nº 630, de 12 de novembro de 2018, na origem), que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Pará e o New Development Bank – NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”*.



SF/18157.26084-90

Relator: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**I – RELATÓRIO**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Pará, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o *New Development Bank – NDB*.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”, que objetiva contribuir para a melhoria da infraestrutura de mobilidade urbana e de drenagem em municípios do Estado do Pará.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA835027.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros *LIBOR* semestral para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

fixa de 1% (um por cento) ao ano, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,40% (quatro inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, flutuante com a variação da *LIBOR*. Esse custo efetivo é inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 5,61% (cinco inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, para a mesma *duration* de 8,65 anos.

**II – ANÁLISE**

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa examinar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, nos três níveis de governo.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Estado do Pará comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 340 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Estados – COPEM, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de 23 de agosto de 2018, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado do Pará atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Estados.

Por seu turno, fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Estado do Pará apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento, além do já mencionado custo



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

efetivo da operação pretendida, favorável relativamente aos custos incorridos pela União.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, a STN afirma que as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 51, de 15 de agosto de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Estado do Pará, conforme os termos da Lei Estadual nº 8.574, de 14 de dezembro de 2017, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se ainda que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Pará nos últimos anos, nem registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Estados – COREM, da STN, em sua Nota SEI nº 73, de 5 de julho de 2018, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o Estado possui capacidade de pagamento “B”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no mencionado Parecer da COPEM que o Estado do Pará não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de adimplência financeira do Estado em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Dessa forma, entendemos, o Estado do Pará observa os requisitos de elegibilidade exigidos e indispensáveis à possível concessão de garantia da União.



SF/18157.26084-90



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Relativamente às demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, e pela LRF, são elas substancialmente atendidas pelo Estado do Pará, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão, cabendo destacar, entretanto, que o atendimento dos limites impostos aos gastos com pessoal pela LRF encontra-se amparado em liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que o Estado descumpra os valores máximos fixados para essa despesa no tocante à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas dos Municípios.



SF/18157.26084-90

De acordo com apurações efetuadas pelo próprio Estado, e disponibilizados à STN em Declaração do Chefe do Poder Executivo, fica evidenciado que a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas dos Municípios descumpriram o limite máximo dessa despesa nos seis quadrimestres apresentados, que abrangem o 2º quadrimestre de 2016 até o 1º quadrimestre de 2018, o que, em princípio, impediria o Estado de ser autorizado a contratar a operação de crédito e a obter a garantia da União, conforme determinação expressa nos §§ 3º e 4º do art. 23 da LRF.

A tutela provisória obtida junto ao STF na Ação Cível Originária (ACO) nº 3.133, em 21 de junho de 2018, por meio do relator Ministro Gilmar Mendes, permite ao Estado que o descumprimento dos referidos preceitos legais não configure empecilho à realização da operação de crédito em exame.

Em suma, satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Estado do Pará encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:



6



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o *New Development Bank – NDB*, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o *New Development Bank – NDB*, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação determinada no art. 15 da Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Estado do Pará;

II – Credor: *New Development Bank – NDB*;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa *LIBOR* relativa ao dólar dos Estados Unidos da América de 6 (seis) meses mais taxa fixa de 1,1% (um inteiro e um décimo por cento) ao ano;



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 10.000.000,00,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020 e US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) anual, sendo que 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo esse percentual será aplicado sobre o valor de 15% (quinze por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado, 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo será aplicado sobre o valor de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado, 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo será aplicado sobre o valor de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado e 48 (quarenta e oito) meses e depois disso será aplicado sobre o valor total do empréstimo não desembolsado;

IX – Comissão de Financiamento: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo;

X – Prazo de Amortização: 138 (cento e trinta e oito) meses, após carência de 54 (cinquenta e quatro) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.



8

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e quanto aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18157.26084-90





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALÍRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 110/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO

Nº 60, DE 2018

Autoriza o Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – Devedor: Município de São Paulo (Estado de São Paulo);
- II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – Garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – Valor: até US\$ 100.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – Juros: LIBOR trimestral acrescida de margem variável;
- VI – Atualização monetária: Variação cambial;
- VII – Cronograma estimativo de desembolosos: US\$ 28.784.143,18 em 2019, US\$ 42.206.190,73 em 2020, US\$ 15.774.747,65 em 2021, US\$ 8.474.336,28 em 2022 e US\$ 4.760.582,16 em 2023;



VIII – Prazo total: 204 (duzentos e quatro) meses;

IX – Prazo de carência: até 90 (noventa) meses;

X – Prazo de amortização: 114 (cento e quatorze) meses;

XII – Demais encargos e comissões: Comissão de crédito de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado. Recursos para inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de São Paulo e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea *b*, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

Senador TASSO JEREISSATI, Presidente

Senador ARMANDO MONTEIRO, Relator



PARECER Nº 119, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem (SF) nº 113, de 2018, da Presidência da República (nº 685, de 3 de dezembro de 2018, na origem) que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.*

RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO

RELATOR ADHOC: Senador FLEXA RIBEIRO

I – RELATÓRIO

A Mensagem nº 113, de 2018, do Presidente da República (nº 685, de 3 de dezembro de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), na forma da Recomendação nº 15/0129, de 18 de janeiro



de 2018. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil no Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número nº TA837204.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se no Parecer nº 453/2018/COPEM/SURIN, de 7 de novembro de 2018, concluindo que estão atendidas as condições necessárias para a celebração da operação de crédito pretendida, bem como para a concessão de garantia pela União.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/Nº 157/2018, de 29 de novembro de 2018, reconhece a legalidade das minutas contratuais e a regularidade dos documentos requeridos, de forma que não faz objeção à realização da operação.

II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência privativa para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também à Casa Alta dispor sobre os limites globais e as demais condições para as operações de crédito externo dos entes federados, incluída a administração indireta, e para a concessão de garantia da União para operações de crédito, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional no seu referido parecer, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado Federal e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa está inserido no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2018-2021, estabelecido pela Lei nº 16.773, de 27/12/2017 e conta com dotações necessárias e suficientes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação. Tal projeto de lei encontra-se em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo sob o nº 536/2018.

A Lei Municipal nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, autoriza a contratação da presente operação de crédito externo e a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as receitas tributárias relativas aos arts. 156, 158 e 159 incisos I, “b” da Constituição Federal, nos termos do § 4º do artigo 167 da mesma Carta, bem como outras garantias em direito admitidas.



Ainda de acordo com a STN, a capacidade de pagamento do Município de São Paulo foi classificada com “**B**”, sendo, portanto, passível de ser elegível para o recebimento de garantia da União, pois trata-se de classificação indicativa de situação fiscal forte e risco de crédito baixo.

Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, a STN afirma que o Município de São Paulo se encontra adimplente, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012.

A STN cita Certidão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo que atesta o cumprimento dos limites de despesa com pessoal e dos gastos mínimos com Saúde e Educação, bem como do pleno exercício das competências tributárias e a observância da chamada Regra de Ouro, definida no art. 167, III da Constituição Federal.

Conforme Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 05/11/2018, mencionada no Parecer da STN, as despesas com Parcerias Público-Privada (PPP) firmadas pelo Município situam-se dentro do limite estabelecido no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004.

Ademais, a Procuradoria da Fazenda Nacional afirma que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja atualizada a verificação da adimplência do Município em face da União, formalizado o contrato de contragarantia e verificado o atendimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

III – VOTO

Em suma, o pleito encaminhado pelo Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida com garantia da União, nos termos do seguinte:



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – Devedor: Município de São Paulo (Estado de São Paulo);
- II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – Garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – Valor: até US\$ 100.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – Juros: LIBOR trimestral acrescida de margem variável;
- VI – Atualização monetária: Variação cambial;



VII – Cronograma estimativo de desembolosos: US\$ 28.784.143,18 em 2019, US\$ 42.206.190,73 em 2020, US\$ 15.774.747,65 em 2021, US\$ 8.474.336,28 em 2022 e US\$ 4.760.582,16 em 2023;

VIII – Prazo total: 204 (duzentos e quatro) meses;

IX – Prazo de carência: até 90 (noventa) meses;

X – Prazo de amortização: 114 (cento e quatorze) meses;

XII – Demais encargos e comissões: Comissão de crédito de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado. Recursos para inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de São Paulo e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea *b*, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.



Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 14h30 - 41ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL
VALDIR RAUPP	6. DÁRIO BERGER
FERNANDO BEZERRA COELHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI	1. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO	2. DALIRIO BEBER
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. VAGO
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES	3. CIDINHO SANTOS





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 113/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos



Concluída a instrução das Mensagens 108 a 110 e 113, todas de 2018, os Projetos de Resolução n^{os} 57 a 60, de 2018, apresentados como conclusões dos Pareceres da CAE, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 61, DE 2018

Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais com bens, mercadorias e serviços de transporte para emprego ou consumo na produção, extração ou fabricação de mercadoria ou na prestação de serviço de transporte a serem destinados ao exterior.

AUTORIA: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senadora Rose de Freitas (PODE/ES), Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Edison Lobão (MDB/MA), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Garibaldi Alves Filho (MDB/RN), Senador Guaracy Silveira (DC/TO), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Agripino (DEM/RN), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PTB/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Vicentinho Alves (PR/TO), Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 61, DE 2018

*A Comissão
de Assuntos Econômicos
em 04/12/18
Assinada:*

Estabelece alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais com bens, mercadorias e serviços de transporte para emprego ou consumo na produção, extração ou fabricação de mercadoria ou na prestação de serviço de transporte a serem destinados ao exterior.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações e prestações interestaduais com bens, mercadorias e serviços de transporte destinados a emprego ou consumo na produção, extração ou fabricação de mercadoria ou na prestação de serviço de transporte a serem destinados ao exterior, será de 0% (zero).

Parágrafo único O disposto neste artigo aplica-se também às operações e prestações de serviços de transporte com bens, mercadorias e serviços adquiridos por contribuintes que realizem etapas intermediárias do ciclo de produção, extração ou fabricação de mercadoria, ou de prestação de serviço de transporte a serem destinados ao exterior.

Art. 2º A comprovação do emprego ou consumo dos bens, mercadorias e serviços nas finalidades indicadas no artigo 1º deverá ser feita pela empresa adquirente em até 180 (cento e oitenta) dias contados da entrada do bem ou mercadoria no respectivo estabelecimento.

Art. 3º O Conselho Nacional de Política Fazendária-Confaz poderá baixar normas complementares para fins de controle das operações e prestações com bens, mercadorias e serviços de transporte abrangidos por esta resolução.

Página: 1/8 03/12/2018 16:02:28

a9a72e3f2b63c398f5e3e4f0fe1140694473b08e



Art. 4º Esta Resolução entra em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente à data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 outorgou aos Estados e ao Distrito Federal competência exclusiva para a instituição do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e atribuiu ao Senado Federal a prerrogativa de estabelecer, mediante resolução de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, as alíquotas de ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais¹ (art. 155, § 2º, inciso IV).

A atuação do Senado Federal se justifica, por se tratar de órgão de representação dos Estados e do Distrito Federal no Congresso Nacional (CF, art. 46) e, portanto, apto a debater politicamente questões de seu interesse comum, especialmente aquelas que envolvam a autonomia financeira, evitando entraves que poderiam surgir na própria instituição do ICMS, se a matéria ficasse sujeita à deliberação dos governos locais.

É o caso da alíquota interestadual do ICMS, cujo é repartir o “bolo” do imposto entre as unidades de origem e destino de bens e serviços alcançados pelo imposto.² O Estado de origem tem direito à parcela resultante da aplicação da alíquota interestadual sobre o valor da operação

¹ A fixação de alíquotas de ICMS na exportação restou prejudicada em função da Emenda Constitucional 42, de 2013, que deu nova redação ao art. 155, §2º, X, “a”, da Constituição Federal, para exonerar por completo a incidência do imposto nas operações e prestações destinadas ao exterior:

“Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

§2º - O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

X - não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;

² Como explica Ives Gandra da Silva Martins: “O sentido do inciso IV do § 2º é inequívoco. Objetiva sistematizar as operações relativas a circulação de mercadorias e prestações de serviços quando transcendem às forças impositivas de cada unidade federativa, para que os reflexos em tais operações sejam idênticos para todo o país. Sendo o Senado a Casa da Federação, nada mais lógico, claro, meridiano, que a definição de alíquotas aplicáveis a tais operações lhe fosse atribuída não ficando ao livre arbítrio dos Estados.” (“ICMS – Competência exclusiva do Senado Federal para fixação das alíquotas interestaduais do ICMS na navegação aérea”, in Revista Dialética de Direito Tributário, nº 19, p. 90 – destacamos).



Página: 2/8 03/12/2018 16:02:28

a9a72e3f2b63c398f5e3e4f0fe1140694473b08e



ou prestação. O Estado de destino tem direito à parcela remanescente, decorrente da aplicação da sua alíquota interna sobre o valor da operação ou prestação, deduzida do montante devido na origem (CF, art. 155, §2º, I, VII e VIII).

Assim, na fixação das alíquotas interestaduais, deve o Senado equilibrar os interesses das unidades federadas e ponderá-los em face das normas constitucionais aplicáveis a cada situação. Prova disso é que a Resolução nº 22, de 1989, estabeleceu duas classes de alíquotas interestaduais (7% e 12%), com o objetivo de repartir as receitas do ICMS nas operações interestaduais em função do nível de desenvolvimento socioeconômico dos Estados e do Distrito Federal. O critério de divisão de receitas adotado tem fundamento no art. 3º, III, da Constituição Federal, que inclui entre os objetivos fundamentais da República a redução das desigualdades regionais.³

Nessa conformidade, justifica-se a fixação de alíquota zero nas operações e prestações interestaduais que destinem bens e serviços a estabelecimentos que os utilizarão como insumos na elaboração de mercadorias e na prestação de serviços a serem exportados.

Com efeito, a par de prever a não-incidência do ICMS na saída destinada ao exterior, a Carta Política estendeu a imunidade às operações antecedentes, de modo a desonerar todo o ciclo de circulação da mercadoria ou do serviço exportado, mediante manutenção e aproveitamento do crédito correspondente ao imposto anteriormente cobrado, em consonância com a política de comércio exterior praticada pelos países desenvolvidos, pautada no princípio da tributação no destino⁴.

A desoneração fiscal de tributos indiretos é expressamente autorizada pela Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo largamente adotada pelos países nossos concorrentes.

³ Nos termos do voto do relator da ADIMC 2.021-8/DF, Ministro Maurício Corrêa, a Resolução nº 22/1989 fixou alíquotas diferenciadas do ICMS, tendo em vista a situação dos Estados “do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Espírito Santo, grandes importadores de produtos manufaturados, que o Senado Federal procurou proteger, com o evidente objetivo de reduzir as desigualdades regionais, como preconizado no art. 3º, III, da Constituição, contemplando-os com alíquotas privilegiadas em operações interestaduais de entrada (...)”. (J: 04/08/1999 - destacamos).

⁴ Como já decidiu o Supremo Tribunal Federal, a recuperação do ICMS incidente nas etapas anteriores é essencial “à boa política de comércio exterior, no que incompatível com enfoque simplesmente retórico”, atendendo ao “bem geral, no que pressupõe o implemento das exportações, atraindo, assim, divisas para o Estado brasileiro” (voto proferido pelo Ministro Marco Aurélio, nos autos da ADI 600-2/DF – Plenário DJ: 30/06/1995 - destacamos).



SF/18315.89444-30

Página: 3/8 03/12/2018 16:02:28

a9a72e3f2b63c398f5e3e4f0fe1140694473b08e



Assim, em conformidade com o princípio da máxima eficácia das normas constitucionais, toda a legislação infraordenada deve ser construída *“de modo a permitir que as empresas brasileiras exportem produtos, e não tributos”*⁵. Vale dizer, deve o legislador valer-se de todos os meios jurídicos que se mostrem cabíveis para viabilizar a completa desoneração do ICMS em relação a *“todas as operações que contribuíram para a exportação”*^{6,7}.

A Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 procurou atender à diretriz constitucional de desoneração das exportações (CF, art. 146, II)⁸, ao estender a imunidade às operações com mercadorias acabadas destinadas a estabelecimentos responsáveis pela sua remessa ao exterior⁹ (as chamadas exportações indiretas).

De resto, permitiu-se aos exportadores que mantivessem e aproveitassem créditos atinentes ao ICMS incidente nas etapas anteriores, inclusive mediante transferência a terceiros localizados dentro do mesmo Estado¹⁰. Essa medida, porém, tem se mostrado infrutífera, diante de obstáculos de natureza legislativa, burocrática ou mesmo de ordem factual, ao integral ressarcimento do ônus do imposto suportado no curso do processo industrial. Em decorrência, vem sendo constatado acúmulo sistêmico de créditos pelas empresas exportadoras com elevado coeficiente de vendas externas, caso de inúmeras indústrias processadoras de recursos naturais e

⁵ STF – Pleno – RE 606.107 – Rel. Min. Rosa Weber – Dje: 25/11/2013.

⁶ STF – 2ª Turma – Rel. Min. Cezar Peluso – Dje: 20/11/2009.

⁷ Oportuna, a esse respeito a lição de Carlos Maximiliano: *“É força não seja a lei fundamental casuística, não desça a minúcias, catalogando poderes especiais, esmerilhando providências. Seja entendida inteligentemente: se teve em mira os fins, forneceu os meios para os atingir. Variam estes com o tempo e as circunstâncias: descobri-los e aplicá-los é parte da tarefa complexa dos que administram.”* (Hermenêutica e aplicação do direito. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p.255 -destacamos).

⁸ “Art. 146 – Cabe à lei complementar: (...) II – regular as limitações constitucionais ao poder de tributar”.

⁹ “Art. 3º O imposto não incide sobre:

II - operações e prestações que destinem ao exterior mercadorias, inclusive produtos primários e produtos industrializados semielaborados, ou serviços;

Parágrafo único. Equipara-se às operações de que trata o inciso II a saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação para o exterior, destinada a:

I - empresa comercial exportadora, inclusive tradings ou outro estabelecimento da mesma empresa;
II - armazém alfandegado ou entreposto aduaneiro⁵

¹⁰ “Art. 25. Para efeito de aplicação do disposto no art. 24, os débitos e créditos devem ser apurados em cada estabelecimento, compensando-se os saldos credores e devedores entre os estabelecimentos do mesmo sujeito passivo localizados no Estado.

§ 1º Saldos credores acumulados a partir da data de publicação desta Lei Complementar por estabelecimentos que realizem operações e prestações de que tratam o inciso II do art. 3º e seu parágrafo único podem ser, na proporção que estas saídas representem do total das saídas realizadas pelo estabelecimento:

I - imputados pelo sujeito passivo a qualquer estabelecimento seu no Estado;

II - havendo saldo remanescente, transferidos pelo sujeito passivo a outros contribuintes do mesmo Estado mediante a emissão pela autoridade competente de documento que reconheça o crédito. (...)”



SF/18315.89444-30

Página: 4/8 03/12/2018 16:02:28

a9a72e3f2b63c398f5e3e4f0fe1140694473b08e



insumos industriais, como, por exemplo, as indústrias de papel e celulose, óleos vegetais, máquinas e equipamentos, automotivas, e metais não ferrosos, entre outros setores. Devido a esta disfunção tributária, ocorreu o fenômeno inverso ao buscado pela norma constitucional que impõe a desoneração do ICMS de toda a cadeia de exportação, pois houve a perda parcial de rentabilidade e de valor das exportações, inibindo um maior nível de investimentos e de expansão do setor nos últimos anos.

Nas operações e prestações interestaduais que destinem insumos a serem exportados, mediante emprego nos produtos finais a serem enviados ao exterior, há, ainda, um outro reflexo econômico nefasto: as unidades federadas de origem recebem o ICMS correspondente à alíquota interestadual aplicável, e as unidades federadas de destino ficam obrigadas a ressarcir os exportadores dos montantes recolhidos ao outro ente.

Diante disso, justifica-se a redução a zero da alíquota interestadual do ICMS nas aquisições interestaduais de insumos a serem utilizados em mercadorias e serviços destinados ao exterior, a fim de eliminar, ao menos, o acúmulo de créditos de ICMS nessas operações.

Saliente-se que a alíquota zero é técnica de tributação largamente utilizada pela Administração Federal para implementar políticas públicas, em relação aos tributos referidos no art. 153, §1º, da Constituição Federal (II, IE, IPI e IOF), não se confundindo, no plano da técnica jurídica, com isenção ou outra figura sujeita à reserva legal - e, no caso do ICMS, à deliberação do CONFAZ -, nos termos do art. 150, §6º, da Constituição Federal¹¹, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal¹².

¹¹ “Art. 150 (...) § 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.”

¹² São esclarecedores, sobre o tema, os votos (vencedores) proferidos pelos Ministros Gilmar Mendes e Ellen Gracie, por ocasião do julgamento do RE 353.657/PR (STF - Pleno - Rel. Min. Marco Aurélio – DJe: 06/03/2008):

Voto do Min. Gilmar Mendes:

“Outro ponto que merece análise é a equiparação que se tem sido feita entre isenção, alíquota zero e não-tributação. Busca-se, com tal equiparação, uma aplicação irrestrita do precedente firmado por esta Corte para a isenção. Tais institutos possuem traços singulares.

(...)

O primeiro traço distintivo está no veículo normativo a autorizar tais favores. No caso da isenção exige-se lei (art. 150, § 6º, CF), enquanto a alíquota zero é estabelecida no âmbito do Poder Executivo, nos limites estabelecidos em lei (art. 153, § 1º, CF).

Há outra diferença substancial. Ao contrário da isenção, hipótese de exclusão do crédito tributário, na alíquota zero o crédito tributário existe. Todavia, o que ocorre na alíquota zero é o que podemos designar por ineficácia do crédito, tendo em vista que este é quantificado em zero.” (destacamos)

Folha: 5

Rubrica



SF/18315.89444-30

Página: 5/8 03/12/2018 16:02:28

a9a72e3f2b63c398f5e3e4f0fe1140694473b08e



Portanto, do mesmo modo que o Poder Executivo federal pode utilizar a alíquota zero para a promoção de objetivos de interesse público, pode o Senado Federal valer-se dessa técnica fiscal para fomentar as exportações e equilibrar os interesses financeiros das unidades federadas envolvidas.

Até porque, no caso em tela, não haverá renúncia a receita, pois, como visto, a Constituição Federal desonera por completo a cadeia do ICMS dos produtos e serviços exportados.

A Resolução do Senado terá o papel apenas de aprimorar o sistema jurídico vigente, ao mitigar o acúmulo sistêmico de créditos de ICMS, sobretudo, pelas indústrias com alto coeficiente exportador, aumentando a sua competitividade.

No atual contexto, justifica-se este projeto diante de um elevado nível de desemprego, de alta ociosidade da capacidade industrial instalada no País, e de um desejável novo ciclo de crescimento das exportações brasileiras.

Pelo exposto, peço o apoio dos meus eminentes pares para a aprovação da presente Proposta de Resolução, que atenderá, ao mesmo tempo, os nobres objetivos de:

- eliminar o “custo Brasil”, conforme determinado pelo art. 155, §2º, X, “a”, da Constituição Federal, ao mitigar o saldo de créditos acumulados pelos exportadores, conferindo maior competitividade exportadora ao setor produtivo brasileiro, com a resultante geração de renda agregada e de empregos industriais qualificados;
- e partilhar adequadamente o ICMS entre as unidades federadas, ao preservar a autonomia financeira

Voto da Min. Ellen Gracie:

“Os regimes de isenção e alíquota zero, embora em sua execução e efeito prático correspondam a resultado idêntico para o produtor – qual seja, nenhum centavo de tributo é recolhido – não são, todavia, sob o prisma jurídico, assemelháveis. No primeiro caso, (isenção) existe previsão de alíquota positiva para o produto ou insumo, cujo fabricante fica, porém, isento do respectivo recolhimento. O fisco abre mão daquele ingresso, atribuindo ao contribuinte um benefício fiscal. Isenção, portanto, é, por rigor de técnica, exclusão de um imposto incidente.

Já com a alíquota zero não surge obrigação de recolhimento, por outro motivo. A aplicação de percentual zero sobre o preço do produto ou insumo resulta em zero, nulo, nihil, nada. Não é apenas a alíquota que é igual a zero. O resultado de sua aplicação também o é. O que seria sua expressão numérica, o montante cobrado, na dicção constitucional, ou o montante devido, como prefere a doutrina, também é igual a zero.” (destacamos)

Folha: 6

Rubrica



SF/18315.89444-30

Página: 6/8 03/12/2018 16:02:28

a9a72e3f2b63c398f5e3e4f0fe1140694473b08e



especialmente daquelas que possuam grandes volumes de exportação, em consonância com o federalismo cooperativo, albergado pelos arts. 1º e 18 da Constituição Federal.

Sala das Sessões,
Senador



Página: 7/8 03/12/2018 16:02:28

a9a72e3f2b63c398f5e3e4f0fe1140694473b08e



NOME	ASSINATURA
VILFIR RAMP	
TASSO	
Rose de Freitas	
GABRIEL ALVES	
TERCINO BEZERRA COSTA	
Haidee Oliveira	
GRACIELA SHERM	
DALIRIO BEZET	
ALGADO DOODIO	
Tel 14 N D 10 1101	
João Vaz de Aguiar	
Jose Antonio dos F. Medeiros	
OTTO FERNAN	
JOYCE VIANNA	
Roberto Rocha	
Dario Berger	
JOE AGRIANO	
Ana Amélia (AP/RS)	
Paulo B. Xet	
Lidice da Mata e Souza	
Umessa Grima	
ACELADAD	
Joacinto	
WALTER PIRES	
LINDBERGH	
EDISON LOBÃO	
Manoel de Camargo	



SF/18315.89444-30

Página: 8/8 03/12/2018 16:02:28

a9a72e3f2b63c398f5e3e4f0fe1140694473b08e



LEGISLAÇÃO CITADA

- urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- artigo 1º

- artigo 18

- parágrafo 6º do artigo 150

- parágrafo 1º do artigo 153

- Lei Complementar nº 87, de 13 de Setembro de 1996 - Lei Kandir - 87/96

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:1996;87>

- urn:lex:br:federal:resolucao:1989;22

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:1989;22>



O Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2018, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 576, DE 2018

Retirada do Requerimento nº 561, de 2018.

DESPACHO: Deferido

AUTORIA: Senador Romero Jucá (MDB/RR)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ROMERO JUCÁ**

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Requeiro, nos termos do art. 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada em definitivo do Requerimento nº 561, de 2018, de minha autoria, que *solicita o sobrestamento do Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013*.



Sala das Sessões, em

Senador **ROMERO JUCÁ**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 577, DE 2018

Informações ao Ministro de Estado da Saúde.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: À COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº , DE 2018

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 215, inciso I, *alínea* “a”, do Regimento Interno do Senado Federal, requero informações a serem solicitadas ao Ministro da Saúde com o objetivo de verificar a efetividade, a eficácia e a eficiência da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra desde sua criação no ano de 2009.

Para tanto, a bem do conhecimento público e da transparência, é essencial que sejam respondidas as perguntas abaixo formuladas, dentro do prazo constitucional, no intuito de se verificar a continuidade da execução das ações proporcionadas pelo Política, bem como repasses orçamentários, avaliação da política implementada, metas, iniciativas, acesso aos serviços de saúde da população negra, a efetividade da participação da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, dentre outros aspectos necessários aos objetivos da referida Política.

Neste sentido, solicitamos sejam prestadas as seguintes informações a respeito do tema:

1. Quais iniciativas foram implementadas em decorrência da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra desde sua criação em 2009? Todas essas ações continuam em atividade? Quais dessas tiveram repasse orçamentário do governo federal a partir da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde? Qual o desempenho dessas intervenções e o impacto?
2. Listar iniciativas por seu entorno (políticas, programas, projetos, estratégias) e âmbito de abrangência.



3. As iniciativas para implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra foram avaliadas? Se sim, como foi feita a avaliação?
4. Quais iniciativas têm sido executadas pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde para a sustentabilidade da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra? Qual a distribuição de destinação e execução do orçamento para a política nos últimos cinco anos?
5. Qual a distribuição do orçamento para o ano de 2019?
6. Quais são as metas estabelecidas no Plano Plurianual 2016-2019 Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde para a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra? Quais iniciativas foram implementadas? Destas iniciativas foram executadas por programas? Quais iniciativas foram executadas por políticas? Quais iniciativas foram executadas por projetos?
7. Quais são as metas estabelecidas no Plano Nacional de Saúde do Ministério da Saúde 2016-2019 para a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra? Quais iniciativas foram implementadas? Quais iniciativas foram executadas por programas? Quais iniciativas foram executadas por políticas? Quais iniciativas foram executadas por projetos?
8. Como a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde executou o Objetivo 01 do Plano Nacional de Saúde do Ministério da Saúde 2016-2019? (Objetivo 01. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar).
9. Como a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde executou o Objetivo 03 do Plano Nacional de Saúde do Ministério da



Saúde 2016-2019? (Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde).

10. Como a executou a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde o Objetivo 10 do Plano Nacional de Saúde do Ministério da Saúde 2016-2019? (Objetivo 10. Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a despreciação e a democratização das relações de trabalho).

11. Como a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde atua para garantir o financiamento estável e sustentável Política Nacional de Saúde Integral da População Negra?

12. Como a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde atua para aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral no contexto da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra? Quais ações direcionadas foram executadas? Qual o montante de recursos da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde foi executado?

13. Quais ações foram executadas pela Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde para alcançar as metas do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)?

14. Foram ou estão sendo desenvolvidas ações ou metodologias da Política



SF/18912.80030-11



Nacional de Saúde Integral da População Negra que podem ser aplicadas em outros cenários? Descreva essas metodologias. De que maneira poderiam ser aplicadas em outros cenários?

15. Qual o custo de produção e distribuição do “Manual de Gestão para Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra”? Qual o impacto da publicação “Manual de Gestão para Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra”? Qual foi a devolutiva dos estados e municípios do Manual de Gestão para a Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra?

16. Porque a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde destinou recursos para a qualificação, implantação e descentralização de Ouvidorias em 2018 e não fez o mesmo para a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra? Qual é o orçamento comparado entre a Ouvidoria, Auditoria e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos últimos cinco anos?

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento de Informações tem por objetivo dar conhecimento bem como tornar transparentes todas as ações empregadas ao efetivo cumprimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra aprovada há um ano, no Dia Nacional da Consciência Negra, pelo Conselho Nacional de Saúde.

Além disso, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra tem por escopo combater a discriminação étnico-racial nos serviços e atendimentos oferecidos no Sistema Único de Saúde, bem como promover a equidade em saúde da população negra.



SF/18912.80030-11



Isso porque o direito à saúde é fundamento constitucional e condição substantiva para o exercício pleno da cidadania, sendo caminho estratégico para a superação do racismo e garantia de promoção da igualdade racial, desenvolvimento e fortalecimento da democracia, tendo em mente que a construção desta política resulta da luta histórica pela democratização da saúde encampada pelos movimentos sociais, em especial pelo movimento negro.

Outrossim, é fruto da pactuação de compromissos entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a fim de superar situações de vulnerabilidade em saúde que atingem parte significativa da população brasileira.

Diante deste contexto, o presente Requerimento de Informação também visa conhecer e dar transparência às ações adotadas, especialmente dar efetividade de operações já ocorridas no Brasil, o que possibilitará qualificar o acompanhamento, controle e ajustes da Política em curso dentro das prerrogativas constitucionais que asseguram a esta Casa legislativa o direito à fiscalização das políticas adotadas a bem da democracia.

Por todo o exposto, é que pedimos às senhoras e senhores parlamentares componentes da Mesa o apoio necessário para aprovação deste Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas



SF/18912.80030-11





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 578, DE 2018

Autorização para desempenho de Missão no Exterior nos dias 10 e 11 de dezembro de 2018.

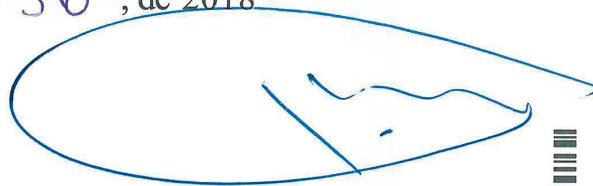
AUTORIA: Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 578, de 2018

A publicar
em 04/12/18

SF/18919.04953-04

Tendo sido designado para participar da 60ª sessão ordinária do Parlamento do Mercosul, a se realizar em Montevideu (Uruguai), requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal c/c art. 14, § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, autorização para ausentar-me, com ônus, dos trabalhos da Casa nos dias **10 e 11 de dezembro de 2018** a fim de atender honrosa missão.

Portanto, e nos termos do art. 39, I, do RISF, comunico que estarei ausente do País no período de **9 a 11 de dezembro de 2018**.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 2018.


Senador Lindbergh Farias

Página: 1/4 04/12/2018 10:08:21

a561a22fec9962568107d90d77fd86382ad32bb8





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 580, DE 2018

Urgência para o ECD 1/2018

AUTORIA: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária



[Página da matéria](#)



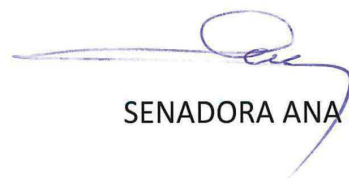
REQUERIMENTO Nº 580, DE 2018

(REQUERIMENTO Nº 37 DE 2018 - CRA)

Aprovado, na CRA,
em 4/12/2018.

Requer nos termos regimentais, urgência à Emenda da Câmara dos Deputados 1/2018 apresentado ao Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2015, que altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a fim de estabelecer limite para aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Sala da Sessão, em



SENADORA ANA AMÉLIA





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRA, 04/12/2018 às 11h - 25ª, Extraordinária
 Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
ELMANO FÉRRER		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
DÁRIO BERGER	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	1. GUARACY SILVEIRA	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN	
REGINA SOUSA		3. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. PAULO PAIM	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
DALIRIO BEBER	PRESENTE	1. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
EDUARDO AMORIM		2. DAVI ALCOLUMBRE	
RONALDO CAIADO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
IVO CASSOL	PRESENTE	2. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. VAGO	
VAGO		2. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 ATAÍDES OLIVEIRA
 AIRTON SANDOVAL
 VICENTINHO ALVES



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Mensagem nº 101/2018





Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 101, de 2018 - Paulo Fernando Dias Feres (Belarus)

Escolha do Senhor Paulo Fernando Dias Feres, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Matéria **MSF 101/2018**

Início Votação **04/12/2018 17:12:36** Término Votação **04/12/2018 17:41:06**

Sessão **146º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/12/2018 14:09:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
MDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PODE	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PDT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PR	MT	Cidinho Santos	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SECRETO
MDB	MA	Edison Lobão	SECRETO
PSDB	SE	Eduardo Amorim	SECRETO
PT	RN	Fátima Bezerra	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
MDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SECRETO
PP	AC	Gladson Cameli	SECRETO
DC	TO	Guaracy Silveira	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
PP	RO	Ivo Cassol	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
MDB	PB	José Maranhão	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PSB	BA	Lídice da Mata	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SECRETO
MDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSD	BA	Otto Alencar	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSD	PB	Raimundo Lira	SECRETO
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO

Emissão 04/12/2018 17:41:11



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 101, de 2018 - Paulo Fernando Dias Feres (Belarus)

Escolha do Senhor Paulo Fernando Dias Feres, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Belarus.

Matéria **MSF 101/2018**

Início Votação **04/12/2018 17:12:36** Término Votação **04/12/2018 17:41:06**

Sessão **146º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/12/2018 14:09:00**

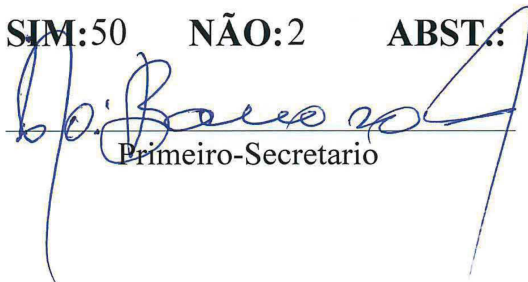
MDB	AL	Renan Calheiros	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PSDB	MA	Roberto Rocha	SECRETO
MDB	RR	Romero Jucá	SECRETO
PODE	ES	Rose de Freitas	SECRETO
MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SECRETO
PTB	RR	Telmário Mota	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
MDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
-	BA	Walter Pinheiro	SECRETO
DEM	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Presidente: Eunício Oliveira

SIM:50 NÃO:2 ABST.: 2

PRESIDENTE:0

TOTAL:54


Primeiro-Secretário

Emissão 04/12/2018 17:41:11



Projeto de Lei da Câmara nº 124/2018 - Complementar





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 579, DE 2018

Urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2018.

AUTORIA: Líder do PP Benedito de Lira (PP/AL), Líder do bloco Bloco Eduardo Amorim (PSDB/SE), Líder do bloco Bloco Humberto Costa (PT/PE), Líder do bloco Bloco Otto Alencar (PSD/BA), Líder do Governo Romero Jucá (MDB/RR), Líder do MDB Simone Tebet (MDB/MS), Líder do PSDB Ricardo Ferraço (PSDB/ES), Líder do PTB Armando Monteiro (PTB/PE), Líder do PT Lindbergh Farias (PT/RJ), Líder do PT Paulo Rocha (PT/PA), Líder do REDE Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Waldemir Moka (MDB/MS), Senador Walter Pinheiro (S/Partido/BA)



[Página da matéria](#)



APPROVADO EM
04/12/18

09/15/21
[Signature]

REQUERIMIENTO N° 579, DE 2018

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno para o Projeto de Lei de Câmara nº 124, de 2018. / 01

Sala das Sessões, em

Benedict
[S]
BPP

$\frac{1191}{1191}$

periclype

romans

Handwritten: Humboldt

Penen colh

Paulo Rocha

James
Walter

Knobloch farnen.

[Handwritten signature]

интересов Европы
мало

Elmoro. Fura

8.



PARECER Nº 208 DE 2018 - PLEN/SF

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2018 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 549, de 2018, na Casa de origem), do Deputado Arthur Lira, que *acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).*



SF/18083.25451-50

Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 124, de 2018 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 549, de 2018, na origem), de autoria do Deputado Arthur Lira.

O projeto tem por objetivo alterar a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para favorecer municípios cuja população estimada tenha caído entre 2018 e 2019. Para tanto, o art. 1º do PLC estabelece que, a partir de 1º de janeiro de 2019, e até que seja realizado novo censo demográfico, ficam mantidos os coeficientes de distribuição do FPM utilizados no exercício de 2018 para aqueles municípios que teriam redução nesse coeficiente em função da estimativa da população anual projetada pelo IBGE.

O art. 2º do PLC estabelece que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

De acordo com a justificação, a estimativa da população realizada pelo IBGE baseia-se em dados defasados, mais precisamente, no

Página: 1/6 04/12/2018 11:04:46

c81f91d9deafa400721b52a2fbb16bcd14409917



Censo Demográfico de 2010. Usualmente, é feita uma contagem da população no meio das décadas para atualizar os números, mas, em 2015, essa contagem não foi realizada. Assim, não seria justo prejudicar os municípios em função de uma estimativa populacional que, certamente, não reflete a realidade. O mais grave, o prejuízo causado aos municípios é substancial. Afinal, o menor coeficiente de participação afetaria 135 municípios em 2019, que, juntos, deixariam de receber R\$ 399 milhões de FPM.

O Projeto foi enviado para esta CAE, de onde seguirá para apreciação em Plenário.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre os aspectos econômico-financeiros das matérias que lhes são submetidas, bem como sobre finanças públicas.

Antes de analisar o mérito, gostaria de registrar que o PLC obedece aos preceitos constitucionais. Em especial, a iniciativa parlamentar é legítima, pois o projeto dispõe sobre finanças públicas, matéria de competência da União, não sendo um dos temas reservados privativamente ao Presidente da República, previstos no art. 61 de nossa Constituição.

O PLC atende aos pressupostos de juridicidade, em especial, inova o mundo jurídico, ao congelar os coeficientes de distribuição do FPM. A espécie normativa – lei complementar – é adequada para o caso em tela, conforme prevê o inciso II do art. 161 da Constituição.

A matéria está vazada na boa técnica legislativa, atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Para discutir o mérito do projeto, é necessário compreender como são distribuídos os recursos do FPM.

O FPM foi instituído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1965 (feita à Constituição de 1946) e ratificado pelas Constituições de 1967 e 1988. Trata-se de uma parcela da arrecadação dos Impostos sobre a Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que é distribuído incondicionalmente aos municípios. Desde 2016, o FPM responde por



SF/18083.25451-50

Página: 2/6 04/12/2018 11:04:46

c81f91d9deafa400721b52a2fbb16bcd14409917



24,5% da arrecadação líquida daqueles impostos. Para se ter uma ideia de valores, as transferências relativas ao FPM foram de R\$ 77,6 bilhões em 2017.

O FPM divide os municípios em três grandes grupos:

- capitais, que recebem 10% dos recursos;
- reserva, constituído pelos municípios que não são capitais, mas cuja população seja superior a 142.633 habitantes. Esses municípios ficam com 3,6% dos recursos; e
- interior, constituído por todos os municípios que não são capital (de forma que os municípios interioranos com mais de 142.633 habitantes recebem como “reserva” e como “interior”), e a quem são destinados 86,4% do total dos recursos.

O PLC dispõe apenas sobre a distribuição do grupo “interior” e “reserva”, sendo que, na prática, a grande maioria dos municípios afetados pelo projeto encontra-se somente na categoria “interior”.

A distribuição dos municípios interior é feita da seguinte forma: é fixado, para cada estado, um percentual do total a ser distribuído entre seus municípios. Esse percentual foi definido pela Resolução do Tribunal de Contas da União nº 242, de 1990.

Uma vez definido o total a ser distribuído para cada estado, cabe fazer a divisão entre seus municípios da categoria “interior”. Inicialmente, é atribuído a cada município seu coeficiente de distribuição. Esse coeficiente é um número que varia de 0,6 (para municípios com até 10.188 habitantes) a 4 (para municípios com mais de 156.216 habitantes), em incrementos de 0,2. Após determinar o coeficiente para cada município, é feita a soma para todos os municípios do estado. A participação do município no FPM dentro do total que os municípios do mesmo estado receberão corresponderá ao seu coeficiente dividido pela soma dos coeficientes de todos os municípios daquele estado.

Por exemplo, o município de Abaré, na Bahia, tem uma população estimada de 19.814 habitantes para 2019. Com essa população, ele possui um coeficiente de 1,2. Na Bahia, a soma dos coeficientes de todos os municípios para 2019 foi de 524,4. Assim, o município de Abaré receberá 0,23% ($=1,2/524,4$) do FPM destinado à Bahia.



SF/18083.25451-50

Página: 3/6 04/12/2018 11:04:46

c81f91d9deafa400721b52a2fb16bcd14409917



Observe-se que municípios com o mesmo coeficiente de um mesmo estado recebem o mesmo valor. Mas municípios não pertencentes a um mesmo estado, mesmo que possuam o mesmo coeficiente, receberão quantias diferentes, pois o valor recebido dependerá do percentual que o estado recebe e da soma dos coeficientes dos demais municípios desse mesmo estado.

O PLC terá como consequência aliviar a situação financeira dos municípios que teriam seu coeficiente reduzido. De acordo com as estimativas contidas na justificção, a futura lei permitirá que 135 municípios recebam R\$ 399 milhões a mais de FPM, o que dá uma média de R\$ 2,95 milhões de receita adicional. Considerando que a maioria dos municípios a serem beneficiados tem coeficiente de até 1,2, o que corresponde a uma população inferior a 23.772 habitantes, esses quase R\$ 3 milhões a menos fariam extrema falta. Visto por outro lado, sem a aprovação do PLC, esses municípios terão redução nos valores a serem recebidos pelo FPM em 2019.

Observe-se que o PLC trata unicamente da redistribuição dos recursos do FPM. A União não aportará um centavo a mais. Isso traz duas consequências.

A primeira é que, como não há gastos adicionais para a União, não é necessário estimar o impacto orçamentário-financeiro da proposta e nem sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal, como prevêem o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), os arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) e o art. 112 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 (Lei nº 13.473, de 2017).

A segunda consequência é que, como o total a ser distribuído entre os municípios não muda, o ganho auferido pelos beneficiados pelo PLC terá de ser repartido entre os demais. Por meio de qual mecanismo os demais municípios de um mesmo estado ficam prejudicados? Isso ocorre pela soma dos coeficientes. Lembremos que a parcela de cada município dentro de um estado corresponde ao percentual de seu coeficiente de distribuição em relação ao somatório dos coeficientes de distribuição do estado. Ao congelar os coeficientes de alguns municípios no nível de 2018, a soma dos coeficientes do estado aumenta. Como a parcela que cabe a cada município corresponde à divisão de seu próprio coeficiente pela soma, com uma soma maior, essa parcela irá diminuir.



SF/18063.25451-50

Página: 4/6 04/12/2018 11:04:46

c81f91d9deafa400721b52a2fbb16bcd14409917



Ocorre que são muitos municípios para ajudar a dividir a conta. Considerando que o Brasil possui 5.570 municípios, o benefício dado a 135 deles será financiado por cerca de 5.400. O quanto cada município contribuirá depende do estado em que se localiza. Mesmo na Bahia, onde o PLC beneficiará mais municípios (55 dos 135), nossa estimativa é que a contribuição média será de R\$ 372 mil por ano, concentrado em municípios maiores. Em compensação, os municípios beneficiados receberão até R\$ 2,885 milhões. Já em São Paulo, o único município beneficiado receberá R\$ 2,8 milhões adicionais, enquanto os demais deixarão de receber apenas R\$ 4,3 mil em média. Em alguns estados, como Acre, Ceará, Mato Grosso do Sul e Tocantins, nenhum município será afetado pelo PLC.

Ou seja, o projeto permite que poucos municípios – justamente aqueles que perderiam com os novos coeficientes de distribuição – ganhem bastante, enquanto muitos municípios deixam de receber uma quantia relativamente pequena.

O resultado final – e isto é importante enfatizar – é que, com a aprovação deste PLC, em 2019, praticamente todos os municípios brasileiros receberão uma transferência de FPM maior do que receberam em 2018. Isso é particularmente importante na conjuntura atual, de forte desestruturação das finanças públicas, em decorrência, ainda, da crise pela qual o País passou em 2015/2016. Nesse grave momento de asfixia financeira, não podemos deixar que municípios sofram com queda de receita, em especial os municípios menores que, como é de amplo conhecimento, dependem fortemente das transferências do FPM.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2008 – Complementar.



SF/18083.25451-50

Página: 5/6 04/12/2018 11:04:46

c81f91d9deafa400721b52a2fbb16bcd14409917



Sala da Comissão,

, Presidente
Relatora

6



c81f91d9deafa400721b52a2fbb16bcd14409917

Página: 6/6 04/12/2018 11:04:46



SF/18083.25451-50



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2018 (Complementar)

Acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Matéria **PLC 124/2018**

Início Votação **04/12/2018 17:50:59**

Término Votação **04/12/2018 18:18:40**

Sessão **146º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/12/2018 14:09:00**

Partido	Orientação		
PT	LIVRE		
PR	SIM		

Partido	UF	Nome Senador	Voto
PDT	RO	Acir Gurgacz	SIM
PSDB	MG	Aécio Neves	SIM
MDB	SP	Airton Sandoval	NÃO
PP	RS	Ana Amélia	SIM
PDT	RR	Ângela Portela	NÃO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SIM
PTB	PE	Armando Monteiro	SIM
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SIM
PP	AL	Benedito de Lira	SIM
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SIM
PR	MT	Cidinho Santos	SIM
PSDB	SC	Dalirio Beber	SIM
MDB	SC	Dário Berger	SIM
DEM	AP	Davi Alcolumbre	SIM
MDB	AM	Eduardo Braga	SIM
PRB	RJ	Eduardo Lopes	SIM
PODE	PI	Elmano Férrer	SIM
PT	RN	Fátima Bezerra	SIM
MDB	PE	Fernando Coelho	SIM
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SIM
MDB	RN	Garibaldi Alves Filho	SIM
PP	AC	Gladson Cameli	SIM
DC	TO	Guaracy Silveira	SIM
PROS	DF	Hélio José	SIM
PT	PE	Humberto Costa	SIM
PT	AC	Jorge Viana	NÃO
DEM	RN	José Agripino	SIM
MDB	PB	José Maranhão	SIM
PT	CE	José Pimentel	SIM
PSD	RS	Lasier Martins	SIM
PSB	BA	Lídice da Mata	SIM
PT	RJ	Lindbergh Farias	NÃO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SIM
DEM	SE	Maria do Carmo Alves	SIM
MDB	SP	Marta Suplicy	NÃO
PSD	AM	Omar Aziz	SIM
PSD	BA	Otto Alencar	SIM

Emissão 04/12/2018 18:18:44



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Aberta

Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2018 (Complementar)

Acrescenta o § 3º ao art. 2º da Lei Complementar nº 91, de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Matéria **PLC 124/2018**

Início Votação **04/12/2018 17:50:59** Término Votação **04/12/2018 18:18:40**


Sessão **146º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **04/12/2018 14:09:00**

PSDB	SC	Paulo Bauer	SIM
PT	RS	Paulo Paim	SIM
PT	PA	Paulo Rocha	NÃO
PSD	PB	Raimundo Lira	SIM
REDE	AP	Randolfe Rodrigues	SIM
PT	PI	Regina Sousa	NÃO
-	DF	Reguffe	SIM
MDB	AL	Renan Calheiros	SIM
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SIM
PSDB	MA	Roberto Rocha	SIM
PODE	ES	Rose de Freitas	SIM
MDB	MS	Simone Tebet	SIM
PSDB	CE	Tasso Jereissati	SIM
PTB	RR	Telmário Mota	NÃO
MDB	RO	Valdir Raupp	SIM
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SIM
PR	TO	Vicentinho Alves	SIM
MDB	MS	Waldemir Moka	SIM
-	BA	Walter Pinheiro	SIM
PR	MT	Wellington Fagundes	SIM

Presidente: Eunício Oliveira

SIM:49 NÃO:8 ABST.: 0 PRESIDENTE:1 TOTAL:58


 Primeiro-Secretário

Emissão 04/12/2018 18:18:44



Projeto de Resolução nº 57/2018



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 209, DE 2018 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 2018.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 2018, *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2018.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

JOSÉ PIMENTEL, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

CIDINHO SANTOS



ANEXO DO PARECER Nº 209, DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 57, de 2018.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação expressa no art. 15 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará (Profisco II – PA)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Pará;

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);



III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: o prazo original de desembolso será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato de empréstimo, devendo qualquer prorrogação do prazo original de desembolso contar com a anuência do garantidor;

VI – cronograma estimativo de desembolsos: US\$ 4.971.670,48 (quatro milhões, novecentos e setenta e um mil, seiscentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e oito centavos) em 2018, US\$ 7.254.799,65 (sete milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e noventa e nove dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos) em 2019, US\$ 11.076.075,01 (onze milhões, setenta e seis mil e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e um centavo) em 2020, US\$ 8.645.615,73 (oito milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e três centavos) em 2021 e US\$ 3.151.839,13 (três milhões, cento e cinquenta e um mil, oitocentos e trinta e nove dólares dos Estados Unidos da América e treze centavos) em 2022;

VII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira em até 66 (sessenta e seis) meses e a última em até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;

VIII – juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na *Libor* para cada trimestre mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

IX – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional;

X – comissão de crédito: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;

XI – despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso.

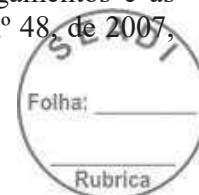
Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* é condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;



III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Estado do Pará e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Resolução nº 58/2018



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 210, DE 2018 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2018.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 58, de 2018, que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento – CAF no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2018.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

JOSÉ PIMENTEL, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

CIDINHO SANTOS



ANEXO DO PARECER Nº 210, DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº
58, de 2018.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do art.
48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a
seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar
operação de crédito externo, com garantia
da União, com a Corporação Andina de
Fomento (CAF), no valor de até US\$
50.000.000,00 (cinquenta milhões de
dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

II – devedor: Estado do Pará;

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor da operação: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);



V – juros: taxa *Libor* semestral acrescida de *spread* a ser definido na data da assinatura do contrato, podendo a CAF, nos primeiros 8 (oito) anos de vigência do contrato, financiar 0,10% a.a. (dez centésimos por cento ao ano) da taxa de juros;

VI – atualização monetária: variação cambial;

VII – prazo total: 192 (cento e noventa e dois) meses;

VIII – prazo de carência: 54 (cinquenta e quatro) meses;

IX – prazo de amortização: 138 (cento e trinta e oito) meses;

X – demais encargos e comissões:

a) comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

b) comissão de financiamento: 0,85% a.a. (oitenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante total contratado, paga, no mais tardar, no primeiro desembolso;

c) gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos, no mais tardar, no primeiro desembolso;

d) juros de mora: 2% a.a. (dois por cento ao ano) acrescidos aos juros estabelecidos no contrato de empréstimo negociado.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará:

I – a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e às prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007;

II – o atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

III – o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018; e

IV – a manutenção da decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cível Originária nº 3.133 em favor do Estado do Pará.



Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Projeto de Resolução nº 59/2018



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 211, DE 2018 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2018.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2018, que *autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o New Development Bank – NDB, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 4 de dezembro de 2018.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

JOSÉ PIMENTEL, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

CIDINHO SANTOS



ANEXO DO PARECER Nº 211, DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 59, de 2018.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o New Development Bank (NDB), no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação determinada no art. 15 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se a financiar parcialmente o “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Pará;



II – credor: New Development Bank (NDB);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – juros: taxa *Libor* relativa ao dólar dos Estados Unidos da América de 6 (seis) meses mais taxa fixa de 1,1% a.a. (um inteiro e um décimo por cento ao ano);

VI – juros de mora: 2% a.a. (dois por cento ao ano) acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo;

VII – cronograma estimativo de desembolsos: US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020 e US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VIII – comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), sendo que 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo esse percentual será aplicado sobre o valor de 15% (quinze por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado, 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo será aplicado sobre o valor de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado, 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo será aplicado sobre o valor de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado e 48 (quarenta e oito) meses e depois disso será aplicado sobre o valor total do empréstimo não desembolsado;

IX – comissão de financiamento: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo;

X – prazo de amortização: 138 (cento e trinta e oito) meses, após carência de 54 (cinquenta e quatro) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* é condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.



§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, e quanto aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta dias), contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 110, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2018, do Senador Eduardo Braga, que Altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para dispor sobre o pagamento de abono aos profissionais da educação, nas situações especificadas.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Cristovam Buarque

RELATOR ADHOC: Senador Garibaldi Alves Filho

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2018, do Senador Eduardo Braga, *que altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), para dispor sobre o pagamento de abono aos profissionais da educação, nas situações especificadas.*



Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2018, do Senador Eduardo Braga, que altera a Lei 11.494, de 20 de junho de 2007, conhecida como Lei do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), objetivando regulamentar o pagamento de abono salarial para os profissionais da educação com recursos do referido Fundo.

Para o alcance deste objetivo, o artigo 1º do PLS nº 387, de 2018, acrescenta o artigo 22-A à referida Lei para prever que poderá ser pago abono aos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública quando não atingido o índice mínimo de 60% dos recursos do FUNDEB destinados a este fim, conforme art. 22 da mesma Lei. O projeto autoriza ainda a utilização dos demais recursos não vinculados à remuneração dos profissionais do magistério para estender o pagamento do abono aos demais profissionais da educação, inclusive aqueles que não compõem a carreira do magistério.



2³

O art. 2º trata da vigência da lei, estabelecendo que a mesma passará a vigorar na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor afirma que a proposta *aperfeiçoa o FUNDEB, ao preencher lacuna em sua regulamentação, deixando claro o embasamento legal para o pagamento do abono aos profissionais do magistério, quando o índice mínimo previsto na Constituição não for cumprido, além de conferir garantia jurídica à decisão de cada ente federado sobre a extensão do abono a todos os profissionais da educação básica pública em efetivo exercício de suas atividades*

Após ser apreciada por esta Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria será submetida à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos, orçamentários e financeiros das proposições, bem como sobre normas gerais de direito tributário, financeiro e econômico.

No tocante a este aspecto, de antemão, manifesto o entendimento que o PLS nº 387, de 2018, não cria despesa, portanto não se enquadra no Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, não sendo necessário inclusive a apresentação de estimativa de gastos, conforme previsto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

O mérito da proposta consiste exatamente, como salientado pelo autor da proposição, em preencher lacuna na regulamentação do FUNDEB, tornando juridicamente embasado o pagamento do abono aos profissionais do magistério, no âmbito de cada ente federado, quando o índice mínimo de 60% do FUNDEB, previsto na Emenda Constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006, não for atingido.

Da mesma forma, diante da lacuna existente na regulamentação atual do FUNDEB, também não está claro se os recursos



SF/18253.51117-86



4

3

não vinculados do Fundo podem ser utilizados para o pagamento, na extensão do abono, aos demais profissionais da educação.

Com a implementação do proposto pelo PLS nº 387, de 2018, torna-se claro o embasamento legal para o pagamento do abono aos profissionais do magistério. Além disto, a proposta confere garantia jurídica à decisão de cada ente federado sobre a extensão do abono a todos os profissionais da educação básica pública em efetivo exercício de suas atividades.

Desta forma, entendemos ser a proposta justa, meritória e digna de aprovação.

III – VOTO

Diante do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 387, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 387/2018)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O
PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 111, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 108, de 2018, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 35,100,000.00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará - PROFISCO II".

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho

04 de Dezembro de 2018



2

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho****PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 108, de 2018, da Presidência da República (nº 628, de 12 de novembro de 2018, na origem), que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II – PA”.



SF/1811051274-24

RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**I – RELATÓRIO**

A Mensagem nº 108, de 2018, da Presidência da República (nº 628, de 12 de novembro de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Estado do Pará junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II – PA”.

O Programa objetiva contribuir para o fortalecimento da governança fazendária e da transparência fiscal, a melhora da administração tributária e da gestão do crédito tributário e o aprimoramento da administração financeira e da qualidade do gasto público. Com isso, espera-se que a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará cumpra melhor a sua missão, que é *realizar a gestão fazendária com justiça fiscal, contribuindo para o equilíbrio das contas públicas, a promoção da cidadania e o desenvolvimento sustentável do Estado do Pará*.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), na forma da Recomendação nº 07/0121, de 28 de abril de 2017, homologada pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 24 de maio de 2017. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil sob o Registro de Operações Financeiras (ROF) TA821599 em 2 de fevereiro de 2018.

II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Cabe também a esta Casa dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo dos entes da Federação, inclusive suas autarquias e entidades controladas, e para a concessão de garantia da União para as referidas operações, conforme os incisos VII e VIII desse dispositivo constitucional.

Essas normas constam das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e nº 48, de 2007, todas do Senado Federal. A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000) também normatiza o tema, principalmente em seus arts. 32 e 40. Segundo o art. 29 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 2001, os pleitos referentes a operações de crédito sujeitas à autorização específica desta Casa serão encaminhados pelo Ministério da Fazenda com parecer técnico que demonstre o atendimento dos requisitos mínimos exigidos pela referida resolução. Já o art. 11 da Resolução nº 48, de 2007, detalha a instrução do pleito para a concessão de garantia da União.

Nesse sentido, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF) presta as devidas informações sobre as finanças da União, na condição de garantidora da operação, bem como analisa as informações referentes ao mutuário. No Parecer SEI nº 286, de 6 de julho de 2018, a Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Municípios (COPEM) da STN informa que o “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II –



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

PA” contará com contrapartida de até US\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América).

A COPEM declara que o Estado do Pará atende a regra de ouro das finanças públicas nos exercícios financeiros de 2017 e 2018, nos termos dos incisos I e II do § 1º do art. 6º da RSF nº 43, de 2001, visto que as receitas de operações de crédito são inferiores às despesas de capital nesses dois exercícios financeiros. Além disso, a COPEM atesta que o mutuário cumpre os limites de endividamento constantes dos incisos I a III do *caput* do art. 7º da RSF nº 43, de 2001, referentes, respectivamente, ao montante global de operações de crédito realizadas em um exercício em relação à receita corrente líquida (RCL), ao comprometimento anual com amortização e encargos em relação à RCL e à relação entre a dívida consolidada líquida e a RCL.

Ainda de acordo com a COPEM, existe declaração do Chefe do Poder Executivo do Estado do Pará, no Sistema de Análise de Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios (SADIPEM), comprovando que o programa está incluído no Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019 (Lei estadual nº 8.335, de 29 de dezembro de 2015), bem como conta com dotações necessárias e suficientes na Lei Orçamentária para o exercício de 2018 (Lei estadual nº 8.587, de 28 de dezembro de 2017) quanto ao ingresso dos recursos, ao pagamento dos encargos e ao aporte da contrapartida.

Em relação à adimplência, a COPEM afirma que o Estado do Pará está adimplente com os financiamentos e refinanciamentos concedidos pela União ou garantias por ela honradas, além de entender que a verificação da adimplência do ente relativamente ao pagamento de precatórios deverá ocorrer no momento da assinatura do contrato de garantia. Além do mais, a COPEM cita documentos do Poder Executivo estadual e do tribunal de contas competente que atestam a observância, pelo ente, dos gastos mínimos com saúde e educação e do pleno exercício da competência tributária.

Cabe destacar, entretanto, que o atendimento dos limites impostos às despesas com pessoal pela Lei de Responsabilidade (LRF) se encontra amparado em liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que o Estado



SF/1811051274-24



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

descumpre os valores máximos fixados para essa despesa no tocante à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas dos Municípios. De acordo com apurações efetuadas pelo próprio Estado, e disponibilizadas à STN em Declaração do Chefe do Poder Executivo, fica evidenciado que esses dois órgãos descumpriram o limite máximo dessa despesa nos seis quadrimestres apresentados, que abrangem o 2º quadrimestre de 2016 até o 1º quadrimestre de 2018.

Em princípio, isso impediria o Estado do Pará de ser autorizado a contratar operação de crédito e a obter garantia da União, conforme determinação expressa nos §§ 3º e 4º do art. 23 da LRF. Ocorre que, por força da tutela provisória obtida junto ao STF na Ação Cível Originária (ACO) nº 3.133, em 21 de junho de 2018, por intermédio do relator Ministro Gilmar Mendes, o descumprimento dos referidos preceitos legais não configura empecilho à realização da operação de crédito em exame, que foi listada na petição inicial do ente.

A COPEM revela ainda que a União apresenta margem para a concessão da garantia pleiteada. Ao final do 1º quadrimestre de 2018, de acordo com o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores do Relatório de Gestão Fiscal da União, o total de garantias concedidas pela União estava em 38,26% (trinta e oito inteiros e vinte e seis centésimos por cento) de sua RCL, logo, abaixo do limite de 60% (sessenta por cento) estabelecido pelo art. 9º da RSF nº 48, de 2007. Adicionalmente, a COPEM relata que, por meio de declaração do Chefe do Poder Executivo no SADIPEM, o ente declara que não firmou contrato na modalidade de Parceria Público-Privada.

Ademais, a COPEM cita o Memorando SEI nº 69, de 26 de junho de 2018, emitido pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP) da STN. Esse documento demonstra que o custo efetivo da operação, flutuante conforme a variação da taxa *Libor* de três meses para o dólar dos Estados Unidos da América, mais a margem variável definida pelo BID, está situado em 4,20% (quatro inteiros e dois décimos por cento) ao ano para uma *duration* de 11,79 anos, que é inferior ao custo estimado das emissões da União na mesma moeda, o qual se situa em 6,51% (seis inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) ao ano para a mesma *duration*. Portanto, é desnecessária a inclusão de cláusula no contrato proibindo a securitização da operação de crédito.



SF/1811051274-24



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Em resposta à garantia a ser concedida pela União, o Estado do Pará oferecerá contragarantias sob a forma de vinculação da parcela estadual da arrecadação com impostos federais, conforme previsto nos arts. 157 e 159 da Constituição Federal, e das receitas próprias estaduais a que se refere o art. 155 também da Carta Magna, bem de como outras garantias em direito admitidas. Essas contragarantias, previstas na Lei estadual nº 8.553, de 20 de novembro de 2017, são consideradas suficientes para ressarcir a União, caso esta honre compromisso na qualidade de garantidora da operação junto ao BID, segundo o Memorando SEI nº 41, de 5 de julho de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI) da STN.



De mais a mais, a COPEM expõe que a operação de crédito pleiteada é elegível, relativamente aos riscos do Tesouro Nacional, para a concessão de garantia da União, visto que se trata, nos termos do inciso II do art. 12 da Portaria MF nº 501, de 2017, de financiamento a ser contratado junto a organismo multilateral de crédito, com a finalidade de financiar projeto de investimento para melhoria da administração das receitas e da gestão fiscal, financeira e patrimonial, no âmbito de programa proposto pelo Poder Executivo federal. Por fim, a COPEM científica que o ente alega que observará a restrição da LRF sobre restos a pagar nos dois últimos quadrimestres do mandato de titular de Poder ou órgão.

Por sua vez, a Coordenação-Geral de Operações Financeiras Externas da União (COF) da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio do Parecer SEI nº 92, de 2 de agosto de 2018, frisa que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, que se encontra de acordo com o que preceitua a legislação vigente.

III – VOTO

Ante o exposto, apresentamos voto favorável à autorização pleiteada na Mensagem nº 108, de 2018, nos termos do seguinte:





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).



SF/1811051274-24

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação expressa no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o *caput* destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Pará – PROFISCO II – PA”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Estado do Pará;



8

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

II – credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 35.100.000,00 (trinta e cinco milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de desembolso: o prazo original de desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor do contrato de empréstimo, sendo que qualquer prorrogação do prazo original de desembolsos deverá contar com a anuência do garantidor;

VI – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 4.971.670,48 (quatro milhões, novecentos e setenta e um mil e seiscentos e setenta dólares dos Estados Unidos da América e quarenta e oito centavos) em 2018, US\$ 7.254.799,65 (sete milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil e setecentos e noventa e nove dólares dos Estados Unidos da América e sessenta e cinco centavos) em 2019, US\$ 11.076.075,01 (onze milhões, setenta e seis mil e setenta e cinco dólares dos Estados Unidos da América e um centavo) em 2020, US\$ 8.645.615,73 (oito milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil e seiscentos e quinze dólares dos Estados Unidos da América e setenta e três centavos) em 2021 e US\$ 3.151.839,13 (três milhões, cento e cinquenta e um mil e oitocentos e trinta e nove dólares dos Estados Unidos da América e treze centavos) em 2022.

VII – amortização: prestações semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira até 66 (sessenta e seis) meses e a última até 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

VIII – juros: exigidos sobre os saldos devedores diários a uma taxa de juros anual baseada na *Libor* para cada trimestre mais a margem aplicável para empréstimos do capital ordinário do credor, enquanto o empréstimo não tiver sido objeto de conversão;

IX – conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato de empréstimo, desde que haja anuência prévia do garantidor, que será manifestada pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda;

X – comissão de crédito: até 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, com incidência a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato de empréstimo;

XI – despesas com inspeção e supervisão gerais: em determinado semestre, até 1% (um por cento) do valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.



SF/1811051274-24



10

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, bem como quanto ao pagamento de precatórios judiciais;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Estado do Pará e a União, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

11

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





12

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 108/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 112, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2016, do Senador Telmário Mota, que Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senadora Rose de Freitas

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2016, do Senador Telmário Mota, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade serão devidos na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.



RELATORA: Senadora **ROSE DE FREITAS**

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 143, de 2016, de autoria do Senador Telmário Mota, que determina o pagamento do salário-maternidade e a concessão da licença-maternidade na hipótese de adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.

O art. 1º do projeto altera a Lei nº 8.213, de 1991, para estender o pagamento do salário-maternidade quando da adoção de adolescente, de até 18 anos.

Já o art. 2º da proposição altera a CLT para especificar a idade do adolescente, de até 18 anos, para a concessão da licença-maternidade à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.

Na justificção da proposição, o autor defende a necessária extensão da concessão da licença-maternidade, assim como do salário-



2³

maternidade, à adoção de adolescentes e não somente de crianças até 8 anos. Ressalta, ainda, que a proposição atuará para incentivar a adoção no país.

O PLS foi inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. Após a aprovação do Requerimento nº 498, de 2016, a matéria veio para apreciação desta CAE. Após, deverá retornar à CAS. Se aprovada a matéria, a lei terá vigência imediata.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, analisar os aspectos econômicos e financeiros da matéria.

A Constituição Federal (CF) estabelece, no art. 48, que cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União. E, nos termos do art. 22, da Carta Magna, compete privativamente à União legislar sobre direito do trabalho e seguridade social.

No que diz respeito à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa não há impedimentos à tramitação da proposição.

O PLS vem harmonizar-se ao avanço da legislação que caminha no sentido de eliminar a discriminação entre mãe natural e mãe adotiva e, ainda, de conceder igualdade de tratamento entre filhos biológicos e adotivos.

A alteração mais recente nesse sentido deu-se com a aprovação da Lei nº 13.509, de 2017, que tratou de expandir, também para a adoção de adolescentes, o direito já concedido à licença-maternidade à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de crianças.

A modificação do PLS ao art. 392 da CLT apenas traz a definição de adolescente do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para o qual adolescente é aquele de 12 a 18 anos. Portanto, torna mais clara a novidade trazida pela Lei nº 13.509.

Ocorre que a referida Lei não alterou a Lei nº 8.213, de 1991, quanto à concessão do salário-maternidade aos adotantes de crianças e



adolescentes. De modo que há previsão apenas de pagamento de salário-maternidade no caso da adoção de crianças e não de adolescentes. Entretanto, o pagamento do salário-maternidade decorre do gozo da licença-maternidade. Entendemos, assim, que a modificação proposta pelo PLS nº 143 harmoniza a legislação previdenciária, a Lei nº 8.213, à alteração trabalhista na CLT.

Em termos econômicos e financeiros, espera-se reduzido impacto da medida uma vez que o número de adoções é ainda baixo. Em 2017, de acordo com o Cadastro Nacional da Adoção, ocorreram em torno de 1.142 adoções no Brasil. Além disso, os dados de outubro deste ano da Previdência Social mostram que o salário-maternidade representou somente 9% do valor dos benefícios concedidos. Percebe-se que o impacto na concessão de salário-maternidade decorrente de adoções seria pequeno.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2016.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALÍRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 143/2016)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O
PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 113, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 1, de 2018, que Encaminha, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 1º trimestre de 2018.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador José Agripino

04 de Dezembro de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do senador JOSÉ AGRIPINO

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 1, de 2018 (nº 13, de 2018, na origem), que encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2018.

RELATOR: Senador **JOSÉ AGRIPINO**

I – RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Presidente da República encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2018.

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos nº 56, de 2017, do Banco Central (BC), encaminhando a referida programação e sua justificativa, com estimativa para as faixas de variação dos principais agregados monetários e análise da evolução recente da economia nacional.

O BC estimou a evolução da base monetária restrita, composta do papel-moeda emitido e das reservas bancárias, da base monetária ampliada, constituída pela base monetária restrita e pelos títulos públicos federais fora da carteira do BC, dos agregados monetários M1, que engloba o papel-moeda em poder do público e os depósitos à vista, e M4, que, além do M1, inclui depósitos a prazo e títulos de alta liquidez.

Inicialmente, apresenta uma perspectiva sobre a evolução da economia no primeiro trimestre de 2018, destacando: (i) a recuperação gradual da economia brasileira a partir do crescimento do consumo, amparado pelo aumento do poder de compra da população em função da queda da inflação;



SF/18490.66057-85



(ii) o ainda alto nível de ociosidade dos fatores de produção, com baixos índices de utilização da capacidade da indústria e alta taxa de desemprego; (iii) quadro externo favorável; e (iv) medidas de inflação em níveis confortáveis, com possível propagação por mecanismos inerciais produzindo trajetória de prospectiva de inflação abaixo do esperado. A conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa sobre a economia.

O relatório salienta, entretanto, que uma frustração das expectativas sobre a continuidade das reformas e ajustes necessários na economia brasileira pode afetar prêmios de risco e elevar a trajetória da inflação no horizonte relevante para a política monetária, o que se intensifica com a reversão do corrente cenário externo favorável a economias emergentes.

Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamento nos conceitos M1 e M4 mantiveram-se dentro dos intervalos de flutuação estabelecidos pela Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2017.

Para as metas indicativas dos agregados monetários para o primeiro trimestre e para o ano de 2018, considerou-se o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, consistente com o regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal de alta liquidez, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal.

Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em doze meses esperado para M4 corresponde a 8,6% no primeiro trimestre de 2018.

A relação entre o M4 e o PIB deverá apresentar expansão ao longo do primeiro trimestre de 2018 e relativa estabilidade no restante do ano,



SF/18490.66057-85



mantendo-se consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis em doze meses.

II – ANÁLISE

Nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, cabe a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) emitir parecer sobre a Programação Monetária encaminhada a esta Casa trimestralmente. O parecer servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, sendo vedada qualquer alteração, consoante determinação contida no § 3º do artigo supramencionado.

Com a adoção do Plano Real, o Congresso Nacional passou a participar de forma mais ativa na definição de parâmetros e metas relativas à evolução da oferta de moeda e crédito na economia. Com efeito, as autoridades monetárias – além das audiências públicas em comissões nas duas casas do Congresso, em conjunto ou separadamente – têm o dever de encaminhar ao Senado Federal a Programação Monetária para cada trimestre do ano civil.

Em virtude da adoção do regime de metas de inflação, a partir de 1999, a taxa básica de juros passou a constituir o principal instrumento de política monetária para manter a inflação dentro dos intervalos de tolerância. Nesse contexto, o controle da evolução dos agregados monetários deixou de ser instrumento relevante de política monetária, apenas mantido como obrigação legal a ser cumprida e como medida coadjuvante no processo de controle do nível geral de preços.

O Relatório sobre a Programação Monetária para o primeiro trimestre e para o ano de 2018 mostra projeções tecnicamente consistentes. Para o ano de 2018, destaque para a ampliação de 5,1% para o total dos meios de pagamento no conceito de M1 e de ampliação de 5,5% para a base monetária restrita, de 7,8% no conceito de M4 e de 10,6% da base monetária ampliada.

A expansão monetária projetada é compatível com a inflação esperada, cuja expectativa de mercado está abaixo da meta central de 4,5% para o ano.

III – VOTO



SF/18490.66057-85



5
4

Pelas razões expostas, voto pela aprovação da Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2018, nos termos do seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2018

Aprova a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2018.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária para o primeiro trimestre de 2018, nos termos da Mensagem nº 1, de 2018 (nº 13, de 2018, na origem), do Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 1/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 114, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 109, de 2018, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará, e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará".

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho

04 de Dezembro de 2018



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho****PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem nº 109, de 2018 (nº 629, de 12 de novembro de 2018, na origem), da Presidência da República, que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará".*



SF/18812.31961-47

Relator: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO**I – RELATÓRIO**

Com a Mensagem nº 109, de 2018, o Presidente da República solicita que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da União, entre o Governo do Estado do Pará e a Corporação Andina de Fomento - CAF, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinados ao financiamento parcial do Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará – componente Saneamento Básico, Desenvolvimento Urbano e Infraestrutura Física e Logística de Comunicação.

Dentre a documentação que acompanha a Mensagem, destacam-se a Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda nº 116, de 25 de setembro de 2018; o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nº 119/COF, de 27 de agosto de 2018; e o parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 336/COPEM/SURIN, de 23 de agosto de 2018.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

O empréstimo pretendido foi credenciado pelo Banco Central do Brasil e as suas condições financeiras inseridas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número TA834612.

II – ANÁLISE

Em conformidade com o disposto no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, e dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive para a concessão de garantia por parte da União.

A matéria está regulamentada pelas Resoluções do Senado Federal nº 48, de 2007, que trata das operações de crédito e da concessão de garantia da União, e nº 43, de 2001, relativa às operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Em seu parecer nº 119/COF, de 2018, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), constata o cumprimento de todas as exigências legais pertinentes ao atendimento do pleito, especialmente o observado no parecer nº 366/COPEM/SURIN, de 23 de agosto de 2018, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), referente aos limites e demais condições de endividamento, concluindo por manifestação favorável à concessão da garantia da União.

Destaca-se que, com relação às despesas com pessoal, conforme previsto no art. 23 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a PGFN salienta que a STN esclareceu que o estado se encontra amparado por decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Cível Ordinária (ACO) nº 3.133, em que o Ministro Relator Gilmar Mendes deferiu nos seguintes termos:

“(…) defiro a tutela provisória, tão somente para que o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange aos limites de gastos com pessoal, por parte da Assembleia Legislativa e do



4

**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, não configure empecilho à realização de operações de crédito que envolva o Estado do Pará”.

Salienta a PGFN que previamente à formalização da garantia da União, deve-se verificar a manutenção desta liminar.

Destacada a decisão do STF e verificando que se encontram cumpridas as demais exigências de praxe, entendemos ser passível a concessão da autorização necessária para a celebração da operação de crédito em análise.

**III – VOTO**

Diante do exposto, considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Cível Ordinário nº 3.133, e que o pleito do Estado do Pará cumpre os demais requisitos necessários à celebração de operação de crédito, bem como quanto à concessão de garantia por parte da União, manifestamos voto favorável à matéria, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento - CAF no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo Único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação financeira referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Credor: Corporação Andina de Fomento - CAF;

II – Devedor: Estado do Pará;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor da Operação: US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: Taxa Libor Semestral acrescido de spread a ser definido na data da assinatura do contrato, podendo nos primeiros 8 anos de vigência do contrato, a CAF financiar 0,10% a.a. da taxa de juros;

VI – Atualização monetária: Variação cambial;

VII – Prazo total: 192 (cento e noventa e dois) meses;

VIII – Prazo de carência: 54 (cinquenta e quatro) meses;

IX – Prazo de amortização: 138 (cento e trinta e oito) meses;

X – Demais encargos e comissões: Comissão de Compromisso de 0,35% a.a. sobre o saldo não desembolsado do empréstimo; Comissão de Financiamento de 0,85% a.a. sobre o montante total contratado, pago no mais tardar no primeiro desembolso; Gastos de avaliação de US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pago no mais tardar no primeiro



SF/18812.31961-47



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

desembolso; e Juros de mora de 2,0% a.a. acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo negociado.

§ 1º As datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros e dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará:

a) a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal.

b) o atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

c) o disposto no § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12/04/2018; e

d) a manutenção da decisão liminar proferida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Cível Ordinária nº 3.133 em favor do Estado.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.



SF/18812.31961-47



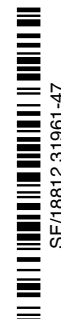
**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO**(MSF 109/2018)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 115, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Emenda(s) da Câmara dos Deputados nº 3, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2015, que Altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que 'dispõe sobre as Sociedades por Ações', para ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Garibaldi Alves Filho

RELATOR: Senador Tasso Jereissati

04 de Dezembro de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Emenda da Câmara nº 3, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2015 (PL nº 7.609, de 2017, na origem), do Senador Ronaldo Caiado, que *altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que 'dispõe sobre as Sociedades por Ações', para ampliar para R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.*



SF/18157.66419-39

RELATOR: Senador **TASSO JEREISSATI**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a Emenda da Câmara nº 3, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2015 (PL nº 7.609, de 2017, na origem), do Senador Ronaldo Caiado, que *altera o art. 294 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que E*

A Emenda acrescenta art. 2º ao projeto de lei, renumerando-se o atual como art. 3º, para prever que a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescida do art. 289-A.

O artigo estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2022, as publicações a que se refere o *caput* do art. 289 obedecerão às seguintes condições: I – deverão ser efetuadas em jornal de grande circulação, editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos no sítio do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos no sítio próprio, emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil); II - no caso





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

de demonstrações financeiras, a publicação de forma resumida deverá conter, no mínimo, em comparação com os dados do exercício social anterior, informações ou valores globais relativos a cada grupo e respectiva classificação de contas ou registros, assim como extratos das informações relevantes contempladas nas notas explicativas e nos pareceres dos auditores independentes e do conselho fiscal, se houver.

A Emenda foi distribuída a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

II – ANÁLISE

A emenda trata de matéria inserida na competência legislativa privativa da União, conforme o disposto no art. 22, inciso I, da Constituição, segundo o qual compete à União legislar privativamente sobre direito comercial.

Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria e é legítima a iniciativa parlamentar, conforme o disposto nos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Quanto à juridicidade, a emenda se afigura irretocável, porquanto: *i)* o *meio* eleito para o alcance dos objetivos pretendidos (normatização via edição de lei) é o adequado; *ii)* o assunto nele vertido *inova* o ordenamento jurídico; *iii)* possui o atributo da *generalidade*; *iv)* se afigura dotado de potencial *coercitividade*; e *v)* é compatível com os *princípios diretores do sistema de direito pátrio*.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Quanto ao mérito da proposição, manifestamo-nos por sua aprovação.

A Emenda tem por objetivo desburocratizar e simplificar a publicidade dos atos societários da sociedade anônima, dispensando a publicação integral impressa em jornal de grande circulação e na imprensa oficial.



SF/18157.66419-39





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

De acordo com a Emenda, os atos societários passarão a ser publicados de forma resumida em órgão da imprensa de grande circulação na localidade sede da companhia e de forma integral no endereço eletrônico do jornal na internet, com certificação digital da autenticidade por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Vale destacar que a regra valerá para todas as sociedades anônimas e não somente para as sociedades anônimas de capital fechado que façam jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários.



Concordamos com a fixação de prazo de adaptação das novas regras, estabelecido a partir de 1º de janeiro de 2022, de forma a garantir razoável acomodação do mercado à alteração da sistemática de publicação dos atos societários.

Desse modo, acreditamos que a Emenda sugerida preserva a publicidade, a transparência, a confiabilidade e a segurança necessárias para o acompanhamento dos atos societários e de gestão da sociedade anônima pelo público estratégico e pelas pessoas interessadas nos resultados da organização empresarial.

III – VOTO

Em vista de todo o exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da Emenda da Câmara nº 3, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 286, de 2015, e, no mérito, por sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(ECD 3/2018)

**A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O
PARECER DA CAE, FAVORÁVEL À MATÉRIA.**

04 de Dezembro de 2018

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 116, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 110, de 2018, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50,000,000.00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado do Pará e o New Development Bank - NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará".

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho

04 de Dezembro de 2018



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho****PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem nº 110, de 2018, da Presidência da República (nº 630, de 12 de novembro de 2018, na origem), que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Estado do Pará e o New Development Bank – NDB, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”*.



SF/18157.26084-90

Relator: Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO****I – RELATÓRIO**

É submetido à apreciação do Senado Federal pleito do Estado do Pará, que solicita autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o *New Development Bank – NDB*.

Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”, que objetiva contribuir para a melhoria da infraestrutura de mobilidade urbana e de drenagem em municípios do Estado do Pará.

A operação de crédito externo pretendida encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o número TA835027.

Com efeito, ela será contratada com base na taxa de juros *LIBOR* semestral para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescida de uma margem



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

fixa de 1% (um por cento) ao ano, devendo apresentar custo efetivo da ordem de 4,40% (quatro inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, flutuante com a variação da *LIBOR*. Esse custo efetivo é inferior ao custo para emissões da União, que se situa em 5,61% (cinco inteiros e sessenta e um centésimos por cento) ao ano, para a mesma *duration* de 8,65 anos.

**II – ANÁLISE**

A análise da presente operação de crédito externo fundamenta-se no art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal e visa examinar o cumprimento das determinações das Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, e 48, de 2007, todas do Senado Federal, e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Essas são as normas que regulam os limites e condições para a contratação de operações de crédito internas e externas, inclusive concessão de garantia, nos três níveis de governo.

De imediato, constata-se que a atual situação de endividamento do Estado do Pará comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo.

Como ressaltado no Parecer SEI nº 340 da Coordenação-Geral de Operações de Crédito dos Estados e Estados – COPEM, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, de 23 de agosto de 2018, anexo à Mensagem encaminhada ao Senado Federal, o Estado do Pará atende os limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Em particular, os limites definidos nos incisos I, II e III do art. 7º da Resolução nº 43, de 2001, que tratam, respectivamente, do montante anual passível de contratação de operações de crédito, do montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida com amortizações, juros e demais encargos financeiros da dívida consolidada e do montante da dívida consolidada dos Estados.

Por seu turno, fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco de a União conceder a garantia solicitada, a STN entendeu que o Estado do Pará apresenta suficiência das contragarantias oferecidas e capacidade de pagamento para fazer frente a esse acréscimo de endividamento, além do já mencionado custo



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

efetivo da operação pretendida, favorável relativamente aos custos incorridos pela União.

Assim, embasada em estudo sobre o comprometimento das transferências federais e das receitas próprias do Estado, a STN afirma que as margens disponíveis apuradas são suficientes para cobrir eventual dívida que venha a ser honrada pela União, conforme consignado no Memorando SEI nº 51, de 15 de agosto de 2018, da Coordenação-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, da STN.

Ainda nesse contexto, cabe destacar a previsão do oferecimento de contragarantias por parte do Estado do Pará, conforme os termos da Lei Estadual nº 8.574, de 14 de dezembro de 2017, autorizativa da presente operação de crédito. Para tanto, é prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro Nacional para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas a que se referem os arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias de que trata o art. 155, nos termos do art. 167, § 4º, todos da Constituição Federal, e de outras em direito admitidas. Destaque-se ainda que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado do Pará nos últimos anos, nem registro de pagamentos em atraso de parcelas de operação de crédito com garantia da União.

Mais ainda, de acordo com a Coordenação-Geral das Relações e Análise Financeira dos Estados e Estados – COREM, da STN, em sua Nota SEI nº 73, de 5 de julho de 2018, os resultados financeiros obtidos na análise, em conformidade com os parâmetros definidos na Portaria MF nº 501, de 2017, demonstram que o Estado possui capacidade de pagamento “B”, atendendo, assim, a um dos requisitos de elegibilidade para recebimento de garantia da União.

Por fim, quanto às exigências de adimplência, fica destacado no mencionado Parecer da COPEM que o Estado do Pará não possui pendências com a União relativamente aos financiamentos e refinanciamentos dela recebidos. Quanto à verificação de adimplência financeira do Estado em relação à Administração Pública Federal e suas entidades controladas, inclusive sobre a prestação de contas dos recursos dela recebidos, nos termos da Resolução nº 41, de 2009, do Senado Federal, a adimplência referida deverá ser verificada por ocasião da assinatura do contrato de garantia.

Dessa forma, entendemos, o Estado do Pará observa os requisitos de elegibilidade exigidos e indispensáveis à possível concessão de garantia da União.



SF/18157.26084-90



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Relativamente às demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, e pela LRF, são elas substancialmente atendidas pelo Estado do Pará, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão, cabendo destacar, entretanto, que o atendimento dos limites impostos aos gastos com pessoal pela LRF encontra-se amparado em liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que o Estado descumpra os valores máximos fixados para essa despesa no tocante à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas dos Municípios.



De acordo com apurações efetuadas pelo próprio Estado, e disponibilizados à STN em Declaração do Chefe do Poder Executivo, fica evidenciado que a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas dos Municípios descumpriram o limite máximo dessa despesa nos seis quadrimestres apresentados, que abrangem o 2º quadrimestre de 2016 até o 1º quadrimestre de 2018, o que, em princípio, impediria o Estado de ser autorizado a contratar a operação de crédito e a obter a garantia da União, conforme determinação expressa nos §§ 3º e 4º do art. 23 da LRF.

A tutela provisória obtida junto ao STF na Ação Cível Originária (ACO) nº 3.133, em 21 de junho de 2018, por meio do relator Ministro Gilmar Mendes, permite ao Estado que o descumprimento dos referidos preceitos legais não configure empecilho à realização da operação de crédito em exame.

Em suma, satisfeitas as condições estipuladas pelas referidas resoluções do Senado Federal, não há motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

III – VOTO

O pleito encaminhado pelo Estado do Pará encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte:





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Estado do Pará a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o *New Development Bank – NDB*, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Pará autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o *New Development Bank – NDB*, no valor de até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observada a vedação determinada no art. 15 da Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Municípios Sustentáveis do Estado do Pará”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – Devedor: Estado do Pará;

II – Credor: *New Development Bank – NDB*;

III – Garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – Valor: até US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – Juros: taxa *LIBOR* relativa ao dólar dos Estados Unidos da América de 6 (seis) meses mais taxa fixa de 1,1% (um inteiro e um décimo por cento) ao ano;



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

VI – Juros de Mora: 2% (dois por cento) anuais acima dos juros estabelecidos no contrato de empréstimo;

VII – Cronograma Estimativo de Desembolsos: US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US\$ 10.000.000,00,00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020 e US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021;

VIII – Comissão de Compromisso: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) anual, sendo que 12 (doze) meses após a assinatura do contrato de empréstimo esse percentual será aplicado sobre o valor de 15% (quinze por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado, 24 (vinte e quatro) meses após a assinatura do contrato de empréstimo será aplicado sobre o valor de 45% (quarenta e cinco por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado, 36 (trinta e seis) meses após a assinatura do contrato de empréstimo será aplicado sobre o valor de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do empréstimo menos o montante desembolsado e 48 (quarenta e oito) meses e depois disso será aplicado sobre o valor total do empréstimo não desembolsado;

IX – Comissão de Financiamento: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do montante do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato de empréstimo;

X – Prazo de Amortização: 138 (cento e trinta e oito) meses, após carência de 54 (cinquenta e quatro) meses.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, bem como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Será exigida nova autorização do Senado Federal, caso ocorram alterações nas condições financeiras do empréstimo antes da assinatura do contrato que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.



**SENADO FEDERAL****Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho**

Art. 3º Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Pará na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Pará celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam o arts. 155, 157 e 159, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Estado do Pará quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e quanto aos precatórios, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18157.26084-90





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





10

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 110/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 117, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Requerimento da Comissão de Assuntos Econômicos nº 9, de 2018, do Senador Armando Monteiro, que Requeiro, nos termos regimentais, a criação de grupo de trabalho de propostas que reduzam os spreads bancários, com foco nos efeitos produzidos pelas inovações tecnológicas que induzam o aumento da competição no mercado financeiro.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: -

04 de Dezembro de 2018



RELATÓRIO

GRUPO DE TRABALHO

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

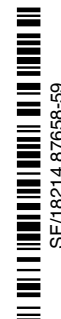
(Criado por meio do Requerimentos nº 9/2018-CAE)

**Inovação e Competição: novos caminhos para
redução dos *spreads* bancários (custos e margens
da intermediação financeira)**

Presidente: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Relator: Senador Armando Monteiro (PTB-PE)

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2018.



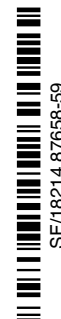
I - Introdução

Desde o início dos anos 80 a preocupação central da política econômica no Brasil residia em solucionar desequilíbrios macroeconômicos, como crises cambiais ou no balanço de pagamentos, hiperinflação e desarranjos fiscais.

Essa agenda relegou a segundo plano reformas microeconômicas que afetam a melhoria do ambiente de negócios. Não é por acaso que o acúmulo de distorções nesse campo contribuiu para a estagnação da produtividade do País observada nas últimas três décadas. Por exemplo, o crescimento médio da produtividade do trabalho no período de 1980-2016 foi de apenas 0,6% ao ano, quando no intervalo de 1950-80, foi sete vezes maior (4,2% ao ano). Já a produtividade total dos fatores, que mede a eficiência geral da economia, no período 1987-2015 apresentou desempenho semelhante: 0,5% ao ano em média.

Portanto, foi a partir dessa visão, que desde do ano passado, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado vem dando absoluta prioridade a essa agenda.

Sabemos que a questão da produtividade está associada aos investimentos em capital físico e em educação/qualificação de mão de obra (o chamado capital humano). No entanto, avaliamos que existe um enorme espaço para melhoria do ambiente de operação das empresas.



Esse ambiente institucional é moldado pela funcionalidade nas áreas tributárias, do crédito, da regulação, da segurança jurídica e desburocratização e da competição nos mercados.

Nesse sentido, o Grupo de Trabalho de Reformas Microeconômicas indicou 20 proposições legislativas e um conjunto de recomendações ao Executivo tendo como objetivos gerais a simplificação tributária e redução de obrigações acessórias, melhoria das condições no mercado de crédito, redução de burocracia e de custos de transação, definição de regras claras e estáveis para investimentos em infraestrutura.

Dando continuidade a esse esforço é que por meio do Requerimento nº 9, de 2018-CAE, solicitei a criação de Grupo de Trabalho para elencar um conjunto de propostas que reduzam os spreads bancários, com foco nos efeitos produzidos pelas inovações tecnológicas que induzam o aumento da competição no mercado financeiro.

Há o reconhecimento, inclusive por parte do próprio Banco Central, que os spreads bancários e o custo de financiamento do capital no Brasil são desproporcionalmente elevados para qualquer padrão de comparação internacional. Uma queda estrutural e sustentável do custo do crédito contribuiria para o aumento da eficiência e da produtividade da economia. Portanto, faz-se necessário estimular uma agenda de incentivo à adimplência e a execução de garantias, promoção da queda dos custos administrativos e de estímulo à concorrência.

Além disso, o mercado financeiro está experimentando um processo de inovações disruptivas que pode ser traduzido pela emergência das fintechs. A entrada dessas startups, muitas delas independentes das instituições financeiras tradicionais, está tendo impactos diretos sobre o bem-estar da sociedade e na promoção de um sistema financeiro mais



SF/18214.87658-59



eficiente e inclusivo a partir da: 1) aumento da oferta de crédito com redução de tarifas e juros; 2) inclusão de milhões de micro e pequenos empreendedores e da população desbancarizada não atendidos pelos incumbentes históricos; 3) modelos de negócios mais próximos dos usuários finais; 4) atendimentos customizados; e 5) oferta de produtos e serviços por meio de Internet e tecnologias móveis.

Portanto, para garantir que os benefícios dessas inovações possam ser disseminados e ampliados no Brasil é que se propõe um conjunto de medidas, que incluem proposições legislativas e recomendações ao Banco Central (órgão regulador) e ao CADE, instituição responsável pela defesa da concorrência.

O sentido é de reduzir barreiras regulatórias, eliminar práticas anticompetitivas, fortalecer o sistema de garantias e reduzir assimetrias e rigidez informacional entre os agentes de mercados. Dessa forma, acreditamos que é possível estimular a participação desses novos entrantes sem descuidar da necessária regulação prudencial que envolve o sistema financeiro.

Com isso esperamos contribuir para uma maior inclusão financeira, sobretudo de pequenas e médias empresas, com uma redução sustentável e firme dos spreads bancários, evitando políticas impositivas para variáveis de mercado de crédito e de meios de pagamentos, como fixação de preços ou limites para taxa de juros e prazos de operação.

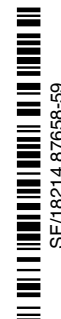
Para orientar os trabalhos do grupo apresentei o Requerimento nº 11, de 2018-CAE, para a realização de audiência pública destinada a debater o tema: Inovação e Competição: novos caminhos para redução dos *spreads* bancários (custos e margens da intermediação financeira). Assim sendo, em 20 de março de 2018, foi realizada a audiência pública com a



presença da senhora Ana Carla Abrão, Sócia da consultoria Olyver Wyman; e dos senhores Paulo Solmucci, Presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços - UNECS; Augusto Lins, Presidente da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos - Abipag; Raphael Guarilha, Chefe de Inovação da Stone; e Ênio Meinen, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB.

Também apresentei os Requerimentos nºs 22 e 23, de 2018-CAE, para a realização de outras audiências para debater o mesmo tema. Dessa forma, foi realizada, em 24 de abril de 2018, audiência pública com a presença dos Senhores Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Vinícius Carrasco, Professor da PUC-Rio e Economista-Chefe da Stone; e Bruno Magrani, Representante do Nubank. Em 5 de junho de 2018, foi realizada audiência pública com a presença dos Senhores Otávio Ribeiro Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil; João Manoel Pinho de Mello, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda; e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE.

A seguir, realizamos um breve diagnóstico da questão do *spread* bancário, observando seus principais componentes e determinantes. Em sequência, analisamos como as inovações tecnológicas podem permitir a redução dos *spreads* bancários, em função da emergência das *fintechs* e também discutimos o papel exercido pelas cooperativas de crédito. Posteriormente, apresentamos um resumo dos principais avanços legislativos e das medidas adotadas pelo Banco Central para diminuir a margem bruta do crédito em geral. Depois, relatamos tanto resumido quanto possível as oitivas realizadas nas audiências públicas e as sugestões apresentadas. Por fim, elencamos algumas conclusões e defendemos a



aprovação de proposições legislativas e recomendações ao Banco Central e ao CADE que contribuiriam para a redução sustentada dos *spreads* bancários.

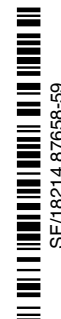
II – *Spreads* Bancários: Conceito e Decomposição

O tema do *spread* bancário já foi motivo de análise por grupo de trabalho no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos e de diversos pronunciamentos no âmbito do Parlamento Nacional. O Banco Central do Brasil também tem se debruçado sobre o tema há mais de uma década. Houve, recentemente, concomitante às análises no âmbito desta Comissão, uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o propósito de investigar as margens bancárias no cartão de crédito e no cheque especial. De sorte que é um problema complexo que exige análises e ações que aprimorem o ambiente institucional do País.

O objeto do presente Grupo de Trabalho foi analisar o *spread* bancário para entender em que medida a inovação tecnológica pode contribuir para o aumento da competitividade e para questionar as margens da intermediação financeira.

Dessa forma, antes de analisarmos o papel da inovação tecnológica para o aumento da competitividade no setor financeiro, vamos analisar as causas dos altíssimos *spreads* bancários no Brasil.

A primeira particularidade que temos que observar é que, no Brasil, parte significativa do crédito só pode ser empregada em operações com determinada finalidade. É o chamado crédito com recursos direcionados, sendo os exemplos mais comuns o crédito rural, o



financiamento imobiliário e os empréstimos do BNDES. Isso significa que boa parte (atualmente, cerca de 50%) dos recursos captados pelas instituições financeiras são emprestados a juros tabelados.

O direcionamento da ordem de 50% do crédito total é uma anomalia do Brasil. Essa anomalia repercute nas taxas dos empréstimos livres, na comparação entre taxas de juros do Brasil com outros países e até mesmo na taxa básica de juros necessária para conter a inflação.

Para exemplificar, o *spread* bancário é estimado e divulgado pelo Banco Mundial como tendo sido da ordem de 38,4% para o Brasil em 2016. Ocorre que o Banco Central do Brasil divulga que o *spread* bancário foi da ordem de 22,7% em dezembro de 2016.

A diferença é resultante do fato de que o Banco Mundial divulga o *spread* bancário para taxas livres do Brasil, ou seja, aquelas que as instituições financeiras podem pactuar livremente com o tomador do empréstimo em contraposição aos empréstimos direcionados com taxas de juros reguladas. Dessa forma, na grande maioria dos países, crédito imobiliário, crédito rural e outros créditos, que no Brasil são em boa parte direcionados, também fazem parte do cálculo do *spread* bancário divulgado, pois são livremente negociadas, ao passo que, no Brasil, essas linhas de crédito são controladas em sua maior parte, portanto, excluídas do cálculo comparativo do Banco Mundial.

Em verdade, o altíssimo *spread* bancário, em 2016, para usar o mesmo ano da comparação feita pelo Banco Mundial e trazida por expositores nas audiências públicas, foi de 22,7% ao ano, sendo 39,9% para recursos livres e de cerca de 3,7% para os empréstimos com recursos direcionados.



Dessa forma, ao analisarmos qualquer operação de crédito, temos que observar se ela é concedida com recursos livres ou com recursos direcionados, que representam cerca de 50% do total do crédito.

Portanto, com alto nível de crédito direcionado apenas parte dos recursos captados é emprestada com juros livremente negociados.

Deve-se observar também que estamos quase sempre, ao falar de *spreads* bancários, tratando de médias, pois há uma miríade de taxas de juros, refletindo diferentes modalidades de tomador, garantias, prazos, etc.

Especificamente, ao analisarmos os juros, logo observamos que i) os *spreads* no segmento livre são elevados; e ii) as operações com garantia tendem a ser as mais baratas, por exemplo, crédito consignado para pessoas físicas, desconto de duplicatas, antecipação de recebíveis, ou aquisição de veículos possuem taxas mais baixas.

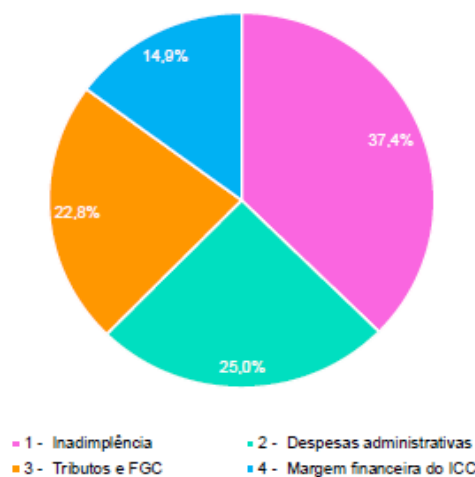
Sabe-se que as taxas de juros nos empréstimos, as chamadas taxas ativas, dependem do custo de captação, do nível de inadimplência, do percentual de recuperação e do prazo de recuperação dos recursos inadimplidos, isto é, emprestados e não pagos; da tributação; das despesas administrativas; e da margem das instituições financeiras. Também dependem do grau de subsídio cruzado, isto é, do quanto aqueles tomadores de crédito estão pagando para que outros tomadores de crédito ou usuários dos serviços financeiros públicos ou privados tenham benefícios, como, por exemplo, isenções de tarifas ou juros subsidiados.

O Relatório de Economia Bancária de 2017, publicado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estimou que, na média do período 2015-2017, o *spread* bancário pode ser explicado por:



- i) Inadimplência: 37,4%;
- ii) Despesas administrativas: 25,0%;
- iii) Tributos e Fundo Garantidor de Crédito: 22,7%; e
- iv) Margem Financeira: 14,9%.

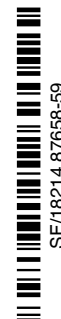
Figura 1: Decomposição dos *Spreads*: 2015-2017



Fonte: Banco Central - Relatório de Economia Bancária 2017

Antes de prosseguir em nossa análise, gostaríamos de lembrar que o Banco Central não estima a decomposição do *spread* por tipo de operação. Possivelmente, isso não é feito porque é difícil alocar, para cada tipo de operação, as despesas administrativas, os tributos e a margem financeira associada.

Esses números significam que, para cada 100 reais de diferença entre os valores cobrados por juros ativos dos empréstimos de todas as

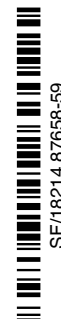


operações de crédito e os juros pagos por recursos captados, 37,4 reais se referem às despesas de inadimplência com empréstimos não pagos ou pagos apenas parcialmente, inclusive com o tempo gasto para recuperação do empréstimos em atraso; 25 reais são gastos com os custos administrativos para efetuar esses empréstimos; 22,7 reais são relativos a despesas tributárias e de seguro de depósitos; e 14,9 reais são relacionados a margens financeiras, ou seja, lucros para as instituições remunerarem o capital empregado.

Com a inadimplência como o fator mais relevante para a alta margem bruta de crédito, devemos ter em mente que as ações que contribuam para reduzir a inadimplência certamente serão as mais importantes para a queda na taxa de juros. Essas ações incluem medidas que permitam ao credor obter mais informações dos demandantes de crédito (por exemplo, com um cadastro positivo), bem como formas de aumentar a garantia das operações ou de dar maior agilidade na recuperação de crédito. Aqui cabe observar que um Poder Judiciário mais eficiente e que forneça segurança jurídica ao credor, com respeito aos contratos, ajuda a diminuir as despesas com recursos inadimplidos.

As despesas administrativas formam o segundo componente mais importante do *spread* bancário, representado por despesas com pessoal, custo de manutenção de agências bancárias, marketing, dentre outros. Em parte, esses custos refletem as disfuncionalidades do ambiente de negócios do País, que exigem das instituições financeiras a necessidade de manterem um elevado saldo de provisões (1,22% do PIB em 2015) para fazer frente a processos trabalhistas, cíveis e fiscais.

Sem dúvida, a carga tributária do Brasil é elevada, mas compatível com o nível de gastos públicos bastante elevados. Não consideramos oportuno e nem recomendável rediscutir atualmente os

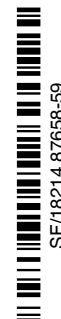


impostos de um setor específico, sem levar em consideração o conjunto da carga tributária e dos gastos públicos. Mesmo assim, observamos que a alta carga tributária específica para o setor financeiro, quando se considera os resultados (45%, somando as alíquotas incidentes sobre IRPJ e CSSL) é mais elevada do que a média dos demais setores no Brasil (34%), o que não incide apenas sobre o setor, mas aumenta os juros e sobrecarrega o usuário do sistema financeiro.

Quanto à margem financeira dos bancos é importante ressaltar que o valor de 14,9% na composição dos *spreads* reflete uma média de todos os empréstimos, ou seja, há operações de crédito em que esse valor é mais elevado. A título de exemplo, o Banco Central divulgou que, no período de 2011 a 2016,¹ o *spread* para o crédito livre com taxas pré-fixadas foi de 35,2 pontos, sendo 11,9 pontos referente à margem financeira ou outros fatores residuais, o que corresponderia a 34% do total do *spread*. Vale mencionar que essas operações se referem à imensa maioria daquela realizada pelas pessoas físicas.

Uma segunda observação é que existe o efeito indireto das margens financeiras sobre os outros componentes dos *spreads* bancários, como a tributação. Levando-se em conta esses efeitos indiretos, o Banco Central estimou que a contribuição da margem financeira para o *spread* sobe de 14,9% para 28,1%, equivalente ao impacto total das despesas administrativas.

¹ Conforme apresentação Painel *Spread* Bancário (2017) disponível https://www.bcb.gov.br/pec/appron/apres/Apresentacao_Painel_Projeto_Spread_Bancario.pdf. Cabe observar que essa estimativa apresenta uma metodologia distinta da realizada mais recentemente e divulgada no relatório de Economia Bancária de 2017.



Portanto, diante dessa decomposição dos *spreads*, avaliamos que existe um espaço para redução dessas margens de intermediação por meio do fortalecimento do sistema de garantias, redução do peso do crédito direcionado e combate às barreiras à entrada de competidores no mercado financeiro, sejam elas regulatórias, legislativas ou oriundas de condutas anticompetitivas.

III – Como as Inovações Tecnológicas podem reduzir os *Spreads* Bancários

As inovações tecnológicas podem reduzir os *spreads* bancários por diversos canais. Primeiro, avanços tecnológicos permitem a redução dos custos administrativos e podem garantir maior eficiência nas transações financeiras, por meio de prevenção à fraude, adoção da biometria e aumento da segurança e da velocidade nas transações financeiras. Segundo, por meio da queda da inadimplência, em função do fortalecimento do sistema de garantias permitido pelo seu compartilhamento eletrônico e da disponibilização de informações sobre o universo de clientes. Finalmente, as inovações permitem a entrada de novos players no mercado, aumentando a competição e induzindo uma diminuição das margens financeiras.

Segundo informações da FEBRABAN, em audiência pública nesta Comissão, os investimentos do Setor Bancário em tecnologia somaram R\$ 118,7 bilhões entre 2012-2017, com média anual de R\$ 19,8 bilhões. Esses investimentos permitiram que as transações por celular e pela internet já representem mais da metade de todas transações bancárias.



Por outro lado, nesse mercado estão em andamento inovações disruptivas que impulsionam uma verdadeira revolução digital, a exemplo do *open banking*, utilização de inteligência artificial, experiência do usuário² e a emergência das *fintechs*.

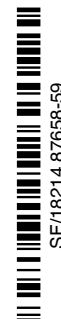
Nesse sentido, as *fintechs* podem ser aperfeiçoadoras do mercado de crédito no Brasil e fonte da almejada desconcentração na oferta de serviços financeiros.

O termo *fintech* vem da junção das palavras em inglês relativas a finanças e tecnologia. Essas empresas criam inovações na área de serviços financeiros, com processos baseados em tecnologia. Normalmente, criam novos modelos de negócio, em áreas como conta corrente, cartão de crédito e débito, empréstimos pessoais e corporativos, pagamentos, investimentos, seguros e criptomoedas. Muitas vezes, não possuem custo de capital tão grande como as instituições financeiras que se submetem a uma pesada e cara exigência de obediência a normas legais (*compliance*).

São empresas intensivas em tecnologia oferecendo serviços financeiros específicos baseados no ambiente virtual, sem contar com as estruturas bancárias tradicionais. Geralmente, são empresas baseadas na prestação de serviços em um modelo de negócios enxuto, com potencial de adquirir algum grau de participação em mercado, e consequentemente com algum grau de contestação ao sistema bancário tradicional. Por exemplo, segundo levantamento realizado pelo Finnovation, Finnovista e o BID³, 58%

² Trata-se de adaptar a experiência dos clientes com outras empresas de tecnologias aos serviços financeiros.

³ Mapa de Fintechs no Brasil (maio de 2018). Acessado no endereço eletrônico <http://finnovation.com.br/mapa-de-fintechs-brasil-maio-de-2018/>



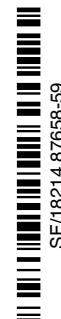
das fintechs no Brasil empregam até 10 funcionários e somente 10% desses empreendimentos tem um quadro acima de 100 colaboradores. Portanto, as fintechs apresentam um modelo de negócios baseado em custos fixos menores, com estrutura centrada no contato virtual com os clientes, o que abre espaço para a prática de taxas de juros mais competitivas.

No Brasil, o mercado de fintechs está em franca ascensão. Nos últimos 3 anos, o número desses empreendimentos cresceu 648%, passando de 54 para 404, segundo relatório da agência Moodys.

Conforme o levantamento do Radar Fintechlab, cerca de 40% das empresas situam-se nos segmentos de Pagamentos e Remessas (25%) e Empréstimos (15%), seguido por 25% nas atividades de gestão financeira empresarial e pessoal.

A entrada das fintechs, muitas delas independentes das instituições financeiras tradicionais, está tendo impactos diretos sobre o bem-estar da sociedade e na promoção de um sistema financeiro mais eficiente e inclusivo a partir da: 1) redução das principais tarifas; 2) inclusão de milhões de micro e pequenos empreendedores não atendidos pelos incumbentes históricos; 3) modelos de negócios mais próximos dos usuários finais; 4) atendimentos customizados; e 5) oferta de produtos e serviços por meio de Internet e tecnologias móveis.

Nesse contexto, as fintechs têm se notabilizado por oferecer serviços de bancos digitais. Em particular, apresentam novas soluções para serviços que já são ofertados pelos bancos tradicionais, buscando torná-los mais práticos ou mais baratos. Como exemplos, podemos citar a XP Investimentos, uma plataforma de investimento na Internet; a Paypal, uma empresa internacional de pagamentos on line; o Nubank, uma empresa de



cartão de crédito; a Simplic, de crédito on line; o Mercado Bitcoin, de compra e venda de moedas digitais, e o Guia Bolso, uma espécie de consultoria financeira.

O surgimento de novas empresas no setor financeiro também propiciou a inclusão de pessoas até então sem acesso ao sistema bancário, por meio de prestação de serviços por meio de aparelhos móveis, evitando o enorme custo de entrada de capilaridade de agências físicas. Desenvolveram-se, portanto, novos mercados e tecnologias que permitem aos consumidores (inclusive os estabelecimentos comerciais) operar de forma mais segura por meio da Internet. Um exemplo dessa eficiência é ilustrado na figura a seguir, comparando os custos de manutenção e de serviços de contas correntes tradicionais e de contas digitais.

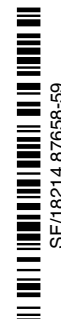
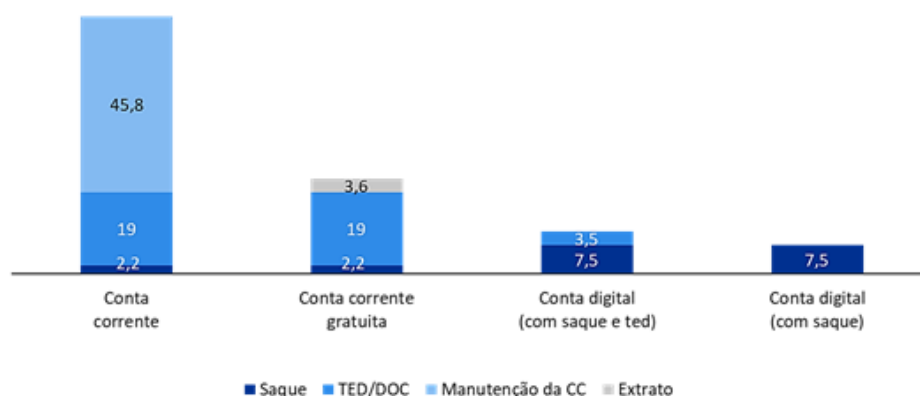


Figura 2: Custos de conta corrente tradicional vs custos da conta digital por Fintechs.



Fonte: Abranet/INDRA



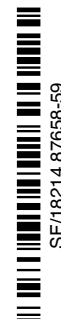
No Brasil, 35% dessas empresas buscam atingir o mercado da população não bancarizada, que é de cerca de metade da população total. Nesse caso, há ainda um espaço para expansão, dado que na América Latina o número de *fintechs* destinadas a esse público é ainda maior: No México, 46% dessas empresas atendem os desbancarizados; na Colômbia, 45%; na Argentina, 41% e no Chile, 40%⁴.

No âmbito da concorrência, a evolução tecnológica reduziu distâncias. Com a Internet, o celular e o aumento do uso do cartão de pagamentos e dos caixas eletrônicos, já não há mais necessidade de se ter uma conta em uma agência bancária próxima da residência. O surgimento das *fintechs* diminuiu, portanto, a necessidade da intermediação bancária, com a transferência de parte relevante dos financiamentos para o setor financeiro não bancário.

Todavia, cabe considerar que o setor financeiro apresenta especificidades que precisam ser consideradas com bastante ponderação, principalmente devido à sua posição central na estrutura da economia.

Dessa forma, a imposição de algumas barreiras regulatórias são de extrema relevância para o setor bancário. A regulação prudencial tem como finalidade a proteção do capital dos depositantes e a diminuição dos riscos sistêmicos. Para tanto, a autoridade monetária determinou a instituição do fundo garantidor de crédito no sistema financeiro, que oferece uma espécie de seguro para os correntistas com relação aos depósitos à vista, a

⁴ Mapa de Fintechs no Brasil (maio de 2018).
Acessado no endereço eletrônico
<http://finnovation.com.br/mapa-de-fintechs-brasil-maio-de-2018/>



prazo e outros créditos como letras imobiliárias, de câmbio, dentre outros. Além disso, exige a constituição inicial de capital mínimo para abertura de uma instituição financeira. Portanto, o modelo de regulação bancária prudencial que privilegia a solidez e a higidez do sistema financeiro, com regras de entrada mais rígidas, tende naturalmente a ampliar a concentração bancária.

Cabe considerar que, ao contrário do que nos diz o senso comum, a simples concentração bancária não é *per se* motivo de juros ou *spreads* altos, mas sim a falta de competição por conluio ou por simples falta de regulação adequada que promova os incentivos necessários à competição. Devido aos ganhos de escala, a concentração bancária pode até diminuir os juros e as tarifas para o consumidor, na medida em que reduz o custo de produzir determinado produto ou serviço, como empréstimos. Para exemplificar, um banco público grande pode ter taxa de juros menor ou apresentar rentabilidade maior do que um banco privado pequeno simplesmente por causa dos ganhos de escala.

Segundo o Banco Central no Relatório Economia Bancária 2017, a Holanda e Finlândia, que apresentam elevados níveis de concentração bancária, possuem *spreads* menores do que a Itália e a Alemanha, que apresentam menores níveis de concentração no mercado bancário⁵.

Tabela 1: Participação dos 5 maiores bancos nos ativos totais

⁵ Em 2016, os cinco maiores bancos na Holanda detinham 89% dos ativos totais, enquanto na Alemanha e na Itália essa proporção é de 35% e 43%, respectivamente.



	%					
Discriminação	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Países desenvolvidos						
Alemanha	29	27	40	38	37	35
Austrália	69	74	78	80	81	80
Bélgica	84	81	75	66	66	66
Canadá	82	80	81	83	81	81
Espanha	49	51	57	62	63	65
Estados Unidos	35	38	44	45	44	43
França	-	77	81	81	81	82
Holanda	84	84	82	82	86	89
Itália	26	31	40	40	41	43
Japão	45	46	46	47	51	51
Luxemburgo	29	27	31	33	32	29
Reino Unido	50	45	53	54	51	48
Suécia	79	80	78	77	77	76
Suiça	57	55	53	49	51	53
Países emergentes						
Brasil	60	73	76	77	78	82
China	55	51	49	45	41	37
Coreia do Sul	61	60	61	60	59	62
Índia	40	37	35	35	35	36
México	80	78	74	70	73	70
Singapura	39	39	41	41	43	42

Fonte: Banco de Compensações Internacionais

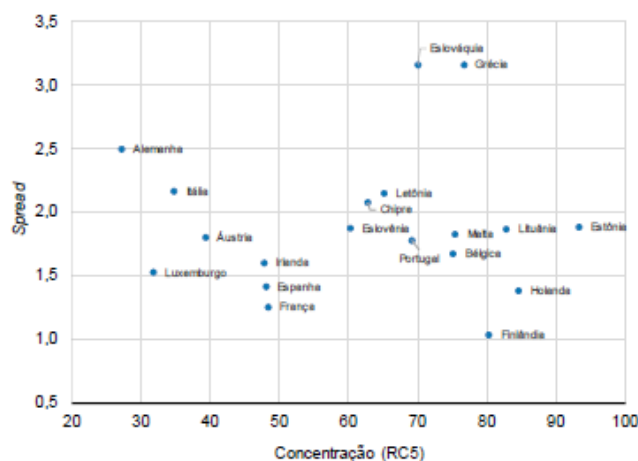


SF/18214.87658-59

O gráfico abaixo, reproduzido do Relatório de Economia Bancária 2017, mostra que, para um grupo de países europeus no período de 2003 a 2016, não se pode afirmar que há uma relação direta entre concentração bancária e os *spreads* bancários. Portanto, mais do que a concentração em termos horizontais, o que pode afetar o grau de competição é a qualidade do processo regulatório, no sentido de evitar práticas anticompetitivas e de reduzir as barreiras à entrada de potenciais entrantes, além da rigidez informacional no tocante ao acesso e compartilhamento de informações no mercado, como o histórico de cadastro positivo, duplicatas mercantis e recebíveis de cartão de crédito.

Gráfico 1: Concentração x *Spreads* em Países Europeus



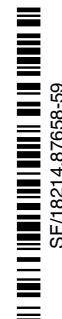


Fonte: Banco Central Europeu

- /1 A concentração é mensurada pela Razão de Concentração dos cinco maiores (RC5) participantes nos Ativos.
- /2 O spread é a diferença entre a taxa de juros para empréstimos novos para pessoas físicas e empresas não financeiras e a média ponderada das taxas de remuneração de depósitos.
- /3 A amostra dos países decorre da disponibilidade de dados e é composta por Alemanha, Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta e Portugal.

Um aspecto particularmente relevante na estrutura do mercado financeiro é que, associado à grande concentração, temos um elevado grau de verticalização dos conglomerados financeiros, que atuam nos mais diversos segmentos, tais como seguros, emissões de cartões de crédito e débito, bandeiras, credenciadoras (máquinas dos cartões), vale alimentação, além do mercado bancário.

Por exemplo, três das grandes instituições financeiras detêm elevado poder na emissão de cartões, com 71% do arranjo débito e 46% do crédito, e são controladores de uma bandeira (relevante especialmente no segmento de débito, com 31% em números de cartões ativos e cerca de 20% do volume financeiro de transações nesse segmento). Dois grandes bancos também controlam um credenciador dominante, com 47% de participação no mercado e uma líder do segmento voucher, com 32% do mercado; enquanto uma outra instituição, que possui 11% de emissão do arranjo de débito e 38% do crédito, detém o segundo maior credenciador, com 32% do segmento e



uma bandeira relevante regionalmente, além de iniciar uma participação no segmento de voucher.

Segundo a avaliação do economista e ex-conselheiro do Cade Cleveland Prates num artigo no Valor Econômico em 21 de setembro deste ano:

“...Esta estrutura, por si só, cria incentivos para que essas instituições atuem, de maneira unilateral ou coordenada, para evitar a concorrência onde estão presentes. Não por outra razão, existe hoje no Cade uma série de processos em andamento e reclamações no Banco Central sobre condutas anticompetitivas que passam pela recusa em negociar com outros agentes do mercado, compressão de margens de concorrente com adoção de subsídios cruzados, criação de autorregulação e incompatibilidades técnicas para evitar a viabilidade de novos competidores, dentre outras tantas”.

Por outro lado, estruturas verticalizadas podem trazer ganhos de eficiência com economias de escopo e redução de custos de transação. Então, para a sociedade, é preciso avaliar se esses ganhos superam os custos oriundos das restrições à concorrência que se traduzem em elevados juros e tarifas e uma menor oferta de crédito global, além do custo de oportunidade de se acionar recorrentemente os órgãos reguladores e de defesa da concorrência para acompanhar e impedir estratégias anticompetitivas.

IV – O Papel das Cooperativas de Crédito



SF/18214.87658-59

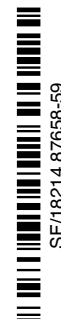


Um outro player importante para ampliação da concorrência na oferta de serviços financeiros são as cooperativas de crédito, que no Brasil são estruturadas em três níveis: “a) cooperativas de crédito singulares, que realizam diretamente o atendimento a clientes; b) federações ou cooperativas de crédito centrais, formadas por cooperativas singulares; c) confederações ou bancos cooperativos, que são normalmente constituídos por cooperativas centrais” (Relatório de Economia Bancária, 2017, pág 102).

Segundo o Banco Central, em dezembro de 2017, estavam em atividades 967 cooperativas de crédito singulares e 37 cooperativas centrais ou confederação de cooperativas centrais, além de dois bancos cooperativos. Em conjunto, essas instituições financeiras foram responsáveis por 3% do saldo das operações de crédito, alcançando R\$92 bilhões ao final de 2017. São mais de 12 milhões de beneficiários do sistema entre cooperados (10 milhões, cerca de 5% da população) e clientes. O crescimento da carteira de crédito foi de 80% nos últimos 5 anos, sem qualquer contração entre 2015 - 2017, período mais agudo da crise econômica.

O sistema cooperativo no Brasil oferece serviços de empréstimos, crédito imobiliário, cartão de crédito, consórcio, seguro, previdência e investimentos, com taxas de juros e tarifas mais favoráveis do que a média do sistema financeiro nacional. Por exemplo, em 2017, a taxa mensal para empréstimos nas cooperativas foi de 1,91%, enquanto na média do sistema financeiro é de 3,4% a. m.; no cheque especial, a taxa de juros é de 5,6% ao mês para o sistema cooperativo contra 12,8% ao mês na média do sistema financeiro; no parcelado do cartão de crédito a diferença é de 5,9% ao mês contra 8,9% ao mês em favor do sistema cooperativo.

Alguns fatores podem explicar as melhores condições de financiamento: o menor risco de inadimplência em função da redução da



SF/18214.87658-59



assimetria informacional dos clientes, ausência do foco na geração de lucros, a crescente profissionalização com ganhos de escala e os benefícios fiscais.

Do ponto de vista regional, a maior participação das cooperativas reside na região Sul, seguida pelo Centro-Oeste, o que influencia a concentração dessas instituições em determinadas modalidades, tais como crédito rural, operações com recebíveis e empréstimo pessoal sem consignação.

Na última década ocorreu uma expansão significativa para o crédito destinado à pessoa jurídica, que cresceu de menos de 1% da oferta total em 2005, para mais de 8% em 2017. Essa expansão alcançou patamares mais significativos nas regiões Sul e Centro-Oeste, que ampliaram essa participação de 2,1% e 1,2%, em 2005, para 16,7% e 10,4%, em 2017, respectivamente.

Já o incremento da participação das cooperativas no segmento de pessoa física foi menor: passou de 5,2% em 2005 para 6,5% em 2017, sendo mais expressivo na região Sul, que cresceu de 9,2% para 15,3% no mesmo período.



Gráfico 1: Participação no mercado das cooperativas por região para pessoa jurídica

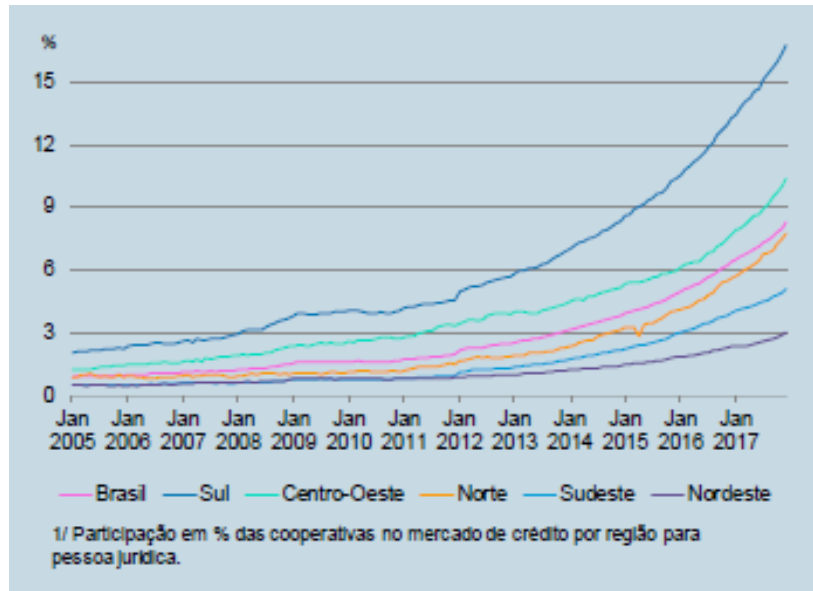
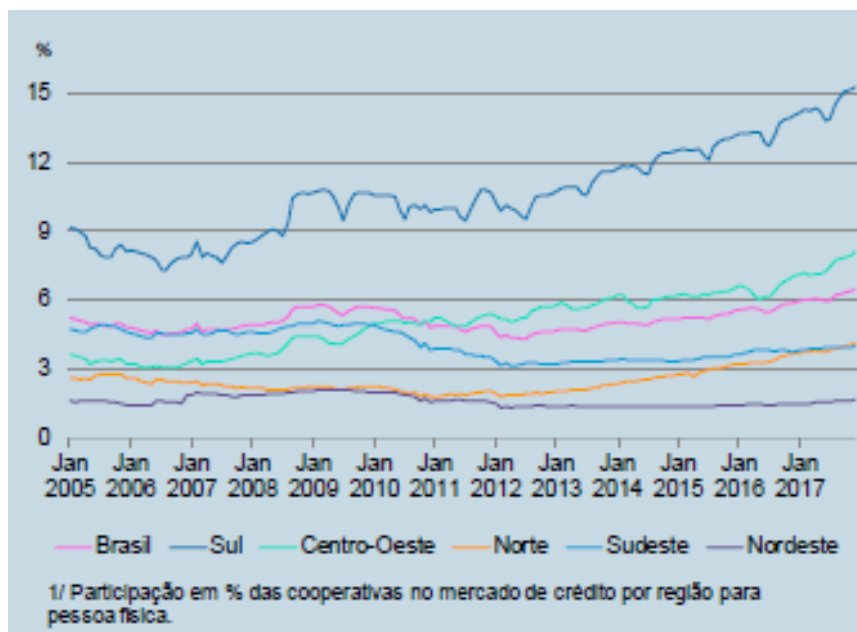
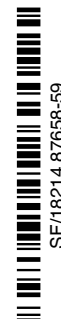


Gráfico 2: Participação no mercado das cooperativas por região para pessoa física



A despeito dessa evolução favorável, avaliamos que existe um elevado potencial para expansão do cooperativismo de crédito no Brasil, em função da participação desse segmento ao redor do mundo. Por exemplo, na França as cooperativas movimentam mais de US\$ 4 trilhões em ativos, alcançando uma participação de mercado de cerca de 60%. Na Alemanha esse segmento responde por cerca de 20% dos ativos totais, 50% do crédito rural e 35% do crédito destinado para pequenas e médias empresas. Nos EUA o cooperativismo financeiro responde por 10% dos empréstimos, com um terço da população de associados.



V – Medidas recentes que fomentam a redução dos *spreads* bancários

No âmbito do Senado Federal podemos citar algumas proposições que foram aprovadas e que concorrem para redução dos *spreads* bancários:

PLS 212/2017 – Novo Cadastro Positivo, cujos os principais pontos são:

1) Modelo Opt-out (Opção pela saída): Retirada da exigência de autorização específica do cadastrado para que as fontes possam enviar suas informações aos gestores de bancos de dados.

2) Inclusão de novas fontes de informação: Um outro ajuste proposto visa a deixar mais claro o conceito de fonte para incluir expressamente administradoras de consórcio, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e os prestadores de serviços continuados de água, esgoto, eletricidade, gás, telecomunicações e assemelhados.



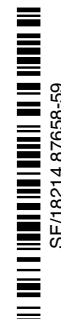
A inclusão de tais informações permitirá o aprimoramento da formação das notas de crédito dos cadastrados e a admissão nos cadastros de parcela significativa da população que atualmente não tem acesso aos serviços financeiros;

3) Responsabilidades semelhantes/simétricas entre as regras do cadastro positivo e do cadastro negativo: A responsabilidade será objetiva, de modo que quem provocar danos irá responder por seu ato, sem que a pessoa que sofrer o dano tenha o ônus de provar a existência de dolo ou culpa.

Estudo do Banco Mundial aponta que a implantação de um modelo de cadastro positivo efetivo reduziria a inadimplência em cerca de 40 a 45%, contribuindo para a redução dos spreads bancários. Além disso, contribuirá também para a inclusão financeira, ao agregar informações de adimplemento da população que atualmente não tem acesso ao sistema financeiro, pela ausência de garantias, pelo baixo nível de renda e pela falta de histórico prévio junto às instituições financeiras. A disseminação dessas informações junto aos agentes de mercado fomenta a competição para atender a esse público atualmente desbancarizado.

PLS 350/2015 - Competência compartilhada do Banco Central e do CADE na definição de fusões e aquisições no âmbito do sistema financeiro.

O modelo consagra o acordo em que se pode zelar pela higidez e solidez do sistema financeiro. Nesses casos, o Banco Central poderá aprovar unilateralmente os atos de concentração. A decisão terá que ser notificada ao Cade, que deverá aprovar a operação sem restrições. Nos demais casos, os atos de concentração somente serão concretizados com o aval das duas instituições, coibindo abusos que são identificados por falta de



27
26

práticas concorrenciais mais saudáveis. O BC e o Cade passarão a atuar de maneira integrada e coordenada nas correspondentes avaliações e decisões, compartilhando bases de dados e expertises, de modo a aperfeiçoar a qualidade técnica de seus procedimentos.

Lei 13.476/2017 – oriunda da MP 775/2017 - amplia o escopo de atuação das infraestruturas do mercado financeiro, mais especificamente das entidades registradoras, na constituição de gravames e ônus sobre ativos financeiros e valores mobiliários, para incluir as operações realizadas entre instituições financeiras e seus clientes. Em particular, visa incluir os recebíveis mercantis de pequenas e médias empresas (PMEs) como colateral de operação de crédito no sistema financeiro nacional, eliminando entraves legais à formalização de operações garantidas com os referidos recebíveis.

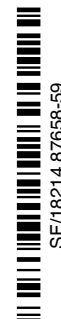
Dessa forma, a lei aprimora o mercado de antecipação de recebíveis, na medida em que contribui para o aumento da segurança do sistema e para a expansão das carteiras colateralizadas por esses ativos, estimulando o financiamento de pequenas e médias empresas (PMEs).

PLC 73/2018 – Regulamenta a emissão das duplicatas eletrônicas (enviado à sanção).

O projeto, em linha com o previsto na Lei 13.476/2017 anteriormente descrita, visa modernizar, dar mais segurança e fortalecer o sistema de garantias no uso da duplicata, ao regulamentar os títulos emitidos em meio eletrônico.

Os principais benefícios da proposição são:

Primeiro, o de contribuir para reduzir as fraudes, as chamadas duplicatas frias, dado que será possível se verificar com maior segurança os



dados relativos aos valores, devedores e todos os endossos, avais, ônus e gravames relacionados a cada título. Assim poupam-se recursos e o tempo gastos com ações judiciais visando demonstrar a inexistência do crédito cobrado.

Vale lembrar que os mais onerados por esse tipo de problema são as pequenas e médias empresas, que não dispõem de departamentos jurídicos e, portanto, têm maior dificuldade para lidar com tais eventos.

Segundo, concorre para a desburocratização pelo fim da necessidade de manter o Livro de Registro de Duplicatas, pela maior facilidade de cobrança, execução e negociação desses títulos, reduzindo o tempo gasto com registros e protestos dos títulos.

Finalmente, há ganhos com aumento de segurança e redução de custos operacionais, gerando aumento do acesso ao crédito a taxas de juros mais baixas para o sistema produtivo e para o comércio.

No âmbito do Banco Central, destacamos algumas medidas recentemente adotadas que contribuem para a promoção da competição e diminuição dos *spreads* bancários no Brasil. Não há o objetivo de interferir diretamente em variáveis de mercados, mas incentiva-se a transparência e a competição no mercado, tais como:

I) Resolução nº 4.553, de 2017, que divide as instituições financeiras em cinco segmentos, de acordo com seu porte, atividade internacional e perfil de risco, para possibilitar aplicação proporcional da regulação financeira de forma segura e consistente. Com a nova norma, instituições financeiras menores devem seguir regras mais simples que aquelas aplicadas aos bancos de grande porte, com maior eficiência e menor custo de observância, sem prejuízo para a segurança e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional;

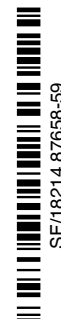


II) Resolução nº 4.639, de 2018, com entrada em vigor em 1º de julho de 2018, visando permitir que a transferência automática dos recursos da conta salário possa ser realizada não apenas para uma conta de depósitos, mas também para uma conta de pagamento aberta em uma instituição de pagamento⁶ autorizada a funcionar pelo Banco Central. Essa mesma medida também permite que o beneficiário da portabilidade possa solicitar a portabilidade na instituição destinatária dos recursos;

III) Resolução nº 4.649, de 2018, que permite a movimentação automática de recursos entre instituições autorizadas, sejam elas bancárias ou não bancárias, mediante autorização do cliente. É vedada qualquer forma de dificuldade ou obstáculo à movimentação de recursos. Essa medida corresponde a um dos passos no sentido de se implementar uma plataforma aberta, conhecida internacionalmente como “*open banking*”. A plataforma aberta oferece um número maior de opções de serviços financeiros aos clientes e permite que as transações sejam feitas de forma mais ágil, preservada a segurança do processo; e

IV) Resolução nº 4.656, de 2018, que dispõe sobre a Sociedade de Crédito Direto (SCD) e a Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP). Disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica e estabelece os requisitos e os procedimentos para autorização de funcionamento, transferência de controle societário, reorganização societária e cancelamento da autorização dessas instituições.

⁶ Instituições de pagamento são pessoas jurídicas não financeiras que executam os serviços de pagamento no âmbito do arranjo e que são responsáveis pelo relacionamento com os usuários finais do serviço de pagamento. São exemplos de instituições de pagamento os credenciadores de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões e as instituições não financeiras que acolhem recursos do público para fazerem pagamentos ou transferências.



Em suma, a citada resolução cria duas novas modalidades de instituições financeiras, que se enquadram no que se convencionou chamar de *fintechs*. Ambas realizam operações de crédito por meio de plataforma eletrônica, mas diferem porque a Sociedade de Crédito Direto empresta recursos próprios e a Sociedade de Empréstimo entre Pessoas viabiliza empréstimos entre pares, conhecida como *peer to peer* (P2P). São instituições novas, que têm potencial de aumentar a concorrência no mercado de crédito e, com isso, reduzir as taxas de juros cobradas do tomador.



VI – Resumo das audiências públicas

Nesta parte tentamos, tanto resumido quanto possível, relatar como foram as audiências públicas e quais foram as principais sugestões apresentadas. Todas as reuniões tiveram questionamentos pelos Senadores.

Primeira audiência pública

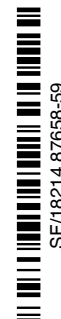
A primeira audiência pública foi realizada em 20 de março de 2018 e contou com a participação da Senhora Ana Carla Abrão, Sócia da consultoria Olyver Wyman, e dos Senhores Paulo Solmucci - Presidente da União Nacional das Entidades de Comércio e Serviço (Unecs); Augusto Lins, Presidente da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos - Abipag; Raphael Guarilha, Chefe de Inovação da Stone; e Ênio Meinen, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB.

Destacamos os pontos mais relevantes externados por cada convidado.

1. Ana Carla Abrão, Sócia da consultoria Olyver Wyman:



- Mostrou que há uma correlação positiva entre crédito em relação ao PIB e PIB *per capita*, o que significa que países com relação crédito/PIB maior têm PIB e PIB *per capita* mais altos;
- Fez um diagnóstico do crédito no Brasil em que dividiu a história recente do mercado de crédito brasileiro em quatro grandes períodos: reformas microeconômicas, maturação e resultado das reformas, expansão dos bancos públicos e exaustão do modelo expansionista;
- Afirmou que as taxas de juros de mercado parecem ter uma dependência estatística direta da taxa básica de juros, a taxa Selic, e da taxa de inadimplência em cada linha de crédito;
- Também afirmou que o crédito é consideravelmente mais caro para as médias, pequenas e microempresas, quando comparado com outros países, com maior diferença entre as taxas cobradas nos empréstimos para PMEs e grandes empresas;
- Destacou que, atualmente, o crédito pessoal não consignado brasileiro tem uma taxa de juros superior a duas vezes a de outros países latino-americanos, como México e Argentina, e que a inadimplência possui padrão semelhante, pois chega a ser três vezes a inadimplência da Argentina e uma vez e meia a do México;
- Afirmou que a estrutura do mercado de cartão de crédito no Brasil gera espaço para subsídios cruzados e para a baixa transparência na alocação dos custos;
- Defendeu que, para diminuir as taxas e tornar o mercado de crédito mais eficiente, deve-se entender a composição



SF/18214.87658-59



do *spread* cobrado e a origem de cada componente, e que a redução de *spread* depende de foco na redução de risco e de fomento a novas tecnologias. Dessa forma, salientou a necessidade de incentivar o compartilhamento de dados sobre clientes e de fortalecer o sistema de garantias nas operações de crédito, de avaliar opções para aumentar a segurança jurídica, de melhorar a capacidade e segurança na recuperação de crédito, de compartilhar infraestrutura no setor bancário, de reorganizar as unidades de negócios de cobranças das instituições financeiras para melhorar a efetividade, de aumentar o volume e o compartilhamento de informações, de reduzir barreiras a credores alternativos, como bancos médios, cooperativas e *fintechs*, de aumentar a transparência na comunicação de preços para consumidores e de investir na educação financeira da população;

- Destacou que o custo de cobrança e a lentidão na recuperação do crédito contribuem para o elevado *spread* e que a insegurança jurídica para cobrança e recuperação de garantias permanece, apesar da alienação fiduciária e da lei de falências. Dessa forma, sublinhou que a taxa de recuperação de dívida no Brasil é de 12,7%, enquanto na média da América Latina é de 30,8% e de 60,8% nos países de alta renda;
- Afirmou que o baixo compartilhamento de informação dificulta a precificação por risco, com o bom pagador pagando mais caro por causa do mau pagador; e



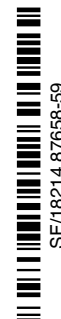
- Observou que no cenário internacional há uma busca por inovação no setor financeiro e por novas práticas que empoderem o consumidor e estimulem a competição,

2. Paulo Solmucci - Presidente da União Nacional das Entidades de Comércio e Serviço (Unecs):

- Apresentou um mapa com os *spreads* de uma amostra de países, no qual o Brasil possui um dos maiores *spreads*, segundo dados do Banco Mundial;
- Destacou a baixa competição e a verticalização no setor bancário brasileiro;
- Citou que nosso sistema financeiro, apesar de concentrado, não destoia do que se observa em outros países. O maior problema, a seu ver, está na verticalização das atividades da indústria de cartões, com os cinco principais bancos sendo também os adquirentes;
- Mostrou-se contrário a medidas que imponham teto para a taxa de juros e afirmou que a redução do custo do crédito deve ser feita via aumento da concorrência.

3. Augusto Lins, Presidente da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag):

- Afirmou que o Banco Central do Brasil busca uma abertura do mercado financeiro e de pagamentos gradual e não disruptiva, mas que a regulação deve intervir sempre que o mercado se mostrar incapaz de promover eficiência e que a autorregulação em um mercado concentrado tem mais chance de insucesso;



- Tratou especificamente dos meios de pagamento e destacou que, apesar das evoluções regulatórias, o mercado de meios de pagamento ainda apresenta diversas distorções, como excesso de concentração, alto grau de verticalização, conflitos de interesse na governança das entidades e condutas anticompetitivas dos grandes participantes.
4. Raphael Guarilha, Chefe de Inovação da Stone:
- Historiou o sistema de rede da Blockchain e apresentou os projetos em desenvolvimento relacionados a infraestruturas de pagamentos, registros cartoriais e de garantias e de gestão de ativos.
4. Ênio Meinen, Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB:
- Destacou o cooperativismo financeiro como instrumento de organização socioeconômica e agente concorrencial no sistema bancário; e
 - Apresentou uma comparação entre os juros e tarifas de cooperativas e instituições financeiras, sendo os números favoráveis às cooperativas. Por exemplo, em 2017, a taxa mensal para empréstimos nas cooperativas foi de 1,91%, enquanto na média do sistema financeiro é de 3,4% a. m.; no cheque especial 5,6% ao mês para o sistema cooperativo contra 12,8% ao mês na média do sistema financeiro; no parcelado do cartão de crédito a diferença é de 5,9% ao mês contra 8,9% ao mês em favor do sistema



cooperativo. e números do cooperativismo em diversos países.

Segunda audiência pública

A segunda audiência foi realizada em 24 de abril de 2018 e contou com a presença dos Senhores Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Vinícius Carrasco, Professor da PUC-Rio e Economista-Chefe da Stone; e Bruno Magrani, Representante do Nubank:

Destacamos os pontos mais relevantes externados por cada convidado:

1. Murilo Portugal, Presidente da Federação Brasileira de Bancos - Febraban:

- Destacou que o setor bancário sempre esteve na vanguarda da tecnologia e exemplificou com a criação da Serasa, o lançamento de terminais de autoatendimento, a criação do Boleto de Pagamento Interbancário, além da adoção do *Internet Banking* e *Mobile Banking*;
- Afirmou que o setor bancário é o que mais investe em tecnologia no Brasil e no Mundo, conforme dados de 2016;
- Destacou que o principal sinal de competição é que a rentabilidade do setor bancário está em posição intermediária na comparação com outros setores da economia brasileira e que, na comparação internacional,



o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) dos bancos brasileiros é alinhado ao dos países emergentes;

- Destacou que o índice de concentração no Brasil é fortemente influenciado pela participação dos bancos públicos no crédito direcionado, que em uma comparação com outros setores da economia brasileira, o setor bancário se situa em torno da média em termos de concentração, e que o Índice Herfindahl-Hirschman, um indicador reconhecido e usado mundialmente por autoridades antitrustes, aponta para uma posição intermediária em termos de concentração do setor bancário na comparação com outros setores da economia brasileira;
- Afirmou que a diminuição do *spread* bancário resultará da redução de seus componentes, dentre os quais o de maior custo é a inadimplência, com o tempo e os custos para recuperação de garantias no Brasil muito elevados quando comparados aos demais países e com a taxa de recuperação de garantias muito baixa;
- Destacou o impacto da carga tributária no *spread* bancário e as altas provisões bancárias para pagamento de processos trabalhistas, cíveis e fiscais;
- Observou que as linhas tradicionais de crédito concentram 86% dos saldos e têm taxa média de duas vezes a taxa Selic;
- Elencou diversos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que podem ajudar a reduzir juros ao diminuir a inadimplência, o custo operacional e o custo tributário. Por exemplo, o PLP 441/17 (PLS 212/2017 na



SF/18214.87658-59

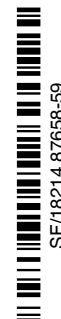


casa de origem – Senado) - Aperfeiçoamento da Lei do Cadastro de Histórico de Crédito (Cadastro Positivo), o PLP 461/2017 (PLS 445/2017 na casa de origem – Senado) - Criação de mecanismo de recolhimento centralizado para o ISS e o PL 9619/18 - Contratação de Operações por Meios Eletrônicos/Remotos que tramitam na Câmara dos Deputados. O PLS 478/2017 - Busca e apreensão extrajudicial de bens móveis alienados fiduciariamente e o PLS 276/07 – Bloqueio de reserva de margem consignável dos benefícios do INSS até decisão final em processos administrativos/ judiciais que tramitam no Senado Federal;

- Por fim, mostrou-se contrário à chamada “arbitragem regulatória”, em que instituições que fornecem os mesmos produtos são submetidas a regras diferentes. Afirmou que apesar de essa arbitragem gerar aumento da competição no curto prazo, é causa de problemas no médio e no longo prazos.

2. Vinícius Carrasco, Economista-Chefe da Stone Pagamentos S.A:

- Destacou os altos *spreads* bancários praticados no Brasil e a concentração bancária, com o baixo repasse de diminuição de custos sugerindo baixa competição;
- Apresentou dados que mostram que os quatro maiores bancos possuem ROE/RPL superiores à média das quatro maiores empresas de diversos outros setores da economia



brasileira e ROE/RPL maiores em relação a seus pares em diversos outros países;

- Ponderou que análises sugerem que nem a alavancagem nem a eficiência explicam essa diferença;
- Destacou a falta de competição no mercado de cartões de pagamentos, a verticalização e as práticas anticompetitivas dos maiores participantes; e
- Afirmou que o Cadastro Positivo terá enorme efeito competitivo, que a informação é fonte adicional de poder de mercado dos bancos, que novas tecnologias e inovação são fontes de potencial aumento de competição, mas que sem mudanças substanciais na governança dos mercados de crédito e pagamento os efeitos de mais informação e melhores tecnologias serão limitados.



3. Bruno Magrani, Representante do Nubank:

- Apresentou a empresa de tecnologia especializada em serviços financeiros (*fintech*) Nubank, criada em 2013, que oferece cartão de pagamentos sem anuidade e aplicativo no celular para acompanhamento das despesas financeiras;
- Afirmou que o mercado financeiro não é apenas concentrado, mas muito verticalizado e com muitos subsídios cruzados; e
- Comentou as oportunidades de ganhos de eficiência com as fintechs, seja na aquisição de clientes, na avaliação de risco, na gestão da carteira de crédito ou na cobrança.



Terceira audiência pública

A terceira audiência pública foi realizada em 5 de junho de 2018, com a presença dos Senhores Otávio Ribeiro Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil; João Manoel Pinho de Mello, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda; e Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica-CADE.

1. Otávio Ribeiro Damaso, Diretor de Regulação do Banco Central do Brasil:

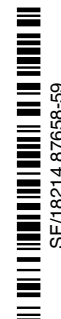
- Destacou a Agenda BC+, que tem quatro pilares: a cidadania financeira, modernização da legislação, sistema financeiro mais eficiente e crédito mais barato. Ressaltou que essa Agenda é planejada e implementada em momento de intensa inovação tecnológica, pois as chamadas *fintechs* devem mudar a arquitetura do sistema financeiro, porém devem ser incorporadas ao sistema financeiro com segurança;
- Afirmou que na regulamentação das Sociedades de Crédito Direto, sem captação de recursos juntos ao público, o Bacen alterou um importante paradigma de identificação do grupo de controle, pois fundos de investimento de *private equity* (capital fechado) poderão investir e controlar essas *startups*, que poderão ter importante papel para o crédito a pequenas e microempresas, a famílias não atendidas pelo setor bancário e para contestar as margens de lucro desse setor;



- Observou as mudanças ocorridas no sistema financeiro por causa dos novos aplicativos pelo telefone celular, que podem gerar mais competição por causa da comodidade ao consumidor; e
- Destacou o Cadastro Positivo e a Duplicata Eletrônica como inovações legislativas que podem diminuir juros para consumidores e empresas.

2 Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt, Conselheira do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade:

- Destacou que no Brasil há quatro bancos com poder de mercado muito grande, de forma horizontal, vertical e conglomeral, e que as elevadas taxas de juros e de *spreads* podem ser consequência desse poder de mercado, mas que as *fintechs* podem contestar esse poder de mercado, com a desbancarização dos usuários do sistema financeiro. Dessa forma, o Estado deve agir para agilizar ou não atrasar esse processo, diminuir o poder dos bancos e as taxas de juros de forma permanente;
- Para agilizar esse processo de aumento da competição, registrou que o Estado brasileiro deveria reprovar atos de concentração, como foram os casos Itaú/XP, Itaú/Citi e Bradesco/HSBC;
- Destacou a concentração bancária nos últimos 13 anos e as taxas de juros finais e os *spreads* que são muito altos quando comparados com os de vários outros países;
- Destacou os atos de concentração mais relevantes no sistema financeiro nacional nos últimos anos e defendeu



que a análise tradicional de atos de concentração não funciona adequadamente para mercados altamente tecnológicos como os serviços financeiros;

- Defendeu ainda que os atos de concentração aumentam o poder de mercado dos grandes bancos, seja de forma horizontal por meio da aquisição de outros bancos, seja vertical por meio de controle de credenciadoras e bandeiras de cartão de crédito, e de forma conglomeral, por deter informações sobre a base de clientes para analisar risco de crédito, vender seguros, etc; e
- Destacou ainda que a *joint venture* de birô de crédito GIC tem o potencial de promover lesão gravíssima, com potencialidade de exclusão de participantes no mercado de birô de crédito (Serasa, SPC, Boavista) e domínio dos dados de todos os brasileiros pelos 5 maiores bancos, podendo até mesmo colocar os benefícios do Cadastro Positivo em risco.

4. João Manoel Pinho de Mello, Secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda:

- Registrou que o retorno sobre o capital e os juros dos 4 principais bancos brasileiros caiu nos últimos 15 anos, refletindo a diminuição do risco para o investimento e para o crédito por causa dos avanços obtidos com reformas nesse período;
- Também destacou que a margem líquida de juros já se assemelha com o obtido em outros países, diferentemente do passado, quando era bem maior, mas o retorno sobre



o capital ainda está acima do obtido em outros países de renda alta e de renda média como o Brasil;

- Destacou que esse padrão de diminuição de margem líquida de juros se reflete em todas as linhas de crédito;
- Explicitou a decomposição do *spread*, que para o crédito total (livre e direcionado) se situa em 17,2% na média de 2011 a 2016, sendo 4% correspondente a lucros, 2,7% a impostos diretos (IR e CSLL), 0,3% a encargos monetários compulsórios e 9,6% a inadimplência;
- Destacou que sempre que foi dada garantia ao crédito, a taxa de juros caiu brutalmente, exemplificando a queda da taxa de juros do crédito ao consumidor com o desconto em folha consignado e com a alienação fiduciária no crédito imobiliário e de automóveis;
- Apontou que a falta de transparência na identificação de devedores e de eficiência institucional na recuperação de garantias dificulta a competição e a entrada de novos bancos, particularmente estrangeiros, a despeito do retorno alto, visto que é difícil operar em um país como o Brasil;
- Destacou que, conforme dados do Banco Mundial, o percentual de recuperação de crédito no Brasil para empresas em recuperação judicial ou falência é de 16%, sendo de 5% no crédito livre, próximo a 2% no cartão de crédito e de 20% no crédito imobiliário, ao passo que no restante da América Latina a taxa de recuperação de crédito para empresa em recuperação judicial ou falência é da ordem de 31%; e



SF/18214.87658-59



- Assinalou que todo sistema de crédito que funciona bem se caracteriza por segurança nas garantias e compartilhamento público de informações do devedor. Dessa forma, destacou a aprovação do Cadastro Positivo pelo Senado Federal.

VII – Conclusões e sugestões

Independentemente da política macroeconômica, que tem como objetivo garantir a estabilidade, reduzir incertezas e amortecer choques econômicos, o que certamente tem impactos sobre o custo do crédito, recomenda-se que no ambiente microeconômico desse mercado sejam evitadas políticas impositivas para variáveis de mercado, como fixação de preços, limites para taxa de juros e prazos de operação em arranjos de meios de pagamentos.

Nossa maior contribuição para resolver o problema de eventual uso de poder de mercado é criar mecanismos que estimulem a entrada de novos participantes, a exemplo das Fintechs, e que eliminem práticas anticompetitivas e outras barreiras à competição, sejam elas regulatórias ou de caráter legislativo. Além disso, é preciso fortalecer o sistema de garantias, reduzir assimetrias e rigidez informacional e a insegurança jurídica no cumprimento dos contratos.

Nesse sentido, há uma série de medidas que podem ser elencadas e que produziriam um melhor ambiente de operação no mercado de crédito, de modo a permitir a redução dos spreads bancários:

Mercado de Empréstimo

a) Congresso Nacional



1) **Aprovação da nova Lei do Cadastro Positivo pela Câmara dos Deputados (PLP 414/2017)**, que torna automática a inclusão no cadastro de bons pagadores, com possibilidade de exclusão mediante manifestação do consumidor. Essa proposição legislativa pode contribuir para uma redução expressiva do spread bancário, ao permitir que fintechs tenham acesso a informações bancárias que atualmente são monopólio dos grandes bancos, e desta forma possam oferecer condições de crédito mais vantajosas.

2) **Aprovação da Nova Lei de Falências (PL 10220/2018)**, que fortalece garantias reais dos credores, na medida em que essa proposição legislativa permite uma taxa de recuperação mais elevada de recursos emprestados às empresas com a priorização do pagamento dos financiamentos feitos durante o período de recuperação judicial, que ficarão atrás apenas dos direitos trabalhistas. A proposta também permite que a empresa em recuperação judicial busque empréstimos para financiar as suas atividades, garantidos pela oneração ou pela alienação fiduciária de bens e direitos seus ou de terceiros, o que pode acelerar os processos de recuperação judicial. Dessa forma, a proposição contribui para a redução das taxas de juros e do spread bancário.

3) **Eliminar a exigência de um decreto presidencial para instituições bancárias estrangeiras operarem no País**, o que está previsto na Lei 4595/64. Um relatório ao PLS 102/2007 (que busca atualizar a lei de regulamentação do sistema financeiro) foi apresentado na CAE e dispensa essa exigência. Alternativamente, essa matéria poderia se constituir uma proposição legislativa autônoma para tratar especificamente dessa questão.

4) **Aprovação pela Câmara dos Deputados do PLP 499/2018**, que trata da competência compartilhada pelo Cade e Banco Central dos



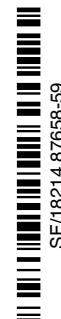
processos de fusões e aquisições no âmbito do sistema financeiro, já destacado anteriormente.

b) Banco Central

O chamado open banking é um sistema de compartilhamento de informações bancárias que confere ao consumidor e não aos bancos o poder de decidir com quais instituições seus dados financeiros serão compartilhados. Seu principal pressuposto é que dados bancários são propriedade do consumidor e não dos bancos. Esse princípio está de acordo com a Lei de Proteção de Dados Pessoais, aprovada recentemente pelo Congresso e sancionada pelo Presidente da República (Lei 13709/2018).

Na Europa já está em vigor um sistema de open banking conhecido como PSD2. No Brasil, o Banco Central já indicou que irá apresentar em breve uma proposta de open banking.

A criação de um sistema de open banking no Brasil tem o potencial de reduzir significativamente o spread bancário. No entanto, para que essa finalidade seja atingida, seria importante que o compartilhamento de informações não se limitasse a pagamentos, e fosse estendido também a produtos de crédito, seguro e aplicações financeiras, a exemplo do modelo australiano. Em particular, um sistema que permitisse a portabilidade de crédito seria importante para fomentar o mercado secundário de direitos creditórios, permitindo que empresas e consumidores obtenham ofertas mais vantajosas, como taxas de juros mais baixas e prazos de pagamento mais longos.



SF/18214.87658-59



c) CADE

Para que o cadastro positivo possa ter pleno efeito, é necessário que o CADE atue no sentido de coibir condutas anticompetitivas que possam inibir o compartilhamento de informações.

Nesse sentido, é preocupante que o CADE tenha aprovado em 2016 a criação de um Birô de Crédito formado pelos 5 maiores bancos do país (GIC). É de grande importância que essa instituição atue para que as informações dos consumidores sejam efetivamente compartilhadas e acessíveis para entrantes no mercado de crédito, em particular fintechs.

Mercado de Meios de Pagamento

Como destacado anteriormente, a forte verticalização do setor cria grandes entraves à competição. Alguns grupos financeiros controlam todos os elos da cadeia de pagamentos: bandeira, emissão e credenciadora. Além disso, a governança do Sistema de Controle de Garantias (SCG), é estabelecida pelos grandes bancos, o que resulta em barreiras à entrada de novos players e dificulta o acesso ao crédito por parte de pequenas empresas, através das chamadas travas bancárias (travas relacionais), que travam os recebíveis de cartão de crédito mesmo quando estes excedem o valor da transação.

Para lidar com esse problema, propomos as seguintes medidas:

a) Congresso Nacional

O chamado parcelado lojista, em que o varejista recebe o pagamento em 30 dias ou mais (dependendo do número de parcelas), consiste em um mecanismo de financiamento do lojista ao comprador que



surgiu em decorrência das taxas de juros elevadas. Como os recebíveis do cartão de crédito são garantidos pelo emissor, o lojista consegue financiar o pagamento a taxas de juros mais baixas que as que o comprador obterá se tentasse obter o crédito diretamente junto ao banco.

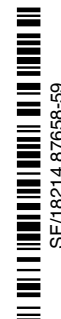
Portanto, não é desejável que o Congresso Nacional tente interferir nesse arranjo através de proposições legislativas que determinem o prazo de pagamento aos lojistas, por exemplo. As ações a serem tomadas devem ser no sentido de fomentar o mercado de recebíveis de cartão de crédito. Como desde 2013 o Banco Central é o regulador do mercado de meios de pagamento e o CADE tem o mandato de defesa da concorrência, cabe a essas instituições regular e coibir condutas anticompetitivas no setor.

Seguem abaixo algumas recomendações:

b) Banco Central

1) Este ano o Banco Central estabeleceu um teto para a tarifa de intercâmbio de cartões de débito (Circular 3887/18). **Seria recomendável que o BC também estabelecesse um limite para a tarifa de intercâmbio do cartão de crédito.** Essa medida coibiria a prática de subsídios cruzados, em que o mesmo grupo controlador pratica descontos predatórios por intermédio de sua credenciadora e compensa as perdas com elevação da tarifa de intercâmbio (estabelecida pela bandeira e paga ao banco emissor).

2) Ao invés de impor às Instituições de Pagamento a adesão ao Sistema de Controle de Garantias (SCG), cuja governança é estabelecida pelos grandes bancos, o Banco Central deveria estabelecer regras e padrões que viabilizem a criação de um sistema de registro de recebíveis de cartão de crédito.



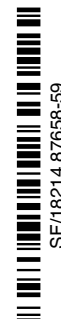
Recentemente o Banco Central colocou em consulta pública (Consulta Pública 68) uma proposta de criação de um sistema de registro de recebíveis, que acaba com a trava relacional (limitando essa trava ao valor das transações) e cria padrões de interoperabilidade para o compartilhamento de informações entre as registradoras.

Esse nos parece o caminho adequado para o fortalecimento das garantias de recebíveis de cartões de crédito, com consequente redução das taxas de juros, especialmente para as pequenas empresas.

c) CADE

Desde abril de 2017 até setembro deste ano, foram firmados pelo CADE 11 Termos de Compromisso de Cessação (TCCs) envolvendo as maiores instituições financeiras e controladas para que sejam cessadas condutas danosas à competição no mercado de meios de pagamentos. As instituições são acusadas de discriminação e recusa de contratar nas operações de crédito, relacionadas a recebíveis de cartões, os clientes de credenciadoras concorrentes de suas controladas. As condutas se referem a questões como mecanismo de trava de domicílio bancário, práticas de retaliação e venda casada, discriminação da cobrança de tarifas de trava bancária (credenciadoras vinculadas aos grandes bancos cobram tarifas maiores dos bancos de pequeno e médio porte em relação aos seus controlados), e contratos de incentivo (redução da taxa de desconto com objetivo de capturar um determinado volume mensal de vendas).

A recorrência de condutas anticompetitivas por parte de grupos verticalizados indica que os TCCs têm sido insuficientes para estimular a concorrência no setor de meios de pagamento.

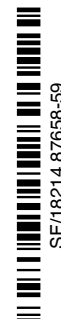


Nesse sentido, deveria ser considerada a possibilidade de proibição pelo CADE de que o mesmo grupo financeiro seja controlador de empresas que atuam em todos os elos do sistema de pagamentos: bandeira, emissão e credenciadora. Em outras palavras, proibir a verticalização poderia ser uma medida mais efetiva que o padrão atual de punições através de multas. Alguns países já caminharam nessa direção, tais como: Israel, Chile, Argentina, União Europeia, Austrália e Estados Unidos.

Portanto, essas sugestões buscam estimular à competição e redução dos *spreads* bancários, sobretudo por meio dos avanços trazidos pelas inovações tecnológicas. Dessa forma, os consumidores poderão escolher serviços financeiros mais eficientes e efetivos e também estaremos contribuindo para a inclusão financeira de parcela substancial da população atualmente desbancarizada. Além disso, estaremos ampliando o acesso ao crédito a taxas mais atrativas para as pequenas e médias empresas que são mais penalizadas nesse mercado.

Penso que a CAE, ao finalizar essa etapa de trabalhos sobre as reformas microeconômicas, dá uma grande contribuição ao país. Quando começamos essa discussão, realcei que o Brasil precisa crescer mais e melhor. E a capacidade do país de crescer de forma sustentável dependerá, crucialmente, do crescimento da nossa produtividade – ou seja, da capacidade de produzir mais com menos.

Depois de quase dois anos de debates nessa comissão, temos em mãos um roteiro das reformas essenciais para melhorar de forma significativa o ambiente de negócios no Brasil. Concluímos agora com esse relatório que enfrenta a questão dos *spreads* bancários. A queda estrutural e sustentável do custo do crédito é condição primordial para aumentar a eficiência e a produtividade da economia.



SF/18214.87658-59



Essa é uma agenda extensa, multifacetada, que envolve vários atores. O Senado cumpre seu papel, ao ser parte ativa e provocadora do diálogo com o Banco Central, o Ministério da Fazenda, o setor produtivo e financeiro, e ao oferecer propostas no âmbito legislativo e recomendações ao Executivo.

É papel desta Casa continuar a exercer esse protagonismo, acompanhar de forma diligente a implementação dessa agenda, cobrar os resultados, colaborar com os avanços. Nesse sentido, aprovamos um importante projeto de resolução, para que o Chefe da Casa Civil preste contas semestralmente a essa Comissão das ações e da evolução da agenda da produtividade e redução do Custo Brasil.

Para o novo governo, que se inaugura em janeiro próximo, essa é uma agenda irrecusável. O Executivo precisa ter sentido de direção e urgência, e dar centralidade ao enfrentamento dos grandes desafios que temos pela frente.

Já avançamos em muitos pontos, como já observado. Mas há ainda um longo e duro caminho a percorrer. O que se espera, da próxima legislatura e do próximo governo, é a capacidade de prosseguir, com estratégia e persistência, nessa agenda de reformas que irá definir nosso potencial de desenvolvimento futuro.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18214.87658-59





Senado Federal

51

Relatório de Registro de Presença
CAE, 13/03/2018 às 10h - 5ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

PMDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. ÂNGELA PORTELA
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA PRESENTE
LINDBERGH FARIAS PRESENTE	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, PV, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
DALIRIO BEBER PRESENTE	2. SÉRGIO DE CASTRO
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO PRESENTE	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPIANO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO PRESENTE
OMAR AZIZ PRESENTE	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. VAGO
TELMÁRIO MOTA	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





52

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO**(RQE 9/2018)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR
PARECER DA CAE.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 118, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2018, que Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Valdir Raupp

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2018 (Projeto de Lei nº 2.281, de 2015, na Casa de origem), do Deputado Jutahy Junior, *que altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica.*



Relator: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 115, de 2018 (Projeto de Lei nº 2.281, de 2015, na Casa de origem), do Deputado JUTAHY JUNIOR, *que altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica.*

A proposição é composta de três artigos. O primeiro é destinado a enunciar o objeto da futura lei, que é a proibição da exclusão de pessoas jurídicas optantes do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), instituído pela Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, em relação às quais as parcelas de pagamento que efetivem não sejam consideradas suficientes para amortizar a dívida objeto do parcelamento.

De acordo com o art. 2º do PLC, a condição para não exclusão do parcelamento é que as pessoas jurídicas estejam adimplentes com o



2³

programa, ainda que a parcela paga seja de pequeno valor, e estejam de boa-fé. É estabelecido que essas pessoas jurídicas manterão a situação de devedoras até o pagamento total da dívida, independentemente do número de parcelas, conforme estabelecido no acordo inicial.

Por fim, o art. 3º prevê a cláusula de vigência, ao dispor que a nova lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação do projeto apresentado na Câmara dos Deputados, o autor destaca que o Refis foi instituído em 2000 para permitir a regularização de débitos de empresas relativos a tributos de titularidade da União, e que os devedores foram obrigados a desistir de discussões judiciais acerca dos débitos incluídos no programa. Afirma, também, que as parcelas mensais a serem pagas foram calculadas com base em percentuais de receita bruta mensal das empresas, sem a fixação de prazo máximo de quitação da dívida.

O autor alega, na justificação, que, embora as referidas condições tenham sido previstas na Lei nº 9.964, de 2000, ato infralegal editado pela Administração Tributária estabeleceu condição não prevista na lei para excluir as empresas do programa: a consideração de insuficiência do valor das parcelas para amortizar a dívida.

No âmbito de uma conjuntura adversa, o autor sustenta que o projeto é essencial para impedir a arbitrariedade relativa à exclusão das empresas que cumpriram todas as condições do Refis, o que garantirá segurança jurídica das devedoras adimplentes com o programa.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei foi discutido e aprovado no âmbito de suas comissões, sem submissão ao Plenário, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno daquela Casa.

No dia 8 de novembro do corrente ano, a Câmara dos Deputados remeteu o projeto para apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício nº 143, de 2018.

É o relatório.

dn2018-07485



II – ANÁLISE

A competência regimental para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opine sobre a matéria advém da interpretação do art. 99, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No aspecto constitucional, registre-se que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre parcelamentos de tributos federais, e que a iniciativa parlamentar é legítima, nos termos do art. 48, inciso I, e do art. 61, todos da Constituição Federal.

Em relação ao conteúdo do PLC nº 115, de 2018, não há como negar o mérito da proposição. Como bem destacado no relatório apresentado na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, o objetivo do legislador, ao instituir o Refis criado pela Lei nº 9.964, de 2000, foi permitir a regularização dos valores devidos pelas empresas, nos moldes das regras previstas na referida lei.

O avanço da regulamentação infralegal do programa sobre os dispositivos legais é indevido e causador de insegurança jurídica às empresas. É ilícito que, por meio de ato administrativo, sejam criadas condições não previstas em lei para excluir empresas do programa de parcelamento.

Nessa linha, a pessoa jurídica que esteja adimplente e norteadada pela boa-fé mediante recolhimento de parcelas mensais calculadas com base em seu faturamento não pode ser penalizada pelo valor eventualmente baixo de cada prestação, pois se trata de possibilidade decorrente das próprias disposições do programa de recuperação fiscal. Essa foi a vontade do legislador ao editar a Lei nº 9.964, de 2000, para instituir o programa de regularização em questão, e, portanto, deve ser respeitada. Trata-se, na realidade, de observância do princípio da legalidade, previsto como direito fundamental no inciso II do art. 5º da Constituição da República.

Para impor a observância desse princípio, nada mais justo que a aprovação do PLC nº 115, de 2018, o que impedirá o avanço indevido do Fisco sobre as empresas que estão adimplentes com o Refis, nos termos de sua lei criadora.

Registre-se, ainda, que não há impacto orçamentário-financeiro decorrente da aprovação da proposição, visto que apenas reafirma o

dn2018-07485



4⁵

conteúdo da Lei nº 9.964, de 2000, em especial, das regras de adimplemento nela previstas.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e adequação financeira do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2018, e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



dn2018-07485





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 10h - 40ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO PRESENTE	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. DÁRIO BERGER PRESENTE
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA PRESENTE
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA PRESENTE
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
ACIR GURGACZ PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALÍRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO PRESENTE
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA PRESENTE	1. VAGO
LÍDICE DA MATA PRESENTE	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES PRESENTE	3. CIDINHO SANTOS PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 115/2018)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O
PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 119, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre a Mensagem (SF) nº 113, de 2018, que Propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP.”.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Armando Monteiro

RELATOR ADHOC: Senador Flexa Ribeiro

04 de Dezembro de 2018



PARECER N° , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Mensagem (SF) nº 113, de 2018, da Presidência da República (nº 685, de 3 de dezembro de 2018, na origem) que *propõe, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de São Paulo, no Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.*

RELATOR: Senador ARMANDO MONTEIRO

I – RELATÓRIO

A Mensagem nº 113, de 2018, do Presidente da República (nº 685, de 3 de dezembro de 2018, na origem), ora sob análise desta Comissão, contém pleito para que seja autorizada operação de crédito externo, com garantia da União, do Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.

O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (Cofix), na forma da Recomendação nº 15/0129, de 18 de janeiro



2³

de 2018. A operação foi ainda credenciada no Banco Central do Brasil no Registro de Operações Financeiras (ROF) sob o número nº TA837204.

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se no Parecer nº 453/2018/COPEM/SURIN, de 7 de novembro de 2018, concluindo que estão atendidas as condições necessárias para a celebração da operação de crédito pretendida, bem como para a concessão de garantia pela União.

Por seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por intermédio do Parecer PGFN/COF/Nº 157/2018, de 29 de novembro de 2018, reconhece a legalidade das minutas contratuais e a regularidade dos documentos requeridos, de forma que não faz objeção à realização da operação.

II – ANÁLISE

O art. 52, inciso V, da Constituição Federal, confere ao Senado Federal a competência privativa para autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Cabe também à Casa Alta dispor sobre os limites globais e as demais condições para as operações de crédito externo dos entes federados, incluída a administração indireta, e para a concessão de garantia da União para operações de crédito, conforme os incisos VII e VIII do mesmo dispositivo constitucional.

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional no seu referido parecer, o pleito atende às exigências das resoluções do Senado Federal e do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O programa está inserido no Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2018-2021, estabelecido pela Lei nº 16.773, de 27/12/2017 e conta com dotações necessárias e suficientes no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2019, quanto ao ingresso dos recursos, ao aporte da contrapartida e ao pagamento dos encargos da operação. Tal projeto de lei encontra-se em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo sob o nº 536/2018.

A Lei Municipal nº 16.757, de 14 de novembro de 2017, autoriza a contratação da presente operação de crédito externo e a oferecer, em contragarantia à garantia da União, as receitas tributárias relativas aos arts. 156, 158 e 159 incisos I, “b” da Constituição Federal, nos termos do § 4º do artigo 167 da mesma Carta, bem como outras garantias em direito admitidas.

ht2018-08011



Ainda de acordo com a STN, a capacidade de pagamento do Município de São Paulo foi classificada com “B”, sendo, portanto, passível de ser elegível para o recebimento de garantia da União, pois trata-se de classificação indicativa de situação fiscal forte e risco de crédito baixo.

Em relação à adimplência financeira com a União quanto aos financiamentos e refinanciamentos concedidos e às garantias honradas, a STN afirma que o Município de São Paulo se encontra adimplente, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento de Haveres de Estados e Municípios (SAHEM), instituído por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 106, de 28/03/2012.

A STN cita Certidão do Tribunal de Contas do Município de São Paulo que atesta o cumprimento dos limites de despesa com pessoal e dos gastos mínimos com Saúde e Educação, bem como do pleno exercício das competências tributárias e a observância da chamada Regra de Ouro, definida no art. 167, III da Constituição Federal.

Conforme Declaração do Chefe do Poder Executivo, de 05/11/2018, mencionada no Parecer da STN, as despesas com Parcerias Público-Privada (PPP) firmadas pelo Município situam-se dentro do limite estabelecido no artigo 28 da Lei nº 11.079/2004.

Ademais, a Procuradoria da Fazenda Nacional afirma que as minutas contratuais não contêm disposição de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis do País, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

Enfim, tanto a STN como a PGFN não apresentam óbices para a autorização do presente pleito, ressalvando-se apenas que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja atualizada a verificação da adimplência do Município em face da União, formalizado o contrato de contragarantia e verificado o atendimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

III – VOTO

Em suma, o pleito encaminhado pelo Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, encontra-se de acordo com o que preceitua a legislação vigente, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida com garantia da União, nos termos do seguinte:

ht2018-08011



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Autoriza o Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, autorizado a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Reestruturação e Qualificação das Redes Assistenciais da Cidade de São Paulo - Avança Saúde SP”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – Devedor: Município de São Paulo (Estado de São Paulo);
- II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);
- III – Garantidor: República Federativa do Brasil;
- IV – Valor: até US\$ 100.000.000,00 (setenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);
- V – Juros: LIBOR trimestral acrescida de margem variável;
- VI – Atualização monetária: Variação cambial;

ht2018-08011



VII – Cronograma estimativo de desembolosos: US\$ 28.784.143,18 em 2019, US\$ 42.206.190,73 em 2020, US\$ 15.774.747,65 em 2021, US\$ 8.474.336,28 em 2022 e US\$ 4.760.582,16 em 2023;

VIII – Prazo total: 204 (duzentos e quatro) meses;

IX – Prazo de carência: até 90 (noventa) meses;

X – Prazo de amortização: 114 (cento e quatorze) meses;

XII – Demais encargos e comissões: Comissão de crédito de até 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado. Recursos para inspeção e supervisão de até 1% do valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de São Paulo, situado no Estado de São Paulo, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* fica condicionada:

I – ao cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; e

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de São Paulo e a União, sob a forma de vinculação das cotas de participação do Município na arrecadação da União, segundo o estabelecido nos arts. 158 e 159, inciso I, alínea *b*, ambos da Constituição Federal, bem como das receitas próprias do Município a que se refere o art. 156, também da Constituição Federal, e outras em direito admitidas;

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.



~~6~~⁷

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

ht2018-08011





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 04/12/2018 às 14h30 - 41ª, Extraordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS	4. WALDEMIR MOKA
SIMONE TEBET	5. AIRTON SANDOVAL
VALDIR RAUPP	6. DÁRIO BERGER
FERNANDO BEZERRA COELHO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
GLEISI HOFFMANN	1. GUARACY SILVEIRA
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA	3. PAULO PAIM
JOSÉ PIMENTEL	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA
ACIR GURGACZ	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
TASSO JEREISSATI	1. ATAÍDES OLIVEIRA
RICARDO FERRAÇO	2. DALIRIO BEBER
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
LÚCIA VÂNIA	1. VAGO
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE
VANESSA GRAZZIOTIN	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES	1. PEDRO CHAVES
ARMANDO MONTEIRO	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VICENTINHO ALVES	3. CIDINHO SANTOS





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

TELMÁRIO MOTA



DECISÃO DA COMISSÃO

(MSF 113/2018)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL NOS TERMOS DO PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO APRESENTADO.

04 de Dezembro de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 57, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2017, que Denomina Prefeito Paulo Osny May o viaduto duplo de acesso à cidade de Capivari de Baixo localizado no Km 329,71 da rodovia BR-101, Estado de Santa Catarina.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Wellington Fagundes

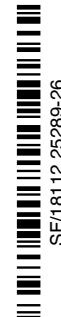
04 de Dezembro de 2018



2

**SENADO FEDERAL****Gabinete Senador Wellington Fagundes****PARECER Nº , DE 2018**

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2017 (Projeto de Lei nº 4.039, de 2012, na Casa de origem), do Deputado Edinho Bez, que *denomina Prefeito Paulo Osny May o viaduto duplo de acesso à Capivari de Baixo, localizado no Km 329,71 da BR-101, no Estado de Santa Catarina.*



SF/18112.25289-26

Relator: Senador WELLINGTON FAGUNDES**I – RELATÓRIO**

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2017 (Projeto de Lei nº 4.039, de 2012, na Casa de origem), do Deputado Edinho Bez, que *denomina Prefeito Paulo Osny May o viaduto duplo de acesso à Capivari de Baixo, localizado no Km 329,71 da BR-101, no Estado de Santa Catarina.*

A proposição se compõe de dois artigos. O art. 1º institui a referida denominação e o art. 2º, por sua vez, determina a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor do projeto destaca a biografia de Paulo Osny May e a relevância de sua atuação como homem público para o município de Tubarão, no Estado de Santa Catarina.

Apresentada na Câmara dos Deputados, a proposição foi examinada e aprovada pelas Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) em regime de apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno daquela Casa.



Chegando ao Senado Federal, para revisão, a proposição foi despachada a esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Após a análise da CE, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do que estabelece o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre projetos que tratam de homenagens cívicas, categoria em que se enquadra o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2017.

Paulo Osny May tem uma história de vida integralmente comprometida com o desenvolvimento da cidade de Tubarão, onde nasceu e veio a falecer, em 2010. Comerciante, professor e advogado de profissão, dedicou-se à política local, tendo ocupado, inicialmente, os cargos de vereador e vice-prefeito. Foi reconhecido pela administração dinâmica, caracterizada por obras relevantes, quando na condição de prefeito.

Dentre os feitos dignos de nota em sua biografia estão a construção do Cemitério Horto dos Ipês, a criação da Fundação Municipal para o Desenvolvimento Social e Comunitário – FUNDESCO e a construção dos ginásios de esportes de Capivari-SC e de Humaitá-SC. Foi, ainda, o responsável pela realização da primeira dragagem do Rio Tubarão, o que aumentou em mais de vinte vezes sua vazão e, conseqüentemente, reduziu o risco de enchentes durante os períodos de chuva.

Valorizar a memória de pessoas como Paulo Osny May é, a um só tempo, perpetuar seus feitos pela cidade e preservar, para as novas gerações, um exemplo de dedicação à vida da coletividade. É, portanto, meritório o projeto.

No que respeita à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

Além do mais, a escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera de lei complementar.



Quanto à juridicidade, a matéria também obedece aos pressupostos do ordenamento jurídico nacional.

A homenagem por meio da atribuição de denominação ao viaduto encontra respaldo no art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que trata da denominação de vias e estações terminais do PNV.

Registre-se, também, que o projeto encontra-se de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Cabe destacar que, em pesquisa realizada na Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexML), não se constatou nenhuma denominação oficial para o trecho rodoviário em questão.

III – VOTO

Verificados o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação à técnica legislativa, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/18112.25289-26





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CE, 04/12/2018 às 11h30 - 48ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
ROSE DE FREITAS	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	2. HÉLIO JOSÉ	
MARTA SUPICY		3. RAIMUNDO LIRA	
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	4. SIMONE TEBET	
EDISON LOBÃO		5. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
ÂNGELA PORTELA		1. GLEISI HOFFMANN	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA	
LINDBERGH FARIAS		3. JORGE VIANA	
PAULO PAIM		4. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE	5. PAULO ROCHA	PRESENTE
KÁTIA ABREU		6. VAGO	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA		1. DAVI ALCOLUMBRE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	2. RONALDO CAIADO	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	4. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
VAGO		2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. LASIER MARTINS	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
CRISTOVAM BUARQUE		1. JOÃO CAPIBERIBE	PRESENTE
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	3. ROMÁRIO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
PEDRO CHAVES		1. MAGNO MALTA	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
EDUARDO LOPES		3. ARMANDO MONTEIRO	

Não Membros Presentes





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ROMERO JUCÁ
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 79/2017)**

NA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR WELLINGTON FAGUNDES, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

04 de Dezembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 58, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2018, que Inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ulysses Silveira Guimarães.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador João Alberto Souza

RELATOR ADHOC: Senadora Regina Sousa

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2018 (nº 6.259, de 2016, na Casa de origem), da Presidência da República, que *inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ulysses Silveira Guimarães*.



Relator: Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2018 (nº 6.259, de 2016, na Casa de origem), da Presidência da República, que *inscreve no Livro dos Heróis da Pátria o nome de Ulysses Silveira Guimarães*.

A proposição consta de dois artigos, dos quais o primeiro determina a inscrição do nome de Ulysses Silveira Guimarães no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. O art. 2º determina, por sua vez, a entrada em vigor da projetada lei na data de sua publicação.

Na justificação, que consiste na Exposição de Motivos nº 52, de 2016, do Ministério da Cultura, exalta-se a trajetória política de Ulysses Guimarães, descrito como um dos mais ativos opositores à ditadura militar.

Aprovada pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania na Câmara dos Deputados, a proposição foi encaminhada, no Senado Federal, ao exame da CE, devendo, se aprovada, ser submetida ao crivo do Plenário.

Não foram apresentadas emendas.



2³

II – ANÁLISE

Compete à CE opinar sobre proposições que tratem de homenagens cívicas, tal como a presentemente analisada, de acordo com o art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Ulysses Silveira Guimarães nasceu no dia 6 de outubro de 1916, na vila Itaqueri da Serra, então pertencente ao Município de Rio Claro, hoje distrito do Município de Itirapina, no Estado de São Paulo.

Veio à Capital Paulista para ingressar na tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, onde já se destaca por sua ativa participação na vida acadêmica e na política estudantil. Depois de trabalhar como professor e advogado, e exercer cargos na diretoria do Santos Futebol Clube, Ulysses ingressa, com a redemocratização, no Partido Social Democrático (PSD), sendo eleito, em 1947, Deputado Estadual de São Paulo. Em 1951, é a vez de ser eleito Deputado Federal, o primeiro de onze mandatos consecutivos como representante, na Câmara dos Deputados, da população paulista. Sua única experiência no Poder Executivo dura cerca de um ano, assumindo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior na breve experiência parlamentarista com o Primeiro Ministro Tancredo Neves.

Embora tendo apoiado, em um primeiro momento, o golpe militar que depôs João Goulart, Ulysses Guimarães logo se destacará como um combativo opositor ao regime ditatorial que se instala. Filia-se, com a instalação do bipartidarismo, ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), do qual se torna Presidente em 1971. Desde esse período o Dr. Ulysses empenha seu talento comunicativo e seu bom humor, sua capacidade de articulação e liderança, em uma luta incessante contra os desmandos da ditadura e pela defesa das liberdades civis e políticas. Lança-se, em 1973, como “anticandidato” às eleições indiretas para Presidente da República, difundindo o anseio pela retomada dos rumos democráticos, mesmo sem chances de vencer no colégio eleitoral.

Como líder da oposição parlamentar, Ulysses Guimarães estará nas frentes mais relevantes de luta contra o regime ditatorial e pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito. Destaquem-se, nesse sentido, a campanha pela anistia política, no final da década de 1970, e o memorável movimento pelas eleições diretas, em 1984, quando recebe o apelido consagrador de Senhor Diretas. Em decorrência desse movimento de massas, no qual se empenharam unidas, já em um ambiente pluripartidário,



SF/18890.95684-07



as principais lideranças oposicionistas do País, Tancredo Neves se elege na última eleição indireta para Presidente da República, viabilizando o fim da ditadura militar. Ulysses conquista, então, posição de proeminência como Presidente da Câmara dos Deputados, conduzindo, ademais, os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que trará à luz a Constituição Cidadã, como ele a batizou.

Prosseguindo incansavelmente a luta por um Brasil democrático, justo e soberano, Ulysses Guimarães, pouco após completar seus 76 anos, falece em uma colisão com o mar de Angra dos Reis no helicóptero de seu amigo, Severo Gomes, juntamente com suas esposas, no dia 12 de outubro de 1992. O corpo de Ulysses foi o único, entre os dos quatro passageiros e do piloto, que jamais foi encontrado.

O exemplo de Ulysses Guimarães avulta ao longo de sua atuação, por quatro décadas e meia, nas lides políticas do País, defendendo, lúcido e destemido, a causa da liberdade e da convivência fraterna e democrática de seus concidadãos, em busca do bem de todos. Confirma-se assim, seu lugar como uma das mais destacadas personalidades políticas da história republicana, merecendo ter seu nome inscrito como herói da Pátria.

A proposição coaduna-se com as determinações da Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria. Conforme a redação dada a seu art. 2º pela Lei nº 13.229, de 2015, a distinção será prestada por meio de lei, decorridos 10 (dez) anos da morte ou da presunção da morte do homenageado.

Posteriormente à apresentação do projeto na Câmara dos Deputados, coincidente com o ano do centenário de Ulysses Guimarães, a Lei nº 13.433, de 12 de abril de 2017, alterou a redação do art. 1º da Lei nº 11.597, de 2007, mudando o nome do livro que recebe as inscrições em pauta para Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Convém, portanto, fazer duas emendas de redação para ajustar o texto da proposição ao novo contexto jurídico.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices à aprovação da matéria.



SF/18890.95684-07



4⁵

III – VOTO

Consoante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2018, com as emendas que se seguem:

EMENDA Nº -CE

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2018:

“Inscreve o nome de Ulysses Silveira Guimarães no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.”

EMENDA Nº -CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 2018:

“**Art. 1º** Será inscrito o nome de Ulysses Silveira Guimarães no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, Distrito Federal.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 04/12/2018 às 11h30 - 48ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
ROSE DE FREITAS	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	2. HÉLIO JOSÉ	
MARTA SUPPLY		3. RAIMUNDO LIRA	
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	4. SIMONE TEBET	
EDISON LOBÃO		5. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
ÂNGELA PORTELA		1. GLEISI HOFFMANN	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA	
LINDBERGH FARIAS		3. JORGE VIANA	
PAULO PAIM		4. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE	5. PAULO ROCHA	PRESENTE
KÁTIA ABREU		6. VAGO	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA		1. DAVI ALCOLUMBRE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	2. RONALDO CAIADO	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	4. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
VAGO		2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. LASIER MARTINS	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
CRISTOVAM BUARQUE		1. JOÃO CAPIBERIBE	PRESENTE
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	3. ROMÁRIO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
PEDRO CHAVES		1. MAGNO MALTA	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
EDUARDO LOPES		3. ARMANDO MONTEIRO	

Não Membros Presentes





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ROMERO JUCÁ
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 39/2018)**

NA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATORA “AD HOC” A SENADORA REGINA SOUSA, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA. NA OCASIÃO, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS Nº 1-CE (DE REDAÇÃO) E Nº 2-CE (DE REDAÇÃO).

04 de Dezembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 59, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2018, que Institui o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senadora Marta Suplicy

RELATOR ADHOC: Senadora Maria do Carmo Alves

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº40, de 2018 (Projeto nº 6.446, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Marcio Luiz Alvino de Souza, que *institui o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul*.

Relatora: Senadora **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2018 (Projeto nº 6.446, de 2016, na Casa de origem), do Deputado Marcio Luiz Alvino de Souza, que *institui o Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul*.

A proposição contém dois artigos. O primeiro institui a referida efeméride, que será celebrada no dia 23 de setembro de cada ano. O segundo prevê a entrada em vigor da futura lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor remonta as origens geográficas do rio, que banha diversos municípios, e destaca a sua importância socioeconômica.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi examinada e aprovada, em caráter conclusivo, nos termos do art. 24, II, daquela Casa,



SF/18835.77118-82



pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Nesta Casa, a proposição recebeu despacho pelo exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Em caso de aprovação, segue para o Plenário. Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em projetos que versem sobre datas comemorativas, tema da proposição em análise.

O rio Paraíba do Sul nasce na Serra da Bocaina, no município paulista de Areias, com o nome de Paraitinga, e é rebatizado no momento em que encontra o rio Paraibuna, no município paulista de Cunha. Possui uma extensão total de aproximadamente 1120 km no sentido leste-oeste, sendo considerado o rio mais importante do Estado do Rio de Janeiro. Ressalta-se que a Bacia do rio Paraíba do Sul, situada na região hidrográfica do Atlântico Sudeste, abrange uma área de 57.000 km² e banha os estados de São Paulo (23,7%), Minas Gerais (39,6%) e Rio de Janeiro (36,7%).

Desde o seu nascimento até sua foz em Atafona, em São João da Barra, no Rio de Janeiro, as águas de sua bacia banham mais de 180 municípios. Apenas no município fluminense, mais de 13 milhões de pessoas dependem economicamente do rio, em atividades dos setores industrial e agropecuário. O seu curso é marcado por uma série de represas destinadas ao fornecimento de água e de energia elétrica tanto para os habitantes da bacia quanto para os habitantes da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A data sugerida pelo projeto em tela, 23 de setembro, coincide com a data de fundação do Movimento Nascentes do Paraíba do Sul, que desde 2001 empreende ações com o fim de valorizar e preservar a nascente do rio e o seu curso d'água.



Acreditamos que a instituição da referida data comemorativa contribuirá para a preservação da nascente do rio Paraíba do Sul e gerará desdobramentos positivos em termos econômicos, sociais e ambientais.

Por ser a única comissão a se manifestar sobre a proposição, compete à CE analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

Com relação a esses aspectos, não vislumbramos óbice à sua aprovação. A matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Além disso, não há reserva de iniciativa.

Ademais, a redação é adequada e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Por fim, o projeto atende às determinações da Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que *fixa critério para instituição de datas comemorativas*.

O referido diploma legal estabelece que a instituição de datas comemorativas deverá obedecer ao critério da alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Afirma, ainda, que a definição do critério de alta significação será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas realizadas, devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos segmentos interessados.

Em atendimento a essas determinações, o autor informou a realização de audiência pública no Auditório do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), órgão gestor dos recursos hídricos do Estado de São Paulo, em 31 de agosto de 2016, na qual a proposta foi aprovada. A audiência teve por finalidade discutir a criação do *Dia da Nascente do Rio Paraíba do Sul*, entre outros assuntos. Estiveram presentes na reunião, conforme registrado em ata, especialistas, gestores e pesquisadores envolvidos com o tema.



4⁵

Assim, consideramos cumpridas as exigências legais para a apresentação de projetos que visem a instituir data comemorativa.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 04/12/2018 às 11h30 - 48ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
ROSE DE FREITAS	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	2. HÉLIO JOSÉ	
MARTA SUPICY		3. RAIMUNDO LIRA	
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	4. SIMONE TEBET	
EDISON LOBÃO		5. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
ÂNGELA PORTELA		1. GLEISI HOFFMANN	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA	
LINDBERGH FARIAS		3. JORGE VIANA	
PAULO PAIM		4. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE	5. PAULO ROCHA	PRESENTE
KÁTIA ABREU		6. VAGO	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA		1. DAVI ALCOLUMBRE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	2. RONALDO CAIADO	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	4. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
VAGO		2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. LASIER MARTINS	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
CRISTOVAM BUARQUE		1. JOÃO CAPIBERIBE	PRESENTE
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	3. ROMÁRIO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
PEDRO CHAVES		1. MAGNO MALTA	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
EDUARDO LOPES		3. ARMANDO MONTEIRO	

Não Membros Presentes





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ROMERO JUCÁ
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 40/2018)**

NA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATORA “AD HOC” A SENADOR MARIA DO CARMO ALVES, EM SUBSTITUIÇÃO À SENADORA MARTA SUPPLY.

NA OCASIÃO, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

04 de Dezembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 60, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2018, que Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia

RELATOR: Senador Cristovam Buarque

RELATOR ADHOC: Senador José Medeiros

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2018 (Projeto de Lei nº 6.137, de 2013, na Casa de origem), da Deputada Keiko Ota, que *altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.*



Relator: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 89, de 2018 (Projeto de Lei nº 6.137, de 2013, na Casa de origem), de autoria da Deputada Keiko Ota. A iniciativa pretende obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% do percentual permitido em lei.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi apreciada em Plenário, em regime de urgência, pelas Comissões de Educação e Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), tendo logrado aprovação na forma de substitutivo apresentado pela primeira. Ao chegar ao Senado Federal, a matéria foi distribuída exclusivamente à CE, não tendo recebido emendas.

Ao justificar a iniciativa, a autora defende ser necessário um acompanhamento mais rigoroso da presença dos alunos nas escolas e argumenta que a redução do percentual de faltas necessárias para que seja notificado o Conselho Tutelar resultará em uma intervenção mais precoce do Poder Público, minimizando os prejuízos à aprendizagem.



2³

II – ANÁLISE

O PLC nº 89, de 2018, aborda matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame de mérito da CE, nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Compete, ainda, a este Colegiado emitir parecer sobre a constitucionalidade e a juridicidade da proposição em referência, uma vez que, nesta Casa legislativa, ela foi distribuída unicamente a esta Comissão.

No tocante à constitucionalidade, o projeto de lei cuida de assunto da competência legislativa da União e está de acordo com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa dos parlamentares (art. 61). Também estão atendidos os requisitos de juridicidade da proposição em exame.

Quanto ao mérito, temos que a evasão escolar e a repetência são dois problemas preocupantes da educação brasileira, especialmente no ensino médio, ocasionadas em grande parte por faltas excessivas e falta de interesse do aluno perante o conteúdo das aulas. Outra razão que leva a esses dois indesejados quadros é a falta de maior envolvimento da família com vida escolar do estudante.

Independentemente dessas questões, é certo que o Estado precisa ser atuante na redução do número de faltas para efetivamente cumprir seu dever de oferecer a educação. É necessário que sua atuação possa acontecer antes que faltas exageradas propiciem a repetência, ou pior, o desligamento do aluno da instituição de ensino.

O Conselho Tutelar é justamente o órgão público encarregado pela sociedade de atuar na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Assim, sua notificação em caso de faltas escolares, quando superiores a 30% do percentual permitido em lei, e não mais somente quando superiores a 50%, permitirá a atuação mais oportuna do Estado na vida escolar do estudante faltante. Essa atuação mais antecipada pode reduzir a repetência e evasão escolar.

Nesse sentido, é inegável o mérito da proposição analisada.



SF/18672.08584-16



4

3

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CE, 04/12/2018 às 11h30 - 48ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
ROSE DE FREITAS	PRESENTE	1. VALDIR RAUPP	PRESENTE
DÁRIO BERGER	PRESENTE	2. HÉLIO JOSÉ	
MARTA SUPICY		3. RAIMUNDO LIRA	
JOSÉ MARANHÃO	PRESENTE	4. SIMONE TEBET	
EDISON LOBÃO		5. VAGO	
JOÃO ALBERTO SOUZA		6. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
ÂNGELA PORTELA		1. GLEISI HOFFMANN	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	2. HUMBERTO COSTA	
LINDBERGH FARIAS		3. JORGE VIANA	
PAULO PAIM		4. JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE
REGINA SOUSA	PRESENTE	5. PAULO ROCHA	PRESENTE
KÁTIA ABREU		6. VAGO	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ANTONIO ANASTASIA		1. DAVI ALCOLUMBRE	
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	2. RONALDO CAIADO	
ROBERTO ROCHA	PRESENTE	3. EDUARDO AMORIM	
MARIA DO CARMO ALVES	PRESENTE	4. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
JOSÉ AGRIPINO		5. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
VAGO		2. ANA AMÉLIA	PRESENTE
CIRO NOGUEIRA		3. LASIER MARTINS	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
CRISTOVAM BUARQUE		1. JOÃO CAPIBERIBE	PRESENTE
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	2. RANDOLFE RODRIGUES	
LÍDICE DA MATA	PRESENTE	3. ROMÁRIO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
PEDRO CHAVES		1. MAGNO MALTA	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	2. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
EDUARDO LOPES		3. ARMANDO MONTEIRO	

Não Membros Presentes





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

ROMERO JUCÁ
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES
CIDINHO SANTOS
ACIR GURGACZ



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 89/2018)**

NA 48ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATOR “AD HOC” O SENADOR JOSÉ MEDEIROS, EM SUBSTITUIÇÃO AO SENADOR CRISTOVAM BUARQUE.

NA OCASIÃO, A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

04 de Dezembro de 2018

Senadora LÚCIA VÂNIA

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 21, DE 2018

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2018, que Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senador José Medeiros

04 de Dezembro de 2018

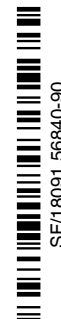




2
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador José Medeiros

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2018 (nº 3.440, de 2015, na origem), da Deputada Moema Gramacho, que *altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.*



SF/18091.56840-90

Relator: Senador **JOSÉ MEDEIROS**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 34, de 2018 (nº 3.440, de 2015, na origem), da Deputada Moema Gramacho, que *altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.*

O art. 1º do projeto estabelece seu objetivo, que é incluir requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais do PMCMV. O art. 2º do PLC modifica os requisitos do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), mediante alteração do inciso II e acréscimo dos incisos V e VI (novos requisitos) ao art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 2009.

A nova redação para o inciso II do art. 5º-A especifica como medidas de adequação ambiental de empreendimentos a gestão de resíduos sólidos, o reaproveitamento da água de chuva, o reúso de águas servidas e a utilização de energia solar, permitindo ainda a adoção de outras medidas. Os novos incisos V e VI do art. 5º-A, por sua vez, estabelecem como requisito



2³

o incentivo: i) à organização social, com a destinação de espaço físico para atividades de lazer, culturais, esportivas e de formação; e ii) à organização produtiva, com a destinação de espaço físico para o funcionamento de empreendimentos individuais ou coletivos voltados à geração de trabalho e renda, entendidos estes como as associações profissionais, cooperativas, microempreendimentos individuais ou coletivos e similares.

O art. 3º da proposição estabelece como cláusula de vigência a data de publicação da lei que resultar da aprovação do projeto.

Na justificação, a autora ressalta a necessidade de “as famílias conseguirem, no âmbito do seu próprio meio habitacional, realizar alguma atividade laboral, o que contribui para o seu sustento material e até mesmo evitar a inadimplência”.

A proposição foi distribuída à CMA e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Não foram apresentadas emendas.

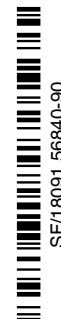
II – ANÁLISE

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CMA opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, em especial sobre proteção do meio ambiente, controle da poluição e conservação da natureza (art. 102-F, *caput* e inciso I, do RISF).

A técnica legislativa do PLC atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, contudo há correções a serem feitas. O termo “reaproveitamento” de água chuva deveria ser substituído por “aproveitamento” de água de chuva, uma vez que seria dada destinação à água pluvial pela primeira vez. A “utilização de energia solar” deveria ser substituída por “geração de energia solar¹”, pois as unidades residenciais serão geradoras, seja para aquecimento da água, seja para geração de energia fotovoltaica.

Do ponto de vista ambiental, a proposição tem muitos méritos. A alteração do inciso II do art. 5º-A inclui abrangente conjunto de medidas de adequação ambiental que geram benefícios ambientais e econômicos para a comunidade, como a redução do valor das faturas de água e de energia elétrica e a venda do material reciclável gerado no conjunto habitacional.

¹ Geração de energia solar: i) sistema de aquecimento de água (SAS); ii) sistema de geração de energia elétrica a partir da radiação solar, por meio do efeito fotovoltaico, ou Sistema Fotovoltaico (SFV).



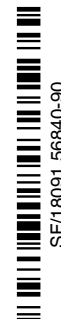
Desse modo, eventual aumento no custo de construção seria tranquilamente compensado com a redução dessas despesas mensais no médio-longo prazo. Ainda, a União poderia suportar parte do custo de implantação, como já vem fazendo no caso da geração de energia solar.

A gestão dos resíduos sólidos nos conjuntos habitacionais compreende a correta separação na origem e a coleta desses resíduos, conforme preconizado pelo art. 9º do Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. O reúso de águas servidas e o aproveitamento de água de chuva, previstos no § 4º do art. 7º do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, são estratégias que podem reduzir o consumo de água potável (logo, reduzir o consumo na fatura de água) e direcionar o uso de água potável a usos mais nobres, como água de beber, preparo de alimentos e higiene pessoal.

Todas as mencionadas medidas constam no “Selo Azul” da Caixa Econômica Federal, principal financiadora da habitação no Brasil. A depender das medidas de adequação ambiental do empreendimento, o Selo garante a construtoras e clientes taxas de juros mais atrativas para construção e aquisição de imóveis.

Quanto ao acréscimo do inciso V ao art. 5º-A, conforme art. 2º do PLC, entendemos que a redação proposta é bastante similar à redação original do inciso IV do art. 5º-A, com exceção do transporte público, que já estaria incluído no inciso III do mesmo artigo, relativo à infraestrutura básica. Por essa razão, apresentamos emenda para suprimir do art. 2º do PLC o inciso V do art. 5º-A.

Com relação ao inciso VI do art. 5º-A, introduzido pelo art. 2º do PLC, entendemos que a destinação de espaço físico para o funcionamento de empreendimentos individuais ou coletivos é um requisito inovador, que pode permitir o desenvolvimento da economia doméstica nos conjuntos habitacionais. Contudo, o dispositivo é bastante aberto e deveria estar condicionado a uma regulamentação, para evitar que se desconfigure a natureza precípua de moradia dos projetos do PMCMV. Sem qualquer delimitação, não estariam definidos os critérios de aquisição de unidades comerciais, quantas unidades comerciais estariam permitidas por conjunto habitacional, entre outros aspectos. Nesse sentido, propomos emenda para que após o “incentivo à organização produtiva” acrescente-se o termo “na forma do regulamento”.



4⁵

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do PLC nº 34, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CMA

Dê-se ao art. 2º do PLC nº 34, de 2018, a seguinte redação:

Art. 2º O art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 5º-A.**

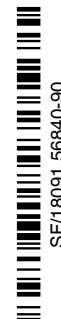
.....
II – adequação ambiental do projeto, incluindo, entre outros, a gestão de resíduos sólidos, o aproveitamento da água de chuva, o reúso de águas servidas e a geração de energia solar;
.....

VI – incentivo à organização produtiva, na forma do regulamento, com a destinação de espaço físico para o funcionamento de empreendimentos individuais ou coletivos voltados à geração de trabalho e renda, entendidos estes como as associações profissionais, cooperativas, microempreendimentos individuais ou coletivos e similares.”
(NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CMA, 04/12/2018 às 15h - 14ª, Extraordinária
Comissão de Meio Ambiente

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
HÉLIO JOSÉ		1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	2. DÁRIO BERGER	PRESENTE
JOÃO ALBERTO SOUZA		3. VAGO	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	4. VAGO	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA		1. ÂNGELA PORTELA	
LINDBERGH FARIAS		2. GLEISI HOFFMANN	
PAULO ROCHA	PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	PRESENTE
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE	1. DALIRIO BEBER	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	2. RONALDO CAIADO	
DAVI ALCOLUMBRE	PRESENTE	3. RICARDO FERRAÇO	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	2. BENEDITO DE LIRA	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOÃO CAPIBERIBE		1. VANESSA GRAZZIOTIN	
CRISTOVAM BUARQUE		2. VAGO	
Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	

Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA
 JOSÉ MARANHÃO
 JOSÉ PIMENTEL
 GARIBALDI ALVES FILHO
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 34/2018)

A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR JOSÉ MEDEIROS QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CMA FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34 DE 2018 COM A EMENDA Nº 1-CMA.

04 de Dezembro de 2018

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 22, DE 2018

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2017, que Altera o art. 3º da Lei nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015 (aumenta o prazo para que conste em embalagens alerta sobre consumo responsável de água).

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senadora Regina Sousa

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2017 (Projeto de Lei nº 4.273, de 2016, na origem), do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que *altera o art. 3º da Lei nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015*.

Relatora: Senadora **REGINA SOUSA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 37, de 2017 (Projeto de Lei nº 4.273, de 2016, na origem), de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá, que *altera o art. 3º da Lei nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015, que obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água*, para alterar o início da vigência da lei no caso de produtos já comercializáveis.

A proposição é composta de um único artigo, que determina que, no caso de produtos já comercializáveis, o prazo de início da vigência da lei inicie-se após dois anos de sua publicação, permanecendo o prazo de início original, de 365 dias, apenas para novos produtos.

Em sua justificção, o autor afirma que a mudança dos rótulos de produtos que já estão em fase de comercialização implicará novos leiautes, tornando o prazo original impraticável, e que o “volume morto” das principais represas já está recuperado.

A proposição tramitou na Câmara dos Deputados pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



2³

No Senado Federal a matéria foi distribuída para análise da CMA e, após a manifestação desta Comissão, será encaminhada à apreciação pelo Plenário.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Meio Ambiente, nos termos do art. 102-F, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre assuntos pertinentes à proteção do meio ambiente e à defesa dos recursos hídricos, assuntos que fazem parte do escopo do PLC nº 37, de 2017. É, portanto, regimental a análise da proposição por esta Comissão.

Por ser a CMA a única comissão a apreciar a matéria, cabe-lhe analisar, além do mérito, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da iniciativa. Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, nada há a opor ao projeto, tendo em vista que compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar sobre conservação da natureza, defesa dos recursos naturais e proteção do meio ambiente, a teor do disposto no art. 24, inciso VI, da Constituição Federal, bem como por não ter sido afetada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, em conformidade com o *caput* do art. 48 da Carta Magna, sendo livre a iniciativa parlamentar.

Quanto ao mérito, entendemos ser necessária e educativa a exigência de mensagens de advertência nos rótulos e embalagens de equipamentos e produtos de limpeza cujo uso implique consumo de água quanto ao uso racional da água e ao risco de escassez desse valioso recurso.

No entanto, julgamos que o prazo que a lei determinou para o início de sua vigência, que é de um ano, é exíguo para produtos que já estavam em plena comercialização quando da publicação da norma. Com efeito, muitos desses produtos têm prazo de validade superior a um ano, e várias unidades já fabricadas quando da publicação da lei permaneciam nas prateleiras do comércio após o início de seu prazo de vigência, o que tornava esses produtos irregulares.

Ademais, a redefinição de leiautes de embalagens e rótulos demanda tempo e recursos financeiros, o que torna impraticável para a maior parte das indústrias, especialmente as menores, a adaptação de toda a sua linha de produtos à nova exigência em tão pouco tempo.

ja2018-01211

SF/18242.83656-97



Para os novos lançamentos, a situação é distinta, pois já está no planejamento das empresas a concepção de novos rótulos e embalagens, o que torna viável a adesão à lei em prazo inferior.

A extensão do prazo para se iniciar a exigência de novos rótulos e embalagens com as mensagens de advertência determinadas pela lei, no caso dos produtos já comercializados, não causará prejuízo para a sensibilização dos consumidores, pois na impossibilidade prática de rápida adequação, já não havia concretamente o resultado que a lei previa, restando ao Estado apenas a obrigação de punir as empresas pelo descumprimento normativo, sem qualquer benefício em termos de indução ao uso racional da água.

Dessa forma, consideramos meritório o PLC nº 37, de 2017. Entretanto, entendemos que a prorrogação por apenas um ano para os produtos que já estão em comercialização é insuficiente. Ainda há um número grande de produtos, de diversas marcas, que estão nas prateleiras em desconformidade com a lei desde 30 de dezembro de 2016. Estender o prazo por um ano significará regularizar as vendas que ocorreram até o dia 30 de dezembro de 2017. Essa regularização é praticamente inócua, pois é quase impossível para a fiscalização identificar situações pretéritas de vendas de produtos em desconformidade com a lei. Ademais, essa prorrogação manteria na clandestinidade os produtos que atualmente estão à venda sem que seus rótulos veiculem mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água.

De fato, desde o início de vigência da Lei nº 13.233, de 2015, já foram transcorridos mais de quatorze meses. E desde a publicação da mencionada lei, mais de vinte e seis meses. Aparentemente esse poderia ser considerado um prazo razoável para a adequação dos produtos. É necessário, porém, observar que o País vem passando por considerável crise econômica desde então, o que criou dificuldades para que o setor empresarial, principalmente as pequenas indústrias, pudesse investir em novos leiautes de embalagens. Assim, acreditamos que estender o prazo de adequação até o final de 2018 é medida razoável, que não prejudicará o objetivo de levar os consumidores à reflexão sobre como estão utilizando os recursos hídricos que a eles são disponibilizados.

À guisa de fecho, notamos, contudo, que o projeto deve ser aprimorado mediante a aplicação de redação mais precisa à cláusula de vigência da lei, de modo a contemplar o intuito da proposição de maneira não ambígua. Portanto, as expressões “novos produtos” e “produtos já



5
4

comercializáveis” devem ser excluídas. A nova redação deve indicar com precisão qual a data limite de início da comercialização que sujeita o produto a um prazo maior de adaptação, especificando também a data em que a exigência imposta pela lei será aplicada. Com a emenda que propomos, atinge-se com clareza o objetivo pretendido pela iniciativa.

Conforme o art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, incumbe ainda a correção da ementa, de modo a explicitar o objeto da proposição, ausente na ementa original, evitando assim o que se denomina “ementa cega”.

Por fim, é necessário incluir artigo na proposição estabelecendo a cláusula de vigência da lei que dela se originar.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2017, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1- CMA

Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2017:

“Altera o art. 3º da Lei nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015, que *obriga, nas hipóteses que especifica, a veiculação de mensagem de advertência sobre o risco de escassez e de incentivo ao consumo moderado de água*, para alterar o início da vigência da lei no que diz respeito aos produtos já em comercialização.”

EMENDA Nº 2-CMA

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2017:

“**Art. 1º** O art. 3º da Lei nº 13.233, de 29 de dezembro de 2015, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

‘**Art. 3º**’

ja2018-01211



6

5

Parágrafo único. Para os produtos cuja comercialização teve início até 30 de dezembro de 2016, o disposto nesta Lei se aplicará a partir de 30 de dezembro de 2018.’ (NR)”

EMENDA Nº 3-CMA

Inclua-se o seguinte art. 2º no Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 2017:

“**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



ja2018-01211





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CMA, 04/12/2018 às 15h - 14ª, Extraordinária
Comissão de Meio Ambiente

MDB	
TITULARES	SUPLENTES
HÉLIO JOSÉ	1. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
ROMERO JUCÁ PRESENTE	2. DÁRIO BERGER PRESENTE
JOÃO ALBERTO SOUZA	3. VAGO
VALDIR RAUPP PRESENTE	4. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTES
JORGE VIANA	1. ÂNGELA PORTELA
LINDBERGH FARIAS	2. GLEISI HOFFMANN
PAULO ROCHA PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA
ACIR GURGACZ PRESENTE	4. REGINA SOUSA PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTES
ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE	1. DALIRIO BEBER PRESENTE
FLEXA RIBEIRO PRESENTE	2. RONALDO CAIADO
DAVI ALCOLUMBRE PRESENTE	3. RICARDO FERRAÇO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTES
OTTO ALENCAR PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS PRESENTE
OMAR AZIZ PRESENTE	2. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTES
JOÃO CAPIBERIBE	1. VANESSA GRAZZIOTIN
CRISTOVAM BUARQUE	2. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTES
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA PRESENTE
CIDINHO SANTOS PRESENTE	2. PEDRO CHAVES

Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA
 JOSÉ MARANHÃO
 JOSÉ PIMENTEL
 GARIBALDI ALVES FILHO
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 37/2017)**

A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA REGINA SOUSA, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CMA, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37 DE 2017, COM AS EMENDAS NOS 1 A 3-CMA.

04 de Dezembro de 2018

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2018

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017, do Senador Eduardo Braga, que Estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável.

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre

RELATOR: Senadora Regina Sousa

RELATOR ADHOC: Senador Valdir Raupp

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017, do Senador Eduardo Braga, que *estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável*.



Relatora: Senadora **REGINA SOUSA**

I – RELATÓRIO

Submete-se ao exame da Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 353, de 2017, do Senador Eduardo Braga, que *estabelece normas gerais sobre agricultura urbana sustentável*.

O art. 1º do PLS indica seu propósito e define agricultura urbana sustentável. Os arts. 2º e 3º estabelecem objetivos e instrumentos do projeto.

O art. 4º dispõe que agricultura urbana sustentável deve respeitar o disposto no plano diretor municipal e que a sua atividade não afasta a incidência de: i) parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, inclusive quando da transferência do imóvel; ii) imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo; e iii) desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública; exceto, nas três hipóteses, se o município dispuser em contrário.

O art. 5º dispõe que a utilização de imóveis da União para a agricultura urbana sustentável deve observar o disposto na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, em especial o art. 18, §§ 1º e 5º, dispositivos que tratam da cessão de imóveis da União.



2³

O art. 6º veda a fixação de moradia por parte de agricultores urbanos quando desenvolverem agricultura urbana sustentável em imóveis de terceiros.

O art. 7º altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, para inserir os agricultores urbanos na categoria de agricultor familiar e empreendedor familiar rural quando cultive área inferior a 5 (cinco) hectares e tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento.

O art. 8º determina como cláusula de vigência a data da publicação da lei que resultar da aprovação da proposição.

A matéria foi distribuída às Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), cabendo à última a decisão terminativa. Não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente, especialmente conservação e gerenciamento do uso do solo para o desenvolvimento sustentável, nos termos do art. 102-F, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao mérito, avaliamos que o PLS nº 353, de 2017, cumpre o louvável papel de incentivar o crescimento da agricultura urbana no Brasil, especialmente em imóveis urbanos desocupados. Primeiro, por uniformizar os objetivos dessa atividade e instituir instrumentos que propiciam seu desenvolvimento. Segundo, por garantir a agricultores urbanos que adotem práticas sustentáveis (ex. reúso de água e compostagem) acesso prioritário aos imóveis disponíveis. Terceiro, por reduzir insegurança jurídica relativa à utilização de imóveis urbanos desocupados, sejam públicos ou privados. Quarto por, equiparar o agricultor urbano ao agricultor familiar, caso cultive até 5 hectares e obtenha pelo menos 50% da renda familiar com o uso da terra, conforme art. 7º do PLS e art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017.

No Brasil, embora existam esparsos programas de fomento à agricultura urbana nos níveis federal, estadual e municipal, a falta de uma lei que estabeleça regras gerais, diretivas e instrumentos de organização e incentivo é um grande gargalo à expansão da atividade. Para sanar essas deficiências, o projeto estabelece instrumentos importantes, como: i)

gc2018-05342



cadastro e sistema de informações, para oferecer informações organizadas sobre imóveis urbanos disponíveis, agricultores urbanos interessados e localização das feiras; ii) aquisições governamentais, para garantir a compra dos produtos da agricultura urbana; iii) incentivos fiscais, financeiros e creditícios, para tornar a agricultura urbana mais competitiva; iv) selo de procedência, que torna o produto mais competitivo por agregar valor social. Ademais, traça objetivos para atividade, no sentido de dar uso produtivo dos imóveis urbanos desocupados, gerar emprego e renda, promover a agricultura familiar e orgânica.

No que concerne à utilização de imóveis da União, o art. 5º do PLS remete à Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, segundo a qual esses imóveis podem ser cedidos a pessoas físicas ou jurídicas, no caso de interesse público ou social ou de aproveitamento econômico de interesse nacional. Essa cessão pode ser realizada por meio de regime de concessão de direito real de uso resolúvel, dispensando-se licitação, quando realizada com associações e cooperativas para cultivo da terra ou outras modalidades de interesse social. Contudo, se a cessão for destinada à execução de empreendimento com fim lucrativo, será onerosa e, caso haja condições de competitividade, estará sujeita a procedimento de licitação.

Para a utilização de imóveis urbanos particulares, o art. 6º do projeto impede que os agricultores urbanos fixem moradia quando explorarem imóveis de terceiros, a fim de evitar eventuais problemas fundiários, bem como incentivar os proprietários dos imóveis a disponibilizá-los para a agricultura urbana.

Quanto aos incentivos fiscais, financeiros e creditícios, a equiparação do agricultor urbano ao familiar permitiria acesso a linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com taxas de juro de até 2,5% ao ano, bem como garantiria acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Nacional de Alimentação Escola (PNAE). A definição de incentivos fiscais como instrumento da lei pode encorajar estados e municípios a reduzirem a carga tributária incidente sobre essas atividades, em particular o IPTU sobre os lotes sob aproveitamento da agricultura urbana.

Com relação à agricultura urbana no mundo, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), que apoia iniciativas de agricultura urbana em países da América Latina e África, estima que essa atividade seja praticada atualmente por 800 milhões de pessoas. O cultivo de imóveis urbanos ociosos contribui para a segurança alimentar, geração de



SF/18547.36033-02



emprego e renda, especialmente em regiões mais pobres. A produção obtida geralmente é consumida pelos agricultores e vendida em mercados populares, portanto transportadas e refrigeradas por pouco tempo. Essas mercadorias possuem a vantagem de serem mais frescas e mais saudáveis, pois é comum que não se utilizem agrotóxicos.

A agricultura urbana sustentável é socialmente inclusiva, gera emprego, renda e segurança alimentar; estimula produção orgânica, alimentação saudável e educação ambiental; favorece integração entre moradores da mesma comunidade; previne ocupação irregular do solo; evita despejo irregular de entulhos; pode recuperar área degradada e dificulta a utilização de lotes abandonados como ponto de venda e consumo de entorpecentes.

Embora meritório, entendemos que há espaço para contribuir com o aprimoramento do PLS. Primeiramente, entendemos que a criação de pequenos animais deve ser retirada do conceito de agricultura urbana sustentável (art. 1º, parágrafo único), pois essa atividade pode ensejar prejuízo ao sossego público e à segurança sanitária nos centros urbanos. Propomos que os agricultores urbanos que implementem sistemas agroflorestais também tenham prioridade no acesso aos instrumentos previstos no art. 3º, § 2º, do PLS. Nesse mesmo dispositivo, sugerimos alargar o conceito de composto orgânico para agregar também o resíduo orgânico de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, observadas as restrições definidas em regulamento. Finalmente, opinamos pela alteração do art. 4º do PLS, para que os agricultores urbanos de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas observem também o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado de que trata o art. 10 da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole).

III – VOTO

Com base no exposto, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 2017, com as emendas seguintes:

EMENDA Nº 1-CMA

Dê-se ao parágrafo único do art. 1º do PLS nº 353, de 2017, a seguinte redação:

Art. 1º

gc2018-05342



SF/18547.36033-02



6

5

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, agricultura urbana sustentável é aquela desenvolvida no modelo de produção orgânico, em imóveis urbanos, públicos ou privados, cultivados para a produção de alimentos, plantas ornamentais e medicinais, para consumo próprio, comercialização ou doação a instituições educacionais e assistenciais.

EMENDA Nº 2-CMA

Dê-se ao § 2º do art. 3º do PLS nº 353, de 2017, a seguinte redação:

Art. 3º

§ 2º Terão prioridade no acesso aos instrumentos previstos neste artigo os agricultores urbanos que utilizarem sistemas agroflorestais, sistemas de aproveitamento de água de reúso ou de chuva para irrigação, bem como adubação com composto proveniente da compostagem da fração orgânica de resíduos sólidos urbanos, observadas as exigências específicas dos órgãos competentes para o emprego dessas técnicas.

EMENDA Nº 3-CMA

Dê-se ao art. 4º do PLS nº 353, de 2017, a seguinte redação:

Art. 4º A agricultura urbana sustentável deve respeitar o disposto no plano diretor municipal, previsto no art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; no plano de desenvolvimento urbano integrado, definido no art. 10 da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, e nos regulamentos municipais.

.....

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

gc2018-05342





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CMA, 04/12/2018 às 15h - 14ª, Extraordinária
Comissão de Meio Ambiente

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
HÉLIO JOSÉ		1. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
ROMERO JUCÁ	PRESENTE	2. DÁRIO BERGER	PRESENTE
JOÃO ALBERTO SOUZA		3. VAGO	
VALDIR RAUPP	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
JORGE VIANA		1. ÂNGELA PORTELA	
LINDBERGH FARIAS		2. GLEISI HOFFMANN	
PAULO ROCHA	PRESENTE	3. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	PRESENTE

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE	1. DALIRIO BEBER	PRESENTE
FLEXA RIBEIRO	PRESENTE	2. RONALDO CAIADO	
DAVI ALCOLUMBRE	PRESENTE	3. RICARDO FERRAÇO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR	PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
OMAR AZIZ	PRESENTE	2. BENEDITO DE LIRA	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
JOÃO CAPIBERIBE		1. VANESSA GRAZZIOTIN	
CRISTOVAM BUARQUE		2. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	

Não Membros Presentes

FÁTIMA BEZERRA
 JOSÉ MARANHÃO
 JOSÉ PIMENTEL
 GARIBALDI ALVES FILHO
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 353/2017)**

A COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE APROVA O RELATÓRIO DA SENADORA REGINA SOUSA, RELATADO AD HOC PELO SENADOR VALDIR RAUPP, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CMA, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 353 DE 2017 COM AS EMENDAS Nº 1 A 3-CMA.

04 de Dezembro de 2018

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Comissão de Meio Ambiente





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 10, DE 2018

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre a Emenda(s) da Câmara dos Deputados nº 1, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2015, que Altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, para dispor sobre o limite de aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)”.
PARECER Nº 10, DE 2018

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol

RELATOR: Senadora Ana Amélia

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre a Emenda da Câmara dos Deputados nº 1, de 2018, ao Projeto de Lei nº 6.901-B, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 186, de 2015, na Casa de Origem), que *altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a fim de estabelecer limite para aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.*



RELATORA: Senadora **ANA AMÉLIA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão a Emenda da Câmara dos Deputados (ECD) nº 1, de 2018, ao Projeto de Lei nº 6.901-B, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 186, de 2015, na Casa de Origem), que *altera o art. 17 da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, a fim de estabelecer limite para aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.*

O PLS nº 186, de 2015, do Senador Cássio Cunha Lima, propõe a alteração da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, com o objetivo de fixar limite mínimo para a aquisição de leite no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. O projeto acrescenta novo parágrafo ao art. 17 da Lei nº 12.512, de 2011, para determinar, com vistas a viabilizar a produção leiteira pelos agricultores familiares, que o limite de aquisição do PAA-Leite, a ser estabelecido em regulamento, deverá garantir a compra de pelo menos 150 (cento e cinquenta) litros de leite por dia de cada produtor pelo período a que se refere o limite.



Na justificação, o Senador Cássio Cunha Lima, ao tempo em que destaca a existência de muitos benefícios proporcionados pelo PAA, critica o teto financeiro semestral de R\$ 4 mil estabelecido, em 2005, pelo Governo Federal, como limite máximo de recursos que podem ser repassados a cada produtor de leite. Trata-se, na visão do Senador, de um valor insuficiente, que vem desestimulando o produtor e inviabilizando sua capacidade produtiva.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa. Em 30 de novembro de 2016, o PLS recebeu parecer favorável na Comissão, tendo sido encaminhado à Câmara dos Deputados em 14 de fevereiro de 2017. Nessa Casa, já como Projeto de Lei nº 6.901, de 2017, a proposição foi distribuída à Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, onde recebeu parecer favorável, e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde foi aprovada emenda para reduzir o limite mínimo de aquisição de leite no âmbito do PAA para 35 (trinta e cinco) litros de leite por dia.

Com a aprovação dessa emenda na Câmara dos Deputados, a matéria retornou ao Senado Federal, em 6 de março de 2018, para sua análise. Registrada como ECD nº 1 de 2018, ao PLS nº 186, de 2015, foi novamente distribuída à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

II – ANÁLISE

Nos termos dos incisos II e IV do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes ao planejamento, ao acompanhamento e à execução da política agrícola e fundiária; e à agricultura familiar e à segurança alimentar. Adicionalmente, de acordo com os arts. 285 a 287 do RISF, cabe a esta Comissão manifestar-se a respeito da ECD nº 1, de 2018, ao PLS nº 186, de 2015.



SF/18505.88812-41



No mérito, estamos seguros da grande relevância social do PLS nº 186, de 2015. Como bem destaca o Senador Cássio Cunha Lima, na justificção do projeto, os Decretos que atualmente regulamentam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não têm conseguido atender a demanda dos produtores de leite, em especial das Regiões Norte e Nordeste do País.

No caso específico da modalidade de Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, o limite financeiro de aquisição foi, inicialmente, fixado, pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, em R\$ 4.000,00, por unidade familiar por semestre. Este valor foi posteriormente alterado pelo Decreto nº 9.214, de 29 de novembro de 2017, que estabeleceu como novo limite R\$ 9.500,00 por unidade familiar por ano (art. 19, I, c). Houve, assim, um reajuste de cerca de 20% no limite do programa.

Contudo, esse reajuste, ainda que benéfico, não implicou qualquer ganho real para o produtor. Entre julho de 2012 (mês de publicação do Decreto nº 7.775, de 2012, que fixou os valores) e novembro de 2017 (mês da publicação do Decreto nº 9.214, de 2017), a taxa de inflação acumulada medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi superior a 40%. Isso significa que, para simplesmente manter o valor de compra do incentivo inicialmente estabelecido, os valores relativos à modalidade Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite deveriam ter sido reajustados de R\$ 4.000,00 para cerca de R\$ 5.600,00 por semestre ou R\$ 11.200,00 por ano. Dessa forma, ainda que consideremos o reajuste realizado no fim de 2017, o incentivo familiar implementado por meio do programa vem sendo corroído pela inflação nos últimos 6 anos.

O programa teria, portanto, muito a ganhar com uma estrutura normativa mais robusta. A transposição do conteúdo do Decreto para a Lei aumenta significativamente a segurança jurídica ao produtor. Além disso, a fixação de limites em termos de quantidades – e não de valores – diminui a probabilidade de que os incentivos do programa sejam corroídos pela inflação, como vem ocorrendo até então.



SF/18505.88812-41



No entanto, em que pese os acertos do projeto original, é importante evitar que a proposição leve a um desbalanceamento de recursos entre as seis modalidades do PAA (Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Apoio à Formação de Estoques, Compra Institucional e Aquisição de Sementes). Dada a limitação orçamentária do programa, ao se determinar a ampliação, por lei, da aquisição de produtos de uma modalidade específica – Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite –, o projeto tende a privilegiar esta modalidade em detrimento das demais.

Originalmente, o PLS nº 186, de 2015, previa que o limite de aquisição seria de, no mínimo, 150 litros de leite por dia de cada produtor, um aumento expressivo em relação aos limites atualmente vigentes. Nesse sentido, o limite de 35 litros por dia, proposto e aprovado pela Câmara dos Deputados, mostra-se mais factível e com menor potencial de afetar significativamente outras modalidades do PAA. É importante ter em mente que os limites atualmente definidos pelo Decreto nº 9.214, de 2017, são limites máximos; já a ECD nº 1, de 2018, prevê limites mínimos.

Nesse sentido, estamos seguros de que a ECD nº 1, de 2018, ainda que haja reduzido os limites mínimos inicialmente propostos, mantém a característica essencial do PLS nº 186, 2015, ao aprimorar o marco regulatório do PAA-Leite, tornando-o um instrumento mais eficiente para garantir o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, em especial nas regiões Norte e Nordeste do País.



SF/18505.88812-41



6

5

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** da Emenda da Câmara dos Deputados nº 1, de 2018, ao Projeto de Lei do Senado nº 186, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CRA, 04/12/2018 às 11h - 25ª, Extraordinária
 Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
ELMANO FÉRRER		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
DÁRIO BERGER	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	1. GUARACY SILVEIRA	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN	
REGINA SOUSA		3. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. PAULO PAIM	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
DALIRIO BEBER	PRESENTE	1. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
EDUARDO AMORIM		2. DAVI ALCOLUMBRE	
RONALDO CAIADO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
IVO CASSOL	PRESENTE	2. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. VAGO	
VAGO		2. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 ATAÍDES OLIVEIRA
 AIRTON SANDOVAL
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(ECD 1/2018)

NA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, REALIZADA NO DIA 04/12/2018, FOI APROVADO O RELATÓRIO DA SENADORA ANA AMÉLIA, FAVORÁVEL À EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS Nº 1/2018.

04 de Dezembro de 2018

Senador IVO CASSOL

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 11, DE 2018

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2015, do Senador Alvaro Dias, que Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol

RELATOR: Senador Waldemir Moka

04 de Dezembro de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2015, do Senador Alvaro Dias, *que modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.*

Relator: Senador **WALDEMIR MOKA**

I – RELATÓRIO

A proposição em exame é o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 214, de 2015, do Senador ALVARO DIAS, que modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.

A proposição contém dois artigos, sendo que o art. 1º altera a redação do Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, e o art. 2º trata da cláusula de vigência.

Conforme a justificação que acompanha o PLS, o autor argumenta que a silvicultura é uma atividade agrícola, mas não foi contemplada com o veto presidencial que excluiu as atividades agropecuárias da cobrança de Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA), e permaneceu no rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais.



Após ser analisado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o PLS foi enviado à Comissão de Meio Ambiente (CMA), à qual **coube** a decisão terminativa.

Por meio de Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão, nos termos do Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF, a matéria seguiu para apreciação no Plenário da Casa, onde foram apresentadas ao PLS nº 214, de 2015 as Emendas nºs 2 e 3 – Plen, do Senador Lindbergh Farias, fato que resultou na redistribuição da matéria às Comissões originais para apreciação das referidas emendas.

Assim, após reanálise da presente Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o PLS será enviado à Comissão de Meio Ambiente (CMA), para que também aprecie as emendas apresentadas.

Para maior clareza e vista a importância de excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, manteremos a análise originalmente feita pela CRA e acrescentaremos aos termos do relatório original a análise das emendas de Plenário.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre assuntos correlatos à utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos (inciso IX) e à tributação da atividade rural (inciso XI).

Com respeito ao mérito, entende-se ser o Projeto de Lei muito justo. Conforme informação contida em página na Internet da Agência Embrapa de Informação Tecnológica (AGEITEC), silvicultura é a arte e a ciência que estuda as florestas naturais ou artificiais, com o objetivo de restaurar e melhorar o povoamento vegetal, para atender às exigências do mercado ou para a manutenção, o aproveitamento e o uso consciente das florestas, sem prejudicar o equilíbrio ecológico.

A silvicultura moderna não tem apenas a finalidade de produzir madeira, mas também serviços e bens. Seu desenvolvimento pressupõe o levantamento de informações sobre as condições do sítio ecológico, tipo de intervenção silvicultural, capacidade de regeneração e crescimento, e intensidade de exploração. É preciso, também, desenvolver um plano das atividades florestais, compreendido por estudo do clima, determinação da

hm2018-07454



espécie e escolha do material genético, produção de mudas, preparo do solo, controle de pragas, colheita planejada, tratos culturais e silviculturais.

A adoção da silvicultura tem sido estimulada em sistemas produtivos caracterizados pela Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). Inclusive, recentemente, a Lei nº 12.805, de 29 de abril de 2013, instituiu a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta.

Por sua vez, o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC) tem, entre as finalidades do crédito de investimento ofertado, a implantação e o melhoramento de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, e de sistemas agroflorestais (ABC Integração).

Além disso, a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que aprovou o Novo Código Florestal, em seu art. 72, equipara a atividade de silvicultura, quando realizada em área apta ao uso alternativo do solo, à atividade agrícola. Ademais, o Novo Código prevê, no Capítulo VII, diversos cuidados como, por exemplo, a aprovação prévia, junto a órgão integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), de Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) para exploração de florestas nativas e formações sucessoras, de domínio público ou privado, e de Plano de Suprimento Sustentável (PSS), para empresas industriais que utilizam grande quantidade de matéria-prima florestal.

O mencionado art. 72 do Novo Código Florestal foi, inclusive, objeto do recente Decreto nº 8.375, de 11 de dezembro de 2014, que define a Política Agrícola para Florestas Plantadas, o qual prevê que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento elaborará um Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF), com horizonte de dez anos a ser atualizado periodicamente.

Atualmente, o plantio de árvores para fins industriais representa um importante elemento de sua cadeia produtiva, contribuindo para a sustentabilidade econômica, social e ambiental das atividades do setor.

No aspecto econômico, apesar de ocupar pequena parcela da área produtiva do País, o cultivo de árvores para uso industrial tem apresentado resultados muito positivos na balança comercial brasileira. Graças ao desempenho destacável, o segmento de base florestal ocupa o terceiro lugar em valor agregado à balança comercial do agronegócio, perdendo apenas para o complexo soja e para o complexo carnes.

hm2018-07454



Do ponto de vista social, os impactos estão diretamente relacionados ao aumento da atividade econômica regional, com efeitos diretos sobre o nível de renda, a qualidade de vida e a melhoria da infraestrutura regional, tendo em vista que a produção de madeiras tende a se localizar em áreas de baixos índices de desenvolvimento econômico e humano.

Em relação aos aspectos ambientais, o setor se apresenta altamente comprometido com o atendimento da legislação, critérios de certificação e com a promoção de práticas que fomentam a recuperação de áreas degradadas e a formação de corredores ecológicos, além de serem as florestas plantadas fontes de pesquisas para temas estratégicos para a sobrevivência humana. Nesse sentido, não é demais lembrar que a silvicultura oferece mais de cinco mil produtos de uso comum no nosso dia-a-dia, como móveis, ferramentas, produtos médicos, cosméticos, produtos de limpeza e tantos outros, entre eles a produção de biocombustíveis, que se apresenta como mais uma alternativa sustentável aos combustíveis fósseis.

Com uma área plantada de 7,6 milhões de hectares em 2013 e com cerca de 60% dos plantios certificados, há estimativas de que essa área mais do que dobre de tamanho entre 2020 e 2030, oferecendo oportunidades de emprego e renda nos estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins, alcançando mais de 1.400 municípios.

O Brasil, apesar de participar no contexto mundial com apenas 2,9% da área total destinada ao cultivo de espécies silvícolas para fins industriais, contribui atualmente com 17% de toda madeira colhida no planeta, graças à alta produtividade de nossas explorações, sendo o eucalipto e o pinus as espécies mais plantadas, com 72% e 20,7%, respectivamente, enquanto a acácia, a teca, a seringueira, a paricá e as demais espécies somam 7,3% da área ocupada com árvores plantadas. Não por acaso, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, afirma que o Brasil apresenta as maiores taxas de produtividade em florestas plantadas do mundo, oferecendo, conforme atesta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 90% de toda a oferta de matéria-prima de base florestal para as indústrias, gerando desenvolvimento rural e integrando outras cadeias produtivas.

Em relação às alterações climáticas, o setor de florestas plantadas tem demonstrado atenção às iniciativas e estudos voltados para

hm2018-07454



compreensão do potencial mitigatório de gases de efeito estufa, via captura de CO₂ atmosférico. Nesse aspecto, é importante destacar que, somente em 2013, os 7,6 milhões de hectares de área de plantio florestal no Brasil foram responsáveis pelo estoque de aproximadamente 1,67 bilhão de toneladas de CO₂, dando uma contribuição de alta relevância ao equilíbrio ambiental no Brasil e, em consequência, para o equilíbrio climático global.

Portanto, não é correto, nem adequado, que a Lei nº 6.938, de 1981, mantenha a silvicultura classificada como uma atividade de potencial de poluição (PP) e de grau de utilização (GU) médio de recursos naturais.

Quanto às Emendas nºs 2 e 3, apresentadas à Mesa do Plenário, cabe-nos expressar nossas divergências em relação ao conteúdo proposto pelo Senador Lindbergh Farias.

De fato, é relevante observar que o acatamento da Emenda nº 2 – Plen onera a exploração econômica de fauna exótica, por mais tecnicificado e preciso que viesse a ser o empreendimento. O melhor caminho, no caso, é manter a autorização com o acompanhamento da execução e a responsabilização de eventuais falhas nos projetos de exploração, nos termos da legislação ambiental vigente, que já impõe ao setor produtivo exigências às vezes excessivamente rigorosas, prevendo, inclusive e acertadamente, punição para aqueles agentes que efetivamente causem poluição ambiental.

Finalmente, o mesmo raciocínio se aplica à Emenda nº 3 – Plen, uma vez que os riscos ambientais inerentes à exploração de organismos aquáticos vivos submetidos a regime de cultivo intensivo devem ser mitigados pelo projeto e pela fiscalização já existente para este fim.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 214, de 2015, com a rejeição das Emendas nºs 2 e 3 – Plen.

Sala da Comissão, 4 de dezembro de 2018.

hm2018-07454



7
6

Senador Ivo Cassol, **Presidente**

Senador Waldemir Moka, **Relator**

hm2018-07454





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CRA, 04/12/2018 às 11h - 25ª, Extraordinária
 Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
WALDEMIR MOKA	PRESENTE	1. ROSE DE FREITAS	PRESENTE
ELMANO FÉRRER		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	3. VAGO	
DÁRIO BERGER	PRESENTE	4. VAGO	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
FÁTIMA BEZERRA	PRESENTE	1. GUARACY SILVEIRA	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. GLEISI HOFFMANN	
REGINA SOUSA		3. HUMBERTO COSTA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	4. PAULO PAIM	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
DALIRIO BEBER	PRESENTE	1. FLEXA RIBEIRO	PRESENTE
EDUARDO AMORIM		2. DAVI ALCOLUMBRE	
RONALDO CAIADO		3. VAGO	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	1. JOSÉ MEDEIROS	PRESENTE
IVO CASSOL	PRESENTE	2. ANA AMÉLIA	PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA	PRESENTE	1. VAGO	
VAGO		2. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. TELMÁRIO MOTA	PRESENTE
CIDINHO SANTOS	PRESENTE	2. PEDRO CHAVES	

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 ATAÍDES OLIVEIRA
 AIRTON SANDOVAL
 VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 214/2015)

NA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR WALDEMIR MOKA, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER DA CRA, CONCLUINDO PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS NºS 2 E 3 DE PLENÁRIO, OFERECIDAS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2015.

04 de Dezembro de 2018

Senador IVO CASSOL

Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 207, DE 2018-PLEN/SF **(DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)**

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2015, do Senador Romário, que Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência.

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa

RELATOR: Senador Paulo Paim

24 de Agosto de 2016



PARECER N° , DE 2016

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2015, do Senador Romário, que *altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, para garantir a reserva de vagas para pessoas com deficiência.*

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 704, de 2015, do Senador Romário, que altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para determinar que, dentre as vagas reservadas nas instituições federais de ensino técnico e superior aos oriundos da educação pública, dez por cento sejam destinadas aos estudantes com deficiência, e que metade destas seja disponibilizada a estudantes oriundos de famílias com renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário-mínimo e meio. O projeto também altera a determinação da Lei nº 12.711 quanto às instituições que devem acompanhar sua execução: substitui a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (recentemente extinto, tendo suas funções sido incorporadas pelo atual Ministério da Justiça e Cidadania).



Para tanto, o art. 1º do PLS nº 704, de 2015, acrescenta um segundo parágrafo à cabeça do art. 1º da Lei nº 12.711, de 2012, procedendo à reserva descrita acima nas instituições federais de ensino superior.

Em seguida, com seu art. 2º, altera da mesma maneira o art. 4º da Lei nº 12.711, de 2012, desta vez com referência às instituições federais de ensino técnico.

Em seu art. 3º, o PLS substitui a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), da Presidência da República, pelo Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos quanto aos deveres de acompanhamento.

Por fim, o art. 4º determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da proposição argumenta que sessenta e três por cento das pessoas com deficiência são analfabetas ou não concluíram o ensino básico e, portanto, qualquer iniciativa lhes seria valiosa nesse campo. Argumenta ainda que o País tem certa dívida moral com esses indivíduos, devendo ajudá-los a recuperar e a promover sua dignidade.

Ao final, descreve as alterações mencionadas nos órgãos competentes para realizar a fiscalização da Lei alterada.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão, que, após examinar a matéria, irá encaminhá-la à Comissão de Educação, Cultura e Esportes para decisão terminativa.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proposições que tratem da proteção e integração social das pessoas com deficiência, caso do PLS nº 704, de 2015, ora em análise.



O projeto não apresenta óbice formal ou substantivo do ponto de vista da Carta Magna. Formalmente, a União é competente para legislar sobre pessoas com deficiência e sobre ensino (Constituição, art. 24, incisos XIV e IX), e o projeto formula normas gerais, conforme deve ser o exercício dessa competência pela União (Constituição, art. 24, parágrafo 1º). Do ponto de vista material, já foram vencidas, pela jurisprudência dos tribunais superiores, as dúvidas sobre se a política de cotas configuraria estabelecimento de distinções entre os brasileiros, afrontando o inciso III do art. 19 da Carta Magna. Como é sabido, a jurisprudência inclinou-se pela constitucionalidade material da ideia de cotas.

Quanto à juridicidade, o projeto revela-se vazado na espécie normativa adequada, isto é, a lei ordinária, além de não contradizer outras normas inscritas no ordenamento nacional. Para que ganhe cogência, porém, será necessário emendar seu art. 3º para substituir, quanto à responsabilidade de supervisão, o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos pelo Ministério da Justiça e da Cidadania, que hoje desempenha as funções daquele órgão hoje extinto (art. 6º, inciso IV da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016). Aproveitamos para corrigir o texto do projeto, com o fim de conferir mais precisão à redação de seus dispositivos.

Não temos dúvida quanto ao mérito do projeto. A ideia das cotas é a de tratar desigualmente a desiguais, para que se igualem. A legiferação, nesse caso, faz política com objetivos estratégicos, tendo como meta a criação de uma sociedade rica e plural não apesar das diferenças (por exemplo, entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência), mas por causa delas. Estender o direito à educação técnica e superior àqueles que lutam contra adversidades a que não deram causa é moralmente correto e politicamente ambicioso.

Lembremos ainda que o PLS nº 704, de 2015, não é intenção normativa isolada. Ao contrário, sua plena eficácia deve ser observada na concertação que há entre ele e a legislação dos últimos vinte e cinco anos sobre a vida social das pessoas com deficiência, culminando com a entrada em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015).



III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2015, a seguinte redação:

“**Art. 3º** O art. 6º da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘**Art. 6º** Os Ministérios da Educação e da Justiça e Cidadania serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do programa de que trata esta Lei, ouvida a Fundação Nacional do Índio (Funai).’
(NR)”

EMENDA Nº 2 - CDH (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no *caput* dos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei do Senado nº 704, de 2015, a expressão “renomeando-se o atual parágrafo único para § 1º” por “designando-se o atual parágrafo único como § 1º.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2016.

Senadora Regina Sousa, Presidente Eventual

Senador Paulo Paim, Relator





SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 77ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 24 de agosto de 2016 (quarta-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PPS)
VAGO	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. Gleisi Hoffmann (PT)
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
Ricardo Franco	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PSD)
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Eduardo Lopes (PRB)



ATA DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-ARGENTINA





SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento**ATA DA 3ª REUNIÃO DE 2018 DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA, REALIZADA ÀS 10h00 DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2018, NO PLENÁRIO Nº 07 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.**

Às dez horas do dia vinte e sete de novembro de dois mil e dezoito, na sede do Senado Federal, no plenário nº 07, da Ala Senador Alexandre Costa, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Parlamentares membros do **GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - ARGENTINA**, criado pela Resolução do Senado Federal nº 04, de 2016, com o objetivo de ser apresentado, discutido e deliberado o Plano de Ação do Grupo Parlamentar, com a presença do Embaixador da República Argentina no Brasil, excelentíssimo senhor Carlos Alfredo Magariños. Ouvidas as autoridades presentes, e cumprida a pauta da reunião com a aprovação do Plano de Ação, o Presidente do Grupo Parlamentar encerrou os trabalhos, determinando à Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento que adotasse as providências necessárias para a publicidade oficial dos resultados da reunião. Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada às onze e trinta horas e eu, Aires Pereira das Neves Junior, titular da Coordenação de Apoio a Órgãos Técnicos, lavrei a presente Ata que, com a respectiva lista de presença, que será encaminhada à publicação no Diário do Senado Federal.

Brasília, 27 de novembro de 2018.





Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
GPARGENTINA, 27/11/2018 às 10h - 3ª, Reunião
 Grupo Parlamentar Brasil - Argentina

Senado Federal		
TITULARES		SUPLENTES
FERNANDO COLLOR	PRESENTE	
ELMANO FÉRRER		
ANA AMÉLIA	PRESENTE	
LASIER MARTINS	PRESENTE	
JORGE VIANA	PRESENTE	
ARMANDO MONTEIRO		
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	
VAGO		

Câmara dos Deputados		
TITULARES		SUPLENTES
PAES LANDIM	PRESENTE	
MILTON MONTI		
NELSON MARQUEZELLI		
ZÉ CARLOS		
BRUNA FURLAN	PRESENTE	
RENATO MOLLING		
BENITO GAMA		
VAGO		
JOAQUIM PASSARINHO		
HERÁCLITO FORTES		
CELSO RUSSOMANNO		

Não Membros Presentes

JOSÉ PIMENTEL
 VALDIR RAUPP
 ATAÍDES OLIVEIRA
 WILDER MORAIS
 HUMBERTO COSTA
 CIDINHO SANTOS
 ACIR GURGACZ
 PAULO ROCHA
 PAULO PAIM
 VICENTINHO ALVES
 PEDRO CHAVES





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 1

27/11/2018

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito bom-dia!

Vamos dar início a 7ª Reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

Declaro, portanto, aberta esta, que é a 3ª Reunião de 2018 e a 7ª, como disse, do Grupo Parlamentar desde a sua reativação em 7 de junho de 2017.

A reunião de hoje tem como objetivo apresentar, debater e deliberar sobre o plano de ações do grupo.

Eu gostaria de registrar aqui a presença da Deputada Federal Bruna Furlan, nossa 1ª Vice-Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Argentina; do Sr. Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, S. Exa. o Senador Jorge Viana; e de S. Exa. o Sr. Embaixador da Argentina no Brasil, Carlos Magariños, que, com a sua presença em todas as nossas reuniões, vem dando um realce muito especial aos nossos trabalhos.

Agradeço a presença da Embaixadora Eugenia Barthelmess, Diretora do Departamento da América do Sul Meridional, e da Embaixadora Gisela Padovan, Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, que nós gostaríamos que permanecesse até o final dos nossos trabalhos, embora já tenha sido nomeada Diretora do Instituto Rio Branco, para gáudio daquela instituição.

Agradeço a presença das Sras. e dos Srs. Senadores, muito especialmente de S. Exa. o Senador Valdir Raupp.

Eu gostaria de, antes de iniciar os nossos trabalhos, fazer a leitura de um comunicado que nos foi enviado pela Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores. Foi enviada a este grupo uma nota que, na sua origem, tem a assinatura de S. Exa. o Sr. Embaixador do Brasil na Argentina, Sérgio Danese, lamentando e explicando o porquê da ausência do Senador Humberto Schiavoni e do Deputado Daniel Lipovetzky. Então, dando aqui as explicações, eles estariam hoje aqui presentes – seria para nós um motivo de muita satisfação tê-los aqui –, mas infelizmente por dificuldades na agenda, em função da realização da reunião do G20 em Buenos Aires, eles não puderam se ausentar do seu país no dia de hoje. Portanto, eu gostaria de pedir à Secretaria que desse como lida essa nota informativa que aqui resumi para as senhoras e os senhores integrantes do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

Vou fazer um rápido histórico do nosso grupo.

O Grupo Parlamentar Brasil-Argentina foi criado na presente Legislatura, por meio do Projeto de Resolução nº 5, de 2016, de autoria de S. Exa. o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que é o nosso atual Chanceler, e transformado na Resolução nº 4, de 2016, do Senado Federal.

O grupo parlamentar tem como finalidade o incentivo e o desenvolvimentos das relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países. Para tanto, deverá promover a troca de informações e a ampliação da cooperação interparlamentar.

Uma expressiva parte do esforço para a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina ocorreu na reunião do dia 23 de fevereiro de 2016, entre a Exma. Sra. Gabriela Michetti, Vice-Presidente da República e Presidente do Senado da Argentina, em visita ao Congresso Nacional, e S. Exa. o Senador Aloysio Nunes Ferreira, então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, quando ambos manifestaram a intenção de aproximação entre os Parlamentos nacionais.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 2

27/11/2018

Em 16 de junho de 2016, foi, portanto, instalado o Grupo Parlamentar, sendo eleitos naquela oportunidade sua Comissão Executiva e seu Conselho Consultivo.

Registro ainda que, em 07 de fevereiro de 2017, o Presidente da Argentina, Excelentíssimo Senhor Mauricio Macri, durante visita ao Brasil, reafirmou o interesse bilateral na retomada das ações deste Grupo Parlamentar.

Com a posse do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Ministro das Relações Exteriores, o cargo de Presidente do Grupo Parlamentar brasileiro tornou-se vago.

Por fim, acrescento que, em 30 de março de 2017, foi aprovado, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o Requerimento nº 07, de 2017, de autoria da Senadora Ana Amélia, propondo a reativação dos trabalhos do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

Na primeira reunião, após a reativação do grupo parlamentar, ocorreu a aprovação de seu estatuto e, por consequência, a eleição de sua Comissão Executiva e de seu Conselho Consultivo.

A Comissão Executiva, eleita por aclamação, ficou assim composta: Presidente de Honra: Senador Eunício Oliveira; Presidente de Honra: Deputado Rodrigo Maia; Presidente: Senador Fernando Collor; Primeira Vice-Presidente: Deputada Bruna Furlan; Segunda Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia.

O Conselho Consultivo ficou assim composto: Presidente: Senador Lasier Martins; Vice-Presidente: Deputado Federal Rômulo Gouveia. Integrantes: o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e a Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Esse é um breve histórico da formação do nosso grupo.

Peço à Secretaria da Comissão que dê como lido a íntegra deste comunicado.

Passo, agora, a fazer formalmente a abertura da nossa reunião, cumprimentando todos os senhores presentes, sobretudo S. Exa. o Sr. Embaixador Carlos Magariños; S. Exas. a Senadora Ana Amélia e a Deputada Bruna Furlan; o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado; e S. Exa. o Senador Valdir Raupp, senhoras e senhores.

Damos início, neste momento, à reunião que tem por objetivo apresentar, discutir e deliberar a respeito do Plano de Ação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, instituído por meio, como já foi dito, da Resolução nº 4, de 2016, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os países.

Tenho a honra também de agradecer, nesta oportunidade, além daqueles aqui já citados, ao Sr. Embaixador José Botafogo Gonçalves, que, apesar de aposentado, gentilmente consentiu em prefaciá-lo o plano de ação que está sendo distribuído para todas as senhoras e os senhores aqui presentes.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o plano de ação que ora apresentamos constitui uma publicação pioneira e vem suprir uma importante lacuna até então existente quanto aos trabalhos desempenhados pelos grupos parlamentares de amizade no Congresso Nacional. De fato, até hoje a falta de devido acompanhamento dos trabalhos dos grupos parlamentares tem falhado quanto aos resultados de suas reuniões e quanto à preservação da memória institucional de suas atividades.

Como sabemos, os grupos parlamentares são atores de primeira ordem da assim denominada diplomacia parlamentar e destinam-se a reforçar os laços de amizade e de cooperação com os Parlamentares estrangeiros. De igual modo, eles trazem ao debate as relações bilaterais e a política externa exercida, de ordinário e principalmente, pelos Poderes Executivos de cada país. Por fim, os grupos parlamentares permitem que





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 3

27/11/2018

tenhamos um melhor conhecimento e uma melhor compreensão das realidades políticas e sociais dos países amigos.

Especificamente no caso deste grupo parlamentar, cumprimos o imperativo constitucional de promover a integração latino-americana. Vejam que é um dispositivo constitucional; a nossa Constituição determina expressamente – portanto, é um imperativo constitucional – a promoção da integração latino-americana, meta do Estado brasileiro, prevista no art. 4º de nossa Carta Magna. E como bem lembrou o embaixador José Botafogo Gonçalves em seu prefácio, não se trata aqui de fazer retórica ou de promover eventos socioculturais, mas sim de trabalhar operacionalmente aspectos da infraestrutura e dos marcos regulatórios que ordenam – e às vezes desordenam, segundo palavras dele – as relações entre as duas maiores economias da América do Sul.

Aliás, fazendo aqui um pequeno parêntese, é mister destacar que as relações entre Brasil e Argentina não apenas são muito importantes para nós, como também existem desde o primeiro momento em que surgiu o Estado brasileiro como Nação independente de Portugal. Em 1823, a Argentina foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil e a estabelecer relações diplomáticas com o Império.

Atualmente, a Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. Nossas relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e de cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e cooperação. Somadas as capacidades do Brasil e da Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

Vale destacar que, de acordo com dados do Itamaraty, entre 2003 e 2015, a corrente de comércio bilateral elevou-se de pouco mais de US\$9 bilhões para US\$23 bilhões, um crescimento de 150%. No mesmo período, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram de US\$4,56 bilhões para US\$12,8 bilhões, incremento de 181%. Em 2015, a Argentina ocupou o terceiro lugar no destino das exportações, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos da América.

Para tanto, tem sido decisiva a contribuição do Mercosul, cuja constituição deu-se juntamente com o processo de redemocratização dos dois países em meados da década de 80, por intermédio das Suas Excelências os Senhores Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. De lá para cá, temos assistido a uma crescente integração econômica bilateral. O capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina, e a presença de capitais argentinos no Brasil também é digna de nota.

Durante meu mandato na Presidência da República, posso citar três momentos importantes de nossas relações bilaterais. O primeiro em 1990, quando assinei com o Presidente Carlos Menem a Ata de Buenos Aires, decidindo conformar um mercado comum entre os dois países até o final de 1994; o segundo em 1991, quando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmaram o Tratado de Assunção, constituindo o Mercado Comum do Sul; e o terceiro, também no mesmo ano, quando criamos a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, que conseguiu implementar política comum de cooperação numa área extremamente sensível e competitiva.

Por tudo isso, não vejo como a política externa brasileira possa prescindir do Mercosul e das relações com a Argentina. Jamais!

Lembro aqui o então Presidente Roque Sáenz Peña, que, no longínquo ano de 1910, já dizia: abro aspas – "Tudo nos une e nada nos separa" – fecho aspas, em relação, naturalmente, às relações Argentina-Brasil.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 4

27/11/2018

Com toda certeza o presente Plano de Ação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina irá contribuir para que aprofundemos ainda mais as relações entre os dois países, tanto do ponto de vista diplomático quanto do ponto de vista parlamentar. Ele corresponde aos termos acordados ao plano de trabalho aprovado na reunião do dia 23 de agosto de 2017, quais sejam: I) hidrovia do Rio Paraguai-Paraná; II) medidas sanitárias e fitossanitárias; III) metrologia; IV) gestão compartilhada de aduanas na fronteira.

Quanto à hidrovia Paraná-Paraguai, o texto trata apenas do trecho de 1.270 quilômetros, situado em Território nacional, que corre exclusivamente no Rio Paraguai. Destaco que, se ampliada a capacidade de transportes dessa hidrovia, além do minério de ferro e manganês, poderíamos escoar também outros produtos, como milho, soja, açúcar e algodão oriundos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No que diz respeito às medidas sanitárias e fitossanitárias, buscou-se a possibilidade de superação das barreiras regulamentares sanitárias e fitossanitárias ao comércio bilateral entre Brasil e Argentina, identificando nessa área as lacunas legislativas que afetam o livre trânsito de mercadorias e analisando os modelos organizacionais como os de Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul.

No que tanto à questão da metrologia, entendemos que é preciso que as autoridades competentes tanto do Brasil quanto da Argentina envidem seus melhores esforços no sentido de promover uma efetiva convergência de regras e padrões de metrologia que contribuam ao mesmo tempo para o aumento da competitividade das empresas e para defesa dos interesses dos consumidores de ambos os países.

Por fim, quanto à gestão compartilhada de aduanas na fronteira Brasil-Argentina, embora seja crucial o foco no controle da criminalidade e na perda de receitas, é igualmente importante garantir a livre circulação de pessoas dentro do Mercosul e assegurar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a integração cultural e comercial, o compartilhamento de trabalho e o bem-estar das populações envolvidas.

Vale ressaltar que a Argentina corresponde a 17% do controle migratório brasileiro e que existem atualmente 58 mil argentinos residentes em Território nacional.

Sendo essas as considerações que gostaria de fazer no momento, agradeço mais uma vez a presença de S. Exas Sras. e Srs. Senadores e convidados especiais e declaro abertos os nossos trabalhos.

Passo a palavra, dando continuidade aos nossos trabalhos, à Vice-Presidente do Grupo Brasil-Argentina, Deputada Bruna Furlan.

A SRA. BRUNA FURLAN (PSDB - SP) – Muito obrigada!

Presidente Fernando Collor, é muito bom trabalhar ao seu lado; Embaixador Margariños, sempre presente conosco; Senadores; os presentes; Embaixadora Maria Eugenia e Embaixadora Gisela. Fizemos um bom trabalho juntas, sempre sendo orientada por vocês. Eu estou muito satisfeita com o resultado de tudo o que promovemos neste grupo de amizade, que é um grupo de trabalho. Nós obtivemos boas conquistas, nós avançamos em todas as possibilidades, aceleramos os acordos entre os países e tudo o que pude fazer na Câmara dos Deputados como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional foi feito, sob a liderança do Presidente Collor e sob a coordenação do Embaixador Danese na Argentina.

Eu tenho a expectativa, a esperança de que o nosso trabalho possa continuar. Eu, como Parlamentar reeleita para o meu terceiro mandato, estarei empenhada em sempre continuar trabalhando para a nossa boa relação, superando sempre as nossas expectativas.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 5

27/11/2018

Quero dizer que a Presidência da Comissão de Relações Exteriores no Senado Federal foi mais um trabalho do Presidente Collor admirável. Aprendi muito com ele, como Vice-Presidente do Grupo Brasil-Argentina; aprendi quando ele me deu a oportunidade de nós elevarmos o tema das relações exteriores para o Congresso Nacional, trabalhando em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores na Câmara e no Senado. Nós trabalhamos juntos, aprovamos o plano nacional da defesa, sendo Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Então, eu gostaria de dizer o quanto foi importante trabalhar com o senhor, Presidente Fernando Collor. Por todas as oportunidades que o senhor me deu tenho muita gratidão e espero que a sua boa obra seja continuada. Nós todos sentiremos saudades quando o senhor não for mais Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Muito obrigada!

Sempre à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Deputada Bruna Furlan.

Eu que devo ressaltar o excepcional trabalho desenvolvido por V. Exa. quando Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, pelo seu afincamento, pela sua obstinação, pela sua determinação de fazer com que as coisas acontecessem.

Essa sua versatilidade e esse seu empenho ficaram muito marcados nos trabalhos realizados no âmbito do nosso Grupo Brasil-Argentina. Muito obrigado a V. Exa.

Passo a palavra a S. Ex^a, Senadora Ana Amélia, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Caro Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Fernando Collor, caro Embaixador Carlos Magariños, meu colega Jorge Viana, cara Deputada Bruna Furlan, caros Senador Humberto Costa e Valdir Raupp, que esteve presente até aqui, quando fiz o requerimento para a constituição deste Grupo Parlamentar Brasil-Argentina eu tinha a convicção de que, sob sua liderança, os trabalhos iriam acontecer.

Felizmente, os dois Embaixadores tiveram um papel também muito relevante, porque a diplomacia parlamentar, sempre citada com autoridade por V. Exa., tem um efetivo resultado quando a cooperação com as áreas diplomáticas dos dois países se empenham, também comprometidamente, com a mesma causa. Isso foi fundamental, porque a pauta que nós definimos aqui é a pauta com que também os nossos Embaixadores trabalham em suas respectivas missões. Então, isso facilitou tudo.

Mas eu me surpreendo sempre com V. Exa. pelo grau de detalhamento. Os detalhes é que mostram o significado de tudo isso. Esse resumo que foi feito prova o grau. Ele foi feito nas duas línguas: em Português, de um lado e, depois, em Espanhol. Ou seja, integração só se faz dessa forma. Mesmo que o Embaixador fale um português excelente – raramente se nota oportunhol do Embaixador Magariños, raramente – e que o nosso Embaixador, Sérgio Danese, fale bem, que sempre mencionamos aqui, é uma nova era no relacionamento bilateral.

Isso foi saudável porque os temas que nós discutimos aqui em audiências públicas – algumas requeridas por mim, porque o meu Estado, o Rio Grande do Sul, é o Estado que tem o maior trecho de fronteira com a Argentina e de uma relação amistosa extraordinária, histórica até. Isso vejo lá na nossa ponte entre Uruguaiana e Paso de Los Libres, entre São Borja e Santo Tomé, lá na Província de Corrientes, e agora haverá mais





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 6

27/11/2018

uma terceira ponte entre Porto Xavier e San Javier, para unir mais ainda os laços territoriais dos nossos países, sobretudo pelo Rio Uruguai. Então, é uma alegria muito grande.

Quero cumprimentar novamente o Presidente Fernando Collor e, sobretudo, a atuação exemplar dos nossos Embaixadores – Embaixador Magariños e Embaixador Sérgio Danese – pelo empenho que tiveram e todas as autoridades que vieram aqui trazer informações sobre temas fundamentais para a integração dos dois países.

Então, a nossa missão foi feita. Só não foi completa – e aí eu acho que vale a pena – porque não fomos a Buenos Aires, Presidente. Acho que poderíamos encerrar com uma breve visita, pode ser rápida, para selar o sucesso e o êxito dessa nossa missão.

E até por provocação, para encerrar, gostaria de dizer que o Senador Jorge Viana, certa vez...Estávamos aqui falando sobre a qualidade dos espumantes brasileiros, especialmente do meu Estado, e o Senador Jorge Viana, provocativamente, disse-me que não adiantava eu fazer propaganda se ele não provasse do espumante. Pois então, agora, para celebrar esses resultados, vou pedir que vão lá ao meu gabinete trazer os espumantes que vieram do Rio Grande do Sul para que a gente possa compartilhá-los.

É claro que não estarão gelados. Cada um vai levar para casa um espumante que foi enviado pelo Ibravin, o Instituto Brasileiro do Vinho, que tem sede no Rio Grande do Sul. Acho que é uma boa oportunidade, porque a cobrança foi do Senador Jorge Viana, que também está comprometido com essa missão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senadora Ana Amélia. A cobrança foi em boa hora e a presteza também do atendimento melhor ainda. Parabéns a V. Exa.

Antes de passar a palavra ao próximo orador, eu gostaria de registrar o excepcional trabalho realizado pela Diretora da Biblioteca do Senado, Sra. Mônica Rizzo. Não sei se todos tiveram oportunidade de olhar e de verificar a exposição que ela fez das relações Brasil-Argentina ao longo dos anos, por intermédio de documentos, de livros. Então, o trabalho de pesquisa realizado pela Biblioteca do Senado realmente foi muito bom, e o trabalho da Sra. Mônica Rizzo deve ser exaltado neste momento. Meus cumprimentos a ela, nossos agradecimentos em nome do Grupo Brasil-Argentina.

Passo a palavra a S. Exa. o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Queria cumprimentar V. Exa., Senador e Presidente Fernando Collor, e dizer que também com muita satisfação eu componho esse Grupo Parlamentar que entendo ser um dos mais importantes que já criamos no Congresso com uma nação irmã, no caso, a Argentina.

Queria cumprimentar o amigo Carlos Magariños, um amigo do Brasil, com quem tenho o privilégio da boa convivência e também com sua esposa, com sua família. De fato, ele está fazendo um trabalho extraordinário em tão pouco tempo, um trabalho de aproximação na parte que eu chamaria de diplomacia parlamentar, que é fundamental. Lamentavelmente, nós ainda não tivemos a oportunidade de uma missão, mas isso também está sendo amadurecido e deverá ocorrer em breve. Recentemente, eu fui participar de um encontro em Buenos Aires e tive a oportunidade de, como membro deste grupo, falar com congressistas, com o Presidente do Senado, com dirigentes do Parlamento argentino, falando da importância... E recebi, por parte deles, Senador e Presidente Collor, uma manifestação de absoluta prioridade para o funcionamento intenso deste grupo parlamentar, desse grupo de amizade.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 7

27/11/2018

Eu queria dizer que fiquei muito contente de ver também o trabalho feito pela Biblioteca, uma exposição que num espaço pequeno traduz um pouco dessa história intensa que nós temos entre os nossos dois países.

Estou certo que mais do que nunca é necessário... Agradeço as palavras da Senadora Ana Amélia, que também foi autora da iniciativa de recompor o grupo. Mas, se não fosse também o empenho do Presidente Collor de estabelecer prioridade para este grupo, nós não teríamos o seu funcionamento.

Do nosso lado, nós temos hoje um embaixador que trabalhou conosco aqui, foi Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Danese, que nos recebeu na residência oficial – a Senadora Ana Amélia, eu e um grupo parlamentar. E ele também tem feito um trabalho extraordinário, como um dos bons quadros do Itamaraty, no sentido de nos aproximar mais – e volto a repetir – especialmente no que nós estamos chamando de diplomacia parlamentar, que é complementar, típica das relações entre Parlamantos, que é tão necessária e que opera objetivamente, porque é o estabelecimento direto de cooperação e de intercâmbio entre as Casas de leis.

Mas eu queria fazer um brevíssimo comentário, cumprimentando também a querida colega Bruna Furlan. Neste momento, nós estamos vivendo uma transição importante no Brasil. Há um Presidente eleito, que vem de uma eleição – eu diria – até atípica no Brasil, bem atípica, mas são os tempos que estamos vivendo, e há muita discussão obviamente porque um dos ministros mais importantes do Governo tem uma relação muito próxima do Chile. Isso é natural que aconteça; ele viveu e deu aula no Chile, tem uma conexão mais direta com o modelo que se tem. Não significa aqui que eu queira trazer para o grupo um debate político-partidário ou ideológico, como é tão exigido hoje em dia, nada disso; apenas nós estamos no Parlamento e temos que constatar o cenário que estamos vivendo.

Recentemente, o Presidente Michel Temer e Aloysio Nunes assinaram um conjunto de acordos de cooperação com o Chile, semana passada, num evento importante, acordos bilaterais importantes que as nações têm que ter umas com as outras.

O que eu queria deixar claro é que isso não pode de jeito nenhum – uma aproximação maior com um país vizinho, irmão como é o Chile – deixar mascarar, ou mesmo ofuscar que seja, um trabalho feito por tanto tempo como foi lido aqui, que nós temos no Mercosul, que nós temos com a cooperação com a Argentina, que é um país-irmão nosso. Somados os PIBs Brasil e Argentina, as relações estabelecidas é a grande economia que nós temos no nosso continente. E é dentro desse espírito de cooperação, de relação cultural, de história e de cooperação econômica que eu acho que nós temos que trabalhar, porque senão caímos numa armadilha de uma competição menor, fazendo aí ações que são menores, que não cabem quando nós estamos falando de nações, de países.

Então, esse grupo aqui tem uma missão – eu acho – agora importante de dar relevância. Eu sei que também no passado, inclusive quando nossos governos estavam... Nós tivemos momentos difíceis, crises econômicas que atrasaram muito os avanços que deveríamos ter tido, mas não é por conta de determinados atrasos, que são circunstanciais em função de conjunturas que nós vivemos para trás, que nós podemos pôr em dúvida sobre o que devemos fazer aqui. Então, a cooperação, o Mercosul.

O Senador Humberto poderia também dar um bom testemunho. Ele foi um dos mais ativos Parlamentares aqui no Parlamento do Mercosul – e tem sido – e tem o mandato renovado. Eu sei que ele tem um compromisso também. Eu gostaria inclusive até de pedir ao colega, porque o Humberto tem sido um dos Parlamentares mais atuantes





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 8

27/11/2018

em todos os sentidos nesta Casa como nosso Líder, mas tem tido uma presença, talvez a mais marcante presença do Congresso no Parlasul tem sido através dele e do Senador Requião.

Eu acho que é importante neste momento, sem nenhum tipo de competição, nós reafirmarmos nosso compromisso em estreitar a amizade e a cooperação Brasil-Argentina e o fortalecimento do Mercosul, para ficar por aqui.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Jorge Viana.

Passo a palavra a S. Exa., o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sra. Deputada, eu queria primeiro registrar aqui a minha satisfação de poder reencontrar o Embaixador Magariños. Quero, inclusive, manifestar, como já manifestei a ele, o meu desejo de, nesta próxima na legislatura, participar do Grupo. Sempre temos conversado. Eu tenho uma admiração muito grande pela Argentina, por seu povo e também porque eu creio que, a julgar pelas posições que foram manifestadas até agora por integrantes do futuro Governo, o debate sobre Mercosul, o debate sobre relação Brasil e Argentina, em especial, serão temas relevantes de discussão.

Como eu pretendo continuar participando da nossa Comissão do Mercosul e do próprio Parlasul, no caso, também acho que seria relevante acompanhar mais de perto os trabalhos deste grupo e tentar contribuir para que as nossas relações com a Argentina se aprofundem e se mantenham no grau de prioridade que tiveram até agora.

Então, eu agradeço. Com certeza irei continuar nessa minha militância lá no Parlasul, especialmente na relação com a Argentina.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Senador Humberto Costa. Gostaria de convidá-lo mais uma vez para fazer parte do nosso Grupo Parlamentar Brasil-Argentina. Se V. Exa. aquiescer, nós, na próxima reunião, já o teremos aqui como integrante deste grupo. Muito obrigado a V. Exa.

Eu agora passaria a palavra, se S. Exa. assim estiver de acordo, ao Sr. Embaixador da Argentina no Brasil, Dr. Carlos Magariños.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores. Hoje é um dia em que eu gostaria de começar minha fala expressando a gratidão do Governo argentino, do povo argentino ao trabalho do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

Sinceramente, Sr. Presidente, o âmbito gerado com a sua liderança para intercambiar ideias sobre como melhorar a relação entre Brasil e Argentina em temas muito concretos, como os que falamos aqui – a hidrovia, compartilhar o trabalho das aduanas, o trabalho na área de metrologia –, sinceramente, foram um aporte grande, importante, valioso e, sobretudo, muito prático, porque muitas vezes a gente tem dificuldade em perceber como nossas falas e o nosso trabalho repercutem na vida cotidiana.

Mas aqui os temas de que tratamos, as decisões que se adotaram tiveram um impacto muito importante na relação bilateral. E vou lembrar somente um exemplo dos muitos que tratamos aqui, que tem a ver com o tratado para evitar a dupla tributação para o comércio e serviços entre Brasil e Argentina. É um tratado muito velho, adotado para uma economia distinta, que não era a economia digital que estamos experimentando agora, e que foi tratado muito rapidamente nos dois Congressos, no Congresso da Argentina e aqui no Congresso brasileiro, com uma ação muito decidida.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 9

27/11/2018

A Deputada Bruna Furlan, que foi Relatora desse tema na Câmara dos Deputados, e V. Exa., o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar aqui no Senado brasileiro.

Eu gostaria de explicar que isso cria postos de trabalho na Argentina e no Brasil de uma maneira prática, aumentando o comércio na área mais dinâmica da economia moderna, na área dos serviços.

Mas eu não posso deixar de agradecer e cumprimentar a parceria e ajuda dos colegas do Itamaraty: a Embaixadora Barthelmess, a Embaixadora Padovan, todos os colegas que trabalharam aqui em Brasília conosco, durante todos esses anos, com dinamismo, precisão e foco em todas as atividades do grupo. Nesse cenário tenho que fazer uma homenagem especial para meu colega Sérgio Danese, uma pessoa extraordinária, com quem tenho aprendido muito e que faz um trabalho sobressalente nessa parceria, tanto ajudando o meu trabalho aqui como na Argentina propriamente, mobilizando voluntários e interesses na relação bilateral também de uma maneira muito concreta, sensata, muito equilibrada.

A meus colegas Luis Fuhr, Chefe da Chancelaria; Rodrigo Conde Garrido, chefe da seção econômica; Julian Vazeilles, que é encarregado do desenvolvimento das instituições bilaterais, gostaria de dizer que somos todos muito gratos a vocês e gostaríamos de reconhecer isso, não somente de nossa parte, mas da parte do Governo nacional, da parte do povo da Argentina. Neste grupo parlamentar sempre recebemos muito apoio, muita solidariedade quando a Argentina teve que atravessar momentos muito difíceis recentemente.

Então, eu gostaria de lembrar somente o caso do submarino ARA San Juan, de toda cooperação e colaboração feita pelo Brasil, pela Marinha, pelo Exército, pela Aeronáutica, que foi estimulada sempre por este Parlamento e que nós valorizamos muito pois foi uma causa muito importante e muito cara ao coração dos argentinos.

Estamos numa semana muito especial da relação bilateral porque temos muitas celebrações.

Amanhã vamos celebrar 30 anos do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento assinado entre Argentina e Brasil, nas pessoas dos Presidentes Sarney e Alfonsín, no ano de 1988; são 30 anos de trabalho nesse processo de integração, que deu, eu acho, um novo patamar para a relação bilateral.

Por favor! Obrigado!

Eu gostaria de lembrar que eu sou o Embaixador nº 56 da Argentina no Brasil. Começamos as relações bilaterais em 1811, com Manuel José García, antes da Declaração da Independência da Argentina e do Brasil. Nesse período tivemos muitas fases excelentes de relação e muitos períodos em que as relações tiveram mais rivalidade. Foi um trabalho muito bom do Embaixador Alessandro Candéas, que explica essas diferenças em relação ao Brasil até que, em dezembro de 1935, se assina a Declaração do Iguaçu.

Em poucas semanas, vamos celebrar 33 anos dessa declaração e, amanhã, 30 anos do segundo rito fundamental, que foi o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

Nesse tratado – lembrava-me o Rodrigo –, no art. 8º, prevê-se a instauração de uma comissão parlamentar conjunta, uma comissão parlamentar dos dois países, para contribuir como consultora para avaliação dos ...

Eu quero dizer que, com suas lideranças, Sr. Presidente, com a Vice-Presidência da Deputada Bruna Furlan, com a Vice-Presidência da Senadora Ana Amélia – a quem agradeço muito, porque foi quem disparou todo o processo, com seu requerimento para a





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 10

27/11/2018

revitalização do grupo parlamentar –, com a participação dos Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Valdir Raupp, Lasier Martins, todos os Senadores e Deputados aqui presentes e que participaram e muitos expertos, acadêmicos, especialistas, sinceramente, acho que, de fato, esse contexto foi o que o art. 8º do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento chamava de uma comissão parlamentar consultiva para o processo de integração.

Anima-nos muito ver traduzida neste trabalho a agenda do nosso grupo parlamentar, o plano de trabalho.

Eu fiquei muito emocionado de olhar hoje as peças que guardam aqui na biblioteca do Congresso, um trabalho feito por Mônica Rizzo, onde está o original do tratado, cujo aniversário vamos celebrar amanhã.

Também está aí uma peça fundamental que mostra como a relação entre a Argentina e o Brasil é vital, central para a integração latino-americana, porque poucos anos depois desse Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento assinamos, quando V. Exa. era Presidente da República, o Tratado de Assunção, que deu uma nova dimensão a essa integração binacional, que gerou um âmbito multinacional com a incorporação do Uruguai e do Paraguai. Eu me lembro de que nessa época também a Bolívia e o Chile estavam como observadores do processo de integração no Mercosul.

Importante é continuar caminhando nesse sentido, nessa direção. A Argentina está sempre consciente de que qualquer processo de integração significa fazer investimentos e receber também alguns benefícios. Nesse sentido, é importante notar que o trabalho que vocês fizeram nesse processo de integração com o Brasil, o trabalho feito com o grupo parlamentar é muito importante para o povo brasileiro, antes de tudo. Estamos felizes que seja desse modo.

Quando eu falo de fazer investimentos e ter benefícios, eu falo que em muitos aspectos essa cooperação tem gerado oportunidades de progresso e desenvolvimento para os povos dos dois países. Mas vocês, como legisladores do Brasil, têm primeiro em mente a necessidade dos interesses do povo brasileiro.

Nesses 33 anos da Declaração do Iguazu, nesses 30 anos desde a assinatura do Acordo de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, podemos registrar um superávit comercial a favor do Brasil muito importante. Tem o volume do rombo fiscal do Brasil. Então, eu sinto que a Argentina é um parceiro importante do Brasil de pleno direito. São feitos investimentos precisos para criar oportunidades para todos.

E nós nos beneficiamos também. Se a Argentina tem cinco companhias que faturam mais de US\$1 bilhão por ano, isso é porque as companhias também estão presentes no Brasil. Eu poderia citar o caso, por exemplo, de Mercado Livre, que é a companhia mais valiosa da Argentina agora, mais valiosa que companhias industriais. Ela tem essa capacidade, porque também está presente no mercado brasileiro.

S. Exa. mencionou também o caso da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, um passo à frente extraordinário para o uso pacífico de energia nuclear em nossos países, que continua a um passo muito rápido e muito forte. No último mês de dezembro, assinamos o contrato para engenharia de detalhe de um reator de múltiplo uso brasileiro, que vai poder subministrar para uso difundido à população brasileira o uso medicinal, para simplificar e reduzir os preços do tratamento da medicina nuclear no Brasil. Estamos muito orgulhosos disso, porque sentimos que contribuimos – nós nos beneficiamos, claro, mas contribuimos também – no benefício dos nossos parceiros.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 11

27/11/2018

Isso é importante. Eu acho que é o espírito do processo de integração: saber equilibrar as cargas, o peso das demandas da integração e gerar benefícios conjuntos, pensando no longo prazo. Os que trabalharam nesses planos, como aconteceu com você, Sr. Presidente, e como trabalharam nisso os Srs. Senadores, os legisladores... É pensar no longo prazo. É muito difícil produzir resultados imediatos no processo de integração. O processo de integração tem que ter uma estratégia, tem que atingir um objetivo e manter o curso. Eu estou certo de que essa é uma missão de que nós argentinos e vocês aqui no Brasil somos encarregados, por parte da população de nossos países.

Recordando, no Brasil, uma das maiores satisfações que eu tive foi falar com a gente, falar com os acadêmicos, falar com os empresários em cada rincão do Brasil, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sul do País, e ver essa atração mútua que sentimos nós argentinos e brasileiros. Sempre algum tem um familiar argentino ou se casou com um argentino ou com uma brasileira. Somente temos a divisão do futebol, que é bom que esteja aí para canalizar a competência.

Sinceramente, Presidente, eu agradeço muito toda a comissão, o grupo parlamentar e os senhores do Itamaraty por essa parceria. E faço votos para que, em 2019, 2020, continuemos trabalhando juntos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL. *Fora do microfone.*) – O Dia da Amizade.

O SR. CARLOS ALFREDO MAGARIÑOS – Ah, sim, há uma coisa muito importante. No Dia da Amizade, 30 de novembro, eu gostaria de convidar a todos os senhores legisladores, a todos os colegas da Itamaraty para celebrar o aniversário do tratado, mas especialmente o Dia da Amizade Argentina-Brasil, que foi instituído por uma iniciativa do Congresso Nacional e promulgado pelo Presidente Temer neste ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito obrigado a V. Exa., Embaixador Carlos Magariños, pela sua manifestação de amizade, de entusiasmo e, sobretudo, de crença de que a política externa brasileira não sofrerá nenhuma inflexão, tendo em vista o que está escrito na Carta de 1988 e tendo em vista, mais do que tudo... Mais do que tudo é difícil, porque a Constituição está acima de tudo, mas algo muito importante, que são os números, que falam por si sós, do grande proveito que vem sendo trazido para as relações bilaterais Brasil-Argentina para o nosso País, como também para o país amigo e para todo o processo de integração do Cone Sul.

Eu gostaria, antes de passar a votação para a aprovação do plano de ação, de lembrar ou frisar aqui...

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Permita-me, Presidente, interrompê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Com licença, que a Senadora Ana Amélia parece que tem algo importante aqui.

A SRA. ANA AMÉLIA (PP - RS) – Fazer promessa aqui! Presidente, que seja bem celebrado esse evento!

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Presidente, se o senhor me permite...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Pois não.

O SR. JORGE VIANA (PT - AC) – Não, primeiro temos que agradecer a Senadora Ana Amélia. Ela me usou como uma motivação, mas eu tenho certeza de que ela é, talvez, além de muito competente, aqui é a pessoa que mais procura trabalhar essa coisa de divulgar produtos, trabalhar os produtos da terra dela, o Rio Grande. E, de fato, nós temos hoje produtos... Estamos aqui, diante do Embaixador da Argentina, e a Argentina é





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 12

27/11/2018

uma referência na produção de vinhos, de espumantes, mas o Rio Grande do Sul, o Brasil também é um bom competidor já, graças aos gaúchos, não é isso, Senadora?

Agora, eu quero deixar aqui, neste momento já mais lúdico do nosso encontro... Ele falou de futebol. Nós sempre tivemos um problema, o Brasil e a Argentina, uma boa competição, mas agora parece que estão os argentinos com eles mesmos. Então, eu estou louco para assistir à final da Libertadores. Não consigo ver! Que o Embaixador possa nos trazer, porque os mais competentes comentaristas de esportes do Brasil não conseguem prever de quanto será o jogo. E, se o Embaixador, antes de encerrarmos a reunião, puder falar para os comentaristas de futebol, para o Brasil inteiro, para mim e para nós todos que gostamos de futebol, quando nós vamos ver a final do Boca Juniors com o River Plate, eu ficaria agradecido também.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Eu pediria ao Secretário da Comissão que recolhesse, por gentileza, e levasse para a Secretaria essas garrafas.

Obrigado.

Estou agradecendo à Senadora Ana Amélia por esse mimo que ela nos traz.

A SRA. ANA AMÉLIA (PP - RS) – Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Muito representativo da pujança da produção vinícola do seu Estado, o Rio Grande do Sul.

Lembro a V. Exas. que a questão fitossanitária no plano de ação está na página 30, item 4. Então, é o plano de ação para a questão fitossanitária, que aqui foi debatida. Para o tema metrologia e regulação, está na página 34, também com as ações propostas neste plano de ação. A questão de aduanas, no final da página 39: "Diante do exposto, vislumbramos as seguintes ações que acompanhamento..." E aqui estão incluídas. E o item... Está faltando hidrovias.... Hidrovias está aqui, na página 17 e também as ações que deverão ser empreendidas no campo do tema hidrovias.

V. Exas. tomaram conhecimento do nosso plano de ação.

Consulto se algum Senador ou algum Deputado gostaria mais de usar a palavra.

(Pausa.)

Gostaria de registrar aqui a presença de S. Exas. o Senador Fernando Bezerra Coelho e o Deputado Paes Landim, que nos engrandecem com as suas presenças.

Encerrando, portanto, as falas e não havendo mais quem queira dela fazer uso, eu coloco em votação o Plano de Ação para o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

As Sras. e os Srs. Senadores e Deputados integrantes desta Comissão que estejam de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o Plano de Ação para o Grupo Parlamentar Brasil-Argentina para o próximo período.

Em relação à nossa próxima reunião, eu gostaria de saber de S. Exa. o Sr. Embaixador Carlos Magariños, tendo em vista a posse de um novo Governo a partir de 1º de janeiro, talvez fosse interessante que a nossa próxima reunião, até para dar tempo para que nós empreendamos essas ações aqui sugeridas no Plano de Ação, se dê daqui a 120 dias, ou seja, em abril do próximo ano, para dar um prazo para o novo Governo se estabelecer e nós sabermos, com essas mudanças que, parece, irão acontecer no conjunto administrativo do Governo Federal, a quem nós devemos nos dirigir para tratar especificamente dos temas aqui tratados no âmbito do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina.

Havendo essa concordância, então fica marcada o mês de abril, em data ainda a ser confirmada, de acordo com o lado argentino, a nossa reunião aqui em Brasília.

Não havendo mais nada a tratar, eu gostaria de...





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR – SERERP
COORDENAÇÃO DE REGISTRO EM COMISSÕES – CORCOM
GPARGENTINA (3ª Reunião)

CN - 13

27/11/2018

Não vamos fazer a votação da ata? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Collor. PTC - AL) – Antes de encerrar os nossos trabalhos, portanto, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião.

As senhoras e os senhores Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por fim, então, gostaria de agradecer, mais uma vez, a presença de S. Exa. o Embaixador Carlos Magariños, que, com a sua presença, sempre nos dá ânimo e entusiasmo para prosseguirmos o nosso trabalho; da Sra. Embaixadora Gisela Padovan, que é Diretora do Instituto Rio Branco e ex-Chefe da Assessoria de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores; da Sra. Embaixadora Eugenia Barthelmess, Diretora do Departamento da América do Sul Meridional; da Sra. Deputada Bruna Furlan, Vice-Presidente desta Comissão; de S. Exa. a Senadora Ana Amélia, também Vice-Presidente desta Comissão; de S. Exa. o Senador Jorge Viana, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República; de S. Exa. o Senador Humberto Costa; de S. Exa. o Senador Valdir Raupp; de S. Exa. o Senador Fernando Bezerra Coelho; de S. Exa. o Deputado Paes Landim; de todos os senhores secretários e assessores de S. Exa. o Embaixador Carlos Magariños.

Agradecendo, portanto, aos nossos internautas e a todos aqueles que acompanham pela TV e pela Rádio Senado os trabalhos deste Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Argentina, agradecendo a todos, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado e bom dia!

(*Iniciada às 10 horas e 19 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)



DO SENADOR FERNANDO COLLOR (PTC-AL)

*Apresenta o Plano de Ação do Grupo
Parlamentar Brasil-Argentina.*

(Cumprimentos protocolares)

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Senhoras e Senhores,

Damos início, neste momento, a reunião que tem por objetivo apresentar, discutir e deliberar a respeito do **Plano de Ação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina**, instituído por meio da Resolução nº 4/2016, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os dois países. Temos a honra de contar com a presença de Sua Excelência o Senhor Embaixador da República Argentina, senhor Carlos Alfredo Magariños, a quem cumprimento nesta oportunidade. Gostaria de estender também meus cumprimentos a Sua Excelência o Senhor Embaixador José Botafogo Gonçalves que, apesar de aposentado, gentilmente consentiu em prefaciar este Plano de Ação.

Em primeiro lugar, é preciso destacar que o Plano de Ação que ora apresentamos constitui uma publicação pioneira, e vem suprir uma importante lacuna até então existente, quanto aos trabalhos desempenhados pelos grupos parlamentares de amizade no Congresso



Nacional. De fato, até hoje, a falta de detido acompanhamento dos trabalhos dos grupos parlamentares tem falhado quanto aos resultados de suas reuniões e quanto à preservação da memória institucional de suas atividades.

Como sabemos, os grupos parlamentares são atores de primeira ordem da assim denominada diplomacia parlamentar, e destinam-se a reforçar os laços de amizade e de cooperação com os parlamentos estrangeiros. De igual modo, eles trazem ao debate as relações bilaterais e a política externa exercidas, de ordinário e precipuamente, pelos poderes executivos de cada país. Por fim, os grupos parlamentares permitem que tenhamos um melhor conhecimento e uma melhor compreensão das realidades políticas e sociais dos países amigos.

Especificamente no caso deste Grupo Parlamentar, cumprimos o imperativo constitucional de promover a integração latino-americana, meta do Estado brasileiro prevista no artigo 4º de nossa Carta Magna. E como bem lembrou o Embaixador José Botafogo Gonçalves em seu Prefácio, não se trata aqui de fazer retórica ou de promover eventos socioculturais, mas sim, de trabalhar operacionalmente aspectos da infraestrutura e dos marcos regulatórios que ordenam – e às vezes desordenam – as relações entre as duas maiores economias da América do Sul.

Aliás, fazendo aqui um pequeno parêntese, é mister destacar que as relações entre Brasil e Argentina, não apenas são muito importantes para nós, como também existem desde o primeiro momento



em que surgiu o Estado brasileiro como nação independente de Portugal. Em 1823, a Argentina foi o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil e a estabelecer relações diplomáticas com o Império.

Atualmente, a Argentina é um dos principais parceiros políticos e econômicos do Brasil. Nossas relações bilaterais são estratégicas para a inserção do Brasil na região e no mundo. A construção de uma relação política de confiança e de cooperação com a Argentina contribui para a constituição de um espaço regional de paz e de cooperação. Somadas, as capacidades de Brasil e Argentina representam cerca de dois terços do território, da população e do PIB da América do Sul.

Vale destacar que, de acordo com dados do Itamaraty, entre 2003 e 2015, a corrente de comércio bilateral elevou-se de pouco mais de US\$ 9 bilhões para US\$ 23 bilhões, um crescimento de 150%. No mesmo período, as exportações brasileiras para a Argentina cresceram de US\$ 4,56 bilhões para US\$ 12,8 bilhões, incremento de 181%. Em 2015, a Argentina ocupou o terceiro lugar no destino das exportações brasileiras, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos da América.

Para tanto, tem sido decisiva a contribuição do Mercosul, cuja constituição deu-se juntamente com o processo de redemocratização dos dois países, em meados da década de 1980, por intermédio dos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. De lá para cá, temos assistido a uma crescente integração econômica bilateral. O

ej2018-07685



capital brasileiro está presente em diversos setores da economia argentina, e a presença de capitais argentinos no Brasil também é digna de nota.

Durante meu mandato na Presidência da República posso citar três momentos importantes de nossas relações bilaterais: o primeiro, em 1990, quando assinei com o Presidente Carlos Menem a Ata de Buenos Aires, decidindo conformar um mercado comum entre os dois países até o final de 1994; o segundo, em 1991, quando Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai firmaram o Tratado de Assunção, constituindo o Mercado Comum do Sul; e o terceiro, também no mesmo ano, quando criamos a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), que conseguiu implementar política comum de cooperação numa área extremamente sensível e competitiva.

Por tudo isso, não vejo como a Política Externa Brasileira possa prescindir do Mercosul e das relações com a Argentina. Lembro aqui o então presidente Roque Saenz Peña que, no longínquo ano de 1910, já dizia (abro aspas) *“Tudo nos une e nada nos separa”* (fecho aspas).

Com toda a certeza, o presente Plano de Ação do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina irá contribuir para que aprofundemos ainda mais as relações entre os dois países, tanto do ponto de vista diplomático, quanto do ponto de vista parlamentar. Ele corresponde aos temas acordados no plano de trabalho aprovado na reunião do dia 23 de agosto de 2017, quais sejam:

ej2018-07685



I – Hidrovia do Rio Paraguai-Paraná (HPP)

II – Medidas sanitárias e fitossanitárias

III – Metrologia

IV – Gestão compartilhada de aduanas na fronteira.

Quanto à **Hidrovia Paraguai-Paraná**, o texto trata apenas do trecho de 1.270 km situado em território nacional, que corre exclusivamente no Rio Paraguai. Destaco que, se ampliada a capacidade de transporte dessa hidrovia, além de minério de ferro e manganês, poderíamos escoar também outros produtos, como milho, soja, açúcar e algodão, oriundos dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No que diz respeito às **Medidas Sanitárias e Fitossanitárias**, buscou-se a possibilidade de superação das barreiras regulamentares, sanitárias e fitossanitárias ao comércio bilateral entre Brasil e Argentina, identificando nessa área as lacunas legislativas que afetam o livre trânsito de mercadorias, e analisando os modelos organizacionais como os do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul.

No que tange à questão da **Metrologia**, entendemos que é preciso que as autoridades competentes, tanto do Brasil, quanto da Argentina, envidem seus melhores esforços no sentido de promover uma efetiva convergência de regras e padrões de metrologia que contribua, ao mesmo tempo, para o aumento da competitividade das



6

empresas e para a defesa dos interesses dos consumidores de ambos os países.

Por fim, quanto à **gestão compartilhada de aduanas na fronteira Brasil-Argentina**, embora seja crucial o foco no controle da criminalidade e na perda de receitas, é igualmente importante garantir a livre circulação de pessoas dentro do Mercosul e assegurar o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a integração cultural e comercial, o compartilhamento de trabalho e o bem-estar das populações envolvidas. Vale ressaltar que a Argentina corresponde a 17% do controle migratório brasileiro e que existem, atualmente, 58 mil argentinos residentes em território nacional.

Sendo essas as considerações que gostaria de fazer no momento, Senhoras e Senhores, declaro abertos os nossos trabalhos.

Muito obrigado.

ej2018-07685



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lúcia da Mata*
-S/Partido - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
-DC - Guaracy Silveira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	MDB / SP
Dário Berger.	MDB / SC
Edison Lobão.	MDB / MA
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eunício Oliveira.	MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	MDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
João Alberto Souza.	MDB / MA
José Maranhão.	MDB / PB
Marta Suplicy.	MDB / SP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Roberto Requião.	MDB / PR
Romero Jucá.	MDB / RR
Simone Tebet.	MDB / MS
Valdir Raupp.	MDB / RO
Waldemir Moka.	MDB / MS
Zeze Perrella.	MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 12

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-5 / PV

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 10

PP-5 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 2

Reguffe.	DF
Walter Pinheiro.	BA

DC - 1

Guaracy Silveira.	TO
---------------------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	2
DC.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Guaracy Silveira** (-DC-TO)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)	Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)	Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)	Walter Pinheiro* (-S/Partido-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (141,162)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 18 Simone Tebet (141,162)</p> <p>Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (142)</p> <p>Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,86,155)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,132,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,110,158,159)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 10</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p>Vice-Líder Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 5 Benedito de Lira (106,169)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126)</p> <p>Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 12</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,157) Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (52,71,145,164)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,146,166)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,156)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,157)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,137)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (136,152)</p> <p>Líder do PV - 0</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - MDB (119,170)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,130,144) Davi Alcolumbre (74,87,132,150) Flexa Ribeiro (129,149) Sérgio Petecão (10,128,148) Wilder Moraes (39,122,133,147)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>	

- Notas:**
1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
 2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
 3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSIMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR).
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST).
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017).
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017).
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017).
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017).
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017).
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD).
110. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB).
111. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB).
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD).
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO).
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017).
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017).
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



132. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
142. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-liderança do Governo (Of. 63/2018-GSJMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).
168. Em 25.07.2018, a Senadora Ana Amélia foi designada líder do PP (Of. 046/2018-GLDPP).
169. Em 14.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 74/2018-GLDPP).
170. Em 28.11.2018, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 601/2018-PR).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ⁽⁷⁾	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

- Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
- Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
- Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
- Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
- Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
- Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).
- Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (MDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**Notas:**

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ^(3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airtton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).

2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).

3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).

4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR)

5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Galdes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques
José Antonio Dias Toffoli
Paulo Rabello de Castro
João Geraldo Piquet Carneiro
Ives Gandra Martins
Otavio Luiz Rodrigues Junior
Aristóteles de Queiroz Camara
Mary Elbe Queiroz
Eumar Roberto Novacki
Gabriel Rizza Ferraz
Antonio Helder Medeiros Rebouças
Daniel Vieira Bogéa Soares
Luciana Leal Brayner
Marcello Augusto Diniz Cerqueira
Everardo de Almeida Maciel
Eduardo Maneira
Helena Taveira Torres
Paulo Ricardo de Souza Cardoso
Cleide Regina Furlani Pompermaier
Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

**. Em 08.08.2018, foi lido o Requerimento nº 431, de 2018, que prorroga o prazo da CPI por 150 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT).

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3)CPI DOS PLANOS DE SAÚDE

Finalidade: Investigar os elevados reajustes dos preços dos planos de saúde em valores muito superiores aos índices oficiais de inflação.

Requerimento nº 415, de 2018

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

Leitura: 11/07/2018

Leitura: 11/07/2018



4)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(5,36,45,47)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6. Senador Dário Berger ⁽³⁵⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(1,28,33,43)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,12,14,33,41,42)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(2,34,37,48)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. VAGO ^(18,30,39)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(4,44,46)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(4,9,10,32)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(4,13,31,40,49)	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(4,29,38)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).
32. Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 45/2018-BLOMOD).
33. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou o cargo de suplente e passou a ocupar o colegiado como membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a atuar como suplente (Of. 45/2018-BLPRD).
34. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
35. Em 07.08.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 88/2018-GLPMDB).
36. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
37. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
38. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
39. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
40. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador (Of. 64/2018-BLOMOD)



41. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
42. Em 31.10.2018, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
43. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 006/2018-GLDPDT).
44. Em 05.11.2018, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. nº 70/2018-BLOMOD).
45. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
46. Em 12.11.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 74/2018-BLOMOD).
47. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
48. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
49. Em 20.11.2018, o Senador Vicetinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 76/2018-BLOMOD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516
E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14,25,29,30)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,26,28)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(7,23,27)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).

2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).

4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).

8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM).
25. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Férrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
26. Em 04.09.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular, em substituição ao senador Sérgio Petecão, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. nº 58/2018-BLDPRO).
27. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
28. Em 09.10.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 60/2018-BLDPRO).
29. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
30. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (MDB-RR) ^(1,55,61,62,64)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(1,50,53,65)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(5,56,66,67)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(5,59,60,68)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(5,46,57,58)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,39,57,58)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16,54,63)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPPDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).
56. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
57. Em 19.06.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 38/2018-BLDPRO).
58. Em 09.07.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, passando a ocupar vaga de suplente, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 39/2018-BLDPRO).
59. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
60. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
61. Em 07.08.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 83/2018-GLPMDB).
62. Em 04.09.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 93/2018-GLPMDB).
63. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
64. Em 09.10.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho (Of. 94/2018-GLPMDB).
65. Em 11.10.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha (Of. 103/2018-GLPMDB).
66. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
67. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
68. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(7,12)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ⁽¹⁵⁾
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Edison Lobão ^(7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(4,29,31)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽²¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,32)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ^(13,20)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(3,25,28,30)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).
28. Em 20.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 42/2018-BLOMOD).
29. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 46/2018-BLPRD).
30. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Rudson Leite (Of. 66/2018-BLOMOD).
31. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
32. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
33. Em 04.12.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 97/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,10,33)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ^(1,28,29,34)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. VAGO ^(2,21,27,31)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,17,18,26,32)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,25,30)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPDC).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPDC).
28. Em 12.07.2018, o Senador Benedito de Lira licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno.
29. Em 07.08.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Benedito de Lira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 47/2018-BLDPRO).
30. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
31. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
32. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 65/2018-BLOMOD).
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 12.11.2018, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Givago Tenório (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,34,35)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
35. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.

2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)

3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).

*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)

**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(5,16,24,29,30)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
VAGO ^(4,18,27,28)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

* O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of. 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPD).
28. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
29. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
30. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 004/2018-GLDPDT).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
VAGO ^(1,4)	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

4. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Anélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO (7,30,35,37)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7,39,48,49)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. Senador Garibaldi Alves Filho (10,27,37)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,28,36)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4,34,43,47)
VAGO (4,45)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
VAGO (1,16,32,41)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,22,44,46)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13,33,42)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5,26,31,38,40)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).
34. Em 19.06.2018, o Senador Reditário Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
35. Em 21.06.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho foi designado membro titular, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 78/2018-GLPMDDB).
36. Em 21.06.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 37/2018-BLDPRO).
37. Em 03.07.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor a comissão como titular passando a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 80/2018-GLPMDDB).
38. Em 03.07.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. nº 46/2018-BLOMOD).
39. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDDB).
40. Em 05.09.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 56/2018-BLOMOD).
41. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
42. Em 11.10.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 63/2018-BLOMOD).
43. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
44. A Senadora Kátia Abreu licenciou-se por 127 dias, nos termos do art. 43, inciso II, do RISF a partir do dia 30 de outubro de 2018, conforme Requerimento nº 491, de 2018, deferido em 30.10.2018.
45. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
46. Em 05.11.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 69/2018-BLOMOD).
47. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
48. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
49. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDDB).



Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,31,34,35)	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. VAGO ^(17,27,33)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(19,22,23,26,30)
VAGO ^(2,18,28,32)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMD).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMD).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).
30. Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).
31. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
32. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
33. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.
34. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
35. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(6,14,17,18)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senador Guaracy Silveira (DC-TO) ^(1,16)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº 011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº 018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº 028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
- Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

15. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
16. Em 31.10.2018, o Senador Guaracy Silveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor o colegiado em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 005/2018-GLDPDT).
17. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
18. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
Senador Fernando Bezerra Coelho (8,12,29)	2. Senador Romero Jucá (11,32)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador João Alberto Souza (16,30)
Senador Dário Berger (8,30)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) (31)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (28)
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3. VAGO (33,38)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2,35,37)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2,24,27,36)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18,25,26)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5,13,19,21,34)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).
24. Em 19.06.2018, o Senador Reditário Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
25. Em 04.07.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 50/2018-GLBPDC).
26. Em 04.10.2018, o Senador Rudson Leite deixou de compor a comissão em virtude do retorno do Senador Telmário Mota, titular do cargo.
27. Em 30.10.2018, o Senador Reditário Cassol deixou de fazer parte da comissão em virtude do retorno do Senador Ivo Cassol ao mandato.
28. Em 06.11.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 85/2018-GLPSDB).
29. Em 06.11.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
30. Em 06.11.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo MDB, para compor o colegiado, em permuta com o Senador João Alberto Souza, que passa a ocupar vaga de suplente (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
31. Em 06.11.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
32. Em 06.11.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 111/2018-GLPMDB).
33. Em 06.11.2018, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 86/2018-GLPSDB).
34. Em 06.11.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 71/2018-BLOMOD).
35. Em 06.11.2018, o Senador Givago Tenório foi designado membro titular, em substituição ao Senador Omar Aziz, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 69/2018-BLDPRO).
36. Em 07.11.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 72/2018-BLDPRO).
37. Em 08.11.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, em substituição ao Senador Givago Tenório, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 70/2018-BLDPRO).
38. Em 21.11.2018, o Senador Dalírio Beber deixou de compor, como membro suplente, o colegiado, pelo Bloco Social Democracia (Of. 92/2018-GLPSDB).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO ^(11,15)	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDB).
15. Em 31.10.2018, vago em virtude do retorno do Senador Walter Pinheiro, titular do mandato.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(18,24,28,29)
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(26,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(9,30)	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(17,31)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(8,15,16,22,25)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Aírton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).
24. Em 07.08.2018, o Senador José Amauri foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Elmano Ferrer (Of. nº 84/2018-GLPMDB).
25. Em 05.09.2018, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular, em substituição ao senador Rodrigues Palma, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 57/2018-BLOMOD).
26. Em 31.10.2018, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo PSDB, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. 83/2018-GLPSDB).
27. Em 31.10.2018, o Bloco da Maioria cede vaga para o PSDB (Of. 109/2018).
28. Em 08.11.2018, vago em virtude do retorno do Senador Elmano Férrer, titular do mandato (Of. s/n).
29. Em 12.11.2018, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente pelo MDB, para compor o colegiado (Of. nº 113/2018-GLPMDB).
30. Em 20.11.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, em substituição ao senador Gladson Cameli, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 73/2018-BLDPRO).
31. Em 20.11.2018, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente, em substituição ao senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 73/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
MDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PTB, PRB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009
5ª Designação: 11/02/2011
6ª Designação: 11/03/2013
7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
MDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL

*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	MDB
VAGO	MDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA
	Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS	
	MDB
	VAGO
	PT
	VAGO
	PSDB
	VAGO
	PSB
	VAGO
	PDT
	VAGO
	PR
	VAGO
	PSD
	VAGO
	DEM
	VAGO
	PP
	VAGO
	PTB
	VAGO
	PPS
	VAGO
	PCdoB
	VAGO
	PSC
	VAGO
	PRB
	VAGO
	REDE
	VAGO
	PTC
	PODE



Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

Atualização: 29/11/2016**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



**19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
DC
Senador Guaracy Silveira (TO)
DEM
Senador José Agripino (RN)
MDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PDT
Senadora Ângela Portela (RR)
PPS
Senador Cristovam Buarque (DF)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PRB
Senador Pedro Chaves (MS)
PROS
Senador Hélio José (DF)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PTB
Senador Telmário Mota (RR)
PTC
Senador Fernando Collor (AL)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PODE
Senador Romário (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

